UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MAWÉ/AWETÍ/TUPÍ-GUARANÍ:

RELAÇÕES LINGUÍSTICAS E IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS

BEATRIZ CARRETTA CORRÊA-DA-SILVA

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MAWÉ/AWETÍ/TUPÍ-GUARANÍ:

RELAÇÕES LINGUÍSTICAS E IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS

BEATRIZ CARRETTA CORRÊA-DA-SILVA

ORIENTADOR:
PROF. DR. ARYON DALL'IGNA RODRIGUES

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Este arquivo, fornecido pela autora, está disponível para download no endereço
http://www.etnolinguistica.org/tese:correa-da-silva_2011

MAWÉ/AWETÍ/TUPÍ-GUARANÍ:

RELAÇÕES LINGUÍSTICAS E IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS

BEATRIZ CARRETTA CORRÊA-DA-SILVA

Tese submetida ao Programa de Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Doutor em Linguística.

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

TESE DE DOUTORADO

MAWÉ/AWETÍ/TUPÍ-GUARANÍ:

RELAÇÕES LINGUÍSTICAS E IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS

BEATRIZ CARRETTA CORRÊA-DA-SILVA

Orientador:
PROF. DR. ARYON DALL'IGNA RODRIGUES

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues
Presidente

Profa. Dra. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

Profa. Dra. Dulce Franceschini

Prof. Dr. John Manuel Monteiro

Arqueol. Dr. h.c. Eurico Theófilo Miller

Prof. Dr. Hildo Honório do Couto
Suplente

Dedico este trabalho aos povos indígenas que, inadvertidamente, ensinaram-me, com suas histórias e suas línguas, que são múltiplas as vozes na História. E, em especial, aos Awetí e aos Sateré-Mawé, detentores de inspiradora história épica, que, pelo encantamento mágico de suas narrativas, trouxeram-me de volta à memória nosso passado comum.

Toran

“Os Brancos desenham suas palavras porque seu pensamento é cheio de esquecimento”

Davi Kopenawa
xamã, pensador e líder político Yanomami

“Morongueta eté resé, yakwáu, yakwé poté, yané tapy’ia poté. Poté, yané tiya ikó iké ikwé supé meren, marí má uané kwé keáu supe”

‘Por meio do conhecimento é que compreendemos a razão por que estamos no mundo e por que somos o que somos, pois não estamos aqui somente para viver, mas sim para saber viver’

Provérbio Sateré-Mawé

Agradecimentos

Desta vez, não fui ao campo. A opção pelo trabalho mais tradicional no âmbito da Linguística Histórica, de gabinete, permitiu-me completar a pesquisa sem qualquer auxílio financeiro institucional e eximiu-me, assim, dos agradecimentos de praxe. Colocou-me em débito, contudo, com os pesquisadores que foram ao campo, coletaram e publicaram seus materiais para que eu, finalmente, deles fizesse uso. Registro, assim, meu agradecimento aos linguistas de campo que trabalharam com o Sateré-Mawé, o Awetí e as diversas línguas Tupí-Guaraní. Devo destacar, particularmente, a inestimável contribuição da Profa. Dra. Ruth Maria Fonini Monserrat, cuja ajuda foi imprescindível para a realização deste trabalho, especialmente pela gentileza e confiança com que me cedeu seus dados.

Gostaria de agradecer aos colegas do Laboratório de Línguas Indígenas, em especial ao Sanderson Castro Soares de Oliveira, pela solidariedade e companheirismo mesmo à distância. À minha amiga Léia de Jesus Silva, agradeço os cafés fumegantes e as longas conversas orquestradas pela mão do acaso que, magicamente, encurtou a distância.

Registro minha admiração pela Profa. Dra. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, que contagiou meu trabalho com entusiasmo e exuberância. Sem seu constante incentivo este projeto ter-se-ia perdido nos interstícios da distância.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues, dedico todo respeito e consideração possíveis, por sua capacidade insuperável de ensinar com a singeleza dos grandes mestres. Minha profunda gratidão pela paciência e disposição; minha admiração pelo olhar múltiplo e historicizante, por acreditar que fronteiras são linhas imaginárias e que, nas ciências, todas as sínteses são possíveis.

Por fim, gostaria de mencionar meus pais, Brenno e Zuleika Corrêa da Silva, que acompanharam à distância e vibraram com a compreensão de quem já passou por isso. E, sobretudo, agradeço muito especialmente a meu marido, Christian Vargas, o maior incentivador de todas as minhas ideias, pelo apoio. Às minhas filhas, Melina e Nicole, peço desculpas pelas horas roubadas, pela palavra apressada, pelo gesto contido.

Sumário

ABREVIATURAS xiii

LÍNGUAS INDÍGENAS xviii

FIGURAS xx

QUADROS xxi

TABELAS xxii

RESUMO xxiii

ABSTRACT xxiv

APRESENTAÇÃO 1

PARTE I: ETNOLINGUÍSTICA

INTRODUÇÃO – MAWÉ, AWETÍ E TUPÍ-GUARANÍ 10

0.1 – A PESQUISA 11

0.2 – SATERÉ-MAWÉ: O POVO E A LÍNGUA 14

0.2.1 – *PESQUISAS ANTERIORES* 20

0.3 – AWETÍ: O POVO E A LÍNGUA 25

0.3.1 – *PESQUISAS ANTERIORES* 28

0.4 – PROTO TUPÍ-GUARANÍ: O POVO E A LÍNGUA 31

0.4.1 – *O CENTRO DE ORIGEM TUPÍ-GUARANÍ* 37

CAPÍTULO I – DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA À PRÉ-HISTÓRICA: HISTORIOGRAFIA, METODOLOGIA E USOS 57

1.1 – CLASSIFICAÇÃO LINGUÍSTICA E RELAÇÕES GENÉTICAS 58

1.2 – UMA HISTORIOGRAFIA DOS ESTUDOS TUPÍ 85

CAPÍTULO II – ANÁLISE DIACRÔNICA: FONOLOGIA E MORFOFONOLOGIA 120

2.1 – FONOLOGIA 121

2.1.1 – *INVENTÁRIOS DE FONEMAS* 122

2.1.1.1 – Proto-Tupí 122
2.1.1.2 – Proto-Tupí-Guaraní 123
2.1.1.3 – Sateré-Mawé 129
2.1.1.4 – Awetí 130

2.1.2 – *MUDANÇAS OCORRIDAS* 131

2.1.2.1 – Protofonemas e seus reflexos 133
2.1.2.2 – Regras de mudanças 145

2.1.3 – *RECONSTRUÇÃO DO PROTOSSISTEMA FONOLÓGICO* 151

2.2 – MORFOFONOLOGIA 162

CAPÍTULO III – ANÁLISE DIACRÔNICA: MORFOLOGIA E MORFOSSINTAXE 174

3.1 – MORFOLOGIA 175

3.1.1 – *CATEGORIAS RELACIONAIS* 176

3.1.1.1 – Prefixos relacionais 176
3.1.1.1.1 – indica a contiguidade do determinante em relação ao núcleo, com o qual forma uma unidade sintática 176
3.1.1.1.2 – indica a não-contiguidade do determinante em relação ao núcleo 182
3.1.1.1.3 – indica a correferencialidade entre o determinante de um núcleo e o sujeito da oração principal 186

3.1.1.1.4 – indica que o determinante é humano e genérico 187
3.1.1.1.5 – indica que o determinante do verbo é o próprio sujeito 190
3.1.1.1.6 – indica que o determinante alterna-se reciprocamente com o sujeito 190

3.1.1.2 – Prefixos pessoais verbais 195
3.1.1.2.1 – prefixos marcadores de sujeito (1 > 2 > 3) 196
3.1.1.2.2 – prefixos marcadores de objeto (1 > 2/23) 196

3.1.1.3 – Sufixos casuais 203
3.1.1.3.1 – caso argumentativo ou nominal 203
3.1.1.3.2 – caso translativo ou atributivo 203
3.1.1.3.3 – caso locativo puntual 204
3.1.1.3.4 – caso locativo difuso 205
3.1.1.3.5 – caso locativo situacional ou partitivo 207

3.1.1.4 – Sufixos modais 207
3.1.1.4.1 – gerúndio 207
3.1.1.4.2 – circunstancial ou indicativo II 211
3.1.1.4.3 – subjuntivo 212
3.1.1.4.4 – imperativo 215

3.1.2 – *CATEGORIAS INERENTES* 217

3.1.2.1 – Prefixos derivativos 217
3.1.2.1.1 – nominalizador de objeto 217
3.1.2.1.2 – causativo 218
3.1.2.1.3 – causativo-comitativo 218

3.1.2.2 – Sufixos derivativos 219
3.1.2.2.1 – aumentativo 219
3.1.2.2.2 – atenuativo 220
3.1.2.2.3 – negativo 220
3.1.2.2.4 – nominalizador de agente 221
3.1.2.2.5 – nominalizador de circunstância e instrumento 222

3.2 – MORFOSSINTAXE 222

3.2.1 – *FLEXÃO RELACIONAL* 225

3.2.1.1 – Classes morfológicas de temas 225

3.2.2 – *FLEXÃO PESSOAL* 238

3.2.2.1 – Prefixos marcadores de pessoa 240

3.2.3 – *FLEXÃO MODAL* 253

3.2.3.1 – Orações subordinadas que indicam finalidade 253
3.2.3.2 – Orações subordinadas que indicam contemporaneidade e condição 255
3.2.3.3 – Orações subordinadas que indicam sucessividade 256

3.2.4 – *CODIFICAÇÃO DOS ARGUMENTOS* 256

À GUISA DE CONCLUSÃO 260

PARTE II: ETNO-HISTÓRIA

CAPÍTULO IV – PALEONTOLOGIA LINGUÍSTICA 266

4.1 – O MUNDO A PARTIR DO LÉXICO 267

4.2 – RECONSTRUÇÃO DA REALIDADE PRÉ-HISTÓRICA 269

CAPÍTULO V – DA HISTÓRIA À ETNO-HISTÓRIA: A HISTÓRIA INDÍGENA COMO HISTÓRIA CULTURAL 280

5.1 – UMA DISCIPLINA NA FRONTEIRA 281

5.2 – SÍNTESES POSSÍVEIS 293

5.2.1 – *A HISTÓRIA E SUAS FRONTEIRAS* 293

5.2.2 – *AS VOZES DA PRÉ-HISTÓRIA* 300

5.2.3 – *HISTÓRIA E PRÉ-HISTÓRIA NAS TERRAS DO BRASIL* 306

CAPÍTULO VI – RECONSTRUINDO A HISTÓRIA 314

6.1 – DO PASSADO AO PRESENTE 315

6.1.1 – *SATERÉ-MAWÉ* 315

6.1.2 – *AWETÍ* 330

6.1.3 – *PROTO-TUPÍ-GUARANÍ* 335

6.2 – DO PRESENTE AO PASSADO 347

CONSIDERAÇÕES FINAIS 361

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 364

ANEXO I 400

ANEXO II 402

ANEXO III 413

Abreviaturas

1	primeira pessoa do singular
1.A	primeira pessoa do singular, série ativa
1.ABS	primeira pessoa do singular, série absolutiva
1.COR	primeira pessoa do singular, série correferencial
1.IN	primeira pessoa do singular, série inativa
1.N	primeira pessoa do singular, série nominativa
1.OBJ	primeira pessoa do singular, série objetiva
1PE	primeira pessoa do plural exclusivo
1PI	primeira pessoa do plural inclusivo
1.REL	primeira pessoa do singular, série relativa
1SG	primeira pessoa do singular
12	primeira pessoa do plural inclusivo
12.A	primeira pessoa do plural inclusivo, série ativa
12.ABS	primeira pessoa do plural inclusivo, série absolutiva
12.IN	primeira pessoa do plural inclusivo, série inativa
2PL	segunda pessoa do plural
2SG	segunda pessoa do singular
13	primeira pessoa do plural exclusivo
13.A	primeira pessoa do plural exclusivo, série ativa
13.ABS	primeira pessoa do plural exclusivo, série absolutiva
2	segunda pessoa do singular
2.A	segunda pessoa do singular, série ativa
2.ABS	segunda pessoa do singular, série absolutiva
2.O	segunda pessoa do singular objeto, série acusativa
2.IMP.TR	segunda pessoa do singular imperativo, verbos transitivos
2.IMP.INT	segunda pessoa do singular imperativo, verbos intransitivos

2.SUJ	segunda pessoa do singular, série subjetiva
23.A	segunda pessoa do plural, série ativa
23.ABS	segunda pessoa do plural, série absolutiva
23.O	segunda pessoa do plural objeto, série acusativa
23.IMP.TR	segunda pessoa do plural imperativo, verbos transitivos
23.IMP.INT	segunda pessoa do plural imperativo, verbos intransitivos
3	terceira pessoa do singular
3.A	terceira pessoa do singular, série ativa
3.ABS	terceira pessoa do singular, série absolutiva
3.A.PL	terceira pessoa do plural, série ativa
3.COR	terceira pessoa do singular, série correferencial
3.COR.PL	terceira pessoa do plural, série correferencial
3.F	terceira pessoa do singular, fala feminina
3.IN	terceira pessoa do singular, série inativa
3.INT	terceira pessoa do singular, verbos intransitivos
3.M	terceira pessoa do singular, fala masculina
3.N	terceira pessoa do singular, série nominativa
3.REFL	terceira pessoa do singular reflexiva
3.REL	terceira pessoa do singular, série relativa
33	terceira pessoa do plural
33.ABS	terceira pessoa do plural, série absolutiva
AG	agente
ANIM	ser animado
ARG	caso argumentativo ou nominal
ASP	partícula aspectual
AT.I	voz ativa I
AT.II	voz ativa II
ATEN	atenuativo
ATR.I	voz atributiva I
ATR.II	voz atributiva II
AUX	auxiliar

CA	caso argumentativo
CAUS	causativo
CAUS.COM	causativo-comitativo
CAUS.I	causativo I
CERT	certitivo
CLAS	classificador de radical
COL	coletivo
COMPL	partícula completiva
COND	subordinador de contemporaneidade e condição
CONT	continuativo
COR	correferencial
DAT	dativo
DEM	demonstrativo
DET	determinado
DIM	diminutivo
DST	distante do emissor
ENF	partícula enfática
FINAL	subordinador de finalidade
FUT.IMED	futuro imediato
FUT.NOM	futuro nominal
FUT.PROX	futuro próximo
GEN	genitivo
GER	gerúndio
GES	gestural
~~GES~~	não-gestural
IMIN	futuro iminente
IMP	imperativo
IMP.NEG	imperativo negativo
INSTR	partícula instrumental
INTR	intransitivo
INT	intensivo

INTER	partícula interrogativa
INV	inverso
LOC	locativo
LOC.DIF	locativo difuso
LOC.DIR	locativo direcional
LOC.PROC	locativo de procedência
LOC.PUN	locativo pontual
LOC.SIT	locativo situacional ou partitivo
MED	voz média
MED.POS	mediador de posse
NEG	negação
NEG.NOM	negação nominal
NOM	nominalizador
NOM.AG	nominalizador de agente
NOM.CIRC	nominalizador de circunstância
NOM.N.AG	nominalizador não-agentivo
NOM.OBJ	nominalizador de objeto
OBJ	objeto
OBJ.PARC	objeto parcial
OBJ.UNI	objeto universal
PART	partitivo
PAS.IMED	passado imediato
PAS.NOM	passado nominal
~~PES~~	impessoal
PL	plural
PL.GLOB	plural global
PL.INDEF	plural indefinido
PL.PART	plural partitivo
POS.ALI	posse alienável
POSP	posposição
POSS	posse

R^1	prefixo relacional de contiguidade
R^2	prefixo relacional de não-contiguidade
R^3	prefixo relacional de correferencialidade
R^4	prefixo relacional humano genérico
RD.NOM	radical nominal genérico
REC	recíproco
REFL	reflexivo
REL	relativo
RELT	relacional (posposição)
SER.V	*serial verb*
SUB	subordinador
SUBJ.II	subjuntivo II
SUCES	subordinador de sucessividade
TOP.OBL	verbo oblíquo topicalizado
TRAN	transitivo
TRANS	caso translativo ou atributivo
~~VIS~~	invisível
VOC	vocativo

Línguas Indígenas

PT	Proto-Tupí
PMATG	Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní
PATG	Proto-Awetí-Tupí-Guaraní
Pré-PTG	Pré-Proto-Tupí-Guaraní
PTG	Proto-Tupí-Guaraní
TG	Família Tupí-Guaraní
Tb	Tupinambá
Tp	Tapirapé
GA	Guaraní Antigo
Wa	Wayampí
Kp	Ka'apór
AsT	Asuriní do Tocantins
AsX	Asuriní do Xingu
LGA	Língua Geral Amazônica
AW	Família Awetí / Awetí
MA	Família Mawé / Sateré-Mawé
JU	Família Jurúna
Ju	Jurúna
Xi	Xipáya
MU	Família Mundurukú
Mu	Mundurukú
Ku	Kuruáya
AR	Família Arikém
Ar	Arikém
Ka	Karitiána
TU	Família Tuparí

Tu	Tuparí
Mk	Makuráp
Me	Mekéns
Wy	Wayoró
Ke	Kepkiriwát
MO	Família Mondé
Su	Suruí
Ga	Gavião
Cl	Cinta-Larga
Pa	Paitér
Zr	Zoró
RA	Família Ramaráma
Kr	Káro
PU	Família Puroborá / Puroborá
Gl	Galibí (Karíb)
In	Ingarikó (Karíb)
Hk	Hishkaryána (Karíb)

Figuras

Figura 1 – Localização das Terras Indígenas Coatá-Laranjal e Andirá-Marau (ISA – IBGE) 15

Figura 2 – Amazônia Legal com destaque para as terras indígenas demarcadas (IBGE, 2005) 16

Figura 3 – Detalhe do mapa *Peru, Amazones*, Emanuel Bowen, 1747 18

Figura 4 – Parque Indígena do Xingu – PIX 27

Figura 5 – Representação arbórea das relações internas do Ramo Oriental do Tronco Tupí 264

Figura 6 – Presença de terra preta no território ancestral Sateré-Mawé (adaptado de KERN *et al*., 2009) 317

Figura 7 – Detalhe do mapa de Samuel Fritz, de 1707, com a localização de grupos indígenas na região entre os rios Madeira e Tapajós 323

Figura 8 – *A New and Accurate Map of Peru, and the Country of the Amazones*, Emanuel Bowen, 1747, Londres 400

Figura 9 – *El gran rio Marañon o Amazonas con la Misión de la Compañia de Iesus*, Samuel Fritz, 1707, Quito 401

Quadros

Quadro 1 – Protofonemas reconstruídos para o Proto-Tupí (PT) e seus reflexos em Proto-Tupí-Guaraní (PTG), Sateré-Mawé (MA) e Awetí (AW) 132

Quadro 2 – Protofonemas reconstruídos para o Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e o Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG) 161

Quadro 3 – Prefixos relacionais reconstruídos para o Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e o Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG) 195

Quadro 4 – Prefixos pessoais verbais reconstruídos para o Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e o Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG) 202

Quadro 5 – Distribuição de classes lexicais em línguas Tupí com base na morfologia 224

Quadro 6 – Paradigma de prefixos relacionais reconstruídos para o Proto-Tupí-Guaraní (PTG) 229

Quadro 7 – Distribuição dos prefixos marcadores de relação contígua e não-contígua em Sateré-Mawé (MA) 231

Quadro 8 – Sistema de flexão relacional em Sateré-Mawé (MA) 234

Quadro 9 – Vestígios do sistema de flexão relacional em Awetí (AW) 238

Quadro 10 – Prefixos pessoais reconstruídos para o Proto-Tupí-Guaraní (PTG) 240

Quadro 11 – Desenvolvimento histórico das marcas absolutivas Tupí-Guaraní (TG) 242

Quadro 12 – Prefixos Pessoais do Sateré-Mawé (MA) 242

Quadro 13 – Desenvolvimento histórico das marcas absolutivas Sateré-Mawé (MA) 244

Quadro 14 – Prefixos pessoais do Awetí (AW) 250

Quadro 15 – Desenvolvimento histórico das marcas absolutivas Awetí (AW) 251

Quadro 16 – Sistema de alinhamento das diferentes famílias linguísticas 259

Tabelas

Tabela 1 – Datações radiocarbônicas para a cerâmica do sudeste e sul do Brasil, conforme NOELLI (1996: 27-28) 51

Resumo

O propósito desta pesquisa em linguística pré-histórica é a análise das afinidades e das relações linguísticas entre as famílias Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní, integrantes do Tronco Tupí, por meio do método histórico-comparativo. Como forma de compreender o desenvolvimento histórico das famílias linguísticas em questão, procedeu-se à determinação de correspondências sistemáticas entre o Proto-Tupí-Guaraní, o Sateré-Mawé e o Awetí, a fim de avaliar as semelhanças e diferenças em termos fonológicos, gramaticais e semânticos, considerando as mudanças de significado, assim como as possibilidades de empréstimo e/ou mudança induzida por contato, com o fim de postular formas reconstruíveis para estágios intermediários. Posteriormente, por meio da aproximação à realidade linguística remota, foram feitas inferências sobre a cultura e a sociedade Tupí anteriores à conquista europeia, como contribuição às hipóteses linguísticas sobre a localização original, contatos interétnicos e possíveis rotas de dispersão/expansão dos povos em estudo, com vistas a contribuir para o conhecimento de parte da pré-história desses povos. Subsidiariamente, a pesquisa propõe uma narrativa histórica baseada em dados linguísticos, que dá conta igualmente de um conjunto de informações atualmente disponíveis em diferentes áreas do conhecimento, tais como a etnologia, a etno-história, a arqueologia, a história e a genética. Este trabalho divide-se em duas partes: a primeira refere-se especificamente à pesquisa linguística histórico-comparativa, enquanto a segunda trata do aspecto histórico. A transição entre as duas partes é estabelecida por capítulo dedicado à paleontologia linguística. Cada uma das partes é precedida de capítulo inicial, em que são discutidos os métodos, os procedimentos e o enquadramento teórico privilegiado em cada etapa da pesquisa. Considerações sobre a pesquisa propriamente dita, as línguas abrangidas por este estudo e suas respectivas comunidades de falantes são apresentadas na Introdução.

Abstract

The aim of this research in prehistoric linguistics is the analysis of linguistic relations and affinities among three linguistic families of the Tupian Stock – Mawé, Awetí and Tupí-Guaraní – by means of the historic-comparative method. In order to understand the historic development of these families, the analysis of systematic phonological, grammatical and semantic correspondences among the languages Proto-Tupí-Guaraní, Awetí and Sateré-Mawé was carried out. The diachronic analysis of both phonology and grammatical structure took into consideration semantic changes, loanwords and contact induced language change in order to evaluate the possibility of postulating intermediary proto-forms between these languages and Proto-Tupí. Afterwards, the comparative reconstruction permitted to recover linguistic prehistory, in so far as it approximated earlier linguistic reality, and allowed to recover information pertaining to prehistoric Tupian culture and society prior to European invasion, as a means of contributing to the linguistic hypothesis concerning the identification of the original homeland of these groups, interethnic contacts, as well as possible routes of expansion. This research also aims at a linguistic account of Tupian history; the writing of such a historic narrative, however, can only be accomplished by means of a multidisciplinary approach that takes into consideration the vast amount of information gathered by other sciences, such as ethnology, ethnohistory, archaeology, history, and genetics. This study is divided in two parts: the first one refers to the historic-comparative linguistic research, and the second one deals with historical matters. The transition between them is established by a chapter dedicated to linguistic paleontology. Each part is preceded by an introductory chapter which deals with methodology, procedures and theoretical approaches. Information concerning the research proper, the languages dealt with in this study and the linguistic communities are presented in a general introduction.

Apresentação

> *"Não, não, eu não estou onde você me espreita, mas aqui de onde o observo rindo. (...) Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever."*
>
> Michel Foucault[1]

O desiderato de todo projeto em linguística histórica é decifrar a história da(s) língua(s) e explicar os processos de mudança linguística, seja por meio da reconstrução interna, seja por meio do estabelecimento de relações genéticas entre línguas ou famílias linguísticas, o que permite a reconstrução comparativa de formas ancestrais, fazendo emergir, subsidiariamente, a realidade linguística pré-histórica.

O início da reflexão sistemática sobre a mudança linguística tem como marco cronológico o final do século XVIII, e o grande desenvolvimento da linguística histórica como ciência deu-se durante o século XIX, momento em que se consolidou a ideia de que o estudo das línguas poderia também fornecer informações históricas.

Embora inferências históricas simples e diretas possam ser prontamente depreendidas do estabelecimento de relações genéticas entre línguas – a postulação de uma protolíngua implica necessariamente a existência de uma comunidade ou comunidades falante(s) da língua em questão –, assim como a partir da reconstrução lexical – a ocorrência de um item lexical sugere pelo menos o conhecimento da existência da coisa nomeada –, e a linguística histórica tenha sido

[1] FOUCAULT, Michel. 1995. *A Arqueologia do Saber*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

utilizada como o principal componente na busca de correlações arqueológicas nos estudos indo-europeístas (EHRET, 1976: 5), foi somente no século XX que se passou a considerar a necessidade de introduzir uma dimensão sociológica no estudo das línguas, buscando uma perspectiva histórica capaz de correlacionar o especificamente linguístico com o especificamente social (MEILLET, 1926).

Essa perspectiva histórica ecoa mais modernamente na convicção de autores como THOMASON & KAUFMAN (1991: 4) de que a história de uma língua é uma função da história de seus falantes e não um fenômeno independente do contexto social em que as línguas e seus falantes estão inseridos. Contudo, essa vertente interpretativa da linguística histórica não parece ter contribuído para aprofundar o uso dos dados linguísticos em todo seu potencial para a reconstrução histórica, notadamente nas Américas, apesar do peso da tradição da antropologia cultural nos estudos etnolinguísticos norte-americanos.

De outra parte, assiste-se nas últimas décadas a uma modificação profunda do domínio científico, com a renovação das ciências tradicionais e a afirmação de práticas interdisciplinares de pesquisa (LE GOFF, 1995: 25-26). No que diz respeito à história, a chamada história nova propiciou a ampliação do campo do documento histórico, baseando-se numa multiplicidade de fontes: um pólen fossilizado, uma fotografia, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem (LE GOFF, *op.cit.*: 28). E enfatizou a necessidade de estabelecer um diálogo profícuo com outras ciências (*idem*: 35).

Nesse sentido, o vivo interesse de Lucien Febvre em linguística histórica e seu conhecimento da obra de Antoine Meillet, assim como a inspiração de Marc Bloch no método histórico-comparativo desenvolvido pela linguística, levam à introdução do método comparativo na história nova por seus precursores e fundadores da revista e do movimento dos *Annales*[2]:

[2] A Revista *Les Annales d'Histoire Économique et Sociale* foi fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch com o projeto de renovar a história, promovendo a pluridisciplinaridade e o fim da especialização, favorecendo a união das ciências humanas. O ideal da revista e do que ficou conhecido como a *École des Annales* é escrever uma história 'total', privilegiando a longa duração, as permanências. Nesse contexto surge uma nova concepção da história, a *nouvelle histoire*, que empreendeu uma explosão do tempo histórico e uma nova concepção da história, recusando a ideia de revolução e da aceleração de um tempo linear e enfatizando as inércias estruturais, os movimentos lentos e de longa duração, o tempo múltiplo e a desaceleração das mudanças. A primeira geração dos *Annales* desenvolveu, sobretudo, uma história econômica e social, enquanto a segunda empreendeu uma história geográfica, com Fernand Braudel, marcadamente estruturalista; a partir da década de 1970, com Jacques Le Goff e Pierre Nora, há um novo desdobramento com a história cultural característica da terceira geração dos *Annales*, e que se desenvolve, especialmente, como uma história das mentalidades: história das representações coletivas e das

> *Le bon outil comparatif qu'ont forgé linguistes et ethnographes, le moment est venu de l'appliquer, de l'adapter à l'histoire profonde des sociétés européennes* (BLOCH, 1929: 85).

Da mesma forma, a ampliação da noção de documento no âmbito da história nova leva à reinterpretação do conceito de cultura material, até então de uso exclusivo da arqueologia e pedra de toque dos estudos pré-históricos. Com a introdução do domínio da cultura material na história nova abre-se também uma porta para a geografia, a ecologia e a etnografia (PESEZ, 1995: 193).

De um lado, tem-se a historiografia contemporânea movimentando-se em diversas direções, seguindo um *linguistic turn*, um *sociological turn*, em obras que LE GOFF (1995: 56) chamaria de história antropológica, e a partir dos anos 1970 um *cultural turn*, com etnografias do passado, tendo Emmanuel Le Roy Ladurie, Carlo Ginzburg e Robert Darnton como principais expoentes (BENATTE, 2007: 2).

Por outro lado, também a antropologia empreendeu uma historicização do presente etnográfico, ao tratar do tempo e da perspectiva histórica no âmbito etnográfico, mediante a elaboração de ensaios etno-históricos que mostram qual o sentido da história para os povos estudados, a exemplo das etnografias de Renato Rosaldo (Ilongot, Filipinas) ou Richard Price (Saramaka, Suriname), ou que incorporam as mudanças sociais e os acontecimentos históricos à análise sincrônica estrutural e semiótica, como faz Marshall Sahlins, em relação à história havaiana, ou Tzvetan Todorov ao debruçar-se sobre a conquista da América (MARCUS & FISCHER, 2000: 149 *et seq*). Todos representam uma alternativa radical – e experimental – à narração histórica.

Longe de considerar as sociedades tribais como povos anistóricos, e consciente das possíveis diferenças de concepção do tempo e de temporalidades distintas, a antropologia abriu-se para uma perspectiva histórica capaz de perceber as mudanças estruturais nos detalhes da vida cotidiana,

> *que son los datos primarios del trabajo de campo y la materia prima de la representación etnográfica* (MARCUS & FISCHER, 2000: 164).

---

estruturas mentais das sociedades. Essa história etnográfica acentua ainda mais a desaceleração do tempo, agora com dimensões plenamente humanas, e mergulha na história 'fria' de um tempo 'imóvel', uma antropologia histórica que fez explodir o conceito de história, tornando-a plural. (Para entender o desenvolvimento da história nova no contexto mais amplo da história cultural tanto na Europa como nos Estados Unidos, ver BURKE (2008)).

De outra parte, a arqueologia, que durante muito tempo contentou-se com o agrupamento e seriação estratigráfica de objetos, primeiro líticos e posteriormente também cerâmicos, a fim de evidenciar as relações de desenvolvimento entre os estratos (TRIGGER, 1973: 5), ganha com o método etnográfico de Leroi-Gourhan[3] uma perspectiva temporal, com o uso de datação absoluta, tomando a cultura material em seu contexto espaço-temporal. Os documentos pré-históricos – esqueletos, esculturas, gravuras em ossos ou rochas, armas e instrumentos de pedra – passam a ser lidos como textos:

> *Coordenando os documentos de cada época, comparando as épocas entre si e confrontando todos estes factos parcelares com factos equivalentes no mundo actual* (LEROI-GOURHAN, 1983: 27).

Ao afastar-se da perspectiva do colecionador de belas peças, o arqueólogo trabalha por meio da comparação, balizando suas descobertas do passado com o conhecimento etnográfico de sociedades contemporâneas com um grau semelhante de complexidade social e reconstruindo as culturas e eventos pré-históricos pela analogia com as relações existentes entre os objetos materiais e o comportamento humano em culturas contemporâneas ou situações históricas conhecidas (TRIGGER, 1973: 5).

A arqueologia, por sua vez, também se voltou para a linguística histórica na busca de correlações arqueológicas para as comunidades falantes das protolínguas postuladas pelos linguistas, notadamente nos estudos indo-europeístas, mas também, de forma menos sistemática, no estudo das chamadas altas culturas americanas. Mais recentemente, sobretudo em regiões como a África e o Pacífico, onde não existem documentos escritos antigos visto que as línguas estudadas são ágrafas, destacou-se a importância da correlação entre arqueologia e linguística para a compreensão do passado por meio da linguística pré-histórica (cf. ROSS, 1997), que faz uso de dados das línguas atuais para a reconstrução linguística.

---

[3] A arqueologia etnográfica desenvolvida, por André Leroi-Gourhan, a partir do período entre guerras, na França, visa gerar informações por meio da evidenciação e interpretação dos solos arqueológicos decapados para obter uma etnografia de sociedades extintas, sem escrita, com base nos documentos materiais encontrados *in loco* dentro de uma perspectiva temporal, de forma a estabelecer estruturas ou contextos arqueológicos nas dimensões tempo, espaço, cultura e sociedade. Observe-se que a disposição espacial dos documentos materiais associados formam contextos precisos, com controle cronológico determinado pelo estrato onde estão inseridos, que revelam o cotidiano de populações pré-históricas. Apesar de anterior cronologicamente, a arqueologia etnográfica é considerada por Bruce Trigger como pós-processualista em virtude de seus métodos etnográficos/topográficos e pressupostos estruturalistas (cf. ALVES, 2002).

Contudo, apesar do interesse das demais ciências sociais no intercâmbio nas fronteiras do conhecimento, a reconstrução histórica a partir de dados linguísticos tem permanecido como uma ocupação marginal para os linguistas, sobretudo nas Américas, talvez, como especula EHRET (1976: 6), por não se ter desenvolvido aqui o interesse por questões históricas que teriam propiciado a extensão dos métodos linguísticos para a reconstrução histórica.

Com efeito, na corrente etno-histórica norte-americana também as relações entre antropologia, arqueologia, história e pré-história são ainda incômodas, em oposição ao modelo australiano de cooperação entre etnógrafos, etno-historiadores e arqueólogos (TRIGGER, 1986: 260). Não por acaso, é também na Oceania e na Eurásia que se observa um desenvolvimento maior na interação de dados arqueológicos e linguísticos para a reconstrução histórica (BLENCH, 1997: 9).

Mais recentemente, assistiu-se ao desenvolvimento do que poderia ser uma última fronteira dos estudos interdisciplinares: o recurso à genética – aclamada como *the new synthesis* no início dos anos 1990 (BLENCH, 1997: 14) –, propiciado pelo avanço das técnicas de estudos de DNA, notadamente do uso de marcadores polimórficos de linhagens cromossômicas, como o DNA mitocondrial e o cromossomo Y humano (SANTOS, 2008: 195).

O presente trabalho parte do entendimento de que é justamente em regiões como o Brasil, em que as fontes documentais – sejam elas históricas ou linguísticas – escasseiam rapidamente à medida que aumenta a profundidade temporal da pesquisa e em que a complexidade linguística é enorme, que o grande potencial da linguística (pré-)histórica pode ser utilizado com maior proveito como fonte para a história.

O propósito deste projeto em linguística pré-histórica é a análise das afinidades e das relações linguísticas entre as famílias Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní, integrantes do tronco Tupí, na busca das correlações sócio-históricas para as ocorrências linguísticas, partindo dos dados linguísticos, porém utilizando subsidiariamente dados históricos, arqueológicos, etnográficos, etno-históricos e genéticos.

Este estudo toma por base a definição de língua de LABOV (1994: 9), um instrumento de comunicação usado por uma comunidade linguística real, um sistema comum de associações arbitrárias forma/conteúdo; e partilha a perspectiva histórica introduzida por MEILLET (1926), que aponta a necessidade de correlacionar o linguístico com o social, além de comungar da

convicção de THOMASON & KAUFMAN (1991) de que a história de uma língua é uma função da história de seus falantes.

A partir de uma perspectiva histórico-comparativa, tem como objetivo central avaliar as relações entre essas três famílias com o intuito de propiciar uma melhor compreensão não apenas da história dessas línguas, mas do processo histórico de diferenciação das línguas no âmbito do tronco Tupí. Naturalmente, a partir da perspectiva histórica adotada, um modelo hipotético de desmembramento de línguas pode servir igualmente como modelo hipotético de separação dos povos que as falam. Dessa forma, ao objetivo principal desta pesquisa, une-se a intenção de elucidar parte das relações históricas entre os povos autóctones do Brasil em período pré-cabralino, fornecendo hipóteses a serem testadas igualmente por outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a etno-história e a arqueologia.

Esta pesquisa procura, por meio da identificação de correspondências fonológicas, lexicais, semânticas, morfológicas e morfossintáticas sistemáticas entre as línguas Sateré-Mawé, Awetí e Proto-Tupí-Guaraní, avaliar as semelhanças e diferenças entre elas, assim como as possibilidades de empréstimos e mudança por contato.

Por meio do método histórico-comparativo, é possível não apenas identificar e explicar as mudanças ocorridas nos diferentes sistemas linguísticos, mas também estabelecer as relações genéticas entre as línguas e postular estágios intermediários. Dessa forma, são propostos os inventários hipotéticos de fonemas e morfemas reconstruíveis para dois estágios sucessivos intermediários entre o Proto-Tupí e o Proto-Tupí-Guaraní, a saber: Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní e Proto-Awetí-Tupí-Guaraní.

Em continuação, o estudo da paleontologia linguística[4], baseado na reconstrução de itens lexicais, oferece a possibilidade de fazer inferências sobre a cultura e a sociedade pré-históricas, e eventualmente também sobre fatos geográficos e/ou ecológicos (HOCK, 1991: 573), o que permite postular hipóteses sobre a cultura, organização social, localização original dos povos em estudo, suas possíveis rotas de dispersão ou migração, e ocorrências sócio-históricas como situações de contato interétnico.

[4] SAUSSURE (1996[1916]: 262) considera o livro *As Origens Indo-Europeias* (1859-63), de Adolphe Pictet, o estudo que inaugura a paleontologia linguística, ciência que busca "encontrar nos testemunhos fornecidos pelas línguas (...), os traços fundamentais da[s] civilizaç[ões]", dando a conhecer, por meio do léxico, a cultura material, a vida social, a família, as instituições, a fauna e a flora, e tentando determinar, com base nas inferências geográficas e ecológicas, o local de origem do grupo em questão.

Este trabalho divide-se, assim, em duas partes: a primeira refere-se especificamente à pesquisa linguística histórico-comparativa, ao passo que a segunda aborda as questões históricas. A transição entre as duas partes é estabelecida por capítulo dedicado à paleontologia linguística. Cada uma das partes vem precedida de capítulo inicial, em que são discutidos os métodos, os procedimentos e o enquadramento teórico privilegiado em cada etapa da pesquisa. Algumas considerações sobre a pesquisa propriamente dita, as línguas abrangidas por este estudo e os povos que as falam são apresentadas na Introdução. O Capítulo I apresenta uma revisão historiográfica da linguística histórica desde os primeiros trabalhos de cunho histórico até seu desdobramento contemporâneo em linguística pré-histórica. Nos Capítulos II e III apresenta-se o estudo do desenvolvimento histórico das línguas em questão, como forma de fazer emergir a pré-história linguística por meio da aproximação à realidade linguística remota. O Capítulo IV parte da realidade linguística para reconstruir, na medida do possível, a cultura e a sociedade Tupí pré-históricas. O Capítulo V aborda questões teórico-metodológicas relativas à história indígena, e o estudo culmina no Capítulo VI com a elaboração de uma narrativa histórica fruto de abordagem no sentido inverso – *upstreaming* – e de visão fundamentalmente multidisciplinar.

A presente pesquisa parte da linguística e ruma para a construção de uma narrativa histórica que, apesar de baseada em dados linguísticos, faz uso extensivo de documentos históricos, arqueológicos, etnográficos e genéticos, como forma de substanciar as hipóteses postuladas pela linguística. Parafraseando BENATTE (2007: 3-4), esta aventura parte de uma "predação um tanto selvagem do campo vizinho" para buscar nas ciências limítrofes "não um *corpus* conceitual sistêmico ou uma teoria geral da cultura, mas um aguçar da sensibilidade para a diferença e para a alteridade do passado empiricamente cognoscível".

Dessa forma, este projeto pretende contribuir não apenas para o estudo e conhecimento da história das línguas indígenas do Brasil, em especial das relações internas do tronco Tupí, mas também para o que vem sendo chamado de "nova história indígena" do Brasil (MONTEIRO, 2001: 5), que não se confunde com a história indigenista e deve ser entendida como parte indissociável de nossa história cultural.

* * *

As fontes citadas ao longo de todo o texto que não foram consultadas especificamente para a elaboração desta tese ou às quais não houve acesso direto são referidas em notas de rodapé. Apenas a bibliografia efetivamente consultada e utilizada nesta pesquisa consta das referências bibliográficas ao final do trabalho. O Anexo III apresenta uma lista bibliográfica de fontes para estudos Tupí, elaborada a partir da historiografia apresentada no Capítulo I. O Anexo II apresenta o léxico reconstruído para o Proto-Tupí e Proto-Tupí-Guaraní e as formas cognatas em Sateré-Mawé e Awetí que serviu de base para o estudo da paleontologia linguística apresentado no Capítulo IV.

Segue-se, neste trabalho, a *Convenção para a Grafia de Nomes Tribais*[5], assinada em 1953, por ocasião da I Reunião Brasileira de Antropologia no Rio de Janeiro, que estipula o uso de letra maiúscula para os etnônimos e suprime a flexão de gênero e de número, quer sejam tomados como substantivo ou como adjetivo, dada a irrelevância da norma da língua portuguesa para os termos em línguas indígenas, e que determina o uso de sinais diacríticos para indicar a sílaba tônica. Foram mantidas, nas citações diretas e indiretas, as formas plurais utilizadas por viajantes, cronistas e missionários dos primeiros séculos da colonização. Da mesma forma, não foram feitas modificações ou atualizações na reprodução de excertos originais ao longo do texto, tendo-se preservado a grafia antiga da língua portuguesa.

[5] ABA. 1954. Convenção para a Grafia de Nomes Tribais. *Revista de Antropologia*, 2(2): 150-152, São Paulo.

PARTE I:

ETNOLINGUÍSTICA

"If anything is worth analyzing and understanding it is human speech in its fabulous diversity"

Henry Hoenigswald*

Introdução

Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní

> *"O índio não existe. O que existe são centenas de nações indígenas, algumas tão diferentes umas das outras como é diferente o Brasil da Austrália"*
>
> Leonardo Boff [6]

Este capítulo estabelece o escopo da pesquisa e apresenta uma breve introdução aos povos indígenas e às línguas objetos deste estudo, enfocando, além das pesquisas anteriores, dados referentes à localização geográfica atual, população falante e situação sociolinguística. São também apresentadas considerações sobre os etnônimos, situação atual e história recente e, de forma subsidiária, são abordadas ainda algumas questões etnográficas. No que diz respeito à família Tupí-Guaraní, que engloba diversos povos e diferentes línguas, faz-se pequena introdução à protolíngua ancestral comum a todos esses povos – o Proto-Tupí-Guaraní –, além de breve exposição sobre as inferências possíveis de serem realizadas em relação à caracterização de determinados aspectos da organização social do respectivo grupo pré-histórico. Também são apresentadas, resumidamente, as diferentes abordagens adotadas pelos estudos referentes aos povos Tupí-Guaraní, sua origem e centro de dispersão.

---

* HOENIGSWALD, Henry M. 1973. Linguistics. In: WIENER, P., *Dictionary of the History of Ideas*, III: 61-73. New York: Charles Scribner's Sons.

[6] BOFF, Leonardo. 2001. *O Casamento entre o Céu e a Terra. Contos dos Povos Indígenas do Brasil.* Rio de Janeiro: Salamandra.

0.1 – A PESQUISA

Esta pesquisa nasce da vontade de conhecer a pré-história brasileira e da convicção de que é possível fazê-lo a partir da linguística. A escolha das línguas que são objeto deste estudo vem do interesse em decifrar a história das últimas famílias linguísticas a serem reconhecidas como tal no âmbito do tronco Tupí.

O tronco Tupí foi proposto por RODRIGUES (1955: 1067), em estudo fundamentado em estatística lexical, com o intuito de estabelecer de forma sistemática o grau de afinidade genética das línguas Tupí-Guaraní, até então classificadas como "puras" ou "impuras" (LOUKOTKA, 1929: 396, 398; NIMUENDAJÚ, 1948a: 214)[7]. Deste trabalho resultou o reconhecimento de sete famílias linguísticas neste nível mais distanciado de parentesco genético, a saber: Tupí-Guaraní, Jurúna, Arikém, Ramaráma, Mondé, Kepkiriwát (Tuparí) e Puroborá.

Foi somente com o incremento da pesquisa linguística das diversas línguas Tupí e, sobretudo, das línguas da família Tupí-Guaraní, durante as décadas de 1960 e 1970, que foi possível chegar à configuração atual desse tronco linguístico com dez famílias: Tupí-Guaraní, Awetí, Mawé, Mundurukú, Jurúna, Arikém, Ramaráma, Mondé, Tuparí e Puroborá (RODRIGUES, 1984/1985).

Embora o desenvolvimento histórico do tronco Tupí fosse ainda pouco conhecido naquele momento, RODRIGUES (1984/1985: 35) sugeriu, com base na inegável maior afinidade, sobretudo em termos lexicais e semânticos, entre o Sateré-Mawé, o Awetí e as línguas Tupí-Guaraní, a possibilidade de ocorrência de pelo menos um estágio intermediário de desenvolvimento entre o Proto-Tupí e o estabelecimento da família Tupí-Guaraní. Mais de uma década mais tarde, em estudo fundamentado no método histórico-comparativo, RODRIGUES & DIETRICH (1997) reiteraram a hipótese de separação mais tardia dessas famílias com relação às demais famílias do tronco Tupí, constituindo dois estágios intermediários sucessivos entre o Proto-Tupí (PT) e o Proto-Tupí-Guaraní (PTG): Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e

[7] LOUKOTKA (1929: 398) enumera as línguas: "*Tupi impurs: 1. Manitsáua, Yuruna, Kuruaya e Sipaya. 2. Mundurucu e Maué. 3. Ntogapid, Rama-rama.*" E acrescenta "*des dialectes très impurs, à savoir: le grand sous-groupe Miraña et ses dialectes*". NIMUENDAJÚ (1948a: 214) afirma: "*closer study leads me to the provisional conclusion that Yuruna, Shipaya, Manitsauá, and perhaps Arupaí form a special division of impure Tupí languages*."

Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG), respectivamente. Resultados recentes de estudo baseado em estatística lexical, desenvolvido no âmbito do "Projeto Tupí Comparativo", no Museu Paraense Emílio Goeldi, dão ampla sustentação a essa hipótese, tendo o subagrupamento linguístico Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní recebido o apodo de "Mawetí-Guaraní" (DRUDE, 2006: 14).

O presente trabalho busca, primeiramente, elucidar as relações linguísticas entre essas três famílias – Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní – avaliando empiricamente, por meio do método histórico-comparativo, a hipótese de RODRIGUES (1984/1985) e RODRIGUES & DIETRICH (1997), de maneira a lançar uma luz sobre a história dessas línguas. Como forma de compreender o desenvolvimento histórico das famílias linguísticas em questão, foram utilizadas as reconstruções postuladas para o Proto-Tupí e para o Proto-Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 1980; 1995a; 1995b; 2005a; 2005b; 2007a; RODRIGUES & DIETRICH, 1997) para fins de comparação no âmbito desta pesquisa em linguística pré-histórica.

De forma mais específica, a determinação de correspondências sistemáticas entre o Proto-Tupí-Guaraní, o Sateré-Mawé e o Awetí teve por objetivo avaliar as semelhanças e diferenças em termos fonológicos, gramaticais e semânticos, considerando as mudanças de significado, as possibilidades de empréstimo e/ou mudança induzida por contato, com o fim de postular formas reconstruíveis para os estágios intermediários. Finalmente, por meio da aproximação à realidade linguística remota, pretendeu-se fazer inferências sobre a cultura e a sociedade Tupí anteriores à conquista, como contribuição às hipóteses linguísticas sobre a localização original, contatos interétnicos e possíveis rotas de dispersão/expansão dos povos em questão, visando a elucidar parte da pré-história desses povos. O objetivo final desta pesquisa é a escritura de uma narrativa histórica baseada em dados linguísticos, mas que dê conta igualmente da complexidade de informações hoje disponíveis em diferentes ciências, tais como a etnologia, a etno-história, a arqueologia, a história e a genética.

Com o intuito de estabelecer um corte entre este trabalho e os estudos tradicionais em linguística histórica, utiliza-se o termo "linguística pré-histórica" (cf. ROSS, 1997: 211) de maneira a enfatizar que esta pesquisa parte de dados linguísticos atuais para fazer inferências

sobre relações genéticas mais remotas, prescindindo de recorrer a textos antigos que são, sabidamente, inexistentes no caso das línguas implicadas[8].

De outra parte, a presente pesquisa filia-se a uma longa tradição linguística de sistematização e classificação de línguas e pretende contribuir não apenas para a história das línguas e famílias linguísticas em questão, mas também para o desenvolvimento dos estudos reconstrutivos e comparativos no âmbito do tronco Tupí. Por seu caráter marcadamente multidisciplinar, insere-se, ainda, na tendência mais recente das ciências humanas de apagamento das fronteiras entre disciplinas, fornecendo meios para uma revisão de estereótipos históricos e pressupostos axiomáticos.

As famílias Mawé e Awetí são famílias de membros únicos do tronco Tupí, ou seja, são constituídas por apenas uma língua cada uma: Sateré-Mawé e Awetí, respectivamente. A família Tupí-Guaraní, por sua vez, é constituída por cerca de 45 línguas divididas em oito subgrupos, de acordo com a classificação interna da família proposta por RODRIGUES (1984/1985) e revista por RODRIGUES & CABRAL (2002), e em nove subgrupos, de acordo com a análise de MELLO (2002). Independentemente da classificação interna que se considere para esta família, as línguas que dela fazem parte são: Guaraní Antigo, Mbyá, Ñandeva, Kaiwá, Guaraní Paraguaio, Xetá, Guayakí, Tapieté, Chiriguáno, Izoceño, Guaráyo, Sirionó, Yúki, Jorá, Tupinambá, Tupí Antigo, Língua Geral Amazônica, Língua Geral Paulista, Tapirapé, Avá-Canoeiro, Asuriní do Tocantins, Suruí do Tocantins, Parakanã, Guajajára, Tembé, Kayabí, Asuriní do Xingu, Araweté, Parintintin, Tupí-Kawahíb, Tenharín, Uruewauwáu, Karipúna, Amondáva, Apiaká, Kamayurá, Takunyapé, Wayampí, Wayampipukú, Émérillon, Amanayé, Anambé, Turiwára, Guajá, Ka'apór, Awré-e-Awrá e Zo'é.

[8] Naturalmente, existem algumas línguas indígenas brasileiras que dispõem de documentação histórica, pois foram 'reduzidas à arte' de gramática nos primeiros tempos da empresa colonial ou registradas em vocabulários ou em textos de cunho religioso e, eventualmente, literário. Dentre essas poucas, pode-se citar o exemplo do Tupinambá, do qual se tem, entre outros textos, a *Arte de Gramática da Lingua mais Usada na Costa do Brasil*, de 1595, de autoria do Pe. José de Anchieta, ou do Karirí, do qual se dispõe do *Catecismo da Doutrina Cristaã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri*, do Pe. Luis Mamiani, publicado em 1698. Não é o caso, porém, das línguas abrangidas por este estudo.

0.2 – SATERÉ-MAWÉ: O POVO, A LÍNGUA

Os Sateré-Mawé ocupam atualmente duas áreas indígenas no Estado do Amazonas, estendendo-se uma delas para além da divisa com o Pará. A Terra Indígena Andirá-Marau, homologada no ano de 1986, tem área total de 788.528 hectares e estende-se por cinco municípios – Aveiro e Itaituba, no Estado do Pará, e Barreirinha, Maués e Parintins, no Estado do Amazonas (LORENZ, 2000). De acordo com dados do *Diagnóstico Sociodemográfico Participativo da População Sateré-Mawé*, realizado nos anos 2002-2003 pela Universidade Federal do Amazonas, residiam nessa área indígena 7.375 pessoas (TEIXEIRA, 2004: 3).

A Terra Indígena Coatá-Laranjal foi homologada no ano de 2004, tem área total de 1.153.210 hectares e localiza-se no município de Borba, no Estado do Amazonas. Embora seja território Mundurukú, os Sateré-Mawé têm migrado para essa Terra Indígena desde os anos 1980, segundo registra SILVA (2007a: 74). Com base no recenseamento Sateré-Mawé realizado pela UFAM nos anos 2002-2003, nesse período viviam nessa área indígena 127 indivíduos dessa etnia (TEIXEIRA, 2004: 3).

Ainda de acordo com esse levantamento demográfico, outros 998 indivíduos habitavam as zonas urbanas de Parintins, Maués, Barreirinhas e Nova Olinda do Norte, perfazendo uma população total de 8.500 pessoas (TEIXEIRA, 2004: 3). Segundo dados da FUNASA, o total da população Sateré-Mawé atual é de 10.338 indivíduos (FUNASA, 2010). Embora existam muitos Sateré-Mawé vivendo também na cidade de Manaus, tanto no bairro Santos Dumont quanto em Tarumã na periferia rural, não há dados demográficos a respeito desta população, possivelmente em função das dificuldades do recenseamento urbano, conforme sugere SILVA (2007a: 75).

Note-se, contudo, que o fluxo migratório em direção a Manaus intensificou-se a partir dos anos 1970 e, no final da década de 1990, já havia cerca de 500 Sateré-Mawé vivendo neste município (LORENZ, 2000). Por outro lado, SENA & TEIXEIRA (2006: 8) sugerem que o movimento migratório rumo às cidades pesquisadas pelo levantamento demográfico, que não incluem Manaus, parece ser um fato bastante recente, apesar da grande mobilidade demonstrada pelo grupo.

É importante ressaltar o protagonismo Sateré-Mawé ao longo de toda sua história de pelo menos 350 anos de contato, desde a implantação da missão jesuítica de Tupinambarana no ano de 1669 (NIMUENDAJÚ, 1948b: 245), relacionando-se de formas distintas com o novo sistema econômico, político, social e cultural que se forjou na província do Grão-Pará a partir da invasão e colonização europeia, de acordo com o contexto e segundo seus próprios interesses (CORRÊA-DA-SILVA, 2009a: 14).

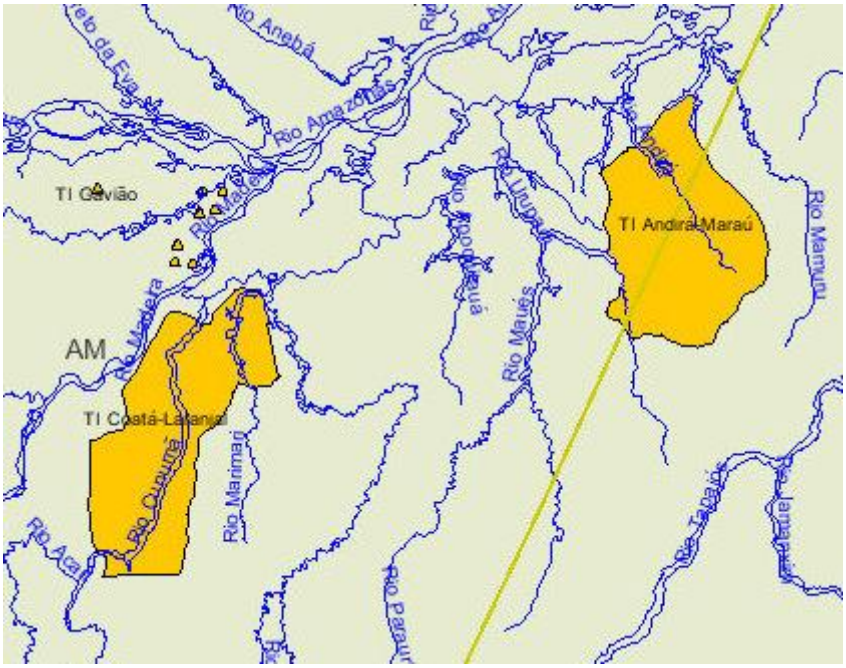

Figura 1 – Localização das Terras Indígenas Coatá-Laranjal e Andirá-Marau (ISA-IBGE)

Desde o primeiro registro histórico desse grupo indígena, pelo padre jesuíta Cristobal de Acuña em 1639 (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 260), há menções referentes aos Sateré-Mawé como índios reduzidos e cristianizados nas missões jesuíticas ou franciscanas, como escravos ou índios forros trabalhando em fazendas e colégios missioneiros, como índios tapuios vivendo nas vilas em surgimento na província do Grão-Pará a partir do século XVII, como índios bravios contra os quais se declararam guerras justas, como insurgentes contra o governo da província durante a Cabanagem, como comerciantes de guaraná, como ativistas políticos no processo de demarcação da divisa entre os estados do Pará e do Amazonas, e, finalmente, como atores do movimento social indígena, a partir da década de 1970. Desde a década de 1990,

lideranças Sateré-Mawé lançaram-se com sucesso na política regional, tendo elegido representantes no município de Barreirinhas, AM, tanto para o poder Legislativo quanto para o Executivo. A última vitória eleitoral da etnia foi a prefeitura de Barreirinhas em 2008.

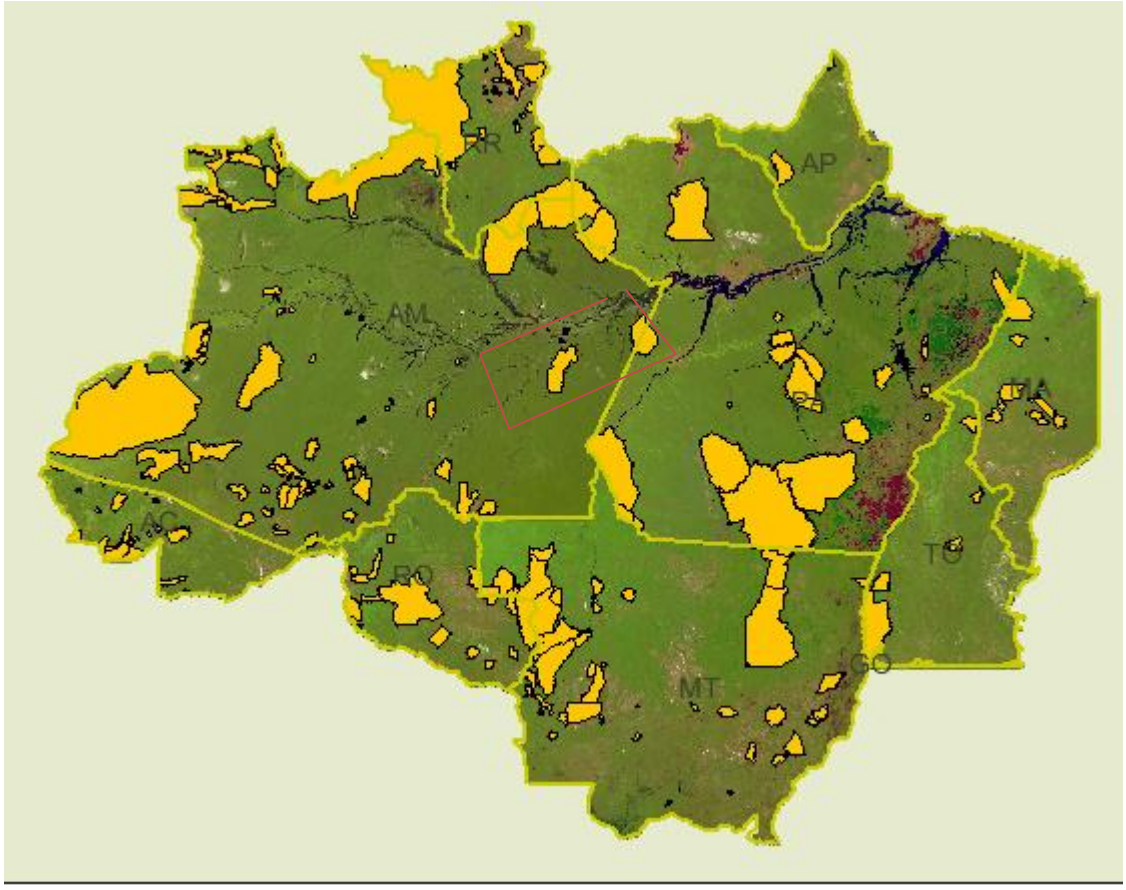

Figura 2 – Amazônia Legal com destaque para as terras indígenas demarcadas (IBGE, 2005)

A crescente organização política e mobilização do grupo levou-o a registrar formalmente diversas organizações: Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – CGTSM, Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé do Andirá – OPISMA, Organização dos Agentes de Saúde Indígena Sateré-Mawé – OASISM, Associação Indígena Sateré-Mawé do Rio Andirá – AISMA, Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé – AMISM, Organização dos Tuxauas Sateré-Mawé dos Rios Marau, Urupadi e Manjuru – TOMUPE, Associação dos Professores Indígenas Sateré-Mawé do Marau e Urupadi – WOMUPE (LORENZ, 2000). O grupo deteve também, até

2008, a coordenação-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, que representa 75 organizações indígenas.

Vale notar os diversos etnônimos empregados para designar esse grupo indígena: Acuña registra a presença dos *Maraguá*, em 1639, na foz do Madeira, "correndo pelo [rio] das Amazonas abaixo" (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 260); BETTENDORF (1910[1698]: 36-37) faz referência aos *Andirá* em 1669 e aos *Maraguá*, junto aos quais foi instalada uma missão em 1696, próxima à foz do rio Canumã, tendo como primeiro missionário o Pe. João Barreiros. O Pe. Samuel Fritz registra, em seu mapa de 1691 (apresentado no Capítulo VI), a presença dos *Mabué* a oeste do rio Tapajós, dos *Maraguá* ao sul do rio Amazonas no lado oposto à boca do rio Trombetas e dos *Andirá* em um curso d'água que NIMUENDAJÚ (1948b: 245) supõe ser o paraná Ramos. No detalhe do mapa de Emanuel BOWEN[9] abaixo, datado de 1747, observa-se essa mesma disposição geográfica dos diferentes grupos.

NIMUENDAJÚ (1948b: 245) considera que os *Maraguá* e os *Andirá* são subdivisões do mesmo grupo, sobretudo porque os últimos ocupavam a região do rio Andirá, que é tradicionalmente – e até o presente – a região ocupada pelos Mawé. Ademais, BETTENDORF (1910[1698]: 36-37) descreve com certo detalhe o processo de fabricação da bebida a partir da fruta do guaraná pelos *Andirá*, mencionando ainda seus efeitos estimulantes. Note-se que os Sateré-Mawé consideram-se como os "inventores da cultura do guaraná":

> *auto-imagem justificada ao nível da ideologia através do mito de origem, segundo o qual [eles] seriam os Filhos do Guaraná.* (LORENZ, 1992: 39)

Nunes PEREIRA (1954: 15) apresenta lista com os distintos etnônimos que fazem referência a esse grupo indígena – Maooz, Mabué, Mangués, Manguês, Jaquesez, Maguases, Mahués, Magués, Mauris, Mawés, Maraguá, Mahué, Magueses – na qual inclui ainda Arapium, confusão aparentemente introduzida por MARTIUS (1867a: 400-401) e seguida por Métraux (cf. PEREIRA, *op.cit.*). Serafim LEITE (1945: 364), contudo, identifica esse grupo com os Cumaru e especifica que haviam sido reduzidos pelo Pe. Manuel Rebelo pouco antes de 1723, embora a aldeia dos Tapajós contasse já com Arapium em 1678 (*idem*: 360). No mapa de BOWEN (1747) apresentado acima, os Arapium (Arapiyu) aparecem a leste do rio Tapajós, região que nunca foi

[9] A imagem integral do mapa consta do Anexo I, página 400.

habitada pelos Sateré-Mawé. NIMUENDAJÚ (1948b: 254), por sua vez, apesar da enorme semelhança entre o ritual Mawé da Tocandira e a prova de iniciação dos jovens Arapium com formigas saúva, considera que os últimos não são um subgrupo Mawé e, sim, uma parcialidade dos Tapajó. A partir do século XVIII, o etnônimo Maraguá desaparece dos registros históricos.

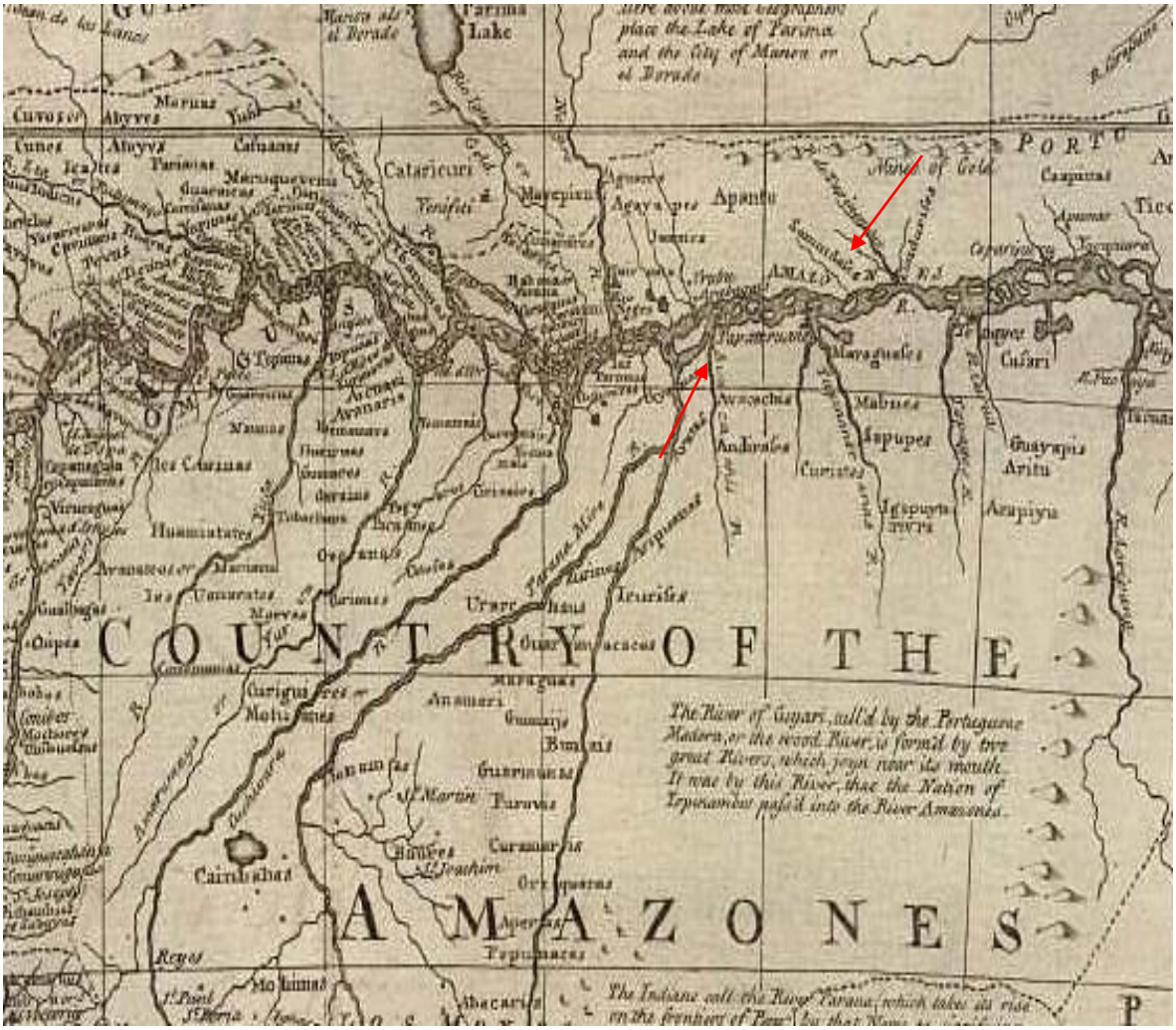

Figura 3 – Detalhe do mapa "Peru, Amazones" de Emanuel Bowen (1747)

Apesar de atualmente ser conhecido regionalmente como Mawé, o grupo autodenomina-se Sateré-Mawé. *Sateré* significa 'lagarta de fogo' e é nome da divisão clânica mais importante dessa sociedade indígena, pois é tradicionalmente o clã que indica a linha sucessória dos *tuxaua*.

Mawé quer dizer 'papagaio inteligente e curioso' e não é uma designação clânica (LORENZ, 1992: 11). De acordo com Nunes PEREIRA (1954: 65), os Mawé consideram-se descendentes dos animais e plantas que dão nome aos *ɨwania*, 'clãs' ou 'nações' na tradução nativa do termo. Segundo ALVAREZ (2005: 3), as divisões clânicas orientam os casamentos exogâmicos e classificam os diferentes "tipos de gente". Assim, por exemplo, o clã *moi* 'cobra' é o dos *paini* 'xamãs' e o *hɨwi* 'gavião' é o clã dos guerreiros. O que manteria a união das diferentes nações, de acordo com ALVAREZ (*op.cit., ibidem*), seria a participação no ritual da tocandira.

NIMUENDAJÚ (1948b: 246) classifica a língua Sateré-Mawé como fundamentalmente Tupí, porém distinta do "Guaraní-Tupinambá" (*sic*) e considera que o sistema pronominal concorda perfeitamente com o do Mundurukú e do Kuruáya. O conhecimento gramatical até aquele momento demonstrava, de acordo com o autor, sua filiação; o vocabulário, entretanto, parecia apresentar um elemento totalmente estranho ao léxico tipicamente Tupí, além de muitos empréstimos da Língua Geral Amazônica, a partir do século XVIII. Note-se que, até a década de 1950, não se havia ainda estabelecido a classificação das línguas Tupí em tronco e famílias, de forma que os pesquisadores utilizavam o termo Tupí, de maneira por vezes contraditória, para fazer referência a um agrupamento mais ou menos homogêneo de dialetos de uma mesma língua (cf. "línguas puras" em LOUKOTKA, 1929) ou como um grupo heterogêneo de línguas eventualmente bastante diversas entre si (cf. "línguas impuras" em LOUKOTKA, 1929). Nos trabalhos pioneiros de classificação sistemática das línguas Tupí, RODRIGUES (1955; 1958a; 1958b; 1964) inclui o Sateré-Mawé na família Tupí-Guaraní, classificando-a, posteriormente, como membro único de uma família linguística independente no âmbito do tronco Tupí (RODRIGUES, 1984/1985). Essa posição é também defendida por Wolf DIETRICH (1990: 115) e reiterada, com base em amplo estudo histórico-comparativo, por RODRIGUES & DIETRICH (1997).

Por fim, em relação à situação sociolinguística dos Sateré-Mawé, convém ressaltar, primeiramente, que esse grupo é um dos que apresenta maior densidade demográfica dentre as etnias brasileiras, sendo uma das línguas mais representativas da Amazônia Brasileira (SILVA, 2005: 78). Em termos numéricos, verifica-se a vitalidade da língua, falada por 95,9 % da população (TEIXEIRA[10], 2005 *apud* SILVA, 2005: 78), muito embora se observe predominância do uso constante da língua entre os mais idosos e forte influência do português nas novas gerações

[10] TEIXEIRA, Pery. 2005. *Sateré-Mawé*: Retrato de um Povo Indígena. Diagnóstico Sócioparticipativo. Manaus: Universidade Federal do Amazonas.

(SILVA, 2005: 78). O processo continuado de migração para as cidades, a crescente escolarização bilíngue, a situação de bilinguismo em graus variados, marcadamente com predominância entre a população masculina, e o uso crescente do português, sobretudo nas aldeias mais próximas às áreas urbanas, são fatores de risco para a estabilidade e a vitalidade da língua.

0.2.1 – *PESQUISAS ANTERIORES*

A literatura relativa aos Sateré-Mawé inclui trabalhos etnográficos e linguísticos[11], além de cartilhas e textos produzidos pelo *Summer Institute of Linguistics*. Existe, por outro lado, uma literatura Sateré-Mawé[12] que inclui lendas, fábulas e mitos publicados em português, bem como livros didáticos e de leitura, e textos literários publicados na própria língua nativa. Nesta categoria, incluem-se as obras de Yaguarê Yamã – *Sehaypóri, o livro sagrado do povo Sateré-Mawé* e *Puratiĩ, o remo sagrado*, publicadas pela editora Peirópolis – assim como os livros que resultaram dos projetos "Revitalização da Língua e Cultura Sateré-Mawé" e "Elaboração de uma Gramática Pedagógica Sateré-Mawé", ambos coordenados pela Profa. Dulce Franceschini e desenvolvidos em conjunto com os professores Sateré-Mawé, coautores da gramática (FRANCESCHINI & SATERÉ-MAWÉ, 2005) e autores dos textos publicados (FRANCESCHINI & SATERÉ-MAWÉ, 2007). A pesquisa de Dulce Franceschini, que teve início em 1993, e o apoio que tem dado às comunidades Sateré-Mawé levaram também à publicação de uma coletânea de livros em parceria com a Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé do Andirá – OPISMA[13]. O Pe. Henrique UGGÉ (1986), da prelazia de Parintins, também prestou apoio educacional às comunidades Sateré-Mawé e publicou uma cartilha para a alfabetização, tendo feito uma revisão crítica e melhorado em diversos aspectos a ortografia proposta para a língua

[11] Os registros históricos deixados por cronistas e viajantes, do século XVII ao XIX, como as crônicas e relatos da atuação missioneira e da administração da província, são considerados na Parte II deste estudo.

[12] Por literatura Sateré-Mawé entendo textos, literários ou não, produzidos/coligidos e publicados por integrantes deste grupo étnico; não me refiro a textos literários de caráter fabuloso ou mitológico publicados sem o conhecimento ou consentimento do grupo. Restrinjo, assim, o critério para inclusão nessa categoria aos direitos de autor. Tampouco faço referência aqui à literatura oral.

[13] FRANCESCHINI, Dulce C. & OPISMA (Orgs.). 1997. *Sateré-Mawé pusu etiat wemu'e hap* (livro de alfabetização). Brasília: MEC. / ____. 1998. *Sateré-Mawé mowe'eg hap* (livro de leitura). Manaus: SEDUC/IER-AM. / ____. 2000. *Warana sa'awy etiat* (Literatura Sateré-Mawé). Brasília: MEC. / ____. 2000. *Wantym sa'awy etiat* (Literatura Sateré-Mawé). Brasília: MEC.

pelo SIL. O Pe. UGGÉ (s/d) publicou ainda uma coletânea de textos de caráter fabuloso e literário escritos por membros da comunidade Mawé[14].

Quanto à pesquisa etnográfica, foram vários os pesquisadores que visitaram os Mawé desde o século XIX, deixando algum registro etnográfico e eventualmente um vocabulário da língua; esses trabalhos, no entanto, dificilmente podem ser considerados etnografias no sentido clássico. Karl von MARTIUS (1867a) estimou a população em 16 mil indivíduos e registrou informações variadas em relação aos costumes, alimentação, habitação, ritos funerários, bem como apresentou lista com os nomes de doze clãs, que o autor chama de "hordas". Além de apresentar alguns equívocos, misturando a língua Mawé com a Língua Geral Amazônica, MARTIUS (*op.cit.*: 400-401) introduziu a confusão dos etnônimos Mawé e Arapium, com base na informação etnográfica apresentada pelo Pe. DANIEL (1976(1): 265-266) sobre estes últimos.

Em 1872, Barbosa RODRIGUES[15] (1882: 10 *apud* LORENZ, 1992: 26, nota 3) atravessou a terra Mawé a pé, do rio Tapajós até o Maué-Assú, tendo publicado dez anos mais tarde as informações etnográficas que coligiu. Não foi possível ter acesso a essa obra, mas, de acordo com NIMUENDAJÚ (1948b: 246), seus dados não puderam ser confirmados em alguns casos. Curt Nimuendajú coletou informações junto ao grupo em uma breve visita ao rio Mariacoã realizada em 1923, as quais foram organizadas e publicadas no *Handbook of South American Indians* (NIMUENDAJÚ, 1948b). O autor, contudo, baseou-se, para essa publicação, essencialmente nas observações e dados cedidos por Nunes Pereira, que realizara trabalho de campo de três meses em 1939 entre os moradores de Ponta Alegre, Vila Nova, Araticum, no rio Andirá, e Maué-Assú (PEREIRA, 1954: 7). O primeiro trabalho que se aproxima de uma etnografia é o de PEREIRA (1954), em que o autor apresenta as informações etnográficas relativas ao grupo, abordando questões históricas, o território, organização social e práticas culturais, mas também a interação dos Mawé com os grupos vizinhos. Ademais, o autor complementa os dados etnográficos com anotações musicais, algumas lendas e dois vocabulários.

---

[14] UGGÉ, Henrique. 1986. *Primeira Cartilha Sateré-Mawé*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, SEDUC/NTR. / ____. s/d. *As Bonitas Histórias Sateré-Mawé*. Governo do Estado do Amazonas, SEDUC.
[15] RODRIGUES, J. Barbosa. 1882. A Emancipação dos Mahués. *Revista da Exposição Antropológica*.

Na década de 1950, LEACOCK[16] (1958 e 1964 *apud* ALVAREZ, 2006: 13) realizou trabalho de campo para sua tese de doutorado sobre fatores econômicos e sociais do grupo, enfatizando em sua pesquisa a mudança cultural, conforme a preocupação geral da época. Jorge Osvaldo ROMANO[17] (1982 *apud* ALVAREZ, 2006: 13) centrou seus estudos nos índios Sateré-Mawé que vivem no meio urbano, na cidade de Manaus. Esse autor dá grande ênfase à atuação política do grupo e às redes sociais que conectam os Mawé urbanos com as comunidades em terra indígena e com as agências de cooperação que se engajam na mobilização política do grupo. Também na década de 1980 a antropóloga Sônia Lorenz, integrante do Centro de Trabalho Indigenista – CTI – prestou assessoria aos Sateré-Mawé no processo de demarcação da terra indígena e na comercialização do guaraná, o que a levou a ter participação importante na mobilização dos Mawé contra a construção da rodovia que dividiria a área, bem como contra a instalação da petroleira francesa Elf-Acquitaine, com interesses na região (LORENZ, 1992).

Na década de 1990, realizaram-se estudos de caráter etno-histórico, além da publicação da mitologia Sateré-Mawé pelo Pe. Henrique UGGÉ[18] (1991). A dissertação de mestrado de Marcel MANO (1996: 2) avalia a questão da adaptação, ou seja, o processo de ocupação e fixação do grupo ao ambiente amazônico, enfocando especificamente a (etno-)história dos sistemas sociais Mawé adaptados à floresta tropical. MANO (1996: 32) avalia que os Mawé devem constituir-se de um amálgama de elementos emprestados de diversas culturas que partilham a mesma língua, o mesmo sistema sócio-adaptativo e ocupam o mesmo espaço geográfico. Por sua vez, a tese de doutorado de Alba FIGUEROA (1997: 1) trata das representações e das práticas relativas à saúde, à doença e à morte, adotando abordagem que enfatiza o contexto histórico e social. A autora exacerba a ideia de MANO (*op.cit.*: 32) de uma designação genérica Mawé referente a uma unidade inclusiva maior ao levantar a hipótese, refutada por ALVAREZ (2006: 14), de que os Sateré-Mawé seriam um povo mestiço, formado por um forte componente Tupinambá sobre uma matriz local não identificada (FIGUEROA, *op.cit., ibidem*).

---

[16] LEACOCK, Seth. 1958. Economic and social factors in Mawe persistence. Ph.D. Dissertation, Berkley University. / ____. 1964. Economic life of the Maué Indians. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Antropologia, 19, Belém: MPEG.

[17] ROMANO, Jorge O. 1982. Indios proletarios en Manaus: el caso de los Sateré-Mawé citadinos. Dissertação de Mestrado, Brasília: UnB.

[18] UGGÉ, Henrique. 1991. *Mitologia Sateré-Mawé*, Equador: Abya-Yala. 205p.

Finalmente, os estudos antropológicos mais recentes sobre os Sateré-Mawé são os que vêm sendo realizados por Gabriel ALVAREZ (2004; 2005; 2006; 2009) no âmbito do projeto de pesquisa "Tradição e Política Sateré-Mawé", que o autor desenvolveu de 2003 a 2007 junto ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (ALVAREZ, 2009). A partir da hipótese de que a tradição cultural implica um programa político que se expressa na organização social do grupo, ALVAREZ (2004) aborda a política implementada por esse grupo indígena e suas demandas por uma cidadania diferenciada, descrevendo a forma com que o grupo lida com a ordem nacional e transnacional. O autor analisa os aspectos simbólicos do ritual da tocandira – *waumat* (*idem*, 2005), avalia o sistema de parentesco e os rituais de afinabilidade Sateré-Mawé (*idem*, 2006) e aprofunda a análise do ritual da tocandira à luz da teoria do parentesco, mostrando como esse ritual estrutura as relações de parentesco (*idem*, 2009).

A primeira literatura linguística existente sobre o Sateré-Mawé constitui-se essencialmente de uma coleção de vocabulários da língua. Henri COUDREAU (1897: 173-181), durante sua viagem ao rio Tapajós entre 1895 e 1896, registrou um pequeno vocabulário Mawé, de difícil utilização devido à grafia afrancesada e a dificuldades de compreensão de alguns sons por parte do autor. Seu informante foi Manuel Lourenço da Silva, morador de Montanha, no rio Tapajós. Curt NIMUENDAJÚ (1929) registrou não um, mas dois vocabulários no mesmo artigo, o primeiro coletado junto ao índio Antônio Ferreira Lima, do Posto Indígena Maicy, em 1922; para o segundo vocabulário, coletado em 1923 durante sua visita ao rio Mariacoã, teve diversos informantes da comunidade. Theodor KOCH-GRÜNBERG (1932) registrou um vocabulário, coletado em Manaus no ano de 1924 junto a Antônio Ferreira Lima, o mesmo informante de Nimuendajú. Nunes PEREIRA (1954: 127 *et seq*) também apresenta dois vocabulários: o primeiro, a que chama comparativo, reúne, lado a lado, seus dados e os de NIMUENDAJÚ (1929), ao passo que o segundo é um vocabulário coligido por Teófilo Tiuba no Posto Indígena do rio Andirá.

O estudo linguístico propriamente dito desta língua começa com o proselitismo religioso dos missionários evangélicos do *Summer Institute of Linguistics* – SIL – nos anos 1960. O resultado dos estudos da língua realizados pelo casal Sue e Albert Graham, com base em dados coletados no ano de 1960 em Vila Nova, no rio Andirá, foram registrados em materiais de uso interno, dos quais foi possível ter acesso a planilhas esquemáticas de verbos e pronomes (GRAHAM, 1964) e aos resultados do estudo fonêmico (GRAHAM & GRAHAM, 1967). O casal de

missionários também publicou, em revista do Rio de Janeiro[19], um artigo sobre a fonologia da língua e, em conjunto com Carl Harrison, um trabalho sobre os prefixos pessoais e os numerais (GRAHAM, GRAHAM & HARRISON, 1984). Sue GRAHAM (1995) elaborou uma gramática pedagógica do Sateré-Mawé, voltada, ao que tudo indica, para os próprios missionários estrangeiros, uma vez que o texto é em inglês; e Frank Brandon, apesar de não ser missionário do SIL, trabalhou em conjunto com Albert Graham na elaboração de um dicionário bilíngue Sateré-Português/Português-Sateré, que passou por várias revisões, mas nunca chegou a ser publicado (BRANDON & GRAHAM, 1983), provavelmente devido ao falecimento prematuro de Brandon. O objetivo último do estudo do Sateré-Mawé pelos missionários do SIL era a tradução do Novo Testamento, que foi, de fato, publicado em 1989. Com base nesses estudos, contudo, o SIL (1963a; 1963b; 1965) publicou também três cartilhas bilíngues Sateré-Mawé e um livro de frases (*idem*, 1978).

O estudo linguístico de caráter acadêmico da língua desenvolve-se apenas a partir dos anos 1990. O trabalho histórico-comparativo realizado por RODRIGUES & DIETRICH (1997) dá continuidade aos estudos classificatórios no âmbito do tronco Tupí, em especial da família linguística Tupí-Guaraní, em desenvolvimento desde os anos 1950, mas inaugura na linguística indígena brasileira um período de estudos comparativos e reconstrutivos mais amplos, utilizando o método histórico-comparativo e abrangendo a fonologia e a morfologia, questões lexicais e semânticas, impulsionados pela maior quantidade de dados disponíveis das diversas línguas. A dissertação de mestrado de Márcia SUZUKI (1997) concentra-se na análise do sistema dêitico Sateré-Mawé em suas três dimensões: espacial, temporal e pessoal; enquanto a tese de doutorado de Dulce FRANCESCHINI (1999) faz uma descrição e análise morfossintática da língua. A produção linguística de FRANCESCHINI (2002; 2005; 2007; 2008; 2009a; 2009b) tem sido contínua, avaliando diversos aspectos da gramática dessa língua, especialmente as vozes verbais, os demonstrativos e as posposições, além dos projetos que vem desenvolvendo em conjunto com os professores Sateré-Mawé para revitalização da língua, que renderam diversos livros de alfabetização, de textos e gramática, além de uma pequena coletânea de textos literários, mencionados anteriormente (cf. nota 13).

[19] GRAHAM, Albert & GRAHAM, Sue. 1978. Assinalamento fonológico das unidades gramaticais em Sateré. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, 3(3): 219-231. Rio de Janeiro.

Raynice SILVA (2005) empreendeu, em sua dissertação de mestrado, o estudo da fonologia da língua, tendo como orientação teórica básica a análise fonêmica de Pike, e elaborou a análise sobre o padrão acentual do Sateré-Mawé (SILVA, 2006). Dando continuidade ao estudo descritivo da língua, SILVA (2007b) dedica-se ao estudo morfossintático em seu projeto de doutorado, ao passo que Sérgio MEIRA (2006a e 2006b) analisou as propriedades morfossintáticas dos verbos estativos dessa língua em dois artigos, cujos textos diferem unicamente pela inclusão, no segundo, de uma seção em que o autor apresenta comparação com a situação em outras línguas do tronco Tupí.

0.3 – AWETÍ: O POVO E A LÍNGUA

O etnólogo alemão Karl von den Steinen foi o primeiro a travar contato com os índios Awetí, em duas expedições ao Xingu no final do século XIX. Na primeira, em 1884, o chefe Suyá fez-lhe uma longa lista com todos os treze grupos que residiam na região superior do Xingu e traçou na areia um mapa com os afluentes desse rio e a localização das aldeias. A localização da aldeia Awetí próxima à confluência dos rios Kuluene e Kurisevo somente pôde ser confirmada pelo etnólogo na segunda expedição, em 1887, em que se fez acompanhar por Paul Ehrenreich. No livro em que relata ambas as expedições, STEINEN (1940: 139) descreve o encontro com os Awetí da seguinte maneira:

> *A nossa partida de 16 de outubro [de 1887] deu-se às 7 horas. Ao meio-dia ouvimos gritos, em bom tupí, vindos da margem esquerda: "katú, Awetö, katú, katú!" 'Os Awetö são bons'!*

O autor apresenta, além de notas sobre aspectos culturais da vida dos índios Awetí, uma lista com 244 itens lexicais, referentes às partes do corpo humano, relações de parentesco, objetos culturais, fauna e flora. Descreve a região habitada pelos Awetí como contendo uma rede intrincada de canais e lagunas que estabelecem a ligação entre os diversos grupos que habitam a região, estando a aldeia Awetí localizada na parte central da navegação pelos canais. A aldeia Awetí apresentava também uma grande movimentação de pessoas de diversas etnias, vindas das mais variadas aldeias, sendo uma espécie de ponto de encontro e local de troca de informações e notícias (STEINEN, 1940: 141).

As expedições seguintes, de Hermann Meyer, em 1895/96 e em 1898/99, e Max Schmidt, em 1900/01, encontraram os Awetí na mesma região visitada por von den Steinen (COELHO DE SOUZA & DRUDE, 2006). SCHMIDT (1942) registrou um vocabulário de 160 itens, além de importantes dados etnográficos.

Atualmente, existem duas aldeias Awetí localizadas à margem direita do rio Tuatuari, na mesma região de lagunas, canais e remansos no centro da área cultural do Alto Xingu, entre falantes de língua Aruák – a oeste e sul – e Karíb – a leste – onde foram primeiramente contatados pelas várias expedições de etnólogos alemães. Os Awetí constituem uma das quatorze etnias integrantes do Parque Indígena do Xingu – PIX – Mato Grosso, idealizado pelos irmãos Villas Boas e criado em 1961. O Parque Indígena do Xingu foi a primeira terra indígena homologada no Brasil e localiza-se na região nordeste do Estado do Mato Grosso, ao sul da Amazônia Legal (Fig. 2), numa zona de transição ecológica entre a floresta e a savana do Planalto Central. O Parque abriga os formadores do rio Xingu – Kuluene, Tanguro, Kurisevo e Ronuro – e seus primeiros afluentes, sendo ele mesmo um dos principais tributários do rio Amazonas. A população total do Parque em 2009, segundo dados da FUNASA, era de 6.152 indivíduos (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2009) falantes de diversas línguas dos quatro grandes grupamentos linguísticos do país – Karíb, Aruák, Tupí e Jê – além do Trumái, membro único de família linguística isolada.

Os Awetí, que tradicionalmente desempenhavam um papel central no sistema alto-xinguano de trocas de informações e bens, como deixam entrever as informações de STEINEN (1940: 141), sofreram um profundo processo de depopulação ao longo do século XX, tendo chegado a pouco mais de vinte indivíduos na década de 1950. Atualmente, encontram-se em franca revitalização, devido à melhoria nas condições de saúde desde a criação do Parque, e contam hoje com uma população de 176 pessoas (FUNASA, 2010).

Contrariamente ao que se poderia esperar, a língua Awetí apresenta razoável vitalidade, apesar do número reduzido de falantes, sendo dominante dentro do grupo e aprendida como língua principal pela quase totalidade das crianças (COELHO DE SOUZA & DRUDE, 2006). Em realidade, é com assombro que se constata a manutenção da língua e da autonomia e coesão desse grupo indígena que esteve à beira do desaparecimento, em especial no ambiente multilíngue da área cultural alto-xinguana. Note-se que é corrente o domínio, pelo menos

passivo, de outros idiomas indígenas, sobretudo o Kamayurá, em decorrência da convivência diária na aldeia, devido a casamentos com membros dessa etnia, além do avanço do português no quotidiano do Parque.

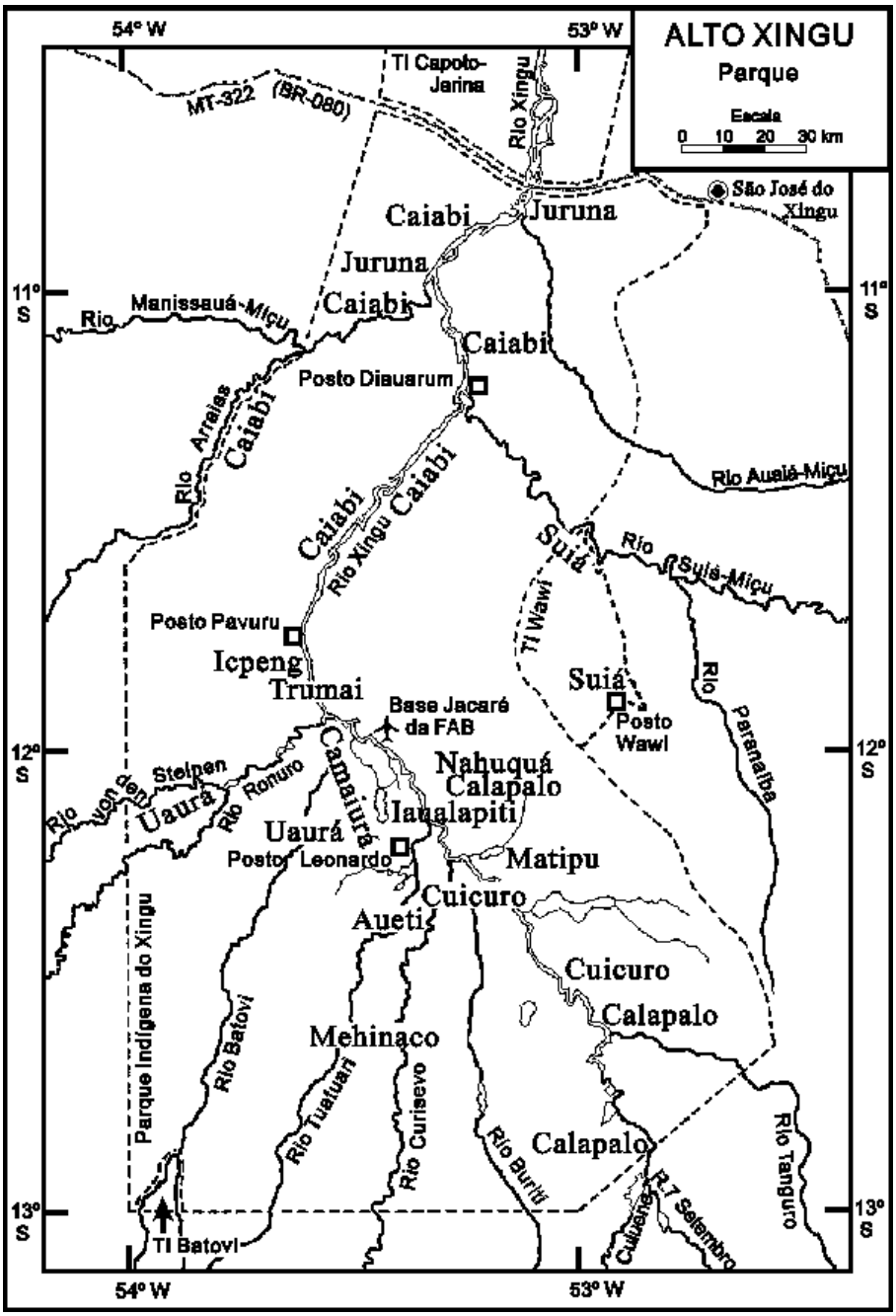

Figura 4 – Parque Indígena do Xingu – PIX

Como foi visto acima, von den Steinen não teve dificuldades em reconhecer essa língua como Tupí, embora estivesse fazendo referência à língua Tupí (entendida como a língua dos Tupinambá, Tupinikín, Potiguára, etc.) e não a uma família ou tronco linguístico:

> *Os Tupí estão disseminados por imensas extensões. (...) Os Guaraní do Paraguai falam só um dialeto do tupí. (...) O seu idioma foi elevado, pelos jesuítas, à categoria de "língua geral". (...) No Kurisevo estão representados pelos Auetö e pelos Kamayurá, sendo que o idioma destes últimos coincide mais com a língua geral* (STEINEN, 1940: 196).

O posicionamento do Awetí no âmbito do tronco Tupí foi-se tornando mais claro com o início da pesquisa linguística propriamente dita, no final da década de 1960, realizada por Ruth Monserrat, primeira linguista a descrever a língua, e com o maior conhecimento das demais línguas constituintes das diversas famílias linguísticas que o compõem. Como se viu anteriormente, os primeiros estudos classificatórios das línguas Tupí incluíam o Awetí na família Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 1955; 1958a; 1958b; 1964), tendo sido, posteriormente, classificado como membro único de uma família linguística independente no âmbito do tronco Tupí (RODRIGUES, 1984/1985). Essa posição também foi defendida por Wolf DIETRICH (1990: 115) e reiterada por RODRIGUES & DIETRICH (1997). Estudos recentes (DRUDE, 2006) confirmam a posição do Awetí como membro único de uma família independente no âmbito do tronco Tupí.

0.3.1 – *PESQUISAS ANTERIORES*

Tendo o contato com os Awetí iniciado bastante tardiamente, já no final do século XIX, não há registros desse povo nos relatos dos viajantes ou cronistas dos primeiros tempos da colônia. O primeiro registro histórico do grupo foi realizado por Karl von den STEINEN (1940) em 1887, seguido pelo também alemão Max SCHMIDT (1942) em 1900/01, tendo ambos compilado dados etnográficos e vocabulário. O vocabulário de von den STEINEN (1940: 676-679) apresenta termos para partes do corpo, itens da natureza, termos de parentesco, itens culturais, nomes de alguns animais e plantas, cores e números. O de Max SCHMIDT (1942: 384-389) registra partes do corpo, itens da natureza, elementos etnográficos, nomes de animais e plantas, substantivos abstratos, adjetivos e verbos. SCHMIDT (*op.cit.*: 384) esclarece que seu vocabulário

Awetí serve como um complemento ao levantamento de von den Steinen, acrescentando a este uma maior quantidade de verbos, e cita, entre parênteses, os termos anotados pelo último.

Desde o período de exploração dos rios formadores do Xingu, a partir das expedições da Comissão Rondon, os sertanistas, indigenistas do Serviço de Proteção ao Índio e pesquisadores que penetraram na região do Alto Xingu pouco acrescentaram ao conhecimento científico dos Awetí. Mencionados de maneira ligeira e esporádica na literatura antropológica, talvez pelo número diminuto da população – Eduardo GALVÃO (1979[1959]: 216) os apresenta como em vias de extinção –, são raros os estudos específicos sobre esse grupo indígena. Estão, naturalmente, presentes na coletânea de mitos xinguanos dos irmãos Villas Boas (VILLAS BOAS & VILLAS BOAS, 1970) e no estudo de Jorge ZARUR[20] (1975) sobre parentesco e ritual no Alto Xingu, mas é Pedro Agostinho da SILVA[21] (1970) que analisa uma variante Awetí do mito de origem xinguano. Mais recentemente, Marcela COELHO DE SOUZA[22] (1994 e 2001) dedicou-se a um estudo preliminar da língua, primeiramente, e, a partir da pesquisa etnográfica, empreendeu algumas notas para a história Awetí. O estudo etno-histórico do Alto Xingu vem ganhando impulso com o desenvolvimento de pesquisa arqueológica e etnoarqueológica, encabeçada especialmente por Michael Heckenberger, em uma perspectiva interdisciplinar, que vem sendo desenvolvida desde a década de 1990. As pesquisas arqueológicas e etnoarqueológicas e a literatura etno-histórica decorrente desses estudos interdisciplinares são tratadas em maior detalhe na Parte II desta tese, dedicada à etno-história.

As pesquisas linguísticas referentes à língua Awetí têm início em 1969, com o trabalho de documentação e análise da língua desenvolvido por Ruth Monserrat, que deu origem a quatro trabalhos iniciais: o primeiro sobre a fonologia (EMMERICH & MONSERRAT, 1972) e posteriormente sobre a nasalidade (MONSERRAT, 1977), bem como sobre aspectos gramaticais, como os processos de negação (*idem*, 1975) e os prefixos pessoais (*idem*, 1976). Retomando o trabalho com essa língua, anos mais tarde, MONSERRAT (2000) analisou as características lexicais e morfológicas das falas masculina e feminina, publicou um vocabulário e frases Awetí com proposta ortográfica (*idem*, 2001), voltou a tratar de questões fonológicas (*idem*, 2002a) e, mais

[20] ZARUR, Jorge. 1975. *Parentesco, ritual e economia no alto Xingú*. Brasília: FUNAI.
[21] SILVA, Pedro Agostinho da. 1970. Estudo preliminar sôbre o mito de origens xinguano. Comentário a uma variante Awetï. *Universitas - Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, 6-7: 457-519.
[22] COELHO DE SOUZA, Marcela. 1994. A Língua Aweti (Tupi, Alto Xingu). (Avaliação Final do Curso de Especialização em Línguas Indígenas Brasileiras, Museu Nacional). [ms]

recentemente, além de expandir o vocabulário com inclusão de novos dados (*idem*, 2007a), contribuiu para a classificação das línguas Tupí, explorando o grau de parentesco genético entre Awetí e Tupí-Guaraní a partir de evidências morfossintáticas (*idem*, 2007b).

Aspectos da morfossintaxe do Awetí foram analisados por Cristina BORELLA (2000) em sua dissertação de mestrado, partindo da análise das categorias lexicais da língua. A partir do ano 2000, a Fundação Volkswagen deu início ao Programa DoBeS de documentação de línguas potencialmente em perigo de extinção, tendo o Awetí sido incluído no projeto no período 2001-2005, devido, especialmente, ao número restrito de falantes. Sebastian Drude foi o linguista principal do projeto, responsável pela coleta e arquivamento dos dados da língua Awetí. Além de um primeiro artigo sobre as diferenças entre a fala masculina e feminina (DRUDE, 2002), o levantamento de dados realizado ao longo do Projeto DoBeS somente começou a render análises e descrições da língua nos últimos dois anos. Embora os dados linguísticos do Awetí arquivados no *site* do Programa DoBeS não sejam de acesso livre à comunidade científica, DRUDE, REITER & LIEB (2006) registraram na página internet do Programa DoBeS parte da documentação Awetí, em especial dados relativos a questões culturais, históricas e etnográficas. Posteriormente, com a participação do autor no "Projeto Tupí Comparativo" desenvolvido pela equipe do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, DRUDE (2006) enfocou a classificação da língua e seu posicionamento no âmbito do subgrupo "Mawetí-Guaraní", designação utilizada pelo autor para fazer referência ao estágio de desenvolvimento Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (cf. RODRIGUES & DIETRICH, 1997). Mais recentemente, Drude vem dedicando-se à descrição e análise da língua com base nos dados acumulados, tendo publicado um estudo do paradigma de modo-tempo-aspecto do verbo Awetí (DRUDE[23], 2008), bem como uma análise fonológica aprofundada sobre a harmonia nasal da língua em dois estudos distintos e complementares (*idem*, 2009a e 2009b).

[23] DRUDE, Sebastian. 2008. Tense, aspect and mood in Awetí verb paradigms: analytic and synthetic forms. In: HARRISON, D.; ROOD, D. & DWYER, A. (orgs.), *A world of many voices: lessons from endangered languages*. Berlin/Philadelphia: Benjamins.

0.4 – PROTO-TUPÍ-GUARANÍ: O POVO E A LÍNGUA

É da noção um tanto vaga de línguas Tupí 'puras', mencionada anteriormente, que emerge o conceito linguístico-histórico de família Tupí-Guaraní, quando da análise sistemática dos graus de parentesco, de acordo com a escala de Morris Swadesh[24], e com base na estatística lexical, realizada por RODRIGUES (1955: 1065-1067) e que levou ao reconhecimento do tronco Tupí como um grande agrupamento de línguas com afinidade genética (*idem*: 1067), o que foi reiterado em RODRIGUES (1958a e 1958b).

Os procedimentos metodológicos e as técnicas empregadas na classificação interna do tronco linguístico Tupí foram explicitados por RODRIGUES (1964: 99-101), enfatizando os critérios puramente linguísticos necessários para distinguir diferentes graus de parentesco. Naturalmente, a noção de grau de parentesco genético, decorrente do correspondente tempo de diversificação necessário para o desenvolvimento divergente das línguas, baseia-se no maior ou menor grau de diferenciação fonológica, lexical e gramatical passível de ser observado nas línguas e implica considerar uma língua originária comum – a protolíngua.

Com a introdução desses critérios e métodos rígidos, firmaram-se, na linguística indígena brasileira, conceitos especificamente linguísticos para a compreensão do desenvolvimento histórico das línguas indígenas, entre os quais os de família e tronco linguísticos. Esse modelo genético de diversificação linguística, solidamente estabelecido sobre o método histórico-comparativo, leva necessariamente a propostas de estágios anteriores, isto é, a postular protolínguas.

A primeira tentativa de reconstrução do sistema fonológico do Proto-Tupí-Guaraní foi publicada por LEMLE (1971), em estudo que implementava a classificação interna dessa família linguística, postulando um sistema com seis vogais orais e suas contrapartes nasais e doze consoantes, além de reconstruir um pequeno vocabulário de 212 itens. A classificação interna da família foi revista por RODRIGUES (1984/1985), a partir de uma seleção de propriedades lexicais e estruturais, e posteriormente por RODRIGUES & CABRAL (2002), com base em novos critérios

[24] SWADESH (1955a: 1001 *apud* RODRIGUES, 1958a: 233) sugere a seguinte escala para a determinação de graus de parentesco genético entre línguas: < 12% = *phylum*; > 12% = tronco; > 36% = família; > 60% = subfamília; < 81% = língua; > 81% = dialetos. (SWADESH, M. 1955. Towards a satisfactory genetic classification of Amerindian languages. *Anais*, XXXI Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, p. 1001-1012.)

fonológicos e gramaticais, e por MELLO (2002), fundamentando-se unicamente em critérios lexicais. Mas foi JENSEN (1990a), sob a orientação de Rodrigues, que introduziu modificações nos protofonemas publicados por LEMLE (*op.cit.*). Contudo, um novo inventário de protofonemas, baseado no maior conhecimento das línguas da família, foi proposto por RODRIGUES (1995a) e RODRIGUES & DIETRICH (1997) e, posteriormente, por SCHLEICHER (1998).

JENSEN (1998a e 1998b) empreendeu estudo comparativo de diversas línguas Tupí-Guaraní e, posteriormente, fez uma compilação dos estudos históricos Tupí-Guaraní, descrevendo até onde possível a fonologia, morfologia e a sintaxe desta protolíngua (JENSEN, 1999). As questões metodológicas, bem como os diversos aspectos históricos analisados por diferentes autores, são tratadas em maior detalhe no Capítulo I, enquanto a reconstrução de determinados aspectos fonológicos e morfossintáticos do Proto-Tupí-Guaraní são apresentados nos Capítulos II e III.

Característica marcante das línguas Tupí-Guaraní é a notável extensão geográfica que ocupam. No século XVI, estavam distribuídas por toda a costa oriental do Brasil e pela Bacia do Paraná. Atualmente, encontram-se espalhadas por todo o território nacional e, além de suas fronteiras, no norte da Argentina, no Paraguai, na Bolívia e na Guiana Francesa, todas com impressionante semelhança lexical e gramatical, apesar da dispersão geográfica (RODRIGUES, 1986: 32). São mais de quarenta línguas identificadas como membros dessa família linguística, algumas já extintas, outras recentemente 'descobertas'. Com base justamente nas semelhanças entre essas línguas, Greg URBAN (1998[1992]: 91), apoiando-se em RODRIGUES (1986) e, por analogia, no tempo de separação da família Românica do tronco Indo-Europeu, sugeriu pelo menos 2.000 anos de dispersão, ou seja, uma idade de cerca de 2.000 anos para o Proto-Tupí-Guaraní[25]. Note-se que, de acordo com SWADESH *et al.* (1954: 361, nota 1),

> *The terms applying to different ranges of time depth are applied according to a flexibly used scale: 'family' for groupings of up to about 2000 years of time depth, 'stock' from about 2000 to 5000 years, phylum for greater time depths*[26].

[25] RODRIGUES (1964: 103-104) sugere uma idade de 2500 anos para o Proto-Tupí-Guaraní (cerca de 35% de cognatos) e 5000 anos para o Proto-Tupí (11% de cognatos).

[26] Essa escala proposta e utilizada por Morris Swadesh torna incompreensível a afirmação de SCHLEICHER (1998: 325) de que a única datação proposta para o PTG – de 5500 a 6000 anos – é de autoria desse autor [SWADESH, M. 1959. Mapas de classificación lingüística de México y las Américas. México: UNAM]. Embora não tenha tido acesso ao mapa de Swadesh em que a data teria sido publicada, a única explicação possível para tamanha profundidade temporal é que Swadesh tenha misturado dados de línguas Tupí e Tupí-Guaraní no cálculo

Essa profundidade temporal pode ser sustentada por evidências arqueológicas, de acordo com o modelo de dispersão da cerâmica Tupiguaraní[27] proposto por José BROCHADO[28] (1984 *apud* FAUSTO, 1998[1992]: 382), em oposição ao modelo proposto por Alfred MÉTRAUX (1927: 2-3), que defendia que a identidade cultural e linguística entre os diferentes grupos da costa atestam uma data recente de migração. Se, por um lado, o conceito de migração, conforme utilizado por Métraux, parece estar mal-empregado aqui (cf. NOELLI, 1996), como se verá adiante; por outro, o modelo arqueológico de BROCHADO (*op.cit.*) contradiz frontalmente os dados linguísticos ao propor uma rota de dispersão no sentido norte-sul. Convém salientar, naturalmente, a relevância das discussões relacionadas à identificação do local de origem dos povos Tupí-Guaraní para a questão das rotas de dispersão e dos modelos de expansão desses povos; questões que vêm despertando o interesse dos pesquisadores desde a primeira metade do século XIX e permanecem ainda abertas ao debate.

De outra parte, é preciso considerar que, embora seja uma construção mental hipotética, a reconstrução comparativa de uma protolíngua permite evidenciar a pré-história linguística na medida em que se aproxima da realidade linguística ancestral. Ainda que não seja possível reconstruir inteiramente uma língua em toda sua extensão e apesar de que uma reconstrução comparativa seja necessariamente reducionista em certa medida – eliminando em parte as

---

glotocronológico. Essa explicação é possível, porém pouco provável, já que o tronco Tupí fora estabelecido no Congresso Internacional de Americanistas, em 1954 (RODRIGUES, 1955), do qual Swadesh participara; a classificação interna da família TG, apresentando os critérios léxico-estatísticos propostos por Swadesh durante o mesmo Congresso (SWADESH, 1955a), foi publicada em inglês no *International Journal of American Linguistics* (RODRIGUES, 1958a) – ao qual se presume que Swadesh teria tido acesso. No mesmo ano, Swadesh publicou em conjunto com Rodrigues (HANKE, SWADESH & RODRIGUES, 1958 – ver nota 141) artigo sobre fonologia Mekéns, com a inclusão de um quadro comparativo das vogais do PT, sustentando a consistência linguística do tronco, do que se depreende que Swadesh tinha conhecimento da distinção entre família TG e tronco Tupí. Por fim, RODRIGUES (1964) apresentou as datações glotocronológicas, de acordo com a escala proposta por Swadesh, chegando a 2500 para o PTG e 5000 para o PT. Mesmo que Swadesh desconhecesse esse último artigo de Rodrigues, seus próprios cálculos glotocronológicos não poderiam divergir tanto dos de seu colega ao ponto de duplicar a idade da família TG, ultrapassando mesmo os limites sugeridos para o nível de tronco. Em suma, não só a datação mencionada por SCHLEICHER (1998) é extremamente exagerada, como não é essa a única datação proposta para o PTG, pois há pelo menos mais três baseadas em dados linguísticos: RODRIGUES (1964) e (1986) e URBAN (1998[1992]). SCHLEICHER (1998: 326), por sua vez, sugere, com base na rápida taxa de mudança que supõe para as línguas TG, que o desmembramento do PTG tenha tido início por volta do século XIII, indicando uma profundidade temporal de apenas 700 a 800 anos.

[27] Em realidade, Brochado refuta completamente a Tradição Tupiguaraní, propondo a divisão entre Subtradição Guaraní e Subtradição Tupinambá, a última tanto para os Tupinambá como para os demais grupos Tupí. Após 1984, contudo, Brochado passou a considerar a Subtradição Tupinambá exclusivamente para esse grupo e a enfatizar a necessidade de ampliar essa diferenciação para os demais grupos Tupí (cf. NOELLI, 1996: 24).

[28] BROCHADO, J.J. Proença. 1984. An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America. Tese de Doutorado, Urbana: University of Illinois.

variações, por exemplo –, não se deve perder de vista o fato de que o que se reconstrói é parte do léxico e da estrutura fonológica e gramatical de uma língua que foi, em determinado momento, a língua materna de um ou mais povos no passado.

Existem, claro está, diversos pontos de vista que nos permitem apreciar uma sociedade indígena pré-histórica e talvez seja necessário estabelecer uma distinção entre as descrições que se referem aos povos indígenas nos primeiros anos da conquista europeia e os que se referem a momentos anteriores à chegada dos europeus. Roque LARAIA (1995: 53) descreve os Tupinambá anteriores à conquista como:

> *(...) pueblos adaptados a la floresta tropical, donde vivían en malocas aisladas o en pequeñas aldeas. Se distinguían de los demás grupos indígenas por algunas características culturales, como, por ejemplo, el uso de la hamaca para dormir, la utilización preferente del arco y la flecha como armas de guerra, el cultivo intensivo de la mandioca y la práctica de la antropofagia*.

Embasando-se em evidências arqueológicas, o autor oferece uma data para a chegada de grupos Tupí-Guaraní à costa oriental do Brasil: "por volta do século XII", o que corresponderia às datações arqueológicas mais antigas para o Rio de Janeiro (980 ± 100 d.C.) e para o extremo nordeste (800 ± 65 d.C.), segundo FAUSTO (1998[1992]: 382) – embora NOELLI (1996: 27-28) registre datas bastante mais antigas para o litoral fluminense (± 300 d.C. e ± 440 d.C.) – e continua, descrevendo tanto os constrangimentos ecológicos da floresta tropical úmida quanto a adaptação ao novo ambiente costeiro:

> *Desde el momento en que llegaron al litoral comenzaron a sufrir transformaciones en sus prácticas adaptativas, sin abandonar, sin embargo, su condición de habitantes de la floresta. (...) el hecho importante fue que en el litoral comenzaron también a tener a su disposición inagotables fuentes de recursos proteínicos, encontrados en los más variados crustáceos, mariscos (...) tales recursos alimenticios, sumados a los de la floresta tropical, les permitieron un considerable aumento de la población, mantenida rigurosamente bajo control en el hábitat anterior. Ese aumento demográfico provocó considerables cambios en la organización social, en la cultura material y en su sistema ideológico. (...) las pequeñas aldeas del interior fueron sustituidas por grandes aldeas rectangulares, formadas por malocas de grandes dimensiones (...)* (LARAIA, 1995: 53-54).

Autores que se utilizam de uma abordagem mais marcadamente diacrônica, contudo, consideram que, da perspectiva da etnologia, a descrição das populações indígenas anteriores ao contato com o europeu padecem de grave problema metodológico,

> *pois a reconstituição dos aspectos sociais, políticos e religiosos dessas populações [Guaraní] tem sido elaborada tanto a partir de um registro documental (fragmentário e tendencioso, diga-se de passagem), quanto a partir de estudos etnográficos realizados neste século* (MONTEIRO, 1998[1992]: 475).

Essa projeção do presente etnográfico para o passado pré-histórico teria levado a descrições simplistas e equivocadas dos povos indígenas anteriores à conquista europeia, mesmo quando sustentadas por evidências arqueológicas, uma vez que prevaleceram na arqueologia brasileira, até a década de 1980, as teorias e métodos da arqueologia processualista[29], que implica uma combinação de determinismo ecológico e difusionismo cultural. Com o desenvolvimento da abordagem etno-histórica no contexto dos estudos etnográficos, entretanto, antropólogos e historiadores têm tratado de superar as limitações metodológicas na empreitada de entender a organização social das sociedades pré-históricas, a partir da leitura dos cronistas quinhentistas à luz do material etnográfico recente (FAUSTO, 1998[1992]: 381). Essa perspectiva afasta-se tanto da "teoria ambiental" – que afirmava que a floresta tropical úmida constituía uma limitação ao desenvolvimento cultural – quanto dos "teóricos do desenvolvimento cultural" – que entendem que a drástica redução demográfica causada pela conquista teria levado a uma ruptura tal que não permitiria encontrar continuidades entre as sociedades indígenas atuais e as pré-históricas[30]. Este novo enfoque metodológico vem demonstrando que existe, sim, certa continuidade "na lógica do funcionamento dessas sociedades" (FAUSTO, *op.cit.*: 381).

---

[29] A arqueologia processualista ou nova arqueologia desenvolveu-se nos Estados Unidos nos anos 1940 e propunha uma nova visão da arqueologia como processo cultural, tendo como objetivo fundamental dimensionar a continuidade ou a mudança cultural decorrente de alterações tecnológicas, ambientais, etc. Essa abordagem neoevolucionista, aliada à ecologia cultural, concebe a evolução cultural de uma perspectiva difusionista e centra-se na prospecção sistemática (*surveys*) em grandes áreas geográficas de maneira extensiva e com poucas sondagens, valorizando a amostragem da cultura material descontextualizada para evidenciar tradições e fases arqueológicas, desconsiderando as estruturas arqueológicas dos sítios selecionados e, geralmente, sem o uso de datações radiocarbônicas ou por termoluminescência. Utiliza-se amplamente de modelos estatísticos e da analogia etnográfica, através da etnoarqueologia – uma das principais contribuições deste paradigma culturalista e anistórico da arqueologia, junto com a formação do registro arqueológico. No Brasil, está representada pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, que funcionou de 1965 a 1970 sob a orientação de Betty Meggers e Cliford Evans, cujas pesquisas na Amazônia levaram à adoção de um modelo difusionista, tendo os Andes como área central de difusão cultural e as terras baixas amazônicas como área marginal e periférica, onde as altas culturas andinas estabeleceram-se e decaíram em decorrência do ambiente tropical úmido impróprio para o desenvolvimento cultural/social humano, não existindo solução de continuidade entre as culturas pré-históricas e as populações etnográficas, i.e. os povos atuais (para um resumo das teorias, técnicas e métodos arqueológicos presentes na arqueologia brasileira, ver ALVES, 2002).

[30] O diálogo aqui se estabelece entre a etnologia, na voz de Carlos Fausto, e a arqueologia, em especial o artigo de Anna Roosevelt, publicado no mesmo volume que o de Fausto, que rejeita de forma contundente o método da projeção etnográfica (ROOSEVELT, 1998[1992]). Anna Roosevelt é arqueóloga norte-americana que vem desenvolvendo pesquisa arqueológica na região amazônica desde a década de 1980, seus trabalhos surgem como

As questões etno-históricas, bem como a interconexão de informações arqueológicas, históricas e etnográficas são discutidas na segunda parte deste trabalho. Com o intuito de sintetizar as informações referentes ao povo e a língua Proto-Tupí-Guaraní, introduz-se argumentos da linguística diacrônica que, como se verá em maior detalhe nos capítulos subsequentes, proporcionam uma visão do passado remoto dessas comunidades condizentes tanto com as descrições quinhentistas relativas à demografia, conforme os relatos de cronistas como Carvajal, que participou da expedição de Orellana em 1540 (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941), como com as pesquisas arqueológicas recentes (cf. ROOSEVELT, 1998[1992]). Estabelece-se, dessa forma, um contraponto com a descrição de LARAIA (1995: 53), apresentada acima, ao demonstrar que os termos relativos às características culturais (Proto-)Tupinambá referidos pelo autor podem ser reconstruídos para o Proto-Tupí-Guaraní (PTG), mas também para o Proto-Tupí (PT), indicando serem esses traços demasiado amplos para caracterizarem exclusivamente os grupos Tupí-Guaraní, visto que são comuns aos demais povos Tupí (cf. PT ***ẽri* 'rede de dormir': PTG **inĩ*; PT ***ekʷʔɨp* 'flecha': PTG **uʔɨβ*; PT ***mani* 'mandioca': PTG **mani*)[31].

Adiantando dados linguísticos e inferências históricas disseminadas pelos próximos capítulos, em especial avançando resultados apresentados no Capítulo IV, apresenta-se evidências linguísticas que indicam que, provavelmente, nem os falantes de Proto-Tupí-Guaraní nem os de Proto-Tupí podem ser entendidos como pequenos grupos de caçadores-coletores que viviam em malocas isoladas. Foi possível reconstruir para o Proto-Tupí termos que sugerem não apenas que esses grupos ancestrais dos Proto-Tupí-Guaraní já viviam em aldeias grandes o suficiente para que fosse possível demarcar uma praça em seu interior (cf. PT ***ekʷat* 'praça da aldeia' : PTG **okar*), como também indicam a presença de agricultura (RODRIGUES, 1988 e 2007b), como se depreende de termos para plantas cultivadas (cf. PT ***awa*, ***awai* 'cará'; PT ***wetʲɨk* 'batata doce' : PTG **jetɨk*; PT ***kurua* 'planta cucurbitácea' : PTG **kurua*) e semicultivadas (cf. PT ***tiŋ* 'timbó' : PTG **tiŋ*; PT ***ɨʔa* 'cabaça' : PTG **ɨʔa*), além de verbos referentes a práticas culturais e instrumentos direta ou indiretamente relacionados à agricultura (cf. PT ***ŋko/***ŋke/***ɲo/***ɲe* 'roça' : PTG **ko*; PT ***tʃɨt* 'cavador' : PTG **tʃɨr*; PT ***tʃekʷ*

uma resposta às hipóteses e às discussões relativas ao impacto do ambiente na adaptação cultural suscitados por Betty Meggers (para uma análise desses dois modelos arqueológicos para a Amazônia, ver PEDROSA, 2008).

[31] A fim de evitar confusão entre as formas reconstruídas para as diferentes protolínguas, utiliza-se neste estudo dois asteriscos (**) para as formas Proto-Tupí (PT) e um asterisco (*) para as formas Proto-Tupí-Guaraní (PTG).

‘socar’ : PTG **tʃok*; PT ***koj* ‘cavar’ : PTG **ɨβɨ-koj* ‘terra-cavar’; PT ***wɨ* ‘machado’ : PTG **jɨ*).

Da mesma forma, não apenas os Proto-Tupí-Guaraní, mas também seus antepassados Proto-Tupí possuíam uma cultura material de maior complexidade do que se poderia imaginar, tendo sido possível reconstruir termos que atestam o trançado de cestos e a tecelagem de redes de dormir, bem como a presença de cerâmica (cf. PT ***ɨrʲu* ‘cesta’ : PTG **ɨru*; PT ***waɾẽ* ‘vasilha de barro’ : PTG **jaɾẽ*; PT ***waɾẽuɾum* ‘barro para cerâmica’ : PTG **jauɾum*; PT ***tˀup* ‘barro’ : PTG **tu-juk* (**juk* ‘podre’)‘lama’).

Percebe-se, assim, que os estudos linguísticos histórico-comparativos vêm fazendo emergir a pré-história linguística, o que permite uma aproximação à realidade linguística remota por meio da reconstrução lexical e pode contribuir para a compreensão da história dos antepassados dos povos indígenas atuais. Ainda que o léxico Proto-Tupí-Guaraní[32] reconstruído até o momento não seja demasiadamente extenso e apresente uma cobertura lexical reduzida, ele permite, contudo, fazer inferências relativas à cultura e à sociedade Tupí-Guaraní pré-históricas, possibilitando reconstrução parcial dessa cultura e dessa sociedade por meio de uma narrativa linguística, i. é, baseada nas línguas indígenas.

0.4.1 – *O CENTRO DE ORIGEM TUPÍ-GUARANÍ*

O centro de origem dos povos Tupí-Guaraní é tema que vem sendo discutido pelos pesquisadores desde a primeira metade do século XIX, intrigados pela impressionante dispersão geográfica desses grupos indígenas registrada desde a conquista. No entanto, como lembra NOELLI (1996: 8), embora haja um consenso em relação à existência de um centro originário e de rotas de expansão, a localização geográfica desse local de origem e as direções das rotas são ainda questão de debate.

Cabe recordar a esse respeito que, até meados do século XX, não se fazia diferença entre tronco (e povos) Tupí e família (e povos) Tupí-Guaraní. O termo Tupí, embora tenha sido usado

[32] O léxico reconstruído para o Proto-Tupí e o Proto-Tupí-Guaraní, que serviu de base para este estudo histórico-comparativo, consta do Anexo II, p. 402.

como etnônimo para designar especificamente os índios de São Vicente, falantes de uma variedade da "língua mais falada na costa do Brasil" (cf. ANCHIETA, 1595: 1v.), e posteriormente para designar, além da etnia, também a "língua geral do Brasil" falada por seus descendentes – e pelos descendentes dos Tupinambá – (cf. HERVÁS Y PANDURO, 1785: 24 *apud* RODRIGUES, 2010a), veio sendo utilizado, desde os tempos da colônia, de maneira genérica para indicar os 'índios de língua geral', em oposição aos 'Tapuia' (não-Tupí, 'índios de língua travada') (cf. MELATTI, 1993: 33)[33]. Se, por um lado, etnólogos e historiadores até o século XIX utilizavam indistintamente os termos Tupí e Guaraní, entendendo essas línguas como variantes dialetais, e referiam-se a qualquer língua Tupí em relação à proximidade (ou não), especialmente em termos lexicais, dessas variantes; por outro, os arqueólogos, já no século XX, introduziram uma segunda confusão quando denominaram de Tupiguarani a tradição cerâmica possivelmente relacionada aos povos falantes de línguas pertencentes à família Tupí-Guaraní (notadamente Guaraní e Tupinambá) – que estabelece, no senso comum, uma relação direta (inexistente, diga-se) entre cultura material, identidade étnica e (uma) língua Tupí-Guaraní. Note-se, ademais, que, apesar de estreitamente relacionada, a questão do centro de origem e das rotas de expansão Proto-Tupí não é tratada aqui[34].

MARTIUS (1867a: 12; 1904[1867]: 541-542) foi provavelmente o primeiro a tratar do tema, em conferência proferida em Freiberg, em 1838:

> *No Brasil, os Tupis derramaram-se sobre a mór parte do território, provavelmente da região entre o Uruguay e o Paraguay, chegando até o littoral da Bahia, Pernambuco e às mattas do Amazonas (...) Parece-me que elles de preferencia, e mais frequentemente, desceram dos planaltos para os grandes valles e, não raro, dos grandes cursos d'água (...)* (MARTIUS, 1904[1867]: 541-542).

D'ORBIGNY[35] (1839 *apud* DIAS, 1867: 16 *et seq.*), por seu turno, era também de opinião que as migrações ocorreram do sul para o norte, seguindo os rios Paraná e Paraguai, estimulados pelo desejo de conquistar novas terras, atingindo a costa brasileira e o Amazonas. Tanto para D'Orbigny quanto para von Martius, portanto, os Guaraní seriam os antecessores dos demais Tupí – que D'Orbigny chama de "Brasílio-Guaraní" –, do que se depreende que da língua

[33] Para um resumo dos usos dos termos Tupí e Tupinambá, ver RODRIGUES (2010a).
[34] Para uma reconstrução parcial da história, cultura, sociedade e língua Proto-Tupí a partir de uma narrativa histórica baseada na linguística pré-histórica e na pesquisa multidisciplinar, ver CORRÊA-DA-SILVA (2010).
[35] D'ORBIGNY, Alcide. 1839. *L'Homme Américain (de l'Amérique méridionale) considéré sous ses rapports physiologique et moraux*. 2 vols. Paris.

Guaraní ter-se-iam derivado todas as outras. De fato, MARTIUS (1867a; 1904[1867]) chega a tratar superficialmente da ancestralidade da língua Guaraní, partindo, entretanto, da perspectiva da degeneração das populações americanas como um todo, a qual poderia ser observada nas muitas derivações linguísticas a partir de umas poucas línguas (e povos) originais, causadas pela mistura desordenada de povos diferentes, resultando em novos dialetos e línguas:

> *Quanto ao caracter geral, as linguas americanas revelam, na sua pobreza e no seu genio, os vestigios positivos de uma degeneração de longa data.(...) Presume-se que taes línguas originaes sejam o* ***Lenapi****, o* ***Azteca*** *(ou Nahua), o Caraiba, o Guarani, o Quichuá e a do Chile. Eu, porém, estou convencido de que todas essas linguas são já por si o resultado geral daquelle processo geral de degeneração intellectual e physica que, ha millennios, deprime a humanidade americana e não são em si muito mais antigas do que as outras coexistentes* (MARTIUS, 1904[1867]: 544-545) (grifos do original).

A tese da degenerescência foi reiterada em 1844, na dissertação vencedora do concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (MARTIUS, 1844), instituição imperial encarregada de coligir documentos históricos para escrever a história do Brasil e que, por conseguinte, subordinava o interesse etnográfico às questões históricas e geográficas (KODAMA 2007: 1). Junto com a língua, objeto de 'estudo' e ao mesmo tempo instrumento de incorporação do indígena à civilização, a etnografia era matéria coadjuvante para subsidiar os debates daquela instituição sobre a 'empresa da civilização' e encontrar o justo lugar do índio na história nacional. É nesse ambiente que Gonçalves DIAS (1867) vai apresentar sua memória *Brasil e Oceania*, encomendada pelo Imperador, em que se contrapõe explicitamente às ideias de Alcide D'Orbigny, afirmando com base em ampla pesquisa bibliográfica, que os "Tupys" vieram do norte, "[d]as margens fertilíssimas do Amazonas e [d]os paizes entre este rio e o Orinoco" (DIAS, 1867: 15), migrando no sentido norte-sul, argumentando que faltaria a D'Orbigny consultar a história do Brasil (*idem*: 18) para entender a supremacia dos Tupí em relação aos Guaraní. Essa mesma ideia já havia sido defendida por VARNHAGEN (1849: 373) alguns anos antes em carta ao IHGB:

> *Os meus estudos até hoje levam-me à conjectura (...) de que a mesma raça tupica não invadiu do sul para o norte, e de que não era o Paraguay, como desde Hervas tem pretendido os ethnographos d'esta parte, o primitivo solo d'onde era aborígene essa raça invasora (...) A língua guaraní, tão parenta da omagua, nasceu com esta nas margens dos grandes rios tropicais Orenoco e Amazonas com seus possantes braços (...) Direi só em resumo que*

> ***pelo que hoje sei*** *os Tupís e Guaranís invadiram do norte para o sul (...)* (grifo do original).

Durante o século XIX, o Tupí foi pouco a pouco sendo instituído como a 'raça' e a língua indígena brasileiras por excelência, num processo que João Paulo RODRIGUES (2008) denominou de "tupifilia", informado por questões nacionais do contexto imperial e também pelo elemento da língua. Naturalmente, nesse ambiente de reflexão romântica e de particularização da história nacional pela "cor local" (KODAMA 2007: 4), a história do Brasil reconheceria a supremacia da 'raça' Tupí – cuja língua dominava todo o território nacional – não apenas na dicotomia Tupí-Tapuia, mas também em relação aos Guaraní. A etnografia era uma 'ferramenta' que permitiria o ofício do historiador filosófico e pragmático (cf. MARTIUS, 1844) e do historiador poeta e político (cf. DIAS[36], 1850 *apud* KODAMA, 2007: 4) e o conhecimento das línguas, "o maior socorro para o estudo das raças indígenas" (VARNHAGEN, 1849: 368).

Se naturalistas e historiadores divergiam grandemente em suas propostas, os trabalhos de campo de etnógrafos ao final do século XIX não resolveram a questão da origem. Karl von den STEINEN (1942: 374) confiava que seriam as "cabeceiras do Xingú, no Planalto Central, onde mais ou menos se encontra o ponto geográfico central da irradiação tupí". Note-se que von den Steinen baseava suas considerações etnológicas (e históricas) exclusivamente nos dados linguísticos e defendia-se,

> *afirmando que o resto dos conhecimentos de que se dispõe ainda é mais insuficiente que êsses de base filológica. Não é, entretanto, por causa da infinidade de idiomas ameríndios que lhes atribuímos tão grande importância?* (STEINEN, *op.cit.*: 374).

Assim como von den Steinen, também Paul Ehrenreich baseou suas hipóteses amplamente em estudos linguísticos e sugeriu o "Paraguai e suas vizinhanças" como o centro de irradiação dos Tupí, esclarecendo que é ali onde se concentram a maior parte dos grupos Tupí (EHRENREICH[37], 1891 *apud* NOELLI, 1996: 12). Renovadores que foram da classificação linguística e etnográfica dos povos sul-americanos, von den Steinen e Ehrenreich divergiam em boa medida das ideias de von Martius e empenharam-se em depurar a etnologia das "ideias antigas" (CRUZ & CHRISTINO, 2005: 106). Se, por um lado, Ehrenreich criticava a ideia de caos

[36] DIAS, A. Gonçalves. 1850. História Pátria – reflexões sobre os Anais Históricos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo. *Guanabara*, vol 1, t. 1. Rio de Janeiro: Typ. Guanabarense.
[37] EHRENREICH, Paul. Die Einteilung und Verbreitung der Völkerstämme Brasiliens nach dem gegenwärtigen Stande unserer Kenntnisse. *Petermanns Mitteilungen*, Göthingen, 37: 81-89, 114-124.

linguístico de von Martius (CRUZ & CHRISTINO, *op.cit.*: 108), por outro, von den STEINEN (1942: 339) advogava a comparação metódica entre as línguas para a compreensão das afinidades linguísticas.

STEINEN (1942: 342) introduziu o termo 'Tupí-Guaraní' ao refutar a ideia, admitida por D'Orbigny e aceita por Martius, de que os Karíb descenderiam dos Tupí[38] (ou dos "Brasílio-Guaraní"), com base no estudo da língua Bakairí, "um dialeto cariba puro e livre de componentes tupís" (*idem*: 341). Como sugere NOELLI (1996: 12), talvez esse termo pretendesse eliminar a confusão comum à época em que Tupí e Guaraní eram usados indistintamente, e seria, portanto, compreensível com o intuito de fazer referência aos diversos povos falantes das distintas variedades de Guaraní e de Tupí. Todavia, nada justificaria o uso do termo para referir-se à "língua do leste do continente mais bem estudada na literatura riquíssima dedicada a êsse idioma (ainda hoje muito falado)" (STEINEN, 1942: 373). Contudo, não foi esse autor o criador do termo, que já aparece no estudo de Charles HARTT (1929: 307), originalmente de 1872:

> *O grande tronco Tupí-guaraní, em sua migração pela América do Sul, a leste dos Andes, em época assaz remóta, dispersou-se em considerável número de tríbus que, vivendo umas separadas das outras, desenvolveram no correr dos tempos habitos, costumes, idéas religiosas e línguas mais ou menos diferentes. Dessas grandes divisões de raça temos, por exemplo, os Guaranís do Paraguai e do sul do Brasil, os Apiacás da provincia de Goiaz, os Mundurucús, Mahués e Omáguas (Omáuas) do Amazonas, os Tupís propriamente ditos da costa do Brasil e Amazonas, atualmente quasi civilizados, e outras tríbus que não mencionarei aquí.*

Percebe-se, contudo, que o termo 'tronco' usado pelo geólogo HARTT (*op.cit.*) não se refere a tronco linguístico no sentido atual do termo, fazendo antes referência ou a um aglomerado de línguas ou à 'raça' que se teria dividido e ocupado grande parte do território. A relação entre 'raça' e língua é, diga-se de passagem, recorrente nos diversos autores do século XIX. É interessante observar que o artigo de HARTT (1929) constitui-se em pequena gramática da "língua geral ou tupí moderno do Amazonas" com o fito de demonstrar que "a língua hoje

[38] Note-se que as propostas de estreito relacionamento entre os grupos Tupí e Karíb de autores como D'Orbigny, Varnhagen e Bertoni não estão sequer remotamente relacionadas à hipótese de relacionamento genético distante proposta originalmente por DE GOEJE (1909) com base em critérios lexicais, defendida em abrangente estudo histórico-comparativo por RODRIGUES (1985; 1990; 2000a; 2003; 2007c), corroborada por evidências gramaticais (GILDEA, 1994 e DERBYSHIRE, 1994) e critérios histórico-comparativos (MEIRA, 2007), e avaliada positivamente por estudos genéticos (SALZANO *et al.*, 2005). Observe-se, ainda, que RODRIGUES (1985; 2003; 2000b; 2007c) identifica um segundo tipo de relacionamento de origem não-genética, especificamente entre línguas Karíb norte-amazônicas e línguas das famílias Awetí e Tupí-Guaraní, caracterizado por empréstimos lexicais indicativos de contato interétnico.

corrente no Amazonas não é a mesma que a do tempo dos jesuítas" (GARCIA, 1938: 306). De outra parte, como sugere João P. RODRIGUES (2008: 346), o uso indiscriminado dos termos Tupí, Língua Geral e Tupí-Guaraní e a identificação do Tupí como a principal 'raça' brasileira, omitindo ou minimizando o papel dos Guaraní, são os dois elementos característicos da "tupifilia" brasileira, que aparecem reproduzidos por antropólogos, geógrafos e linguistas ingleses e norte-americanos.

O século XX não traz consenso para os etnólogos que abordam a questão do centro de origem Tupí. Conforme levantamento de NOELLI (1996: 12-13), Wilhelm SCHMIDT[39] (1913) sugere as nascentes do Amazonas; Affonso de FREITAS[40] (1914) propõe a região entre as cabeceiras dos rios Madeira, Beni e Araguaia; Rodolfo GARCIA[41] (1922) volta a sugerir a região entre os rios Paraná e Paraguai, e Fritz KRAUSE[42] (1925) avança como proposta a região entre os rios Napo e Juruá. Baseado em amplo estudo comparativo de determinados elementos materiais e tecnológicos de diversos grupos Tupí, Alfred MÉTRAUX (1928: 312) propõe a localização do centro de origem e dispersão "dessa raça dentro da área limitada ao norte pelo Amazonas, ao sul pelo Paraguai, a leste pelo Tocantins e a oeste pelo Madeira". E, finalmente, Branislava SUSNIK[43] (1975 *apud* NOELLI, 1996: 14) sugere as planícies colombianas.

Talvez em razão da tradução bastante tardia da obra de von den STEINEN (1942), ainda no início do século XX havia quem acreditasse no estreito relacionamento entre Tupí e Karíb (cf. nota 38), bem como subsistiam rastros de ideias racistas que pregavam a maior proximidade dos Tupí à "raça caucasiana" (DENIS[44], 1838 *apud* DIAS, 1867: 15), que aparecem refletidas na antiga – e esquecida – hipótese de VARNHAGEN[45] (1876 *apud* RODRIGUES, J. P., 2008: 342). Tal

---

[39] SCHMIDT, Wilhelm. 1913. Kulturkreise und Kulturschichten in Südamerika. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, 45: 1014-1130.

[40] FREITAS, Affonso de. 1914. Distribuição geográphica das tribus indígenas à época do descobrimento. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 19: 103-128.

[41] GARCIA, Rodolfo. 1922. Ethnographia Indígena. *Dicionário histórico, geographico e ethnographico do Brasil*, Introdução Geral, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. p. 249-277.

[42] KRAUSE, Fritz. 1925. Beiträgre zur Ethnographie des Araguaya-Xingu-Gebietes. *Actes du XXIer Congrès Internacional des Américanistes*, Göteborg, p. 67-79.

[43] SUSNIK, Branislava. 1975. *Dispersión Tupi-Guarani pré-histórica: ensayo analítico*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero.

[44] DENIS, Ferdinand. 1838. *Brésil.* Paris: Firmin Didot frères. [Tradução brasileira: DENIS, Ferdinand. 1980. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo.]

[45] VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. 1876. *L'origine touranienne des américains tupi-caribes et des anciens égyptiens montrée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration en Amérique (invasion du Brésil par les tupis, etc) effectué a travers l'Atlantique plusieurs siècles avant notre ère*. Viena: Faesy & Frick.

hipótese não apenas postulava uma origem "turaniana" – designativo persa para os povos nômades da Ásia central – para os Tupí-Karíb, como também sugeria seu parentesco com os egípcios com base na linguística[46]. Esses postulados parecem ter ressurgido com nova roupagem no século XX em obras como as de Moisés BERTONI[47] (1916; 1922 *apud* NOELLI, 1996: 14), que sugere uma origem asiática para os falantes da língua Guaraní, tendo descoberto uma alegada conexão nipo-guaraní e considerado o Karíb como o "dialeto Guaraní mais antigo que se conhece" (BERTONI[48], 1940 *apud* RODRIGUES, 1945: 351). Se, para Varnhagen, os Tupí-Karíb teriam migrado da Ásia central para a África e de lá para a América Central e do Sul, para Bertoni, os Karíb-Guaraní teriam migrado da Melanésia, Filipinas e Japão para o México, a América Central e do Sul.

Afastando-se de elucubrações históricas e sob forte influência de von Martius, von den Steinen e Paul Ehrenreich, que privilegiaram as questões linguísticas em suas propostas, também os linguistas levantaram hipóteses quanto à localização do centro de origem dos grupos Tupí-Guaraní. Inclui-se nesse grupo Paul RIVET[49] (1924 *apud* NOELLI, 1996: 14), que volta a propor a região entre os rios Paraná e Paraguai como o centro de origem, seguido por Jorge B. STELLA[50] (1928), Mansur GUÉRIOS (1935) e Aryon RODRIGUES (1945). Com o intuito de contribuir para o esclarecimento dos problemas linguísticos relativos à tupinologia, GUÉRIOS (1935) advoga pelo estudo linguístico-comparativo para a reconstrução segura do idioma primitivo que denomina "proto-tupí-guaraní". Nesse artigo fundamentalmente didático, GUÉRIOS (1935: 174) orienta que:

> *Por **tupí-guaraní** apenas deve entender-se a denominação do grupo linguístico sem qualquer outra explicação, ao passo que por **proto-tupí-guaraní**, deve-se entender essa língua-mãi, extinta, primitiva (não no sentido absoluto)* (grifos do original).

---

[46] Vale notar que MARTIUS (1895: 62) também aventou uma relação entre os povos americanos e os egípcios antigos, com base nas semelhanças físicas, sugerindo uma antiga origem asiática: "penso, que vivem ainda na Azia povos com a maior similhança somática possível; que os antigos *Egipcios vermelhos* (quaes se mostram nas pinturas antigas) são do mesmo tronco, e que a população indiana do novo continente é o produto de várias e sucessivas immigrações, antiquíssimas ou antehistóricas e recentes tanto de leste como de oeste" (grifo do original).

[47] BERTONI, Moisés. 1916. Influencia de la lengua guarani en Sudamérica y Antillas. *Anales Científicos Paraguayos*, serie II, 1: 1-120, Asunción. / ____. 1922. *La civilización Guaraní*. Parte I, Puerto Bertoni: Ex Sylvis.

[48] BERTONI, Moisés. 1940. Estrutuctura, fundamentos gramaticales y clasificación de la lengua guaraní. (apunte póstumo). *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, t. 5, n. 1, Asunción.

[49] RIVET, Paul. 1928. Langues Américaines, III. Langues de l'Amérique du Sud et des Antilles. In: MEILLET, A. & COHEN, M. (eds.), *Les Langues du Monde*, Collection Linguistique, Société de Linguistique de Paris, 16: 639-717.

[50] STELLA, Jorge B. 1928. As línguas indígenas da América. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 26: 5-172.

O autor apresenta de modo muito geral uma classificação linguística das línguas do grupo e argumenta que do Proto-Tupí-Guaraní derivar-se-iam dois ramos, o Proto-Tupí, que daria origem aos "dialetos tupis setentrionais", e o Proto-Guaraní, que daria origem aos "dialetos guaranis meridionais" (GUÉRIOS, 1935: 174). Ele localiza a língua primitiva no Paraguai, de onde, por diversos fatores, ter-se-ia distendido no sentido sul-norte, fracionando-se nos diversos dialetos (*idem*: 172-173). Ressalte-se, pois, o esforço de Mansur Guérios em introduzir rigor científico ao estudo das línguas Tupí, sobretudo no que diz respeito à classificação "genealógica ou histórica" das línguas, "a única classificação científica e importante, (...) cujo critério, indiscutivelmente mais lógico, é baseado na afinidade linguística" (GUÉRIOS, *op.cit.*: 176).

Dando continuidade aos estudos de Mansur Guérios, RODRIGUES (1945) avalia as principais diferenças fonéticas entre "Proto-Tupí" e "Proto-Guaraní", deduzindo determinadas leis fonéticas para os dialetos tupís e guaranís derivados do Proto-Tupí-Guaraní, deixando, contudo, um terceiro ramo na árvore proposta por GUÉRIOS (1935: 174) para a inclusão de outras línguas não compreendidas pelo estudo. O centro de origem então proposto por RODRIGUES (1945: 333) é a região entre os rios Paraná e Paraguai.

Por outra parte, Čestmir LOUKOTKA (1929), em um estudo comparativo do Xetá com diversas línguas Tupí – dentre elas as línguas "impuras" –, percebe que, além de marcada semelhança com o Guaraní, o Xetá apresenta certa afinidade com o Kamayurá e o Kawahíb, o que o leva a considerar que o "centro hipotético de dispersão dos Tupí deve estar situado nessa área" (LOUKOTKA, *op.cit.*: 395-396), fixando no mapa a região entre os rios Arinos e Juruena e as cabeceiras do rio Paraguai, na Chapada dos Parecis (*idem*: 397, mapa). Alden MASON (1950: 236), por seu turno, propõe pela primeira vez o termo "família Macro-Tupí-Guaraní", ao lado da família Arawák e Karíb, e suspeita não haver qualquer relação entre essas grandes famílias linguísticas. O autor sustenta que "*the original home seems to have been in the region of the Paraguay-Paraná, from which they spread, following the rivers*". Afirma que as duas principais divisões da família são Tupí e Guaraní, mas organiza as línguas no interior de cada divisão não pelo parentesco linguístico e, sim, pela localização geográfica.

Ultrapassando as classificações internas da família Tupí-Guaraní por critérios geográficos e introduzindo critérios puramente linguísticos, baseados na estatística-lexical, RODRIGUES (1964: 53) propõe que o centro de difusão do Proto-Tupí – já entendido como tronco Tupí

conforme a classificação proposta pelo mesmo autor (RODRIGUES, 1955; 1958a; 1958b) – deve ser a região entre o rio Guaporé e o Ji-Paraná, pois é ali que se concentra a maior parte das famílias estabelecidas para esse tronco linguístico. Em trabalho posterior, contudo, RODRIGUES (1988: 3) ampliou o provável centro de origem do tronco Tupí para a região do alto Madeira, coincidindo aproximadamente com o que é hoje o atual estado de Rondônia, onde se concentram cinco das dez famílias desse tronco. Mais recentemente, RODRIGUES (2000b) dedicou-se especificamente à expansão do grupo meridional da família Tupí-Guaraní, considerando exclusivamente dados linguísticos. Conforme pondera RODRIGUES (2000b: 1598-1599):

> *A busca do ponto de dispersão inicial da família Tupí-Guaraní deve considerar não só a localização do centro de dispersão do tronco Tupí, mas também a distribuição geográfica dos oito subconjuntos de línguas da família, a maior afinidade dessa família com uma ou outra das demais famílias do tronco Tupí e pelo menos um outro fator revelado pela pesquisa comparativa: o contacto que deve ter havido entre o Proto-Tupí-Guaraní e o ancestral das línguas Karíb norte-amazônicas.*

Em relação ao primeiro ponto, o autor (RODRIGUES, 2000b: 1598) reitera o local de origem dos Proto-Tupí na área compreendida entre os rios Madeira, Guaporé e Aripuanã, região a partir da qual deve ter começado o deslocamento para leste dos falantes de Proto-Awetí-Tupí-Guaraní, pois o Awetí partilha com as línguas Tupí-Guaraní empréstimos Karíb (RODRIGUES, *op.cit.*: 1600). Após a separação do Proto-Awetí do Proto-Tupí-Guaraní, esses teriam dado início ao seu longo processo de separação, possivelmente a partir do rio Arinos (*idem, ibidem*), que pode ter ocorrido com o desmembramento inicial dos atuais subconjuntos I, II e III em direção sul, embora II e III devam ter deixado a Bacia Amazônica em sentido sul primeiro, pois não participam de mudanças compartilhadas pelo subconjunto I e todos os demais subconjuntos amazônicos. No entanto, os subconjuntos I e II também compartilham mudanças das quais o III não participa (*idem, ibidem*).

Vale mostrar que há divergências entre os autores com respeito à classificação interna da família Tupí-Guaraní (cf. DIETRICH, 1990; MELLO, 2002; RODRIGUES & CABRAL, 2002), embora exista certo consenso quanto à oposição entre línguas amazônicas e meridionais (cf. DIETRICH, 1990), bem como quanto à especificidade do grupo Guaraní (Subgrupo I de RODRIGUES & CABRAL, 2002, e Subgrupo I de MELLO, 2002) e do grupo Tupí (Subgrupo III de RODRIGUES & CABRAL, 2002, e Subgrupo IX de MELLO, 2002). DIETRICH (1990) identifica relações entre o Tupinambá e línguas amazônicas, ao passo que MELLO (2002) opõe os subgrupos I e III de

RODRIGUES & CABRAL (2002), do qual fazem parte o Tupinambá e o Tupí, às línguas amazônicas.

Charles SCHLEICHER (1998), por sua vez, considera não ser possível estabelecer uma classificação interna da família Tupí-Guaraní, mas seu estudo corrobora em alguma medida os resultados de DIETRICH (1990) e demonstra a ocorrência de três níveis de relacionamento entre as línguas – taxa de congruência em DIETRICH (1990) –, conforme a configuração dos feixes de isoglosas, e a quase inexistência de subagrupamentos internos à família, cujas isoglosas tendem mais a isolar que a reunir línguas. Esse autor propõe o Planalto Mato-Grossense como centro de origem, pois ali se localizam as cabeceiras dos rios necessariamente utilizados como rota de migração para a distribuição atual das línguas Tupí-Guaraní, sugerindo que os Proto-Tupí-Guaraní já se haviam dispersado para leste de Rondônia, área que abriga grande número de línguas Tupí, antes de começar o processo de desmembramento interno do grupo (SCHLEICHER, 1998: 321). Com base na alta taxa de mudança que identifica nas línguas TG, o autor sugere, ademais, que a diferenciação interna da família deve ter começado no século XIII (*idem*: 326) e entende que os grupos falantes de Guaraní Antigo teriam descido o rio Paraguai em direção ao sul, enquanto os falantes de Tupinambá teriam migrado para o norte, em direção ao rio Amazonas e de lá para a costa Atlântica, dominando todo o litoral no sentido norte-sul (*idem*: 320-321).

Por outro lado, Greg URBAN (1998[1992]) propõe que a área geral de dispersão dos povos Macro-Tupí – termo que esse autor utiliza para referir-se ao tronco Tupí, provavelmente em analogia ao tronco Macro-Jê – situa-se "entre o Madeira e o Xingu, ao que tudo indica mais próximo das áreas das cabeceiras do que das várzeas dos grandes rios" (URBAN, *op.cit.*: 92). O autor entende que, entre os Tupí, encontra-se um padrão de dispersão em explosões e radiações a partir de um centro, ao contrário dos grupos Jê que parecem ramificar-se em galhos. Entretanto, URBAN (*op.cit.*), que supõe que os grupos Tupí-Guaraní teriam começado a dispersar-se "em algum lugar entre o Madeira e o Xingu" – seguindo os Omágua para o norte, os Guayakí para o sul, os Pauserna e Kawahíb para oeste, os Kayabí e Kamayurá ao longo do Xingu, os Xetá para o extremo sul, os Tapirapé e Tenetehára atravessando o Xingu e o Tocantins até próximo à foz do Amazonas, e os Wayampí, atravessando o Amazonas e chegando até as Guianas – não leva em consideração nem a classificação interna da família nem os estudos linguísticos e etno-históricos referentes às diversas línguas Tupí-Guaraní, como o de Ana Suelly CABRAL (1995), que conclui

pela impossibilidade de classificação genética do Kokáma/Omágua, ou o de Pierre GRENAND (1982), que mostra que no século XVII os Wayampí estavam na região do baixo Xingu e chegaram a ser fixados pelos jesuítas na região de Volta Grande (GRENAND, *op.cit.*: 260).

É John GILLIN (1948) quem afirma que os Wayampí fugiram dos portugueses em direção ao norte a partir de 1736, terminando por estabelecer-se na Guiana Francesa entre 1800 e 1820; ao passo que GRENAND (1982: 262) sugere que a data de 1736 deve ser considerada como um momento central do período migratório dos Wayampí em direção ao Amapá (cf. NIMUENDAJÚ, 1987). Dessa forma, não poderiam os Wayampí fazer parte da dispersão Tupí-Guaraní "na frente dos Tapirapé e Tenetehara", uma vez que a "dispersão final teria ocorrido após o ano 1000". Ademais, URBAN (1998[1992]: 92) parece não entender exatamente o conceito de família linguística ou, pelo menos, como se dá a classificação interna de um tronco ou família linguística e, consequentemente, o significado de parentesco linguístico genético e protolíngua, quando afirma:

> *(...) já que há dados indicando que várias línguas seriam, então, [por volta do ano 1000]* ***uma única língua, reunidas sob o nome "Tupí-Guaraní"****, que não deve ser confundida com a família mais ampla. Essa língua era falada pelos Chiringuano e Guarayo na Bolívia, pelos Tapiete e Guaraní do Paraguai, pelos Kaingwá na região entre o Paraguai, a Argentina e o Brasil e por grupos que ocupavam a costa do Brasil até a foz do Amazonas: os Tupinambá, Tupiniquins e Potiguara* (grifo meu).

Se a classificação das línguas faladas pelos diversos povos Tupí num tronco Tupí, que abrange diversas famílias de línguas, reflete um modelo genético de multiplicação de línguas por cisões das comunidades linguísticas, então tem-se que cada ramo do tronco linguístico, i. é, cada uma das famílias linguísticas que compõem o tronco Tupí, é originário de uma protolíngua ancestral, as quais descendem, por sua vez, de uma protolíngua ainda mais antiga, o Proto-Tupí. Evidentemente, todas as línguas da família Tupí-Guaraní foram em algum momento uma única língua: o Proto-Tupí-Guaraní. Assim, se Greg URBAN (1998[1992]) entende que existiu uma protolíngua intermediária entre o Proto-Tupí-Guaraní e parte das línguas classificadas como membros dessa família, faltou-lhe apresentar os dados que o teriam levado a essa classificação.

Além dos naturalistas, historiadores, etnólogos e linguistas, também os arqueólogos levantaram hipóteses referentes ao centro de dispersão dos povos Tupí-Guaraní, com base na possível correlação das cerâmicas Guaraní e Tupinambá com as cerâmicas amazônicas. Angione

COSTA (1934) faz um levantamento dos estudos etnográficos e arqueológicos e apresenta as opiniões de diferentes autores quanto ao centro de origem dos grupos Tupí: de acordo com von den Steinen e Ehrenreich, o "centro de coordenação, expansão e domínio dessas raças" seria a bacia central do Paraná-Paraguai, na altura do Mato Grosso (COSTA, *op.cit.*: 153); de acordo com Rodolfo Garcia, "o centro de irradiação desse povo foi provavelmente o território situado entre o médio Paraná e o alto Paraguai (*idem*: 156); Métraux acreditava que "os vales da região central do Tapajós, do Xingu, até o Rio Pará e as vertentes mato-grossenses do Paraná, fossem o berço, a primitiva área de expansão dos Tupí" (COSTA, *op.cit*: 156); e, finalmente, conclui o autor que "as tribos sul-americanas partiram em migração do planalto central do Brasil" (*idem*: 247).

É oportuno ressaltar que o termo migração não dá conta de todas as movimentações realizadas pelos grupos Tupí-Guaraní, uma vez que em diversos momentos, sobretudo antes da invasão europeia, esses movimentos parecem estar caracterizados como expansões para conquista de novas terras, causadas por pressão demográfica, modalidades sócio-políticas de fracionamento de aldeias, necessidades de manejo agroflorestal, etc. (cf. NOELLI, 1996: 10). Diferentemente dos deslocamentos causados pela pressão de outros povos indígenas e, especialmente, pela presença do colonizador europeu em tempos históricos, que podem ser caracterizados como movimentos migratórios, definidos pelo abandono da terra original em busca de melhores condições em outros lugares. Alguns deslocamentos desse tipo foram considerados por MÉTRAUX (1927) como casos de fuga, como, por exemplo, a migração dos Tupinambá oprimidos pela crueldade dos portugueses, em Pernambuco, em direção ao Maranhão e Pará entre 1560 e 1580 (*idem*: 7-9). De fato, os cronistas dos primeiros tempos da conquista e colonização das províncias do Brasil e do Grão-Pará relatam casos de fugas de grupos Tupí-Guaraní dos maus-tratos perpetrados pelos europeus (cf. Cristobal de Acuña, 1639 (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941); João F. BETTENDORF, 1910[1698]; Gabriel SOARES DE SOUZA, 1851).

De acordo com NOELLI (1996: 15), dentre os arqueólogos que foram fortemente influenciados pelas propostas de von Martius e Métraux, estão Samuel LOTHROP[51] (1932) e Gordon WILLEY (1949), assim como os participantes do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica), conduzido por Betty Meggers e Clifford Evans de 1965 a 1970, que teve uma enorme influência sobre o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no Brasil.

[51] LOTHROP, Samuel. 1932. Indians of the Paraná Delta, Argentina. *Annals of the New York Academy of Science*, 32: 77-232.

WILLEY (1949: 188) identifica uma forte correlação entre as cerâmicas históricas Tupinambá da costa e Guaraní do Paraguai, e considera, de uma perspectiva difusionista, que as influências de ambas as cerâmicas devem ter-se originado no baixo Amazonas. Sugere, com base na distribuição da cerâmica, que o estímulo para a pintura cerâmica deve ter-se difundido no sentido norte-sul pela costa e não pelo planalto no interior. Foi dos arqueólogos participantes do PRONAPA a decisão de denominar a Tradição Cerâmica Policrômica, cujos vestígios arqueológicos podem ser correlacionados aos falantes de Tupí e de Guaraní, de "Tupiguarani", mascarando as diferenças e dificultando a correlação com outros grupos Tupí historicamente conhecidos (NOELLI, 1996: 16).

Partindo de uma abordagem de evolução cultural numa perspectiva difusionista e com base nos resultados da pesquisa arqueológica do PRONAPA, que partia da premissa de que a cerâmica originara-se fora do ambiente da floresta tropical úmida, Betty MEGGERS[52] (1963 *apud* NOELLI, 1996: 17) propôs a base dos Andes na Bolívia como o centro de origem da tradição cerâmica Tupiguaraní. Posteriormente, contudo, aceitou as indicações fornecidas pela linguística e o centro de origem Tupí na planície amazônica a leste do rio Madeira, incluindo a datação sugerida por RODRIGUES (1964: 103-104) de 5.000 anos para o tronco Tupí, uma vez que entendia que esses povos eram caçadores-coletores acerâmicos[53]. Donald LATHRAP[54] (1970 *apud* NOELLI, 1996: 17) formulou hipótese contrária à de MEGGERS (1963), sugerindo que a cerâmica teria surgido na Amazônia central e que o centro de origem Tupí seria a confluência dos rios Madeira e Amazonas, no que foi seguido por BROCHADO (1984), que propôs um modelo arqueológico de dispersão Tupí-Guaraní com base na seriação cerâmica: dois grupos teriam partido da confluência dos rios Madeira e Amazonas e seguido um em sentido leste até a foz do Amazonas e de lá em sentido sul pelo litoral – Subtradição Tupinambá, e o outro subindo o rio Madeira a oeste, interiorizando-se na Amazônia e descendo rumo ao sul até o rio da Prata –

[52] MEGGERS, Betty J. 1963. Cultural development in Latin America: an interpretative overview. In: MEGGERS, B. & EVANS, C. (eds.), *Aboriginal cultural development in Latin America: an interpretative overview.* Washington, DC: Smithsonian Institution, p. 131-145.

[53] Observe-se que o avanço da pesquisa arqueológica leva a crer que a cerâmica pode ter-se desenvolvido primeiramente na Amazônia, uma vez que é de lá que provém a cerâmica hoje considerada como a mais antiga das Américas, com datações de até 7.500 anos A.P. (GASPAR & IMAZIO, 1999: 249-50). Conforme ROOSEVELT (1998[1992]: 63): "a idade deste sambaqui cerâmico foi estabelecida entre 5000 e 4000 a.C. [= 7000 a 5000 A.P.] (...) meticulosamente datada, trata-se da mais antiga cerâmica conhecida das Américas".

[54] LATHRAP, Donald W. 1970. *The Upper Amazon*. London: Thames and Hudson.

Subtradição Guaraní. De acordo com NOELLI (1996: 24), depois de 1984, Brochado tem proposto que a Subtradição Tupinambá seja o termo referente exclusivamente à cerâmica Tupinambá, particularizando as diversas cerâmicas Tupí com a extensão do conceito de subtradição a cada grupo. Deve-se ressaltar, contudo, que as hipóteses de Brochado e de Lathrap foram construídas sem comprovação empírica, visto que os autores não possuíam dados arqueológicos e datações provenientes da Amazônia central (CORRÊA & SAMIA, 2008: 411). Note-se, também, que o modelo proposto por BROCHADO (1984) e atualizado por NOELLI (1996; 1998) foi uma tentativa de incorporar à pesquisa arqueológica os avanços da pesquisa linguística histórico-comparativa a partir da classificação interna da família Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 1984/1985), ainda que o mesmo vá de encontro às hipóteses formuladas com base linguística, uma vez que postula deslocamento pela costa no sentido norte-sul. Ademais, deve-se ressaltar que, na tentativa de correlacionar arqueologia e linguística, NOELLI (1996: 23) afirma:

> *As relações lingüísticas publicadas após 1984 mostram ser impossível que os tupinambá tivessem colonizado sua área de ocupação a partir do Paraguai até o sul do Brasil e depois em direção ao norte/nordeste.* ***Considerada a mais antiga língua da família Tupí-Guaraní*** *(Jensen, 1990a:13), o tupinambá não poderia derivar do Guarani, cujos falantes eram os únicos ceramistas tupí ao sul de São Paulo. Brochado recebeu um reforço significativo depois que Rodrigues (1984-1985, 1986) apresentou os primeiros resultados a respeito das relações internas na família Tupí-Guaraní. As relações entre o Tupinambá e o Kokáma podem vir a ser a chave explicativa para a confirmação da origem dos Tupinambá,* ***desde que se consiga definir se o Kokáma é ou não uma língua do tronco lingüístico Tupí ou se é uma língua tupí adotada por um povo não-tupí****. O Kokáma e o Tupinambá possuem características que estão ausentes nas línguas da família Tupí-Guaraní ao sul do Amazonas, nas áreas do Tapajós-Madeira, Tocantins-Araguaia e Xingu, reforçando a hipótese de Brochado de que a expansão Tupinambá teria iniciado no baixo Amazonas e seguido pelo litoral Atlântico rumo ao sul* (grifos meus).

Percebe-se, pois, que o autor interpretou de maneira equivocada a informação oferecida por JENSEN (1990a:13), em seu estudo do desenvolvimento histórico do Wayampí, em que pondera que "dessas línguas a mais conservadora e, em certo sentido, **mais próxima da protolíngua** é o Tupinambá" (grifo meu), tendo considerado a maior proximidade no sentido temporal, o que de fato não é o caso. O Tupinambá é, dentre as línguas enumeradas por JENSEN (*op.cit.*), a que apresenta o sistema fonológico mais conservador, i. é, o que se desvia menos do sistema original Proto-Tupí-Guaraní. Em realidade, como foi visto anteriormente, em sua

hipótese sobre os deslocamentos dos ramos I, II e III da família Tupí-Guaraní, RODRIGUES (2000: 1600) indica que:

> *na migração para e pela bacia do Paraná os falantes de II e III [Tupí, Tupinambá, Língua Geral Amazônica e Língua Geral Paulista cf. RODRIGUES & CABRAL, 2000] devem, portanto, ter precedido os falantes de I [Guaraní Antigo, Paraguaio, etc.] e, a certa altura, devem ter-se separado por sua vez.*

Em outras palavras, os ramos II e III mantiveram-se unidos por mais tempo. Naturalmente, esse artigo é posterior ao de NOELLI (1996). Da mesma forma, na primeira versão da classificação interna da família Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 1984/1985), o Kokáma ainda estava incluído no ramo III – o que foi mudado na revisão da classificação interna por RODRIGUES & CABRAL (2000) –, porém CABRAL (1995) demonstrou que essa língua é fruto de um processo de mudança linguística induzida pelo contato, tendo sido adotada por um povo não-Tupí e, portanto, não pode ser relacionada geneticamente à família Tupí-Guaraní.

Por outra parte, de acordo com NOELLI (1996), as datações cerâmicas radiocarbônicas indicam que o movimento de expansão e diferenciação dos grupos Tupí-Guaraní deve ter-se iniciado em período bastante mais remoto do que normalmente antecipado pela linguística, mostrando que a cerâmica Tupí-Guaraní já se havia diferenciado há cerca de 2.000 anos. Como se vê no quadro abaixo, as datas mais antigas no sudeste e no sul do país são muito próximas ao *Anno Domini*:

Litoral Fluminense, RJ	Baixo Tietê, SP	Médio Rio Ivaí, PR	Santa Maria, RS
± 300 d.C.	± 232 d.C.	±100 d.C.	± 150 d.C.
± 440 d.C.	± 578 d.C.	± 460 d.C. / ± 570 d.C.	± 475 d.C.
± 870 d.C.	±668 d.C.	-	-

Tabela 1 – Datações radiocarbônicas para a cerâmica no sudeste e sul do Brasil, conforme NOELLI (1996: 27-28)

Embora as datas mais antigas apresentadas nesse quadro sejam datações isoladas, as datas intermediárias, muito próximas das primeiras, fazem parte de sequências que se estendem até os tempos históricos, em regiões muito afastadas do suposto centro de origem na região Madeira/Guaporé/Aripuanã, atestando a antiguidade das expansões e a possibilidade de correlação com os dados linguísticos (NOELLI, 1996: 28).

Por sua vez, HECKENBERGER, NEVES & PETERSEN (1998: 71) apresentam elementos arqueológicos para "questionar a origem na Amazônia central das línguas proto-Tupí ou proto-Tupí-Guaraní". Em realidade, o que os autores questionam é a possibilidade de associar falantes de línguas Tupí à cerâmica denominada Tradição Policrômica Amazônica, uma das premissas básicas do modelo proposto por Lathrap e retomado por Brochado e Noelli. A segunda crítica ao modelo é a aceitação da ideia, sem comprovação por datação radiocarbônica, de que a Tradição Policrômica Amazônica seria mais antiga na Amazônia central do que em outras regiões do subcontinente. Outros problemas que os autores levantam são: a presença da Tradição Policrômica em regiões onde não há registro de grupos falantes de língua Tupí (como no baixo e médio rio Negro) e a falta de evidências históricas ou etnográficas que estabeleçam uma ligação entre falantes de línguas Tupí-Guaraní e a Tradição Policrômica Amazônica na Amazônia, nas Subtradições Guaraní e Tupinambá, como foi estabelecido para a Tradição Tupiguaraní no leste e sul do Brasil (HECKENBERGER, NEVES & PETERSEN, 1998: 73-74). Outro aspecto importante apontado pelos autores é a indicação arqueológica de que o florescimento da Tradição Policrômica Amazônica deu-se a partir de 900 d.C.

Note-se que NOELLI (1996: 23) sugere ainda que "a cerâmica Marajoara poderia ter sido uma derivação da cerâmica Tupinambá", o que SCHAAN (2007: 85) contesta da seguinte forma:

> *Por um lado, o desenvolvimento da Tradição Policrômica ao longo da bacia amazônica é recente (depois de 900 d.C.) e está ligado ao surgimento de sociedades complexas, cujos padrões hierárquicos parecem diferenciar-se de um ethos 'igualitário' tradicionalmente atribuído aos grupos Tupiguarani (Fausto, 1992; Viveiros de Castro, 1996). Vale ressaltar também que a cerâmica da fase Marajoara diferencia-se de outras da Tradição Policrômica Amazônica por reunir características estilísticas e tecnológicas bem mais complexas (uso concomitante de excisão, incisões e duas camadas de engobo) e por ser mais antiga (500 d.C.).*

É conveniente ressaltar que ROOSEVELT (1998[1992]:73) já asseverava que uma "equação monolítica de linguagem, população e cultura material parece pouco realista, e os estudos

etnográficos não confirmam estas hipóteses". Como lembra SCHAAN (2007: 87), é preciso problematizar "a tendência a tratar 'fase' e grupo etnolinguístico como entidades homólogas".

HECKENBERGER, NEVES & PETERSEN (1998: 89) sugerem cautela ao levantar hipóteses referentes à movimentação de populações dentro da Amazônia com base na distribuição de cerâmica, embora seja forçoso reconhecer que existia um padrão dinâmico de movimentação populacional na Amazônia pré-colonial. Todavia, NOELLI (1993), ao estudar as práticas de subsistência Guaraní, propõe que esses grupos fossem fortemente sedentários, de forma que as expansões territoriais para fora do ambiente amazônico devem ter sido causadas pelo aumento demográfico e pela cisão de aldeias. O autor argumenta, ainda, que o ritmo das expansões deveria ser bastante lento, pois era necessário introduzir as plantas trazidas do lugar de origem e conhecer as plantas das novas terras conquistadas, empreendimentos que demandavam tempo para o conhecimento e modificação do meio ambiente. Como salienta William BALÉE (1994: 164), "*indigenous plant management unquestionably have changed the aboriginal forest profile of Amazonia and pre-Amazonia*"; a definição de "*management*" dada por BALÉE (*op.cit.*: 116) envolve "*direct and indirect human interference in species' populations, distribution, and behavior*". Em vista disso, entende-se a introdução da questão da territorialidade, conforme os estudos etno-históricos realizados por MELIÀ[55] (1988 *apud* MONTEIRO, 1998[1992]: 482), nos estudos etnoarqueológicos desenvolvidos por NOELLI (1998: 660) e na perspectiva que adota para entender as expansões e deslocamentos Tupí-Guaraní. O empreendimento de NOELLI (1996; 1998) é uma tentativa de harmonizar os modelos arqueológico e linguístico, salientando que a única maneira de entender por que o centro de origem da cerâmica Tupí (confluência dos rios Madeira e Amazonas, segundo o modelo arqueológico) não corresponde com o centro de origem do Proto-Tupí (na região dos rios Madeira, Guaporé, Aripuanã, segundo o modelo linguístico) é por meio da correlação de dados linguísticos e arqueológicos para todos os grupos Tupí.

Mais recentemente, MELLO & KNEIP (2006) propõem uma terceira alternativa que tenta conciliar os dados arqueológicos e linguísticos. Preocupados, sobretudo, em reavaliar as evidências relativas ao centro de origem da família Tupí-Guaraní – o qual situam no leste amazônico, entre o Tapajós e o Araguaia –, formulam uma proposta que permite dar conta da proximidade do Tupinambá das demais línguas TG amazônicas (MELLO, 2002) e incorporar os

[55] MELIÀ, Bartolomeu. 1988. *El Guaraní conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*, 2ed. Asunción: Universidad Católica.

indícios de empréstimo de um ancestral Karíb para o Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 2000b), considerando uma rota de dispersão Karíb no sentido norte-sul, a partir de um centro de origem no maciço guianense, como indicam evidências recentes (cf. MEIRA, 2007). De acordo com a interpretação de MELLO & KNEIP (2006), esse encontro teria ocorrido possivelmente no meio-leste amazônico. Tal hipótese incorpora a rota de expansão Tupinambá no sentido norte-sul, de acordo com a proposta de BROCHADO (1984), mas leva em consideração a região de maior diversidade linguística da família Tupí-Guaraní e não do tronco Tupí, como todas as demais propostas comentadas anteriormente. Ressalte-se que SCHLEICHER (1998: 321) sugere que os falantes de Proto-Tupí-Guaraní haviam-se deslocado para o leste de Rondônia antes do início do desmembramento do grupo, e essa área seria em si mesma uma "*relic area*", i. é, conservadora em relação às demais línguas Tupí. Contudo, talvez a principal contribuição do trabalho de MELLO & KNEIP (2006) seja a introdução de uma visão mais dinâmica dos movimentos de expansão e dispersão dos grupos Tupí, com a proposta de movimentos de fluxo e refluxo.

Por outro lado, resultados recentes de trinta anos de pesquisa arqueológica de campo e laboratório, sobretudo, na região do alto rio Ji-Paraná indicam a presença de cerâmica com mais de 5.000 anos A.P. no centro de origem proposto por RODRIGUES (1955; 1958a; 1958b) com traços tipo Tupiguarani, i. é, corrugada e/ou pintada (MILLER, 2009: 100). De acordo com o autor:

> *Foi testado e comprovado por nós que existe uma segura correlação entre a presença de uma língua Tupí-Guaraní (Kawahíb) e a cerâmica arqueológica, constituída por evidências de cerâmica corrugada e pintada, assim como entre a coincidência de seus espaços de assentamento e suas cronologias, para a incontestável demonstração da existência da tradição Proto-Tupiguarani (ou como vier a ser denominada)* (MILLER, 2009:103).

Essa cerâmica Proto-Tupiguarani, entendida como antecedente da tradição Tupiguarani costeira, foi datada em 5.070 ± 60 A.P. e vem associada à presença de terra preta, indicativa da prática da agricultura (MILLER, 2009: 37). Segundo o autor, o subgrupo com cerâmica pintada e corrugada, identificada como Proto-Tupinambá, ter-se-ia separado e migrado em movimento de expansão causado provavelmente por pressão demográfica em 3.800-3.700 A.P. (*idem*: 38). De acordo com a análise paleoclimática e as indicações do contexto arqueológico, a diferenciação entre os grupos Tupí deve ter-se iniciado entre 6.000 e 5.000 anos A.P. – a fase Massangana,

possivelmente correlacionável à Tradição Tupiarikém, indica a ocorrência de práticas agrícolas a partir de 5.210 ± 70 A.P. –, sugerindo a ocorrência de duas fases de expansão com aumento populacional (5.000-4.300 A.P. e 4.000-2.800 A.P.) e duas de dispersão com provável diminuição da densidade demográfica (4.300-4.000 A.P. e 2.800-2.500 A.P.). A partir de 2.500 anos A.P. ter-se-ia iniciado uma fase de relativa estabilidade climática com crescimento moderado da população, até a chegada dos europeus à região (*idem*: 87).

Observe-se que as datações propostas por MILLER (2009), ao contrário do antecipado por HECKENBERGER, NEVES & PETERSEN (1998: 73-74), vem ao encontro dos dados oferecidos por NOELLI (1996) e confirmam a expectativa de arqueólogos como Lathrap e Brochado de um desmembramento bastante remoto dos grupos Tupí-Guaraní, apesar da flagrante homogeneidade linguística e cultural, que tem levado etnólogos e linguistas a minimizar o tempo de separação dessas línguas/povos. Note-se, ademais, que as cerâmicas até o momento identificadas para os diferentes grupos Tupí são extremamente diferenciadas entre si, sugerindo que se devem ter desenvolvido de maneira independente umas das outras, o que implica considerável distanciamento espaço-temporal entre as diferentes tradições cerâmicas e de cada uma em relação ao antecedente Proto-Tupiguarani. Evidentemente, a marcada diferença entre as cerâmicas também pode sugerir que têm origens distintas (MILLER, 2009: 89).

De outra parte, a interpretação de MILLER (2009: 86) vem reforçar a ideia de NOELLI (1996: 10) de que parte dos deslocamentos Tupí pré-históricos parecem estar caracterizados como expansões para conquista de novas terras, ao fazer distinção entre os impactos provocados pelas mudanças climáticas: períodos de clima úmido levariam à pressão demográfica pelo excesso de população, acarretando expansões, e períodos de semiaridez levariam a dispersões e migrações causando, forçosamente, grandes perdas humanas. Conforme o cenário projetado pelo autor, o clima quente e úmido teria levado à multiplicação das aldeias:

> *(...) originando desentendimentos, reacomodações, deslocamentos, expansões, migrações, com choques entre tribos pela posse das novas terras. Para o sucesso da posse, os deslocamentos deveriam ter sido feitos por contingente equivalente a várias aldeias ao longo dos deslocamentos, garantindo o sucesso das expansões e migrações que se dariam pelos rios com matas ciliares extensas, em cujas margens iriam sendo criados novos aglomerados de aldeias e roças* (MILLER, 2009: 86).

Vê-se, pois, que o maior conhecimento das cerâmicas dos diversos povos Tupí e o aumento de datações radiocarbônicas vêm possibilitando a aproximação das abordagens linguística e arqueológica, de forma a oferecer uma visão mais clara e abrangente da realidade Tupí pré-histórica. A grande novidade a ser avaliada pela linguística histórica é a inusitada profundidade temporal indicada pelas datas radiocarbônicas para o Proto-Tupí-Guaraní.

Em suma, as propostas dos diferentes grupos de pesquisadores divergem em maior ou menor medida. Entre aquelas que, apesar das possíveis críticas, resistem ao tempo e à evolução das pesquisas, pode-se encontrar certo consenso em relação aos limites extremos da área original de dispersão dos grupos Tupí: o rio Amazonas ao norte, o curso médio do rio Guaporé ao sul (paralelo 12°S), os rios Madeira/Guaporé a oeste e o Tapajós a leste. Indicações arqueológicas mais recentes, contudo, limitam o centro de origem à área do alto rio Ji-Paraná. A proposta de encontrar um centro de origem especificamente para os grupos Tupí-Guaraní fora desses limites, apesar de tentadora na medida em que reconhece os padrões extremamente dinâmicos de movimentação de populações em período pré-histórico, parece descartada se os dados arqueológicos arrolados por MILLER (2009) forem avaliados positivamente, uma vez que esses sugerem que a diversificação deve ter iniciado antes dos deslocamentos para leste ou sudeste (*idem*: 97).

De qualquer forma, claro está que uma interpretação reducionista de modelos arbóreos, que pressupõe movimentos individuais de deslocamento sempre do mesmo ponto de origem e sem que esse se modifique, se distenda e se alargue com o passar do tempo, não pode dar conta de um processo lento e paulatino de conquista e usufruto de áreas adjacentes, tendo como parte integrante a dinâmica de manejo florestal, com a constante rotação das roças e mudança das aldeias, além do crescimento demográfico e diversas modalidades sócio-políticas de fracionamento das aldeias. Seja qual for o modelo privilegiado, é preciso conceber esse processo de deslocamento e desmembramento de comunidades de forma altamente dinâmica e a partir de perspectiva multidisciplinar, para poder compreender corretamente os movimentos de expansão e dominação de novos territórios dos grupos falantes de línguas Tupí e, mais especificamente, Tupí-Guaraní.

Capítulo I

Da Linguística Histórica à Pré-Histórica:

Historiografia, Metodologia e Usos

"Each language has a life of its own, and it may be made to tell us its own life, so to speak, if we set the right way to work about it."

G. L. Craik[56]

Este capítulo apresenta uma breve revisão historiográfica da linguística histórica como disciplina científica até seu desdobramento mais contemporâneo como linguística pré-histórica. O texto que segue apresenta uma cronologia concisa desde os primeiros trabalhos de caráter histórico, de modo a fornecer uma visão geral das principais contribuições que levaram ao estabelecimento dessa disciplina. Ademais, o método histórico-comparativo, seus pressupostos, princípios e supostas limitações no âmbito da linguística pré-histórica são apresentados e discutidos, assim como as ferramentas, os usos e aplicações do método e seus resultados em empreendimentos que extrapolam os rígidos limites da linguística, como a reconstrução histórica. Os demais métodos e modelos alternativos da linguística pré-histórica são brevemente descritos. Também são aqui abordados os estudos relativos às línguas indígenas sul-americanas, e mais especificamente brasileiras, e os esforços de classificação dessas línguas ao longo do tempo. Finalmente, apresenta-se uma breve revisão da bibliografia, especialmente, em referência aos estudos de linguística pré-histórica e etnolinguística que têm por objeto as línguas indígenas brasileiras, particularmente as línguas do tronco Tupí abrangidas por este estudo.

[56] CRAIK, G. L. 1861. *A Compendious History of English Literature and of the English Language*. London: Griffin, Bohn & Co.

1.1 – CLASSIFICAÇÃO LINGUÍSTICA E RELAÇÕES GENÉTICAS

Muito antes do estabelecimento da linguística histórica como disciplina científica, já havia uma tradição de estudos históricos entre os gramáticos do Sânscrito e as escolas rabínicas, dentre os quais se destaca o trabalho pioneiro de Yehuda Ibn Quraysh, no século X, em que empreendeu a comparação da fonologia e da morfologia do Hebraico com a do Aramaico e do Árabe (TÉNÉ[57], 1980 *apud* BLENCH & SPRIGGS, 1999: 5).

Foi somente a partir do conhecimento da gramática de línguas semíticas, e em especial com os estudos de Johannes Reuchlin[58] (Johann von Reuchlin), humanista e jurista alemão que publicou uma pequena descrição do Hebraico, em 1494, e a primeira gramática dessa língua escrita por um cristão, em 1506, que se difundiram na Europa noções, como a de raiz, que se tornariam fundamentais para os estudos históricos. Em particular, os etimologistas holandeses distinguiam entre termos primitivos e derivados e analisavam as palavras em seus componentes – raiz e afixos –, o que se tornaria posteriormente característica fundamental da gramática comparativa (CAMPBELL & POSER, 2008: 15).

Dentre os primeiros estudos comparativos europeus no século XVI, registra-se o trabalho de Sigismundus Gelenius[59] (Zikmund Hruby z Jelem), humanista e editor tcheco que, em 1537, empreendeu a demonstração do parentesco do Grego, do Latim, do Alemão e do Tcheco[60] a partir da comparação do sistema sonoro e do significado de extensa lista de palavras. Sebastian Munsterus[61] (Münster), matemático e geógrafo alemão professor de Heidelberg, utilizou um método comparativo bastante mais sofisticado para determinar a relação genética entre o Finlandês, o Lapão e o Estoniano, com base na comparação lexical e de estruturas gramaticais em seu estudo *Cosmographey*, de 1544 (CAMPBELL & POSER, 1991: 3).

---

[57] TÉNÉ, D. 1980. The earliest comparisons of Hebrew with Aramaic and Arabic. In: *Progress in Linguistic Historiography*, K. Koerner (ed.), 355-77. Amsterdam: John Benjamins.

[58] REUCHLIN, Johannes. 1494. *De verbo Mirifico*. Basel. / ____. 1506. *De rudimentis Hebraicis libri tres*. Pforzheim: Thomas Anselm.

[59] GELENIUS, Sigismundus. 1537. *Lexicum symphonum quo quatuor linguarum Europae familiarium, Graecae scilicet, Latinae,Germanicae ac Sclauinicae concordia consonatiaque indicatur*. Basel: Ieronymus Frobenius et Nicolaus Episcopius.

[60] Na realidade, Gelenius utilizou-se de elementos do Tcheco e do Croata na construção artificial de lexemas do que chamou de Eslavo, de acordo com HÜLLEN (2001: 220).

[61] MUNSTERUS, Sebastian. 1544. *Cosmographey oder Beschreibung aller Länder, Herrschaften und fürnemesten Stetten, des gantzen Erdbodens*. Basil: Sebastianum Henricpetri.

Johannes Goropius Becanus[62] (Jan van Gorp van der Beke), médico holandês, estabeleceu, em 1569, o parentesco de algumas línguas indo-europeias pela comparação lexical entre o Holandês, o Latim e o Grego, e sugeriu que o Holandês fosse diretamente descendente do ancestral Címbrico, atestando sua grande antiguidade. Apesar da falta de rigor formal e semântico na análise etimológica, Becanus reconheceu correspondências fonológicas pertinentes entre o Holandês e as línguas clássicas (VAN HAL, SWIGGERS & ISEBAERT, 2008). Josephus Justus Scaliger[63], erudito italiano nascido na França e professor da Universidade de Leiden, introduziu o conceito de família linguística (*matrices*) e suas ramificações (*propagines*). Foi na sua *Diatriba de Europaeorum linguis*, escrita originalmente como carta, em 1599, e publicada em 1605 e, postumamente, em 1610, contra os abusos metodológicos dos etimologistas de seu tempo, que o autor propôs quatro famílias principais – Eslavo, Latim, Grego e Germânico – e sete famílias menores – Albanês, Turco, Húngaro, Finlandês, Irlandês, Bretão Antigo e Basco – não relacionadas entre si, e reconheceu ramificações nos quatro grupos principais (VAN HAL, SWIGGERS & ISEBAERT, 2008). Em 1612, Abraham Vander Mylius[64] (Abraham van der Myl), teólogo holandês, reconheceu quatro *línguae matrices* – Grego, Latim, Teutônico e Hebraico – e introduziu de forma sistemática a discussão sobre questões como a diversidade, a mudança e a afinidade linguísticas (CAMPBELL & POSER, 2008: 16). Mylius, apesar de proibido de exercer funções oficiais, manteve-se em contato com a escola filológica de Leiden e utilizou-se da terminologia introduzida por Scaliger (VAN HAL, SWIGGERS & ISEBAERT, 2008).

Antecipando a ideia de uma família indo-europeia de línguas geneticamente relacionadas, Claudius Salmasius (Claude de Saumaise/Saumaire), erudito francês sucessor de Scaliger na Universidade de Leiden, demonstrou, em 1643, a afinidade genética entre o Grego, o Germânico, o Índico (Sânscrito) e o Persa, com o intuito de defender a ideia de seu amigo, o médico Johannes Elichmann, de uma protolíngua cítica (VAN HAL, SWIGGERS & ISEBAERT, 2008). Apesar

---

[62] BECANUS, Johannes Goropius. 1569. *Origines Antwerpianae, sive Cimmeriorum Becceselana novem libros complexa, Atuatica, Gigantomachia, Niloscopium, Cronia, Indoscythica, Saxsonica, Gotodanica, Amazonica, Venetica et Hyperborea. Antverpiae: ex officina Christophori Plantini.*

[63] SCALIGER, Josephus Justus. 1605[1599]. Europaeorum linguae. In: MERULII, Paulii, *Chosmographiae Generalis*. Partis II, Liber I: 271-272. *Antverpiae: ex officina Christophori Plantini.* / ____. 1610[1599]. *Opuscula varia antehac non edita*. (Diatriba de Europaeorum linguis, 119-22; Diatriba de varia literarum aliquot pronuntiatione, 127-32.) Paris.

[64] MYLIUS, Abraham Vander. 1612. *Lingua Belgica: de linguae illius communitate tum cum plerisque alijs, tum presertim cum Latina, Graeca,Persica; deque communitatis illius causis; tum de linguae illius origine & latissima per nationes quamplurimas diffusione; ut & de ejus prestantia. Qua tum occasione,hic simul quaedam tractantur consideratu non indigna, ad linguas in universum omnes pertinentia.* Lugduni Batavorum: Ulricus Cornelii et G. Abrahami.

da argumentação inconclusiva, o aspecto mais importante de sua obra é a reconstrução de protoformas de numerais a partir do Grego, do Germânico e do Persa (BLENCH & SPRIGGS, 1999: 6). Também é significativa a introdução do Sânscrito nesse conjunto de línguas e a hipótese de um Indo-Cita, do qual descenderia o Persa:

> *Reliquae omnes dictiones, quas pro Indicis recenset Ctesias in opere cognomine, in Persica hodierna lingua deprehenduntur minima mutatione. Inde apparet Indica illa Ctesiae Indoscythica esse, & Persican proinde linguam quae hodie viget, ab illis Indoscythis manasse: vel ab iisdem Scythis qui in Indiam descenderunt, cum im Parthicam quoque ejusdem gentis hominis migrassent, originem traxisse* (SALMASIUS, 1643: 379-380)[65].

Marcus Zuerius Boxhornius[66] (van Boxhorn), erudito holandês professor da Universidade de Leiden, propôs, em bases bastante mais sólidas, a hipótese do Cita como língua ancestral do Holandês, do Alemão, do Latim, do Grego e do Persa (VAN WAYENBURG, 2004). O autor, que também aventava a inclusão do Sânscrito no conjunto de línguas aparentadas, lançou sua hipótese em 1647, num estudo sobre uma inscrição votiva, mas viu-se obrigado a responder a um panfleto anônimo, no mesmo ano, apresentando de maneira sistemática e detalhada seu método comparativo e as correspondências lexicais e gramaticais entre as diversas línguas para dar sustentação à sua hipótese. Em 1650, o autor publicou uma extensa lista comparativa de palavras sem aprofundar as questões metodológicas. De forma significativa, Boxhornius explicou as semelhanças pela origem comum, uma vez que não existia documentação histórica indicando contato, e salientou a importância de formas irregulares compartilhadas como indicativas de

---

[65] "As expressões do Sânscrito registradas por Ctesias na sua obra *Indica* podem ser depreendidas do Persa moderno com poucas modificações. Do que se percebe que o Sânscrito de Ctesias é Indo-Cítico e o Persa moderno descende do Indo-Cita ou dos Citas que penetraram na Índia, enquanto os que migraram para a Pártia explicam assim a sua origem" (tradução minha). Também citado em CAMPBELL & POSER (2008: 21 *apud* VAN DRIEM, 2001: 1047): "All the Indian utterances which have come down to us, recorded by Ctesias in his *Indika*, can, with only minor modification, be found in modern Persian. From this it is clear that the Indian of Ctesias is Indoscythian and it follows that either modern Persian is the descendant of the language spoken by the Indoscythians, or that the Indians of Ctesias descended from the Scythians who descended into India, whilst the people who migrated to Parthia trace their origin to the same stock." (Tradução de van Driem em VAN DRIEM, George. 2001. *Languages of the Himalayas*. 2 vols. Leiden: Brill.) N. da T.: A Pártia ou império Parta ocupava a região do atual Irã a partir do século III a.C. e caiu sob o domínio dos vassalos persas em 224 d.C.; por extensão de sentido, o termo refere-se também à Pérsia.

[66] BOXHORNIUS, Marcus Zuerius. 1647. *Bediedinge van de tot noch toe onbekende afgodinne Nehalennia, over de dusent ende ettelicke hondert jaren onder het sandt begraven, dan onlancx ontdeckt op het strandt van Walcheren in Zeelandt*. Leyden: Willem Christiaens van der Boxe. / ____. *1647. Antwoord van Marcus Zuerius van Boxhorn, gegeven op de Vraaghen, hem voorgestelt over de Bediedinge van de afgodinne Nehalennia, onlancx uytghegeven, in welcke de ghemeine herkomste van der Griecken, Romeinen ende Duytschen Tale uyt den Scythen duydelijck bewesen, ende verscheiden Oudheden van dese Volckeren grondelijck ontdekt ende verklaert worden*. Leyden: Willem Christiaens van der Boxe. / ____. 1650. *De Graecorum, Romanorum et Germanorum linguis earumque symphonia dissertatio*. Lugduni Batavorum: ex officina Guilielmi Christiani.

relacionamento genético. Com o desenvolvimento da linguística histórica e em especial do método histórico-comparativo, a correspondência de formas aberrantes passou a ser considerada prova cabal de parentesco genético pelos linguistas (HOCK, 1991: 563).

A hipótese do Cita como a protolíngua de diversas línguas europeias aparece de forma recorrente em diversos autores e a formulação do sueco Andreas Jäger[67], de 1686, soa surpreendentemente moderna ao postular que a protolíngua cítica seria falada na região do Cáucaso e que se teria estendido pela Europa, gerando outras línguas sem conservar nenhum rastro da língua materna. A proposta de Jäger, conforme citação abaixo, antecipa em um século o discurso de Sir William Jones e vem despida da ingenuidade deste último, que imaginava ser possível a coexistência da protolíngua e suas descendentes:

> *An ancient language, once spoken in the distant past in the area of the Caucasus mountains and spreading by waves of migration throughout Europe and Asia, had itself ceased to be spoken and had left no linguistic monuments behind, but had as a "mother" generated a host of "daughter languages," many of which in turn had become "mothers" to further "daughters." (For a language tends to develop dialects, and these dialects in the course of time become independent, mutually unintelligible languages.) Descendants of the ancestral languages include Persian, Greek, Italic (whence Latin and in time the modern Romance tongues), the Slavonic languages, Celtic, and finally Gothic and the other Germanic tongues.* (CAMPBELL & POSER, 2008: 22 *apud* METCALF[68], 1974: 233).

O conceito de reconstrução de uma protolíngua indo-europeia aparece também nos estudos de William Wotton[69], de 1713, que relacionou o Islandês, as línguas românicas e o Grego (BLENCH & SPRIGGS, 1999: 5). É interessante ressaltar o tom marcadamente contemporâneo da formulação de Wotton, que apresenta algumas estimativas relacionadas à velocidade da mudança linguística e partilha com Jäger a compreensão do necessário desaparecimento da língua 'mãe'. No que diz respeito ao método utilizado pelo autor, vale notar a ênfase na comparação gramatical:

> *My argument does not depend on the difference of Words, but upon the difference of Grammar between any two languages; from whence it proceeds, that when any Words are derived from one Language into another, the derived*

[67] JÄGER, Andreas. 1686. *De Lingua Vestustissima Europae, Schyto-Celtica et Gothica*. Wittenberg.
[68] METCALF, George J. 1974. The Indo-European hypothesis in the sixteenth and seventeenth centuries. *Studies in the history of linguistics: traditions and paradigms*, ed. Dell Hymes, pp. 233-257. Bloomington: Indiana University Press.
[69] WOTTON, William. 1730[1713]. *A discourse concerning the confusion of languages at Babel*. London: S. Austen and W. Bowyer.

> *Words are then turned and changed according to the Genius of the Language into which they are transplanted. (...) I can easely suppose that they might both be derived from one common Mother, which is, and perhaps has for many Ages been entirely lost* (WOTTON, 1730 *apud* BLENCH & SPRIGGS, 1999: 5).

Fora do âmbito do Indo-Europeu, após os primeiros estudos das línguas fino-úgricas de Sebastian Münster, em 1544, Mikael Wexionius[70] (von Gyldenstolpe) desenvolveu a comparação gramatical do Lapão, do Estoniano e do Finlandês, em 1650, delineando junto com Bengt Skytte e J. A. Comenius (Komenský), que acrescentou o Húngaro às línguas comparadas, a família Fino-Úgrica ainda no século XVII. Johannes Schefferus[71] (Scheffer) sugeriu, em 1673, a relação entre o Lapão e o Samoiedo, avançando a ideia de um agrupamento maior de línguas, mais tarde chamado de família Urálica, com base na comparação gramatical (CAMPBELL & POSER, 2008: 88 e 90). E o matemático jesuíta húngaro János Sajnovics[72] argumentou, em 1770, que o Húngaro, o Lapão e o Finlandês tinham a mesma origem (HOCK, 1991: 556), baseando-se em um sólido método comparativo que privilegiava a comparação gramatical, mas não dispensava a comparação de vocabulário básico e o uso de correspondência sonora.

RUHLEN[73] (1991 *apud* BLENCH & SPRIGGS, 1999: 7) considera que a família Urálica já havia sido delineada em sua estrutura básica por volta de 1780. Tanto o método comparativo de Sajnovics quanto o de Samuel Gyarmathi[74], demonstrado em estudo datado de 1799, tiveram grande influência sobre os pesquisadores de sua época e as gerações seguintes e marcaram de forma decisiva o desenvolvimento do método histórico-comparativo.

No que tange as línguas do 'Novo Mundo', em 1787 Jonathan Edwards Jr.[75] publicou um estudo demonstrando, com base em dados linguísticos, o parentesco genético das famílias

---

[70] WEXIONIUS, Mikael Olai. 1650. *Epitome descriptionis Sueciae, Gothiae, Fenningiae et subiectarum provinciarum.* Aboae: Petrum Wald.
[71] SCHEFFERUS, Johannes. 1673. *Lapponia.* Frankfurt am Main.
[72] SAJNOVICS, János. 1770. *Demonstratio Idioma Ungarorum et Lapponum Idem Esse.* Copenhagen: Typis Collegi societatis Iesu.
[73] RUHLEN, Merritt. 1991. *A Guide to the World's Languages*. Vol. 1, Stanford: Stanford University Press.
[74] GYARMATHI, Samuel. 1799. *Affinitas linguae Hungaricae cum linguis Fennicae originis grammatice demonstrata.* Göttingen: Joann. Christian Dieterich.
[75] EDWARDS, Jonathan, Jr. 1787. *Observations on the language of the Muhhekaneew Indians; in which the extent of that language in North America is shewn; its genius is grammatically traced; some of its peculiarities, and some instances of analogy between that and the Hebrew are pointed out.* Connecticut Society of Arts and Sciences, New Haven: Josiah Meigs.

Algonquina e Iroquesa; e Benjamin Smith Barton[76] foi o primeiro a relacionar a língua Cherokee com as línguas iroquesas, em 1798 (PENDLETON, 2003: 7).

O jesuíta italiano Filippo Salvatore Gilij[77] foi o autor da primeira classificação das línguas sul-americanas, em quatro volumes, de 1780 a 1784, baseando-se em correspondências sonoras para identificar nove *lenguas matrices*, além de discutir problemas como empréstimo e linguística areal. Data dessa mesma época o trabalho monumental do também jesuíta Lorenzo Hervás y Panduro[78], que pretendia um estudo comparativo das línguas e nações do mundo. Hervás y Panduro baseou-se em correspondências sonoras, gramaticais e de vocabulário para estabelecer as *lenguas matrices* americanas (PENDLETON, 2003: 6).

Contudo, a tradição estabeleceu o discurso de William Jones[79], proferido em fevereiro de 1786 diante da *Asiatic Society* e publicado em 1788, como o marco que estabelece a linguística histórica como prática intelectual e científica, ao postular que as semelhanças que não podem ser atribuídas ao acaso são devidas à descendência de uma mesma língua ancestral, o que veio mais tarde a ser chamado de hipótese do parentesco genético:

> *The Sanskrit language, whatever be its antiquity, is of a wonderful structure; more perfect than the Greek, more copious than the Latin, and more exquisitely refined than either, yet bearing to both of them a stronger affinity, both in the roots of verbs and in the forms of grammar, than could possibly have been produced by accident; so strong indeed, that no philologer could examine them all three, without believing them to have sprung from some common source, which, perhaps, no longer exists: there is a similar reason, though not quite so forcible, for supposing that both the Gothic and the Celtic, though blended with a very different idiom, had the same origin with the Sanskrit; and the old Persian might be added to the same family, if this were the place for discussing any question concerning the antiquities of Persia* (JONES[24], 1788 *apud* HOCK, 1991: 557)

Tradicionalmente considera-se, então, que a hipótese de reconstrução de uma protolíngua desenvolveu-se a partir das ideias de Jones esboçadas no texto citado, embora já tivesse havido esforços nesse sentido nos dois séculos anteriores, como salientado acima. Com o avanço dos

---

[76] BARTON, Benjamin Smith. 1798. *New views on the origin of the tribes and nations of America*. Philadelphia: Benjamin Smith Barton.
[77] GILIJ, Filippo Salvatore. 1780-1784. *Saggio di Storia Americana; o sia, storia naturale, civile e sacra de regni, e delle provincie spagnuole di Terra-Ferma nell' America Meridionale descritto dall' abate F. S. Gilij.* 4 vols. Rome: Perigio.
[78] HERVÁS Y PANDURO, Lorenzo. 1784. *Catalogo delle Lingue Conosciute e Noticia Della loro Affinitià e Diversità*. Cesena: Gregorio Biasini all'Insegna oli Pallade.
[79] JONES, Sir William. 1788. The Third Anniversary Discourse: on the Hindus. *Asiatic Researches*, 1: 415–31.

estudos das línguas indo-europeias no século XIX e o esforço de reconstruir a língua original, o Proto-Indo-Europeu, aprimorou-se o método histórico-comparativo, cujo objetivo principal é estabelecer a relação genética entre duas ou mais línguas ou famílias linguísticas, reconstruir sua protolíngua ancestral e traçar o desenvolvimento histórico de cada uma das línguas da família (KAUFMAN, 1990: 15).

De acordo com HOCK (1991: 532), para estabelecer as relações genéticas entre as línguas/famílias, é preciso determinar as relações gerais entre elas, mas também estabelecer as relações específicas entre formas e estruturas por meio da reconstrução de formas e estruturas ancestrais, esclarecendo, assim, por meio da reconstrução comparativa, a realidade linguística pré-histórica.

A escola holandesa seiscentista, mencionada anteriormente, foi fundamental para o desenvolvimento futuro do método comparativo, legando-lhe o método de análise lexical a partir de seus componentes menores, assim como a ênfase nas semelhanças gramaticais, e influenciou aquele que veio a ser chamado de 'pai' da linguística comparativa, Franz Bopp (CAMPBELL & POSER, 1992: 21).

Bopp[80] inaugurou, em 1816, com seu estudo comparativo da gramática do Sânscrito com o Alemão, o Persa, o Grego e o Latim, a busca sistemática de estruturas gramaticais, léxico e fonologia comuns entre as línguas comparadas, que marcaram o desenvolvimento da linguística histórica indo-europeia.

Por outro lado, a ideia de mudanças sonoras regulares apareceu pela primeira vez no estudo de Karl Friedrich von Schlegel[81], de 1808, e, posteriormente, no ensaio sobre a origem do Islandês e sua relação com diversas línguas indo-europeias, do linguista dinamarquês Rasmus Rask[82], em 1818. Vale salientar que Rask foi um dos primeiros linguistas a utilizar o mesmo método comparativo aplicado às línguas indo-europeias no estudo de línguas indígenas americanas (PENDLETON, 2003: 8), ao sugerir o parentesco linguístico entre o Eskimó – falado na Groenlândia – e o Aleuta, aproximadamente entre 1819 e 1820, em manuscrito inédito que

[80] BOPP, Franz. 1816. *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit denem der Griechischen, Lateinischen, Persischen und Germanischen Sprache.* Frankfurt am Main: Andreaische Buchhandlung.
[81] SCHLEGEL, Karl Friedrich von. 1808. *Über die Sprache und Weisheit der Indier*. Heidelber: Mohr und Zimmer.
[82] Rask, Rasmus K. 1818. Undersøgelse om det gamle nordiske eller Islandiske sprogs oprindelse. Copenhagen: Gyldendal.

somente veio a ser publicado na Dinamarca em 1916, por William Thalbitzer[83] (FORTESCUE, 1998: 35) e, posteriormente, em inglês, também por Thalbitzer (RASK & THALBITZER, 1922).

Foi Jakob Grimm[84], no entanto, quem ampliou o estudo das mudanças sonoras regulares, formulando, em 1822, o princípio de mudanças sistemáticas e regulares no sistema de obstruintes do Indo-Europeu, em parte inspirado na formulação de Rask, que veio mais tarde a ser conhecido como a 'lei de Grimm', utilizando o método histórico-comparativo no primeiro estudo diacrônico das mudanças linguísticas. Em 1875, o linguista dinamarquês Karl Verner[85] percebeu que havia regularidade nas exceções de Jakob Grimm e avançou a ideia de mudança condicionada pelo ambiente, formulando o princípio que mais tarde veio a ser chamado de 'lei de Verner' com base na comparação sistemática de dados fonológicos.

Um grupo de linguistas, originalmente da Universidade de Leipzig, que posteriormente seria conhecido como Neogramáticos, afirmou de forma contundente, em 1870, que as mudanças sonoras, ao contrário das demais mudanças linguísticas, são regulares e operam sem exceção, postulando a chamada hipótese da regularidade.

A hipótese da regularidade juntamente com a hipótese do parentesco são as premissas fundamentais do método histórico-comparativo, utilizado no âmbito da linguística histórica tradicional para o estudo do desenvolvimento histórico das línguas com vistas à reconstrução dos sistemas fonológico, gramatical e lexical da protolíngua comum, com base em textos antigos.

Nas palestras proferidas na *Royal Institution of Great Britain*, em 1861, Max MÜLLER (1869: 170) apresenta de forma didática e resumida os avanços dos procedimentos metodológicos que então se estabeleciam na linguística histórica e comparativa:

> *The first great step in advance, therefore, which was made in the classification of languages, chiefly through the discovery of Sanskrit, was this, that scholars were no longer satisfied with the idea of a general relationship, but began to inquire for the different degrees of relationship in which each member of a class stood to another. Instead of mere classes, we hear now for the first time of well regulated families of language.*
>
> *A second step in advance followed naturally from the first. Whereas, for establishing in a general way the common origin of certain languages, a*

[83] THALBITZER, William. 1916. *Et Manuskript af Rasmus Rask*. Oversigt over det Kgl. Danske Viedenskabernes Selskabs Forhandlinger, 3: 211-49.
[84] GRIMM, Jakob. 1822. *Deutsche Grammatik*. Ester Theil. 2 ed. Göttingen: Dietrich.
[85] VERNER, Karl. 1876. Eine Ausnahme der ersten Lautverschiebung. *Zeitschrift für vergleichende Sprachforschung auf dem Gebiete der Indogermanischen Sprachen*, 23.2 (1875): 97-130

> *comparison of numerals, pronouns, prepositions, adverbs, and the most essential nouns and verbs, had been sufficient, it was soon found that a more accurate standard was required for measuring the more minute degrees of relationship. Such a standard was supplied by Comparative Grammar; that is to say, by an intercomparison of the grammatical forms of languages supposed to be related to each other; such intercomparison being carried out according to certain laws which regulate the phonetic changes of letters.*

Entretanto, apesar da solidez metodológica requerida para o estudo das línguas indo-europeias com o estabelecimento, no século XIX, do método histórico-comparativo em seus contornos atuais, classificações oitocentistas das línguas do 'Novo Mundo', como as de BRINTON (1891) ou POWELL (1891), não seguiram os pressupostos do método que se firmava. O método de Powell, que se empenhou na classificação das línguas norte-americanas ao norte do México, consistia exclusivamente na comparação lexical, rejeitando as evidências gramaticais:

> *The evidence of cognation is derived exclusively from the vocabulary. Grammatic similarities are not supposed to furnish evidence of cognation, but to be phenomena, in part relating to stage of culture and in part adventitious.(...) It therefore becomes necessary in the classification of Indian languages into families to neglect grammatic structure, and to consider lexical elements only.* (POWELL, 1891: 11).

BRINTON (1891: 333), por sua vez, defendia que uma comparação adequada deveria incluir não apenas o vocabulário, mas também as formas gramaticais e as variações fonéticas. O autor, contudo, confiava que uma pequena lista de palavras "comuns" (BRINTON, *op.cit.*: *ibidem*) – ou "primitivas", na interpretação de CAMPBELL & POSER (2008: 118) – seria instrumento ainda mais valioso de comparação quando capaz de evidenciar relacionamento genético entre as línguas:

> *In some respects, the morphology is more indicative of relationship than the lexicon of tongues; and it is in these grammatical aspects that we are peculiarly poorly off when we approach American dialects. Yet it is also likely that the tendency of late years has been to underestimate the significance of merely lexical analogies. The vocabulary, after all, must be our main stand-by in such an undertaking.*
>
> *For that reason I have thought it worth while to bring together a short list of common words and show their renderings in a number of American tongues. (...) The words I selected for the vocabulary are those which I think would be most likely to indicate relationship, when such existed* (BRINTON, 1891: 333-334).

Apesar de "dividido entre as exigências metodológicas da escola europeia e as considerações pragmáticas relativas à linguística americana" (WILBERT, 1968: 10), o trabalho de

Daniel BRINTON (1891) tem o mérito de apresentar uma avaliação crítica das fontes, de rejeitar os dados relativos a características raciais, distribuição geográfica e história, bem como de utilizar-se da comparação para solucionar problemas classificatórios (WILBERT, 1968: 8). Deve-se ressaltar, ainda, o fato de esse autor ter sido o primeiro a identificar o relacionamento genético entre as línguas da família Uto-Azteca.

Apesar do prestígio adquirido pelo método histórico-comparativo nos estudos indo-europeístas, e da importância de outras famílias, como a Fino-Úgrica e a Urálica, a Semítica e a Dravídica, no desenvolvimento do método, e da solidez atribuída aos modelos de descrição e princípios teóricos a ele associados, diversas questões metodológicas têm ocupado as discussões dos linguistas, gerando dúvidas tanto em relação à sua integridade quanto à aplicabilidade a outras famílias linguísticas (BALDI, 1990: 9-10)[86]. Ainda assim, o Pe. Adrien G. Morice[87] insistia, em 1891, na necessidade de aplicar às línguas Athabaska "os princípios desenvolvidos na filologia comparativa indo-europeia" (KRAUSS[88], 1986: 150 *apud* CAMPBELL & POSER, 2008: 117) e, em 1892, empreendeu a reconstrução de raízes do Proto-Athabaska de 370 itens cognatos (*idem, ibidem*).

Com efeito, tanto a hipótese da regularidade das mudanças sonoras como a hipótese do parentesco foram também aplicadas ao estudo das línguas 'exóticas' e ágrafas. Já em 1906, Carl Meinhof [89] utilizou o critério da regularidade em sua gramática comparativa da família africana Bântu, e o reconhecimento do relacionamento genético de línguas indígenas norte-americanas também foi baseado no método histórico-comparativo, conforme os trabalhos comparativos e as classificações desenvolvidos por Edward SAPIR (1921a; 1936) e outros autores, como Alfred L. KROEBER (1925) e Roland Dixon (KROEBER & DIXON, 1913a; 1913b; 1919), apesar do ceticismo de pesquisadores como Franz BOAS (1920 e 1929), que considerava que o processo de

[86] Para uma discussão dos diferentes problemas relacionados à mudança linguística e à metodologia utilizada na reconstrução nos diversos troncos e famílias linguísticas, ver BALDI (1990); para uma revisão criteriosa da história da linguística histórica e do desenvolvimento dos métodos e técnicas utilizados na reconstrução e classificação linguísticas, ver CAMPBELL & POSER (2008).

[87] MORICE, Adrien Gabriel. 1891. The Déné languages, considered in themselves and in their relations to non-American idioms. *Transactions of the Canadian Institute*, 1: 170–212. Toronto. / ____. 1892. Déné roots. *Transactions of the Canadian Institute*, 3: 145–64. Toronto.

[88] KRAUSS, Michael E. 1986. Edward Sapir and Athabaskan linguistics. *New perspectives in language, culture, and personality: proceedings of the Edward Sapir Centenary Conference* (Ottawa, 1–3 Oct., 1984), ed. William Cowan, Michael K. Foster, and Konrad Koerner, 147-90. (Studies in the History of the Language Sciences 41.) Amsterdam: John Benjamins.

[89] MEINHOF, Carl. 1906. *Grundzüge einer vergleichenden Grammatik der Bantusprachen*. Berlin: Reimer.

"aculturação" (BOAS, 1920: 217) era de tal monta e tão excessivo o número de línguas mistas (BOAS, 1929: 225), que seria, portanto, impossível agrupar as línguas indígenas em esquemas rígidos de parentesco genético.

Ainda assim, Edward SAPIR (1913; 1919) estabeleceu definitivamente a família Uto-Azteca, baseando-se nos critérios básicos estabelecidos para o método histórico-comparativo, i. é, vocabulário e correspondências fonológicas e morfológicas sistemáticas:

> *The comparative Uto-Aztecan material here presented is partly phonological, partly morphological in character, the purely lexical element being taken note of merely as illustrative of these* (SAPIR, 1913: 383).

E Leonard Bloomfield[90] comprovou a regularidade das mudanças sonoras nas línguas ameríndias em sua reconstrução histórica do Proto-Algonquino com base no método histórico-comparativo, concluindo que:

> *(...) the statement that* ***phonemes change*** *(sound changes have no exceptions) is a tested hypothesis: in so far as one may speak of such a thing, it is a proved truth* (grifo do original) (SAPIR, 1931: 82).

Entende-se, pois, que os resultados dos estudos comparativos realizados em todo o mundo têm demonstrado a universalidade do método, sendo esta a premissa básica de toda análise linguística histórico-comparativa, que tem como princípio fundamental a possibilidade de reduzir, nas palavras de HOCK (1991: 532), variações sincrônicas entre línguas a invariantes mais remotos, mediante a reconstrução comparativa, para fazer emergir estágios linguísticos pré-históricos.

Mais recentemente, autores que se dedicam ao estudo histórico de línguas autóctones, sobretudo no âmbito das línguas do Pacífico, optaram por marcar a distinção fundamental de suas pesquisas em relação aos estudos comparativos tradicionais, utilizando o termo *linguística pré-histórica* para referir-se ao método de pesquisa linguística que somente se utiliza de dados linguísticos atuais, uma vez que trata de línguas sem tradição escrita (ROSS, 1997: 211), como é o caso dos estudos comparativos e de reconstrução que têm por objeto as línguas indígenas brasileiras[91].

---

[90] BLOOMFIELD, Leonard. 1925. On the sound system of Central Algonquian. *Language*, 1:130-156.
[91] Ver Introdução, nota 8. O desenvolvimento dos estudos Tupí são tratados adiante, em 1.2.

No que diz respeito aos princípios teóricos sobre os quais se fundamenta o método, ensina HOCK (1991: 535-540) que as formas postuladas pela reconstrução de uma protolíngua devem obedecer a dois princípios básicos: (i) o princípio do realismo – dar preferência à análise que postula processos mais naturais ou comuns; e (ii) o princípio da economia da análise – dar preferência à análise mais simples. Ademais, deve-se considerar que a validade de uma reconstrução deve estar condicionada à análise das mudanças necessárias para que as formas reconstruídas tenham adquirido, com o tempo, as formas atestadas sincronicamente. Dessa maneira, devem-se identificar as mudanças regulares e condicionadas, de forma que as mudanças postuladas para uma reconstrução linguística dada não se oponham às direções gerais e naturais da mudança linguística (HOCK, *op.cit.*: 541).

Ainda de acordo com esse autor, devem-se desconsiderar as mudanças irregulares que também ocorrem nas línguas, e descartar as semelhanças devidas ao contato linguístico, como os empréstimos, à analogia, à fala rápida, a onomatopeias, aos tabus e ao acaso (HOCK, 1991: 557). Esse tipo de semelhança, em geral, é facilmente reconhecível, uma vez que não são generalizadas nas línguas, estando restritas a poucos itens lexicais.

Destarte, a linguística comparativa faz uso em seus estudos de grandes conjuntos de itens lexicais e as evidências de possível relacionamento genético entre línguas/famílias devem consistir em correspondências linguísticas que permeiem, sistematicamente, todo o léxico, incluindo grande parte do vocabulário básico, sugerindo, dessa forma, o desenvolvimento a partir de uma origem comum por meio de mudanças regulares e sistemáticas (HOCK, 1991: 563).

No Brasil, Mattoso CÂMARA JR. (1977: 254) já anunciava, no alvorecer da linguística nacional, que o desenvolvimento da linguística histórica na base da gramática comparativa concorria para firmar o princípio de que as estruturas mórfica e fônica resistem às vicissitudes do vocabulário e servem para caracterizar a entidade de uma língua dentro da classificação genética das famílias linguísticas, sem excluir, no entanto, a possibilidade de empréstimos em todos os níveis da estrutura linguística em decorrência do contato linguístico. Frisava, ainda, o autor (CÂMARA JR., *op. cit.*: 261) que nunca ocorre a simples anexação de um elemento estranho aos elementos nativos, sendo necessária reinterpretação, adaptação à estrutura própria da língua que recebe o empréstimo.

Dessa forma, embora se considere a necessidade metodológica de que o método histórico-comparativo ignore a interferência linguística em sua aplicação (THOMASON & KAUFMAN, 1991: 3), uma vez que é normalmente possível distinguir línguas mistas, de origem não-genética, das línguas que apresentam desenvolvimento genético normal, entende-se que esse não é um princípio teórico, dado que a correta aplicação do método histórico-comparativo implica a correspondência sistemática em todos os subsistemas linguísticos: léxico, fonologia, morfologia e sintaxe (THOMASON & KAUFMAN, *op.cit.*: 8).

Assim, por meio da aplicação do método histórico-comparativo é possível demonstrar o parentesco genético de línguas/famílias e compreender o desenvolvimento histórico de cada uma delas, seguindo os seguintes passos (THOMASON & KAUFMAN, 1991: 202):

(a) estabelecendo correspondências fonológicas em palavras de mesmo significado ou significado semelhante, incluindo, principalmente, vocabulário básico;

(b) reconstruindo os sistemas fonológicos;

(c) estabelecendo correspondências gramaticais;

(d) reconstruindo, até onde for possível, os sistemas gramaticais.

Quando mais de duas línguas estiverem sendo analisadas, também é possível:

(e) elaborar modelo de subagrupamento das línguas; e

(f) elaborar modelo de diferenciação.

Entende-se, pois, que a principal perspectiva desses estudos é a construção de uma teoria da mudança linguística que possibilite reconstruir o passado das línguas, ao mesmo tempo em que pretende explicar as aparentes irregularidades na sua sincronia (MARTINS, 2005: 4), de maneira que não é difícil compreender como a reconstrução comparativa permite ao linguista aproximar-se da realidade linguística pré-histórica. No entanto, o estudo da pré-história com base na reconstrução lexical tem ocupado apenas marginalmente as pesquisas linguísticas (PEJROS, 1997: 149).

A chamada paleontologia linguística, que faz uso da reconstrução de itens lexicais como forma de coligir informações referentes à cultura e à sociedade pré-históricas e, possivelmente,

até mesmo de fatos ecológicos e geográficos (HOCK, 1991: 573), permite compreender uma comunidade linguística em suas diversas dimensões: ecológica, étnica e cultural (PEJROS, 1997: 151).

A distribuição geográfica das diversas línguas descendentes de um ancestral comum permite interpretações quanto à origem geográfica ou centro de dispersão de uma comunidade linguística. Para tanto, é crucial a classificação das línguas em famílias linguísticas, assim como a classificação interna das famílias, estabelecendo as afinidades dentre as línguas que as compõem. Outrossim, os empréstimos e evidências de mudança induzida pelo contato linguístico fornecem informações a respeito de contatos pré-históricos entre povos diferentes e oferecem uma maior compreensão da dimensão étnica e sócio-histórica das comunidades ancestrais. Por outro lado, a reconstrução de itens lexicais relativos a atividades econômicas, estrutura social, crenças e rituais permite abordar a dimensão cultural de comunidades pré-históricas (PEJROS, 1997: 152-53).

Ademais, a linguística pré-histórica e comparativa fornece informações confiáveis para o estabelecimento de cronologias relativas de desmembramento e diversificação das línguas e, portanto, das comunidades linguísticas. Isso se dá pelo reconhecimento de maiores afinidades genéticas entre línguas que formam um subgrupo, sugerindo uma protolíngua intermediária, por meio da identificação das inovações linguísticas comuns.

Em suma, a compilação dos dados linguísticos fornece uma versão linguística da vida da comunidade pré-histórica, conforme com sua representação na língua falada pela comunidade; dados de outras disciplinas, como arqueologia, paleobotânica, geografia e das etnociências em geral, são utilizados apenas como elementos secundários nessa narrativa linguística da história cultural de um povo (PEJROS, 1997: 155).

Para compreender a validade de tais narrativas, contudo, é preciso considerar como pressuposto fundamental:

> *the conviction that the history of a language is a function of the history of its speakers, and not an independent phenomenon that can be thoroughly studied without reference to the social context in which it is embedded* (THOMASON & KAUFMAN, 1991: 8).

Essa perspectiva histórica insere-se, de forma mais ampla, em uma abordagem sociolinguística que considera a língua como produto e veículo de comunicação entre pessoas

(THOMASON & KAUFMAN, 1991: 4) e tem por base a definição de língua como instrumento de comunicação usado por uma comunidade linguística, um sistema comum de associações arbitrárias forma/conteúdo (LABOV, 1994: 9). Inscreve-se, também, numa teoria da mudança linguística que entende a língua como objeto constituído de heterogeneidade ordenada (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006[1968]: 35), i. é, a estrutura linguística de uma comunidade complexa, portanto, real, que se transforma no curso do tempo, de tal modo que, tanto a língua como a comunidade permanecem a mesma, mas ambas adquirem forma diferente (*idem*: 37)[92].

Porém, ainda que o uso de dados linguísticos para a reconstrução histórica não possa ser considerado empreendimento novo, pois a linguística histórica foi extensivamente utilizada nos estudos do Indo-Europeu como o principal componente na busca de correlações arqueológicas dos grupos postulados pela linguística (EHRET, 1976: 5) e, mais recentemente, o cruzamento de dados linguísticos com dados arqueológicos tem-se desenvolvido também em outras partes do mundo, como a África e o Pacífico, sua utilização no chamado 'Novo Mundo' tem sido muito restrita. Talvez isso se deva ao fato de se tratar, no caso do Indo-Europeu, de povos que dominavam a escrita, portanto, mais qualificados para a categoria de ancestrais 'civilizados' dos europeus atuais. Ou porque aqui, especificamente no caso do Brasil, não se desenvolveu o interesse por questões históricas que teriam propiciado a extensão dos métodos linguísticos para a reconstrução histórica, já que o processo histórico apenas iniciou-se em 1500, com o 'descobrimento', e somente nas últimas décadas do século XX o presente etnográfico dos povos originários começou a ser substituído pela história[93] (CORRÊA-DA-SILVA, 2006: 204).

Contudo, é justamente em regiões como o Brasil, em que as fontes documentais – sejam elas históricas ou linguísticas – escasseiam rapidamente à medida que aumenta a profundidade temporal da pesquisa e em que a complexidade linguística é enorme, que o grande potencial da linguística pré-histórica pode ser utilizado com maior proveito como fonte para a história. Entretanto, a correlação entre a linguística pré-histórica e a arqueologia ou a etno-história tem sido utilizada apenas marginalmente e, via de regra, para fazer simples inferências históricas

[92] No corpo do texto os autores referem-se apenas à mudança da língua, fazendo a seguinte referência à mudança da comunidade em nota de rodapé: "A comunidade também mudou, é claro: será importante para as finalidades deste ensaio observar que a estrutura da comunidade, tanto quanto os indivíduos que ocupam várias posições funcionais na estrutura, normalmente exibirá mudanças. Em diversos casos, será difícil estabelecer que a comunidade e a língua são as mesmas, já que ambas estão mudando (...)" (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006 [1968]: 37, nota 5).
[93] Para uma síntese da recente perspectiva histórica, ver CARNEIRO DA CUNHA, 1998[1992].

diretas, como a mera existência de um povo ou a localização de uma comunidade (CORRÊA-DA-SILVA, 2006: 203).

Todavia, deve-se enfatizar que, potencialmente, é possível apreender muito sobre a história cultural do Brasil a partir de cerca de 6.000 ou 7.000 anos A.P. com base nos estudos de linguística pré-histórica (URBAN, 1998[1992]: 87). É possível formular hipóteses sobre a localização dos povos indígenas no passado e fazer inferências sobre suas rotas de deslocamento e/ou migração, sobre a forma de ocupação do território e sobre os contatos que estabeleceram com outros povos. Além disso, também se pode testar modelos de sequenciamento histórico-cultural que situam a língua e a comunicação em relação às forças materiais, econômicas e políticas (*idem, ibidem*).

Vale lembrar a asserção de KAUFMAN (1990: 31) sobre a importância da linguística comparativa e dos modelos culturais diacrônicos para uma compreensão abrangente e efetiva dos povos ancestrais da América do Sul e de seu estilo de vida, enquanto a arqueologia, a genética e a etnologia comparada podem apenas jogar alguma luz no quadro que compõe o homem sul-americano pré-colombiano.

Por outra parte, no que tange às classificações, as línguas indígenas sul-americanas, em geral, e as brasileiras, em particular, não ficaram à margem do afã classificatório iniciado com o Iluminismo, no século XVIII (CÂMARA JR., 1979: 140). Ainda que nos primeiros trabalhos classificatórios, como os de Gilij e Hervás y Panduro, a língua fosse analisada apenas do ponto de vista do léxico e a coleta de vocabulário tenha sido o grande foco de interesse.

As primeiras classificações que os seguiram estavam ainda baseadas, sobretudo, no léxico e na distribuição geográfica das línguas, como o *Mithridates* de Adelung & Vater[94] (1806-17), que incorporou e republicou os dados de Gilij e Hervás y Panduro, acrescentando dados de cerca de 500 línguas, e o *Atlas ethnographique du globe*, de Adriano Balbi[95] (1826), com dados de cerca de 700 línguas.

[94] ADELUNG, J. C. & VATER, Johann S. 1806-17. Mithridates oder allgemeine Sprachenkunde: mit dem Vater Unser als Sprachprobe in beynahe fünfhundert Sprachen und Mundarten. Berlin, Vossische Buchhandlung.
[95] BALBI, Adriano. 1826. Atlas ethnographique du globe, ou classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues, précédé d'un discours sur l'utilité et l'importance de l'étude des langues appliquée à plusiers branches des connaissances humaines… avec environ de sept cents vocabula1ires des principaux idiomes connus… Paris.

Alcide D'Orbigny, naturalista francês, publicou, em 1839, *L'Homme Américain*, em que lança um olhar humanista sobre os povos e culturas da América do Sul, além de documentar vocabulários de diversas línguas indígenas. Sua classificação linguística, contudo, baseia-se excessivamente nas características físicas das diferentes 'raças'. Hermann Ludewig[96] compilou, em 1858, dados das línguas autóctones de todo o continente americano; e o naturalista suíço Johann Jakob von Tschudi[97], incansável viajante por terras sul-americanas e Embaixador no Brasil durante vários anos, além de duas gramáticas e um dicionário de Quêchua, deixou diversas obras de caráter linguístico, e em 1884, publicou sua classificação das regiões linguísticas sul-americanas, mais do que das línguas propriamente ditas.

Karl Friedrich Phillip von Martius publicou, em 1867, *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas, zumal Brasiliens*, em que intentou sua classificação das línguas indígenas sul-americanas, com especial atenção às línguas brasileiras. O autor baseou-se na identificação de semelhanças verbais e gramaticais e sugere relações linguísticas[98] que foram posteriormente contestadas. Entretanto foi esse o primeiro autor a identificar o grupo Jê, antes mesclado ao heterogêneo grupo denominado Tapuia (CÂMARA JR., 1979: 118), ou seja, não-Tupí, conforme a classificação impressionística dos primeiros missionários e viajantes nas terras do Brasil.

Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich imprimiram uma renovação da classificação linguística e etnográfica dos povos da América do Sul ao redistribuírem os povos do subcontinente em grupos linguísticos, levando em consideração dados coletados *in loco* provenientes do contato com tribos desconhecidas (CRUZ & CHRISTINO, 2005: 105-6), seguindo padrão de interesse etnológico, o que facilitou amplo estudo comparativo, também com os dados registrados por pesquisadores anteriores, e terminou por forjar uma base teórica para a compreensão das línguas indígenas e a tarefa de sua classificação (CÂMARA JR., 1979: 126).

STEINEN (1940; 1942) foi o primeiro etnólogo a registrar a presença no alto Xingu de quatro grupos ou nações indígenas, de acordo com as suas línguas: Tupí-Guaraní, Jê ou Tapuia,

---

[96] LUDEWIG, Hermann E. 1858. *Literature of Aboriginal American Languages*. London: Trübner & Co. Scanned from CIHM microfiche, Early Canadiana Online.
[97] TSCHUDI, Johann Jakob von. 1884. *Organismus der Khetsuasprache*. Leipzig.
[98] Em carta ao Instituto Histórico e Geográfico, MARTIUS (1895) não apenas sugere uma conexão Mura-Tupí e Tupí-Karíb-Arawák, entre outras, mas chega a conclusão de que todas as línguas da América têm uma origem comum: "as suas línguas são na raiz *una*, por varios modos desde tempo immemorial os nossos dias successivamente transformadas e continuamente desfiguradas" (grifo do original) (*idem*: 66).

Aruák ou Maipure e Karíb, além de outros grupos menores. EHRENREICH[99] (1892), que acompanhou von den Steinen em sua segunda expedição ao Xingu, em 1887-88, também apresentou proposta de classificação etnológica com base nas línguas.

O excepcional talento como linguista do etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg também contribuiu para o estudo e a classificação das línguas indígenas brasileiras. KOCH-GRÜNBERG[100] (2005[1909-10]) deixou registrada, igualmente, quantidade impressionante de dados etnográficos e linguísticos de excelente qualidade, coletados durante as diversas expedições ao Brasil (1896, 1903-05, 1910-11), especialmente nas publicações relativas às suas duas principais expedições. De especial interesse para esta pesquisa, entretanto, é o vocabulário Mawé registrado pelo autor no Posto Indígena Maicy-Mirim no ano de 1924 (KOCH-GRÜNBERG, 1932).

Apesar de suceder cronologicamente aos autores anteriores, a classificação de Alexander CHAMBERLAIN[101] (1913) não agrega nada de novo ao trabalho de Brinton, de 1891, apresentando um catálogo das línguas sul-americanas sem referência metodológica que é, hoje, considerado obsoleto (WILBERT, 1968: 8).

A classificação de Paul Rivet[102], publicada em 1924, é uma proposta classificatória abrangente, que, no entanto, deixa a desejar quanto ao método utilizado. Conforme as críticas de ROWE[103] (1951 *apud* WILBERT, 1968: 9), o autor compara semelhanças lexicais ao invés de correspondências sonoras ou gramaticais sistemáticas e não apresenta reconstrução; além disso, considera com igual interesse dados extralinguísticos, como a distribuição geográfica. Outrossim, a falta de rigor metodológico não permite explicitar as relações existentes entre as diversas línguas de uma mesma família.

Čestmír Loukotka foi autor de quatro classificações das línguas sul-americanas (1935; 1941; 1944; 1968). Nas três primeiras classificações, o autor utilizou-se de método rudimentar de

---

[99] EHRENREICH, Paul. 1892. Divisão e distribuição das tribos do Brasil segundo o estado atual dos nossos conhecimentos. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, 8 (1): 31-35, Rio de Janeiro.

[100] KOCH-GRÜNBERG, Theodor. 1916-1928. *Vom Roraima zum Orinoco*. Berlin: Dietrich Reimer, vols. 1 e 2. Stuttgart: Strecker und Schröder, vols. 3 a 5.

[101] CHAMBERLAIN, Alexander F. 1913. Linguistic stocks of South American Indians, with distribution map. *American Anthropologist*, 15: 236-247.

[102] RIVET, Paul. 1924. Langues de l'Amérique du Sud et des Antilles. In: A. Meillet & M. Cohen, *Les Langes du Monde*. Collection Linguistique, Paris : Société Linguistique de Paris, 16: 639-712.

[103] ROWE, John Howland. 1951. Linguistic classification problems in South America. *Papers from the symposium on American Indian linguistics.* Berkeley: University of California Publications in Linguistics, 10: 13-26.

comparação que deve muito ao julgamento impressionista do pesquisador (WILBERT, 1968: 14). Na sua última classificação, entretanto, Loukotka inovou, acrescentando o uso da léxico-estatística, principalmente com respeito às famílias Aruák, Karíb, Tupí e Zamuko (LOUKOTKA, 1968: 30). Em outros casos, utilizou o método comparativo, baseando-se numa lista de 45 itens lexicais que ele considerava "palavras típicas", com o que pretendia diagnosticar o relacionamento entre as línguas, além de resolver o problema das línguas mistas (WILBERT, 1968: 11). Deve-se ressaltar que Loukotka, assim como BOAS (1920 e 1929), acreditava que muitas línguas indígenas eram produto de aculturação pela difusão de elementos lexicais e boa parte de seu esforço classificatório consiste em identificar os elementos espúrios.

É interessante introduzir a pertinente distinção que faz Joseph GREENBERG (1987: 4) entre classificação genética e o mero estabelecimento de relações genéticas entre línguas:

> *The concept of classification into valid genetic units in a hierarchy of various levels is a far richer notion than mere relationships. From such a detailed classification many statements of relationship of differing degrees can be deduced. Statements of relationship are thus mere consequences of classification, but not vice versa.*

Entende-se, pois, que uma classificação linguística deve representar de forma clara as relações genéticas entre as línguas dentro de cada unidade proposta, refletindo a organização interna de cada subagrupamento os diferentes graus de parentesco entre seus membros e de cada subgrupo em relação ao grupo que o abrange. Para tanto, é necessário que a classificação linguística considere exclusivamente dados linguísticos, descartando os critérios geográficos, étnicos, e outros, e que tome por base o estudo histórico das línguas analisadas. Deve-se ressaltar que nenhuma das classificações das línguas sul-americanas apresentadas acima seguem o preceito observado por GREENBERG (1987: 4) e tampouco deixam claro qual a relação entre as línguas listadas dentro de cada subagrupamento ou dos diversos subgrupos entre si. O método léxico-estatístico, contudo, surge nesse contexto como ferramenta capaz de auxiliar na determinação dos diferentes graus de parentesco genético entre as línguas, conforme a escala proposta por SWADESH (1955a, cf. 0.4, nota 23, p. 31).

A léxico-estatística é um método quantitativo da linguística histórica desenvolvido pelo linguista Morris Swadesh nos anos 1950, a partir de ideias disseminadas em trabalhos anteriores, como os de Edward Sapir (estimativas de semelhanças e diferenças entre línguas) e Alfred Kroeber (contagem de cognatos), com o intuito de avaliar em termos numéricos a porcentagem

de cognatos das línguas/famílias analisadas para determinar a distância relativa de parentesco genético entre elas (SWADESH, 1993[1959]: 38). O método baseia-se na comparação de uma lista – que se tornou conhecida como a 'lista de Swadesh' – de 200, posteriormente, reduzida para 100 itens, considerados vocábulos "universais e não-culturais" e que "representem conceitos amplos que possam ser facilmente identificados com termos simples" (SWADESH, 1955b: 124). O vocabulário básico – ou "íntimo" – das línguas constitui-se, dessa forma, de palavras pouco influenciáveis pela mudança cultural e que tendem, portanto, a permanecer estáveis no decorrer do tempo (SWADESH[104], 1952; cf. RODRIGUES, 1964; 1967; 1969; 1974).

O método recebeu diversas críticas, especialmente no que diz respeito ao caráter universal da lista de palavras, devido à dificuldade de estabelecer equivalências semânticas entre as línguas, e ao pressuposto de que os itens da lista apresentam taxa uniforme de mudança, por estarem mais afastados da influência de valores culturais (SJOBERG *et al*, 1956: 296). A léxico-estatística, entretanto, toma por base não significados considerados universalmente inalteráveis pela cultura, mas "aqueles que tenham uso considerável fora de contextos culturais especiais" (SJOBERG *op.cit*: 305) e especifica que os vocábulos diagnósticos devem ser escolhidos em cada caso.

Deve-se ressaltar, ademais, que a léxico-estatística é um modelo matemático que visa calcular o percentual de cognatos entre diferentes línguas, do que resulta que a identificação dos cognatos é outro problema relevante do método, embora o mesmo problema ocorra com a utilização do método histórico-comparativo. KAUFMAN (1990: 18) esclarece de forma enfática:

> *An etymology is a set of cognates. Morphemes are cognates because they have always been in each of the languages containing them since before their ancestor began to diversify. There is no other meaning for* ***cognate****. (...) In the end, knowing what the set of true etymologies is that unites a linguistic family is the* ***result*** *of applying the comparative method. You start the process with a hypothesized set of etymologies and refine them as needed* (grifo do original).

Assim, entende-se que o método léxico-estatístico deve ser aplicado após a determinação da lista de cognatos, neste sentido histórico do termo, como ferramenta para avaliar quantitativamente a relação genética entre as línguas e corroborar os resultados do método

[104] SWADESH, Morris. 1952. Lexico-Statistic Dating of Prehistoric Ethnic Contacts. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 96: 452-463.

histórico-comparativo, especialmente em relação aos modelos de (sub)agrupamento e diferenciação das línguas. Conforme ensina o autor do método:

> *Each pair of languages is examined for agreements of form and meaning, that is for cases where the words for a given item of meaning are phonetically such that they are evidently derived from the same original form in the common period of the two languages. The criterion of cognate sameness is that the two forms must correspond phonetically in accordance with the transformations of sounds which are known to have taken place in each line of development from the original common language. In addition to these phonetic "laws," one also takes into account assimilatory-dissimilatory, and analogical changes and the use of symbolic mutations ("ablaut") and of affixes* (SWADESH, 1953: 350).

Observe-se que a utilização de modelo matemático análogo para calcular a distância relativa entre línguas a partir de uma lista de vocábulos determinada com base na semelhança lexical – em lugar de cognatos – é equivalente ao método de comparação multilateral (cf. p. 81) e não tem relação com o método proposto por Morris Swadesh.

Cabe assinalar, ademais, que a léxico-estatística é em realidade um método matemático que não faz uso da estatística, apesar do nome, e tampouco pretende ser um meio para datação de línguas – embora a distância relativa de parentesco linguístico, baseada na maior ou menor proporção de cognatos, implique necessariamente distância temporal – e somente deve ser utilizada, assim como o método histórico-comparativo, para datação relativa no âmbito dos modelos de diferenciação deles resultantes.

Dessa forma, percebe-se que o método léxico-estatístico não se confunde com a glotocronologia; esta é uma ferramenta, análoga à datação por radiocarbono ou C14 utilizada pela geologia e pela arqueologia, para estimar o tempo de diferenciação das línguas. Este método, também desenvolvido por Morris Swadesh com base no percentual de cognatos obtidos a partir da lista diagnóstica utilizada pela léxico-estatística, serve para avaliar a taxa de mudança do vocabulário básico das línguas, assumindo que essa mudança seja constante e gradual em todas as línguas e culturas: "*every-day, non-cultural vocabulary tends to be replaced at an approximately constant rate*" (SWADESH, 1953: 349).

Também chamada de datação léxico-estatística, a glotocronologia partiu da determinação da "constante" ou "índice" de retenção lexical em estudo piloto realizado por Robert LEES[105]

[105] LEES, Robert B. 1953. The basis of glottochronology. *Language*, 29(2): 113-27.

(1953 *apud* SWADESH, 1955b) com base em treze "línguas de controle", i. é, línguas com registro histórico amplamente conhecido de mais de dois mil anos. O índice obtido por Lees, revisado em estudos posteriores por Swadesh, é de aproximadamente 86% de retenção lexical a cada mil anos para cada língua, com índice padrão de substituição lexical (empréstimo + mudança normal) de 14% (SWADESH, 1955b: 127) .

A glotocronologia, entretanto, sofreu duras críticas como método de datação absoluta e foi quase totalmente abandonada no âmbito da linguística; sua versão revisada – que elimina da análise os empréstimos e baixa automaticamente o índice de substituição de 14% para cerca de 6% (STAROSTIN[106], 1989 *apud* PEJROS, 1997: 155) –, porém, tem sido aceita no meio arqueológico, pelo menos como indicativa de profundidade temporal e hipótese de trabalho. Ressalte-se, contudo, que o autor do método de datação léxico-estatística confiava que seus resultados fossem estimativas com valor aproximativo, e sua filiação a uma escola linguística atenta à interação de fatores sociais e culturais com os dados linguísticos, ademais de seu profundo interesse histórico, levaram-no a esperar o aperfeiçoamento do método como forma de contribuir para a reconstrução histórica:

> *There is already sufficient evidence that lexicostatistically estimated time depths are to some degree approximately related to actual time. This is shown by a number of correlations, including several historical dates and a few archeological ones, including some obtained by the carbon method. And there is further evidence of general correctness in the inner consistency of lexicostatistic dates found among the languages of a family or stock. Without claiming for lexicostatistics the accuracy of a precision instrument, there can nevertheless be no doubt that it has considerable approximate validity and is already capable of serving as a helpful tool for the reconstruction of prehistory* (SWADESH, 1955b: 123-124).

Deve-se notar que, seja na versão original de Swadesh ou na versão revisada de Starostin, somente se pode pretender a utilização da glotocronologia como ferramenta para datação lexical de línguas para as quais se tenha realizado estudos diacrônicos, tenham sido identificados os cognatos e determinados os empréstimos lexicais. De qualquer forma, no âmbito da linguística histórica ou pré-histórica seus resultados tendem a ser considerados meramente indicativos de profundidade temporal e/ou auxiliares na determinação da cronologia relativa de

[106] STAROSTIN, Sergei. 2000. Comparative-historical linguistics and lexicostatistics. In: RENFREW, Colin, MCMAHON, April & TRASK Larry (eds.), *Time Depth in Historical Linguistics*, Vol. 1. Cambridge: The McDonald Institute for Archaeological Research. (Tradução de I. Pejros, versão original, de 1989, em russo).

desmembramento de subagrupamentos linguísticos no interior de famílias ou troncos. A importância do método para a reconstrução histórica, no entanto, é enfatizada pela possibilidade de oferecer uma dimensão temporal para os contatos linguísticos evidenciados pelas relações linguísticas (SWADESH, 1955b: 121).

Quanto ao uso do método léxico-estatístico na obra de Loukotka, o autor ressente-se da falta de tempo para aplicar a metodologia com maior propriedade (LOUKOTKA, 1968: 30); percebe-se, contudo, que apesar de ter-se utilizado do modelo matemático para avaliar a distância entre as línguas, Loukotka não conseguiu demonstrar a compreensão histórica resultante de sua utilização na distribuição e organização das línguas em sua classificação. De maneira que, em vez de centrar-se na identificação de cognatos, conforme as indicações do método de Swadesh, o autor parece perder-se na busca de elementos estranhos nas línguas, enfraquecendo a dimensão histórica do trabalho classificatório (cf. RODRIGUES, 1964: 99).

No que diz respeito ao Brasil especificamente, o esforço classificatório desses primeiros estudiosos rendeu a importante identificação de quatro grandes famílias linguísticas em território nacional: Tupí, Jê, Aruák e Karíb, afastando-nos definitivamente da frágil distinção Tupí/Tapuia forjada ainda nos primeiros anos da colonização.

Foi, porém, somente na segunda metade do século XX que começaram a surgir trabalhos sistemáticos de classificação que tentavam dar conta das relações internas das famílias linguísticas sul-americanas e dos graus de parentesco genético entre as línguas. Apesar da inegável importância das classificações de J. Alden MASON (1950), Norman MCQUOWN (1955) e Morris SWADESH[107] (1955c), elas parecem ainda obedecer mais a critérios geográficos que linguísticos e, no que respeita às línguas indígenas brasileiras, padecem do desconhecimento e da falta de dados. A classificação de SUÁREZ[108] (1974), apresentada como verbete da Enciclopédia Britânica, é extremamente conservadora e lembra as classificações mais antigas (KEY, 1991: 9).

Cabe ressaltar aqui o impressionante trabalho de Curt Nimuendajú, que não se limitou exclusivamente a uma classificação linguística, mas registrou em seu *Mapa Etno-Histórico*

---

[107] SWADESH, Morris. 1955c. Towards a Satisfactory Genetic Classification of Amerindian Languages. *Proceedings of the Twenty-First International Congress of Americanists*, p. 1001-12. São Paulo.
[108] SUÁREZ, Jorge. 1974. South American Indian languages. *The new Encyclopaedia Britannica*, v. 17, pp. 105-112, 15 ed., Chicago: Encyclopædia Britannica.

(NIMUENDAJÚ, 1987) a localização presente e histórica, as migrações e a filiação linguística de cerca de 1.500 grupos indígenas, com base unicamente em seus próprios estudos, observações e anotações de viagens e explorações científicas. Trabalho cartográfico ímpar, sem precedentes e de inegável importância tanto do ponto de vista histórico quanto linguístico, que reúne todo o conhecimento e informações disponíveis à época, sendo indispensável a qualquer pesquisa referente a grupos indígenas do Brasil e regiões adjacentes.

Classificações mais abrangentes das línguas do mundo, em especial as que se concentram nas línguas americanas, como as de Joseph GREENBERG (1987; 1996; GREENBERG; TURNER & ZEGURA, 1986; GREENBERG & RUHLEN, 1992), são bastante controversas e têm gerado muita polêmica. Extremamente reducionistas, essas classificações utilizam o método desenvolvido pelo próprio Greenberg, chamado de comparação em massa ou multilateral, que difere do método histórico-comparativo por basear-se exclusivamente na comparação lexical:

> *Yet the correct classification and even subgroupings and intermediate groupings are apparent from just a cursory glance at two or three words. The power of a method that looks at everything at once, instead of testing isolated hypothesis, is thus immense. This method may be called multilateral comparison. (...) We are accustomed to looking at a few languages across many words rather than at many languages across a few words. Let us say that the vertical method is synoptical, like scanning an entire forest from the air (...)* (GREENBERG, 1987: 23).

Linguistas históricos mais conservadores, como William Poser e Lyle Campbell, consideram o método falho por identificar apenas semelhanças lexicais superficiais (POSER & CAMPBELL, 1992: 214) e não são favoráveis à classificação genética de línguas muito distantes, uma vez que o processo de mudança linguística eliminaria, ao longo do tempo, quaisquer vestígios reconhecíveis do vocabulário original. Em geral, considera-se que a coincidência de 5 a 6% do vocabulário básico de quaisquer línguas deve-se ao acaso; ao passo que a glotocronologia indica que após 14.000 anos de separação duas línguas apresentariam cerca de 5% do vocabulário básico original (CAMPBELL & POSER, 2008: 167-168). Johanna NICHOLS (1992: 25), por sua vez, entende que a partir de 6.000 anos – idade sugerida para o tronco Indo-Europeu – não é mais possível a reconstrução por meio do método histórico-comparativo, pois duas línguas apresentariam apenas 7% de cognatos.

Outros, como Brett Kessler e Annukka Lehtonen, realizaram testes para avaliar a aplicabilidade do método e, apesar de concluírem que a ideia central defendida por Greenberg é

válida e, portanto "*comparing many languages synoptically can uncover evidence of relatedness that is not discernible bilaterally*" (KESSLER & LEHTONEN, 2006: 15); reconhecem, porém, que foram obrigados a introduzir técnicas mais rigorosas de comparação, não utilizadas pelos multilateralistas, em geral, e que os resultados das análises dessa nova versão aprimorada do método não coincidem com os originais.

Joseph GREENBERG (1987: 6-7) defende-se, alegando certa circularidade do método histórico-comparativo, que serve para comprovar uma hipótese de classificação genética de línguas cujo parentesco genético já se conhece e não para estabelecer uma hipótese de classificação: "*no method is given for choosing a hypothesis except "inspection", or perhaps intuition*". Discorda dos que acreditam que existam dois métodos de classificação – inspeção e comparação – e argumenta que:

> *to inspect languages pairwise, or at a half-guess, is a different thing from a multilateral comparison undertaken with a consciousness of the types of resemblances that are likely to bespeak common origin. As we have seen, this is the initial and in fact indispensable first step in the comparative method itself* (GREENBERG, 1987: 27).

Ademais, o autor também elenca algumas falhas na matemática da glotocronologia, frequentemente utilizada como crítica ao seu método multilateral, e demonstra que, com o acréscimo de línguas aos cálculos matemáticos, é possível recuperar, para dez línguas comparadas, até 42% do vocabulário básico de línguas com 10.000 anos de separação. Quanto maior o número de línguas, maior o percentual de vocabulário básico passível de ser reconhecível (GREENBERG, 1987: 28). Embora tente demonstrar que o método de comparação multilateral não é antagônico ao método histórico-comparativo, mas complementar, uma vez que a classificação genética deve ser anterior à reconstrução da protolíngua por meio do método comparativo – em outras palavras, seu método seria um primeiro passo em situações em que o método comparativo não pode ser aplicado por desconhecimento da classificação genética das línguas que seriam utilizadas para a reconstrução (GREENBERG, 1987: 3; 1996: 131) –, termina por afirmar que uma reconstrução convincente a partir de correspondências fonológicas sistemáticas só é possível para línguas muito próximas e, portanto, torna-se absolutamente desnecessária (GREENBERG, 1987: 33).

O fato é que Joseph Greenberg, apesar de defender as ideias apresentadas acima desde a publicação de artigo bastante anterior, em 1957[109] (cf. GREENBERG, 1996: 131), não desenvolveu seu trabalho ao ponto de comprovar sua classificação genética, em especial os subagrupamentos propostos, por meio do método histórico-comparativo. Sua classificação demonstra, acima de tudo, sua crença num monogenismo linguístico, sem deixar-se constranger por uma questão básica de toda ciência histórica: quando se trata de pré-história está-se completamente à mercê das evidências disponíveis (CAMPBELL & POSER, 2008: 328)[110]. Ademais, note-se que, por não ter realizado estudo histórico das línguas analisadas, a classificação das línguas indígenas da América de GREENBERG (1987), assim como as que a precederam, não é capaz de refletir os diferentes graus de parentesco genético entre as línguas que compõem as diversas unidades genéticas. Dessa forma, poucos são os "*statements of relationship of differing degrees*" que podem ser deduzidos (*idem*: 4), uma vez que, dentro de cada subgrupo, as línguas aparecem simplesmente listadas em ordem alfabética:

> *5. KARIRI-TUPI*
>
> *a. KARIRI: Dzubucua, Kamaru, Kariri, Sapuia*
>
> *b. TUPI: Abanee, Amniapa, Apichum, Arara, Arikem, Awety, Chiriguano, Cocama, Digüt, Emerillon, Guajajara, Guaraní, Guarategaja, Guarayo, Guayaki, Kabishiana, Kamayura, Kawahib, Kepkiriwat, Kuruaya, Makurape, Manitsawa, Maué, Mekens, Mondé, Munduruku, Oyampi, Pawate, Purubora, Ramarama, Sanamaika, Sheta, Shipaya, Siriono, Tapute, Tembe, Tupari, Tupi, Uruku, Wirafed, Yuruna* (GREENBERG, 1987: 384-85).

Por fim, Terrence Kaufman publicou, em 1990, classificação que toma por base os pontos de contato das classificações de Loukotka (1968), Greenberg (1987), Suárez (1974) e Swadesh (1959) quanto aos grupos genéticos e línguas isoladas da América do Sul. O autor admite o conservadorismo da classificação apresentada e assegura que os grupos delineados ou são facilmente reconhecíveis ou foram demonstrados por procedimentos-padrão. Além disso, sua classificação não apresenta subagrupamentos, pois aí se concentram os principais erros das classificações em que se baseou e, para estabelecê-los corretamente, seria necessário que se fizessem reconstruções, inexistentes para a maioria dos grupos (KAUFMAN, 1990: 37).

---

[109] GREENBERG, Joseph. 1957. *Essays in Linguistics*. Chicago: University of Chicago Press.

[110] Para uma apreciação detalhada do método de comparação multilateral, além de outros métodos propostos como alternativa ao método histórico-comparativo para identificar relações genéticas distantes, ver CAMPBELL & POSER (2008).

Por procedimento-padrão o autor entende a análise histórica realizada por meio do método histórico-comparativo com base em três critérios fundamentais: vocabulário básico (com correspondência forma/significado), correspondência sonora (fonológica) e correspondência gramatical (morfológica) sistemáticas; a partir do que é possível proceder à reconstrução da protolíngua comum. Embora o método léxico-estatístico tenha sido utilizado como uma alternativa ao método histórico-comparativo, principalmente como forma de propor classificações genéticas que incluam relacionamentos genéticos distantes (cf. a classificação de Swadesh, 1959), ele seria, em princípio, um método complementar, auxiliar no estabelecimento dos graus de relacionamento genético entre línguas e/ou famílias no âmbito das diferentes unidades na hierarquia da classificação.

Além do método de comparação multilateral, tratado anteriormente, existem outros métodos propostos como alternativos ao método histórico-comparativo no que diz respeito ao estabelecimento do relacionamento genético (ou não) de línguas/famílias muito distantes e, portanto, com grande profundidade temporal. O pressuposto básico dessas propostas é a alegada impossibilidade metodológica de proceder à reconstrução comparativa ou ao estabelecimento de correspondências fonológicas e gramaticais a partir de determinada profundidade temporal (entre 6.000 e 10.000 anos dependendo do autor), como consequência do processo de mudança linguística (NICHOLS, 1992: 25). Sem pretender aprofundar a questão da validade ou não desses métodos, são apresentadas, sucintamente, as principais propostas de métodos alternativos para a linguística histórica: (i) a abordagem tipológico-populacional de Johanna NICHOLS (1992), modelo amplamente estatístico e geográfico, inspirado nos estudos populacionais da biologia e da genética, é apresentado como primeiro passo em direção a uma metodologia histórica relevante para grandes profundidades temporais e capaz de descrever cientificamente a diversidade linguística (*idem*: 5-6); e (ii) o paradigma do equilíbrio pontuado de Robert DIXON[111] (1997), inspirado no modelo paleontológico de mudança evolutiva de mesmo nome, proposto nos anos 1970 como alternativa à hipótese darwiniana de evolução gradual, fornece formas de relacionar eventos não-linguísticos, como inovações tecnológicas ou grandes catástrofes, e seus reflexos na língua, oferecendo uma alternativa à representação arbórea, incapaz de representar os momentos de estase e as mudanças abruptas, causadas por contato, e de explicar e descrever o desenvolvimento das línguas a partir de 100.000 anos (CAMPBELL & POSER, 2008: 318 *et seq*).

[111] DIXON, Robert M.W. 1997. *The rise and fall of languages*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ambos os modelos receberam críticas no âmbito da linguística histórica (CAMPBELL & POSER, 2008), mas têm sido utilizados com proveito por pré-historiadores e arqueólogos como modelos descritivos da pré-história linguística, em especial por oferecerem possibilidade de acesso a estágios muito recuados no tempo. Entretanto, como observa BOWERN (2006: 8), a crítica de que o método histórico-comparativo não é capaz de reconstruir estágios para os quais não existem evidências não é válida; embora essa seja, evidentemente, uma limitação do método, é também um problema geral de qualquer reconstrução do passado, independentemente do método utilizado: "*it is a fact of making hypothesis about prehistory*".

A presente pesquisa, no entanto, parte de uma perspectiva histórico-comparativa, utilizando-se das técnicas e procedimentos considerados canônicos, conforme visto acima, para avaliar as relações entre três famílias linguísticas – Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní –, classificadas como membros do tronco Tupí (RODRIGUES, 1984/1985), com o intuito de propiciar melhor compreensão não apenas da história dessas línguas, mas do processo histórico de diferenciação das línguas no âmbito do tronco Tupí. Pressuposto fundamental deste estudo é que um dos pontos fortes do método histórico-comparativo é sua capacidade de evidenciar irregularidades, levando a identificar situações linguísticas com importantes reflexos sócio-históricos, como empréstimos e mudança induzida pelo contato. A partir da perspectiva histórica adotada neste trabalho, entende-se que a classificação genética de línguas em seus diversos subagrupamentos reflete não apenas um modelo hipotético de desmembramento de línguas, mas também de separação dos povos que as falam. De forma que ao intuito de compreender as relações linguísticas une-se a intenção de elucidar parte das relações pré-históricas entre esses povos em período pré-cabralino, sem recorrer a métodos alternativos ou projeções sem evidências empíricas, mas fazendo uso do que Morris SWADESH (1953: 349) chamou de "*the most specific evidence for connecting given prehistoric stages of languages with definite archeological cultures*": a paleontologia linguística.

1.2 – UMA HISTORIOGRAFIA DOS ESTUDOS TUPÍ

Ao desembarcarem na costa brasileira, no alvorecer do século XVI, os conquistadores portugueses depararam-se com populações que falavam essencialmente a mesma língua – o

Tupinambá. Uma variedade dialetal dessa língua era falada em São Vicente, o Tupí (RODRIGUES, 2000c: 542). Da mesma forma, os espanhóis que entraram no cone sul pelo Rio da Prata, depararam-se, em sua maioria, com falantes de uma mesma língua – o Guaraní, estreitamente relacionada ao Tupinambá e ao Tupí. Embora os diversos grupos tivessem denominações locais distintas – Tupinakĩ, Tamoio, Caeté, Tobajara, Potiguara, Tupinambá, etc. – e existissem variações dialetais pelo menos entre o Tupí e o Tupinambá[112], pode-se afirmar que os Tupí dominavam o litoral desde São Paulo até o Pará, enquanto os Guaraní – Karijó, Kainguá, etc. – dominavam toda a Bacia do Prata, formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, até a Bolívia, assim como a porção sul do Brasil. A unidade linguística e cultural desses dois grupos, Tupí de um lado e Guaraní de outro, e a impressionante dispersão e amplitude das áreas de dominação de cada um, levou portugueses e espanhóis a chamarem inicialmente as duas línguas de *língua geral* (adjetivo utilizado no sentido próprio para referir-se simplesmente à amplitude do uso da língua).

É importante salientar que justamente a homogeneidade linguística e cultural desses povos teve como efeito subsidiário a falsa impressão de que essas eram as únicas línguas da região, criando no imaginário nacional uma língua Tupí-Guaraní mítica. Em oposição a esse índio Tupí, cuja descrição tomava como modelo básico a sociedade Tupinambá, havia os Tapuia (Tb 'inimigo'), que "eram tantos e tão divididos em bandos, costumes e linguagens, para se dizer deles muito" (SOUZA SOARES 1851: 350). Reduzindo, assim, a grande diversidade cultural e linguística da região a uma oposição simples e facilmente administrável, tentavam os desbravadores quinhentistas colocar alguma ordem numa situação por vezes confusa e imprevisível no contexto colonial (MONTEIRO, 2001: 19).

---

[112] Relatos da administração holandesa de Nassau sugerem que as diversas parcialidades indígenas do litoral apresentavam efetivamente variações dialetais: "Os nativos do Brasil agrupam-se em diversas nações, que se distinguem pelos seus nomes próprios: *Tupinambás, Tobajaras, Petiguarás* e *Tapuias* e *Tapuyers* ou *Tapoeyers*. As três primeiras nações usam a mesma língua que difere apenas nos dialetos. Todavia, a última se subdivide em diversas tribos que se distanciam tanto nos costumes quanto na língua" (Nieuhof, 1981: 347 *apud* STUTZ, 2004: 175) [NIEUHOF, Joan. 1981[1682] *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp]. "Os habitantes desta terra constituem quatro nações de nomes distintos, a saber: *Tupinambu, Tobajara, Petiguara, Tapuiya*. Esta última nação ainda se subdivide em muitas outras de diferentes nomes e línguas. As outras têm uma só língua com pequenas diferenças dialetais que explicaremos brevemente no capítulo da língua dos brasís" (Marcgrave, 1942: 268 *apud* STUTZ, 2004: 175) [MARCGRAVE, George. 1942[1648] *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado]. Note-se, entretanto, que MARCGRAVIUS (1648: 275), em seu capítulo VIII sobre a língua dos "brasis", aponta apenas as diferenças entre o Tupí de São Vicente e o Tupinambá da costa, de acordo com as notas de ANCHIETA (1595: 1-2): "*Petiguares qui juxta Paraibam incolunt & reliqui indigenae ufque ad Tamoyos qui Rio de Jenero accolunt verba quae definunt in confonantem pronunciant integra: Tupis autem S. Vicentii numquam pronuntiant ultimam confonantem in verbo affirmativo; ut pro* apab, *dicunt* Apâ, *& ita in caeteris".*

Os primeiros registros da língua Tupinambá foram o levantamento de algumas poucas palavras realizado em 1519 pelo italiano Antonio PIGAFETTA (1956: 6), que completou a primeira viagem de circum-navegação de 1519 a 1522, e um vocabulário de 88 palavras compilado por um cronista francês, possivelmente Jehan Lamy[113], na década de 1540 (RODRIGUES, 2000c: 545). Relatos mais alentados e de maior circulação na Europa foram os livros de grande sucesso do alemão Hans STADEN (1930[1557]) e do francês André THÉVET (1557), publicados no mesmo ano, em que os autores narram suas viagens ao Brasil e incluem número considerável de vocábulos, nomes de animais e plantas, além de frases e expressões Tupí e Tupinambá; assim como o segundo livro de Thévet[114], *Cosmographie Universelle*, publicado em 1575. A este segundo livro, o autor francês acrescentou, ainda, textos religiosos em Tupí (RODRIGUES, 2000c: 547).

De grande importância e valor tanto etnográfico quanto linguístico foi o livro do calvinista francês Jean de LÉRY (1578), em que são apresentadas descrições detalhadas dos usos e costumes dos Tupinambá e o capítulo XX é inteiramente dedicado ao diálogo entre um francês e um índio dessa etnia, tendo sido essa a primeira reprodução da fala dos Tupinambá, com observações gramaticais (RODRIGUES, 2000c: 548). Além disso, o autor também registrou lista de vocabulário relativo às partes do corpo, à linhagem, objetos relacionados à casa, bem como os nomes e localização aproximada das 22 aldeias que visitou.

A primeira descrição sistemática do Tupinambá foi a gramática de autoria do Pe. José de ANCHIETA (1595), publicada quase cinquenta anos após a chegada da Companhia de Jesus ao Brasil, apesar de já estar em circulação no Colégio da Bahía desde pelo menos 1560 (MONTEIRO, 2001: 42). Também do século XVI deve ser o vocabulário, cuja autoria é atribuída ao Pe. Leonardo do Vale, falecido em 1591. Embora esse vocabulário tenha sido copiado diversas vezes e as cópias manuscritas tenham sido utilizadas amplamente nos colégios jesuítas em toda a colônia e também na metrópole (MONTEIRO, 2000: 39), a obra permaneceu inédita até o século

[113] DALBY, David & HAIR, P. E. H. 1967. "Le langaige du Bresil": a tupy vocabulary of the 1540s. *Transactions of the Phylological Society*, 1966, Oxford, pp. 42-66. [Comentários sobre léxico contido no Ms fr. 24269 da Biblioteca Nacional de Paris, f. 51, r°-54-r°, compilado pelo capitão Jehan Lamy]

[114] THEVET, André. 1575. *La Cosmographie universelle illustree de diverses figures des choses plus remarquables veves par l'auteur, et incogneves de noz anciens [et] modernes*. Paris. [2009. *A Cosmografia Universal de André Thevet, Cosmógrafo do Rei.* Coleção Franceses no Brasil, vol. 2, Rio de Janeiro: Batel]

XX, quando foi publicada por Plínio Ayrosa[115], em 1938, com base em cópia manuscrita de 1621 (cf. BARROS, 2003: 128; RODRIGUES, 2000c: 549) ou 1622 (cf. MONTEIRO, 2000: 39; 2001: 43). É provável que diferentes usuários do vocabulário do Pe. do Vale tenham introduzido novos vocábulos, imprimindo a este, como a tantos outros manuscritos da época, o caráter de obra contínua e coletiva (MONTEIRO, 2000: 39; 2001: 44). Com efeito, GIMENES (2004: 139) considera plausível a sugestão de Plínio Ayrosa – no prefácio da edição de 1952 – de que o vocabulário tenha tido não um autor propriamente dito, mas um coordenador. Este teria sido responsável por ordenar e copiar notas que os missionários teriam acumulado desde a segunda metade do século XVI, o que vem ao encontro da hipótese de uma obra contínua e de autoria coletiva.

Outras obras também permaneceram inéditas por longo tempo, como o glossário das partes do corpo humano Tupinambá-Português e Português-Tupinambá, organizado em 1613 pelo jesuíta Pero de Castilho[116]. Esse glossário, que traz ainda informações sobre as diferentes formas dos nomes para cada pessoa além de explicações sobre o uso do chamado tempo nominal, somente veio a ser publicado no ano de 1937, por Plínio Ayrosa (MONTEIRO, 2001: 43-44) e parece ser a primeira *Nomina Anatomica* publicada no Brasil (BEZERRA, BEZERRA & DI DIO, 2000: 186). Da mesma forma, permaneceram inéditos até os nossos dias os catecismos escritos em Tupí por José de Anchieta[117], assim como sua grande coleção de poemas líricos e autos dramáticos, a maioria em Tupinambá e alguns em Tupí. Estes textos, bem como a gramática do padre inaciano, permitiram que se conhecessem e, sobretudo, que se reconhecessem as diferenças entre o Tupinambá da costa e o Tupí de São Vicente e Piratininga (RODRIGUES, 2000c: 549).

O avanço da colonização para o Pará e o Maranhão no século XVII e a abertura de novas missões jesuíticas devem ter estimulado a produção de documentos para estudo e catequese em

---

[115] AYROSA, Plínio. 1938. *Vocabulário na língua Brasílica*. *Manuscrito português-tupí do século XVII coordenado e prefaciado por Plínio Ayrosa.* São Paulo: Departamento de Cultura. [Drummond, Carlos. 1952/1953. Vocabulário na Língua Brasílica. 2a edição revista e confrontada com o Ms. Fg., 3144 da Biblioteca Nacional de Lisboa. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, n° 137, 1º vol. (A-H)/ n° 138, 2º vol. (I-Z) (Etnografia e Tupi-Guarani 23/24). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.]

[116] *Nomes das partes do corpo humano, pella lingua do Brasil, cõ primeiras, segundas & terceiras pessoas & mais differenças q nelles ha; mujto necessarios aos confessores que se occupão no menisterio de ouuir confissões, & ajudar aos jndios onde de contino serue. Juntos por ordem alphabetica, pera mais facilmente se achare, & sabere pello P. Pero de Castilho, da Companhia de Jesus, anno de 1613.* [Ayrosa, Plínio. 1937. *Os Nomes das Partes do Corpo Humano pella lingua do Brasil de Pero de Castilho* [1613]. Organização e notas de Plínio Ayrosa. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.]

[117] ANCHIETA, José de. 1977. *Teatro de Anchieta*. Obras completas, 3° vol. São Paulo: Loyola. / ___. 1984. *Lírica portuguesa e Tupí.* Obras completas, 5° vol., I. São Paulo: Loyola.

Tupinambá, agora chamado de *língua brasílica*. O catecismo do Pe. Antônio de Araújo[118], publicado em 1618, continha 270 páginas de texto exclusivamente em Tupinambá, além de textos em latim e instruções em português para os padres, tendo sido reeditado em 1686 (RODRIGUES, 2000c: 549). É interessante observar que a segunda impressão do catecismo continha, além de acréscimos introduzidos pelo Pe. Bartolomeu de Leão, uma "tabuada" dos nomes de parentesco para orientar os missionários durante a confissão (MONTEIRO, 2001: 44). Uma segunda gramática do Tupinambá, de autoria do jesuíta Luís Figueira[119], foi impressa em 1621 e reimpressa em 1687. E nesse mesmo ano de 1687, o Pe. João Felipe Bettendorf [120] publicou seu catecismo bilíngue em português e na *língua brasílica* (MONTEIRO, 2001: 46). Ressalte-se que, apesar de Bettendorf buscar aproximar a *língua brasílica* do catecismo da *língua geral* da costa, o autor já "contemplava a vulgarização dessa língua no seu uso por índios e mestiços no Estado do Maranhão"[121] (MONTEIRO, 2000: 40).

Nos domínios espanhóis, o Frei franciscano Luis de Bolaños foi encarregado pelo Concílio de Lima, em 1583, a traduzir para o Guaraní o *Catecismo Breve para Rudos y Ocupados*, o qual foi oficialmente adotado para o ensino em 1603. Este catecismo, juntamente com as anotações gramaticais e o breve vocabulário de Bolaños foram as primeiras manifestações escritas em língua Guaraní. Com a chegada dos inacianos, foi criada, em 1605, a Província Jesuítica do Paraguai, que ocupou, de 1610 a 1767, o norte do Uruguai, nordeste da Argentina, sul do Brasil, leste da Bolívia e o atual Paraguai com cerca de 60 povos, dos quais mais de 30 prosperaram. A partir de então, a língua Guaraní, utilizada nas missões jesuíticas, passou a ser objeto de estudo e descrição sistemática, resultando na gramática de Alonso de

---

[118] ARAÚJO, Antônio de S.J. 1618. *Catecismo na língua Brasílica no qual se contem a summa da Doctrina Cristãa. Com tudo o que pertence aos mysterios de nossa Sancta Fé & bõs custumes. Composto a modo de dialogos por Padres Doctos e bons lingoasda Companhia de Jesu. Agora nouamente concertado, ordenado & accrescentado pello Padre Antonio d'Araujo, theologo & lingoa da Mesma Companhia.* Lisboa: Pedro Crasbeeck. / ____. 1686. *Catecismo Brasílico da Doutrina Christãa, com o cerimonial dos Sacramentos & mais actos Parochiaes. Composto por Padres Doutos da Companhia de Jesus, Aperfeiçoado, e dado a luz pelo Padre Antônio de Araújo da Mesma Companhia. Emendado nesta segunda impressão pelo Bertholameu de Leam da Mesma Companhia.* Lisboa: Miguel Deslandes.

[119] FIGUEIRA, Luís. 1621. *Arte da língua Brasílica.* Lisboa: Manuel da Silua. / ____. 1687. *Arte de Grammática da Língua Brasílica*. Lisboa: Miguel Deslandes.

[120] BETTENDORF, João Felipe, 1687. *Compêndio da Doutrina Christãa na Língua Portugesa e Brasílica*. Lisboa: Miguel Deslandes.

[121] A cópia manuscrita do catecismo de Bettendorf depositada na Biblioteca da Universidade de Coimbra intitula-se: BETTENDORF, João Felipe. [s.d.] *Doutrina christãa em lingua geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão composta pelo P. Philippe Bettendorf, traduzida em lingua g[eral] irregular e vulgar usada nesses tempos*. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. [ms] (cf. BARROS, 2003)

Aragona[122], escrita em data desconhecida entre 1620 e 1629, que permaneceria inédita por 350 anos, e na grande obra de Antonio Ruiz de Montoya[123], publicada na Espanha.

O século XVIII testemunhou, apenas na região amazônica, o registro de sete dicionários[124], cinco estudos gramaticais e nove conjuntos de textos religiosos diversos por obra dos inacianos, com vistas a catequisar os índios descidos para as novas missões na Amazônia. Deste conjunto, apenas a gramática acrescida de texto religioso de autoria de Anselm Eckart[125] foi publicada ainda no século XVIII, em 1778 (BARROS, 2003: 127).

Note-se, porém, que a língua Tupinambá falada no Maranhão e no Pará no século XVIII já não era a mesma falada nos séculos precedentes no Rio de Janeiro ou na Bahia, tendo-se modificado de tal sorte que os jesuítas passaram a designar a língua falada de "língua geral corrupta" em relação à língua "verdadeira ou antiga" (BARROS, 2003: 137). Isso se deve a dois fatores: primeiramente, a miscigenação em grande escala de homens portugueses e mulheres Tupinambá com a rápida formação de populações mestiças falantes da língua da mãe (RODRIGUES, 1996a: 6) e, também, ao fato de o Tupinambá ter-se tornado a língua franca nas

---

[122] ARAGONA, Alonso de. 1979[c.1627]. Breve introducción para aprender la lengua Guaraní por el P. Alonso de Aragona. Presentación, edición y notas por Bartomeu Melià, s.j., *Amerindia*, 4: 23-61. París.

[123] MONTOYA, Antonio Ruiz. 1639. *Tesoro de la Lengua Guaraní*. Madrid: Juan Sanchez. / ____. 1640. *Arte y Vocabulario de la Lengua Guaraní*, Madrid: Juan Sanchez. / ____. 1648. *Catecismo de la Lengua Guaraní*. Madrid: Diego Diaz de la Carrera.

[124] BARROS (2006) registra oito dicionários elaborados no Estado do Grão Pará e Maranhão no século XVIII, a saber: 1) AYROSA, Plínio (ed.). 1951. Vocabulário português-brasílico. Mss do século XVIII transcritos e ordenados por P. Ayrosa. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, n. 135 (Etnografia e Tupi-Guarani 21). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.; 2) *Diccionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado. Escrito na Cidade do Pará, anno 1771.* Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms 81. [ms] [BARROS, Maria C.D. & LESSA, Antônio (orgs.). 2006. *Diccionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado. Escrito na Cidade do Pará. Anno de 1771*. Ms da Biblioteca da Universidade de Coimbra, transcrição paleográfica e notas, CD-ROM, Belém: Editora UFPA.]; 3) *Diccionario da Lingua Brazilica.* Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms 94. [s.d.] [ms]; 4) *Grammatica da lingua geral do Brazil. Com hum diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita lingua.* Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms 69. 1750. [ms]; 5) VELLOSO, José Mariano da Conceição (ed.). 1795. *Dicionario portuguez e brasiliano, obra necessaria aos ministros do altar, que emprehenderem a conversão de tantos milhares de almas que ainda se achão dispersas pelos vastos certões do Brasil, sem o lume da fé, e baptismo.* [Ms anônimo, 1751] Primeira parte. Lisboa: Patriarcal. [AYROSA, Plínio (ed.). 1934. *Diccionario portuguez-brasiliano e brasiliano-portuguez. Reimpressão integral da edição de 1795, seguida da 2° parte, até hoje inédita, ordenada e prefaciada por Plínio Ayrosa*. São Paulo: Official do Estado. (A 2° parte, brasiliano-português, foi iniciada por Pe. Velloso, que a deixou incompleta, segundo CABRAL (1880: 156))]; 6) *Prosódia. Diccionario da lingua fallada por indios do Brasil.* Academia de Ciências de Lisboa – M.A. n. 569. [s.d.] [ms]; 7) AYROSA, Plínio (ed.). 1937. O caderno da lingua ou vocabulário portuguez-tupi de Frei João de Arronches [1739]. Notas e commentarios à margem de um manuscripto do século XVIII. *Revista do Museu Paulista*, t. 21; 8) *Vocabulario na língua do Brasil*. Biblioteca Nacional de Lisboa – cód. 3143. [s.d.] [ms].

[125] ECKART, Anselm. 1778. Specimen Linguae Brasilicae Vulgaris. In: MURR, Christoph Gottlieb von (ed.), *Journal zur Kunstgeschichte und zur Allgemeinen Litteratur*, v. 17, n. 2. Nuernberg.

missões jesuíticas, em função do descimento de grupos indígenas falantes das mais diversas línguas em substituição aos Tupinambá desaparecidos por epidemias, escravização, guerra ou miscigenação, conforme relata o Pe. João DANIEL (1976(2): 225):

> *(...) e nos estados portugueses do Brasil e Amazonas é a língua topinambá a língua geral, e é a que se usa em todas as missões, e que aprendem as diversas nações, que em diversos tempos se vão descendo dos matos para as aldeias; a que estudam os missionários e a que falam os brancos (...) Porém, como os primeiros e verdadeiros topinambares já quase de todo se acabaram, e as missões se foram restabelecendo com outras mui diversas nações, e línguas, se foi corrompendo de tal sorte a língua geral topinambá, que já hoje são raros, os que a falam com sua nativa pureza e vigor; de sorte, que já os mesmos índios não percebem o catecismo; nem os que estudam a arte se entendem com os índios especialmente no Amazonas, como muitas vezes tem experimentado e confessado os mesmos missionários, e índios, de sorte está viciada e corrupta que parece outra língua diversa; mas a qual é a que se usa em todas as missões portuguesas do Amazonas, e a que aprendem as novas nações, que vão saindo dos matos, e a que estudam os missionários brancos, que tratam com índios não com regras, e preceitos da arte, mas pelo uso, e trato dos mesmos índios* (DANIEL, 1976(2): 225).

De maneira que a "língua geral topinambá", falada no Estado do Maranhão e Grão-Pará, transformou-se pouco a pouco, na boca dos mestiços descendentes de Tupí-Guaraní e de índios missioneiros de outras etnias, na Língua Geral Amazônica[126]. Da mesma forma, o Tupí falado em São Vicente foi-se transformando na Língua Geral Paulista em decorrência da mestiçagem e, posteriormente, pelo desaparecimento da população Tupí, tendo-se tornado língua de mestiços, normalmente bilíngues em português, e se disseminado em regiões do interior pela ação dos bandeirantes. A Língua Geral Amazônica e a Língua Geral Paulista foram as línguas da expansão e dominação do Amazonas, Pará e Maranhão, no norte, e do interior do país, no centro-sul, respectivamente. Assim, com exceção de quatro catecismos de caráter conservador e prescritivos, publicados em 1950 por Plínio Ayrosa[127], os demais documentos do século XVIII,

---

[126] Para uma definição do conceito e caracterização sociolinguística e estrutural das línguas gerais, ver RODRIGUES (1996a); para o desenvolvimento das línguas gerais brasileiras, ver RODRIGUES (1986: 99-109).

[127] *Diálogo da doutrina christã pela lingua brasílica* [s.d.]; *Compêndio da doutrina christã que manda ensinar como preceito no anno de 1740*, Pe. José Vidigal [?]; *Diálogo da doutrina cristã pela lingua brasilica,* pelo Pe. Marcos Antonio Arnolfini; *Doutrina e perguntas dos mistérios principais de Nossa Santa Fé na lingua brasilica* (BARROS, 2003: 151-52). Esses manuscritos fazem parte da coleção do Museu Britânico e foram publicados originalmente por FRANÇA, Ernesto Ferreira. 1859. *Chrestomathia da língua brazilica*. Leipzig: F. A. Brockhaus. E posteriormente por AYROSA, Plínio (ed.). 1950. Orações e diálogos da doutrina cristã na língua brasílica. Mss do século XVIII. (British Museum Mss. King 223, Ord. 5696). *Boletim de Etnografia e Língua Tupi-guarani*, n. 17(106), São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

incluindo a gramática de Eckart, registram a Língua Geral Amazônica[128]. Por outo lado, da Língua Geral Paulista há pouca documentação; o principal documento disponível dessa língua é um dicionário de verbos anônimo, publicado por MARTIUS (1867b: 99-122) sob o nome de Tupí-Austral.

No que tange ao Guaraní setecentista, foram publicados os *Sermones en Guaraní* (1705), do Pe. José Serrano, e o cacique Guaraní Nicoláí Yapuguái[129] publicou dois catecismos (1724 e 1727), ambos impressos na gráfica mantida pelos jesuítas na missão de San Francisco Xavier (SANABRIA, 1997). Nessa mesma época, o Pe. Paulo Restivo[130], servindo-se da mesma gráfica missioneira, organizou nova edição da gramática de Montoya. E em 1759 foi publicado na Espanha um livro totalmente escrito em Guaraní de autoria do Pe. José Isaurralde[131]. Note-se que também no Paraguai produziu-se rápida miscigenação e o uso da língua Guaraní por falantes mestiços, filhos de pai espanhol e mãe Guaraní, ou pelos *criollos*, filhos de casais espanhóis nascidos no Paraguai, deu origem a outra língua geral[132], o Guaraní Criollo ou Guaraní Paraguaio[133] (RODRIGUES, 1996a: 9). Essa língua foi utilizada no Paraguai durante o século XIX ora como oficial e confidencial para despistar inimigos em tempos de guerra, ora como índice pejorativo de indianidade, perseguido e proibido. No ano de 1967 foi reconhecido como idioma nacional e a constituição paraguaia de 1992 declarou-o língua oficial ao lado do espanhol.

Ressalte-se que todas as línguas mencionadas, que foram documentadas a partir da conquista, no século XVI, pertencem à família linguística Tupí-Guaraní – família de maior amplitude geográfica e diversidade linguística do tronco Tupí, composta por oito subgrupos, de acordo com a classificação de RODRIGUES (1984/85), revista por RODRIGUES & CABRAL (2002),

---

[128] Ver notas 123, 124 e 126, pp. 90-91.

[129] YAPUGUÁI, Nicoláí. 1724. *Explicación de el Catechismo en la lengua guarani por N. Yapuguai. Con direccion del Padre Paulo Restivo, de la Compañia de Jesus*. Pueblo de Santa Maria la Mayor. / ____. 1727. *Sermones y exemplos en la lengua guarani por N. Yapuguai. Con direccion de un religioso de la Compañia de Jesus*. Pueblo de San Francisco Xavier. [CABRAL (1880: 165) afirma que Nicoláí Yapuguái é, na verdade, um pseudônimo do Pe. Paulo Restivo, que seria o autor destas e outras obras em Guaraní]

[130] RESTIVO, Paulo (ed.). 1724. *Arte de la lengua Guarani por el P. Antonio Ruiz de Montoya*. Pueblo de Santa Maria la Mayor.

[131] INSAURRALDE, Joseph. 1759-1760. *Ara poru agui(yey haba: conico, quatia poromboe ha marângâtu*. Madrid: Joachin Ibarra.

[132] O termo 'língua geral' é usado aqui como expressão lexicalizada para designar as línguas surgidas especificamente na América do Sul nas situações de contato referidas anteriormente, de acordo com a definição de RODRIGUES (1996a: 7).

[133] Para a história da língua geral do Paraguai, ver MELIÀ (1992: 51-67).

e em nove subgrupos, de acordo com a análise de MELLO (2002). As demais famílias do tronco apenas começaram a ser documentadas a partir do século XIX.

Convém salientar que os diversos grupos Guaraní, ao contrário dos Tupí e Tupinambá que foram dizimados ao longo dos séculos, sofreram um processo de reagrupamento com elevado grau de nivelamento e homogeneização culturais em decorrência tanto das reduções jesuíticas como dos efeitos da colonização ibérica em geral, que desintegraram as primitivas configurações comunitárias (SCHADEN, 1974: 1).

O século XIX inicia-se no Brasil com a vinda da família real, em 1808, e a abertura dos portos às nações amigas, o que possibilitou a vinda de grande número de viajantes europeus que buscavam conhecer não apenas a fauna e a flora, mas também as riquezas hídricas e minerais, assim como a diversidade cultural do país. A comitiva da futura Imperatriz Leopoldina trouxe na bagagem, em 1817, os naturalistas Spix e Martius que realizaram expedições científicas desde o Rio de Janeiro até a Amazônia, descrevendo, entre outras coisas, os grupos indígenas que encontravam e suas línguas. O relato da viagem (MARTIUS, 1867a; 1867b), publicado em 1867, dedica o segundo volume aos *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, dentre os vocabulários e dicionários registrados pelo autor, destacam-se os vocabulários Apiaká, Guaraní Kayowá e Mundurukú, um dicionário Tupinambá e um dicionário de verbos da Língua Geral Paulista.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, criado em 1838, segue a tendência das grandes expedições ao mesmo tempo científicas e civilizadoras. Com o novo viés enciclopédico que a história natural ganhara a partir do final do século XVIII, converte-se esta em ciência da coleta (FERREIRA, 2006: 273), com o intuito de mapear e classificar para o Império. Assim, o IHGB, com o patrocínio de seu membro mais ilustre, o Imperador D. Pedro II, empreende a cartografia da terra, o mapeamento das riquezas e a taxonomia das diferenças biogeográficas; e acrescentando a etnografia às suas incumbências, mapeia também as singularidades culturais dos povos encontrados nas expedições, elaborando estatísticas da decadência ou prosperidade das culturas nativas e coletando vocabulários de diversas línguas (FERREIRA, 2006: 275).

É o próprio imperador quem propõe centralizar no Instituto Histórico e Geográfico os estudos e notícias sobre as línguas indígenas (PEDRO II[134], 1850: 131). Com efeito, ao longo dos 50 anos em que a Revista do IHGB existiu no II Reinado (1839-1889), 20% dos artigos publicados referem-se a estudos indígenas, dos quais 15 artigos tratam exclusivamente da questão linguística (MOTA, 2006: 139). Nessas expedições o enfoque etnográfico vem atrelado à linguística, uma vez que:

> *dos muitos problemas, que a população primitiva da América offerece à Antropologia e à Ethnographia, um dos mais pesados é a innumerável multidão de idiomas e dialectos, e a redução delles a certas linguagens principais e quasi fundamentais* (MARTIUS, 1867b: 12).

No que tange às línguas Tupí, foram publicados pelo IHGB, no século XIX, vocabulários do Apiaká, do Guaraní Kayowá, do Mundurukú, dicionários de Tupinambá, catequese em Guaraní, estudos gramaticais do Tupinambá, além de estudos etnográficos, acompanhados de comentários sobre a língua, de diversas etnias. Algumas das etnias Tupí citadas nos estudos publicados na Revista do IHGB[135] são: Guaraní – 41 vezes, Carijó – 21 vezes, Tupinambá – 27 vezes, Tupí – 25 vezes, Tamoio – 25 vezes, Tupinakĩ – 13 vezes, Mundurukú – 7 vezes, e Mawé – 4 vezes (MOTA, 2006: 129-133).

O século XIX testemunha, ademais, o advento da linguística propriamente dita e o estabelecimento de critérios históricos, genéticos, para a classificação das línguas, firmando-se o

---

[134] "Convindo (sic) reunir todas as notícias que existem a respeito da lingua indigena, interessante por sua originalidade e poesia, e pelos preciosos dados que poderá subministrar à ethnographia do Brasil (...)".

[135] Publicações da RIHGB referentes às línguas Tupí (séc. XIX): CORUJA, Antonio Alves Pereira. 1852. Collecção de vocabulos e frases usados na provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul do Brazil. *RIHGl*, 15: 210-140. COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. 1873. Ensaio de Antropologia: regiões e raças selvagens. (IV. Línguas). *RIHGB*, 36(2): 421-442. DIAS, Antonio Gonçalves. 1854. Vocabulário da lingua geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas. *RIHGB*, 17: 553-576. GUIMARÃES, José da Silva. 1844. Memoria sobre os usos, costumes e linguagem dos Appiacás, e descobrimento de novas minas na provincia do Mato Grosso. *RIHGB*, 6: 297-317. LUCCOCK, John. 1880. A grammar and vocabulary of the Tupi language – I. *RIHGB*, 43(1): 263-344. LUCCOCK, John. 1881. A grammar and vocabulary of the Tupi language – II. *RIHGB*, 44(1): 1-130. MACEDO SOARES, Antonio Joaquim. 1880. Declaración de la Doctrina Christiana. Manuscrito guarani annoctado e traduzido. *RIHGB*, 43(1): 165-190. MACHADO, João da Silva 1856. Vocabulario dos Indios Cayuás. *RIHGB*, 19: 448-476. PRAZERES [Maranhão], Francisco de Nossa Senhora dos. 1846. Collecção de etymologias brazilicas. *RIHGB*, 8: 69-80. PRAZERES [Maranhão], Francisco de Nossa Senhora dos. 1891. Poranduba Maranhense ou Relação histórica da provincia do Maranhão em que se dá notícia dos sucessos mais célebres que n'ella tem acontecido desde o seu descobrimento até o anno de 1820, como também das suas principais produções naturais, etc, com uma mapa da mesma província e um dicionario abreviado da língua geral do Brazil. *RIHGB*, 54(1): 4-277. RESTIVO, Paulo. 1895. Particulas de la lengua guarani. *RIHGB*, 58(1): 106-202. RODRIGUES, Alfredo Ferreira. 1897. Palavras guaranis. *RIHGB*, 60(2): 145-147. TOCANTINS, Antonio Manuel Gonçalves. 1877. Estudos sobre a tribu mundurucú. *RIHGB*, 40(2): 73-161. RUBIM, Braz da Costa. 1882. Vocabulos indigenas e outros introduzidos no uso vulgar. *RIHGB*, 45(2): 363-390.

conceito de família linguística e determinando-se critérios para seu reconhecimento (CÂMARA JR., 1979: 140). Destarte, além dos diversos vocabulários das diferentes línguas estudadas diretamente nas expedições científicas, bem como estudos gramaticais do Tupinambá com base nas gramáticas de Anchieta e Figueira, o IHGB também publicou, ao longo do século XIX, estudos classificatórios e etimológicos orientados para a busca das 'origens'. Outra preocupação constante do IHGB era a identificação do "legítimo" e do "ilegítimo" na língua Tupinambá, gerando debate normativo marcado por valores de natureza social e pelos ideais românticos da época (BARROS, 1990: 87).

Note-se que o interesse pelas línguas indígenas desenvolve-se em ambiente marcado por questões nacionais do contexto imperial – notadamente a necessidade de construção de uma História oficial do Brasil que legitimasse a monarquia e assentasse suas raízes no passado, particularizando-a pela "cor local" (KODAMA 2007: 4) como forma de distingui-la em relação à ex-metrópole. O índio marcaria o ponto inicial dessa cronologia (BARROS, 1990: 90), mas não qualquer índio. Assiste-se ao ressurgir da dicotomia Tupí/Tapuia no cerne das discussões no âmbito do IHGB, agora reconfigurada no plano temporal. Nesse contexto do século XIX, tem-se, de um lado, os Tupí míticos e heroicos – que desapareceram num passado remoto, deixando suas marcas na jovem nação que se gestava – e de outro, os Tapuia, 'inimigos' a um só tempo de Tupí e portugueses, selvagens irredutíveis que resistiram à conquista – tendo permanecido vivos – e, portanto, à civilização (MONTEIRO, 2001: 29-30).

Na ótica romântica oitocentista, os Tupí/Tupinambá representavam "um estado florescente de civilização", o primeiro degrau na cronologia histórica nacional, em contraste com os indígenas contemporâneos, que representavam "o actual estado de degradação e dissolução" (MARTIUS, 1844: 386-387). No que diz respeito à língua, o discurso da degenerescência levou a um "enfoque normativo nas análises, no qual o legítimo e o ilegítimo coloca[va]m-se no eixo da temporalidade" (BARROS, 1990: 91). Como corolário da busca das 'origens', o Tupí colonial – i. é, Tupinambá e Tupí – era a língua pura e o Tupí falado ainda nos Oitocentos – Língua Geral Amazônica e Paulista – era visto como corrupto e adulterado. Em meio às suas diversas atribuições, o IHGB alçava-se como instituição capaz de dirimir dúvidas e determinar a etimologia e ortografia de palavras indígenas (ALLEMÃO, 1882). Com efeito, o Instituto Histórico e Geográfico não apenas centralizou o estudo das línguas indígenas, conforme proposta do imperador (PEDRO II, 1850: 131), mas esteve direta ou indiretamente relacionado a diversas

publicações sobre o tema, seja por meio de seus membros ou de institutos regionais, no Brasil e no exterior[136].

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, expedições de etnólogos estrangeiros produziram material linguístico sobre diversas línguas Tupí. Merecem destaque o alemão Karl von den Steinen, considerado o 'descobridor' do Xingu e "reformador dos métodos de investigação etnográfica" (THIEME, 1993: 37), que deixou vocabulários de diversas línguas xinguanas, dentre elas Kamayurá, Awetí, Jurúna e Manitsawá (STEINEN, 1940 e 1942); Theodor Koch-Grünberg, que fez quatro expedições pelo país, entre 1897 e 1924, e registrou vocabulários das línguas Puroborá e Sateré-Mawé (KOCH-GRÜNBERG, 1932); o suíço Henri Coudreau que, entre 1886 e 1897, percorreu os rios Tapajós, Xingu, Tocantins, Araguaia e Trombetas e deixou registros das línguas Jurúna, Sateré-Mawé, Mundurukú, Apiaká, Wayampí e Emérillon (COUDREAU, 1897); e o alemão Curt Nimuendajú, que chegou ao Brasil em 1903 e aqui permaneceu até sua morte. Nimuendajú é considerado o precursor da etnologia no Brasil, tendo realizado trinta e quatro pesquisas de campo entre 1905 e 1945, entre diversos grupos indígenas, durante as quais realizou escavações arqueológicas e/ou registrou a língua, os mitos, as lendas e as tradições dos povos pesquisados. Publicou estudo etnográfico sobre os Apapocuva Guaraní, em 1914 – talvez o mais importante estudo já publicado sobre os Guaraní (SCHADEN, 1974: 15, nota 2) – e registrou vocabulário e informações históricas, etnográficas ou linguísticas de mais de cem línguas, além de ter-se dedicado exaustivamente à elaboração do *Mapa Etno-Histórico* (NIMUENDAJÚ, 1987). Em relação às línguas Tupí, Nimuendajú registrou informações, vocabulários e, por vezes, apontamentos gramaticais, de línguas hoje classificadas em todas as famílias linguísticas do tronco Tupí, com exceção da família Puroborá. Além de mais de vinte

[136] Alguns exemplos da atuação de membros e/ou institutos regionais são: DIAS, Gonçalves. 1858. *Diccionario da lingua tupy chamada lingua geral dos índios do Brasil*. Leipzig: F.A. Brockhaus. GAY, João Pedro (ed.). 1863. Versiculos em guarany, que os indios de Missões costumam cantar na Semana Santa, e que narram varios padecimentos de Christo em sua Paixão, traduzidos ao portuguez. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico da Provincia de Sâo Pedro*, anno 4, vol 4, n. 1, pp: 18 e 19. Porto Alegre. GUIMARÃES, João Joaquim da Silva (ed.). 1852. *Grammatica da lingua geral dos indios do Brasil*. Bahia: Manoel Feliciano Sepúlveda. / ___. (ed.). 1854. *Diccionario da lingua geral dos indios do Brasil, reimpresso e aumentado com diversos vocábulos*. Bahia: Camillo de Lellis Masson & Cia. VARNHAGEN, Francisco Adolpho de (ed.). 1876. *Arte de la lengua guarani, o más bien tupi, por el p. Antonio Ruiz de Montoya.* I. Vocabulário español-guarani (ó tupi). II. Tesoro guarani (ó tupi)-español. Nueva edicion más correcta y esmerada que la primera, y con las voces indias en tipo diferente. Viena/Paris: Faesy y Frick/Maisonneuve y Cia. / ____. 1876. História da Paixão de Cristo e taboas de parentesco em lingua tupi, por Nicoláí Yapuguái, com uma resenha dos impressos acerca da dita língua, por Adolpho de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. Viena: Faesy & Frick.

trabalhos publicados somente sobre as línguas do tronco Tupí[137], seu arquivo de material inédito – manuscritos, correspondência, relatórios, ofícios, notas de campo, apontamentos diversos, levantamentos de palavras e versões preliminares de trabalhos publicados – encontra-se depositado na Biblioteca do Museu Nacional[138], no Rio de Janeiro.

---

[137] NIMUENDAJÚ, Curt. 1914a. Vocabulários da língua geral do Brasil nos dialetos dos Manajé do rio Ararandéuar, Tembé do rio Acará Pequeno e Juriwara do rio Acará Grande, Pará. *Zeitschrift für Ethnologie*, v. 46, n° 4 e 5, p. 615-18. / ___. 1914b. Die Sagen von der Erschaffung und Vernichtung der Weit als Grundlagen der Religion der Apapocuva-Guarani. *Zeitschrift fur Ethnologie*, 46: 284-403. Berlin. / ___. 1919. Bruchstücke aus Religion und Uberlieferung der Sipaia-Indianer. *Anthropos*, 14-15: 1002-39. / ___. 1919/1920. Fragmentos de religião e tradição dos índios Sipaias: contribuições ao conhecimento das tribus de índios da região do Xingu, Brasil Central. Belém. *Anthropos*, 14-15. / ___. 1922. Bruchstücke aus Religion und Uberlieferung der Sipaia-Indianer. *Anthropos*, 16-17: 367-406. / ___. 1924. Zur Sprache der Sipáia-Indianer. *Anthropos*, 18-19: 836-57. / ___. 1925. As tribus do alto Madeira. Manaus. *Journal de la Société des Américaniste*, 17: 137-72. / ___. 1929. Wortliste der Sipáia-Sprache, *Anthropos*, 24: 821-50, 863-96. / ___. 1932a. Idiomas Indígenas del Brasil. *Revista del Instituto de Etnología*, 2: 543-47. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. / ___. 1932b. Wortlisten aus Amazonien. *Journal de la Société des Américanistess*, 24(1): 93-119. / ___. 1937. Die Verwandtschaft Mundurukuischen mit dem Tupiischen. *Santo Antonio, Provinzzeitschrift der Franziskaner in Nordbrasilien*, 15(2): 76-80. / ___ & METRAUX, Alfrèd. 1948. The Amanayé. In: J. H. Steward (ed.), *Handbook of South American Indians,* Bulletin 143, vol. 3, Bureau of American Ethnology, Washington: Government Printing Office, pp. 199-202. / ___. 1948. Little-known tribes of the Lower Tocantins river. In: J. H. Steward (ed.), *Handbook of South American Indians,* Bulletin 143, vol. 3, Bureau of American Ethnology, Washington: Government Printing Office, pp. 203-208. / ___. 1954. Apontamentos sobre os Guaraní. Tradução e notas de Egon Schaden . *Revista do Museu Paulista*, 8: 9-57. Para outros trabalhos publicados, ver Referências Bibliográficas, p. 364.

[138] Dentre os trabalhos inéditos dessa coleção encontram-se as seguintes referências às línguas Tupí: NIMUENDAJÚ, Curt [s.d]. *Mythen U. Legenden. Vocab. e Gram., Sagen der Tembe - Sonne und Mond.* / [s.d.] *Pacificação dos Paracanã.* / [s.d.] *Fragm. religião e tradição Sipayas.* / [s.d.] *Apapocuva-Guarani (Trad.).* / [s.d.] *Apiaká.* / [s.d.] *Lista vocabular Amanaje.* / [s.d.] *Tukuna/Kokama, Urubu, Turiwara.* (2 exemplares) / [s.d.] *Arikem, Sipibo, Pano.* / [s.d.] *Amanaye, Tembe, Guajajara.* / [s.d.] *Grammar remarks on Munduruku.* / [s.d.] *Ararandeuara, Manaje, Turiwara, Tembe.* / [s.d.] *Vocabulário Parintintin.* / [s.d.] *Pauate, Caripuna, Macu.* / [s.d.] *Makurap, Amniape.* / [s.d.] *Notizen ueber die Maue.* / [s.d.] *Parintintin, Kawahib, Wirafet.* / [s.d.] *Vocabulário Guajajara.* / [s.d.] *Aueto, Maue, Munduruku.* / [s.d.] *Kamayura, Kayabi, Apiaka.* / [s.d.] *Guaraní diccionário VIII.* / [s.d.] *Aldea dos guaraní.* / [s.d.] *Die Guarani-Sprache.* / [s.d.] *Lista vocabular de línguas do médio Xingu.* / [s.d.] *Léxico comparativo nas famílias Tupí e Aruak.* / [s.d.] *Léxico comparativo de línguas do tronco Tupí.* / [s.d.] *Vocabulário comparativo de línguas Aruak e outras.* / [s.d.] *Vocabular des Tembe - Dialektes der Lingua Geral.* / [s.d.] *Aueto, Maue, Munduruku, Kuruaya.* / [s.d.] *Material para uma gramática da língua Tembé.* / [s.d.] *Léxico comparativo de diversas línguas.* / [s.d.] *Léxico comparativo das línguas Tupí.* (3 exemplares) / [s.d.] *Léxico comparativo de línguas Tupí e Aruak.* / [s.d.] *Sipaia, Juruna, Kuruaia.* / [s.d.] *Mura, Munduruku, Arikem, Pariri.* / [s.d.] *Léxico comparativo da língua Carnijó e de línguas Tupí e Karib.* / [s.d.] *Tembé.* / [s.d.] *Lista vocabular em Wayapi, Wayana, Arikem, Sipibo e Pano.* / [s.d.] *Versuch einer einteilung der Tupi-Sprachen.* / [s.d.] *Lexicom comparativo de línguas das famílias Tupí, Jê, Aruak, Karib e de algumas línguas isoladas.* / [s.d.] *Sprachliches haurial der Jipaia indianer.* / [s.d.] *Vocabulário.* / [s.d.] *Parintintin.* / [s.d.] *Maué. Língua Maué.* / [s.d.] *Kuruaia.* / [s.d.] *Guaraní (dicionário).* / [s.d.] *Amanaye.* / [s.d.] *Tabelle Juruna, Sipaia, Manitsawa, Maue, Curuahe, Munduruku, Mura, Oira, Aci, T. Imihita, Aweto, Cayriri, Sabuja.* / [s.d.] *Lendas: Guaraní-Apapokuva.* / [s.d.] *The Maue and Arapiun.* / [s.d.] *The Guaja.* / [s.d.] *The Turiwara and Arua.* / [s.d.] *The Apiaca, kayabi and Tapanyuna.* / [s.d.] *The kawahib, Parintintin and their neighbors.* / [s.d.] *The Amanaye.* / [s.d.] *Apiaká.* / [s.d.] *Lista vocabular de línguas Jê e língua Guajajara.* (7 exemplares) [s.d.] *Linguas do grupo "He"* (2 exemplares). / [s.d.] *Unpublished comparative grammar remarks in the museum files.* / [s.d.] *Comparação de 20 línguas de diversas famílias* (2 exemplares) / [s.d.] *Lista vocabular de línguas Tupí-Guaraní.* (5 exemplares) / *1901. Worte der Maue-Sprache.* / *1910. Vocabulário português Mauhe.* / *1914. Vocabulário padrão na língua Tembé.* / *1914. Vokabular der em Turiwara-Sprache. Belém, Pará.* / *1914. Léxico comparativo de línguas Tupí.* / *1916. Tembé-Sprache.* / *1916. Sagen der Tembé (die Toten-seelen). Santo Antonio do Prata.* / *1916. Material para uma gramática da língua Tembé.* / *1917. Die Sagen*

Muitas das publicações de Nimuendajú são apenas listas de palavras mais ou menos extensas coletadas durante seus trabalhos de campo ou como indigenista do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, como o vocabulário Mawé (NIMUENDAJÚ, 1929) ou o Kuruáya (*idem*, 1930). Outros, porém, consistem em tentativa de síntese de todo o conhecimento linguístico, histórico e etnográfico sobre o grupo em questão, ou notícias com as informações disponíveis sobre grupos pouco conhecidos, como os diversos artigos publicados no *Handbook of South American Indians*, que apresenta capítulos de apenas duas páginas (NIMUENDAJÚ, 1948d, 1948e, ver nota 136) ao lado de descrições alentadas e capítulos de fôlego (NIMUENDAJÚ, 1948a; 1948b; 1948c).

Ainda que sua ambição pessoal recaísse sobre o estudo dos sistemas sociais e religiosos (MÉTRAUX, 1950: 251), a marca distintiva de seus trabalhos é, contudo, o profundo interesse histórico, que permeia toda sua extensa obra e culmina na elaboração do *Mapa Etno-Histórico* (NIMUENDAJÚ, 1987). O viés histórico de seu trabalho não recai exclusivamente na apresentação de fatos etno-históricos ou dados arqueológicos, mas estende-se ao caráter comparativo dos dados linguísticos – e frequentemente também etnográficos – e à perspectiva interdisciplinar que busca correlacionar as diversas fontes de dados em uma narrativa capaz de apresentar um panorama (pré)histórico das línguas e dos povos em questão. Exemplo da perspectiva marcadamente histórica de Nimuendajú é a descrição da pacificação dos Parintintin (NIMUENDAJÚ, 1924), em que o autor não apenas relata o processo de implantação do posto indígena, mas apresenta grande quantidade de dados etnográficos e etno-históricos, fornece vocabulários de Parintintin, Kawahíb e Tupí do Alto Machado, e demonstra por meio de alentada argumentação o relacionamento estreito das três línguas/povos mencionados, tentando explicitar quem são efetivamente os Parintintin como povo historicamente documentado e as relações históricas entre os diversos grupos chamados de Parintintin. É, pois, com base em dados

---

von der Erschaffung und Vermchtung der Welt als Grundlagen der Religion der Apapocuva-Guaraní. Berlin. / 1917. As lendas da criação e destruição do mundo como bases da religião dos Apapocuva-Guaraní, traduzido por F. W. Sommer. Berlin. / 1920. Wortliste der Yuruna-Sprache. Belém, Pará. / 1922. Lista vocabular da língua Maué. / 1923. Notas sobre a língua Xipaia. Santa Júlia, Boca do Bali. / 1923. Tupí do Rio Machado. / 1923. Zur Sprache der Kuruaya-Indianer. Xingu. / 1924. Lista vocabular Parintintin. / 1924. Lista vocabular. Rio Madeira. / 1924. Vocabulário padrão na língua Parintintin. Rio Madeira. / 1924. Os índios Parintintin do rio Madeira. [Paris]. / 1926. Unveröffentlichte Angaben uber die Kaingang, Opaye, Mura, Maue. / 1927. Lista vocabular em Wirafera. / 1927. Lista Vocabular Itogapig. Manaus, Amazonas. / 1927. Maué: Marca M. Belém. / 1928. Vocabulário Maué. Pará. / 1929. Zur Sprache der Sipáia-Indianer. / 1929. Bruchstücke aus Religion und Überlieferung der Sipaia-Indianer. / 1929. Léxico comparativo de línguas Tupí. / 1929. Vocabulário Pauate, Caripuna, Macu, Curina, Maniteneri, Catiana e Oyampi. / 1929. Lista vocabular. / 1931. Katalog. / 1934. Léxico comparativo de línguas Tupí. / 1934. Katalog. / 1945. Aruá. Belém.

históricos e linguísticos que NIMUENDAJÚ (1948c) reconstrói a (pré-)história dos Tupí-Kawahíb e Parintintin.

Da mesma forma, reúne as mais diversas evidências – linguísticas, etnográficas, etno-históricas – para a reconstrução da história dos Sateré-Mawé, separando-os definitivamente dos Arapium (NIMUENDAJÚ, 1848b). Ademais, apresenta uma breve comparação do Juruna e do Xipáya, afirmando que "*Shipaya differs so little from Yuruna as to permit, with some trouble, mutual intelligibility*" e "*the grammatical divergences are insignificant*" (*idem*, 1948a: 215), para concluir que as línguas Jurúna, Xipáya e Manitsauá "*form a special division of impure Tupí languages*" (*idem*, 1948a: 214). Por outro lado, o primeiro estudo sobre o relacionamento genético entre o Mundurukú e o Tupinambá foi realizado por Nimuendajú em 1937 (RODRIGUES, 1980: 195). É interessante observar que Mansur GUÉRIOS (1947: 197) não considerava as provas do autor suficientes para indicar essa conexão. Mas NIMUENDAJÚ (1948a: 215) afirma que o "*Curuáya resembles Mundurucú as closely as Yuruna does Shipaya*" e ressalta o caráter mais conservador do Kuruáya.

Note-se, que, embora Nimuendajú não tenha publicado propriamente estudos histórico-comparativos de línguas indígenas, seus trabalhos – e a longa lista de estudos inéditos – deixam entrever o desenvolvimento de estudos comparativos em alguma medida:

> *Lexical Tupí elements in* Yuruna *are conspicuous, though often obscured by alterations so that correspondences are proved only by comparison with* Shipaya *and* Manitsauá *equivalents* (NIMUENDAJÚ, 1848a: 215).

Seus estudos, no entanto, testemunham o vivo interesse do autor pelas questões históricas e o intuito de esclarecer a realidade pré-histórica, além de demonstrar cabalmente a grande capacidade como linguista de campo, na coleta, transcrição e comparação de dados.

Foi, porém, somente na segunda metade do século XX que a linguística separou-se definitivamente da etnologia, deixando de ser vista como subsidiária a outros interesses que não os linguísticos, e que começaram a surgir estudos sistemáticos de classificação que tentam dar conta das relações internas das diversas famílias linguísticas e do grau de parentesco genético entre as línguas. Os primeiros estudos comparativos, entretanto, não faziam diferença entre Tupí e Tupí-Guaraní, visto que se conhecia muito pouco sobre as demais línguas Tupí, de sorte que as línguas eram consideradas como membros "puros" ou "impuros" da família Tupí-Guaraní (cf.

LOUKOTKA, 1929: 396, 398; NIMUENDAJÚ, 1948a: 214)[139]. RODRIGUES (1955) argumentou, pela primeira vez, que as línguas ditas "impuras" não eram línguas mistas, mas línguas com um relacionamento genético mais distante em relação às línguas Tupí-Guaraní:

> *k) as conclusões acima levam a uma outra conclusão mais ampla, que é a existência de um tronco lingüístico que abrange as famílias* Tupí-Guaraní, Yuruna, Arikém *e* Ramarama *e as línguas* Mondé, Kepkiriwat, *e, talvez,* Puruborá, *estas últimas isoladas quanto à situação familiar; poderíamos chamar tronco Tupí a êsse grande conjunto de línguas com afinidade genética* (RODRIGUES, 1955: 1067).

Dessa forma, as primeiras classificações das línguas Tupí baseadas exclusivamente em evidências linguísticas foram as propostas por RODRIGUES (1955; 1958a; 1958b; 1964), estabelecendo o tronco Tupí composto por sete famílias linguísticas: Tupí-Guaraní, Jurúna, Arikém, Ramaráma, Tuparí, Mondé e Puroborá.

Essas primeiras classificações baseavam-se principalmente em critérios lexicais, de acordo com a lista de 200 itens de Swadesh, e as divisões e subdivisões foram estabelecidas com base nos seguintes critérios léxico-estatísticos: 12% ou mais de cognatos no vocabulário básico – tronco; 36% ou mais de cognatos – família; 60% ou mais de cognatos – subfamília; até 81% de cognatos – língua; e mais de 81% – dialeto (RODRIGUES, 1958a: 233).

Observe-se que se por um lado RODRIGUES (1955: 1066) afirmava que "o Maué, o Kuruaya e o Mundurukú pertencem à (...) família Tupí-Guaraní", por outro, ao reiterar sua primeira proposta formal de classificação, RODRIGUES (1958a: 234) sugere em nota de roda-pé que talvez o Mundurukú deva ser considerado "*rather a family aside Tupí-Guaraní than a subfamily inside it*". RODRIGUES (1964: 102), em artigo que explicita critérios metodológicos da classificação do tronco Tupí, reitera a dúvida quanto à inclusão do Mundurukú na família Tupí-Guaraní. Poucos anos mais tarde, ao elaborar o verbete sobre línguas indígenas para a Enciclopédia Delta-Larousse, RODRIGUES (1970) já considera a ocorrência da família Mundurukú, constituída pelas línguas Mundurukú e Kuruáya, ao lado das demais famílias linguísticas no âmbito do tronco Tupí. Posteriormente, o avanço da pesquisa das diversas línguas da família Tupí-Guaraní, levou à revisão das relações internas desta família linguística e à reorganização do tronco Tupí, com a exclusão do Sateré-Mawé e do Awetí da família Tupí-Guaraní, compondo, como famílias distintas, o tronco Tupí, agora com dez famílias, a saber:

[139] Ver Introdução, nota 6.

Tupí-Guaraní, Awetí, Sateré-Mawé, Mundurukú, Jurúna, Arikém, Ramaráma, Tuparí, Mondé e Puroborá (RODRIGUES, 1984/1985; DIETRICH, 1990; RODRIGUES & DIETRICH, 1997; RODRIGUES & CABRAL, 2002).

Ainda assim, a inegável maior afinidade entre as famílias Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní (RODRIGUES & DIETRICH, 1997; DIETRICH, 1990), demonstrada inicialmente pela alta taxa de cognatos (50% para o Mawé e mais de 60% para o Awetí), e posteriormente também pelas informações fonológicas e gramaticais, levou RODRIGUES (1984/1985: 35) a postular a hipótese de pelo menos uma protolíngua intermediária entre o Proto-Tupí e o Proto-Tupí-Guaraní. Por outro lado, o Mawé apresenta marcada influência lexical da Língua Geral Amazônica, e o Awetí, do Kamayurá, de maneira que outra possibilidade aventada pelo autor para a maior semelhança entre essas famílias é a de mudança linguística induzida pelo contato com falantes de línguas Tupí-Guaraní. Wolf DIETRICH (1990: 115), ao avaliar evidências fonológicas e morfológicas para a classificação interna da família Tupí-Guaraní, concluiu que tanto o Awetí como o Sateré-Mawé parecem não pertencer à família Tupí-Guaraní, mas ao tronco Tupí, corroborando a hipótese de RODRIGUES (1984/1985). Em estudo comparativo posterior, RODRIGUES & DIETRICH (1997: 265) concluem que:

> *This is to say that Mawé (and Awetí) should have been an autonomous language alongside with Proto-Tupí-Guaraní (PTG) and not a descendant of this proto-language. More probably there was at a first moment a Mawé-Awetí-PTG branch along-side with Mundurukú, Tuparí, etc, which then split into Mawé and Awetí-PTG and the latter, on its turn, split later on into Awetí and PTG.*

Mais recentemente, CABRAL & RODRIGUES (2005), ao analisarem o desenvolvimento do gerúndio e do subjuntivo na família Tupí-Guaraní, apresentaram as primeiras evidências linguísticas de um estágio comum Awetí-Tupí-Guaraní, chamado pelos autores de Proto-Awetí-Tupí-Guaraní. Trata-se de fortes evidências gramaticais que tornam mais plausível o desmembramento do sub-ramo Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní ter iniciado com a separação do Mawé, a saber, o desenvolvimento dos modos gerúndio e subjuntivo ocorrido antes da separação do Awetí em relação ao Tupí-Guaraní. Outra evidência morfossintática que aproxima mais o Awetí do Proto-Tupí-Guaraní foi posta em relevo no artigo de RODRIGUES, CABRAL & CORRÊA-DA-SILVA (2006), em que os autores demonstraram que em Proto-Tupí-Guaraní e em Awetí, mas não em Mawé, houve fusão dos reflexos de dois morfemas do PT, **-*e*- 'mediador de

determinação nominal' e **-*mi*- 'nominalizador de objeto', quando o nome derivado tinha determinante não-genérico.

DRUDE (2006) apresentou uma comparação de alguns itens lexicais entre o Mawé, o Awetí e o Proto-Tupí-Guaraní, concluindo que há evidências lexicais de relacionamento genético mais estreito entre o Awetí e o Proto-Tupí-Guaraní, contribuindo dessa forma para a hipótese de um Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 1984/1985; RODRIGUES & DIETRICH, 1997). Esse autor, contudo, considerou seus dados insuficientes para determinar de forma mais precisa a posição do Awetí no âmbito de sua relação genética com as outras famílias linguísticas em questão. CORRÊA-DA-SILVA (2007) avançou estudo comparativo sistemático, apresentando correspondências regulares fonológicas, morfológicas e lexicais entre o Proto-Tupí, o Proto-Tupí-Guaraní, o Mawé e o Awetí, fornecendo mais fundamentos para a hipótese do estágio Proto-Awetí-Tupí-Guaraní.

Finalmente, MONSERRAT (2007b) evidenciou a ocorrência de semelhanças tipológicas nas expressões de negação, as quais somadas às semelhanças morfossintáticas das expressões de gerúndio e subjuntivo nas duas famílias, constituem importantes evidências morfossintáticas para fundamentar essa hipótese. E CORRÊA-DA-SILVA (2009b) apresentou uma primeira abordagem comparativa entre a morfofonologia do Mawé, do Awetí e do Proto-Tupí-Guaraní, como forma de avançar algumas considerações sobre os processos morfofonêmicos mais abrangentes descritos para essas línguas.

De outra parte, também os trabalhos mais sistemáticos de descrição e análise de línguas indígenas ganharam maior impulso partir do final da década de 1950 com o lento processo de institucionalização da linguística no país, propiciando o aparecimento de estudos relativos a outras línguas Tupí, como o Tuparí (CASPAR & RODRIGUES, 1957[140]) e o Mekéns (HANKE, SWADESH & RODRIGUES, 1958[141]). Ressalte-se que este último trabalho apresentou também um quadro comparativo das vogais do tronco Tupí (*idem*: 198 *apud* RODRIGUES, 2005a: 35).

A pesquisa linguística nos anos 1960/1970, entretanto, manteve-se atrelada em certa medida aos trabalhos missionários do *Summer Institute of Linguistics* – SIL, cujos linguistas/missionários dedicaram-se à descrição e análise de diversas línguas Tupí, dentre elas:

[140] CASPAR, Franz & RODRIGUES, Aryon D. 1957. *Versuch einer Grammatik der Tuparí-Sprache*. [ms]
[141] HANKE, Wanda; SWADESH, Morris; RODRIGUES, Aryon D. 1958. Notas de fonologia Mekens. *Miscellanea Paul Rivet Octagenario Dicata*, 2: 187-217, México: J. Comas.

Guajajára[142] (BENDOR-SAMUEL, 1966; 1972; HARRISON, 1983; 1986), Guaraní[143] (DOOLEY, 1976; 1977; 1979/1980; 1982a; 1982b; 1983; 1984; 1986; 1989; 1991; 2008a; 2008b), Asuriní[144] (HARRISON, 1970; 1971; 1975), Wayampí[145] (JENSEN, 1978; 1983; 1990a), Mundurukú[146] (BRAUN & CROFTS, 1965; CROFTS, 1967; 1971; 1984; 1985; 1987; 2004; CROFTS & DANIEL, 1973), Sateré-Mawé (GRAHAM, 1964; 1995; GRAHAM & GRAHAM, 1967; 1978[147]; GRAHAM, GRAHAM & HARRISON, 1984; BRANDON, GRAHAM & GRAHAM, 1983), Karitiána[148] (LANDIN,

---

[142] BENDOR-SAMUEL, David. 1966. Hierarchical Structures in Guajajara. Tese de Doutorado, University of London. /___. 1972. Hierarchical Structures in Guajajara. *Summer Institute of Linguistics Publications in Linguistics and Related Fields*, 37. Norman: SIL/University of Oklahoma. / HARRISON, Carl H. 1983. Typological disharmony and ergativity in Guajajara. *Work Papers* of the Summer Institute of Linguistics, 27: 73-106, University of North Dakota. /___. 1986. Verb prominence, verb initialness, ergativity and typological disharmony in Guajajara. In: DERBYSHIRE, Desmond C. and PULLUM, Geoffrey K. (eds.), *Handbook of Amazonian languages*, vol. 1, 407-39. Berlin: Mouton de Gruyter.

[143] DOOLEY, Robert A. 1976. Participants in Guarani narrative. [ms] /___. 1977. A constituent boundary marker in Guaraní. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, 2: 145-55. /___. 1979/1980. Componentes semânticos na terminologia de parentesco Guaraní. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, 4-5: 299-305. Rio de Janeiro: Instituto de Antropologia Professor Souza Marques. /___. 1982a. *Vocabulário do Guaraní: Vocabulário básico do Guaraní contemporâneo (dialeto Mbüá do Brasil).* Brasília: SIL. /___. 1982b. Options in the pragmatic structuring of Guaraní sentences. *Language*, 58: 307-31. /___. 1983. Spatial deixis in Guaraní. *Ciência e Cultura*, 35: 1243-50. /___. 1984. Nasalização na língua Guaraní. In: DOOLEY, Robert A. (ed.), *Estudos sobre linguas Tupí do Brasil*, 7-35. Série Lingüística, 11. Brasília: SIL. /___. 1986. Sentence-initial elements in Brazilian Guaraní. In: GRIMES, Joseph E. (ed.), *Sentence initial devices*, 45-69. Summer Institute of Linguistics Publications in Linguistics, 75. Dallas: SIL/University of Texas. / ___. 1989. Switch reference in Mbyá Guaraní: a fair-weather phenomenon. *Work Papers* of the Summer Institute of Linguistics, 33: 93-119, University of North Dakota. /___. 1991. A double-verb construction in Mbyá Guaraní. *Work Papers* of the Summer Institute of Linguistics, 35: 31-66, University of North Dakota. /___. 2008a. Pronouns and topicalization in Guarani texts. Cuiabá: SIL Brasil. Disponível em: http://www.sil.org/americas/brasil/EnglTcPb.htm /___. 2008b. Períodos Guaraní. Cuiabá: SIL Brasil. Disponível em: http://www.sil.org/americas/brasil/EnglTcPb.htm .

[144] HARRISON, Carl H. 1970. Syntactical aspects of Asurini monologue discourse. Tese de Doutorado, University of Pennsylvania. /___. 1971. The morphophonology of Asurini words. In: BENDOR-SAMUEL, David (ed.), *Tupi studies I*, 21-71. SIL Publications in Linguistics and Related Fields, 29. Norman: SIL/University of Oklahoma. /___. 1975. Gramática asuriní: Aspectos de uma gramática transformacional e discursos monologados da língua asuriní, família tupi Guaraní. *Série Lingüística*, 4. Brasília: SIL.

[145] JENSEN, Cheryl. 1978. Um estudo de frases não-verbais em oiampí. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, 3: 263-81. /___. 1983. Algumas consequências morfológicas do desenvolvimento fonológico da língua wayapí (oyampí). *Estudos Lingüísticos*, 7: 16-25.

[146] BRAUN, Ilse & CROFTS, Marjorie. 1965. Mundurukú phonology. *Anthropological Linguistics*, 7(2): 23-39. / CROFTS, Marjorie. 1967. Notas sôbre dois dialetos do mundurukú. In: *Atas* do Simpósio Sôbre a Biota Amazónica, 2: 85-91. /___. 1971. Repeated morphs in Mundurukú. In: GUDSCHINSKY, Sarah (ed.), *Estudos sôbre línguas e culturas indígenas*, 60-80. Brasília: SIL. /___. 1984. Ideófonos na narração Mundurukú. In: DOOLEY, Robert A. (ed.), *Estudos sobre línguas Tupí do Brasil*, 207-18. Série Lingüística, 11. Brasília: SIL. /___. 1985. *Aspectos da língua Mundurukú.* Brasília: SIL. /___. 1987. Os proverbos e pronomes em Mundurukú. In: *Atas* do II Congresso Internacional ALFAL, São Paulo, jan.1969, pp. 349-60. São Paulo: USP. /___. 2004. *Aspectos da língua Munduruku.* 2ª ed. Cuiabá: SIL. / CROFTS, Marjorie & DANIEL, Mary L. 1973. Gramática Mundurukú. *Série Lingüística*, 2.

[147] GRAHAM, Albert & GRAHAM, Sue. 1978. Assinalamento fonológico das unidades gramaticais em Sateré. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, 3(3): 219-231. Rio de Janeiro.

[148] LANDIN, David. 1980. An outline of the syntactic structure of Karitiana sentences. Dis. de Mestrado, University College, London. /__. 1984. An outline of the syntactic structure of Karitiâna sentences. In: DOOLEY, Robert A. (ed.), *Estudos sobre línguas Tupí do Brasil*, 219-54. Série Lingüística, 11.

1980; 1984), Gavião[149] (STUTE, 1985; 1986; 1987), Suruí[150] (VAN DER MEER, 1982; 1983; 1985; BONTKES, 1988; BONTKES & DOOLEY, 1985), entre outras[151].

Fora do âmbito missionário, também se foi desenvolvendo paulatinamente a pesquisa linguística na academia brasileira tanto do ponto de vista da descrição e análise linguística quanto dos estudos histórico-comparativos. A partir da década de 1970 desenvolveram-se estudos descritivos das várias línguas do tronco Tupí: Arikém – com os trabalhos de STORTO[152] (1994; 1997; 1999; 2001; 2002a; 2002b; 2003); Awetí – primeiramente com os estudos de Monserrat (EMMERICH & MONSERRAT 1972; MONSERRAT 1975; 1976; 1977; 2000; 2002a; 2002b e 2007b) e mais recentemente com os de BORELLA (2000) e DRUDE (2002; 2006; 2008; 2009a e 2009b; DRUDE, REITER & LIEB, 2006); Sateré-Mawé – com as descrições de SUZUKI (1997), FRANCESCHINI (1999; 2002; 2005; 2007; 2008; 2009a; 2009b), SILVA (2005; 2006; 2007b) e MEIRA (2006a; 2006b); Mundurukú – sobretudo com os trabalhos de PICANÇO[153]

---

[149] STUTE, Horst. 1985. Os auxiliares dinâmicos da língua Gavião. In: FORTUNE, David L. (ed.), *Porto Velho Workpapers*, 1-41. Brasília: SIL. /___. 1986. Constituent order, cohesion, and staging in Gavião. In: GRIMES, Joseph E. (ed.), *Sentence initial devices*, 7-25. SIL Publications in Linguistics, 75. Dallas: SIL/University of Texas. /___. 1987. A ordem, a coerência e a ensenação nas orações em Gavião. *Série Lingüística*, 9(1): 71-103.

[150] VAN DER MEER, Tine H. 1982. Fonologia da língua Suruí.Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas. /___. 1983. Ideofones e palavras onomatopaicas em Suruí. *Estudos Lingüísticos*, 7: 10-25. ___. 1985. Case marking in Suruí. In: David L. Fortune (ed.), *Porto Velho Workpapers*, 208-30. Brasília: SIL. Disponível em: http://www.sil.org/americas/brasil/EnglTcPb.htm. / BONTKES, Willem. 1988. As orações Suruí. *Série Lingüística*, 9(2): 71-87. / BONTKES, Willem & DOOLEY, Robert A. 1985. Verification particles in Suruí. In: FORTUNE, David L. (ed.), *Porto Velho Workpapers*, 166-88. Brasília: SIL.

[151] Para a lista completa das publicações do SIL: http://www.ethnologue.com/show_country_bibl.asp?name=BR

[152] STORTO, Luciana. 1994. Closure and release: pre and post oralization of nasal stops in Karitiána (Arikém Family, Tupí Stock). [ms] /___. 1997. Verb Raising In Karitiana. *Boletim da ABRALIN*, 20. /___. 1999. Concordância Irregular em Construções de Foco do Objeto em Karitiana. ABRALIN, 2000, Florianópolis. /___. 2001. Duas Classes de Verbos Intransitivos em Karitiana (Família Arikém, Tronco Tupí). In: QUEIXALOS, Francisco (Org.), *Des noms et des verbes en tupi-guarani*. Muenchen: Lincom-Europa, p. 163-180. /___. 2002a. Dicionario Karitiana-Português-Inglês: um produto do processo de educação na língua Karitiana. In: CABRAL A.S. & RODRIGUES, A.D. (Orgs.), *Atas do GT em Linguas Indigenas*. Belem: UFPA. /___. 2002b. Categorias Funcionais em Karitiana. In: CABRAL A.S. & RODRIGUES, A.D. (Orgs.), *Atas do GT em Linguas Indigenas*. Belem: UFPA. /___. 2003. Interactions Between Verb Movement and Agreement in Karitiana (Tupi Stock). *Revista Letras*, Curitiba, 60: 411-433.

[153] PICANÇO, Gessiane. 1997. Estudos Preliminares sobre Tom e Laringalizacão em Mundurukú. *IV Reunião Anual da SBPC*, Minas Gerais, Brasil. /___. 1999. Estudo preliminar da fonologia segmental de Mundurukú. Universidade Federal do Pará. [ms] /___. 2001. Aspects of the tonal system of Mundurukú. *NWLC-2001*, University of British Columbia. /___. 2002a. O Sistema Tonal de Mundurukú Revisitado. In: RODRIGUES, A.D. & CABRAL, A.S. (eds.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História*. Anais do I Encontro Internacional do GT de Línguas Indígenas da ANPOLL, 1: 243-253. /___. 2002b. Tones in Mundurukú Nouns. University of British Columbia. [ms] /___. 2002c. Acoustic properties of phonation types in Mundurukú. University of British Columbia. [ms] /___. 2003a. Argument structure and alienability. University of British Columbia. [ms] /__. 2003b. Projeção de argumentos dos nomes em Mundurukú. In: SILVA, D.G. (ed.), *Anais do II Encontro do Grupo de Estudos Lingüísticos do Centro-Oeste (GELCO)*, 1: 118-25. Goiânia: Editora UFG. /___. 2003c. Comparando harmonia nasal em Mundurukú e Kuruaya. *VII Jornada de Estudos Linguísticos e Literários*. UFPA, Belém. /___. 2004a. Deriving (in)transitivity in Mundurukú. Uni. British Columbia.[ms] /___. 2004b. The phonetics and phonology of

(1997; 1999; 2001; 2002a; 2002b; 2002c; 2003a; 2003b; 2004a; 2004b; 2005a, 2005b) e GOMES[154] (2000; 2001; 2002a; 2003; 2005; 2007a; 2007b); Jurúna – com os trabalhos de FARGETTI[155] (1992; 1997; 2001; 2002) para o Jurúna e Carmen RODRIGUES[156] (1990; 1995; 2002) para o Xipáya; Mondé – com as descrições de MOORE[157] (1984; 1989; 1997) para o Gavião; Ramaráma – com os trabalhos de GABAS JR.[158] (1988; 1989; 1990; 1994; 1998; 1999; 2002) para o Káro; Tuparí – com os trabalhos de ALVES[159] (1991; 2002; 2007) e RODRIGUES &

---

the feature [constricted glottis] in Mundurukú. *Western Conference in Linguistics*. University of Southern California, Los Angeles. /___. 2005a. Mundurukú: Phonetics, Phonology, Synchrony, Diachrony. Tese de Doutorado, Uni. British Columbia. /___. 2005b. The history of nasal harmony in the Mundurukú family. International Symposium on Historical Linguistics in South America. Belém, Brasil.

[154] GOMES, Dioney. 2000. Predicados Verbais da Língua Mundurukú e Modelos Lexicográficos. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília. /___. 2002a. A Natureza Clítica dos Marcadores de Pessoa em Mundurukú. *Revista Planalto: Lingüística*, 1: 55-73. Brasília. / ___. 2003. Cisão na Classe de Intransitivos em Mundurukú. II Encontro do Grupo de Estudos da Linguagem do Centro-Oeste, GELCO. /___. 2005. Passiva em Mundurukú (Tupí): uma intersecção entre reflexivas/recíprocas e causativas de transitivo. *Revista LIAMES*, 5, Unicamp. /___. 2007a. Voz média em Mundurukú: uma análise do morfema *je-*. In: RODRIGUES, A.D. & CABRAL, A.S. (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, Campinas: Curt Nimuendajú, pp: 317-24. / ___. 2007b. A reduplicação verbal em Mundurukú. In: RODRIGUES, A.D. & CABRAL, A.S. (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, Campinas: Curt Nimuendajú, pp: 391-96.

[155] FARGETTI, Cristina. 1992. Análise fonológica da língua Jurúna. Dissertação de Mestrado, Unicamp. /___. 1997. Re-re-reduplicação em Jurúna. *Actas de las III Jornadas de Lingüística Aborigen*, Buenos Aires: UBA. ___. 2001. Estudo fonológico e morfossintático da língua Jurúna. Tese de Doutorado, Unicamp. /___. 2002. Modo e aspecto no verbo em Jurúna. In: CABRAL, A.S. & RODRIGUES, A.D. (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional.*

[156] RODRIGUES, Carmen. 1990. Langue Xipaya, étude phonologique. Dissertação D.E.A., Université Paris VII. /___. 1995. Etude morphosyntaxique de la langue Xipaya, Brésil. Tese de Doutorado, Université Paris VII. /___. 2002. O fenômeno da tematização em Xipáya. In: Ana RODRIGUES, A.D. & CABRAL, A.S. (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do GT de Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 214-21. Belém: Editora UFPA.

[157] MOORE, Deny. 1984. The syntax of the language of the Gavião indians of Rondônia, Brazil. Tese de Doutorado, City University of New York. /___. 1989. Gavião nominalizations as relative clause and sentential complement equivalents. *IJAL*, 55: 309-25. /___. 1997. Estrutura de cláusulas em Gavião de Rondônia. *Boletim ABRALIN*, 20: 91-105.

[158] GABAS Jr., Nilson. 1988. Sistemas de marcação possessiva e pessoal na língua dos índios Arara de Rondônia. *Anais do II CELLIP*, 2: 168-76. Londrina. /___. 1990. Os segmentos fonéticos complexos da língua Karo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 18: 143-51. /___. 1994. O sistema pronominal de marcação de pessoa na língua Karo. *Revista Latinoamericana de Estudios Etnolingüísticas*, 8: 135-50. Lima. /___. 1998. *Estudo fonológico da Língua Karo.* Munique: Lincom Europa. /___. 1999. A grammar of Karo. Tese de Doutorado, Uni. California, Sta. Bárbara. /___. 2002. Evidenciais em Karo. In: CABRAL, A.S. & RODRIGUES, A.D. (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do GT de Línguas Indígenas ANPOLL*, 1: 254-68. Belém: UFPA.

[159] ALVES, Poliana. 1991. Análise fonológica preliminar da lígua Tuparí. Dissertação de Mestrado, UnB. /___. 2002. Flexão relacional em Tuparí e Tupí-Guaraní. In: CABRAL, A.S. & RODRIGUES, A.D. (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do GT de Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 269-73, Belém: Editora UFPA. /___. 2007. O Dicionário Tuparí-Português. In: CABRAL, A.S. & RODRIGUES, A.D. (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, 1: 301-08. Campinas: Curt Nimuendajú. / RODRIGUES, A.D. & ALVES, P. 1992. Sobre laringalidade e nazalidade em Tuparí. Encontro Nacional de Fonética e Fonologia, UFF, Niterói.

ALVES[158] (1992) e SEKI[160] (2002) para o Tuparí, de BRAGA[161] (1992; 2005; 2007) para o Makuráp e os de GALÚCIO (1994; 1996; 2001) para o Mekéns[162].

No que diz respeito aos estudos linguísticos de cunho histórico-comparativo das línguas Tupí, pode-se considerar, portanto, que tiveram início em meados do século XX com os trabalhos de RODRIGUES (1944), que avaliou a evolução fonética da família Tupí-Guaraní, e RODRIGUES (1945) que, dando seguimento ao trabalho seminal de Mansur GUÉRIOS (1935), analisou as principais diferenças fonéticas entre o "Proto-Tupí" e o "Proto-Guaraní". RODRIGUES (1955), em estudo classificatório pioneiro, fundamentado na estatística lexical, estabeleceu graus de parentesco genético entre as várias línguas "Tupí-Guaraní" e propôs o tronco Tupí; a classificação do tronco Tupí foi reiterada em RODRIGUES (1958a; 1958b e 1964). HANKE, SWADESH & RODRIGUES (1958) avançaram o primeiro quadro comparativo das vogais do tronco Tupí, e RODRIGUES[163] (1961) desenvolveu estudo comparativo do léxico e da fonologia do Tupinambá e do Tuparí e, posteriormente, do Mundurukú (RODRIGUES, 1980). Note-se que ambas as línguas – Tuparí e Mundurukú – já eram consideradas membros de famílias independentes do tronco Tupí (cf. RODRIGUES, 1955, para o Tuparí, e 1970, para o Mundurukú), mas faltavam-lhes estudos comparativos que apresentassem evidências sistemáticas de parentesco genético.

Em relação ao Tuparí, além do trabalho reconstrutivo de MOORE & GALÚCIO[164] (1993), em que são apresentadas as correspondências sonoras e a reconstrução do inventário fonêmico do Proto-Tuparí; RODRIGUES (2002), retomando o trabalho de 1961, apresentou correspondências fonológicas e lexicais entre Tuparí e Tupí-Guaraní a partir de 148 pares

---

[160] SEKI, Lucy. 2002. Aspectos morfossintáticos do nome em Tuparí. In: CABRAL, A.S. & RODRIGUES, A.D. (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do GT de Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 298-308, Belém: UFPA.

[161] BRAGA, Alzerinda. 1992. A fonologia segmental e aspectos morfofonológicos da língua Makuráp. Dissertação de Mestrado, Unicamp. /___. 2005. Aspects morphosyntaxique de la langue Makurap. Tese de Doutorado, Univ. de Toulouse - Le Mirail. /___. 2007. A construção genitiva em Makuráp. In: CABRAL, A.S. & RODRIGUES, A.D. (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, 1:291-300. Campinas: Curt Nimuendajú.

[162] GALUCIO, Ana Vilacy. 1994. Fonologia segmental da língua Mekens. *Anais do IX Encontro Nacional ANPOLL*, Caxambu. / ___. 1996. Mekens syntax : a preliminary survey. Dissertação de Mestrado, Uni. of Chicago. / ___. 2001. The morphosyntax of Mekens (Tupi). Tese de Doutorado, Uni. of Chicago.

[163] RODRIGUES, Aryon D. 1961. Tupinambá (Tupí-Guaraní) e Tuparí – uma comparação. VI Encontro da Associação Brasileira de Antropologia, Belo Horizonte. [ms]

[164] MOORE, Denny & GALÚCIO, Ana Vilacy. 1993. Reconstruction of Proto-Tuparí consonants and vowels. In: LANGDON, M. & HINTON, L. (eds.), *Survey of California and Other Indian Languages*, Report 8, pp. 119-137. Berkley: University of California.

cognatos. Enquanto ALVES (2002) apresentou os paradigmas nominal e verbal da flexão relacional em Tuparí, comparando-os com línguas da família Tupí-Guaraní.

No que tange ao Mundurukú, após a publicação de umas poucas correspondências fonológicas e morfológicas (RODRIGUES, 1955: 1059) e o reconhecimento de algumas características estruturais comuns (*idem*: 1060), RODRIGUES (1980) apresentou as correspondências fonológicas detectadas entre o Mundurukú e o Tupinambá, acrescentando a reconstrução para o Proto-Tupí-Guaraní do inventário de fonemas e de parte dos itens da lista de 141 cognatos identificados. Além disso, o autor identificou também correspondências de forma/significado numa série de morfemas gramaticais (causativos, reflexivos, relacionais, nominalizadores, afixos casuais e marcadores de pessoa). Mais recentemente, GOMES (2001: 263) demonstrou que "há prefixos relacionais orientando o funcionamento do sistema linguístico do Mundurukú"; esse processo morfossintático de alta frequência marca a relação de dependência e contiguidade de um determinante em relação ao núcleo de uma construção sintática e é característico das línguas do tronco Tupí. Posteriormente, GOMES (2002) empreendeu a comparação do sistema de flexão relacional do Mundurukú com línguas da família Tupí-Guaraní, notadamente Tupinambá e Tapirapé, evidenciando paralelismos morfossintáticos entre as duas famílias linguísticas.

Além da classificação interna da família Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 1984/1985), a década de 1980 é marcada por uma série de artigos de jornal e um livro com a intenção de "divulgar, de forma sistemática, alguns conhecimentos sobre as línguas indígenas do Brasil e sobre as relações que se vão descobrindo entre elas" (RODRIGUES, 1986: 9). Com essa perspectiva de divulgação, RODRIGUES (1986) compilou grande quantidade de informação sobre as diversas línguas e famílias linguísticas do Brasil, as relações entre elas e sua distribuição no território nacional, apresentando aspectos relevantes da fonologia e gramática de diversas línguas, que vieram a ser estudadas em maior profundidade nas décadas subsequentes. Esse é o caso, por exemplo, da língua Karitiana, em que RODRIGUES (1986: 44) identificou mudança completa do padrão vocálico em relação às demais línguas do tronco Tupí. Mais de uma década depois, STORTO & BALDI[165] (1994) estudaram a mudança regular em cadeia no sistema vocálico da família Arikém a partir do Proto-Tupí, considerando itens lexicais das línguas Arikém e Karitiana. O processo

[165] STORTO, L & BALDI, Philip. 1994. The Proto-Arikém vowel shift. Annual Meeting of the Linguistic Society of America. [ms]

foi descrito como uma mudança histórica em cadeia no sistema de cinco vogais do Proto-Arikém, em movimento anti-horário (STORTO & VANDER VELDEN, 2005). SAWADA & STORTO[166] (2004) confirmaram as mudanças apresentadas anteriormente com grande número de cognatos de todas as famílias do tronco.

Com o intuito de ampliar as questões históricas para as demais famílias do tronco Tupí, MONSERRAT & SOARES (1983) propuseram a ocorrência de uma hierarquia referencial sintático-semântica no Proto-Tupí, que seria fator condicionante da escolha de prefixos marcadores de pessoa nas orações transitivas. RODRIGUES (1988), por sua vez, lançou-se em estudo de paleontologia linguística em que reconstruiu para o Proto-Tupí uma série de itens lexicais relacionados à agricultura, como forma de compreender parte das dimensões cultural e ecológica das antigas comunidades de língua Tupí, além de propor um centro de origem e dispersão Tupí com base na distribuição geográfica das línguas desse tronco linguístico, seguindo o princípio do centro de gravidade ou *age-area hypothesis*.

Robert Latham, linguista britânico do século XIX, é o iniciador desse princípio (LATHAM[167], 1851; 1862 *apud* MALLORY, 1997: 95), tendo proposto rotas de migração e o centro de dispersão dos grupos Númicos da América do Norte. Segundo esse princípio, o centro de dispersão linguística deve ser procurado na região onde se encontra, no presente, a maior diversidade genética da família (cf. SAPIR, 1916: 455), conforme os estudos históricos desenvolvidos por Edward Sapir no âmbito da família Athabasca (SAPIR, 1936: 223).

A partir da última década do século XX, o estudo das línguas indígenas brasileiras apresenta desenvolvimento considerável, sobretudo com o grande aumento na produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado em universidades nacionais e estrangeiras. Com mais dados disponíveis sobre as diversas línguas e famílias, aumentam também em número os estudos histórico-comparativos e as reconstruções no âmbito do tronco Tupí, como nos trabalhos de MOORE[168] (1994), em que o autor avaliou aspectos sintáticos de diversas línguas do tronco

---

[166] SAWADA, C. & STORTO, L. 2004. Mudança vocálica em cadeia do Proto-Tupí para o Proto-Arikém. *Caderno de resumos*, II Encontro da ABECS. São Paulo: USP. [ms]

[167] Latham, Robert G. 1851. *The Germania of Tacitus, with ethnological dissertation and notes*. London: Taylor, Walton & Maberly. / ___. 1862. *Elements of Comparative Philology*. London: Walton & Maberly.

[168] MOORE, Denny. 1994. A few aspects of comparative Tupí syntax. *Revista Latinoamericana de Estudios Etnolinguísticos*, 8: 151-62.

Tupí, propondo uma origem na protolíngua, e de GABAS JR.[169] (1994), que apresentou análise comparativa do sistema de marcação pessoal do Káro, família Ramaráma, com o Gavião e o Suruí, família Mondé. Mais recentemente, MOORE (2005) empreendeu a classificação interna da família Mondé, formada por três línguas, sendo uma delas composta de quatro dialetos. O trabalho de MOORE (2005) baseou-se na inteligibilidade mútua, nas correspondências sonoras e em critérios lexicais.

A primeira tentativa de reconstrução de parte do inventário de fonemas do Proto-Tupí, desde o trabalho pioneiro de HANKE, SWADESH & RODRIGUES (1958), foi realizada por RODRIGUES (1995a) em artigo dedicado à análise das consoantes glotalizadas da protolíngua. E, posteriormente, RODRIGUES & DIETRICH (1997) avançaram o inventário completo de fonemas do Proto-Tupí em estudo histórico-comparativo do Mawé e do Proto-Tupí-Guaraní. Conforme mencionado anteriormente, nesse artigo os autores reiteraram a maior proximidade genética entre Mawé, Awetí e Proto-Tupí-Guaraní, propondo uma sequência de diferenciação linguística em três estágios: um primeiro momento em que o sub-ramo Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní coexistia com as demais sete famílias do tronco Tupí, um segundo momento, em que teria ocorrido o desmembramento do sub-ramo em Mawé e Awetí-Tupí-Guaraní, e um terceiro estágio, em que o Awetí ter-se-ia separado do Proto-Tupí-Guaraní (RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 265). Dando continuidade aos estudos históricos, RODRIGUES (1998a) explorou a etimologia de um par de itens lexicais Tupí, e apresentou um amplo estudo comparativo entre os sistemas fonológico e gramatical das diversas línguas Tupí, com exceção da família Tupí-Guaraní, abordando as categorias de nomes e verbos, além de prefixos pronominais verbais, e sugerindo a ocorrência de um sistema complexo de demonstrativos (RODRIGUES, 1999).

O grande aumento da quantidade de dados compilados nos estudos específicos de cada uma das línguas do tronco Tupí permitiu a intensificação dos estudos histórico-comparativos a partir da virada do século e do milênio. RODRIGUES (2000b) retomou antiga discussão entre arqueólogos, etnólogos e linguistas sobre o centro de dispersão Tupí, abrangendo ainda as possíveis rotas utilizadas no desmembramento do Mawé e do Awetí do Proto-Tupí-Guaraní, assim como as dispersões de três subgrupos da família Tupí-Guaraní. GABAS JR. (2000) empreendeu a classificação interna da família Ramaráma, e CABRAL & RODRIGUES (2002)

[169] GABAS JR., Nilson.1994. O sistema pronominal de marcação de pessoa na língua Karo (Arara de Rondônia). *Revista Latinoamericana de Estúdios Etnolingüísticos*, 8: 135-150, Lima, Peru.

apresentaram uma avaliação das marcas pessoais e dos pronomes em línguas Tupí, levantando hipóteses sobre o sistema de alinhamento em estágio anterior ao desmembramento do Proto-Tupí e avançando um modelo de diversificação com base em critérios morfossintáticos. MONSERRAT (2002b) elaborou estudo comparativo da ergatividade em diversas famílias Tupí, identificando um morfema aparentemente agentivo que poderia ser reconstruído para o Proto-Tupí como marca de ergatividade. GALÚCIO (2002) tratou do prefixo *i*- em línguas Tupí, avaliando sua função como marca de objeto direto incorporado ao verbo. CABRAL & RODRIGUES[170] (2003) avaliaram algumas mudanças gramaticais em línguas Tupí, enquanto RODRIGUES & CABRAL (2004) apresentaram o desenvolvimento histórico de padrões absolutivos nas famílias do ramo oriental do tronco Tupí.

Posteriormente, RODRIGUES & CABRAL (2005) analisaram o sistema de alinhamento do Proto-Tupí, propondo a reconstrução de dois conjuntos de prefixos marcadores de pessoa para a protolíngua. GOMES[171] (2005) avaliou a natureza e a amplitude dos sistemas de classificadores no tronco Tupí, e ARAGON & CABRAL (2005) contrastaram dados fonológicos, morfológicos e lexicais do Akuntsú com outras línguas de Rondônia para demonstrar que essa língua pertence à família Tuparí, sendo mais próxima do Mekéns, embora independente deste. STORTO (2005) apresentou uma análise do caso e da concordância em línguas Tupí, demonstrando a ocorrência de voz inversa em outras três famílias do tronco, além da família Tupí-Guaraní analisada por PAYNE (1994), e levantando a hipótese de que o morfema inverso pode ser reconstruído para o Proto-Tupí. RODRIGUES (2005a) apresentou o conjunto das protovogais orais reconstruídas para o Proto-Tupí, com base nos dados acumulados em quase cinquenta anos de pesquisa e RODRIGUES (2005b) empreendeu a reconstrução da fonologia do Proto-Tupí. RODRIGUES, CABRAL & CORRÊA-DA-SILVA (2006) propuseram que o morfema Tupí 'nominalizador de objeto' pode ser reconstruído para o Proto-Tupí, língua em que teria tido a função de manifestar o resultado de processo verbal ou de objeto desse processo em relação ao agente em situações pragmáticas específicas. E RODRIGUES & CABRAL (2006) demonstraram que as orações

[170] CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon. 2003. Grammatical Changes in Tupí Languages. Winter Meeting, Linguistic Society of America, Atlanta, Georgia, EUA.
[171] GOMES, Dioney M. 2005. A Natureza e a Amplitude dos Sistemas de Classificadores do Tronco Tupí. Workshop sobre Linguística Histórica e Línguas em Contato: Línguas Indígenas Brasileiras e Regiões Adjacentes. Brasília, UnB. [ms]

dependentes das línguas Tupí desenvolveram-se a partir de complementos circunstanciais presentes no Proto-Tupí.

Mais recentemente, RODRIGUES (2007a) avançou reconstrução de todo o inventário de protofonemas dessa língua ancestral, consoantes e vogais, além de longa lista de exemplos. Em relação à reconstrução fonológica, PETERSON & PICANÇO (2007), apresentaram resultados positivos de abordagem computacional para a reconstrução histórico-comparativa de protofonemas. Dando continuidade ao estudo da fonologia de diversas línguas Tupí, PICANÇO (2009a) elaborou estudo sobre as consoantes parcialmente nasalizadas e PICANÇO (2009b) tratou dos alofones nasais em doze línguas do tronco, tentando identificar se esses sons são efetivamente distintos nas línguas analisadas. SEKI & BRANDON (2007) apresentaram hipótese sobre o desenvolvimento histórico dos sistemas interrogativos de línguas do tronco Tupí com base na comparação tipológica dos sistemas sincrônicos. E CABRAL (2007) fundamentou a hipótese de que o Proto-Tupí teria em sua gramática um conjunto de prefixos com funções semelhantes às propostas para o sistema de flexão relacional.

No âmbito dos estudos de paleontologia linguística, RODRIGUES (2005c) apresentou evidências linguísticas da presença de uma série de parasitas em tempos remotos na Amazônia; os termos para piolho, bicho de pé e bicho berne puderam ser reconstruídos para o Proto-Tupí, os dois primeiros parasitas também foram reconstruídos para o Proto-Karíb, e o termo para muquirana foi reconstruído para o Proto-Tupí-Guaraní, indicando a presença desses parasitas entre as comunidades falantes das protolínguas mencionadas. Da mesma forma, RODRIGUES (2007b) apresentou nova reconstrução para o Proto-Tupí de termos referentes à agricultura e à cerâmica, que possibilitaram a reconstrução de aspectos da cultura e da ecologia da pré-história Tupí. CORRÊA-DA-SILVA (2010) reuniu informações atuais da pesquisa histórico-comparativa disponíveis, de forma a empreender uma caracterização da protolíngua e fazer emergir a realidade linguística pré-histórica, com o objetivo de apreender parte da história cultural Tupí, buscando conciliar a narrativa histórica baseada nas línguas indígenas com as significativas contribuições da arqueologia, da etno-história e da etnologia.

Finalmente, RODRIGUES *et al* (2009) elencaram mais fundamentos para a hipótese de que as línguas Tupí orientais desenvolveram múltiplas cisões de alinhamento a partir do sistema Tupí original, o qual teria sido um sistema predominantemente ergativo-absolutivo. CORRÊA-DA-

SILVA & CARVALHO (2009) avaliaram a possibilidade de correlação entre dados genéticos e linguísticos no âmbito do tronco Tupí, apontando para a importância potencial de explicar os padrões encontrados para as associações entre os dados genéticos e linguísticos referentes ao tronco Tupí, os fatores ecológicos que determinam a capacidade de suporte dêmico de nichos biogeográficos particulares e as considerações específicas acerca da natureza das expansões populacionais ocorridas no continente Sul-Americano.

No que diz respeito aos estudos histórico-comparativos referentes à família Tupí-Guaraní, após os primeiros estudos de RODRIGUES (1944; 1955; 1958a; 1958b; 1964), que enfocavam principalmente esta família linguística, LEMLE (1971) empreendeu a primeira reconstrução do sistema fonológico da protolíngua por meio da análise fonêmica de diversas línguas da família, considerando processos naturais de mudança. Além do inventário de fonemas para Proto-Tupí-Guaraní, a autora reconstruiu uma lista de mais de duzentas palavras e apresentou diagrama em árvore representando a classificação genética da família com base nas inovações compartilhadas por um grupo de línguas. RODRIGUES (1984/1985) não fez reconstrução sistemática do inventário de fonemas da protolíngua, mas apresentou reconstruções de diversas palavras – como já havia feito em RODRIGUES (1980) –, utilizando-se de número bem maior de línguas em seus estudos comparativos. Diferentemente de LEMLE (1971), RODRIGUES (1984/1985) propôs uma divisão interna da família com base nas relações de maior proximidade entre as línguas, ou seja, o autor identificou subconjuntos de acordo com o compartilhamento de determinadas propriedades específicas em relação à protolíngua.

Posteriormente, JENSEN (1990a) introduziu modificações na reconstrução de LEMLE (1971) com base em sua análise do desenvolvimento histórico do Wayampí, que tomou como modelo o estudo da estrutura do Tupinambá de RODRIGUES (1980), incluindo reconstrução gramatical. Essa mesma autora avaliou o sistema de codificação dos argumentos em Proto-Tupí-Guaraní a partir das mudanças ocorridas nas diversas línguas analisadas e reconstruiu quatro conjuntos de prefixos marcadores de pessoa para a protolíngua (JENSEN, 1990b). DIETRICH (1990) baseou-se em critérios fonológicos e morfológicos para avaliar quantitativamente o relacionamento entre diversas línguas Tupí-Guaraní e identificou agrupamentos internos das línguas, especialmente de caráter geográfico: línguas meridionais, línguas amazônicas e línguas bolivianas, que *grosso modo* podem ser consideradas como intermediárias entre os outros dois grupos, tanto do ponto de vista tipológico quanto geográfico. Doris PAYNE (1994) avançou

estudo em que interpreta a flexão relacional das línguas Tupí-Guaraní como um sistema inverso, ainda que as formas identificadas pela autora como inverso sejam encontradas não apenas em construções transitivas, mas também em construções estativas (intransitivas) e nominais, além de algumas orações subordinadas. RODRIGUES & DIETRICH (1997) propuseram novo inventário de fonemas para o Proto-Tupí-Guaraní, com a inclusão de uma série de novos fonemas, além de reconstruir longa lista de palavras e diversos aspectos gramaticais dessa protolíngua.

SCHLEICHER (1998), por sua vez, reconstruiu um inventário de fonemas para o Proto-Tupí-Guaraní com base no método histórico-comparativo e utilizou-se da reconstrução interna para formular hipóteses de formas Pré-Proto-Tupí-Guaraní; ademais, o autor também reviu criticamente a divisão interna da família, concluindo não ser possível (ou desejável) uma classificação interna, rejeitando em especial o modelo arbóreo como representação do desmembramento dos agrupamentos internos, e explorou a questão do centro de dispersão Tupí-Guaraní. A principal inovação introduzida por SCHLEICHER (*op.cit.*) ao estudo das línguas Tupí-Guaraní foi a distinção fortis/lenis, definida pelo autor como categorização fonológica de consoantes baseada na fusão dos traços vozeamento e sonoridade: lenis [+ vozeado][+contínuo] / fortis [- vozeado][- contínuo]. JENSEN (1998a) estendeu seu estudo do sistema de codificação de argumentos, incluindo os marcadores correferenciais e reflexivos e abrangendo diversas línguas da família e apresentou amplo estudo comparativo das línguas Tupí-Guaraní (JENSEN, 1998b), que foi retomado em JENSEN (1999), com a compilação do estado do conhecimento sobre o Proto-Tupí-Guaraní naquele momento, apresentando reconstruções dos aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos conhecidos para a língua ancestral. MELLO (2000) fez amplo estudo histórico-comparativo das línguas da família Tupí-Guaraní, ajudado pela tecnologia computacional na busca de correspondências sonoras e lexicais. O resultado desse trabalho, retomado em MELLO (2002), foi a determinação de feixes de isoglosas que ofereceram critérios para um rearranjo da classificação interna da família Tupí-Guaraní.

Embora a nova classificação proposta por Mello não deixe claro, suas isoglosas coincidem em certa medida com os conjuntos identificados por DIETRICH (1990: 111): elas isolam línguas em particular (Sirióno e Guaráyo), opõem um grupo meridional a um grupo amazônico, isolam o subconjunto VI de Rodrigues (Parintintin), dividem o grupo Guaraní e demonstram a coesão entre o grupo amazônico. É interessante observar que o estudo de DIETRICH (1990), ao utilizar critérios morfológicos ademais dos fonológicos, permitiu evidenciar

inovações e comportamentos anômalos que não foram considerados por MELLO (2000; 2002) nem por RODRIGUES (1984/1985). Com base nessas evidências, DIETRICH (1990: 114-115) identificou línguas que poderiam ter sofrido mudança induzida por contato (Urubú-Ka'apór e Sirióno) e línguas que possivelmente apresentavam relacionamento não-genético (Kokáma e Guayakí). Note-se que, posteriormente, CABRAL (1995) evidenciou o desenvolvimento não-genético do Kokáma e CORRÊA-DA-SILVA (1997) identificou o Urubú-Ka'apór como o que se poderia chamar de língua mista (cf. BOAS, 1929), tendo sofrido mudanças profundas induzidas pelo contato com a Língua Geral Amazônica. Ressalte-se que SCHLEICHER (1998: 324) excluiu o Sirióno da família Tupí-Guaraní, considerando-o, possivelmente, resultado de contato entre falantes de Proto-Tupí-Guaraní e não-Tupí ou não-Tupí-Guaraní ou ambas as coisas.

Vale acrescentar que RODRIGUES & CABRAL (2002) ao revisarem as relações internas da família Tupí-Guaraní, introduziram novas línguas com base em dados mais recentes. Algumas modificações concordam com a apreciação de DIETRICH (1990), é o caso do Júma que foi incluído no subconjunto VI junto com o Parintintin – a congruência entre essas duas línguas havia sido salientada por DIETRICH (1990) – e a maior bifurcação entre os subconjuntos I, II e III (grupos Guaraní e Tupí) e os demais subconjuntos, que coincidem com a distinção de DIETRICH (1990) entre línguas meridionais e amazônicas. Observe-se que, embora RODRIGUES (1984/1985) e RODRIGUES & CABRAL (2002) mantenham Guaráyo e Sirióno em subconjunto próprio, e MELLO (2000; 2002) os divida nos subgrupos II e III, nenhum desses autores registrou a distância apontada por DIETRICH (1990) para essas duas línguas – Guaráyo aparece no extremo superior do eixo de diferenciação e inovação, indicando uma língua conservadora em termos morfológicos, enquanto o Sirióno aparece como uma língua com taxa de congruência moderada, ainda mais instável e diferenciada que o Ka'apór. O único ponto de contato entre as interpretações dos diferentes autores quanto a essas línguas é que apesar de serem línguas meridionais, distinguem-se do conjunto constituído pelos núcleos de línguas Guaraní e Tupí/Tupinambá.

DIETRICH (2002), por sua vez, procedeu à reanálise da língua Sirióno, detectando diversos pontos de contato inesperados entre essa língua e as línguas Tupí-Guaraní vizinhas – Guaráyo, Chiriguano, Guaraní Paraguaio, Kaiwá, Mbyá –, ao mesmo tempo que identificou estruturas de comportamento totalmente divergentes das demais línguas. Embora à luz dos novos dados, o autor talvez posicionasse o Sirióno mais acima na escala de congruência apresentada em

DIETRICH (1990: 111), a posição exata da língua no âmbito da família continua incerta, haja vista as inovações e peculiaridades ainda inexplicadas de sua história. DIETRICH (2003) apresentou uma análise comparativa do sistema de negação das línguas bolivianas – Chiriguano, Sirióno, Yúki e Guaráyo – em relação às meridionais e percebeu que, apesar de apresentarem maior coesão entre si do que em relação ao grupo de línguas meridionais, aspectos morfossintáticos do Guaráyo parecem aproximá-lo do grupo meridional. O autor especula se a maior proximidade do grupo Chiriguano, Sirióno e Yúki deve-se à difusão areal ou se formam um ramo particular dentro do grupo de línguas meridionais.

Finalmente, DIETRICH (2007), ao confrontar o conjunto das línguas bolivianas com as línguas meridionais com a intenção de chegar a uma classificação que levasse em conta parâmetros morfossintáticos, fonológicos e lexicais, concluiu que as línguas bolivianas constituem conjunto periférico em relação ao conjunto meridional (Mbyá, Kaiowá, Nhandeva, Guaraní Paraguaio). O Yúki seria elemento intermediário entre o centro e a periferia constituída pelo Sirióno, o Guaráyo e o Chiriguano, sendo as duas últimas mais convergentes para o centro. No que diz respeito à classificação, a contribuição de Dietrich vem corroborar a revisão empreendida por RODRIGUES & CABRAL (2002), mantendo o Chiriguano no subgrupo I e acrescentando ao subgrupo II, constituído originalmente pelo Guaráyo e pelo Sirióno, o Pauserna e o Yúki; do ponto de vista histórico, o grande interesse dos trabalhos de Dietrich está no aporte de evidências que ajudam a fundamentar a hipótese de RODRIGUES (2000b) relativa às migrações dos subgrupos I e II. Os indícios elencados por DIETRICH (2007) levam a crer que o Chiringuano ter-se-ia separado do subgrupo I na região do Paraná/Prata já em tempos históricos, séculos XV e XVI, para integrar o conjunto boliviano; ao passo que o Guaráyo ter-se-ia separado do subgrupo II em épocas remotas partindo da região de Rondônia para o oeste do rio Guaporé, na Bolívia, enquanto o conjunto Yúki-Sirióno teria descido o Madeira e o Amazonas e, provavelmente, teria mantido contato com o Sateré-Mawé, com o qual compartilham vários traços linguísticos, para depois dirigir-se à Bolívia. Somente depois, talvez há cerca de mil anos, teria sido possível estabelecer os contatos areais cujos resultados podem ser observados atualmente (DIETRICH, 2007: 216).

O novo século trouxe à luz uma série de estudos relativos ao desenvolvimento histórico da família Tupí-Guaraní. RODRIGUES (2001a) avaliou problemas referentes à categoria lexical verbo em línguas dessa família, e CABRAL (2001a) estudou o desenvolvimento de marca de

objeto de segunda pessoa plural. CABRAL (2001b) apresentou algumas reflexões sobre a função da flexão relacional nas diversas línguas da família, introduzido por breve histórico desses prefixos desde seu primeiro registro por ANCHIETA (1595). Em livro sobre o estado atual da questão relativa a nomes e verbos em Tupí-Guaraní, foram publicados artigos sobre diversas línguas da família, bem como um levantamento dos estudos referentes a essa família linguística por QUEIXALÓS (2001), uma avaliação comparativa das categorias lexicais Tupí-Guaraní de autoria de DIETRICH (2001), que já se havia dedicado à análise específica da categoria de adjetivo nas línguas Tupí-Guaraní (DIETRICH, 2000); além de estudo do desenvolvimento histórico do morfema *-a*, que marca a função de argumento em nomes, descritivos e verbos em línguas Tupí-Guaraní por CABRAL (2001c). A autora parte da hipótese de que um morfema Proto-Tupí, que provavelmente atribuía propriedades argumentais a elementos lexicais, está na origem do morfema Tupí-Guaraní.

CABRAL & CARREIRA (2002a) apresentaram resultados parciais de estudo histórico-comparativo do vocabulário relativo às partes do corpo em línguas Tupí-Guaraní e identificaram a ocorrência de dois tipos de nomes: específicos, que sincronicamente consistem em temas simples, e descritivos, que podem ter-se tornado específicos por meio da lexicalização de uma construção sintática nominalizada ou ter-se mantido como composto. SALLES (2002) examinou a subordinação em estruturas completivas no âmbito desta família linguística, adotando abordagem da gramática gerativa. GILDEA (2002) propôs nova reconstrução do sistema de marcação de pessoa em orações principais em Pré-Proto-Tupí-Guaraní. Assim como SCHLEICHER (1998), o autor discorda da reconstrução de JENSEN (1990b; 1998b) de um sistema absolutivo de marcação de pessoa para o Pré-Proto-Tupí-Guaraní e utiliza-se da reconstrução interna para sugerir um sistema essencialmente nominativo-acusativo. CABRAL & RODRIGUES (2005), ao analisarem o desenvolvimento histórico das orações de gerúndio e subjuntivas em Tupí-Guaraní, sugeriram que os dois tipos de predicados corresponderiam a temas verbais nominalizados e temas nominais descritivos flexionados por morfemas casuais – sufixos de gerúndio e de subjuntivo –, os quais se teriam desenvolvido ainda durante o estágio Proto-Awetí-Tupí-Guaraní.

Em artigo mais recente, QUEIXALÓS (2006) explorou a predicatividade em línguas Tupí-Guaraní e VIEIRA (2007) avaliou o estatuto categorial de dois elementos empregados na negação sentencial em Tupí-Guaraní – o morfema descontínuo e o morfema sufixal (**-e?ɨm*). SALLES (2007) explorou aspectos da expressão gramatical de relações anafóricas em línguas Tupí-

Guaraní no contexto sintático de subordinação, examinando construções de incorporação de predicado em oposição a construções de gerúndio, que são caracterizadas pela correferência entre os sujeitos/argumentos dos predicados relevantes.

Dentre os estudos que abordam questões diacrônicas específicas ou o desenvolvimento histórico de uma língua determinada no âmbito da família Tupí-Guaraní, tem-se o estudo de LEITE (1982) sobre a situação específica do Tapirapé no interior da família, postulando regras fonológicas cronologicamente ordenadas para explicar um processo histórico de mudança em cadeia das vogais. Posteriormente, SOARES & LEITE (1991) aprofundaram esse estudo da mudança vocálica do Tapirapé, incorporando dados do Guajajára, Asuriní e Araweté, e revisaram criticamente a hipótese de mudança em cadeia a partir de uma perspectiva de mudanças simultâneas e recorrendo à alofonia e à assimetria do protossistema[172]. Além do estudo do Kokáma, mencionado acima, por CABRAL (1995), no mesmo ano a autora (CABRAL, 1995/1996) apresentou evidências para a inclusão do então recém-descoberto Zo'é na família Tupí-Guaraní. CORRÊA-DA-SILVA (1997; 2000; 2002; 2005) avaliou questões diacrônicas diversas, como a convergência linguística por meio de mudança induzida pelo contato, e levantou hipóteses relativas às rotas de migração pré-históricas dos Urubú-Ka'apór.

CABRAL & MAGALHÃES (2004) avançaram fatos fonológicos, gramaticais e lexicais que constituem fundamento para a manutenção do subconjunto VIII de RODRIGUES (1984/1985) e RODRIGUES & CABRAL (2002), contribuindo com algumas hipóteses para a organização interna desse subgrupo. Da mesma forma, CABRAL & SOLANO (2006) estudaram a proximidade genética do Araweté com as demais línguas do subconjunto V, fornecendo mais evidências para sua manutenção nesse subgrupo; e PÁDUA (2007) avaliou a posição do Apiaká no âmbito do subgrupo VI da família Tupí-Guaraní.

Outrossim, relações genéticas com maior profundidade temporal, em nível de *phylum* ou *macrophylum* também têm sido consideradas, como a proposta Tupí/Karíb. As evidências lexicais de um possível relacionamento genético entre o tronco Tupí e a família Karíb foram apontadas primeiramente por DE GOEJE (1909: 1-2) e o estudo sistemático de correspondências fonológicas e morfológicas, servindo-se do método histórico-comparativo, foi empreendido por

[172] Ressalte-se que LABOV (1994) avaliou negativamente essa nova interpretação dada pelas autoras e reiterou a análise da mudança de vocálica Tupí-Guaraní como um processo histórico de mudança em cadeia (*push chain*).

RODRIGUES (1985; 2003), sugerindo um relacionamento genético entre esses dois grandes grupos linguísticos. Estudos posteriores baseados exclusivamente em critérios gramaticais – GILDEA (1994) analisou o prefixo nominalizador de objeto e DERBYSHIRE (1994) avaliou processos de nominalização e subordinação – corroboraram a hipótese de relacionamento genético Tupí/Karíb.

CABRAL, RODRIGUES & CORRÊA-DA-SILVA (2006) retomaram a questão, abordando os contatos pré-históricos e históricos, já que RODRIGUES (1985; 2000a; 2003; 2007c) identificou um segundo tipo de relacionamento de origem não-genética, especificamente entre línguas Karíb norte-amazônicas e línguas das famílias Awetí e Tupí-Guaraní, caracterizado por empréstimos lexicais indicativos de contato interétnico. Mais recentemente, o V Congresso da ABRALIN, realizado em Belo Horizonte, MG, abrigou mesa-redonda, retomando o tema com as apresentações de LEITE (2007), RODRIGUES (2007c) e MEIRA (2007), cuja análise histórico-comparativa com base em dados mais recentes chegou a resultados animadores em relação ao relacionamento mais antigo entre Tupí e Karíb. Quanto às instâncias de contato entre grupos Karíb norte-amazônico e grupos Awetí-Tupí-Guaraní, no entanto, MEIRA (2007: 26) sugere que mais provavelmente tenham ocorrido ao longo da costa das Guianas e da Venezuela – dados arqueológicos parecem favoráveis à ideia da região como local privilegiado de contatos importantes. Por outro lado, o autor não encontra motivações para o empréstimo Tupí em região com predominância de grupos Karíb e Aruák. Ressalte-se, contudo, que RODRIGUES (2003: 397, nota 8) explicita que:

> *É significativo o fato de que a maioria das palavras na Lista B excede o comprimento médio das raízes Tupí-Guaraní (que são regularmente mono e dissilábicas) e que não podem ser analisadas como consistindo de mais de um morfema Tupí-Guaraní. Isto as marca como empréstimos altamente prováveis no Tupí-Guaraní.*

Dessa forma, parece claro que os empréstimos de que trata RODRIGUES (1985; 2003; 2007c) são palavras que foram tomadas por empréstimo pelo Proto-Awetí-Tupí-Guaraní do Proto-Karíb norte-amazônico. Essa ideia é ainda reforçada pelo fato de que muitos dos empréstimos identificados também podem ser encontrados em línguas Aruák norte-amazônicas (RODRIGUES, 2003: 397).

É interessante salientar, ainda, que o estudo de RODRIGUES (1985; 2003) apontou também para a possibilidade de um relacionamento genético ainda mais distante entre Tupí, Karíb e

Macro-Jê, hipótese discutida em detalhe em trabalhos posteriores (RODRIGUES, 1990; 2000a; 2007c; RODRIGUES & CABRAL, 2009) e avaliada positivamente por estudos genéticos independentes (SALZANO *et al.*, 2005).

Capítulo II

Análise Diacrônica:

Fonologia e Morfofonologia

> *"The resilience and the power of the comparative method lies in its sensitivity to similarity due both to genetic filiation and areal diffusion alike. Both are historical models, and the goal of comparison is history"*
>
> Calvert Watkins[173]

Neste capítulo, apresenta-se uma apreciação fonológica diacrônica das línguas Sateré-Mawé, Awetí e Proto-Tupí-Guaraní, considerando as mudanças fonológicas que devem ter ocorrido no desenvolvimento histórico dessas línguas a partir do Proto-Tupí, como forma de reconstruir a história dessas famílias linguísticas. A partir das correspondências fonológicas em palavras com mesmo significado ou significado semelhante, apresenta-se uma proposta de reconstrução dos sistemas fonológicos de dois estágios intermediários de desenvolvimento, a saber: Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG). São também discutidas algumas questões lexicais e semânticas, como empréstimos e deslocamentos semânticos, assim como alguns processos morfofonêmicos de maior abrangência.

[173]WATKINS, Calvert. 2001. An Indo-European Linguistic Area and its characteristics: Ancient Anatolia. Areal diffusion as a challenge to the comparative method? In: AIKHENWALD, A. & DIXON, R.W. (eds.), *Areal diffusion and genetic inheritance: problems in comparative linguistics*, pp: 44-63. Oxford: Oxford University Press.

2.1 – FONOLOGIA[174]

As correspondências fonológicas entre as línguas Sateré-Mawé, Awetí, Proto-Tupí-Guaraní e Proto-Tupí são apresentadas a seguir de forma sistemática, avaliando as semelhanças e as diferenças entre elas, com vistas ao melhor entendimento do desenvolvimento histórico das línguas abrangidas por este estudo. Ressalte-se que, no que diz respeito à família Tupí-Guaraní, este estudo utiliza exclusivamente fonemas e itens lexicais reconstruídos para a protolíngua:

> *For attempts to establish more remote genetic affiliations, comparison with the reconstructed proto-form (as a representative of the cognates in the cognate set from across the related languages) and comparison with the individual words in the family-wide cognate set upon which the reconstruction would be based are roughly equivalent* (CAMPBELL & POSER, 2008: 170).

Ocasionalmente, utilizam-se exemplos de línguas Tupí-Guaraní descendentes, como forma de ilustração de questões específicas, quando necessário.

Para esta análise fonológica diacrônica, foram utilizadas as seguintes fontes de dados: (i) Awetí – MONSERRAT (1975; 1976; 1977; 2000; 2001; 2002b; 2007a), EMMERICH & MONSERRAT (1972), BORELLA (2000) e DRUDE (2006; 2009a; 2009b); (ii) Mawé – NIMUENDAJÚ (1929), KOCH-GRÜNBERG (1932), BRANDON & GRAHAM (1983), RODRIGUES & DIETRICH (1997), FRANCESCHINI (1999), SILVA (2005; 2006) e SIL (1963a; 1963b; 1965; 1978); (iii) Proto-Tupí-Guaraní e Proto-Tupí – RODRIGUES (1980; 1995a; 1995b; 2005a; 2007a) e RODRIGUES & DIETRICH (1997).[175]

---

[174] CORRÊA-DA-SILVA (2007), publicado no livro *Línguas e Culturas Tupí*, pp: 219-240, com o título "Mais Fundamentos para a Hipótese de Rodrigues (1984/1985) de um Proto-Awetí-Tupí-Guaraní", este texto sofreu modificações, acréscimos e correções na versão atual.

[175] Esta pesquisa também se beneficiou de dados inéditos da língua Awetí, gentilmente cedidos pela Profa. Dra. Ruth Maria Fonini Monserrat, bem como da *Lista de Étimos do Proto-Tupí* [ms], elaborada como parte do projeto de pesquisa "Estudo Reconstrutivo e Comparativo do Proto-Tupí: Língua e Cultura", desenvolvido sob a coordenação do Prof. Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues no Laboratório de Línguas Indígenas – LALI, da Universidade de Brasília.

2.1.1 – *INVENTÁRIOS DE FONEMAS*

2.1.1.1 – Proto-Tupí

Os fonemas postulados para o Proto-Tupí (RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 267; RODRIGUES, 1995a: 2; 2005a: 37; 2007a: 171) são apresentados a seguir:

Protoconsoantes

**p	**p^{w}	**t	**t^{j}	**ts	**tʃ	**k	**k^{j}	**k^{w}	
**p^{ʔ}	**p^{wʔ}	**t^{ʔ}		**ts^{ʔ}	**tʃ^{ʔ}	**k^{ʔ}		**k^{wʔ}	**ʔ
**^{m}p		**^{n}t				**^{ŋ}k			
**m		**n				**ŋ		**ŋ^{w}	
**w		**r	**r^{j}		**j				

Protovogais

**i	**ɨ	**u	**ĩ	**ɨ̃	**ũ
**e	**a	**o	**ẽ	**ã	**õ

Note-se que o inventário de fonemas proposto para o Proto-Tupí é amplo, tendo sido reconstruída uma série de protoconsoantes pré-nasalizadas e uma série glotalizada. Em ambos os casos, a motivação para a reconstrução dessas séries não vem de evidência direta das línguas descendentes, mas da análise comparativa das línguas do tronco (cf. RODRIGUES, 1995a, para as consoantes glotalizadas). Da mesma forma, RODRIGUES (2005a) reconstruiu conjunto de seis vogais orais, embora a maior parte das famílias descendentes apresente conjunto de cinco vogais. Não existe estudo detalhado sobre as vogais nasais do Proto-Tupí. Observe-se, ademais, conforme RODRIGUES (1995a: 2), que é bastante provável que o Proto-Tupí tivesse um sistema tonal, como ocorre nas famílias Mondé, Mundurukú e Ramaráma, enquanto as famílias Jurúna e Tuparí apresentam acento tonal, embora ainda não tenha sido possível reconstrui-lo devido à falta de estudos comparativos.

2.1.1.2 – Proto-Tupí-Guaraní

Os fonemas postulados para o Proto-Tupí-Guaraní são os que seguem (RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 268):

Protoconsoantes

*p	*p^w	*p^j	*t	*ts	*tʃ	*k	*k^j	*k^w	*ʔ
*m	*m^w		*n			*ŋ		*$ŋ^w$	
*β			*r		*j			*w	

Protovogais

*i	*ɨ	*u	*ĩ	*ɨ̃	*ũ
*e	*a	*o	*ẽ	*ã	*õ

O inventário de fonemas consonantais Proto-Tupí-Guaraní acima difere da reconstrução de LEMLE (1971), pela inclusão da africada alveopalatal, e é o mesmo utilizado por JENSEN (1990a). As séries de consoantes palatalizadas e labializadas, contudo, eram consideradas sequências de fonemas e foram introduzidas por RODRIGUES & DIETRICH (1997), tendo sido incorporadas a JENSEN (1999). Esta autora (*idem*: 134, tabela 5.3), entretanto, embora reproduza o inventário de fonemas reconstruído por RODRIGUES & DIETRICH (*op.cit.*: 268), registra consoantes nasais palatalizadas (m^j e $ŋ^j$) que não constam do quadro apresentado pelos referidos autores.

JENSEN (1999: 134-135) registra alofonia das consoantes nasais, que seriam puramente nasais ([m], [n], [ŋ]) em ambiente nasal e oclusivas pré-nasalizadas ([mb], [nd], [ŋg]) em ambiente oral, tendo ocorrido a fusão das consoantes nasais e as oclusivas pré-nasalizadas reconstruídas para o Proto-Tupí. O protofonema PT $**^{ŋ}k$, contudo, fundiu-se com a oclusiva velar, apresentando o reflexo *k no início de palavra. Em posição intervocálica, $**^{ŋ}k$ fundiu-se com a nasal velar e tem como reflexo *$ŋ$.

Por outro lado, a semivogal *j também teria um alofone nasal ([ɲ]) em ambiente nasal. Ademais, ambas as semivogais fundiram-se em PTG, tendo *j como reflexo.

Observe-se que o Proto-Tupí-Guaraní não apresenta a série de consoantes glotalizadas (**$p^{ʔ}$, **$p^{wʔ}$, **$t^{ʔ}$, **$ts^{ʔ}$, **$tʃ^{ʔ}$, **$k^{ʔ}$, **$k^{wʔ}$) proposta para o Proto-Tupí, mas registra o aparecimento dos protofonemas *β, *p^{j}, *m^{w} e *$ŋ^{w}$, inexistentes no PT. As obstruintes glotalizadas do PT fundiram-se em PTG com as suas contrapartes simples, com exceção de **$k^{ʔ}$ e **$k^{wʔ}$, que se fundiram com **$ʔ$ e de **$p^{wʔ}$ e **p^{w}, que têm como reflexo *β. Outra fonte de *β é *p final, devido a mudanças morfofonêmicas (RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 268). Também as consoantes palatalizadas (**t^{j} e **r^{j}) fundiram-se com suas contrapartes simples.

No que diz respeito aos protofonemas vocálicos, JENSEN (1990a: 33-34; 1999: 134) indica a ocorrência de apenas seis vogais, interpretando a nasalidade e a oralidade como fonemas de acento que se realizariam na vogal acentuada (vogal final do tema), uma vez que a nasalização afeta o morfema como um todo e não apenas o segmento vocálico. Essas modificações propostas à reconstrução de LEMLE (1971) devem-se, em grande medida, à incorporação de dados do Guaraní, que apresenta um amplo processo de harmonia nasal. Com efeito, a nasalidade das diversas variedades de Guaraní tem sido analisada como traço suprassegmental ligado ao grupo de acento[176] (cf. GRANNIER RODRIGUES, 1990) ou ao morfema (cf. LUNT, 1973). Outros autores, contudo, privilegiam uma análise segmental, em especial em função da direcionalidade da propagação da nasalidade (cf. DOOLEY, 1984); outros, ainda, uma abordagem da nasalidade como fenômeno autossegmental (cf. COSTA, 2007)[177].

A abordagem autossegmental da nasalidade do Guaraní Nhandewa (e preliminarmente do Tapirapé) realizada por COSTA (2007) tem motivado reanálises de outras línguas Tupí, como o Jurúna (FARGETTI, 2009). Se a oposição [+obstruinte] / [-obstruinte] tem-se mostrado produtiva para a análise de outras línguas Tupí, no que diz respeito às vogais nasais, a pequena lista de palavras átonas intrinsicamente nasais arrolada por DOOLEY (1984: 27) para o Guaraní, a diferença diacrônica entre formas como Ga *tukã* (< **tukan* 'tucano') e *nupã* (< **nupã* 'bater') ou Ga *akã* (< **akaŋ* 'cabeça') e *manõ* (< **manõ* 'morrer'), e a ocorrência de oposição entre vogais orais e nasais em outras línguas Tupí-Guaraní, como o Guajá (cf. NASCIMENTO, 2008), indicam que essa oposição já deveria existir na protolíngua. Dessa forma, privilegia-se neste estudo a

[176] A nasalidade também tem sido interpretada como fonema suprassegmental em outras línguas Tupí-Guaraní, como, por exemplo, o Zo'é (CABRAL, 1998) e o Guajá (CUNHA, 1987).
[177] Para uma revisão dos estudos fonológicos de diversas variedades de Guaraní, ver COSTA (2007).

abordagem segmental de RODRIGUES & DIETRICH (1997), que considera a ocorrência de doze vogais em PTG.

Deve-se registrar que há uma proposta alternativa de inventário de fonemas para o PTG (SCHLEICHER, 1998: 49-50):

Protoconsoantes

fortes	*p	*p^{w}	*p^{j}	*t		*k	*k^{w}
lenes	*β			*r			
nasais	*m			*n		*ŋ	
estridentes[178]				*ts	*ts^{w}		
glides						*j	*w

Protovogais

*i	*ɨ	*u
*e	*a	*o

SCHLEICHER (1998: 51) interpreta a nasalidade (e a oralidade) em PTG como traço autossegmental cujo domínio seria o morfema; da mesma forma, entende a oclusiva glotal como traço autossegmental (*idem*: 50), cujo domínio seria a sílaba e que se manifestaria como pré-glotalização. Na análise do autor, as oclusivas pré-glotalizadas do Pré-Proto-Tupí-Guaraní fundiram-se com as oclusivas simples em PTG[179], criando a distinção entre consoantes fortes e lenes, que é a base de toda sua análise. Entretanto, não se encontrou motivação para o surgimento de oclusivas pré-glotalizadas em Pré-PTG (e posterior desaparecimento em PTG), visto que ocorrem oclusivas em posição inicial e medial nas demais famílias do tronco, sem quaisquer traços de glotalização, como se vê nos exemplos abaixo:

[178] O autor é inconsistente com relação ao registro da consoante estridente. SCHLEICHER (1998: 24) afirma que "*the different reflexes of affricates in PTG are best explained (...) by the hypothesis that there was one phoneme *tʃ*", e adiante conclui que (*idem*: 28) "*the comparative evidence leads to the reconstruction of only one affricate to PTG: *ts*". Na nota 4, (*idem*: 31), o autor afirma: "*I reconstruct *tʃ instead of *ts*", mas no quadro dos fonemas inclui *ts* (*idem*: 50). Ao longo do texto, o autor alterna entre os dois fonemas; na conclusão afirma "*instead only *ts is reconstructed (...)*" (*idem*: 314), mas na lista comparativa ao final do trabalho apresenta os itens lexicais reconstruídos com *tʃ (*idem*: 328 *et seq.*).

[179] Note-se que ocorreu a fusão das oclusivas glotalizadas do PT com suas contrapartes simples no PTG, conforme mencionado anteriormente (ver 2.1.1.2, p. 123).

PT **paku ‘pacu’: PTG *paku : AW paku : MA paku : JU Ju paku-í, pakú-á ‘pacuzinho’, Xi pakú-ɨ : MU Mu pako : AR Ar poku : TU – : MO – : RA Kr pakó : PU –.

PT **tukan ‘tucano’: PTG *tukan : AW tukan : MA jũkan : JU – : MU Ku tukan : AR Ka (ɲeʔo)kon, (dʒeo)kõn : TU Tu, Mk jõkan : MO Su jokáɲ-ab, Mo, Zr jukan : RA Kr jokan : PU jokan.

PT **kat ‘coisa’: PTG *kar- em *kaʔru (kar-+ʔu) ‘comer (intr.)’ : AW kat ‘coisa, o que?’, kat-ʔu ‘comer (coisas)’ : MA kat ‘coisa, o quê?’ : MU Mu kat ‘roça do homem’ : AR – : TU Tu kat ‘o quê?’, kat-ke 'como?', ka-na ‘por quê?’; cf. Mk kat ‘corpo’ : MO Su ká: ‘o quê?’, Ga kat ‘muito’, kar-e ‘muitas coisas’ : RA Kr ka-nã : PU –.

PT **apɨ ‘orelha’: PTG *apɨ-tʃa ‘ouvido’, apɨ-saka ‘escutar’ : AW – : MA – : JU – : MU – : AR Ka opi ‘brinco’, opi-hok ‘ouvir (trans.)’, opi-sop ‘ouvir (intrans.)’, opi-sot ‘escutar’ : TU Tu apsi ‘orelha’, apsi-kɨp ‘brinco’, apsi-ʔe ‘ouvir’, Mk api ‘ouvido’, api-tʃep ‘orelha’, Me api-tep, Ke api-kap ‘orelha’, api-a ‘escutar’ : MO – : RA – : PU –.

PT **watɨ ‘lua’: PTG *jatʃɨ : AW tatɨ : MA watɨ : JU –: MU Mu watɨ, Ku wadʲi : AR Ar, Ka oti : TU – : MO Cl ŋátti, Pa ŋáti-kád, Zr ŋati, Mo gati (ŋ- por analogia com ‘sol’) : RA – : PU –.

PT **waku ‘jacu’: PTG *jaku : AW taku : MA – : JU – : MU Mu wakõ, Ku wáku : AR – : TU Tu, Mk wako, Me kʷaku : MO Ga vakô-ôj : RA –; PU –.

Por outro lado, contrariamente à afirmação de SCHLEICHER (1998: 34) de que não se encontram consoantes fortes em posição final em PTG, porque essa posição seria vedada às consoantes pré-glotalizadas em Pré-PTG, *k* ocorre sistematicamente nessa posição, embora ocorra a lenização de *p* e *t*:

PT **apʔɨk ‘sentar’: PTG *apɨk ‘sentar’ / PT **arat ‘arara’: PTG *arar / PT **tsup ‘ver’: PTG *tsuβ ‘visitar, achar’

PT **tʃɨk ‘chegar’: PTG * tʃɨk / PT ** tʃɨt ‘cavador’: PTG * tʃɨr / PT **kup ‘estar pl.’: PTG *kuβ;

A lenização em posição inicial, contudo, não era generalizada, embora extremamente frequente, estando condicionada pela classe morfológica de temas. SCHLEICHER (*op.cit.*: 129 *et seq.*) levanta a hipótese de que a distinção entre as classes era determinada inicialmente por características fonológicas (classe I, temas iniciados por consoante e classe II, temas iniciados por vogal), sendo o uso do prefixo *t*-, nas formas absolutas, restrito às raízes iniciadas por vogal. A nasalização das raízes da classe I estaria restrita às consoantes que também estavam sujeitas à lenização (*p* e *t*), mas o uso de *t*- como prefixo das raízes da classe II teria levado à reanálise de

todas as raízes iniciadas com *t* como temas da classe II (embora Tb *tate* ‘desviando-se de’ seja da classe Ia), de forma que somente as raízes iniciadas por *p* permanceram sujeitas à nasalização (contudo, Tb *puku* ‘ter.comprimento’ é da classe Ia). Por fim, a pré-glotalização atingia as raízes iniciadas por vogal que se combinavam com o prefixo *r*-, mas não com o prefixo *t*-, levando à distinção das classes IIa e IIc. De acordo com o autor (SCHLEICHER, 1998: 132), a pré-glotalização na classe IIc teria sido reinterpretada como morfema não-possessivo, da mesma forma que a nasalização na classe Ib. Também a classe IIb seria um caso de reinterpretação com a especialização de campo semântico, tendo ficado restrita a termos considerados inalienáveis (termos de parentesco, embora Tb *sɨ* ‘mãe’ seja da classe Ia) – com o prefixo possessivo idêntico à marca de forma absoluta: *t*-.

Embora o estudo de Schleicher seja fluido e convincente, o autor deixou de considerar o fato de que a divisão em classes arbitrárias de temas estende-se para além da classificação dos nomes, atingindo raízes verbais, posposições e nomes possuíveis, sendo a distinção entre nomes possuíveis e não-possuíveis provavelmente a motivação primeira do sistema de classes. Nomes de plantas, de animais e de elementos da natureza, assim como os dêiticos – membros da classe III – são temas flexionáveis que não recebem flexão relacional, visto que não podem funcionar como núcleo de um sintagma que exige ou exclui a expressão sintática de seu determinante (cf. Capítulo III). Eles são elementos lexicais absolutos e não podem operar como elemento dependente. Naturalmente, seguem as motivações fonológicas, de forma que a distinção entre temas iniciados por vogal ou consoante vão constituir as classes I e II. Como demonstra SCHLEICHER (1998: 134), os temas da classe Ia sincronicamente iniciados por vogal (cf. Tb *akaŋ* ‘cabeça’, *aβ* ‘cabelo’) são temas etimologicamente compostos de PTG **ʔa+*kaŋ* /cabeça+osso/ > ‘osso da cabeça’ e PTG **ʔa+*aβ* /cabeça-pelo/ > ‘pelo da cabeça’, sendo esses itens lexicais reconstruíveis para o PT ***ʔa* ‘cabeça’, PT ***kaŋ* ‘osso’ e PT ***ap* ‘pelo’. Contrariamente à hipótese de SCHLEICHER (*idem*: 132), contudo, o mesmo não pode ser dito em relação aos temas da classe IIc, que não são itens lexicais etimologicamente iniciados por oclusiva glotal: Tb *ok* ‘casa’, *uʔuβ* ‘flecha’ (< PT ***ek*^{w} ‘casa’, PTG **ok* [180]; PT ***ek*^{w}*ʔɨp* ‘flecha’, PTG **uʔɨβ*).

[180] SCHLEICHER (1998: 132) reconstrói erroneamente PTG **ʔokar* ‘casa’, o engano não está apenas na pré-glotalização inexistente neste item lexical, mas na própria acepção da palavra: **ok* ‘casa’, **okaj* ‘choça de palha’, **okar* ‘terreiro’.

De outra parte, SCHLEICHER (1998: 35-36) considera que PTG **tʃ* (*sic*) é derivado das oclusivas palatalizadas do Pré-PTG e busca nas demais famílias do tronco Tupí cognatos que corroborem sua reconstrução, avançando os seguintes exemplos:

a) 'ir'	PTG **tʃo*	Suruí *ka*	Pré-PTG ***kʲo*
b) 'olho'	PTG **etʃa*	Tuparí *epa*	Pré-PTG ***epʲa*
c) 'eu'	PTG **tʃe*	Kayabí *te*	Pré-PTG ***tʲe*

Note-se, contudo, que Kayabí (exemplo (c)) é uma língua Tupí-Guaraní e não poderia servir como exemplo de comparação com línguas Tupí não-TG, como quer o autor. O exemplo (a) não se sustenta, uma vez que *ka* não é cognato e a família Mondé não apresenta cognato para a forma reconstruída para o verbo 'ir' em PT. Observe-se, ademais, que todas as famílias apresentam cognatos com africadas coronais e apenas o Kuruáya apresenta variação com oclusiva palatalizada que, no entanto, não é dorsal:

PT ***tso* 'ir': PTG **tso*; AW *to*; MA *to*; JU Ju *tʃa*, Xi *ta*; MU Mu *tʃə*, Ku *tʃɨ / dʲɨ*; AR –; TU –; MO –; RA –; PU –.

Quanto ao exemplo (b), a forma Tuparí *epa* é, em realidade, cognata de 'rosto' (PT ***epʷa* 'rosto': PTG **-oβa* : AW *-owa* : MA *-ewa* : JU (cf. Ju *t-abá* 'cabeça'); MU Mu *d-opa*, Ku *t-upa* : AR Ka *s-ɨpo* 'olho' : TU Tu *epa* 'olho, luz', *epa-psi* 'rosto', Me *eba-pi* 'rosto', *eba-opap* 'olho', Mk *tʃ-epa* 'testa' : MO – : RA – : PU –), ao passo que 'olho' é reconstruído como PT ***etʃˀa* 'olho': PTG **-etʃa*, Tb *-esa*, GA *-etsa* : AW *-eta* : MA *-eha* : JU Ju *-eʔá* : MU Mu, Ku *eta* : AR Ka *aso* 'rosto, face' : TU – : MO Ga *ídʒa-kap* : RA Ka *tʃa* : PU –, tendo sido a africada reconstruída como glotalizada devido aos reflexos com glotal em Sateré-Mawé e Jurúna. Vê-se, pois, que a língua Tuparí substituiu a antiga palavra para 'rosto', especializando seu significado para 'olho'; um cognato dela, entretanto, encontra-se em PT ***epʷapokˀ* 'aparecer' : TU Tu *epapok* 'chegar', que pode ser entendido literalmente como 'dar as caras' ou 'mostrar a cara'. O verbo 'ver' PTG **epʲak* [181] é uma inovação, visto que a antiga palavra para 'ver' passou a significar 'visitar, achar' (PT ***tsup* 'ver': PTG **tsuβ* 'visitar, achar' : AW *tup* : MA – : JU *du*

[181] Note-se que o que efetivamente ocorre em Tupí-Guaraní é a espirantização de **pʲ*, resultando em *tʃ* em Guaraní e Asuriní (*-etʃa* 'ver'), em *ʃ* Guaraní Mbyá (*-eʃa*), em *ts* em Kamayurá (*-etsak*), *s* em Ka'apór (*-sak*) e Wayampí (*esa*), e permanecendo como *pʲ* em Tupinambá (*-epʲak*) e Guaráyo (*epja*). Também em outras famílias do tronco ocorre processo semelhante (cf. PT ***pɨ* 'pé': PTG **pɨ* : TU Tu *si-to* : PU *ʃi-bɛ*; ***piʔũ* 'pium': PTG **piʔũ* : TU Tu *siʔo* 'borrachudo'; PT ***-upiʔa* 'ovo': PTG **-upiʔa* : MU Mu *d-opsa* (< **-upja* < **-upia*), Ku *ð-upia* : TU Tu *osiʔa*, Ke *upia*).

: MU Mu *dʒop* : AR Ka *tɨp* ‘achar’ : TU Tu *top* ‘ver, cuidar’, Mk *top* ‘ver’, Me *sob-* : MO – : RA Ka *tob* : PU –), e sua semelhança com a palavra para ‘olho’ é mera coincidência.

Ao contrário da previsão de SCHLEICHER (1998), o que se tem em PTG é a fusão das oclusivas labializadas do PT com as oclusivas simples: PT ***wetʲɨk* ‘batata doce’ : PTG **jetɨk*; PT ***atʲa* ‘fogo’ : PTG **-ata*; PT ***kʲap* ‘gordura’ : PTG **kaβ*; PT ***akʲup* ‘quente’: PTG **-akuβ*. Somente ocorreu a manutenção de **kʲ* diante de *e*: PT ***kʲet* ‘dormir’: PTG **kʲer*. SCHLEICHER (*op.cit.*: 340), no entanto, reconstrói **ker* ‘dormir’.

Tendo em vista as discrepâncias de análise acima identificadas e levando-se em consideração o fato de as análises de RODRIGUES & DIETRICH (1997) e JENSEN (1999) terem sido amplamente consagradas na literatura especializada, a proposta de inventário de protofonemas de SCHLEICHER (1998) não será considerada para o presente estudo comparativo. Não obstante as diferenças de perspectiva, a análise do autor levanta questões interessantes e tem o mérito de abordar o Pré-Proto-Tupí-Guaraní com base na reconstrução interna.

2.1.1.3 – Sateré-Mawé

Os fonemas da língua Sateré-Mawé, de acordo com RODRIGUES & DIETRICH (1997: 269) e com os resultados desta pesquisa, são apresentados abaixo (CORRÊA-DA-SILVA, 2007: 222). O quadro dos fonemas consonantais coincide com o apresentado por FRANCESCHINI (1999: 22) e por SILVA (2005: 63), ao passo que, no quadro dos fonemas vocálicos, apenas as vogais orais são coincidentes. FRANCESCHINI (1999: 22) registra seis vogais orais, que podem realizar-se como nasais, e seis longas, enquanto SILVA (2005: 70) registra seis vogais orais, quatro nasais e cinco longas. Optou-se, para esta análise, por utilizar a proposta de RODRIGUES & DIETRICH (1997: 269). As vogais longas do Sateré-Mawé serão discutidas oportunamente.

Consoantes

p	t		k	ʔ
m	n		ŋ	
	s		h	
w	r	j		

Vogais

i	ɨ	u	ĩ	ɨ̃	ũ
e	a	o	ẽ	ã	õ

O Sateré-Mawé tampouco apresenta a série de consoantes glotalizadas, porém registra um quadro distinto do PTG: os protofonemas PT $**p^{w\text{ʔ}}$ e $**p^{w}$ fundiram-se, tendo *w* como reflexo, e $**k^{\text{ʔ}}$ e $**k^{w\text{ʔ}}$ fundiram-se com ***ʔ*. As demais consoantes glotalizadas, entretanto, perderam o traço supraglotal, apresentando-se ou como fricativas glotais ([h]) ou como oclusivas glotais ([ʔ]).

As consoantes palatalizadas também se fundiram com suas contrapartes simples e as oclusivas pré-nasalizadas fundiram-se com suas contrapartes nasais nas posições inicial e final de palavra e mantiveram-se pré-nasalizadas entre vogais, sendo analisadas sincronicamente como oclusivas surdas precedidas de vogal nasal.

2.1.1.4 – Awetí

O quadro de fonemas proposto originalmente para a língua Awetí por EMMERICH & MONSERRAT (1972), apresentado a seguir, coincide com a análise mais recente realizada por BORELLA (2000).

Consoantes

p	t	ts	k	ʔ
m	n		ŋ	
w	ɾ	j		
	r			
	l			

Vogais

i	ɨ	u	ĩ	ɨ̃	ũ
e	a	o	ẽ	ã	õ

Como as demais línguas aqui estudadas, o Awetí não preservou a série de consoantes glotalizadas ($**p^{\text{ʔ}}$, $**p^{w\text{ʔ}}$, $**t^{\text{ʔ}}$, $**ts^{\text{ʔ}}$, $**tʃ^{\text{ʔ}}$, $**k^{\text{ʔ}}$, $**k^{w\text{ʔ}}$) postuladas para o PT. Nesta língua, $**k^{\text{ʔ}}$

e **$k^{w\text{ʔ}}$ fundiram-se com **ʔ; e **$p^{w\text{ʔ}}$ e **p^{w} fundiram-se, tendo *w* como reflexo. As africadas coronais simples (**ts e **tʃ) e glotalizadas (**$ts^{\text{ʔ}}$ e **$tʃ^{\text{ʔ}}$) e o protofonema **$t^{\text{ʔ}}$ fundiram-se com **t.

As oclusivas pré-nasalizadas fundiram-se com suas contrapartes nasais nas posições inicial e final de palavra e mantiveram-se pré-nasalizadas entre vogais, sendo analisadas sincronicamente como oclusivas surdas precedidas de vogal nasal. Por outro lado, o Awetí apresenta como inovações os fonemas *ʐ* e *l*.

2.1.2 – *MUDANÇAS OCORRIDAS*

O Quadro 1, abaixo, apresenta de forma resumida e esquemática os protofonemas propostos para o Proto-Tupí e seus reflexos em Proto-Tupí-Guaraní, Sateré-Mawé e Awetí:

PT	PTG	MA	AW
**p	*p, *β	p	p
**p^{w}	*β	p, w	p, w
**$p^{ʔ}$	*p	p	p
**$p^{wʔ}$	*β	w	w
**^{m}p	*m	m; Ṽp	m; Ṽp
**m	*m	m	m
**t	*r, *t	t, j	t, ɾ
**t^{j}	*t	t, rj	ɾ
**$t^{ʔ}$	*t	s, h, r, ʔ	t
**^{n}t	*n	Ṽt	Ṽt
**n	*n	n	n, j
**ts	*ts	t	t
**$ts^{ʔ}$	*ts	h	t
**tʃ	*tʃ	t	t
**$tʃ^{ʔ}$	*tʃ	h	t
**r	*n, *r	n, r	n, ɾ, j
**r^{j}	*r	r, n	ɾ, l
**k	*k	k	k
**k^{j}	*k^{j}	k	k, ts, t
**k^{w}	*k	k	k, t
**$k^{wʔ}$	*ʔ	ʔ	ʔ
**$k^{ʔ}$	*ʔ, *k	ʔ, k	ʔ, k
**^{ŋ}k	*k	ŋ	k
**ŋ	*ŋ	ŋ	ŋ
**ʔ	*ʔ	ʔ	ʔ
**j	*j	j	j
**w	*j, Ø	w, h	t, k
**i	*i	i	i, ɨ
**e	*e, *o	e, o	e, i, o
**ɨ	*ɨ	ɨ, u	ɨ, u
**a	*a	a	a
**u	*u	u	u, ɨ
**o	*o	o	o
**ĩ	*ĩ	ĩ	ĩ
**ẽ	*ẽ	ã	ẽ
**ɨ̃	*ɨ̃	ɨ̃	ɨ̃
**ã	*ã	ã	ã
**õ	*õ	õ	õ
**ũ	*ũ	ũ	ũ

Quadro 1 – Protofonemas reconstruídos para o Proto-Tupí (PT) e seus reflexos em Proto-Tupí-Guaraní (PTG), Sateré-Mawé (MA) e Awetí (AW)

2.1.2.1 – Protofonemas e seus reflexos

A seguir, são apresentados, exemplificados e brevemente comentados os protofonemas propostos para o Proto-Tupí e seus reflexos nas três famílias linguísticas analisadas.

(1) O reflexo do protofonema ***p* é *p* nas três línguas; em Tupí-Guaraní, entretanto, ocorre **β* em final de palavra:

****p** / _V > *p : p : p

****p / _#** > *β : p : p

PT ****pap** 'morrer': PTG ***paβ** 'morrer muitos', 'acabar-se' : MA **pap** 'morrer muitos' : AW **pap** 'acabar'; PT ****-pe** 'suf. loc.' : PTG ***-pe** : MA **-pe** : AW **-pe**; PT ****pɨ** 'pé': PTG ***pɨ** : MA **pɨ** : AW **pɨ**; PT ****pik̚** 'queimar': PTG ***apɨ** : MA **apɨ** 'fumar', **-apɨk** 'queimar': AW **apɨ**; PT ****pɨt̚a** 'calcanhar': PTG ***pɨta** : MA **pɨʔa-susa** : AW **ʔa-pɨta**; PT ****pɨtsik** 'pegar, segurar': PTG ***pɨtsik** : MA **pɨtik** : AW **pɨtik**; PT ****pɨʧ̚ã** 'dedo do pé' : PTG ***pɨʧ̚ã** : MA **pɨhã** : AW **pɨtã**; PT ****piʔũ** 'pium': PTG ***piʔũ** : MA **upiũ** : AW **piʔũ**; PT ****pit** 'pele': PTG ***pir** : MA **piit** 'corpo': AW **pit**; PT ****po** 'mão': PTG ***po** : MA **po** : AW **po**; PT ****potiʔa** 'peito': PTG ***potiʔa** : MA **potiʔa** : AW **pozɨʔa**; PT ****pot̚ɨt** 'flor': ***potɨr** : MA **pohɨt** : AW **potɨt**; PT ****potsɨj** 'pesado': PTG ***potsɨj** : MA **potɨj** : AW **potɨj**; PT ****-upiʔa** 'ovo': PTG ***-upiʔa** : MA **-upiʔa** : AW **-upiʔa**; PMATG ***pɨruʔã** (talvez ***pɨrum-ʔa)** 'umbigo': PTG ***pɨruʔã** : MA **pɨrumʔa** : AW **pɨlup**; PMATG ***apo** 'raiz' : PTG ***-apo** : MA **apo** : AW **apo**; PMATG ***ʧ̚ɨpap** 'rio seco' : PTG ***tɨpaβ** : MA **hɨpap** : AW **oʔɨpap**; PMATG ***pira** 'peixe' : PTG ***pira** : MA **pira** : AW **pira**; PMATG ***pewu** 'soprar' : PTG ***peju** : MA **i-pehu** : AW **petu**; PT ****pep̚o** 'asa, pena da asa': PTG ***pepo** 'asa': MA **pepo** : AW **pepo**; PT ****ap** 'pelo, cabelo': TG ***-aβ**; AW **-ap**; MA **-ap** (PTG ***ʔaβ** e AW ***ʔaβ** < **ʔa* cabeça + *-aβ* pelo/cabelo, MA **asap** < *ʔa s-ap* cabeça rel-pelo/cabelo); PT ****-ap** 'nom. de circ. e instr.': PTG ***-aβ** ~ **-tsaβ** ~ **-taβ** : MA **-h-ap** : AW **-ap**; PT ****akʲup** 'quente': PTG ***-akuβ** : MA **-akup** : AW **-akup**; PT ****ŋkap** 'vespa': PTG ***kaβ** : MA **ŋap** : AW **kap**; PT ****ŋkɨp** 'piolho': PTG ***kɨβ** : MA **ŋɨp** : AW **ʔa-kɨp**; PT ****k̚ɨp** 'perna': PTG ***ʔuβ** 'coxa' : MA **ʔup** : AW **ʔup**; PT ****k̚ɨp** 'árvore': PTG ***ʔɨβ** : MA **ʔɨp** : AW **ʔɨp**; PT ****rʲop** 'amargo': PTG ***roβ** : MA **nop** : AW **lop**; PT ****eⁿtup** 'ouvir': PTG ***-enuβ** : MA **-ẽtup** : AW **-ẽtup**; PMATG ***kuap** 'saber' : PTG ***kuaβ** : MA **kuap** : AW **kuap**;

(2) O protofonema ***p*ʷ** é outra fonte de **β* em Tupí-Guaraní, assim como os reflexos de ***p*ʷˀ** (cf. (4) abaixo). Tanto em Mawé quanto em Awetí, ocorrem os reflexos *p*, em final de palavra, e *w* diante de vogal:

**** pʷ** /_# > *β : p : p

****pʷ** / V_V > *β : w : w

PT ****ep^{w}** ‘folha’: PTG ***-oβ** : MA **-op** : AW **-op**; PT ****ep^{w}a** ‘rosto’: PTG ***-oβa** : MA **-ewa** : AW **-owa**; PT ****ɨp^{w}a-** ‘alto’: PTG ***ɨβa-te** ‘alto’, ***ɨβa-k** ‘céu’: MA **ɨwa-j** ‘sobre’, **ɨwa-iti** ‘alto’ : AW **ɨwa-k** ‘céu’; PMATG ***wap^{w}oti** ‘jabuti’: PTG ***jaβoti** : MA **wawori** : AW **tawozɨ**; PT ****kɨp^{w}ɨt** ‘irmão de mulher’: PTG ***kɨβɨr** : MA **kɨwɨt** : AW **kɨwɨt**; PT ****ɨp^{w}ɨt^{ʔ}u** ‘vento’ : PTG ***ɨβɨtu** : MA **ɨwɨt** ‘ventar’ : AW **ɨwɨt**;

(3) O reflexo do profo-fonema ***p^{ʔ}* é *p* em todas as línguas:

****p^{ʔ}** > *p : p : p

PT ****pep^{ʔ}o** ‘asa, pena da asa’: PTG ***pepo** ‘asa’: MA **pepo** : AW **pepo**; PT ****ap^{ʔ}ik** ‘sentar’: PTG ***apɨk** : MA **apɨk** : AW **apɨk**;

(4) Em Proto-Tupí-Guaraní, ***p^{w}* e ***p^{wʔ}* fundiram-se, resultando em **β*, ao passo que em Mawé e em Awetí ocorreu a fusão dos ***p^{w}* intervocálicos e ***p^{wʔ}*, resultando em *w*:

****p^{wʔ}** > *β : w : w

PT ****urup^{wʔ}u** ‘urubu’: PTG ***uruβu** : MA **uruwu** : AW **ɨzɨwu**;

(5) Em Proto-Tupí-Guaraní, ocorreu a fusão de **^{m}*p* e ***m*, apresentando o reflexo **m*. Em Mawé e em Awetí, quando em posição intervocálica, ocorre a oclusiva surda precedida por vogal nasal [Ṽp]:

****^{m}p** / #_ > *m : m : m

****^{m}p** / V_V > *m : Ṽp : Ṽp

PT **^{m}**poj** ‘cobra’ : PTG ***moj** : MA **moj** : AW **moj**; PT ****^{m}po** ‘mão humana’ : PTG ***mo** : MA **mo** : AW **mo**; PT **^{m}**pɨ** ‘pé humano’ : PTG ***mɨ** : MA **mɨ** : AW **mɨ**; PT ****me^{m}pɨt** ‘filho/a de mulher’ : PTG ***memɨr** : MA **mẽpɨt** : AW **mẽpɨt**; PMATG ***e^{m}pe** (prov. < **en* ‘boca’ + **pe* ‘pele’) ‘lábio’ : PTG ***eme** : MA **ẽpe** : AW **ẽpe**;

(6) O protofonema **m* mantém-se sistematicamente em todas as três famílias:

****m** > *m : m : m

PT ****me^{m}pɨt** ‘filho/a de mulher’: PTG ***memɨr** : MA **mẽpɨt** : AW **mẽpɨt**; PT ****mani** ‘mandioca’ : PTG ***mani**: MA **mani** : AW **mani**; PT ****mɨtũ** ‘mutum’: PTG ***mɨtũ** : MA **mɨjũ** : AW **mɨtũ**; PT ****mi- ‘**nom. obj.’: PTG ***mi-** ~ **-e-mi-** : MA **-mi-** ‘nom. pac.’: AW (**-e-**)**mĩ-**; PT ****mo-** ‘pref. caus.’: PTG ***mo-** : MA **mo-** : AW **mo-**; PT ****aman** ‘chuva’: PTG ***aman** : MA **aman** : AW **aman**; PT ****amõj** ‘avô’: PTG ***-amõj** : MA **amũ** ‘tio’, **amũ-pot** ‘sogro’ : AW

amũj ‘avô’; PT ****nem** ~ **rem** ‘podre’: PTG ***nem** ~ **rem** ‘malcheiroso’: MA **nem** : AW **jem**; PT ****ʈʃʔem** ‘sair’: PTG ***tsem** : MA **tem** : AW **tem**; PT ****ʔam** ‘estar em pé’: PTG ***ʔam** : MA **ʔam** ‘subir, levantar-se’ : AW **ʔam**; PT ****ŋkam** ‘seio’: PTG ***kam** : MA **nam**: AW **kam**;

(7) Os reflexos do protofonema ***t* são **r* e **t* em Proto-Tupí-Guaraní, *t* e *j* em Mawé e *t* e *ʐ* em Awetí:

****t** / _# > *r : t : t

****t** / V _ $V^{+alt, -post}$ > *t : t : ʐ

****t** / #_ > *t : j : t

PT ****me^{m}pɨt** ‘filho/a de mulher’: PTG ***memɨr** : MA **mẽpɨt** : AW **mẽpɨt**; PT ****ewɨt** ‘mel, abelha’: PTG ***eir** : MA **ewɨt** : AW **ekɨt**; PT ****pit** ‘pele’: PTG ***pir** : MA **piit** ‘corpo’: AW **pit**; PT ****wukɨt** ‘sal’: PTG ***jukir** : MA **ukɨt (< *wukɨt)** : AW **tukɨt**; PT ****et** ‘nome’: PTG ***er** : MA **et** : AW **et**; PT ****kɨp^{w}ɨt** ‘irmão de mulher’: PTG ***kɨβɨr** : MA **kɨwɨt** : AW **kɨwɨt**; PT ****ɨp^{w}ɨt** ‘irmão júnior de homem’: PTG ***-ɨβɨr** : MA **-ɨwɨt** : AW **-ɨwɨt**; PT ****k^{ʔ}at** ‘cair, nascer’: PTG ***ʔar** : MA **ʔat** : AW **ʔat**; PT ****k^{j}et** ‘dormir’: PTG ***k^{j}er** : MA **ket** : AW **tet**; PT ****-ut ~ **wut** ‘vir’: PTG ***-ur** ~ **-jur** : MA **ot** : AW **-ut** ~ **-jut**; PT ****-at** ‘nom. agente’: PTG ***-ar** ~ **-tsar** ~ **-tar** : MA **-hat** : AW **-at**; PT ****kat** ‘coisa’: PTG ***kar-** (em **kaɲru* (*kar-+ɲu*) ‘comer (intr.)’ : MA **kat** ‘coisa, o quê?’ : AW **kat** (também em *kat-ɲu* ‘comer (coisas)’; PT ****kat** ‘procurar’: PTG ***e-kar** : MA **kat** : AW **i-kat**; PT ****ʈʃɨt** ‘cavador’: PTG ***ʈʃɨr** : MA **tɨt-ʔi** : AW **tɨt**; PT ****kɨt** ‘imaturo, verde’: PTG ***kɨr** : MA **kɨt-ʔi** ‘jovem’ : AW **kɨt** ‘verde’; PT ****p^{w}et** ‘antigo’: PTG ***p^{w}er** : MA **pot-ʔi** ‘estar velho’ : AW **put**; PT ****-upit** ‘erguer’: PTG ***upir** ‘erguer’, **j-upir** ‘subir’ : MA **-upit** ‘guardar’ : AW **-upit** ‘erguer’, **te-upit** ‘erguer-se’; PT ****wat** ‘deixar’: PTG ***e-jar** : MA **jat** : AW **i-tat**; PT ****potiʔa** ‘peito’: PTG ***potiʔa** : MA **potiʔa** : AW **pozɨʔa**; PMATG ***atɨʔɨp** ‘ombro’ : PTG ***atɨʔɨp** : MA **tiʔɨpɨ** : AW **azɨʔɨp**; PT ****tãj** ‘dente’: PTG ***tãj** ‘d. humano’ : MA **jãj** : AW **tãj**; PT ****tukan** ‘tucano’: PTG ***tukan** : MA **jũkan** : AW **tukan**; PT ****mɨtũ** ‘mutum’ : PTG ***mɨtũ** : MA **mɨjũ** : AW **mɨtũ**; PT ****tuŋ** ‘bicho de pé’: PTG ***tuŋ** : MA **jũŋ** : AW **tuŋ**;

(8) Ocorreu a fusão dos protofonemas ***t* e ***t^{j}* em Proto-Tupí-Guaraní, com exceção do ***t* em final de palavra, como se vê em (7) acima. Em Awetí, ocorreu a fusão de ***t* e ***t^{j}* iniciais e finais com reflexo *t*, ao passo que, em posição medial, ocorre o reflexo *ʐ*. Em Mawé, ocorre a fusão de ***t* e ***t^{j}*, no entanto, na palavra para ‘fogo’, ***t^{j}* muda em *rj:*

****t^{j}** > *t : t : ʐ

PT ****wat^{j}iʔũ** ‘mosquito’: PTG ***jatiʔũ** : MA **watiʔũ** : AW **tazɨʔũ**; PT ****wet^{j}ɨk** ‘batata doce’: PTG ***jetɨk** : MA – : AW **tezɨk**; PT ****at^{j}a** ‘fogo’: PTG ***ata** : MA **arja** : AW **-azɨa**;

(9) Em Proto-Tupí-Guaraní, ocorreu fusão de ***tˀ* e ***t*, assim como em Awetí, ambos com o reflexo *t*. Em Mawé, no entanto, ocorrem diversos reflexos de ***tˀ*: *s*, *h*, *r* e *ʔ*:

****tˀ** / #_V^{-alt} > *t : s : t

****tˀ** /_V^{+alt} > *t : h : t

****tˀ** / V_V$^{-ant,+alt,-arr}$ > *t : r : t

****tˀ** / V_V$^{-ant,-alt}$ > *t : ʔ : t

PT ****tˀa(j)tˀu** 'tatu': PTG ***tatu** : MA **sahu** : AW **tatu**; PT ****tˀɨ** 'urina': PTG ***tɨ**; MA **sɨ**; AW **tɨ**; PT ****potˀɨt** 'flor': PTG ***potɨr** : MA **pohɨt** : AW **potɨt**; PT ****katˀu** 'bom': PTG ***katu** : MA **kahu** 'bonito' : AW **katu**; PT ****tˀiŋ** 'fumaça': PTG ***tiŋ** 'fumaça; branco': MA **hiŋ** : AW **tiŋ**; PT ****tˀĩ** 'muco': PTG ***tĩ** 'nariz': MA **hĩ** 'muco' : AW **tĩ** 'nariz'; PT ****atˀɨ** 'esposa' : PTG ***-atɨ** : MA **-arɨ** 'avó'[182], **-arɨ-ʔɨ** 'esposa' : AW **-atɨ**; PT ****tˀɨ** 'urina': PTG ***tɨ** : MA **sɨ** : AW **tɨ**; PT ****pɨtˀa** 'calcanhar': PTG ***pɨta** : MA **pɨʔa-**[183] : AW **-pɨta**;

Em Proto-Tupí-Guaraní, entretanto, em posição final, ***tˀ* apresenta o reflexo **r*, como ocorre em (7) acima, enquanto o Awetí mantém o reflexo *t*: PT ****ŋ^{w}atˀ** 'sol' : PTG ***k^{w}ar** : MA – : AW **kwat**.

(10) Em Proto-Tupí-Guaraní o reflexo de **^{n}*t* é **n*; ao passo que, em Mawé e em Awetí, o reflexo de **^{n}*t* realiza-se como oclusiva surda precedida por vogal nasalizada: [Ṽt], assim como [Ṽp] em (5) e [Ṽk] em (23), em contraste com [Vt], [Vp] e [Vk]:

****^{n}t** / V_V > *n : Ṽt : Ṽt

PT ****e^{n}tup** 'ouvir': PTG ***-enuβ** : MA **-ẽtup** : AW **-ẽtup**; PT ****e^{n}tɨ** (prov. < ***en* 'boca' + ***tɨ* 'líquido') 'saliva': TG ***enɨ** : MA **ẽtɨ-hɨ**

(11) O reflexo da coronal nasal é *n*, com exceção do Awetí, que tem *j* como reflexo quando seguido de [vogal + nasal] ou de vogal nasal. Neste ambiente, o *glide* realiza-se foneticamente como nasal [ɲ]:

****n** / _ # , V > *n : n : n

---

[182] É possível que a forma do MA **-arɨ** 'avó' seja cognata do PTG ***arij** 'avó' e não de ***-atɨ** 'esposa'.
[183] Note-se que KOCH-GRÜNBERG (1932) registra a forma MA **pɨa-** 'calcanhar', sem a oclusiva glotal.

****n** / _ {VN,Ṽ} > *n : n : j

PT ****mani** ‘mandioca’: PTG ***mani** : MA **mani** : AW **mani**; PT ****aman** ‘chuva’ : PTG ***aman** : MA **aman** : AW **aman**; PT ****tukan** ‘tucano’: PTG ***tukan** : MA **jũkan** : AW **tukan**; PT ****ekʷen** ‘porta’: PTG ***oken** : MA **oken-ʔɨpɨ** : AW **oten-ap**; PT ****ẽkʔen** ‘vomitar’ : PTG ***w-eʔen** : MA **eʔen** : AW **-eʔen**; PT ****en** ‘tu’: PTG ***en-e** : MA **en** : AW **en**; PT ****nem** ~ **rem** ‘podre’: PTG ***nem** ~ **rem** ‘malcheiroso’: MA **nem** : AW **jem**; PT ****nuŋ** ‘pôr, juntar’: PTG * **noŋ** ~ **roŋ** ~ **ruŋ** : MA **nuŋ** ‘fazer’ : AW **juŋ** ‘pôr, colocar’; PT ****-enõj** ‘contar’ : PTG ***-enõj** : MA **-enõj** : AW **-ejõj;**

(12) Em Proto-Tupí-Guaraní, ocorreu a fusão dos protofonemas ***ts* e ***tsˀ*, com o reflexo **ts*, e dos protofonemas ***tʃ* e ***tʃˀ*, com o reflexo **tʃ*. Em Awetí, ocorreu a fusão de todos os quatro protofonemas coronais, com o reflexo *t*. Ao passo que, no Mawé, ocorreu a fusão dos protofonemas ***ts* e ***tʃ*, com o reflexo *t*, e dos protofonemas ***tsˀ* e ***tʃˀ*, com o reflexo *h*:

****ts** > *ts : t : t

PT ****pɨtsɨk** ‘pegar, segurar’: PTG ***pɨtsɨk** : MA **pɨtɨk** : AW **pɨtɨk**; PT ****potsɨj** ‘pesado’: PTG ***potsɨj** : MA **potɨj** : AW **potɨj**; PT ****atsukˀ** ‘tomar banho’: PTG ***j-atsuk** : MA **atuk** : AW **atuk**; PT ****tso** ‘ir’ : PTG ***tso** : MA **to** : AW **to**; PT ****etse** ‘posp.’: PTG ***-etse** : MA **ete** ‘em, contra’ : AW **-ete** ‘sobre, a respeito de’;

Observe-se, contudo, que, em Mawé, o prefixo marcador de relação não-contígua apresenta os reflexos *h* ~ *he*, conforme exemplos a seguir:

(1) MA *h-uwaipo* /R^2-rabo/ ‘rabo dele’

(2) MA *aware s-uwajpo* /cachorro R^1-rabo/ ‘rabo do cachorro’

(3) MA *he-harɨ* /R^2-avó/ ‘avó dele’

(4) MA *piʔã e-harɨ* /moça R^1-avó/ ‘avó da moça’

PT ****ts-** ‘marcador de relação não-contígua (R^2)’ (em distribuição alomórfica com****i-**): PTG ***ts-** : MA **h- ~ he-** : AW **t-**;

(13) **ts^{ˀ} > *ts : h : t

PT ****potsˀaŋ** ‘remédio’ : PTG ***potsaŋ** : MA **pohaŋ** : AW **potaŋ**; PT ****atsˀaŋ** ‘grosso’ : PTG ***atsaŋ** ‘baixo e grosso’ : MA – : AW – ; PT ****atsˀem** ‘chegar’: PTG ***w-atsem** : MA – : AW **to-atem, ʔatem** ‘aparecer’;

(14) ****ʈʃ** > *tʃ : t : t

PT ****ʈʃɨt** 'cavador': PTG ***ʈʃɨr** : MA **tɨt-ʔi** : AW **tɨt**; PT ****atʃɨ** 'dor': PTG ***-atʃɨ** : MA **-atɨ** : AW **-atɨ**; PT ****-atʃu** 'grande (aumentativo)' : PTG ***-watʃu** ~ **-utʃu** : MA **-wato** : AW **-watu**; PT ****ʈʃɨ** 'mãe': PTG ***ʈʃɨ** : MA **tɨ** : AW **tɨ**; PT ****ʈʃukˀu** 'morder': PTG ***ʈʃuʔu** : MA **eka-tuʔu** : AW **tuʔu** ; PT ****ɨʈʃɨ** 'veado': PTG ***ʈʃɨ-watʃu** (-watʃu 'aumentativo') : MA **ɨtɨ** : AW **ɨtɨ-wapat** 'veado campeiro'; PT ****ʈʃɨt** 'assar': PTG ***-e-ʈʃɨr** 'assar', **mi-ʈʃɨr** 'assado' : MA **teɨ** : AW **e-tɨt**;

(15) ****ʈʃˀ** > *tʃ : h : t

**** ʈʃˀ** / _ $V^{+alt, -post}$ > *t : h : t

PT ****etʃˀa** 'olho': PTG ***etʃa** : MA **eha** : AW **eta** ; PT ****ɨʈʃˀɨ** 'rio': PTG ***tɨ** : MA **ihɨ** : AW **tɨ**; PMATG ***ʈʃˀɨpap** 'rio seco' : PTG ***tɨpaβ** : MA **hɨpap** : AW **oʔɨpap**; PT ****ʈʃˀem** 'sair' : PTG ***ʈʃem** : MA **tem** : AW **tem**; PT ****pɨʈʃˀã** 'dedo do pé' : PTG ***pɨtsã** : MA **pɨhã** : AW **pɨtã**; PT ****ɨʈʃˀɨpo** 'cipó' : PTG ***ɨʈʃɨpo** : MA **ɨrɨpo** : AW **ɨtɨpo**;

A forma reconstruída para o Proto-Tupí-Guaraní para 'dedo' (**pɨtsã*), no entanto, apresenta o reflexo **ts* ; ao passo que o Sateré-Mawé apresenta formas divergentes tanto na palavra para 'sair' (*tem*), quanto para 'cipó' *(ɨrɨpo*).

(16) Quando precedido ou seguido de vogal nasal, o reflexo do protofonema ***r* é *n* em todas as famílias analisadas, e, quando em posição intervocálica oral, o reflexo é *r* no Proto-Tupí-Guaraní e em Mawé e *ɻ* em Awetí:

****r** / V _ V > *r : r : ɻ

****r** / _ Ṽ > *n : n : n

PT ****ẽri** 'rede de dormir': PTG ***inĩ** : MA ĩ**ni** : AW **inĩ**; PT ****urup^{wˀ}u** 'urubu': PTG ***uruβu** : MA **uruwu** : AW **ɨɻɨwu** ; PT ****rem** 'podre': PTG ***rem/nem** 'fedido': MA **nem** 'podre, fedido'; PT ****perep** 'ferida' : PTG ***pereβ** : MA – : AW **peɻep**;

(17) Quando em posição intervocálica oral, o reflexo de ***r^{j}* é *r* no Proto-Tupí-Guaraní e no Sateré-Mawé e *ɻ* em Awetí, ao passo que em posição inicial, o Mawé apresenta *n* e o Awetí *l*:

****r^{j}** / V_V > *r : r : ɻ

****r^{j}** /#_ > *r : n : l

PT ****er^{j}e-/**er^{j}o-** ‘pref. caus-com’: PTG ***-ero-** : MA **-ere-** : AW **-ezo**; PT ****or^{j}o/**or^{j}e** ‘nós excl.’: PTG ***oro-** , ***ore-** : MA **uru-** : AW **ozo-**; PT ****r^{j}op** ‘amargo’: PTG ***roβ** : MA **nop** : AW **lop**;

(18) O reflexo do protofonema ***k* é *k* em todas as línguas analisadas:

****k** > *k : k : k

PT ****pɨtsɨk** ‘pegar, segurar’: PTG ***pɨtsɨk** : MA **pɨtɨk** : AW **pɨtɨk**; PT ****kɨt, **jukɨt** ‘sal’ : PTG ***jukɨr** : MA **ukɨt** (< *wukɨt) : AW **tukɨt**; PT ****kɨp^{w}ɨt** ‘irmão de mulher’: PTG ***kɨβɨr** : MA **kɨwɨt** : AW **kɨwɨt**; PT ****kat** ‘coisa’: PTG ***kar-** (em **kaɲru* (*kar-+ɲu*) ‘comer (intr.)’ : MA **kat** ‘coisa, o quê?’ : AW **kat** (também em *kat-ɲu* ‘comer (coisas))’; PT ****kat** ‘procurar’: PTG ***e-kar** : MA **kat** : AW **i-kat**; PT ****kaŋ** ‘osso’: PTG ***kaŋ** : MA **kaŋ** : AW **kaŋ**; PT ****kɨt** ‘imaturo, verde’: PTG ***kɨr** : MA **kɨt-ʔi** ‘jovem’ : AW **kɨr** ‘verde’; PT ****akut^{ʔ}i** ‘cutia’: PTG ***akuti** : MA **akuri** : AW **akuri-it** (?); PT ****ʔok** ‘tirar’ : PTG ***ʔok** : MA **ʔok** ‘desenterrar’: AW **ʔok**;

(19) O Mawé fundiu os reflexos dos protofonemas ***k* e ***k^{j}* , apresentando o reflexo *k*. O Proto-Tupí-Guaraní apresenta **k^{j}* diante de vogal anterior e **k* diante de vogal não-anterior. O Awetí apresenta os reflexos *k* diante de vogal não-anterior e *t* e *ts* diante de vogal anterior:

****k^{j}** / #_V^{+ant} > *k^{j} : k : t

****k^{j}** / V_V^{+ant} > *k^{j} : k : ts

****k^{j}** /_V^{-ant} > *k : k : k

PT ****k^{j}et** ‘dormir’ : PTG ***k^{j}er** : MA **ket** : AW **tet**; PT ****ek^{j}e** ‘entrar’: PTG ***ejk^{j}e** ~ **-jk^{j}e** : MA **eke** : AW **etse**; PT ****ɨk^{j}e** ‘irmão sênior de homem’ : PTG ***ɨke-ʔɨr** : MA **ʔɨke-ʔet** : AW **ɨti-ʔɨt**; PT ****ak^{j}up** ‘quente’ : PTG ***-akuβ** : MA **-akup** : AW **-akup**; PT ****k^{j}ũ** ‘língua’: PTG ***kũ** : MA **ẽ-ku** (< ***en-k^{j}ũ* [boca-língua] ‘língua’) : AW **e-kũ**; PT ****k^{j}ap** ‘gordura’ : PTG ***kaβ** : MA **kap** : AW **kap**;

(20) O Mawé e o Proto-Tupí-Guaraní fundiram os protofonemas ***k* e ***k^{w}*, apresentando o reflexo *k*, enquanto o Awetí apresenta *t* diante de vogal anterior, mas *k* em posição final:

****k^{w} /_#** > *k : k : k

****k^{w}** / V_V^{+ant} > *k : k : t

PT ****ek^{w}** ‘casa’: PTG ***ok** : MA **ok** ‘ninho’, ‘teto’ : AW **ok**; PT ****ʔek^{w}** ‘tubérculo, raiz comestível’: PTG ***ʔok** : MA **ʔok** : AW **ʔok**; PT ****ek^{w}en** ‘porta’: PTG ***oken** : MA **oken-ʔɨpɨ** : AW **oten-ap**;

(21) Em todas as línguas analisadas, ocorreu a fusão de ***k*ˀ e ***ʔ* diante de vogal e em posição final, com ***k*:

****kˀ** /_V > *ʔ : ʔ : ʔ

****kˀ** / _# > *k : k : k

PT ****kˀɨp** 'árvore' : PTG ***ʔɨβ** : MA **ʔɨp** : AW **ʔɨp**; PT ****kˀat** 'cair, nascer': PTG ***ʔar** : MA **ʔat** : AW **ʔat**; PT ****ẽkˀen** 'vomitar' : PTG ***w-eʔen** : **eʔen** : **-eʔen**; PT ****ʧukˀu** 'morder': PTG ***ʧuʔu** : MA **eka-tuʔu** : AW **tuʔu** ; PT ****kˀu** 'comer, beber': PTG ***ʔu** : MA **ʔu** : AW **ʔu**; PT ****kˀe** 'fazer, dizer': PTG ***ʔe** ~ **ʔi** : MA **ʔe** : AW **ʔe** ~ **ʔi** 'dizer'; PT ****atsukˀ** 'tomar banho': PTG ***j-atsuk** : MA **atuk** : AW **atuk**;

(22) Em Proto-Tupí-Guaraní e em Awetí, ocorreu, no único exemplo disponível, a fusão de ***k*^{wʔ} e ***ʔ*, situação análoga à de ***k*. Para o Mawé, no entanto, não foram encontrados exemplos para os reflexos deste protofonema:

****k^{wʔ}** > *ʔ : ? : ʔ

PT ****ek^{wʔ}ɨp** 'flecha' : PTG ***uʔɨp** : MA ? : AW **uʔɨp**;

(23) Em Proto-Tupí-Guaraní, o reflexo de ***ŋk* é **k*, exceto quando em posição medial intervocálica, em que ocorre **ŋ*. Em Mawé, o reflexo de ***ŋk* é *ŋ*, exceto quando em posição medial intervocálica, quando se realiza como oclusiva surda precedida por vogal nasalizada: [Ṽk] (cf. (5) e (10) acima). Já em Awetí, o reflexo deste protofonema é *k* e [Ṽk] quando em posição medial intervocálica:

****ŋk** > *k : ŋ : k

****ŋk** / V_V > *ŋ : Ṽk : Ṽk

PT ****ŋkap** 'vespa' : PTG ***kaβ** : MA **ŋap** : AW **kap**; PT ****ŋkɨp** 'piolho' : PTG ***kɨβ** : MA **ŋɨp** : AW **ʔa-kɨp** (lit. 'piolho da cabeça'); PT ****ŋko** 'roça': PTG ***ko** : MA **ŋo** : AW **ko**; PT ****ŋkupˀi** 'cupim': PTG ***kupi-ʔi** : MA **ŋupi-ʔa** : AW **kupi-ʔa**; PT ****ŋkɨt** 'gordo': PTG ***kɨra** : MA **ŋkɨt** : AW **kɨra**; PT ****ŋkam** 'seio': PTG ***kam** : MA **nam** : AW **kam**; PMATG ***ŋkaʔa** 'mato' : PTG ***kaʔa** : MA **ŋaʔa-pɨ** : AW **kaʔa**; PMATG *w**eŋ**kuʔa** 'pilão' : PTG ***uŋuʔa** : MA **wẽkuʔa** : AW **ẽkuʔa**; ****ŋkaŋ** 'seco': PTG ***kaŋ** : MA **ŋaŋ** : AW - ;

O Mawé, contudo, apresenta o reflexo *n* na palavra para seio, provavelmente devido à dissimilação da propriedade [+ grave] (RODRIGUES, com. pes.).

(24) O reflexo do protofonema ***ŋ* é *ŋ* em todas as línguas consideradas:

****ŋ** > *ŋ : ŋ : ŋ

PT ****tʔiŋ** 'fumaça': PTG ***tiŋ** 'fumaça; branco': MA **hiŋ** : AW **tiŋ**; PT ****potsʔaŋ** 'remédio' : PTG ***potsaŋ** : MA **pohaŋ** : AW **potaŋ**; PT ****nuŋ** 'pôr, juntar': PTG * **noŋ** ~ **roŋ** ~ **ruŋ** : MA **nuŋ** 'fazer' : AW **juŋ**; PT ****kaŋ** 'osso': PTG ***kaŋ** : MA **kaŋ** : AW **kaŋ**; PT ****weʔeŋ** 'falar': PTG ***jeʔeŋ** : MA **weʔeŋ** 'estar sábio' : AW **tiʔiŋ**; PT ****tuŋ** 'bicho de pé': PTG ***tuŋ** : MA **jũŋ** : AW **tuŋ** ;

(25) O reflexo do protofonema ***ʔ* é *ʔ* em todas as línguas em apreço:

****ʔ** > *ʔ : ʔ : ʔ

PT ****potiʔa** 'peito' : PTG ***potiʔa** : MA **potiʔa** : AW **poz̧iʔa**; PT ****watʲiʔũ** 'mosquito': PTG ***jatiʔũ** : MA **watiʔũ** : AW **taz̧iʔũ**; PT ****weʔeŋ** 'falar': PTG ***jeʔeŋ** : MA **weʔeŋ** 'estar sábio' : AW **tiʔiŋ**; PMATG ***atiʔɨp** 'ombro' : PTG ***atiʔɨp** : MA **tiʔɨpɨ** : AW **az̧iʔɨp**; PT ****piʔa** 'fígado' : PTG ***piʔa** : MA **piʔa** : AW **tiʔa** 'entranha'; PT ****ʔɨ** 'água' : PTG ***ʔɨ** : MA **ʔɨ** : AW **ʔɨ**; PMATG *ᶯ**kaʔa** 'mato' : PTG ***kaʔa** : MA **ŋaʔa-pɨ** : AW **kaʔa**; PMATG ***aʔĩj** 'semente' : PTG ***aʔĩj** : MA **aʔĩj** : AW **aʔĩj**; PMATG *w**eᶯkuʔa** 'pilão' : PTG ***uŋuʔa** : MA **wẽkuʔa** : AW **ẽkuʔa**; PT ****waʔẽ** 'panela de barro' : PTG ***jaʔẽ** : MA **waʔã** : AW **taʔẽ**; PT ****upiʔa** 'ovo' : PTG ***upiʔa** : MA **upiʔa** : AW **upiʔa**; PT ****ɨkʲe** 'irmão sênior de homem' : PTG ***ɨke-ʔir** : MA **ʔike-ʔet** : AW **ɨti-ʔɨt**; PT ****eʔẽ** 'gostoso' : PTG ***-eʔẽ** 'doce, salgado' : MA **s-eʔẽ** 'salgado': AW **t-eʔẽ**;

(26) O reflexo do protofonema ***j* em posição final é *j* em todas as línguas em estudo:

****j** / _ # > *j : j : j

PT **potsɨj 'pesado': PTG ***potsɨj** : MA **potɨj** : AW **potɨj**; PT **ᵐ**poj** 'cobra' : PTG ***moj** : MA **moj** : AW **moj**; PT ****tãj** 'dente': PTG ***tãj** 'd. humano' : MA **jãj** : AW **tãj**; PMATG ***aʔĩj** 'semente' : PTG ***aʔĩj** : MA **aʔĩj** : AW **aʔĩj**; PT ****uwaj** 'rabo': PTG ***-uwaj** : MA **-uwaj-po** : AW **-uwaj**; PT ****ekɨj** 'puxar': PTG ***ekɨj** : MA **ekɨj** : AW **ekɨj**; PT ****poj** 'alimentar' : PTG ***poj** : MA **poj** : AW **poj**;

(27) Em Proto-Tupí-Guaraní, o reflexo do protofonema ***w* diante de vogal é **j* e em Awetí é *t* e *k* diante de vogal alta não-arredondada. Já no Mawé, é *w* diante de vogal não-alta e alta não-arredondada e *h* diante de vogal alta arredondada:

****w** / _V^{-alt} > *j : w : t

****w** /_$V^{+alt, +arr}$ > *j : h : t

****w** /_$V^{+alt, -arr}$ > *j : w : k

PMATG ****wap^{w}oti** ‘jabuti’ : PTG ***jaβoti** : MA **wawori** : AW **tawozɨ**; PT ****wat^{j}iʔũ** ‘mosquito’: PTG ***jatiʔũ** : MA **watiʔũ** : AW **tazɨʔũ**; PT ****weʔeŋ** ‘falar’: PTG ***jeʔeŋ** : MA **weʔeŋ** ‘estar sábio’ : AW **tiʔiŋ**; PT ****waʔẽ** ‘panela de barro’ : PTG ***jaʔẽ** : MA **waʔã** : AW **taʔẽ**; PT ****watɨ** ‘lua’: PTG ***jatʃɨ** : MA **watɨ** : AW **tatɨ**; PT ****we-** ‘pref. reflexivo’ : PTG ***je-** : MA **we-** : AW **te-**; PT ****pewu** ‘soprar’ : PTG ***peju** : MA **i-pehu** : AW **petu**; PT ****wut** ‘pescoço’: PTG ***jut** ~ **jur** : MA **hut-ʔɨp** : AW **i-tur-ʔɨp**; PT ****wup** ‘vermelho’: PTG ***juβ** ‘amarelo’ : MA **hup** ‘vermelho’ : AW **tuw-** ‘amarelo, alaranjado’; PT ****wɨ** ‘machado’: PTG ***jɨ** : MA **ɨ-wɨ-kap** : AW **ki**; PT ****wɨp** ‘cozinhar, assar’ : PTG ***jɨβ** ‘estar cozido’ : MA **wɨp** ‘assado’ : AW – ;

(28) O protofonema ***i* mantém-se *i* em todas as línguas estudadas, exceto em Awetí quando precedido da fricativa retroflexa coronal, tendo sua articulação recuada para *ɨ*:

****i** > *i : i : i

****i** > *i : i : ɨ / z̡ _

PT ****piʔũ** ‘pium’: PTG ***piʔũ** : MA **upiũ** : AW **piʔũ**; PT ****pit** ‘pele’ : PTG ***pir** : MA **piit** ‘corpo’: AW **pit**; PT ****-upiʔa** ‘ovo’: PTG ***-upiʔa** : MA **-upiʔa** : AW **-upiʔa**; PMATG ***pira** ‘peixe’ : PTG ***pira** : MA **pira** : AW **pira**; PT ****mani** ‘mandioca’ : PTG ***mani** : MA **mani** : AW **mani**; PT ****mi- ‘**nom. obj.’ : PTG ***-mi-** ~ **-emi-** : MA **-mi-** ‘nom. pac.’: AW (**-e-**)**mĩ-**; PT ****tˀiŋ** ‘fumaça’: PTG ***tiŋ** ‘fumaça; branco’: MA **hiŋ** : AW **tiŋ**; PT ****i-** ‘marcador de relação não-contígua’ (em distribuição alomórfica com ****ts-**) : PTG ***i-** : MA **i-** : AW **i-**; PT ****pi** ‘picar (inseto)’ : PTG ***pi** : MA **we-pi** ‘fazer-se picar’ : AW **pi**; PT ****potiʔa** ‘peito’ : PTG ***potiʔa** : MA **potiʔa** : AW **pozɨʔa**; PMATG ***wap^{w}oti** ‘jabuti’ : PTG ***jaβoti** : MA **wawori** : AW **tawozɨ**; PT ****wat^{j}iʔũ** ‘mosquito’: PTG ***jatiʔũ** : MA **watiʔũ** : AW **tazɨʔũ**;

(29) O protofonema ***e* apresenta os reflexos *e*, *i* e *o*. Realiza-se como *o* quando seguido de **p^{w} ou **k^{w}, porém, em Mawé, realiza-se como *e* quando seguido de **$p^{w}V$:

****e** > *e : e : e

****e** > *e : e : i / t _

****e** /_**p^{w}V > *o : e : o

****e** /_**p^{w}#, **k^{w} > *o : o : o

PMATG ***pewu** ‘soprar’ : PTG ***peju** : MA **i-pehu** : AW **petu**; PT ****pepˀo** ‘asa, pena da asa’: PTG ***pepo** ‘asa’: MA **pepo** : AW **pepo**; PT ****et** ‘nome’: PTG ***er** : MA **et** : AW **et**; PT

****etʃ^{ʔ}a** ‘olho’: PTG ***etʃa** : MA **eha** : AW **eta**; PT ****pe/**ape** ‘casca, pele’: PTG ***pe** ‘casca, escama’, ****ape** ‘casco’ : MA **pe** ‘pele, escama’, **ape** ‘casca, concha’ : AW **pe** ‘casca’; PT ****etse** ‘posp.’: PTG ***-etse** : MA **ete** ‘em, contra’ : AW **-ete** ‘sobre, a respeito de’; PT ****er^{j}e-/**er^{j}o-** ‘pref. caus-com’: PTG ***-ero-** : MA **-ere-** : AW **-eʐo**; PT ****ekɨj** ‘puxar’: PTG ***ekɨj** : MA **ekɨj** : AW **ekɨj**; PT ****we-** ‘pref. reflexivo’ : PTG ***je-** : MA **we-** : AW **te-**; PT ****e-** ‘marcador de 2ª. pessoa singular’ : PTG ***e-** : MA **e-** : AW **e-**; PT ****eko** ‘estar em movimento’ : PTG ***eko** ‘estar em movimento, viver’ : MA **eko** ‘modo de vida’ : AW **eko** ‘andar, passar’; PT ****weʔeŋ** ‘falar’: PTG ***jeʔeŋ** : MA **weʔeŋ** ‘estar sábio’ : AW **tiʔiŋ**; PT ****ɨk^{j}e** ‘irmão sênior de homem’ : PTG ***ɨke-ʔɨr** : MA **ʔɨke-ʔet** : AW **ɨti-ʔɨt**; PT ****ep^{w}a** ‘rosto’: PTG ***-oβa** : MA **-ewa** : AW **-owa**; PT ****ep^{w}** ‘folha’: PTG ***-oβ** : MA **-op** : AW **-op**; PT ****ek^{w}** ‘casa’: PTG ***ok** : MA **ok** ‘ninho’, ‘teto : AW **ok**; PT ****ʔek^{w}** ‘tubérculo, raiz comestível’: PTG ***ʔok** : MA **ʔok** : AW **ʔok**; PT ****ek^{w}en** ‘porta’: PTG ***oken** : MA **oken-ʔɨpɨ** : AW **oten-ap**;

(30) O reflexo do protofonema ***ɨ* é *ɨ* em todas as línguas, com exceção da palavra para ‘coxa’ em que todas as línguas estudadas apresentam *u*.

****ɨ** > *ɨ : ɨ : ɨ

****ɨ** > *u : u : u

PT ****pɨ** ‘pé’: PTG ***pɨ** : MA **pɨ** : AW **pɨ**; PT ****pɨk^{ʔ}** ‘queimar’: PTG ***apɨ** : MA **apɨ** ‘fumar’, **-apɨk** ‘queimar’: AW **apɨ**; PT ****pɨt^{ʔ}a** ‘calcanhar’: PTG ***pɨta** : MA **pɨʔa-susa** : AW **ʔa-pɨta**; PT ****pɨtsɨk** ‘pegar, segurar’: PTG ***pɨtsɨk** : MA **pɨtɨk** : AW **pɨtɨk**; PT ****pɨtʃ^{ʔ}ã** ‘dedo do pé’ : PTG ***pɨtsã** : MA **pɨhã** : AW **pɨtã**; PT ****pot^{ʔ}ɨt** ‘flor’ : PTG ***potɨr** : MA **pohɨk** : AW **potɨt**; PT ****potsɨj** ‘pesado’: PTG ***potsɨj** : MA **potɨj** : AW **potɨj**; PMATG ***tʃ^{ʔ}ɨpap** ‘rio seco’ : PTG ***tɨpaβ** : MA **hɨpap** : AW **oʔɨpap**; PT ****^{ŋ}kɨp** ‘piolho’ : PTG ***kɨβ** : MA **ŋɨp** : AW **ʔa-kɨp**; PT ****k^{ʔ}ɨp** ‘árvore’ : PTG ***ʔɨβ** : MA **ʔɨp** : AW **ʔɨp**; PT ****ɨp^{w}a-** ‘alto’: PTG ***ɨβa-te** ‘alto’, ***ɨβa-k** ‘céu’: MA **ɨwa-j** ‘sobre’, **ɨwa-iti** ‘alto’ : AW **ɨwa-k** ‘céu’; PT ****kɨp^{w}ɨt** ‘irmão de mulher’: PTG ***kɨβɨr** : MA **kɨwɨt** : AW **kɨwɨt**; PT ****ap^{ʔ}ɨk** ‘sentar’: PTG ***apɨk** : MA **apɨk** : AW **apɨk**; PT ****watɨ** ‘lua’: PTG ***jatʃɨ** : MA **watɨ** : AW **tatɨ**; PT ****aʔɨt** ‘filho de homem’: PTG ***-aʔɨr** : MA **-aʔɨr-u** : AW **-aʔɨt**; PT ****wɨ** ‘machado’ : PTG ***jɨ** : MA **ɨ-wɨ-kap** : AW **kɨ**; PT ****k^{ʔ}ɨp** ‘perna’ : PTG ***ʔuβ** ‘coxa’ : MA **ʔup** : AW **ʔup**;

(31) O protofonema ***a* mantém-se em todas as línguas analisadas:

****a** > *a : a : a

PT ****pap** ‘morrer’: PTG ***paβ** ‘morrer muitos’, ‘acabar-se’ : MA **pap** ‘morrer muitos’ : AW **pap** ‘acabar’; PT ****potiʔa** ‘peito’ : PTG ***potiʔa** : MA **potiʔa** : AW **poʐɨʔa**; PT ****-upiʔa** ‘ovo’: PTG ***-upiʔa** : MA **-upiʔa** : AW **-upiʔa**; PMATG ***apo** ‘raiz’: PTG ***apo** : MA **apo** : AW **apo**; PMATG ***tʃ^{ʔ}ɨpap** ‘rio seco’ : PTG ***tɨpaβ** : MA **hɨpap** : AW **oʔɨpap**; PMATG ***pira** ‘peixe’ : PTG ***pira** : MA **pira** : AW **pira**; PT ****ap** ‘cabelo’: PTG ***ʔaβ** : MA **as-ap** : AW **ʔap**; PT ****-ap** ‘nom. de circ. e inst.’ : PTG ***-aβ** ~ **-tsaβ** ~ **-taβ** : MA **-h-ap** : AW **-ap**; PT ****ak^{j}up**

‘quente’ : PTG *-**akuβ** : MA **-akup** : AW **-akup**; PT ****ŋkap** ‘vespa’ : PTG ***kaβ** : MA **ŋap** : AW **kap**; PT ****apˀɨk** ‘sentar’: PTG ***apɨk** : MA **apɨk** : AW **apɨk**; PT ****mani** ‘mandioca’ : PTG ***mani** : MA **mani** : AW **mani**; PT ****aman** ‘chuva’ : PTG ***aman** : MA **aman** : AW **aman**; PT ****watʲiʔũ** ‘mosquito’: PTG ***jatiʔũ** : MA **watiʔũ** : AW **taʐɨʔũ**; PT ****amõj** ‘avô’: PTG *-**amõj** : MA **amũ** ‘tio’, **amũ-pot** ‘sogro’ : AW **amũj**; PT ****ʔa** ‘fruta’ : PTG ***ʔa** : MA **-a** : AW **ʔa**; PT ****ʔa** ‘cabeça’ : PTG ***ʔa**, **a-kaŋ** : MA **ʔa-kaŋ** : AW **ʔa-put**;

(32) O protofonema ****u* mantém-se em todas as línguas estudadas, porém em Awetí ocorre o reflexo *ɨ* na palavra para ‘urubu’, provavelmente motivado pela fricativa retroflexa coronal ou por dissimilação:

****u** > *u : u : u

****u** > *u : u : ɨ

PT ****-upiʔa** ‘ovo’: PTG *-**upiʔa** : MA **-upiʔa** : AW **-upiʔa**; PT ****pewu** ‘soprar’ : PTG ***peju** : MA **i-pehu** : AW **petu**; PT ****atsukˀ** ‘tomar banho’: PTG ***j-atsuk** : MA **atuk** : AW **atuk**; PT ****tʃukˀu** ‘morder’: PTG ***tʃuʔu** : MA **eka-tuʔu** : AW **tuʔu** ; PT ****kˀu** ‘comer, beber’: PTG ***ʔu** : MA **ʔu** : AW **ʔu**; PT ****wut** ‘pescoço’: PTG ***jut** ~ **jur**: MA **hut-ʔɨp** : AW **i-tur-ʔɨp**; PT ****wup** ‘vermelho’: PTG ***juβ** ‘amarelo’ : MA **hup** ‘vermelho’ : AW **tuw-** ‘amarelo, alaranjado’; PT ****paku** ‘pacu’ : PTG ***paku** : MA **paku** : AW **paku**; PT ****urupʷˀu** ‘urubu’: PTG ***uruβu** : MA **uruwu** : AW **ɨʐɨwu**;

(33) O protofonema ****o* mantém-se em todas as línguas em apreço:

****o** > *o : o : o

PT ****po** ‘mão’ : PTG ***po** : MA **po** : AW **po**; PT ****potiʔa** ‘peito’ : PTG ***potiʔa** : MA **potiʔa** : AW **poʐɨʔa**; PT ****potˀɨt** ‘flor’ : PTG ***potɨr** : MA **pohɨt** : AW **potɨt**; PT ****potsɨj** ‘pesado’: PTG ***potsɨj** : MA **potɨj** : AW **potɨj**; PMATG ***apo** ‘raiz’ : PTG ***apo** : MA **apo** : AW **apo**; PT ****rʲop** ‘amargo’: PTG ***roβ** : MA **nop** : AW **lop**; PT ****pepˀo** ‘asa, pena da asa’: PTG ***pepo** ‘asa’: MA **pepo** : AW **pepo**; PT ****tso** ‘ir’ : PTG ***tso** : MA **to** : AW **to**;

(34) O protofonema ****ĩ* mantém-se em todas as línguas estudadas:

****ĩ** > *ĩ : ĩ : ĩ

PT ****tˀĩ** ‘muco’: PTG ***tĩ** ‘nariz’: MA **hĩ** ‘muco’ : AW **tĩ** ‘nariz’;

(35) Em Mawé ocorre a mudança de ****ẽ* em *ã* por assimilação com a vogal anterior:

****ẽ** / aʔ_ > *ẽ : ã : ẽ

****ẽ** > *ẽ : ẽ : ẽ

PT ****waʔẽ** ‘panela de barro’ : PTG ***jaʔẽ** : MA **waʔã** : AW **taʔẽ**; PT ****eʔẽ** ‘gostoso’ : PTG ***-eʔẽ** ‘doce, salgado’ : MA **s-eʔẽ** ‘salgado’: AW **t-eʔẽ**; PT ****kaʔẽ** ‘assado’: PTG ***kaʔẽ** : MA **kãʔã** : AW – ; PT ****maʔẽ** ‘olhar’: PTG ***maʔẽ** : AW **maʔe)** : MA –;

(36) O protofonema ***ɨ̃* mantém-se em todas as línguas analisadas:

****ɨ̃** > *ɨ̃ : ɨ̃ : ɨ̃

PMATG ***aʔ̃ɨj** ‘semente’ : PTG ***aʔ̃ɨj** : MA **aʔ̃ɨj** : AW **aʔ̃ɨj**;

(37) O protofonema ***ã* mantém-se em todas as línguas consideradas:

****ã** > *ã : ã : ã

PT ****pɨtʃʔã** ‘dedo do pé’: PTG ***pɨtsã** : MA **pɨhã** : AW **pɨtã**; PT ****tãj** ‘dente’: PTG ***tãj** ‘d. humano’ : MA **jãj** : AW **tãj**; PT ****witã** ‘concha’: PTG ***itã** : MA – : AW **kɨtã**; PT ****wãj** ‘fonte, porto’ : PTG ***jãj** : MA **wã** : AW –; PT ****akã** ‘galho’: PTG ***akã** : MA – : AW **akã**;

(38) O protofonema ***ũ* mantém-se em todas as línguas estudadas:

****ũ** > *ũ : ũ : ũ

PT ****piʔũ** ‘pium’: PTG ***piʔũ** : MA **upiũ** : AW **piʔũ**; PT ****mɨtũ** ‘mutum’ : PTG ***mɨtũ** : MA **mɨjũ** : AW **mɨtũ**; PT ****watʲiʔũ** ‘mosquito’: PTG ***jatiʔũ** : MA **watiʔũ** : AW **taẓɨʔũ**;

(39) O protofonema ***õ* mantém-se em todas as línguas em apreço:

****õ** > *õ : õ : õ

T ****-enõj** ‘contar’ : PTG ***-enõj** : MA **-enõj** : AW **-ejõj**; PT ****mõj** ‘cozer’: PTG ***mõj** em **mi-mõj* ‘cozido’: MA – : AW **mõj**;

2.1.2.2 – Regras de mudanças

Com base nos dados apresentados acima, pode-se postular as seguintes regras de mudanças para cada uma das línguas em estudo:

**p > *β / _# PTG

** p^{w} > *β

** p^{w} > p / _# MA, AW

**p^{w} > w // V

1 – PTG fusão e lenização de *p* e p^{w} → [+cont][+lab]

2 – MA, AW fusão de *p* e p^{w} / _# → [+obst][+lab]

3 – MA, AW sonorização de p^{w} → [+aprox][+lab] // V

**$p^{ʔ}$ > *p PTG, AW, MA

4 – PTG, MA, AW desglotalização de $p^{ʔ}$

**$p^{wʔ}$ > *β PTG

**$p^{wʔ}$ > w // V MA, AW

5 – PTG fusão de p^{w} e $p^{wʔ}$ → [+cont][+lab]

6 – AW/MA fusão de p^{w} e $p^{wʔ}$ → [+aprox][+lab] // V

**^{m}p > *m / #_ PTG, AW, MA

**^{m}p > *m // V PTG

**^{n}t > *n // V PTG

7 – PTG nasalização da [+ocl][-dor] pré-nasalizada

8 – MA, AW nasalização da [+ocl][+lab] / #_

**^{m}p > Ṽp // V MA, AW

**^{n}t > Ṽt // V MA, AW

**^{ŋ}k > Ṽk // V MA, AW

9 – MA, AW desnasalização da [+ocl] pré-nasalizadas // V deslocamento nasalidade

**^{ŋ}k > *ŋ // V PTG

**^{ŋ}k > *k / #_ PTG, AW

**^{ŋ}k > ŋ MA

10 – PTG nasalização da [+ocl][+dor] pré-nasalizada // V

11 – PTG, AW desnasalização da [+ocl][+dor] pré-nasalizada / #_

12 – MA nasalização da [+ocl][+dor] pré-nasalizada

**n > j / _ {VN,Ṽ} AW

13 – AW [+nas][+cor] → [+aprox][+cor] / _ [+nas]

**t > *r / _# PTG

14 – PTG lenização da [+obst][+cor] → [+liq][+cor] / _#

**t > j / #_ MA

15 – sonorização da [+obst][+cor] → [+aprox][+cor] / #_

**t > z$_{ʦ}$ / V _ V$^{[+alt][+ant][-arr]}$ AW

16 – AW lenização da [+obst][+cor] → [+fric][+cor][+retr] / V_V$^{[+alt][+ant][-arr]}$

**t^{j} > *t PTG, MA

**t^{j} > z$_{ʦ}$ / V_V$^{[+alt][+ant][-arr]}$ AW

17 – PTG, MA fusão de *t* e *t^{j}* → [+ocl][+cor]

18 – AW fusão de *t* e *t^{j}* → [+fric][+cor][+retr] / V_V$^{[+alt][+ant][-arr]}$

**t^{ʔ} > *t PTG, AW

19 – PTG, AW fusão de *t* e *t^{ʔ}* → [+ocl][+cor]

**t^{ʔ} > s / _V^{-alt} MA

**t^{ʔ} > h /_V^{+alt}

20 – MA [+obst][+cor][+glo] → [+fric][+cor] / V$^{[-alt]}$

21 – MA [+obst][+cor][+glo] → [+fric][+glo] / V$^{[+alt]}$

**ts > *ts PTG

**ts^{ʔ} > *ts

**tʃ > *tʃ

**tʃ^{ʔ} > *tʃ

22 – PTG fusão das africadas simples com as glotalizadas

[+afr][+cor][+voz][+glo] → [+afr][+cor][+voz][-glo]

[+afr][+cor][-voz][+glo] → [+afr][+cor][-voz][-glo]

**ts > t AW

**ts^{ʔ} > t

**tʃ > t

**tʃ^{ʔ} > t

23 – AW fusão das africadas com a oclusiva coronal [+afr][+cor] → [+ocl][+cor]

**ts > t MA

**tʃ > t

**ts^{ʔ} > h

**tʃ^{ʔ} > h

24 – MA fusão das africadas simples → [+ocl][+cor]

25 – MA fusão das africadas glotalizadas → [+fric][+glo]

**r > *n / _ Ṽ PTG, MA, AW

26 – PTG, MA, AW nasalização do tepe [+liq][+cor] → [+nas] / _ Ṽ

**r > ɾ̃ // V AW

27 – AW [+liq][+cor] → [+fri][+cor][+retr] // V

**r^{j} > *r // V PTG, MA

**r^{j} > n / #_ MA

**r^j > z // V AW

**r^j > l / #_

28 – PTG, MA fusão de r^j e $r \rightarrow$ [+liq][+cor] // V

29 – MA despalatalização e nasalização de r^j / #_

30 – AW fusão de r^j e $r \rightarrow$ [+fric][+cor][+retr] // V

31 – AW despalatalização e lateralização de r^j [+liq][+cor] > [+lat] / #_

**k^j > t / #_V^{+ant} AW

**k^j > ts / V_V^{+ant}

**k^j > *k^j / _V^{+ant} PTG

**k^j > *k /_V^{-ant} PTG, AW

**k^j > k MA

32 – MA fusão de k^j e $k \rightarrow$ [+ocl][+dor]

33 – PTG manutenção de k^j /_$V^{[+ant]}$

34 – PTG, AW despalatalização de k^j /_$V^{[-ant]}$

35 – AW assimilação do traço [+cor] / _$V^{[+ant]}$

**k^w > *k / V^{+ant} PTG, MA

**k^w > *k / _ # AW

**k^w > t / V^{+ant}

**$k^ʔ$ > *k / _# PTG, MA, AW

**$k^ʔ$ > *ʔ /_V

36 – PTG/MA deslabialização de k^w /_$V^{[+ant]}$

37 – AW [+ocl][+dor][+lab] $\rightarrow$ [+ocl][+cor] /_$V^{[+ant]}$

38 – AW deslabialização de k^w /_ #

39 – PTG, MA, AW fusão da dorsal glotalizada e labializada → [+ocl][+dor] / _#

40 – PTG, MA, AW fusão da dorsal glotalizada e oclusiva glotal →[+ocl][+glo] / _V

**w > *j PTG

**w > h / _ $V^{[+alt][+arr]}$ MA

**w > t / _V AW

**w > k /_$V^{[+alt][-arr][-ant]}$

41 – PTG fusão dos *glides* em *j*

42 – MA [+aprox][+lab] → [+fric][+glo] / _ $V^{[+alt][+arr]}$

43 – AW [+aprox][+lab] → [+ocl][+cor] / _ V

44 – AW [+aprox][+lab] → [+ocl][+dor] / _ $V^{[+alt][-arr][-ant]}$

**e > i / t _ AW

e > *o /_p^{w}V PTG, AW

e > *o /_p^{w}#, **k^{w} PTG, MA, AW

45 – AW $V^{[-alt][+ant]}$ → $V^{[+alt][+ant]}$ / [+ocl][+cor] _

46 – PTG, AW $V^{[-alt][+ant]}$ → $V^{[-alt][-ant][+arr]}$ / _ [+ocl][-cor][+lab]

47 – MA $V^{[-alt][+ant]}$ → $V^{[-alt][-ant][+arr]}$ /_ [+ocl][-cor][+lab]V

**i > ɨ / z_ AW

**u > ɨ / z

48 – AW $V^{[+alt]}$ → $V^{[-ant][-arr]}$ // [+retr]

2.1.3 – *RECONSTRUÇÃO DO PROTOSSISTEMA FONOLÓGICO*

Com base nos dados elencados acima, pode-se constatar que as três línguas analisadas mantiveram o sistema vocálico do Proto-Tupí, com seis vogais orais e seis nasais. Observe-se que essas são as únicas famílias do tronco Tupí que mantêm a distinção entre as seis vogais (RODRIGUES, 2005a: 36). O Sateré-Mawé, entretanto, apresenta um quadro diferenciado das demais línguas, com a ocorrência de vogais longas, cuja compreensão e registro divergem consideravelmente entre os autores[184]. SILVA (2005: 70) registra cinco vogais longas [i:, e:, ɨ:, a:, u:], ao passo que FRANCESCHINI (1999: 22) contabiliza seis [i:, e:, ɨ:, a:, u:, o:].

Por outro lado, SILVA (2005: 71) considera que o alongamento da vogal em sílaba tônica[185] com coda preenchida por consoantes oclusivas e nasais é estritamente fonético. Entretanto, parte dos itens lexicais registrados com vogais longas pelos diversos autores preenchem esses requisitos, tais como: *a:t* 'sol', *iama:n* 'chuva', *iwo:t* 'pai dele', *moa:p* 'caminho' (NIMUENDAJÚ, 1929; KOCH-GRÜNBERG, 1932); *mi:t* 'gente', *pɨ:t* 'barriga' (BRANDON & GRAHAM, 1983); *hi:t* 'pequeno', *pa:p* 'morrer pl.' (FRANCESCHINI, 1999); *su:p* 'aqui mesmo' (SILVA, 2005). Há, também, casos de itens lexicais registrados com e sem vogal longa, dependendo do autor, tais como: *mi:t* 'gente', *pi:t* 'corpo', *mɨ:p* 'forno', porém *ɨj* 'terra, chão' (BRANDON & GRAHAM, 1983); *mɨ:p* 'forno' e *ɨj* 'terra, chão' (FRANCESCHINI, 1999); *mi:t* ~ *mit* 'gente', *pi:t* ~ *pit* 'corpo', *mɨp* 'forno', mas *ɨ:j* 'terra, chão' (SILVA, 2005). E ainda outros em que a vogal longa coincide com a ocorrência de uma oclusiva glotal não registrada pelos autores: *ʔat* 'dia, sol' (< PT ***ʔat* 'dia'), *ʔɨj* 'terra, chão' (< PT ***ʔɨj* 'chão'), *muʔap* 'caminho'.

Casos menos ambíguos de ocorrência de vogal longa seriam aqueles não coincidentes com o acento tônico. No entanto, também nessas instâncias há desacordo nos registros dos diversos autores, o que sugere que, embora a ocorrência de uma série de vogais longas no sistema fonológico dessa língua seja um fato, não se pode ainda dizer muito sobre ele, sendo necessários estudos mais aprofundados (cf. NIMUENDAJÚ (1929): *tɨpɨ* 'dois', *atipɨ* 'céu', *wa:tɨ* 'lua', *suhu* 'fumo', *ui* 'farinha', *sa:ri* 'formiga'; KOCH-GRÜNBERG (1932): *a:tipɨ* 'céu', *watɨ* 'lua',

[184] Outras línguas do tronco Tupí, como Tuparí, Makuráp e Jurúna, também apresentam graus distintos de duração vocálica.
[185] O acento em Sateré-Mawé é previsível e recai sempre na última sílaba da palavra (SILVA, 2005: 95; 2006: 1623).

tsohu ‘fumo’, *saːri* ‘formiga’; BRANDON & GRAHAM (1983): *tɨpɨ* ‘dois’, *atipɨ* ‘céu’, *watɨ* ‘lua’, *suhu* ‘fumo’, *uʔi* ‘farinha’, *sari* ‘formiga’; FRANCESCHINI (1999): *tɨːpɨ* ‘dois’, *suːhu* ‘fumo’, *uʔi* ‘farinha’; SILVA (2005): *tɨːpɨ* ‘dois’, *aːtipɨ* ‘céu’, *waːtɨ* ‘lua’, *suːhu* ‘fumo’, *uːʔi* ‘farinha’, *saːri* ‘formiga’).

Vale registrar que o único autor que realizou análise fonológica do Sateré-Mawé foi SILVA (2005), que considerou a questão do alongamento das vogais dessa língua com base na contagem de moras da sílaba, explicitando que a constituição da palavra mínima da língua dá-se pela atribuição prosódica de, pelo menos, duas moras à estrutura silábica (*idem*: 93), atribuindo uma mora ao segmento pós-vocálico dentro da sílaba, de maneira a possibilitar, assim, a ocorrência de monossílabos terminados em vogal longa, como *-uː* ‘sangue’ e *meː* ‘DEM’. Com relação ao acento em palavras dissilábicas, SILVA (2005: 100; 2006: 1626) identificou, com base na análise métrica, o grau de proeminência de sílaba não acentuada que apresenta uma vogal longa, evidenciando que “a vogal longa em Sateré-Mawé apresenta-se como constituinte de uma mesma sílaba com núcleo ramificado”, e explicando, assim, a possibilidade de ocorrência de palavras como *saːri* ‘formiga’ e *uːwi* ‘minhoca’.

Com respeito às demais vogais, percebe-se que, nas três línguas, ocorreu cisão do protofonema ***e*, que se fundiu com o reflexo de ***o*, ao arredondar-se diante das oclusivas labializadas (cf. (29) acima, regras 45, 46 e 47). Deve-se ressaltar, contudo, que o arredondamento da protovogal ***e* seguida de C^w parece ser comum a todas as línguas do ramo oriental do tronco Tupí – Mundurukú, Jurúna, Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní (compare-se PT ***ek*^{w} ‘casa’: TG **ok* : AW *ok* : MA *ok* ‘ninho, teto’ : JU Xi *ak-á* ‘casa, teto’ : MU Mu *ək-ʔa*; PT ***eko* ‘estar em movimento’: TG **eko* ‘estar em movimento, viver’ : AW *eko* ‘andar, passar’ : MA *eko* ‘modo de vida’ : JU – : MU Mu *ekɨ* ‘andar’; e PT ***ep*^{w} ‘folha’ : TG **-oβ* : AW *-op* : MA *-op* : JU Ju *úp-á*, Xi *s-úp-a* : MU Mu *-əp*, Ku *l-ip*/*-ejp*; PT **epɨ ‘paga, recompensa’: TG **epɨ* ‘paga’ : AW *epɨ* : MA – : JU Ju *(i)bɨ́-á* : MU Mu *ei* ‘paga’).

Há, porém, indícios no Sateré-Mawé e no Mundurukú de que, num estágio anterior, mantinha-se ***e* /_***p*^{w}*V* (PT ***ep*^{w}*a* ‘rosto’ : PTG **-oβa* : MA *-ewa* : AW *-owa* : JU Ju *t-abá* ‘cabeça’ : MU Mu *d-opa*, Ku *t-upa*; PT ***ep*^{w}*apok*^{ʔ} ‘aparecer’: TG **oβapo* : MA – : AW – : JU – : MU Mu *ǰ-ebapək*), o que poderia sugerir que o arredondamento manteve-se restrito às situações em que ***e* ocorria diante de ***C*^{w}*#* até o estágio PMATG. Somente após o desmembramento do

Sateré-Mawé desse sub-ramo, é que o PATG estendeu o arredondamento da vogal por assimilação da labialidade da consoante seguinte para ***e* /_***C*^{w}*V*. Note-se, contudo, que o Sateré-Mawé também assimilou o traço [+ arredondado], mudando o PT ***e* em *o* quando este era seguido de *k*^{w}*V* (PT ***ek*^{w}*en* 'porta' : TG **oken* : MA *oken-ʔɨpɨ* : AW *oten-ap*). Não há dados para as famílias Jurúna e Mundurukú nesse ambiente, mas convém assinalar que o mesmo pode também ter ocorrido pelo menos em Mundurukú, como sugere o arredondamento de ***e* / _ *k*^{wʔ}*V* (***ek*^{wʔ}*ɨp* 'flecha': TG **uʔɨβ* : MA – : AW *uʔɨp* : JU – : MU Mu *op*, Ku *oup*), embora os dados sejam extremamente restritos. Ambas as famílias Jurúna e Mundurukú deram continuidade ao processo de mudança de ***e* > *o* > *a* e ***e* > *o* > *ɔ*, respectivamente (RODRIGUES, 2005a: 42).

É interessante observar, ademais, que o PTG e o Awetí não compartilham a mudança que ocorre em Mawé de ***w* / _ *u* > *h* (cf. (27) acima, regra 42); o PT ***w* mudou para **j* no PATG e, posteriormente, para *t* em Awetí (PT ***pewu* 'soprar' : PTG **peju* : MA *i-pehu* : AW *petu*). Da mesma forma, o Sateré-Mawé mudou ***k*^{j} e ***k*^{w} em *k* (cf. (19) e (20) acima), enquanto em PATG ***k*^{j} manteve-se e ***k*^{w} mudou em *k*. Em seguida, quando Awetí e PTG separaram-se, a primeira família mudou ambos em *t* diante de vogal anterior, consonantizando o *glide*, que tem em comum com o *t* o traço coronal (PT ***kʲet* 'dormir' : PATG **kʲet* : PTG **kʲer* : MA *ket* : AW *tet*; PT ***ɨkʲe* 'irmão sênior de homem' : PATG **ɨkʲe-ʔɨt* : PTG **ɨke-ʔɨr* : MA *ʔɨke-ʔet* : AW *ɨti-ʔɨt*; PT ***ek*^{w}*en* 'porta': PATG **oken* : PTG **oken* : MA *oken-ʔɨpɨ* : AW *oten-ap*).

O Awetí apresenta também outras mudanças vocálicas não compartilhadas com as demais línguas, as quais podem estar relacionadas à presença do fonema retroflexo coronal (cf. (28) e (32) acima, regra 48), uma vez que ocorre a centralização da vogal precedida de *ʐ* (PT ***urup*^{wʔ}*u* 'urubu': PTG **uruβu* : MA *uruwu* : AW *ɨʐɨwu*; PT ***potiʔa* 'peito' : PTG **potiʔa* : MA *potiʔa* : AW *poʐɨʔa*; PMATG **wap*^{w}*oti* 'jabuti' : PTG **jaβoti* : MA *wawori* : AW *tawoʐɨ*; PT ***watʲiʔũ* 'mosquito': PTG **jatiʔũ* : MA *watiʔũ* : AW *taʐɨʔũ*). É interessante notar, contudo, que em todas as três famílias em apreço ocorre o arredondamento da vogal *ɨ* na palavra para 'coxa' (cf. (30)), em que ***ɨ* > *u* talvez pela assimilação do traço [+labial] da consoante (PT ***kʔɨp* 'perna' : PTG **ʔuβ* 'coxa' : MA *ʔup* : AW *ʔup*), embora isso não ocorra em outros casos de ***-ɨp#* (PT ***ŋkɨp* 'piolho': PTG **kɨβ* : MA *ŋɨp* : AW *ʔa-kɨp*; PT ***kʔɨp* 'árvore': PTG **ʔɨβ* : MA *ʔɨp* : AW *ʔɨ*; PT ***apʔɨk* 'sentar': PTG **apɨk* : MA *apɨk* : AW *apɨk*).

Retomando as inovações do Awetí, além do fonema *ʐ*, ocorre também a presença de um tepe /l/ que talvez se deva ao contato entre falantes de Awetí e falantes de línguas Aruák xinguanas (MONSERRAT, comunicação apresentada durante o V Congresso Internacional da Abralin, Belo Horizonte, 2007).

No que diz respeito ao Mawé, (9) acima levanta alguns problemas com relação aos reflexos dos protofonemas ***t*, ***tˀ* e ***tʃˀ*, que podem indicar mudanças causadas pelo contato com falantes de outras línguas. Essa língua conservou o ***t* final e o intervocálico e apresenta *j* em posição inicial, enquanto, em PMATG **wapʷoti* 'jabuti' : PTG **jaβoti* : MA *wawori* : AW *tawoʐɨ* tem-se o reflexo *r*. O reflexo de ***tˀ* é sistematicamente *t* em PTG e Awetí, ao passo que o Mawé apresenta os reflexos *s* e *h*, porém em PT ***atˀɨ* 'esposa': PTG **-atɨ* : MA *-arɨ* 'avó', *-arɨ-ʔɨ* 'esposa' : AW *-atɨ* e em PT ***akutˀi* 'cutia': PTG **akuti* : MA *akuri* : AW *akuri-it* tem-se *r*. É possível, contudo, que as formas MA *-arɨ* 'avó' e *-arɨ-ʔɨ* 'esposa' sejam cognatas do PTG **-arɨj* 'avó' e não do PT ***atˀɨ* 'esposa' (RODRIGUES, com. pes.); quanto ao termo para cutia, este ocorre exclusivamente em PTG, Awetí e Mawé e não foi registrado em nenhuma outra família do Tronco Tupí, indicando a possibilidade de que seja um empréstimo Karíb no PMATG (RODRIGUES, com. pes.). Ainda com referência ao protofonema ***tˀ*, o termo para 'calcanhar' apresenta o reflexo *ʔ* (PT ***pɨtˀa* 'calcanhar': PTG **pɨta* : MA *pɨʔa-susa* : AW *ʔa-pɨta*), ainda que, como já foi referido anteriormente, KOCH-GRÜNBERG (1932) registre a forma MA *pɨa-zuza*. Já o reflexo de ***tʃˀ* é *h*, exceto em PT ***ɨ tʃˀɨpo* 'cipó' : PTG **ɨtʃɨpo* : MA *ɨrɨpo* : AW *ɨtɨpo*, onde aparece *r*, o que pode ser devido à influência analógica de alguma outra palavra ainda não identificada (RODRIGUES, com. pes.).

Embora o reflexo desse protofonema em PTG seja **tʃ*, em PT ***itʃˀɨ* 'rio' : PTG **tɨ* : MA *ihɨ* : AW *tɨ* tem-se o reflexo **t*. A origem do termo PTG, contudo, pode ser ***tɨ* 'água na natureza', utilizada também no composto **tɨpaβ* 'rio seco'. Cabe salientar que, nas línguas da família Tupí-Guaraní, ocorreu a extensão semântica do termo para água (**ʔɨ* < ***ʔɨ*) para abranger também o significado de 'rio'. Essa mesma extensão semântica é registrada no Mawé, em que se tem o termo genérico para 'rio' *ɨʔɨ*, além da forma *hɨ*. Esta forma é utilizada quando há especificação de qual é o rio (*marau hɨ* 'rio Marau') ou em construções como *mɨeʔɨm hɨ=ʔok pori=ʔok=pe* [três rio=PART curva=PART=LOC] 'na terceira curva do rio' ou *i-hɨ=ʔok pori=ʔok*

mɨeʔɨm=pe [3-rio=PART curva= PART três=LOC] ‘na terceira curva do rio’ (FRANCESCHINI, 1999, exs. 92 e 93). O mesmo parece ocorrer também em Awetí, em que, apesar da escassez de dados, tem-se o registro de *ʔɨ-watu* [água-grande] ‘lagoa’ e *ʔɨʔɨ-to-jɨt* [água-DIM] ‘riozinho’ (MONSERRAT, 2001: 37).

De acordo com RODRIGUES, em comunicação pessoal, é possível que a forma MA *hɨ* (<***tɨ* ‘água na natureza’) resulte de ***t* > **j* > *h* /_V alta não-arredondada (que seria contraparte de ***w* > *h* /_V alta arredondada), também observável em PTG **jeruti* ‘pomba’ : MA *herut*. Cabe ressaltar que a supressão da vogal final é uma característica que particulariza o Mawé e pode estar relacionada à presença de *r*, o qual se teria modificado em *t* após a queda da vogal (PT ***awuru/aworo* ‘papagaio’ : PTG **ajuru* : MA *ahut* : AW – ; PT ***ɨrʲu* ‘cesta’ : PTG **ɨru* : MA *hɨt* : AW –), conforme observam RODRIGUES & DIETRICH (1997: 277). Note-se que os exemplos contrários à queda regular da vogal final precedida de *r* (PTG **jakare* MA *jakare*; PTG **pira* MA *pira*) são formas que não podem ser reconstruídas para o Proto-Tupí e podem representar casos de empréstimos da Língua Geral Amazônica para o Sateré-Mawé.

Indicativo também de um desenvolvimento histórico diferenciado do Sateré-Mawé é o termo para ‘cabelo’ (*asap*), que é etimologicamente ‘pelo da cabeça’, provavelmente de um estágio anterior do Mawé em que se tinha [*a s-ap* /cabeça R[1]-pelo/ ‘pelo da cabeça’]. Tanto em Awetí como em PTG, a composição [PTG **ʔa-aβ*, AW *ʔa-ap* /cabeça-pelo/ ‘pelo da cabeça’] foi lexicalizada como ‘cabelo’, ao passo que o Mawé parece ter lexicalizado a construção sintática.

O Mawé apresenta ainda temas em que ocorre a assimilação da vogal não-alta (cf. (35) acima), como em PT ***waʔẽ* ‘panela de barro’ : MA *waʔã* e PTG **kaʔẽ* ‘assado’ : MA *kaʔã*, o que não ocorre nem em Awetí, nem em PTG.

Com relação às correspondências fonológicas, deve-se destacar a regularidade em todas as línguas do reflexo dos protofonemas ***ŋ* e ***ʔ* (cf. (24) e (25) respectivamente). No que diz respeito ao protofonema ***ᵑk* (cf. (23)), entretanto, o Awetí mantém correspondência com o PTG, ao passo que o Mawé fundiu os dois protofonemas, ***ŋ* e ***ᵑk*. Da mesma forma, o PTG e o Awetí fundiram os reflexos dos protofonemas ***ts* e ***tsˀ* e ***tʃ* e ***tʃˀ*, primeiramente em **ts* e **tʃ* e, posteriormente, o Awetí mudou todos os dois em *t*, enquanto o Mawé fundiu os reflexos dos protofonemas ***ts* e ***tʃ* em *t* e ***tsˀ*, ***tʃˀ* e ***tˀ* em *h*. Entretanto, o prefixo relacional de

não-contiguidade **ts- não apresenta o reflexo esperado em Mawé (PT **ts- 'marcador de relação não-contígua': PTG *ts- : MA h- ~ he- : AW t-), indicando que esta mudança pode ter ocorrido em momento posterior. Cabe salientar que o Mawé parece ter reinterpretado o sistema de flexão relacional original, ampliando-o consideravelmente e generalizando o uso dessas marcas morfológicas para sintagmas nominais e verbais (cf. Capítulo III).

A lenização dos reflexos de PT **p e **t em final de palavra (cf. (1) e (7), regras 1 e 14, respectivamente), que não é compartilhada pelas famílias Mawé e Awetí, teria ocorrido apenas no PTG, motivada pela frequência com que estes sons lenizavam-se em fronteira de morfema, seguidos de sufixos (como os do caso argumentativo e do caso translativo, assim como quando em composição com temas iniciados por vogal) (RODRIGUES, com. pes.). Note-se, por outro lado, que esta sonorização não teria ocorrido quando temas terminados em *p* combinavam-se com o nominalizador de circunstância *-*ap* (cf. CABRAL & RODRIGUES, 2005: 55).

Outra questão que se deve considerar são os empréstimos. Sabe-se, por exemplo, que o Sateré-Mawé manteve contato prolongado com a Língua Geral Amazônica, língua da família Tupí-Guaraní, a qual deu por empréstimo ou remodelou a fonologia de diversos itens lexicais. Em alguns casos, esses são reconhecidos com relativa facilidade, como, por exemplo, PT **ɨpek^{j} 'pato' : PTG *ɨpek : AW ɨpek : MA ɨpeka (< provavelmente LGA ɨpéka); ou PT **kɨtʃe 'taquara' : PTG *kɨtʃe 'faca' : AW kɨte : MA kɨse (< provavelmente LGA kɨsé), uma vez que não apresentam a forma fonológica esperada para o Mawé, que deveria ser (ɨpek*) para 'pato' e (kɨte*) para 'faca'. O Mawé também registra duas palavras para 'chefe', *morekwat* e *tuisa*, sendo esta última um provável empréstimo da LGA (< *tuiʃáwa*); da mesma forma, essa língua apresenta o termo *kurum* 'menino' e *kurumiwasu* 'rapaz', pelo menos este último termo é seguramente empréstimo da LGA (< *kurumiwasú*), uma vez que o 'AUMENTATIVO' em Sateré-Mawé é -*wato* (< **-*watʃu*)[186].

Também o Awetí apresenta situações análogas, como em PT **e^{n}tɨ 'saliva': TG *enɨ : MA ẽtɨ-hɨ : AW ulɨ, cuja forma tampouco corresponde ao esperado (ẽtɨ*) e apresenta ainda o fonema /l/, inovação fonética provavelmente introduzida pelo contato com línguas Aruák (MONSERRAT, comunicação apresentada durante o V Congresso Internacional da Abralin, Belo Horizonte, 2007).

[186] Os termos em Língua Geral Amazônica encontram-se em MELLO, 1967.

Além desses casos, há também empréstimos de fontes distintas ou desconhecidas, que podem fazer com que alguma das línguas em apreço não compartilhe um determinado item lexical com as demais, como é o caso de PT ***wita* ‘pedra’: PTG **ita* : AW *kɨta* : MA *nu*; ou de PT ***wetʲɨk* ‘batata doce’: PTG **jetɨk* : AW *teʐɨk* : MA *uriuru*; ou PT ***ekʷʔɨp* ‘flecha’ : PTG **uʔɨp* : AW *uʔɨp* : MA *moriʔa*; ou ainda PT ***pe* ‘fumo’ : PTG **pe-tɨm* : AW *pe* : MA *suhu*. É curioso observar que PTG **pe-tɨm* /fumo-plantar/ é um composto que significa literalmente ‘fumo cultivado’ (cf. PTG **tɨm* : AW *tɨm* ‘plantar’), ao passo que ‘plantar’ em MA é *koj* (< PT ***koj* ‘cavar’). Por outro lado, a expressão para ‘fumar’ é composta de ‘fumo’ e ‘ingerir’ tanto em PTG quanto em AW (cf. PTG **petɨʔmu*[187] (< **petɨm-ʔu* /fumo-ingerir/) : AW *pe-ʔu* /fumo-ingerir/), enquanto se tem MA *-apɨ* ‘fumar’ (< PT ***pɨkʔ* ‘queimar’ : PTG **-apɨ* : AW *-apɨ*), embora o Sateré-Mawé também tenha preservado a palavra para ‘ingerir’ (PT ***kʔu* ‘comer, beber’: PTG **ʔu* : AW *ʔu* : MA *ʔu*).

Encontram-se também vocábulos que devem ser empréstimos, uma vez que veiculam conceitos que não fazem parte da cultura indígena e que devem ter sido introduzidos na língua por missionários ou pelo contato com indígenas missioneiros, como em Mawé *tupana* ‘deus’, *tawa* ‘cidade’, *pai* ‘padre’ e *muka* ‘espingarda’, que foram muito provavelmente emprestados da LGA (*tupána, táwa, paí* e *mukáwa*, respectivamente).

Outra questão interessante diz respeito aos verbos plurais que existiam já no Proto-Tupí (RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 283) e que foram mantidos de formas distintas nas línguas descendentes. O Proto-Tupí-Guaraní apresenta algumas poucas formas, como **pap* ‘morrer muitos’, que também apresenta o significado de ‘acabar-se, terminar’, e **kuβ* ‘estar muitos’, ambas descendentes do PT ***pap* ‘morrer muitos’ e ***kup* ‘estar muitos’. O Sateré-Mawé possui essas mesmas duas formas (*pap* e *kup-teʔen*, respectivamente) e ainda outras não compartilhadas nem com o PTG nem com o Awetí, como *wat* ‘ir muitos’ (< ***wat* ‘ir muitos’) e *ʔẽ* ‘vir muitos’ que talvez seja cognato do PTG **ʔẽ* ‘transbordar’. O Awetí, por sua vez, parece não possuir verbos plurais; dentre os itens lexicais coligidos no âmbito desta pesquisa, a única forma encontrada foi *pap* ‘acabar’ (<***pap* ‘morrer muitos’), em que se percebe, no entanto, a ocorrência do deslocamento semântico, também registrada para o PTG.

[187] Em PTG, ocorria a metátese nas composições em que um morfema terminado por consoante era seguido por outro iniciado por oclusiva glotal, conforme Kayabí *-pit* ‘couro’ *+ʔok* ‘tirar’→ /*-piʔok*/ ‘tirar o couro’ (DOBSON, 1988: 133).

Com relação ao deslocamento semântico, cabe observar outros casos interessantes. Há o registro de algumas ocorrências no Proto-Tupí-Guaraní, como PT ***nem* ~ ***rem* 'podre' > PTG **nem* ~**rem* 'mal-cheiroso', além de casos de especialização/extensão de significado, como em PT ***t*ˀ*iŋ* 'fumaça' > PTG **tiŋ* 'fumaça, branco', ou PT ***a*^{m}*pɨ̃j* 'nariz' > PTG **apɨ̃j* 'ponta do nariz', ao mesmo tempo em que ocorreu a mudança de significado em PT ***t*ˀ*ĩ* 'muco' > PTG **tĩ* 'nariz'. Note-se, com respeito a este último exemplo, que o Sateré-Mawé mantém o significado PT de *hĩ* 'muco', enquanto o Awetí acompanha o Proto-Tupí-Guaraní, com o deslocamento semântico 'muco' → 'nariz', AW *tĩ* 'nariz'. O mesmo acontece com PT ***wup* 'vermelho' : PTG **juβ* 'amarelo' : MA *hup* 'vermelho' : AW *tuw-* 'amarelo, alaranjado', em que o Sateré mantém o significado original do termo, enquanto o PTG e o Awetí compartilham a mudança de significado vermelho → amarelo. É importante observar que Awetí e Tupí-Guaraní são as únicas famílias do tronco Tupí que registram esse deslocamento semântico, visto que as demais ou conservam o significado 'vermelho' ou acrescentam o significado de 'maduro'. Ademais, essas duas famílias partilham um novo termo para vermelho, PTG **piraŋ* e AW *pilaŋ*.

O Sateré-Mawé apresenta também diversos casos de deslocamento semântico, como, por exemplo, PT ***pit* 'pele' > MA *piit* 'corpo', em que houve retenção da forma PT, porém com novo significado, enquanto o termo MA para 'pele' é *pe*, que se origina de PT ***pe* 'casca'. Vale ressaltar que as demais famílias do tronco Tupí compartilham o termo PT ***pe* com os significados de 'pele', 'casca', 'casco', 'escama', 'casca de árvore', ao passo que apenas o Jurúna registra o termo *biz-á* 'corpo'. Assim, PTG e AW são aparentemente as únicas famílias que possuem termos diferenciados para 'casca' e 'pele', o que sugere uma inovação conjunta (PTG **pir*, AW *pit* 'pele'; PTG **pe* 'casca, escama', **ape* 'casco', AW *pe* 'casca').

Curioso, em Sateré-Mawé, é o acréscimo do sufixo atenuativo no termo para 'avó' (*-arɨ*) para designar 'esposa' (*-arɨ-ʔĩ* /avó-ATEN/ lit. 'vovozinha'). Ainda entre os termos de parentesco, também se registra nessa língua o deslocamento semântico do termo PT ***amõj* 'avô' > MA *amũ* 'tio', além da formação de uma palavra composta, *amũ-pot* [tio-velho], para designar 'sogro'.

Em relação ao Awetí, além dos exemplos de mudança de significado já citados, vale notar a mudança de PT ***ɨp*^{w}*a-* 'alto' > AW *ɨwa-k* 'céu', da mesma forma como ocorre em PT **ɨβa-k* 'céu'. Interessante também é o deslocamento semântico ocorrido em todas as línguas no

significado do verbo PT **eko* ‘estar em movimento’: PTG **eko* ‘estar em movimento, viver’ : MA *eko* ‘modo de vida’ : AW *eko* ‘andar, passar’, em que Mawé e PTG mantêm algum paralelismo no campo semântico de “viver/vida”, enquanto o Awetí parece reter o significado de ‘movimento’ → ‘andar’. Finalmente, cabe ressaltar o caso sugestivo do termo Awetí *tɨʔa* ‘entranha, barriga’, que é cognato de PTG **tɨʔe* ‘barriga’, sendo, porém, simultaneamente produto de interferência analógica com PT ***pɨʔa* ‘fígado’ (RODRIGUES, com. pes.).

Outros exemplos do Sateré-Mawé que merecem destaque são: PT **katu* ‘bom’ > MA *kahu* ‘bonito’, PT **pwet* ‘antigo’ > MA *pot-ʔi* ‘velho’, PT **ek*^{w} ‘casa’ > MA *ok* ‘ninho’, e PT **nuŋ* ‘pôr, juntar’ > MA *nuŋ* ‘fazer’. Observe-se que, embora se reconstrua o termo PT **katu* ‘bom’, não há registro de cognatos nas demais famílias do tronco Tupí, além das três famílias em apreço, o que poderia sugerir uma origem comum em um estágio PMATG. Da mesma forma, o termo PT **ek*^{w}*en* ‘porta’ não é registrado para as demais famílias do tronco, ao passo que o deslocamento semântico casa → ninho pode sugerir uma antiga polissemia, já que a língua Tuparí registra os dois significados, Tu *ek* ‘casa, ninho’. Por outro lado, o Tuparí apresenta o termo *po:t* ‘velho’, que parece ser cognato do termo PT **pwet* ‘antigo’, que não é registrado para nenhuma outra família do tronco Tupí, além do Mawé.

Em suma, pode-se sugerir, com base nos dados apresentados, que o processo de desglotalização das oclusivas teve início provavelmente no PMATG, sendo as oclusivas labializadas as primeiras a perderem o traço glotal (**p*$^{w\text{ʔ}}$ > **p*^{w} e **k*$^{w\text{ʔ}}$ > **k*^{w}). Também **p*^{ʔ} deve ter-se desglotalizado nesse estágio, fundindo-se com **p*; ao passo que **t*^{ʔ} e as africadas glotalizadas devem ter-se desglotalizado após o desmembramento do Mawé, em estágio PATG, com a fusão dos protofonemas **ts*^{ʔ} e **ts* e **tʃ*^{ʔ} e **tʃ*, visto que o Sateré-Mawé é a única língua que apresenta fricativas como reflexo[188] (**t*^{ʔ} > **t* > AW *t* : MA *s* / _ *V*$^{[-alt]}$, *h* / _ *V*$^{[+alt]}$; **ts*^{ʔ}> **ts* > AW *t* : MA *h* e **tʃ*^{ʔ}> **tʃ* > AW *t* : MA *h*), tendo sobrado provavelmente apenas o **k*^{ʔ}, cujos reflexos em PTG e em AW são *k* e *ʔ*.

Também é possível que no estágio PMATG tenha-se iniciado o processo de cisão do **e*, com a fusão com **o*, devido à assimilação do traço [+arredondado] das consoantes labializadas.

[188] Note-se que em especial as famílias Arikém e Tuparí, e em alguns casos também as famílias Mundurukú e Jurúna, apresentam sistematicamente consoantes fricativas ou a oclusiva glotal como reflexo das protoconsoantes africadas glotalizadas (para um quadro completo das consoantes do tronco Tupí, ver RODRIGUES (2007a)).

Durante esse estágio de desenvolvimento, pode ter ocorrido o contato de falantes de PMATG com falantes de línguas Karíb, resultando no empréstimo, por exemplo, do termo para ‘cutia’, que não é compartilhado com nenhuma outra família do tronco Tupí (PTG **akuti* : MA *akuri* : AW *akuri-it*).

O Sateré-Mawé, em seu desenvolvimento individual, mudou $**t > h$ / _$V^{[+alt][-arr]}$ e $**w > h$ / _$V^{[+alt][+arr]}$, ao passo que o PATG mudou $**w > *j$. Por outro lado, o Mawé mudou $**k^{j}$ e $**k^{w}$ em *k*, enquanto o PATG manteve $**k^{j}$ e $**k^{w} > *k$. Com o desmembramento do PATG, o Awetí deu continuidade às mudanças, de forma que $*j > t$, $*k^{j} > t$ / _ V^{+ant} e $*k > t$ / _ V^{+ant}.

Do ponto de vista do léxico, no estágio PATG deve ter-se dado o deslocamento semântico vermelho → amarelo, com a introdução de um novo termo para ‘vermelho’, assim como deve ter ocorrido também a diferenciação dos termos para ‘pele’ e ‘casca’. Também é possível que a mudança de PT $**t^{ʔ}\tilde{ĩ}$ ‘muco’ > PATG $*t\tilde{ĩ}$ ‘nariz’ tenha ocorrido também nesse estágio de desenvolvimento.

Como se observa, as correspondências fonológicas e lexicais discutidas acima apontam para a ocorrência do sub-ramo Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní e corroboram a hipótese de desmembramento desse sub-ramo a partir da separação da família Mawé, o que permite postular um inventário hipotético de fonemas para os estágios intermediários Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG), conforme o quadro a seguir:

PT	PMATG	MA	PATG	PTG	AW
**p	*p	p	*p	*p, *β	p
**p^{w}	*p^{w}	p, w	*p^{w}	*β	p, w
**$p^{ʔ}$	*p	p	*p	*p	p
**$p^{wʔ}$	*p^{w}	w	*p^{w}	*β	w
**^{m}p	*^{m}p	m, V̰p	*^{m}p	*m	m, V̰p
**m	*m	m	*m	*m	m
**t	*t	t, j	*t	*r, *t	t, ɾ
**t^{j}	*t^{j}	t, rj	*t^{j}	*t	ɾ
**$t^{ʔ}$	*$t^{ʔ}$	s, h	*t	*t	t
**^{n}t	*^{n}t	V̰t	*^{n}t	*n	V̰t
**n	*n	n	*n	*n	n, j
**ts	*ts	t	*ts	*ts	t
**$ts^{ʔ}$	*$ts^{ʔ}$	h	*ts	*ts	t
**tʃ	*tʃ	t	*tʃ	*tʃ	t
**$tʃ^{ʔ}$	*$tʃ^{ʔ}$	h	*tʃ	*tʃ	t
**r	*r	n, r	*r	*n, *r	n, ɾ, j
**r^{j}	*r, *r^{j}	r, n	*r^{j}	*r	ɾ, l
**k	*k	k	*k	*k	k
**k^{j}	*k^{j}	k	*k^{j}	*k^{j}	k, ts, t
**k^{w}	*k^{w}	k	*k^{w}	*k	k, t
**$k^{wʔ}$	*k^{w}	ʔ	*ʔ	*ʔ	ʔ
**$k^{ʔ}$	*$k^{ʔ}$	ʔ, k	*$k^{ʔ}$	*ʔ, *k	ʔ, k
**^{ŋ}k	*^{ŋ}k	ŋ	*^{ŋ}k	*k	k
**ŋ	*ŋ	ŋ	*ŋ	*ŋ	ŋ
**ʔ	*ʔ	ʔ	*ʔ	*ʔ	ʔ
**j	*j	j	*j	*j	j
**w	*w	w, h	*j	*j, Ø	t, k
**i	*i	i	*i	*i	i, ɨ
**e	*e, *o	e, o	*e, *o	*e, *o	e, i, o
**ɨ	*ɨ	ɨ, u	*ɨ	*ɨ	ɨ, u
**a	*a	a	*a	*a	a
**u	*u	u	*u	*u	u, ɨ
**o	*o	o	*o	*o	o
**ĩ	*ĩ	ĩ	*ĩ	*ĩ	ĩ
**ẽ	*ẽ	ã, ẽ	*ẽ	*ẽ	ẽ
**ɨ̃	*ɨ̃	ɨ̃	*ɨ̃	*ɨ̃	ɨ̃
**ã	*ã	ã	*ã	*ã	ã
**õ	*õ	õ	*õ	*õ	õ
**ũ	*ũ	ũ	*ũ	*ũ	ũ

Quadro 2 – Protofonemas reconstruídos para o Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e o Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG)

2.2 – MORFOFONOLOGIA[189]

Com relação aos processos morfofonêmicos, talvez o mais generalizado nas línguas em estudo seja a nasalização (CORRÊA-DA-SILVA, 2009b: 1). Como explica MONSERRAT (1977: 2) para o Awetí, além da nasalidade intrínseca, isto é, vogais e consoantes que são intrinsicamente nasais, ocorre também um processo generalizado de nasalização regressiva no âmbito da palavra, que atinge vogais e *glides* (AW *a-potazõ* [ãbõdãzõ] /1-roubar/ 'roubei'; *jo-pem* [ɲõmẽm] 'beiju'[190]). DRUDE (2009a: 7), em estudo sobre a harmonia nasal em Awetí, considera que a nasalização regressiva atinge vogais e consoantes sonoras, i. é, *glides* e líquidas, além da fricativa retroflexa.

Segundo MONSERRAT (1977: 4), os *glides* apresentam ainda, em Awetí, um processo mais restrito de nasalização progressiva (AW *mitã-jɨt* /anzol-DIM/ [mĩdãɲĩt] 'anzolzinho') que, na interpretação da autora, parece ser vestígio de um processo outrora generalizado em estágio anterior da língua. Na análise de DRUDE (2009a: 3-4), a nasalização progressiva é restrita às consoantes pré-nasalizadas (alofones das oclusivas após vogal intrinsicamente nasal ou nasalizada) e às consoantes em posição final (oclusivas e *j*).

Com efeito, é em relação à nasalização progressiva que se dá a principal divergência nas análises dos autores mencionados, em especial no que diz respeito às consoantes finais. MONSERRAT (1977: 2) opta por privilegiar o caráter puramente fonético da nasalidade das vogais diante de consoante intrinsicamente nasal, resultando na representação AW /kaŋ/ [kãŋ] 'osso' e /tɨm/ [tɨ̃m] 'plantar' no nível mais abstrato da fonologia. Essa interpretação insere a ocorrência de harmonia nasal das vogais diante de consoante final no processo mais amplo de nasalização regressiva da língua. A ocorrência do alofone nasal de *j* em posição final (cf. AW /ãj/ [ãɲ] 'dente') encaixa-se, na perspectiva de MONSERRAT (1977), na regra de nasalização progressiva

---

[189] CORRÊA-DA-SILVA (2009b), versão preliminar deste texto foi apresentada no VI Congresso Internacional da ABRALIN, em João Pessoa, com o título "Da sincronia à diacronia: alguns processos morfofonêmicos em Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní". O texto sofreu modificações, acréscimos e correções na versão atual.

[190] Ruth MONSERRAT (2007a), em seu *Vocabulário* registra *jomem* 'beiju' e *ɨwem* (ʔɨp-pem) 'pá de virar beiju', sendo *ʔɨp* 'pau, árvore', do que se pode concluir que *-pem* é a raiz da palavra beiju e a obstruinte inicial foi nasalizada pelo espraiamento do traço [+ nasal] a partir da consoante nasal final. De forma a manter a coerência entre os dados apresentados neste estudo, foi registrada a forma fonemizada *jo-pem* 'beiju', embora o significado de *jo-* não tenha sido identificado.

exclusiva dos *glides*. DRUDE (2009a: 4), por outro lado, entende que se dá a neutralização do contraste nasalidade/oralidade em posição final de morfema, ocorrendo nessa posição a presença de um arquifonema: AW /a-tuP/ [atup̃] ‘eu vi’, /tãP/ [tãm] ‘aldeia’. Dessa perspectiva, torna-se necessário admitir a ocorrência de nasalidade progressiva para as consoantes finais e as pré-nasalizadas que seguem vogais intrinsicamente nasais ou nasalizadas (cf. AW /e-tãP/ (2-aldeia) [ẽntãm] ‘tua aldeia’). Na análise de DRUDE (2009a), as vogais que podem ocorrer foneticamente como nasais ou orais são consideradas “neutras” (sublinhada) para o contraste nasalidade/oralidade, de forma que no exemplo acima a nasalidade espraia-se à direita, atingindo a consoante final; à esquerda, atingindo o prefixo *e-* ‘2’; e a partir do prefixo, novamente para a direita, transformando a oclusiva em consoante de contorno nasal. O mesmo acontece, naturalmente, com o *glide* em posição final (cf. AW /a-te-kɨ̃j/ (1-REFL-matar) [ãntẽŋkɨ̃jn] ‘eu me matei/machuquei’).

MONSERRAT (1977: 10), entretanto, privilegia interpretação diacrônica e considera a possibilidade de ter ocorrido em estágio PATG uma regra bastante geral de estrutura morfêmica que postulava que toda vogal é nasal após consoante nasal. Vestígios dessa regra seriam algumas formas do Tupinambá com o prefixo *mo-* ‘CAUS’ (Tb *mosɨk* ~ *mondɨk* [mosɨk] ‘fazer chegar’). A própria variação no registro da consoante, ora como nasal, ora como oral, atestaria a tendência ao desaparecimento da regra nessa língua. Tampouco o Awetí seria regular nesse aspecto, segundo MONSERRAT (1977: 10), apresentando a forma *mõtep* [mõdeb] ‘meter, pôr dentro’, com realização nasal, enquanto todas as demais palavras derivadas pelo prefixo causativo são orais: AW *mo-to* [moto] ‘dar (fazer ir)’, *mo-pirʔa* [mopirʔa] ‘molhar’, *mo-kuj* [mokuj] ‘derrubar’, etc. MONSERRAT (1977: 10) conjectura que a possível origem da forma *mõtep* ‘meter, pôr dentro’ seria **mo-tep*. Contudo, RODRIGUES (com. pes.) lembra que não há atestação para a forma *-tep*, sugerindo que esta talvez não seja uma palavra derivada pelo prefixo causativo. Possivelmente, MONSERRAT (2007a) tenha optado por interpretar a vogal como sendo intrinsecamente nasal ao registrar em seu *Vocabulário* a forma *mõtep* ‘enviar’, com vogal nasal e sem indicar a separação do prefixo causativo, como faz com outros itens lexicais, ao lado de formas como *mõte* ‘muitas vezes’.

Ademais, conforme afirma Drude (2009b: 249), com base em modelo de “fonologia declarativa”, “*there is no case of prefix that causes nasality or orality of distant segments of*

other prefixes or stems at their right". Com efeito, é baseado no fato de que os poucos prefixos que contêm segmentos nasais não causam a nasalização da palavra como um todo, que o autor declara:

> *This in turn is an argument for our analysis that the last vowel of the stem is always phonologically (inherently) oral or nasal, differently of most vowels in prefixes and in non-final syllables in stems* (DRUDE, 2009b: 249).

Os exemplos com o prefico *mo-* 'CAUS' dão sustentação à interpretação do autor e demonstram, ainda, que as consoantes nasais também causam nasalização à esquerda: AW *a-mo-tak* /1-CAUS-chorar/ [ãmotak] 'fiz (alguém) chorar', *a-te-mo-tak* /1-REFL-CAUS-chorar/ [ãntẽnmotak] 'fiz-me chorar' (DRUDE, 2009a: 5). Entretanto, o prefixo *-(e)mĩ-* 'NOM.OBJ' parece sugerir o contrário. Deve-se ressaltar, em primeiro lugar, que esse prefixo é reconstruído para o PT ***-mi-* (RODRIGUES, CABRAL & CORRÊA-DA-SILVA, 2006) e ocorre com vogal oral em todas as famílias do tronco Tupí, com exceção do Awetí, possivelmente devido à presença da consoante nasal[191]. Além disso, a vogal nasal do prefixo provoca a nasalização da vogal da sílaba seguinte, contrariando a asserção de DRUDE (2009b: 249), como se vê em AW *mĩ-ʔu* [mĩʔũ] /NOM.OBJ-comer/ 'comida'. Note-se, ainda, que *ʔu* 'comer' (< PT ***kʔu* 'comer, beber') apresenta vogal intrinsicamente oral em Awetí e demais línguas Tupí. Esse processo, entretanto, não é sistemático, como se observa nos exemplos a seguir: AW *(e)mĩ-ʔatopaj* /NOM.OBJ-empurrar/ [(ẽ)mĩʔatopaj] 'o que foi empurrado', *e-mĩ-pwaj-an* /2-NOM.OBJ-pedir-FUT.NOM/ [ẽmĩbw̃ãɲãn] 'o que será pedido por ti' (MONSERRAT, 1977: 4). Observe-se, em relação aos exemplos, que a própria autora (*idem, ibidem*) explica que não se pode pretender que a nasalização de *j* seja causada pela nasal final de *-an*, pois em AW *o-pot-eju-an-mẽ* /3-saltar-CONT-FUT.NOM-ENF/ [oporejãnẽ] 'será saltado mesmo' tem-se *j* oral. Esses dados parecem sugerir o vestígio de um antigo processo de nasalização progressiva fora do âmbito dos *glides*.

Igualmente, ocorre nesta língua um número restrito de casos em que a consoante nasal provoca a nasalização da vogal seguinte. Trata-se de casos cristalizados e não de uma nasalização regular, o que fortalece a hipótese de uma regra geral em estágio mais remoto de

[191] Observe-se que na família Tuparí a consoante *m* caiu em posição inicial diante de *i*, sendo o cognato do prefixo nominalizador de objeto *-i-* em Akuntsú, Mekéns e Tuparí, e *-ĩ-* em Makuráp. Esta última é a única língua Tupí, além do Awetí, em que esse prefixo apresenta forma nasal, tendo o segmento vocálico preservado a nasalidade do morfema após a queda da consoante inicial (RODRIGUES, CABRAL & CORRÊA-DA-SILVA, 2006: 29).

desenvolvimento (AW *ne-ʔekɨt* [nẽʔẽkɨt] ‘favo de mel’, *n-uwaj* [nũwaj] ‘rabo dele’, *me-ɨwã* [mẽ̃ɨwã] ‘pelo caminho’, *mɨ o-páp* [mɨ̃ opáp] ‘vinte’ [lit. pé acabou]) (cf. MONSERRAT, 1977: 9).

Paralelamente a essa regra geral da estrutura morfêmica, MONSERRAT (1977: 10) considera que deve ter existido uma regra que criava consoantes nasais não-contínuas, isto é, consoantes nasais de contorno oral, diante de vogais intrinsicamente orais. Essas nasais não-contínuas foram transcritas nos registros históricos do Tupinambá como *mb*, *nd* e *ŋg*. Essas duas regras, no entanto, são mutuamente neutralizáveis, de forma que a referida autora considera, com base em dados do Tupinambá, nos quais a vogal do sufixo é registrada como oral (cf. Tb *tɨm-ar-a* [tɨmbára] ‘plantador’), que a regra de desnasalização parcial das consoantes seguiria a regra geral da estrutura morfêmica e seria possivelmente decorrente da necessidade de manter oral a vogal do sufixo. Há, contudo, exemplos que atestam que essa regra deveria ser bastante geral, como em Tb *namí* [nambí] ‘orelha’ ou *moná* [mondá] ‘roubar’, não estando restrita aos casos de fronteira de morfema (MONSERRAT, 1977: 10).

Note-se que, em Awetí, esses segmentos de contorno são analisados como um processo de nasalização progressiva. Nessa língua, esses segmentos não-contínuos são interpretados sincronicamente como alofones de /p/, /t/ e /k/ que se nasalizam quando precedidos de vogais nasais (EMMERICH & MONSERRAT, 1972: 5-7; MONSERRAT, 2002: 4-6; DRUDE, 2009a: 3; 2009b: 246), ao passo que são interpretados em Tupinambá (RODRIGUES, 1953: 123) e reconstruídos para o PTG como alofones de /m/, /n/ e /ŋ/ (RODRIGUES, 2007: 188) (PTG **enuβ* ‘ouvir’; AW *-ẽtup* [ẽndup]; MA *-ẽtup* [ẽndup]; PTG **memɨr* ‘filho/a da mulher’; AW *mẽpɨt* [mẽmbɨt]; MA *mẽpɨt* [mẽmbɨt]).

Outro ponto divergente entre as análises desses autores consiste no espraiamento da nasalidade dos/para os sufixos. DRUDE (2009a: 3) considera que a harmonia nasal não ocorre entre sufixos e raiz em Awetí e, em função disso, deixa de avaliar casos de nasalização progressiva, que na análise de MONSERRAT (1977) foram reunidos na regra geral de nasalização progressiva dos *glides* (cf. AW *oɾ̃o-pɨpẽ-ju* /13-costurar-CONT/ [õɾ̃õbɨbẽɲũ] ‘estamos costurando’, *nã-kã-wo* /3-galho-LOC/ [nãgãw̃õ] ‘no seu galho’). A nasalização dos sufixos, contudo, é um quadro complexo que ainda não está bem explicado. MONSERRAT (1977: 3-4) oferece exemplos em que a nasalidade espraia-se, da direita para a esquerda, para além do âmbito da palavra (AW *o-ʔapat-eju tsã* /3-deitar-CONT eles/ [oʔapare̜j̃ũdzã] ‘estão deitados’) e,

da esquerda para a direita, para sufixo com *glide*, mas não com oclusiva final (AW *pɨpẽ-aw* /costurar-GER/ [pɨ̃ɓʒãw̃] ‘costurando’, *pɨpẽ-at* /costurar-NOM.AG/ [pɨ̃ɓjat] ‘costureiro’). Se o espraiamento da nasalidade é bloqueado nos sufixos *-at* ‘NOM.AG, *-ap* ‘NOM.CIRC’ e *-ɨt* ‘ANIM’, que têm o mesmo padrão silábico que o sufixo *-aw* ‘GER’, pela presença da consoante oclusiva em posição final, como aventa MONSERRAT (1977: 4), então o comportamento dos sufixos oferece restrição à ocorrência de um arquifonema em posição final de morfema, conforme a interpretação de DRUDE (2009a).

Por outro lado, MONSERRAT (1977: 5) lista sete sufixos nasais em Awetí (*-an* ‘FUT.NOM’, *-ɨwã* ‘LOC.DIF’, *-eʔɨm* ‘NEG.NOM’, *-aʔɨn* ‘PAS.IMED’, *-wĩan* ‘FUT.IMED’, *-ĩ* ‘ATEN’, *-mẽ* ‘ENF’), dos quais apenas os dois últimos expandem a nasalidade para a raiz, como em AW *ɨwɨt-ĩ* /vento-ATEN/ [ɨ̃w̃ɨt̃ĩ] ‘poeira’ e AW *o-ʔat-mẽ* /3-cair-ENF/ [oʔãnẽ] ‘caiu mesmo’. Note-se que com o sufixo enfático ocorre a assimilação e queda da consoante final da raiz; as vogais não são afetadas (cf. AW *a-ʔok-mẽ* /1-arrancar-ENF/ [aʔõŋẽ] ‘arranquei mesmo’, *jopã-mẽ* /bater-ENF/ [ɲõbãmẽ] ‘bater mesmo’). Já o sufixo atenuativo, pouco frequente e tônico, parece ter sido reinterpretado como parte da raiz (MONSERRAT, 1977: 6).

É interessante observar, ainda, que, em fronteira de morfema, a consoante é realizada como não-contínua diante de alguns sufixos, tais como *-aw* ‘GER’, *-ap* ‘NOM.CIRC.’, *-at* ‘NOM.AG.’, *-(e)ju* ‘CONT’, *-u* ‘NOM’, e como contínua diante de outros, como *-oko* ‘FUT’[192] e *-ɨka* ‘NEG.VERBAL’, conforme exemplos a seguir: AW *tan-aw* /correr-GER/ [tãndãw̃] ‘correndo’, *oten-ap* /porta-NOM.CIRC/ [õdẽndáp] ‘porta’, *tiʔɲ-at* /falar-NOM.AG/ [tĩʔĩ̃ŋgat] ‘o que fala’, *tɨm-eju* /plantar-CONT/ [t̃ɨ̃mbéjũ] ‘estar plantando’, *tem-u* /sair-NOM/ [tẽmbu] ‘a saída’, porém *tɨm-oko* /plantar-FUT/ [t̃ɨ̃moko] ‘plantar (futuro)’, *tan-ɨka* /correr-NEG.VERBAL/ [tãnɨka] ‘não correr’ (MONSERRAT, 1977: 10-11). Ressalte-se, ainda, que nesses dois últimos sufixos, em que não ocorre a realização não-contínua, dá-se a lenização da consoante final da raiz: AW *a-tup-oko* /1-ver-FUT/ [atuβoko] ‘verei’, *ʔan t-emĩ-jat-ɨka* /NEG R[2]-NOM.OBJ-apresar-NEG.VERBAL/ [ʔan tɛmĩ̃ɲarɨka] ‘não apresou nada’.

Vale notar que, embora o Awetí não compartilhe com o PTG a lenização dos reflexos de PT ***p* e ***t* em final de palavra (cf. (1) e (7) respectivamente, em 2.1.2.1), ocorre também nesta

[192] DRUDE (2009a: 4) analisa o sufixo *-oko* como ‘IMPERFECTIVO’ e registra a ocorrência da variação *-ʐoko* ~ *-oko*, sendo a primeira forma utilizada após vogais e a segunda, após consoantes.

língua a lenização das obstruintes em fronteira de morfema, seguidas de sufixos, como nos exemplos acima, e ainda alguns casos em fronteira de palavra: AW *i-potaʐõ-at-put en* /1.OBJ-roubar-NOM.AG-PAS.NOM 2/ [ĩpõtãʐoãmur en] ‘tu me roubaste’ (lit. ‘tu foste o agente do meu roubo’), *kat e-(e)mĩ-tsun-ju* /o que 2.SUJ-NOM.OBJ-cheirar-CONT/ [kar ɛmĩtsunũ] ‘o que tu estás cheirando?’ (lit. ‘o que está sendo cheirado por ti?’). Ademais, conforme indicam CABRAL & RODRIGUES (2005: 55, nota 5), tanto em Awetí quanto em Tupí-Guaraní, entre os temas terminados por *j* e os sufixos nominalizadores *-ap* ‘NOM.CIRC.’ e *-at* ‘NOM.AG’, ocorre o som oclusivo coronal surdo *t*, cuja origem ainda não foi identificada, assim como diante do sufixo de gerúndio *-aw* (cf. AW *kɨ̃j-aw* [kɨ̃ĩjtãw̃] /matar-GER/ ‘matando’, *kɨ̃j-ap* [kɨ̃ĩjtap] /matar-NOM.CIRC/ ‘circunstância da morte’, *t-ejõj-at* [tɛ̃ŋõ̞ĩtat] /R[2]-chamar-NOM.AG/ ‘aquele que chamou’; AW *a-san we-porahaj-ta* /1-vir 1.COR-dançar-GER/ ‘eu vim para dançar’; TG Tb *poj-tar* /alimentar-NOM.AG/ ‘alimentador’, Wa *pira r-ekɨj-ta* /peixe R[1]-tirar-NOM.CIRC/ ‘lugar ou instrumento de pescar’). JENSEN (1990a: 74-75) prefere considerar a ocorrência em PTG de alomorfes para esses sufixos, em vez de propor uma regra de inserção de /t/ (**-ár ~ *-tsár ~ *-tár* ‘NOM.AG’, **-áβ ~ *-tsáβ ~ *-táβ* ‘NOM.CIRC’, **-á ~ *-áβo ~ *-tá* ‘GER’), ao passo que CABRAL & RODRIGUES (2005: 55), ao analisarem o desenvolvimento histórico do gerúndio e do subjuntivo em línguas Tupí, propõem que essa alomorfia já ocorria no estágio PATG.

No que diz respeito ao Mawé, não há estudos morfofonêmicos dessa língua, embora SILVA (2005: 73-76) descreva, de forma preliminar, alguns processos morfofonológicos de caráter geral. Observando-se os dados da língua, no entanto, percebe-se que, no geral, o processo de nasalização é bastante mais restrito do que em Awetí. DRUDE (2009b: 251) apresenta sua versão “declarativa” da harmonia nasal em Sateré-Mawé, porém não oferece exemplos para as assertivas que resumem e explicam o processo; não foi possível, contudo, encontrar dados publicados que corroborassem algumas das afirmações do autor. De maneira geral, entende-se que o espraiamento da nasalidade em Mawé ocorre da direita para esquerda (*idem*, *ibidem*) (cf. MA *mɨp* [mɨp] ‘forno’ e *ɨtɨm* [ɨtɨ̃m] ‘liso’; *ŋap* [ŋap] ‘vespa’ e *iŋaŋ* [iŋãŋ] ‘seco’), mas não tem o mesmo alcance que no Awetí, ficando normalmente restrito a um único segmento, ao contrário do previsto pela análise de DRUDE (*op.cit.*) (cf. MA *ɨhiŋ* [ɨhĩŋ] ‘fumaça’, *muʔujã* [muʔuŋã] ‘dedo’). Note-se que, a não ser que a vogal esteja entre duas consoantes nasais, o espraiamento à esquerda tem como origem a consoante nasal em posição final ou uma vogal nasal em qualquer

posição (cf. MA *manã* [mãnã] ‘senhora’, *samã* [samã] ‘pica-pau’, *hanun* [hanũn] ‘arara’, *imẽpɨt* [imẽmbɨt] ‘filho dela’).

De acordo com os registros de SILVA (2005), esse processo não está restrito ao âmbito da palavra, como se observa no exemplo a seguir: MA *ɨʔɨ sam kuriŋ kahato* [ɨʔɨ sãm gurĩŋ gahato] ‘o rio é muito estreito’, em que se registra a nasalização da vogal que antecede a consoante nasal e a sonorização da consoante que a segue, ou seja, a assimilação do traço [+ nasal] à esquerda e do traço [+ sonoro] à direita, em fronteira de palavra.

O único processo de nasalização à direita ocorre com as obstruintes em posição medial, que são realizadas como não-contínuas seguindo vogal nasal (MA *kamũti* [kamũndi] ‘pote’, *hẽku* [hẽŋgu] ‘língua’) (SILVA, 2005: 56-57). Essa alofonia registrada para os fonemas /p/, /t/ e /k/, sugere a mesma interpretação sincrônica que para o Awetí, conforme visto acima. A diferença de interpretação, entretanto, não elimina as semelhanças nos processos de nasalização nas três famílias analisadas, que são sugestivas de desenvolvimento comum.

FRANCESCHINI (1999), por sua vez, faz referência a variações na realização de consoantes iniciais de alguns lexemas e à diferença entre as formas absoluta e possuída dos nomes inalienáveis. A autora (FRANCESCHINI, 1999: 278), ao referir-se às bases verbais derivadas por meio do prefixo *-mo-* ‘CAUS.I’, explica que:

> *la dérivation se fait à partir de la base de la forme possédée des noms inaliénables si celui-ci présente aussi une forme absolue: forme pos. -pohɨ:t ‘fleur de...’ / forme abs. mohɨ:t ‘fleur’ – a-ti-mo-pohɨ:t mikoj ‘je fais que la plante ait des fleurs’.*

Em realidade, porém, não são apenas os nomes possuíveis que apresentam duas formas, uma com consoante inicial oclusiva oral e outra com sua homorgânica nasal; essa divisão é bastante geral na língua, atingindo tanto temas nominais quanto verbais, como se observa em MA *u-i-ket-hap* /1.IN-ATR.II-dormir-NOM.CIRC/ ‘meu sono’, *ŋet-(h)at* /dormir-NOM.AG/ ‘aquele que dorme’, *ŋet-(h)ap* /dormir-NOM.CIRC/ ‘lugar onde se dorme (> casa)’, *a-ti-mo-ket hirokat* /1.A-AT.I-CAUS.I-dormir criança/ ‘eu fiz a criança dormir’, e que será discutido em maior detalhe a seguir, ao tratar-se da morfossintaxe (Capítulo III). Como se verá adiante, a modificação da qualidade das consoantes mencionada por FRANCESCHINI (1999) corresponde, em realidade, aos alomorfes do prefixo relacional, em especial do prefixo que faz referência a um determinante humano indefinido – R[4] (CABRAL, 2001b: 237), conforme a definição de RODRIGUES (1981).

O que pode ser revelador para a questão aqui distutida, entretanto, é o fato de essa autora mostrar que temas nominais ou verbais realizam-se como orais em construções derivadas pelo sufixo causativo, e como nasais naquelas derivadas pelos sufixos nominalizadores *-hap* e *-hat*, embora registre exemplos que parecem contradizer essa regra. Há, entre seus dados, registros que deixam entrever uma realização nasal após o causativo *mo-*: MA *taʔatu-mo-ŋkɨ(t) re* /3A.PL-CAUS.I-gordura ainda/ 'eles ainda o estão fazendo engordar' (FRANCESCHINI, 1999: 199), ao lado de MA *u-i-kɨt-hap* /1.IN-ATR.II-ser.gordo-NOM.CIRC/ 'minha gordura' (*idem*: 248) e MA *a-re-to* /1.A-MED-ir/ 'fui', *a-ti-mo-to miat* /1.A-AT.I-CAUS.I-ir caça/ 'eu perdi minha caça' (lit. eu fiz ir minha caça) (*idem*: 228), *kamisa mi-mo-nto i-i-pakup* /camisa NOM.OBJ-CAUS.I-ir 3.IN-ATR.II-ser.novo/ 'a camisa que foi perdida era nova' (*idem*: 269). Note-se que, neste último exemplo, FRANCESCHINI (1999: 269), interessada em descrever o processo de derivação por meio do sufixo *mi-* 'NOM.OBJ', que "serve para formar nomes de pacientes a partir de verbos ativos" (*idem*: 266), parece considerar *monto* 'perder' como uma "base verbal ativa" e não como um verbo derivado por meio do prefixo causativo *mo-* (*mo-to* > *mõto* /CAUS.I-ir/ 'fazer ir').

O registro assistemático de formas derivadas com o prefixo causativo *mo-* pode sugerir que, em algum estágio anterior dessa língua, pode ter ocorrido um processo de nasalização em fronteira de morfema, o que seria indicativo de um desenvolvimento conjunto das três famílias em apreço. Nesse caso, a ocorrência da regra de nasalização da vogal após consoante nasal, proposta por MONSERRAT (1977: 10), recuaria possivelmente para o estágio PMATG.

Cabe lembrar, no que diz respeito à família Tupí-Guaraní, que RODRIGUES (1994a: 11) resume esquematicamente as cinco principais regras morfofonológicas do Tupinambá, das quais três referem-se a processos de nasalização, e explicita que nessa língua os prefixos com consoante nasal, *mo-* 'CAUS' e *emi-* 'NOM.OBJ', causam a nasalização do fonema surdo que o segue (Tb *mo-túj* [monúj] 'fazer derramar', *emi-suʔú* [eminuʔú] 'o que se masca'). A nasalização regressiva, por sua vez, atingia as consoantes sonoras e, pelo menos em Tupinambá, esta regra parece ter sido opcional em alguns casos (cf. Tb *eβo-nã* [emonã] 'desse modo'; *ero-sém* [enosém ~ erosém] /CAUS.COM-sair/ 'fazer sair comigo') (JENSEN, 1990a: 72; 1999: 135).

Além disso, o Proto-Tupí-Guaraní deveria apresentar, segundo JENSEN (1999: 135), outros processos de nasalização regressiva e progressiva, atingindo especificamente as consoantes em fronteira de morfema ou palavra. O processo de nasalização progressiva parece

ter sido bastante generalizado, atingindo todas as consoantes surdas em início de morfema (cf. Tb *nupã-katu* [nupãŋatu] /bater-bom/ ‘bater bem (em)’) (JENSEN, 1990a: 59), bem como o fonema /r/ (*idem*: 69) (cf. Tb *tĩ-ram* [tĩnam] /nariz-FUT.NOM/ ‘que vai ser nariz’). E, pelo menos em Tupinambá, ocorria uma regra de nasalização progressiva que se aplicava em gerúndios e nominalizações (JENSEN, 1990a: 68) (cf. Tb *kɨtĩ-áβo* [kɨtĩámo] /cortar-GER/ ‘cortando’).

Por outro lado, ocorre ainda, em Awetí, outro processo distinto de assimilação da nasalidade à esquerda, com ulterior queda da primeira consoante (AW *taʔwát pwã* [taʔwãbw̃ã] ‘garra da onça’), bem como um processo de nasalização da consoante final da raiz, com subsequente queda da segunda consoante do grupo, restrito às palavras derivadas pelo sufixo *-mẽ* ‘ENF’ (AW *oʔát-mẽ* [oʔãne] /cair-ENF/ ‘caiu mesmo’). Os diversos processos de nasalização do Awetí estão descritos e discutidos detalhadamente em MONSERRAT (1977).

Já no Sateré-Mawé, encontram-se evidências de nasalização regressiva atingindo o *glide* /j/. FRANCESCHINI (1999) apresenta *ɲɨɨŋ* ‘dente’ como sendo a forma absoluta para esse item lexical. Contudo, os demais autores que registraram essa língua apresentam formas bastante disintas (MA *h-aĩ* ‘dente’ KOCH-GRÜNBERG, 1932; *u-h-áĩ* ‘meu dente’ NIMUENDAJU, 1929; *u-h-ãin* ‘meu dente’, *e-i-ãin* ‘teu dente’ SIL, 1965; *u-h-ɨɨŋ* ‘meu dente’, *e-ɲ-ɨɨŋ* ‘teu dente’ FRANCESCHINI, 1999). Note-se que esse item lexical é reconstruído para o PT e apresenta formas semelhantes nas diversas línguas (PT ***tãj* ‘dente de gente’; PTG **tãj*; AW *tãj*). Em realidade, o que FRANCESCHINI (1999) registra como /ɲ/ é o morfema *-i-*, realizado como *glide* nasal devido à presença da vogal nasal que lhe segue, a qual foi interpretada como oral pela autora. O mesmo ocorre em MA *i-ãpɨ* [ɲãmbɨ] ‘nariz dele’, embora SILVA (2005: 41) não tenha registrado a nasalização do *glide*.

Embora a nasalização em Mawé seja bastante mais restrita que em Awetí, essa língua apresenta ainda, de acordo com SILVA (2005: 75-6), um processo de nasalização da oclusiva labial ou coronal final em fronteira de palavra quando seguida de fricativa glotal (MA *i-wat h-et* [iwanhet] ‘o nome dela’, *i-asap hun* [ʔiasãmhun] ‘o cabelo preto’). GRAHAM (1995: 31), no entanto, considera que essa regra também é aplicável às oclusivas dorsais, como em MA *i-apɨkok hat-ria* [iapɨkaŋharia] ‘os guardas’ (lit. aqueles que guardam), e explica que “/p/, /t/ e /k/ final nasalizam-se, mantendo o mesmo ponto de articulação antes de morfemas iniciados por /h/”.

Além disso, ocorrem ainda outros processos de nasalização que estão, contudo, inseridos em processos morfofonológicos mais amplos. Este é o caso da assimilação da nasalidade à direita em fronteira de morfema ou de palavra, que, em realidade, faz parte de um processo de sonorização da consoante oclusiva coronal em fronteira de morfema ou de palavra e que atinge diversos sufixos, partículas modais e aspectuais e posposições, como em *teiʔo ~ neiʔo ~ reiʔo* 'IMP.NEG':

(5) MA *ɨt u-i-suk=teiʔo* /NEG 1.IN-ATR.II-espetar=IMP.NEG/ 'não me espeta'

(6) MA *ɨt e-tu-nuŋ=neiʔo* /NEG 2.A-AT.I-fazer=IMP.NEG/ 'não faz isso'

(7) MA *ɨt e-t(a)-a(t)=reiʔo* /NEG 2.A-AT.I-pegar=IMP.NEG/ 'não pega isso/ele'.

O mesmo processo ocorre com a consoante oclusiva labial em fronteira de morfema ou de palavra, como em *pe ~ me ~ we* 'LOC':

(8) MA *aito maués=pe* /12 Maués=LOC/ 'nós estamos em Maués'

(9) MA *belém=me* /Belém=LOC/ 'em Belém'

(10) MA *ŋeta(p)=we* /casa=LOC/ 'em casa'.

Note-se que, em ambas as situações, ocorre a queda subsequente da primeira consoante quando se dá o encontro de duas consoantes da mesma qualidade, como observa GRAHAM (1995:29):

> *When a word ending in /-t/ is followed by a clitic or relational beginning with /t-/ they become an /r/: eriot to > erio ro; iwepiit takat > iwepii rakat. /-t/ contiguous to /t-/ at borders become /r/.*

E, logo adiante, acrescenta (GRAHAM, 1995:31):

> *The same phenomenon occurs when /-p/ is contiguous to /p-/ at borders: at hakup poity'i > at haku woity'i; netap pe : neta we. /-p/ contiguous to /p-/ at borders becomes /w/.*

Essa autora, entretanto, não relaciona o fenômeno à alomorfia que registra para os clíticos:

> *All clitics beginning with /p/ have allomorphs: /pe me/, /puo muo/, /pyi myi/, /pote mote/ are a few. /m-/ allomorphs follows nasals while /p-/ follows all others: yara puo 'in the canoe', belem me 'in Belém'* (GRAHAM, 1995: 31).

Embora, provavelmente, a análise mais econômica seja considerar as mudanças morfofonêmicas das consoantes oclusivas [- dorsais] em conjunto como um processo de sonorização, em que ocorre a assimilação do traço [+ continuante], com ulterior queda da primeira consoante quando precedida de outra da mesma qualidade.

As línguas Tupí-Guaraní também fornecem indícios adicionais de que esses processos de sonorização e nasalização das consoantes não estejam totalmente dissociados, como é o caso do Tapirapé. Segundo LEITE (1977, *apud* JENSEN, 1990a: 64), o termo Tapirapé para 'comprido' apresenta a seguinte alomorfia: *poko* ~ *moko* ~ *woko* (Tp *hap-poko* [hawoko] /folha-comprido/ 'folha comprida', *ham-poko* [hãwoko] /pena-comprido/ 'pena comprida'), sendo que a variante *moko* ocorre após nasal. Também o Tupinambá possuía regra de nasalização da consoante inicial em fronteira de morfema, quando seguido de vogal nasal: Tb *ʔɨpaʔũ-pukú* [ʔɨpaʔũmukú] /ilha-comprida/ 'ilha comprida' (RODRIGUES, 1994a: 11); além da regra de espirantização das consoantes labiais seguidas de *β* e *r*: Tb *táβ-pukú* [táβukú] /aldeia-comprido/ 'aldeia comprida', *kuáβ-meʔẽ* [kuáβeʔéŋ] /saber-dar/ 'mostrar', *ajɨr-mén* [ajɨβén] /filha do homem-marido/ 'genro do homem', *okár-pɨtér* [okáβɨtér] /praça-centro/ 'centro da praça' (RODRIGUES, 1994a: 11). Cabe observar que Tp *ham* 'pena' provém de PTG *-*aβ* 'cabelo' (< PT **-*ap* 'cabelo, pena') e, portanto, o ambiente descrito por LEITE (1977, *apud* JENSEN, 1990a: 64) para o Tapirapé coincide com o ambiente postulado por RODRIGUES (1994a: 11) para o Tupinambá.

Com efeito, JENSEN (1999: 137), em sua caracterização do Proto-Tupí-Guaraní, considera que esse processo de sonorização da consoante labial após consoante continuante não-nasal (**β* e **r*) já ocorria neste estágio de desenvolvimento. As evidências arroladas acima, contudo, sugerem que este processo morfofonológico possivelmente já ocorresse em estágio anterior.

É interessante observar, ademais, que o 'passado nominal' em Tupinambá apresentava as seguintes formas condicionadas fonologicamente: *-p^{w}er* ~ *-m^{w}er* ~ *-wer* 'PAS.NOM' (RODRIGUES, 1994b), sendo que a forma nasal ocorria após vogal nasal e *-wer* após as consoantes (note-se que Tb *ʔáβ* 'cabelo' + *p^{w}er* 'PAS.NOM' → *ʔawéra* 'cabelo fora da cabeça', ao passo que *ʔáβ* 'cabelo' + *pukú* 'comprido' → *ʔáβukú* 'cabelo comprido'). Essa forma, contudo, pode ser reconstruída para o PT **-p^{w}et* 'antigo' (RODRIGUES, com. pes.) e ocorre também em Awetí, *-pút* 'PAS.NOM'. Nesta última língua, para as palavras derivadas por esse sufixo e cuja raiz termina em consoante nasal, ocorre a nasalização da consoante inicial do sufixo e a perda do segmento nasal final da

raiz (AW *káŋ-pút* [kãmút] /osso-PAS.NOM/ ‘osso fora do corpo’, *mén-pút* [mẽmút] /marido-PAS.NOM/ ‘ex-marido’). Entretanto, quando o segmento final é uma vogal nasal, ocorre apenas a sonorização da consoante inicial do sufixo: AW *etɨmã-pút* [ẽd̃ɨmãbút] /perna-PAS.NOM/ ‘perna fora do corpo’ (MONSERRAT, 1977: 6). Além disso, da mesma forma como descrito acima para o Sateré-Mawé e o Tapirapé, em Awetí ocorre ainda a sonorização com assimilação do traço [+ continuante] quando diante de consoante da mesma qualidade, seguida da perda do segmento consonantal final da raiz: AW *ʔɨp-upap-put* [ʔɨwupawut] /pau-lugar-PAS.NOM/ ‘o antigo lugar do pau’ (MONSERRAT, com. pes.), de forma que esta língua apresenta a seguinte alomorfia: *-pút* ~ *-mút* ~ *-bút* ~ *-wut*.

Vale notar que, nesta língua, o processo de sonorização de /p/ com assimilação do traço [+ continuante] não está restrito ao sufixo de passado nominal (AW *ʔɨp-pem* [ʔɨwem] ‘pá de virar beiju’), e observa-se, ainda, a sonorização de /p/ e /t/ diante de vogal, em fronteira de morfema (AW *ʔɨp-upap-put* [ʔɨwupawut] ‘antigo lugar do pau’, *ʔa-kɨp-ap* [ʔakɨwap] ‘pente’; *te-pot-aʔaŋ* [teporaʔaŋ] ‘contar números’, *kat-ut* [karut] ‘balde’).

Percebe-se, pois, com base no exposto acima, que o processo de sonorização da consoante labial é comum às três famílias linguísticas analisadas e que deve, portanto, ter ocorrido em estágio anterior, possivelmente em PMATG, em ambiente oral, com a espirantização da consoante conforme explicitado pela regra formulada por JENSEN (1990a; 1999) para o PTG, mas também com a nasalização da consoante em ambiente nasal, como sugerem os dados do Tapirapé e do Tupinambá, bem como os do Awetí e do Sateré-Mawé. Esta última língua, no entanto, parece ter generalizado a regra para abranger não apenas as consoantes labiais, mas também as coronais.

Capítulo III

Análise Diacrônica:

Morfologia e Morfossintaxe

> *"Language is probably the most self-contained, the most massively resistant of all social phenomena. It is easier to kill it off than to disintegrate its individual form."*
>
> Edward Sapir[193]

Neste capítulo apresenta-se uma apreciação diacrônica da morfologia das línguas Sateré-Mawé, Awetí e Proto-Tupí-Guaraní, considerando categorias relacionais e inerentes, de forma a lançar alguma luz sobre o desenvolvimento histórico das famílias linguísticas em questão. São ainda considerados determinados aspectos morfossintáticos dessas três línguas, enfocando principalmente questões relacionadas ao sistema de flexão relacional e às classes morfológicas de temas, à flexão de pessoa e ao sistema de codificação dos argumentos, no entendimento de que esses aspectos são potencialmente importantes para fundamentar hipóteses de alcance histórico. Com base nas correspondências morfológicas identificadas, e de acordo com o desenvolvimento fonológico considerado anteriormente, apresenta-se uma proposta de reconstrução de estágios intermediários de desenvolvimento.

[193] SAPIR, Edward. 1921. *Language. An introduction to the study of speech*. New York: Harcourt Brace.

3.1 – MORFOLOGIA

As correspondências morfológicas entre as línguas Sateré-Mawé, Awetí, Proto-Tupí-Guaraní e Proto-Tupí são apresentadas a seguir de forma sistemática, avaliando as semelhanças e diferenças entre elas, com o intuito de elucidar o desenvolvimento histórico dessas línguas a partir do Proto-Tupí e dos estágios intermediários a partir dos quais se desenvolveram como línguas independentes. Tomando-se por base as mudanças fonológicas apresentadas anteriormente, são discutidas as congruências estrutural, funcional, semântica, fonológica e etimológica que permitem dar sustentação às propostas de protoformas intermediárias para os estágios Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG).

Esta análise histórico-comparativa, inspirada no roteiro utilizado por JENSEN (1990a) com base na descrição do Tupinambá de RODRIGUES (1981), apoia-se no esquema classificatório elaborado por SAPIR (1921b: 101), que distingue entre conteúdo material – básico e derivacional – e relacional – puro e concreto –, e incorpora as categorias gramaticais elencadas por ANDERSON (1985a: 10). Parte-se, então, das categorias relacionais e das que se manifestam por meio de concordância para, finalmente, abordar as categorias inerentes (derivacionais) (cf. ANDERSON, 1985b: 172). O objetivo desta seção, entretanto, não é identificar classes de palavras e, dado o viés diacrônico da análise, fundamenta-se em abordagem transcategorial, visto que diferentes línguas podem não apenas delimitar de maneiras distintas as classes lexicais, como também tratar o "lexical" e o "gramatical" de formas diferentes (BYBEE, 1985: 7).

As fontes de dados utilizadas para esta análise foram as que seguem: (i) Awetí – MONSERRAT (1975; 1976; 2000; 2001; 2007a) e BORELLA (2000); (ii) Mawé – GRAHAM, GRAHAM & HARRISON (1984), GRAHAM (1995), RODRIGUES & DIETRICH (1997), FRANCESCHINI (1999; 2002), SIL (1963a; 1963b; 1965; 1978) e SUZUKI (1997); (iii) Proto-Tupí-Guaraní e Proto-Tupí – JENSEN (1999) e RODRIGUES & DIETRICH (1997). As glosas referentes aos exemplos do Awetí e do Sateré-Mawé refletem a interpretação sincrônica dos autores consultados, exceto nos casos indicados. Dados de línguas Tupí-Guaraní são: Ka'apór – CORRÊA-DA-SILVA (1997); Wayampí – JENSEN (1990a); Tupinambá – JENSEN (1999); RODRIGUES (2001b); Asuriní – CABRAL & RODRIGUES (2005).

3.1.1 – CATEGORIAS RELACIONAIS

De acordo com a definição de ANDERSON (1985b: 172), as categorias relacionais são aquelas que refletem a posição que a palavra ocupa em estruturas maiores; elas indicam de maneira formal sua posição na construção sintática. Algumas propriedades gramaticais que se manifestam por meio de concordância são abordadas em conjunto com as categorias relacionais, unindo em um mesmo item os dois tipos de conceitos relacionais evidenciados pela classificação de SAPIR (1921b: 101).

3.1.1.1 – Prefixos relacionais

3.1.1.1.1 – *indica a contiguidade do determinante em relação ao núcleo, com o qual forma uma unidade sintática*

PT ****t̀- ∞ **∅-** 'CONTIGUIDADE'/'R[1]' : PMATG ****t̀- ∞ ∅-**: PATG ***(r- ~ n-) ∞ ∅-** : PTG ***(r- ~ n-) ∞ ∅-** : MA **h- (?) ∞ s-** 'ÍNDICE.RELAÇÃO' : AW **n- ∞ ∅-** 'M/F.GENÉRICO'

As línguas Tupí-Guaraní distinguem duas classes arbitrárias de temas de acordo com sua combinação com os alomorfes deste prefixo. As classes morfológicas de temas e o processo morfossintático de marcação de dependência de um determinante são apresentados adiante de forma mais detalhada (cf. 3.2). Esta seção limita-se a apresentar e comentar brevemente as ocorrências de formas cognatas desses prefixos nas línguas abrangidas por este estudo. Note-se que a protoforma fonológica deste prefixo apenas pôde ser reconstruída para o PT muito recentemente (cf. CABRAL *et alii*, 2009: 2-3), embora existam indícios de sua ocorrência em diversas línguas Tupí (RODRIGUES & CABRAL, 2005). Evidências da presença de pelo menos alguns prefixos do paradigma em línguas deste tronco linguístico sugerem que a divisão dos temas em classes morfológicas arbitrárias já deveria ocorrer nesse estágio mais antigo de desenvolvimento.

O paradigma de prefixos relacionais foi descrito primeiramente por ANCHIETA (1595: 12v-13) para o Tupinambá, destacando a natureza impessoal desses prefixos e indicando sua relação com a contiguidade sintática do determinante de nomes, verbos e posposições. Note-se

que essas são as únicas classes lexicais dotadas de flexão nas línguas Tupí-Guaraní (JENSEN, 1999: 146).

Observe-se, em relação a essa família linguística, que a maior parte das línguas que a compõe não apresenta prefixos pessoais ou pronomes dependentes de terceira pessoa e essa ausência é, em parte, suprida pelo paradigma de prefixos relacionais, composto pelos quatro primeiros prefixos apresentados nesta seção. Dessa forma, o prefixo PTG **i-* (3.1.1.1.2), frequentemente interpretado como terceira pessoa (JENSEN, 1990b: 120; 1999: 147), possui uma distribuição que complementa a do prefixo de contiguidade PTG **r-* e ocorre na ausência de quaisquer pronomes dependentes e da expressão do determinante:

(11) PTG **jakare r-etʃa* /jacaré R[1]-olho/ 'o olho do jacaré'

(12) PTG **tʃe r-etʃa* /1 R[1]-olho/ 'meu olho'

(13) PTG **ts-etʃa* /R[2]-olho/ 'olho dele'

O Awetí apresenta um quadro diferenciado, uma vez que essa língua distingue a fala masculina da feminina nos "prefixos nominais, nos demonstrativos, em alguns nomes e no pronome-objeto de terceira pessoa" (MONSERRAT, 1976: 15, nota 3), estabelecendo a distinção de gênero dentro de cada classe morfológica de tema. Além disso, os temas que se referem aos nomes alienáveis apresentam, após o prefixo pessoal, o prefixo indicador de posse alienável AW *e-* (< PT ***e-*). Note-se também a presença de um *t-* entre o prefixo relativo de primeira pessoa do singular e os temas iniciados por vogal.

(14) AW *i-po* /1-mão/ 'minha mão', *it-up* /1-pai/ 'meu pai', *it-e-kɨte* /1-POS.ALI-faca/ 'minha faca', *it-Ø-ok* /1-POS.ALI-casa/ 'minha casa'

(15) AW *nã-po* /3.M-mão/ 'mão dele', *n-up* /3.M-pai/ 'pai dele', *n-e-kɨte* /3.M-POS.ALI-faca/ 'faca dele', *n-Ø-ok* /3.M-POS.ALI-casa/ 'casa dele' (homem falando)

(16) AW *i-po* /3.F-mão/ 'mão dele', *t-up* /3.F-pai/ 'pai dele', *t-e-kɨte* /3.F-POS.ALI-faca/ 'faca dele', *t-Ø-ok* /3.F-POS.ALI-casa/ 'casa dele' (mulher falando)

(17) AW *i-ʔɨkuʔatẽpap* /1-fígado/ 'meu fígado', *kaʔjɨt ʔɨkuʔatẽpap* /macaco fígado/ 'fígado do macaco'

(18) AW *i-poʒɨʔa* /1-coração/ ‘meu coração’, *topepɨrɨt poʒɨʔa* /jacaré coração/ ‘coração do jacaré’

(19) AW *it-uwɨk* /1-sangue/ ‘meu sangue’, *ajte uwɨk* /homem sangue/ ‘sangue do homem’

Vê-se, pois, que em Awetí não ocorre um prefixo equivalente ao do PTG **r* no sintagma genitivo, o qual, quando o determinante é um nome, constitui-se pela simples justaposição dos dois nomes e, quando o determinante é um pronome, expressa-se pela prefixação do morfema marcador de posse. Por outro lado, em decorrência da hierarquia referencial em línguas Tupí-Guaraní, quando o paciente é hierarquicamente superior ao agente os verbos transitivos referem-se ao objeto – por meio de um nome ou pronome e o prefixo relacional de contiguidade – e o sujeito não é expresso (MONSERRAT & SOARES, 1983: 165), como em Tb *sjé r-enõj* /1 R[1]-chamar/ ‘me chamaram’. Conforme a análise das autoras (MONSERRAT & SOARES, *op.cit*), em Awetí também ocorre a hierarquia referencial, mas o objeto vem marcado no verbo transitivo por meio de prefixos objetivos (cf. MONSERRAT, 1976: 7): AW *i-katuká* /1.OBJ-pintar/ ‘me pintaram’, *it-ẽtup* /1.OBJ-ouvir/ ‘me ouviram’. Também neste caso, o Awetí não apresenta nem uma estrutura equivalente à reconstruível para o PTG, nem um prefixo correspondente ao prefixo relacional de contiguidade PTG.

Contudo, MONSERRAT (2000: 1) identificou um morfema *n-* como marcador genérico de fala masculina, o qual aparece em contextos equivalentes ao prefixo PTG de contiguidade em oposição a um morfema *Ø-*, que seria nesse caso indicativo de fala feminina:

(20) AW *jatã n-apo* /DEM.M M.GEN-raiz/ ‘esta raiz’ (homem falando)

(21) AW *uja Ø-apo* /DEM.F F.GEN-raiz/ ‘esta raiz’ (mulher falando)

(22) AW *jatã n-op*/DEM.M M.GEN-folha/ ‘esta folha’ (homem falando)

(23) AW *uja Ø-op* /DEM.F F.GEN-folha/ ‘esta folha’ (mulher falando)

A distinção entre discurso masculino e feminino, no entanto, não explica a ocorrência dos morfemas *n-* ~ *Ø-* nos exemplos abaixo, que sugerem, com efeito, uma interpretação como prefixo relacional de contiguidade (*Ø-*) e não-contiguidade (*n-*):

(24) AW o-tep ti o-to-aw Ø-aʔɨn nã-pot-ʔap-u ti n-aʔɨn /3.INT-subir PART 3.COR-ir-GER ?-COMPL 3-AG-cortar-NOM PART ?-COMPL/ ‘ele subiu, foi e cortou’

(25) AW nã-pot-ʔu-tu ti nã met n-aʔɨn ẽ mã n-ete o-majõ Ø-aʔɨn /3-OBJ.GEN-comer-NOM PART 3 ENF ?-COMPL ENF aqui ?-POSP 3.INT-morrer ?-COMPL/ ‘terminado seu comer, ele morreu’

Ressalte-se que o prefixo de terceira pessoa relativo à fala masculina (*nã-* ~ *n-*) apresenta forma correspondente à variante fonológica deste prefixo de contiguidade reconstruído para o PTG (**r-* ~**n-*). É interessante observar, ainda, a correspondência de forma entre o prefixo objetivo de primeira pessoa (*i-* ~ *it-*) – a série de prefixos objetivos é idêntica à dos prefixos possessivos – e o prefixo de terceira pessoa relativo à fala feminina (*i-* ~ *t-*). Se a coincidência fonológica for indicativa de coincidência etimológica, torna-se evidente que a restruturação interna da flexão relacional do Awetí deveu-se à necessidade de incorporar ao sistema a distinção de gênero, tendo a forma derivada de um antigo prefixo relacional de contiguidade sido identificada ao marcador da fala masculina e aquela correspondente ao relacional de não-contiguidade, identificada ao marcador de fala feminina (cf. 3.1.1.1.2). Note-se, contudo, que em Awetí, nesses casos residuais em que esses prefixos não funcionam como indicadores do gênero do falante, eles parecem estar invertidos, pois *nã-* ~ *n-*, em (24) e (25), referem-se à não-contiguidade do determinante – R^2, portanto. Deve-se salientar, ademais, que se essas formas forem cognatas, é possível considerar, diacronicamente, a ocorrência do alomorfe *Ø-* ‘R^1’ deste prefixo em sintagmas genitivos (cf. AW *ʔɨp Ø-apo* /árvore R^1-raiz/ ‘raiz da árvore’).

Por outro lado, os dados discutidos acima indicam a reconstrução da protoforma PATG **r-* ~ **n-* para esse prefixo de contiguidade, embora o reflexo de PT ***tʔ* seja *t* tanto em Awetí quanto em Tupí-Guaraní (cf. 2.1.2.1), ocorrendo apenas uma instância em PTG em que PT ***tʔ* final apresenta o reflexo PTG **r* (PT ***ɩʲʷatʔ* ‘sol’ : PTG **kʷar* : AW *kwat*). Note-se, ainda, que PT ***n* > PTG **n*, AW *n* e PT ***r* > PTG **r*, o que pode sugerir um desenvolvimento diferenciado conjunto das famílias Awetí e Tupí-Guaraní.

No que diz respeito ao Sateré-Mawé, RODRIGUES & DIETRICH (1997: 278) assinalam uma correlação entre PTG **r-* e MA *h-*, que se verifica em uma das classes de temas nos verbos transitivos com objeto em foco (cf. GRAHAM, GRAHAM & HARRISON, 1984) ou voz inativa (cf.

FRANCESCHINI, 1999) como marca de sujeito de terceira pessoa. Os exemplos arrolados por RODRIGUES & DIETRICH (*op.cit.*), baseados especialmente nos dados do casal Graham, no entanto, não puderam ser confirmados em publicações mais recentes. Com efeito, observa-se no Sateré-Mawé, assim como no Awetí, o uso da série inativa de prefixos para marcar no verbo transitivo o paciente, apresentando uma estrutura que não é equivalente à do PTG.

(26) MA *a-h-enoi* /12.IN- ATR.I-ensinar/ 'nos ensinam' (somos ensinados) / PTG **ore r-enõj* /12 R[1]-chamar/ 'nos chamam' (somos chamados)

À diferença do Awetí, contudo, o Sateré-Mawé parece ter expandido analogicamente o uso do prefixo para fazer referência ao agente não expresso, indicando a reinterpretação do sistema de flexão relacional nesta língua (cf. 3.1.1.1.2). Ademais, a série inativa também é utilizada para marcar a posse nos sintagmas genitivos, os quais diferentemente das demais línguas analisadas, combinam-se com uma variedade de prefixos atributivos, além de *h-*:

(27) MA *u-he-sokpe* /1.IN-ATR.I-roupa/ 'minha roupa', *uru-e-sokpe* /13. IN-ATR.I-roupa/ 'nossa (excl.) roupa', *paulo e-sokpe* /paulo ATR.I-roupa/ 'a roupa de paulo'

(28) MA *u-i-ʔiat* /1.IN-ATR.II-casa/ 'minha casa', *uru-Ø-ʔiat* /13.IN-ATR.II-casa/ 'nossa (excl.) casa', *paulo Ø-ʔiat* /paulo ATR.II-casa/ 'a casa de paulo'

(29) MA *u-h-ãj* /1.IN-ATR.II-dente/ 'meu dente', *uru-i-ãj* /13.IN-ATR.II-dente/ 'nosso (excl.) dente', *aware i-ãj* /cachorro ATR.II-dente/ 'o dente do cachorro'

(30) MA *u-h-et* /1.IN-ATR.II-nome/ 'meu nome', *uru-s-et* /13.IN-ATR.II-nome/ 'nosso (excl.) nome', *Ø-h-et* /3.IN-ATR.II-nome/ 'nome dele'

(31) MA *Ø-h-uwaipo* /3.IN-ATR.II-rabo/ 'rabo dele', *aware s-uwaipo* /cachorro ATR.II-rabo/ 'rabo do cachorro'

Conforme indica FRANCESCHINI (1999: 26, 34), os nomes que se combinam com os índices atributivos I (*he-* ~ *e-*) são alienáveis, o que sugere que MA *e-* é, de fato, prefixo mediador de posse alienável cognato de AW *e-* e PTG **e-* (< PT ***e(p)-*), sendo MA *h-* o mesmo índice de relação das outras classes de temas. Vale salientar que os reflexos de PT ***t'* em Sateré-Mawé são MA *h, s* e *ʔ* e que o único item lexical registrado com o reflexo MA *r* (PT

**$at^{\text{ʔ}}$ɨ ‘esposa’ : PTG *-*atɨ* : MA -*arɨ* ‘avó’, -*arɨ-ñ* ‘esposa’) pode ser cognato de PTG *$arɨj$ ‘avó’ e não de *-*atɨ* ‘esposa’.

Percebe-se, dessa forma, que mesmo que algumas ocorrências do prefixo MA *h*- possam ser correlacionadas – pelo menos estruturalmente – ao prefixo PTG **r*-, o Sateré-Mawé apresenta um quadro mais variado de prefixos, provavelmente de diversas origens, que foram reinterpretados e integrados a um sistema complexo, porém extremamente homogêneo. Ressalte-se que os alomorfes dos índices de relação apresentam-se em distribuição complementar nos paradigmas nominal e verbal e que essa variação é regular: todos os verbos e nomes de uma classe apresentam os mesmos alomorfes para o mesmo prefixo pessoal (FRANCESCHINI, 2002: 224, nota 6).

É interessante observar, ademais, que, para uma das classes de temas, os verbos transitivos com sujeito em foco (cf. GRAHAM, GRAHAM & HARRISON, 1984) ou voz ativa II (cf. FRANCESCHINI, 1999) indicam o objeto de terceira pessoa por meio deste mesmo prefixo MA *h*- (cf. MA *a-h-enoj* /1.A- AT.II-ensinar/ ‘eu (o) ensino’).

Deve-se ressaltar que RODRIGUES & DIETRICH (1997: 278) registram a correspondência PTG **r* : MA *h* também no sufixo subordinador: PTG *-*ramo* : MA -*hamo* ‘SUB’. Note-se, contudo, que o morfema subordinador do Sateré-Mawé é formado pela combinação do sufixo nominalizador de circunstância MA -*hap* (< PT **-*ap*) e do sufixo locativo direcional -*wo*, resultando no subordinador de finalidade MA -*ha(p)-mo*[194] (cf. 3.1.1.4.1); ao passo que o sufixo do subjuntivo de contemporaneidade ou condição PTG parece ter-se originado da extensão do uso do sufixo de caso translativo PTG *-*amo* ~ *-*ramo* para temas verbais (cf. RODRIGUES & CABRAL, 2006: 22), o que sugere que apesar da correspondência estrutural não há coincidência etimológica entre PTG **r* e MA *h* neste caso.

Percebe-se, pois, que PT **$t^{\text{ʔ}}$- ‘R[1]’ pode ser a origem do prefixo MA *h*-, e é seguramente a origem etimológica de MA *s*-, visto ser esse fonema a única fonte de *s* do Sateré-Mawé (cf. 2.1.3, quadro 2). Embora não exista correspondência funcional nem estrutural entre esses prefixos, a correspondência fonológica permite sugerir a reconstrução da protoforma *$t^{\text{ʔ}}$- para o

[194] Uma das regras morfofonológicas do Sateré-Mawé é a nasalização do *glide* em fronteira de morfema ou palavra, quando precedido de consoante oclusiva, de forma que a partícula de finalidade apresenta a seguinte variação: *wo* ~ *mo* ~ *no* ‘FINAL’ (w > m / _ p; w > n / _ t).

estágio intermediário PMATG. Os dados das demais famílias em apreço, no entanto, levam para outra direção, sugerindo um desenvolvimento diferenciado a partir do estágio PATG.

***3.1.1.1.2** – indica a não-contiguidade do determinante em relação ao núcleo*

PT ****ts- ∞ **i-** 'NÃO-CONTIGUIDADE'/'R^2' : PMATG ***i-** : PATG ***ts- ∞ *i-** : PTG ***(ts- ~ jots-) ∞ *t- ∞ *(i- ~ jo-) ∞ ∅-** : MA h- (?) ∞ **i-** 'ÍNDICE.RELAÇÃO' : AW **t- ∞ i-**

No que diz respeito ao PTG, de acordo com JENSEN (1990a: 85), os alomorfes **jots-*, **jo-* e **∅-* ocorriam apenas como prefixo marcador de objeto de terceira pessoa incorporado ao tema verbal, após o prefixo de sujeito em verbos transitivos no modo indicativo (cf. TG Tb *a-jo-súβ* /1-R^2-visitar/ 'eu o visitei', *a-jos-éj* /1-R^2-lavar/ 'eu o lavei', *a-∅-ʎú* /1-R^2-comer/ 'eu o comi'). Na maior parte das línguas TG não ocorre essa referência ao objeto de terceira pessoa por meio do prefixo relacional, mas diversas línguas apresentam vestígios dessa fase anterior (CABRAL, 2001b: 248). Essas formas, contudo, eram utilizadas exclusivamente com temas verbais monossilábicos; nos demais temas verbais, a marca de objeto dos verbos transitivos era a mesma que a do sujeito dos verbos intransitivos em orações dependentes: **ts- ~ *i-* (RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 285).

(32) PTG **a-i-kuaβ* /1-R^2-conhecer/ 'eu o conheço'

(33) PTG **a-ts-enõj* /1-R^2-chamar/ 'eu o chamo'

Como se viu anteriormente, o Awetí apresenta um quadro inovador, com a distinção de gênero do falante. Outra inovação da língua é a posição do pronome-objeto de terceira pessoa dos verbos transitivos no modo indicativo, que vem posposto ao verbo:

(34) AW *a-túp=ĩ* /1.SUJ-ver=3.F/ 'eu a vi' (mulher falando)

(35) AW *wej-kɨ̃j=nã* /3.SUJ-matar=3.M/ 'ele a matou' (homem falando)

(36) AW *i-pepó* /3.F-asa/ 'asa dele' (mulher falando)

(37) AW *nã-pepó* /3.M-asa/ 'asa dele' (homem falando)

Como se observa, as formas do pronome-objeto coincidem em grande medida com as do prefixo relativo de terceira pessoa usado com os nomes, a não ser pela nasalidade em *ĩ-*[195]; no entanto, apenas as formas relativas à fala feminina podem ser derivadas etimologicamente das protoformas Tupí: AW *t-* ~ *i-*. Os marcadores utilizados na fala masculina, *nã-* ~ *n-*, assim como o marcador genérico e/ou redundante (MONSERRAT, 2000: 1) de fala masculina prefixado a temas iniciados por vogais, *n-*, não são cognatos das formas arroladas para as demais línguas e são inovações do sistema para abranger a distinção de gênero (cf. 3.1.1.1.1). Percebe-se, entretanto, que em muitas situações são precisamente esses prefixos os utilizados para marcar a não-contiguidade do determinante, de forma que, se numa classe tem-se *nã-* ~ *i-* (cf. exs. (36) e (37)), na outra se tem *n-* ~ *t-*:

(38) AW *n-uwáj* /3.M-rabo/ 'rabo dele' (homem falando)

(39) AW *t-uwáj* /3.F-rabo/ 'rabo dele' (mulher falando)

Deve-se notar, ademais, que o prefixo subjetivo de primeira pessoa do plural exclusivo é seguido de *i-* nos temas iniciados por consoantes e toda a série de prefixos subjetivos é seguida de *t-* nos temas iniciados por vogais (MONSERRAT, 1976: 8). Neste caso, a distribuição dos morfemas não é afetada pelo gênero do falante. Essas formas correspondem fonológica, estrutural e funcionalmente às protoformas aqui consideradas, sugerindo que são etimologicamente coincidentes. Reforça, ainda, essa ideia o fato de que, sincronicamente, não ocorrem prefixos objetivos de terceira pessoa em Awetí, sendo o objeto obrigatoriamente explicitado pelo pronome-objeto posposto (MONSERRAT, 1976: 8).

(40) AW *a-katuká (ujá)* /1.SUJ-pintar (DEM)/ 'pintei(-o)'

(41) AW *a-t-ẽtup (ujá)* /1.SUJ-OBJ-ouvir (DEM)/ 'ouvi(-o)'

(42) AW *oʐo-i-katuká (ujá)* /13.SUJ-OBJ-pintar (DEM)/ '(o) pintamos'

(43) AW *oʐo-t-ẽtup (ujá)* /13.SUJ-OBJ-ouvir (DEM)/ '(o) ouvimos'

Deve-se ressaltar, contudo, que, se por um lado, a ocorrência desses prefixos não é sistemática, por outro, eles não se restringem à marcação de um objeto de terceira pessoa (cf. AW *a-t-ẽtup (en)* 'ouvi(-te)'), o que pode ser indicativo de um processo de restruturação e

[195] BORELLA (2000: 131) não registra a nasalidade do pronome-objeto, considerando-o como pronome pessoal livre (*i-* ~ *naʔ*), que pode desempenhar as funções de sujeito e de objeto do verbo transitivo.

mudança linguística. É interessante observar, entretanto, a ocorrência desses dois processos aparentemente antagônicos de mudança: expansão do significado (obj. terceira pessoa > objeto genérico) e perda de função/significação. Deve-se ressaltar, ademais, que de acordo com BORELLA (2000: 150), a ocorrência de prefixo *t-* em seus dados não é sistemática em todas as pessoas. Significativamente, porém, no quadro em que essa autora apresenta o paradigma da série I (verbos ativos) com agente segunda pessoa plural, o segmento *t-* ocorre somente quando o paciente é terceira pessoa, caso em que o prefixo pessoal no verbo é da série I e o pronome livre de terceira pessoa aparece posposto ao verbo. Nas demais pessoas, o prefixo pessoal no verbo é da série III (inativos) (*idem*: 156, quadro I): *eʔpe kaj-apɨt* /23 12.IN-queimar/ 'vocês nos (incl.) queimaram', *eʔpe pej-t-apɨt naʔ* /23 23.A-t-queimar 3/ 'vocês o queimaram'). Esses dados poderiam ser indicativos de um processo de mudança no sentido inverso, um sistema com marcação de objeto em todas as pessoas em estágio anterior (PATG ?) com subsequente redução para objeto de terceira pessoa em PTG e, mais recentemente, conforme sugerem a diferença entre os dados de BORELLA (2000) e MONSERRAT (1976), em Awetí.

Também no Sateré-Mawé podem ser identificadas formas análogas aos prefixos relativos das demais línguas, no entanto, o quadro para essa língua apresenta-se mais complicado com algumas inovações e ampliação do sistema de marcação de dependência. Note-se que o Sateré-Mawé distingue dois conjuntos de prefixos pessoais (I e II, segundo GRAHAM; GRAHAM & HARRISON, 1984, e série ativa e inativa, de acordo com FRANCESCHINI, 1999), os quais se combinam obrigatoriamente com os "classificadores de radicais" (cf. GRAHAM; GRAHAM & HARRISON, 1984) ou "índices de relação" (cf. FRANCESCHINI, 1999) e vão prefixados ao tema verbal. Os prefixos pessoais do conjunto I combinam-se com os índices de relação/classificadores da série ativa (*ti-* ~ *h(e)-*) para indicar o sujeito dos verbos transitivos e intransitivos (sujeito em foco – exs. (44) e (45)) e os do conjunto II, com os da série inativa (*i-* ~ *h-*) para indicar o sujeito dos verbos descritivos e o objeto dos verbos transitivos (objeto em foco – exs. (46) e (47)).

(44) MA *a-h-enoj* /1.A-AT.II-ensinar/ 'eu o ensino'

(45) MA *a-ti-kuap* /1.A-AT.I-conhecer/ 'eu o conheço'

(46) MA *u-h-enoj* /1.IN-INV-ensinar/[196] ‘eu sou ensinado (por ele)’

(47) MA *u-i-kuap* /1.IN-INV-conhecer/ ‘eu sou conhecido (por ele)’

Os exemplos (44) e (45) indicam uma coincidência estrutural entre os prefixos do Sateré-Mawé e os do PTG (PTG **a-ts-enõj* > Tb *a-s-enõj*, GA *a-h-enõj* ‘eu o chamo’; PTG **a-i-kuaβ* > Tb *a-i-kuaβ* ‘eu o/os conheço’), embora não necessariamente correspondência etimológica. O prefixo MA *h-* pode ser reflexo de PT ***t̓-* ‘R[1]’, tendo expandido seu uso por analogia a MA *ti-*, marcador de objeto genérico (RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 288-289); ou pode ainda ser cognato de PTG **ts-* ‘R[2]’ (< PT ***ts-* ‘R[2]’), tendo expandido seu uso para indicar também um sujeito genérico em construções inativas (com foco no objeto – exs. (46) e (47)), o que não ocorre em PTG. É importante salientar, contudo, que PT ***ts* > MA *t*. Além disso, deve-se ressaltar que a construção ativa também pode ser utilizada com objeto não-terceira pessoa quando o sujeito for nós exclusivo (cf. MA *uru-ti-koj mani* /13.A-AT.I-plantar mandioca/ ‘nós (excl.) plantamos mandioca’, *uru-(t)i-h-mu:t en* /13.A-AT.I-acordar 2/ ‘nós (excl.) te acordamos’), embora existam prefixos específicos para sujeito 1 e objeto 2 ou 23 (FRANCESCHINI (1999: 117) (cf. 3.1.1.2.2).

Por outro lado, não existe correlação em termos de função entre o prefixo MA *i-* utilizado nessas construções e o PTG **i-*, embora sejam provavelmente formas cognatas. Mais difícil é determinar a correspondência etimológica entre MA *(t)i-* e PTG **i-*, apesar da coincidência estrutural e funcional. Vê-se, pois, que ocorreu no Sateré-Mawé a reanálise do sistema de prefixação relacional, que será visto em maior detalhe adiante (cf. 3.2.1). Ressalte-se, ademais, que o Mawé também apresenta um conjunto de prefixos (*re-* ~ *to-*) que ocorrem nessa mesma posição estrutural com verbos intransitivos (índices de voz média, segundo a análise de FRANCESCHINI, 1999; 2002), que são sincronicamente a contraparte dos prefixos apresentados acima (MA *a-re-ket* /1.A-MED-dormir/ ‘eu durmo’, *wa-to-ket* /12.A-MED-dormir/ ‘nós incl. dormimos’), mas para os quais não existe correspondência em PTG, visto não apresentarem as línguas Tupí-Guaraní marcação de intransitividade (cf. RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 290).

[196] FRANCESCHINI (2002) modifica em alguns pontos sua análise e interpreta o uso de verbos ativos em construções inativas (marcada pelo uso de prefixos pessoais da série inativa e de prefixos de relação da voz atributiva) como um sistema inverso.

Convém notar, de outra parte, que de acordo com a interpretação de MONSERRAT (1976: 4, 7), o Awetí apresenta um conjunto de prefixos pessoais subjetivos de verbos intransitivos (verbos ativos, série II, na análise de BORELLA, 2000), que coincidem em parte com os prefixos subjetivos de verbos transitivos – primeira e segunda pessoas – e em parte com os prefixos objetivos de verbos transitivos – primeira pessoa do plural inclusivo, exclusivo e segunda pessoa do plural.

Percebe-se, então, que, embora seja possível sugerir protoformas intermediárias para o prefixo em questão – PMATG **ts-* ~ **i-* ; PATG **ts-* ~ **i-* –, as primeiras colocam problema para o Sateré-Mawé, dado que PT ***ts* > PMATG **ts* > MA *t*. Contudo, é interessante observar que PT ***t*ʔ > PMATG **t*ʔ > MA *h*, o que indica que talvez a origem etimológica do "índice de relação" MA *h-* seja o prefixo de contiguidade (cf. 3.1.1.1.1), ao passo que a origem etimológica do "índice de relação" MA *i-* pode ser o prefixo de não-contiguidade.

3.1.1.1.3 – *indica a correferencialidade entre o determinante de um núcleo e o sujeito da oração principal*

PATG ***o-** '3.CORREFERENCIAL'/'R[3]' : PTG ***o-** : AW **o-** / MA **t(o)-**

O paralelismo entre as três famílias estudadas permite sugerir a ocorrência de protoformas intermediárias para esse prefixo, contudo, apesar de o prefixo reflexivo MA *t(o)-* corresponder estrutural e funcionalmente aos das demais línguas, ele pode não corresponder etimologicamente a PATG **o-*. O Sateré-Mawé expandiu o uso dos prefixos relacionais para todas as classes de nomes, além de ter introduzido uma forma para a terceira pessoa reflexiva plural (MA *ta-ʔatu* /3.COR-PL.GLOB/, em que ocorre assimilação da vogal), inexistente nas demais famílias. Ressalte-se ainda que esse prefixo Sateré-Mawé faz também referência à terceira pessoa correferencial dos verbos "ativos e médios télicos" (cf. FRANCESCHINI, 1999: 119), ao passo que nas demais línguas os reflexos de PATG **o-* têm seu uso restrito aos nomes, e poderia ser cognato de PT ***ts-* por extensão analógica, como sugerem RODRIGUES & DIETRICH (1997: 294). Por outro lado, é interessante observar que:

> *the prefix t(e)- '3p reflexive' is widely known in the Tupí stock, whereas in TG languages it is o- (...) the distinction of reflexive and non-reflexive*

possession is known in nearly all families of the Tupí stock and has been maintained in many TG languages (RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 294).

É possível, contudo, interpretar o prefixo marcador de terceira pessoa reflexiva Proto-Tupí como parte do paradigma de flexão relacional, o que parece sugerir que PT ***t(e)-* '3.COR' seja a origem etimológica do prefixo MA *t(o)-* (< PMATG ***t(e)-*) e que o prefixo AW *o-* e PTG ***o-* seja uma inovação conjunta em estágio PATG.

(48) MA *to-po* /3.COR-mão/ 'sua própria mão', *to-ɨat* 'sua própria casa'

(49) AW *o-po* /3.COR-mão/ 'sua própria mão', *o-ok* 'sua própria casa'

(50) TG Wa *o-po* /3.COR-mão/ 'sua própria mão', *o-etã* 'sua própria casa'

***3.1.1.1.4** – indica que o determinante é humano e genérico*

PT ****t- ∞ **^{m}p ∞ *∅-** 'HUMANO.GENERICO' / 'R^{4}' : PMATG ***t- ∞ *^{m}p-** : PATG ***t- ∞ *^{m}p-** : PTG ***t- ∞ m- ∞ ∅- ∞ (V- > ∅-)**: MA **s- ∞ (C$^{[+ocl]}$ > C$^{[+nas]}$)** : AW **t- ∞ m-**

Também chamado de prefixo absoluto, pois determina uma forma como absoluta, costuma ser visto como parte da palavra e poucas são as descrições linguísticas que o consideram como parte de um paradigma flexional. JENSEN (1990b: 120; 1999: 147) interpreta para o PTG este e os prefixos 3.1.1.1.3 (**o-*) e 3.1.1.1.2 (**ts-* ~ **i-*) como prefixos pessoais de terceira pessoa, enquanto CABRAL (2001b) reitera sua interpretação como parte do paradigma de flexão relacional.

(51) TG Tb *mó-∅* /R^{4}.mão-ARG/ 'mão de gente', *t-esá-∅* /R^{4}-olho-ARG/ 'olho de gente', *t-úβa* /R^{4}-pai-ARG/ 'pai de gente'

MONSERRAT (1976: 12-13) relata a ocorrência de alguns poucos exemplos residuais em que se dá, em Awetí, a alternância entre *m-* e *p-*, cuja análise, pondera a autora, como prefixo humano genérico talvez não possa ser atestada sincronicamente. Do ponto de vista diacrônico, contudo, não há dúvidas de que as formas exemplificadas abaixo[197] são efetivamente cognatas das apontadas para o PTG. Percebe-se também que se encontram expressões iniciadas pela variante *t-*:

[197] As glosas refletem interpretação diacrônica de minha autoria.

(52) AW *mo-kut-etsat* /R[4].mão-extremidade-enrolado/ ‘anel’ (lit. o que fica enrolado na extremidade de mão de gente)

(53) AW *a-to jãtã pé-ɨwã* /1.SUJ-ir DEM caminho-POSP/ ‘vou por esse caminho’, *mé i-pjá* /R[4].caminho R[2]-largo/ ‘o caminho (de gente) é largo’

(54) AW *t-owa-tup-ap* /R[4]-rosto-ver-NOM.CIRC/ ‘espelho’ (lit. lugar ou instrumento de ver rosto de gente)

Em sua descrição do Sateré-Mawé, FRANCESCHINI (1999: 29) especifica que os nomes inalienáveis podem apresentar uma forma absoluta em que ocorre a substituição da consoante oclusiva inicial por sua homorgânica nasal, ou podem apresentar como forma absoluta uma forma supletiva (MA *ŋetap*[198] ‘casa’ < *ŋet* ‘dormir’ + *-hap* ‘NOM.N.AG’ (lit. lugar de gente dormir), *u-i-ʔɨat* ‘minha casa’). Alguns nomes somente podem ocorrer na forma possuída (MA *u-i-ɨwot* ‘meu pai’, *u-i-mempɨt* ‘meu filho’).

(55) MA *mo* /R[4].mão/ ‘mão (de gente)’, *u-i-po* ‘minha mão’

(56) MA *nɨ* /R[4].mãe/ ‘mãe (de gente)’, *u-i-tɨ* ‘minha mãe’

(57) MA *ŋo* /R[4].roça/ ‘roça (de gente)’, *u-i-ko* ‘minha roça’

Percebe-se, assim, que o Sateré-Mawé expandiu de forma sistemática o prefixo humano genérico para abranger todos os temas inalienáveis iniciados por consoante oclusiva. Quanto aos temas alienáveis, no entanto, os dados parecem indicar a ocorrência de outro prefixo, como se observa nos exemplos abaixo:

(58) MA *meijuwat ete ti u-hehaɨ* /DEM.III POSP PART 1.IN-ser.falante/ ‘é sobre esta (casa) aqui (de pé) a minha fala’

(59) MA *miʔɨ Ø-hoʔo-enoi sehaɨ po:tʔɨ* /3 3-PL.PART-contar ser.falante antigo/ ‘ele contou algumas das histórias antigas’

Esses exemplos reforçam uma interpretação diacrônica em que o prefixo *s-* corresponde efetivamente ao protomorfema humano genérico. Observe-se ainda que, de acordo com a descrição de FRANCESCHINI (1999: 111), um pequeno conjunto de “verbos de estado”:

[198] Note-se que *ŋet* ‘dormir’ é a forma absoluta do tema verbal: *a-re-ket* /1.A-MED-dormir/ ‘eu durmo’.

> *ne présentent pas les variantes combinatoires /h-/ ~ /s-/ dans le paradigme, mais, malgré cela, présentent une forme avec la consonne initiale /s-/ qui est employée lors de la dérivation nominale comme un nom à la forme absolue ou bien comme noyau d'un syntagme génitif: Ø-hehaiŋte 'il est en bonne santé', sehaiŋte-hap '(la) santé', paulo sehaiŋte-hap 'la santé de Paulo'.*

A explicação da autora indica que o *s-* prefixado ao tema verbal é efetivamente o prefixo humano genérico, empregado ao derivar a forma absoluta do tema em oposição à forma possuída: *u-hehaiŋte* 'eu estou vivo/em boa saúde', *e-Ø-ehaiŋte* 'tu estás vivo/em boa saúde' (FRANCESCHINI, 1999: 111). Com base na descrição acima e considerando-se que "*l'indice de relation /he- ~ e-/ apparaît en distribution complémentaire dans le paradigme de détermination possessive-génitive*" (*idem*: 27), e, como se viu anteriormente, que MA *e-* é cognato do prefixo mediador de posse alienável (< PT ***e(p)-*), o que a autora interpreta como verbo descritivo 'ser.falante' nos exemplos (58) e (59) acima pode ser entendido, em termos diacrônicos, como um tema nominal em uma construção possessiva: *u-h-e-haɨ* /1-R^{2}-POS-fala/ 'minha fala', *s-e-haɨ* /R^{4}-POS-fala/ 'fala de gente' (= história).

Note-se, contudo, que em Mawé os reflexos do protofonema PT ***t*ʔ são *s* e *h*, sendo essa a única fonte de MA *s* (cf. 2.1.3, quadro 2). Deve-se salientar, ademais, que o reflexo de PT ***t*ʔ em Awetí e Tupí-Guaraní é *t*, o que poderia sugerir que a forma fonológica do prefixo humano genérico da protolíngua ancestral fosse PT ***t*ʔ-, embora tenha sido reconstruído como PT ***t-* (CABRAL, 2007). Considerando-se o caráter híbrido dos paradigmas nominais/verbais nessa língua, torna-se difícil estabelecer com segurança a origem dos prefixos em Sateré-Mawé. Dessa forma, é possível que PT ***t*ʔ- 'R^{1}' seja a origem etimológica dos prefixos MA *s-* e *h-* encontrados em formas como MA *u-h-u:* /1.IN-ATR.II-sangue/ 'meu sangue', *e-s-u:* /2.IN-ATR.II-sangue/ 'teu sangue'; *u-h-et* /1.IN-ATR.II-nome/ 'meu nome', *e-s-et* /2.IN-ATR.II-nome/ 'teu nome', o qual teria expandido seu uso para englobar o prefixo humano genérico nos casos discutidos acima. É possível também que MA *h-* seja reflexo de PT ***ts-* 'R^{2}'. Dessa forma, embora seja possível reconstruir as seguintes protoformas para os estágios intermediários PMATG **t-* ~ *^{m}*p-* e PATG **t-* ~ *^{m}*p-*, não há clareza quanto às formas para o estágio PMATG. O que, sim, pode-se sugerir, com maior segurança é que a partir de uma protoforma PMATG *^{m}*p-* a nasalização tenha-se expandido analogicamente para todos os temas iniciados por consoante oclusiva no desenvolvimento histórico diferenciado do Sateré-Mawé.

Observe-se, ademais, que há também nessa língua casos de deslocamento semântico em palavras cujas formas absolutas adquiriram sentido genérico, com a substituição da mesma pela forma possuída:

(60) MA *mi:t* ‘gente, ser humano’, *pi:t* ‘corpo’, *u-i-pi:t* ‘meu corpo’

(61) MA *ŋɨt* ‘gordura (de gente)’/‘gente gorda, obeso’, *u-i-kɨt* ‘sou gordo’/ ‘minha gordura’

3.1.1.1.5 – indica que o determinante do verbo é o próprio sujeito

PT ****we-** ‘REFLEXIVO’ : PMATG ***we-** : PATG ***je-** : PTG ***je-** : MA **we-** : AW **te-**

O prefixo reflexivo foi reconstruído para o Proto-Tupí, sendo encontrado sistematicamente nas diversas famílias (JU *e-*; MU *we-*). Algumas línguas Tupí, incluindo línguas da família Tupí-Guaraní, reúnem em uma única forma as marcas de reflexividade e reciprocidade (cf. 3.1.1.1.6) (cf. JU Xi *ja-*; TG Kp *ju-*‘REFL/REC’). Essa forma não oferece dificuldade e pode ser reconstruída para o PMATG **we-* e PATG **je-*, com base nas mudanças fonológicas arroladas no Capítulo II.

(62) MA *uru-tu-we-tek* /13.A-AT.I-REFL-cortar/ ‘nós (excl.) nos cortamos’

(63) AW *a-te-kɨtsé ujá-ɨwã* /1-REFL-cortar este-LOC/ ‘cortei-me aqui’

(64) TG Wa *o-jɨ-kɨsi* /3-REFL-cortar/ ‘ele se cortou’

(65) TG Kp *ped ke ju-monok* /pedro=FOCO REFL-cortar/ ‘Pedro se cortou’

3.1.1.1.6 – indica que o determinante alterna-se reciprocamente com o sujeito

PATG ***jo-** ‘RECÍPROCO’ : PTG ***jo-** : AW **to-** / MA **toʔo-**

Esta forma não foi reconstruída para o Proto-Tupí, no entanto, no que diz respeito às línguas do ramo oriental, na família Jurúna, o Xipáya apresenta a forma Xi *ja-* ‘REFL/REC’ e na Mundurukú, além da forma Mu *we-*, descrita como morfema de reflexividade/reciprocidade, ocorre ainda um prefixo de voz média Mu *je-* (cf. GOMES, 2006: 73). Levando-se em

consideração as mudanças fonológicas relativas a cada uma dessas famílias, seria possível sugerir que o PT – ou um estágio intermediário anterior ao desmembramento do ramo oriental – apresentasse um morfema reflexivo ***we-* e outro recíproco ***je-*, cujo reflexo em Mundurukú seria o morfema de voz média[199] e em Xipáya o prefixo reflexivo/recíproco. Observe-se, no entanto, que, embora o Sateré-Mawé apresente um prefixo de reciprocidade funcionalmente assimilável aos das demais línguas, não é possível derivá-lo fonologicamente da uma suposta protoforma PT ***je-*. Com efeito, a forma Ma *toʔo-* não parece ser cognata das apresentadas para as demais línguas (incluindo Mu e Xi) e sua origem não foi identificada, sugerindo que, se for possível reconstruir uma protoforma em estágio de desenvolvimento anterior ao PMATG, o Sateré-Mawé substituiu essa forma antiga pela atual.

(66) MA *wa-toʔo-akasa* /12.A-REC-ver/ 'nós incl. nos vemos'

(67) AW *o-to-poté o-ʔapár-eju tsã* /3-REC-ladear 3-deitar-CONT eles/ 'eles estão deitando lado a lado'

(68) TG Kp *u-sak ju-ehe ngã* /3-ver REC-POSP eles/ 'eles se viram'

Deve-se registrar, contudo, a ocorrência no Sateré-Mawé de uma forma *woʔo-* descrita como "recíproco universal" por GRAHAM; GRAHAM & HARRISON (1984: 185) e interpretada por FRANCESCHINI (1999: 262) como "recíproco" e/ou "plural indefinido", além do morfema recíproco Ma *toʔo-*. Ademais, FRANCESCHINI (*op.cit.*: 127) registra a ocorrência de morfemas de plural incorporados aos verbos ativos, que se referem ao objeto: *-ʔatu-* 'PL.GLOBAL' e *-hoʔo-* 'PL.PART' (cf. MA *a-ti-ʔatu-po-huruk tuisa* /1.A-AT.I-PL.GLOB-mão-saudar chefe/ 'eu saúdo todos os chefes', *a-ti-hoʔo-po-huruk tuisa* /1.A-AT.I-PL.PART-mão-saudar chefe/ 'eu saúdo alguns dos chefes'). Note-se que RODRIGUES & DIETRICH (1997: 297-298) referem-se a todos esses prefixos como um conjunto de objetos genéricos[200] que se incorporam à base verbal, em que *-hoʔo-* refere-se ao objeto parcial, *-woʔo-*, ao objeto universal e *-ʔatu-*, ao objeto total. RODRIGUES & DIETRICH (*op.cit.*: 298), baseados nos exemplos arrolados por GRAHAM; GRAHAM & HARRISON

[199] Note-se a relação entre a voz média e o reflexivo em Mundurukú, conforme GOMES (2006: 73): "o morfema *je-* é responsável por uma interpretação nem unicamente agentiva nem unicamente pacientiva do sujeito, logo um tipo de voz média, em que o argumento é a origem e o alvo do processo instaurado por ele" (cf. *akurice-yũ o'-je-w(e)-a-ha.ha ip kapusu* 'os cachorros se morderam ontem'). Também o Sateré-Mawé exemplifica essa estreita relação entre reflexivo e voz média: *"La valeur refléchie, à la différence de la valeur réciproque, n'est pas une voix en sateré-mawé; elle est, en effet, l'une des valeurs de la voix moyenne"* (FRANCESCHINI, 1999: 166, nota 39).

[200] Ocorre ainda em Sateré-Mawé um quarto prefixo que indica objeto genérico humano *-pot-* (cf. GRAHAM; GRAHAM & HARRISON, 1984: 185-186; FRANCESCHINI, 1999: 218; RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 297).

(1984), chamam a atenção para o fato de que *-hoʔo-* é usado sem qualquer marcador sintático, como ocorre com o prefixo de reciprocidade em PTG. Isso, no entanto, não é confirmado pela análise de FRANCESCHINI (1999: 131), que salienta que:

> *Fréquemment, lorsque le pluriel partitif -hoʔo- est employé, l'indice de la voix active téllique (ti- ~ i- ~ Ø-) n'apparait pas dans le verbe comme l'illustre l'exemple ci-dessous:*
> *(65) Ø-ti-hoʔo-po-huruk 'il en salue quelques uns' >*
> *Ø-Ø-hoʔo-po-huruk 'il en salue quelques uns'.*
> *Cette nouvelle place occupée par -hoʔo- dans le verbe est certainement le résultat de changements qui sont en train de s'effectuer dans la langue. On aurait la disparition du morphème de la voix active téllique -ti- ~ -i- à l'exemple de qui est déjà arrivée à la 3ème personne du pluriel, avec les autres personnes.(...)*
> *(67) taʔatu-Ø-Ø-po-huruk 'ils le(s) saluent'(...)*
> *(68) a-ti-hoʔo-po-huruk > a-Ø-hoʔo-po-huruk 'j'en salue quelques uns'* (FRANCESCHINI, 1999: 131).

Observe-se, ainda, que o prefixo *-hoʔo-* combina-se com outros prefixos relativos (3.1.1.1.1), quando incorporado a nomes derivados pelos sufixos nominalizadores *-hap* 'NOM.N.AG'[201] e *-hat* 'NOM.AG', indicando "*une relation avec la 3ème personne marquée par l'indice Ø-*" ou que "*le nom est déterminé par un autre nom en fonction génitive*" (FRANCESCHINI, 1999: 261). Dessa forma, a marca de objeto/plural partitivo (em realidade, *-oʔo-*) pode realizar-se como:

(69) MA *pedro Ø-h-oʔo-muʔe-hat* /pedro 3.IN-ATR.II-PL.PART-ensinar-NOM.AG/ 'Pedro é professor de alguns deles'

(70) MA *uʔi s-oʔo-sat-hap* /farinha ATR.II-PL.PART-pegar-NOM.N.AG/ 'o pegar de uma parte da farinha'[202]

Ao passo que *-woʔo-*, embora desempenhe efetivamente a função de um objeto genérico ou indefinido (em oposição a *-pot-* que se refere a um objeto genérico humano) – interpretação reforçada por seu uso em expressões nominais não-predicativas, conforme ressaltam RODRIGUES & DIETRICH (1997: 298) – também pode apresentar "*une orientation du type réciproque*" (FRANCESCHINI, 1999: 262):

[201] FRANCESCHINI (1999: 257) chama o nominalizador de ação, de instrumento e de lugar *-hap* de nominalizador não-agentivo 'NOM.N.AG.'

[202] Observe-se que, do ponto de vista diacrônico, esses prefixos ocupam as posições estruturais de R^1 (3.1.1.1.1) – *uʔi s-oʔo-sat-hap* – e R^2 (3.1.1.1.2) – *pedro h-oʔo-muʔe-hat* –, embora possivelmente o prefixo MA *h-* não seja cognato de PT ***ts-* 'R^2'.

(71) MA *woʔo-puenti-hap* /PL.INDEF-encontrar-NOM.N.AG/ ‘reunião’ (lit. o encontrar de uns com outros)

(72) MA *meije so saʔawɨʔ wuat* [*paini-nia-ʔn Ø-woʔo-kuasa-ha(p)*] *muat* /DEM PART primeira.vez CERT xamã-PL-COL ATR.II-REC-acusar-NOM.N.AG CERT/ ‘e essa será a primeira vez que haverá acusações mútuas entre os xamãs’

(73) MA *meije so saʔawɨʔ wuat* [*a-i-woʔo-kuasa-ha(p)*] *muat* /DEM PART primeira.vez CERT 12.IN-ATR.II-REC-acusar-NOM.N.AG CERT/ ‘e essa será a primeira vez que haverá as nossas acusações mútuas’ (entre nós)

É interessante registrar que, no lugar de uma construção genitiva (72), também é possível a ocorrência de uma construção possessiva (73). Naturalmente, é possível interpretar (73) como ‘as acusações deles em relação a nós (incl.)’, uma vez que o prefixo pessoal *a-* (série inativa, cf. FRANCESCHINI, 1999: 98, e igualmente prefixo pessoal de posse) indica que o foco está no objeto e *i-* marca o sujeito genérico (cf. RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 298), essa interpretação, contudo, não se sustenta para o exemplo (72), visto que as acusações nesse caso são necessariamente recíprocas entre os xamãs. Por outro lado, percebe-se que, apesar da coincidência de forma, esse prefixo não se confunde com *-oʔo-* ((69) e (70)), pois este se combina com os índices de relação “*attributif II.II.1*” *-h-* ~ *-s-*, enquanto *-woʔo-* combina-se com os índices de relação “*attributif II.I*” *-i-* ~ *-Ø-* (cf. FRANCESCHINI, 1999: 26). Também sugestivo é o fato de que *-toʔo-* ‘REC’ parece ocorrer somente em construções ativas, combinando-se com os prefixos da série ativa, não havendo exemplos nos dados consultados em construções possessivas ou genitivas, o que parece sugerir certa complementaridade entre as formas *-toʔo-* e *-woʔo-*. Comparem-se os exemplos (72) e (73) com (74) e (75) abaixo. Ressalte-se ainda que, dentre as muitas mudanças condicionadas pelo ambiente registradas para o Sateré-Mawé, não há registro de variação *t* ~ *w* (cf. Capítulo II, 2.2).

(74) MA *paini-nia-ʔn Ø-toʔo-kuasa* /xamã-PL-COL 3.A-REC-acusar/ ‘os xamãs acusam-se mutuamente’

(75) MA *wa-toʔo-kuasa* /12.A-REC-acusar/ ‘nós (incl.) nos acusamos mutuamente’

(76) MA *hirokat woʔo-mo-weukaʔi-ha(t)-ria Ø-toʔo-suk kɨse wo* /menino REC-CAUS.I-brigar-NOM.AG-PL 3.A-REC-furar faca INSTR/ 'os meninos briguentos (que brigavam entre si) furaram-se (uns aos outros) com a faca'

Ressalte-se, ademais, que se o prefixo *toʔo-* não tem correspondência fonológica com as demais línguas, *woʔo-* corresponde a PTG **jo-* e AW *to-* e poderia ser sugestivo de uma protoforma fonológica PT ***wo-* (PT ***w* > MA *w*; PTG **j*; AW *t*). Essa interpretação, contudo, é problemática para os exemplos em que *woʔo-* funciona como marcador de objeto genérico (ex. (71)), assim como para as demais línguas Tupí não pertencentes ao grupo PMATG, uma vez que PT ***w* é sistematicamente *w* tanto em Jurúna como em Mundurukú. Mesmo que se possa sugerir um desenvolvimento a partir do PMATG – pois se encontram outros exemplos de PMATG **w* > MA *w* : PTG **j* : AW *t* (cf. PMATG **wap^{w}oti* 'jabuti'*:* PTG **jaβoti :* MA *wawori :* AW *tawozɨ*) – é forçoso reconhecer a dificuldade de encontrar uma motivação semântica para que uma protoforma desenvolva-se como marcador de objeto em uma língua e marcador de reciprocidade em outra, ou não. CABRAL (com.pes.) ressalta que uma marca *jo-* genérica e uma *jo-* anafórica poderiam ter a mesma origem, como parece ser o caso de PTG **jo-* 'REC' e **jo-* 'R^{2}' – que é a provável origem etimológica de Zo'é *dzo* 'gente' –, embora essa hipótese não dê conta dos dados do Mundurukú e do Xipáya. Note-se, ademais, que o prefixo *woʔo-* é usado com marcadores de verbos transitivos com foco no objeto (série inativa da voz ativa conforme a análise de FRANCESCHINI, 1999), ao passo que *toʔo-* não é usado com nenhum marcador sintático, sendo o único prefixo, dentre os mencionados, estruturalmene equivalente a PTG **jo-* e AW *to-*.

Outra possibilidade seria o desenvolvimento a partir do PMATG de uma forma **to-* 'REC', paralelamente aos prefixos reflexivo (PT ***we-* > PMATG **we-*) e terceira pessoa correferencial (PT ***te-* > PMATG **te-*). Ressalte-se que, nesse caso, teria ocorrido um arranjo diferenciado a partir do estágio PATG, com a introdução de uma inovação para a terceira pessoa correferencial PATG **o-*, possivelmente por extensão de sentido de PATG **o-* '3', tendo sido mantido, contudo, o paralelismo das formas PATG **je-* 'REFL' e PATG **jo-* 'REC'. Naturalmente, existe também a possibilidade de o prefixo recíproco PTG **jo-* e AW **to-* ser um desenvolvimento conjunto a partir do estágio PATG. Nenhuma dessas possibilidades, contudo, dá conta das formas do Mundurukú e Xipáya tratadas anteriormente, que sugerem a ocorrência

de uma forma mais antiga pelo menos em estágio anterior ao desmembramento do ramo oriental do tronco Tupí.

Como forma de sintetizar os dados referentes aos prefixos relativos discutidos acima, o quadro a seguir apresenta as formas intermediárias propostas para os estágios Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG) ao lado das formas atestadas sincronicamente. Note-se que Awetí e Tupí-Guaraní distinguem-se do Sateré-Mawé – e das demais línguas Tupí – pela inovação em relação aos perfixos de contiguidade (R^1), de terceira pessoa correferencial (R^3) e, possivelmente, também ao prefixo de reciprocidade.

	PT	PMATG	MA	PATG	PTG	AW
'R^1'	**$t^{ʔ}$- ∞ ∅-	*$t^{ʔ}$- ∞ ∅-	h- (?) ∞ s-	*(r- ~ n-) ∞ ∅-	*(r- ~ n-) ∞ ∅-	n- ∞ ∅-
'R^2'	**ts- ∞ i-	(?) ∞ *i-	h- (?) ∞ i-	*ts- ∞ i-	*t- ∞ i-	t- ∞ i-
'R^3'	**t(e)-	*t(e)-	t(o)-	*o-	*o-	o-
'R^4'	**t- ∞ ^{m}p-	*t- ∞ ^{m}p-	s- (?) ∞ ($C^{[+ocl]}$ > $C^{[+nas]}$)	*t- ∞ ^{m}p-	*t- ∞ m-	t- ∞ m-
'REFL'	**we-	*we-	we-	*je-	*je-	te-
'REC'	**je- (?)	(?)	toʔo-	*jo-	*jo-	to-

Quadro 3 – Prefixos relacionais reconstruídos para o Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e o Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG)

3.1.1.2 – Prefixos pessoais verbais

Existe certa correlação entre as línguas Proto-Tupí-Guaraní, Sateré-Mawé e Awetí no que diz respeito aos prefixos pessoais verbais usados para marcar o sujeito dos verbos transitivos e intransitivos (A e S_a) em orações independentes, como se verá abaixo. As distintas formas de organização do sistema pronominal, enfocando as semelhanças e as diferenças entre as línguas, serão discutidas em maior detalhe adiante (cf. 3.3.1).

3.1.1.2.1 *– prefixos marcadores de sujeito (1 > 2 > 3)*

PMATG ***a-** ‘1’ : PATG ***a-** ∞ ***wi-** : PTG ***a-** ∞ ***wi-**: MA **a-** : AW **a(t)-** ∞ **a(j)-**

PT ****e-** ‘2’ : PMATG ***e-** : PATG ***e-** : PTG ***ere-** ∞ ***e-** : MA **e-** : AW **e(t)-** ∞ **e(j)-**

PATG ***o-** ‘3’ : PTG ***o-** : AW **wej-** ∞ **o-** / MA **t(o)-**

PATG ***ti-** : ‘12’ (Vt.) : PTG ***ti-** : AW **ti-**

PMATG ***wa-** ‘12’ : PATG ***ja-** : PTG ***ja-** ∞ ***jare-**[203] : MA **wa-** / AW **kaj-**

PT ****or^{j}o-/**or^{j}e** ‘13’ : PMATG ***oro-** : PATG ***oro-/*ore-** : PTG ***oro-/*ore** : MA **uru-** : AW **oz̧oj(t)-** ∞ **oz̧o-**

PT ****ej-** ‘23’ : PTG ***pe-** ∞ ***peje-** ‘23’ : MA **e-** ∞ **ewe(j)-** : AW **pej(t)-** ∞ **eʔi-**[204]

3.1.1.2.2 *– prefixos marcadores de objeto (1 > 2/23)*

PTG ***oro-** ‘2’ : MA (**m)oro-**

PTG ***opo-** ‘23’ : MA (**m)oro-hoʔo-**

Os prefixos marcadores de pessoa em PTG são utilizados por verbos transitivos e intransitivos para identificar o sujeito (A e S_a) em orações independentes (JENSEN, 1999: 146-147). Os verbos transitivos também estão sujeitos à hierarquia referencial de pessoa (1 > 2 > 3), de forma que, se o sujeito for hierarquicamente superior, vem marcado no verbo na primeira posição e o objeto de terceira pessoa, incorporado ao verbo, evidenciado pelos alomorfes do prefixo 3.1.1.1.2, de acordo com a classe morfológica de tema. Objeto de segunda pessoa singular ou plural recebe prefixo pessoal específico. No entanto, se o objeto for hierarquicamente inferior, o sujeito não vem marcado no verbo e a referência ao objeto, expresso por um nome ou pronome, ocorre por meio dos alomorfes do prefixo 3.1.1.1.1. Note-se que esses prefixos marcadores de objeto de terceira pessoa não são prefixos pessoais, visto que fazem referência ao

[203] JENSEN (1999: 147) reconstrói essa forma como **jere-*.

[204] MONSERRAT (1976: 7) descreve o uso do prefixo de segunda pessoa do plural (‘23’) *eʎ-* tanto para verbos intranstitivos como transitivos, nesse caso seguido de *t-* quando diante de vogais (*eʎ-katuká otentap* ‘vocês pintaram a porta’, *eʎ-t-ẽtup ujá* ‘vocês ouviram esse’); ao passo que BORELLA (2000: 98-99) e DRUDE (2002: 184) registram o uso de *eʎ-* ‘23’ para verbos intransitivos (*eʎpe eʎ-eko-Ø* ‘vocês andaram’) e *pej(t)-* ‘23’ para verbos transitivos (*eʎpe pej-ʎu-Øjome* ‘vocês comeram beiju’, *eʎpe pej-t-apɨt-Økujã* ‘vocês queimaram a mulher’).

contexto gramatical do determinante, e fazem parte do paradigma de flexão relacional (cf. 3.2.1). Nas orações dependentes, os verbos não recebem marcas de sujeito e/ou objeto, mas combinam-se com os prefixos 3.1.1.1.1 e 3.1.1.1.2 para indicar a contiguidade ou não do determinante. Exceção feita às orações no modo gerúndio, em que os verbos intransitivos combinam-se com um paradigma de prefixos pessoais correferenciais (RODRIGUES & DIETRICH, 1999: 285-286), indicados acima em variação (∞) com as formas do indicativo, para marcar o sujeito (S_a).

(77)

PTG	Intransitivo	Transitivo I	Transitivo II
1 (> 3)	**a-k^{j}er* ‘eu durmo’	**a-i-kuaβ* ‘eu o conheço’	**a-ts-enõj* ‘eu o chamo
2 (> 3)	**ere-k^{j}er* ‘tu dormes’	**ere-i-kuaβ* ‘tu o conheces’	**ere-ts-enõj* ‘tu o chamas’
3 (> 3)	**o-k^{j}er* ‘ele dorme’	**o-i-kuaβ* ‘ele o conhece’	**o-ts-enõj* ‘ele o chama’
12 (> 3)	**ja-k^{j}er* ‘nós dormimos’	**ti-i-kuaβ* ‘nós o conhecemos’	**ti-ts-enõj* ‘nós o chamamos’
13 (> 3)	**oro-k^{j}er* ‘nós dormimos’	**oro-i-kuaβ* ‘nós o conhecemos’	**oro-ts-enõj* ‘nós o chamamos’
23 (> 3)	**pe-k^{j}er* ‘vocês dormem’	**pe-i-kuaβ* ‘vocês o conhecem’	**pe-ts-enõj* ‘vocês o chamam’
(1 > 2)		**oro-kuaβ* ‘eu te conheço’	**oro-enõj* ‘eu te chamo
(1 > 23)		**opo-kuaβ* ‘eu conheço vocês’	**opo-enõj* ‘eu chamo vocês’

(78)

PTG	Gerúndio	**-a* ‘GER’	
1	**wi-tʃem-a* ‘saindo eu’	12	**jare-tʃem-a* ‘saindo nós’
2	**e-tʃem-a* ‘saindo tu’	13	**oro-tʃem-a* ‘saindo nós’
3	**o-tʃem-a* ‘saindo ele’	23	**peje-tʃem-a* ‘saindo vocês’

Observe-se, em relação às formas que puderam ser reconstruídas para o Proto-Tupí (PT ***e-* ‘2’, PT ***or^{j}o-/**or^{j}e* ‘13’, PT ***ej-* ‘23’), que sua distribuição no PTG não é a mesma da protolíngua ancestral. O conjunto reconstruído para o Proto-Tupí refere-se a prefixos absolutivos, usados, portanto, para identificar o sujeito de verbos intransitivos e o objeto de

transitivos, e foram retidos de maneira diversa em PTG: **e-* ‘2’ e **oro-* ‘13’, indicando A e S_a em um padrão nominativo de alinhamento e **ore-* ‘13’, indicando S_o e O em um padrão absolutivo. É possível que PT ***ej-* ‘23’ seja a origem etimológica da forma PTG **pe-* ∞ **peje-* ‘23’, e seja portanto naturalmente relacionada à forma ergativa PTG **pejepe* ‘23’ (23 > 1/13) (< PT ***ejepe*), de acordo com a hipótese de RODRIGUES & CABRAL (2005: 16) de ocorrência de um forma pré-PTG **pej-* que se combinaria com um marcador de caso oblíquo **epe* e que teria sido, posteriormente, reanalisada como pronome pessoal de segunda pessoa do plural. A forma AW *pej-* ‘23’ pode ser um indício de que essa fosse a protoforma em estágio PATG, corroborando essa hipótese.

Em Sateré-Mawé, os prefixos pessoais são utilizados com verbos ativos (FRANCESCHINI, 1999) – transitivos com sujeito em foco, na interpretação de GRAHAM; GRAHAM & HARRISON (1984) – e combinam-se com os prefixos MA *ti-* ~ *h-*, de acordo com as classes de temas. Também os verbos intransitivos combinam-se com os prefixos pessoais verbais e com os prefixos MA *re-* ~ *to-*, índices de intransitividade (cf. RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 290) ou de voz média (cf. FRANCESCHINI, 1999: 145). Note-se que o sistema de flexão de pessoa nos verbos transitivos em Mawé corresponde estruturalmente ao do PTG, embora os prefixos referentes ao objeto (3.1.1.1.2) não sejam cognatos. Observe-se, ademais, que não há um paradigma de prefixos correferenciais nessa língua (apenas as terceiras pessoas singular e plural possuem formas correferenciais), contudo percebe-se que as formas Sateré-Mawé apresentadas acima são, em sua maioria, cognatas dos prefixos pessoais correferenciais do PTG. É interessante acrescentar, ainda, que o prefixo MA *t(o)-* ‘3’ não parece ser cognato de PTG **o-* e AW *o-* ‘3’ e poderia ser uma extensão do marcador de intransitividade (*to-*) às construções transitivas (RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 288) ou ainda do próprio marcador de terceira pessoa correferencial (*t(o)-*). Deve-se salientar que outras línguas Tupí, como o Akuntsú da família Tuparí (*te-* ‘3.COR’ e *te-* ‘3’, cf. ARAGON, 2008), também apresentam formas idênticas para a terceira pessoa e a terceira pessoa correferencial. O mesmo acontece, como se viu anteriormente, em PTG e AW, no entanto as formas não são cognatas nem do prefixo MA *t(o)-* ‘3’ nem de MA *t(o)-* ‘3.COR’ e sugerem uma inovação conjunta no estágio PATG (**o-* ‘3’ e **o-* ‘3.COR’).

Ressalte-se a ocorrência em Sateré-Mawé de um prefixo específico para fazer referência ao objeto de segunda pessoa dominado por sujeito de primeira, que apresenta forma análoga à do

PTG. Cabe acrescentar, no entanto, que o registro dessas formas na literatura não é uniforme. FRANCESCHINI (1999: 116) descreve a ocorrência de "formas sagitais" para indicar a ação de um agente '1' sobre um paciente '2' ou '23', traduzidas como MA *moro-* "*je te*" e *moro-hoʔo-* "*je vous*" (cf. *moro-Ø-sej* /1→2-SG-lavar/ 'eu te lavo', *moro-hoʔo-sej* /1→2-PL.PART-lavar/ 'eu lavo (alguns de) vocês'), explicitando que tais formas não ocorrem no caso do agente ser 'nós exclusivo', quando se usa a mesma construção "agentiva" que se o paciente for '3' (*idem*: 117, 173-174) (cf. MA *a-ti-sej hirokat* /1.A-AT.I-lavar criança/ 'eu lavo a criança'; MA *uru-(t)i-hɨmu:t en* /13.A-AT.I-acordar 2/ 'nós (excl.) te acordamos'). Ao passo que GRAHAM; GRAHAM & HARRISON (1984: 201) descrevem um terceiro conjunto de prefixos que são empregados para indicar o "sujeito de primeira pessoa e objeto de segunda, focalizando uma ação muito pessoal":

> *O sujeito na primeira pessoa do singular, com o objeto na segunda pessoa do singular ou plural, recebe a forma* ***aro-*** *com radicais da classe I, e a forma* ***war(e)-*** *com radicais da classe H. Sujeito na primeira pessoa do plural, com objeto na segunda pessoa do singular ou plural, recebe* ***waro-*** *com radicais da classe I e* ***war(e)-*** *com radicais da classe H* (*idem; ibidem*) (grifos do autor).

Note-se que, para uma das classes de temas, os autores afirmam não haver diferença entre as primeiras pessoas do plural e do singular, além de não mencionarem a distinção entre a primeira pessoa do plural inclusivo e exclusivo, sendo o prefixo pessoal MA *wa-* '12' aparentemente usado de forma indistinta para '1' e '13'. Como ressaltam RODRIGUES & DIETRICH (1997: 290), "ou há um erro no registro dessas formas ou o Mawé, estranhamente, abandonou a distinção inclusivo/exclusivo unicamente nessas construções" (cf. MA *a-ro-kuap* 'eu te conheço', *wa-r-enoi* 'eu te ensino', *wa-ro-kuap* 'nós te conhecemos', *wa-r-enoi* 'nós te ensinamos', *a-ro-woʔo-kuap* 'eu conheço todos vocês', *wa-re-hoʔo-enoi* 'eu ensino alguns de vocês' (GRAHAM; GRAHAM & HARRISON, 1984: 201)).

(79)

MA	Intransitivos	Transitivos I	Transitivos II
1	*a-re-ket* 'eu durmo'	*a-ti-kuap* 'eu (o) conheço'	*a-h-enoj* 'eu (o) ensino'
2	*e-re-ket* 'tu dormes'	*e-ti-kuap* 'tu (o) conheces'	*e-h-enoj* 'tu (o) ensinas'
3	*Ø-to-ket* 'ele dorme'	*to-(t)i-kuap* 'ele (o) conhece'	*to-h-enoj* 'ele (o) ensina'

12	*wa-to-ket* ‘nós dormimos’	*wa-ti-kuap* ‘nós (o)conhecemos’	*wa-h-enoj* ‘nós (o) ensinamos’
13	*uru-to-ket* ‘nós dormimos’	*uru-(t)i-kuap* ‘nós (o)conhecemos’	*uru-h-enoj* ‘nós (o) ensinamos’
23	*ewej-Ø-ket*[205] ‘vocês dormem’	*ewe-(t)i-kuap* ‘vocês (o)conhecem’	*ewe-h-enoj* ‘vocês (o) ensinam’
33	*teʔe-ro-ket* ‘eles dormem’	*taʔatu-kuap* ‘eles (o) conhecem’	*taʔatu-enoj* ‘eles (o) ensinam’

Vale salientar que também o Sateré-Mawé retém as protoformas reconstruídas para o Proto-Tupí em diversos conjuntos: *e-* ‘2’ e *uru-* ‘13’ são usados pelas séries ativa e inativa, fazendo referência a A, S_a, S_o e O, evidenciando padrões de alinhamento nominativo e absolutivo. É possível também que MA *ewe-* ~ *ewej-* ‘23’ seja cognato de PT ***ej-*, contudo é interessante observar que, de acordo com as mudanças fonológicas ocorridas no Sateré-Mawé (cf. Capítulo II), PTG **j* (< PT ***w*) corresponde a MA *w* / _ $V^{[-alt]}$, o que sugere que se as formas PTG **peje-* : MA *ewe(j)-* ‘23’ e PTG **ja-* : MA *wa-* ‘12’ são cognatas, as protoformas fonológicas propostas para esses prefixos deveriam ser (PMATG ?) **ewe-* e **wa-*. No entanto, não foi possível reconstruir a protoforma fonológica de ‘12’ para o Proto-Tupí, dada a variedade de formas nas diversas línguas do tronco, o que poderia indicar que a introdução da primeira pessoa inclusiva tenha ocorrido de forma independente nas diferentes famílias e, neste caso, é possível que PTG **ja-* : MA *wa-* seja um desenvolvimento conjunto a partir do PMATG. Não se deve, ademais, descartar a possibilidade de que PT ***ej* não seja a origem etimológica de MA *ewe(j)-*, embora provavelmente seja cognata de MA *e-* ‘23’, série inativa.

O Awetí, por sua vez, apresenta um quadro um pouco diferente, com dois conjuntos distintos de prefixos pessoais, um para marcar o sujeito de verbos transitivos (A) e outro para o de intransitivos (S_a), além da presença de *t-* diante de vogais em verbos transitivos e de *i-* em verbos intransitivos. As formas fonológicas, no entanto, são cognatas das demais línguas. Ressalte-se que, embora a hierarquia referencial de pessoa também funcione com verbos transitivos nessa língua, não ocorrem prefixos específicos para indicar o objeto de segunda

[205] FRANCESCHINI (1999: 115) especifica que a segunda pessoa do plural (‘23’) apresenta duas formas: *ewe-* usada com bases verbais ativas e *ewej-*, com bases verbais médias. GRAHAM; GRAHAM & HARRISON (1984) não fazem referência à forma *ewej-* e registram *ewe-ket* ‘vocês dormem’ (*idem*: 186).

pessoa dominado por sujeito de primeira, como nas demais famílias (cf. *a-katuká én* ‘eu te pintei’, *a-t-ẽtup én* ‘eu te ouvi’, *e-katuká otentap* ‘tu pintaste a porta’, *e-t-ẽtup ujá* ‘eu ouvi esse/ele’, *ti-katuká eñpé* ‘nós incl. pintamos vocês’, *ti-t-ẽtup eñpé* ‘nós incl. ouvimos vocês’). Deve-se reiterar, ainda, que tanto o Awetí quanto o Sateré-Mawé utilizam a “série inativa” de prefixos para indicar o paciente do verbo transitivo, estrutura que não equivale à do PTG.

Note-se que o Awetí apresenta a mesma forma que o PTG para o plural inclusivo dos verbos transitivos (PTG **ti-* : AW *ti-* ‘12’), diferentemente do Sateré-Mawé que não distingue transitividade/intransitividade nos prefixos pessoais verbais[206]. Com efeito, Awetí e Tupí-Guaraní parecem ser as únicas famílias do tronco em que ocorre essa distinção. A forma correspondente aos verbos intransitivos (AW *kaj-*), no entanto, não se relaciona à do PTG e poderia ser inovação dessa língua ou retenção de forma mais antiga que talvez pudesse ser cognata de TU *ki-* ‘12’. É interessante observar, também, que as formas AW *e-* ‘2’ e *oʒo-* ‘13’ (< PT ***e-* e ***or*^{i}*o-*) fazem referência nessa língua a A, S_a, S_o e O, ao passo que AW *pej-* ‘23’ (< PATG **pej-* possivelmente correlacionável a PT ***ej-*) indica exclusivamente o sujeito dos verbos transitivos (A); S_a, S_o e O são indicados por AW *eñ-* ‘23’ (< PT ***ej-*). O que demonstra que também nessa língua as formas da protolíngua ancestral conservadas foram reinterpretadas de acordo com a reorganização do sistema de alinhamento.

(80)

AW	Intransitivos	Transitivos I	Transitivos II
1	*a-to* ‘eu vou’	*a-katuká* ‘eu (o) pinto’	*a-t-ẽtup* ‘eu (o) ouço’
2	*e-to* ‘tu vais’	*e-katuká* ‘tu (o) pintas’	*e-t-ẽtup* ‘tu (o) ouves’
3	*o-to* ‘ele vai’	*wej-katuká* ‘ele (o) pinta’	*wej-t-ẽtup* ‘ele (o) ouve’
12	*kaj-to* ‘nós vamos’	*ti-katuká* ‘nós (o) pintamos’	*ti-t-ẽtup* ‘nós (o) ouvimos’
13	*oʒo-to* ‘nós vamos’	*oʒo-katuká* ‘nós (o) pintamos’	*oʒo-t-ẽtup* ‘nós (o) ouvimos’

[206] É interessante observar, todavia, que o Sateré-Mawé apresenta um conjunto específico de prefixos para identificar voz ativa/voz média na interpretação de FRANCESCHINI (1999) ou transitividade/intransitividade de acordo com a análise de GRAHAM, GRAHAM & HARRISON (1984), sendo as formas *ti-* ~ *h-* utilizadas para marcar o verbo ativo/transitivo. Para os problemas relativos à congruência fonológica entre esses prefixos e as protoformas propostas para o prefixo marcador de objeto não-contíguo, ver 3.1.1.1.2.

23	*eʔ-to*	*pej-ʔu jomẽ*	*pej-t-apɨt*
	‘vocês vão’	‘vocês comeram beiju’	‘vocês (o) queimaram’

Os dados elencados demonstram o paralelismo entre as línguas analisadas no que diz respeito às formas fonológicas dos prefixos pessoais verbais, embora nem todos prefixos possam ser reconstruídos para o Proto-Tupí. Ressalte-se, ademais, que as formas que puderam ser renconstruídas constituíam no protossistema original um conjunto de prefixos absolutivos, cujos reflexos nas línguas em estudo encontram-se em distintos conjuntos de prefixos pessoais desempenhando diferentes funções.

O quadro abaixo apresenta as formas reconstruídas para os estágios intermediários Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG), com base nos dados discutidos anteriormente, ao lado das formas atestadas sincronicamente nas línguas atuais.

	PT	PMATG	MA	PATG	PTG	AW
1	?	*a-	a-	*a-	*a-	a-
2	**e-	*e-	e-	*e-	*e-	e-
3	—	—	—	*o-	*o-	o-
12	?	*wa-	wa-	*ja-	*ja-	—
12 (Vt)	—	—	—	*ti-	*ti-	ti-
13	**or^{j}o-	*oro-	uru-	*oro-	*oro-	oz̥o-
13	**or^{j}e-	*ore-	—	*ore-	*ore-	—
23	**ej-	*ej-	e-	?	–	eʔi
23	?	?	ewe(j)-	*pej-	*pe-	pej-

Quadro 4 – Prefixos pessoais reconstruídos para o Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e o Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG)

3.1.1.3 – Sufixos casuais

3.1.1.3.1 – caso argumentativo ou nominal

PTG ***-a ~ *-Ø** ‘ARGUMENTATIVO’

O caso argumentativo ou nominal é próprio dos argumentos do predicado – sujeito e objeto direto –, mas também dos argumentos circunstanciais introduzidos por posposições, além dos nomes em função genitiva (RODRIGUES, 2001b: 109). A ocorrência desse caso morfológico, que atinge todas as relações nucleares e marca todos os argumentos principais dos verbos e o objeto das posposições, é característica das línguas Tupí-Guaraní (CABRAL & CARREIRA, 2002b: 2).

(81) TG Wa *jawár-a* /onça-ARG/ ‘onça’; *kér-a* /dormir-ARG/ ‘o dormir’

(82) TG Wa *jasɨ́-Ø* /lua-ARG/ ‘lua’; *só-Ø* /ir-ARG/ ‘a ida’

(83) TG Wa *aja ire tajβĩɪŋ^{w}er-a rapar-a oo* /isso depois antepassado-ARG flecha-ARG foi/ ‘depois disso, a flecha do antepassado foi’

Embora CABRAL (2001c: 156) aponte, com base em dados das famílias Jurúna, Arikém e Mondé, para a possibilidade de reconstrução de um morfema PT ***-a* cognato do PTG **-a* ‘ARG’, que teria provavelmente uma função similar ou análoga à função do morfema casual TG, esse morfema teria desaparecido nas famílias Mawé e Awetí, pois nelas não há vestígios dessa marca. Note-se que esse sufixo casual tampouco ocorre em algumas línguas Tupí-Guaraní, como o Guajajára, o Mbyá e o Kaiwá (*idem*: 158).

3.1.1.3.2 – caso translativo ou atributivo

PTG ***-amo ~ *-ramo** ‘TRANSLATIVO’

O caso translativo ou atributivo é de natureza adverbial – caso oblíquo, segundo JENSEN (1999: 149) – e arrolado entre os demais casos de natureza locativa da família Tupí-Guaraní por CABRAL & CARREIRA (2002b: 2), visto que marca o estado atingido por um processo. Marca também os complementos predicativos.

(84) TG Wa *ɨa-ramũ* /canoa-TRANS/ ‘para ser canoa’

(85) TG Wa *imen-amo* /marido-TRANS/ ‘para ser marido dela’

(86) TG Wa *soɲo romo* /veado TRANS/ ‘na qualidade de veado’

(87) TG Tb *koromõ sjé r-oɨβ-amo* /logo 1 R[1]-alegria-IND.II/ ‘logo, eu me alegro’

Não se encontraram dados que indicassem a ocorrência desse sufixo em Awetí. Em Sateré-Mawé, por sua vez, ocorre o subordinador *-hamo* (cf. 3.1.1.1.1) que indica finalidade (‘a fim de (que), para (que)’, cf. BRANDON & GRAHAM, 1983: 8).

(88) MA *uru-miɲu-nuŋ hamo are-to* /nosso-comida-fazer FINAL eu- ir/ ‘vou para fazer nossa comida’

(89) MA *kat hamõi mesuwat?* ‘para que serve isso?’

miɲu nuŋ hamo ‘para fazer comida’

Observe-se, como mencionado anteriormente (cf. 3.1.1.1.1), que essa forma é composta pela combinação do sufixo nominalizador de circunstância MA *-hap* (< PT ***-ap*) com o sufixo locativo MA *-wo*, MA *-ha(p) + wo = hamo*, o que pode sugerir uma simples coincidência de formas com o PTG (cf. 3.1.1.4.1).

3.1.1.3.3 – *caso locativo puntual*

PT ****-pe** ‘LOCATIVO.PUNTUAL’: PMATG ***-pe** : PATG ***-pe** : PTG ***-pe** : MA **-pe**: AW **-pe**

De acordo com a definição de RODRIGUES (2001b: 108), esse caso locativo indica, no Proto-Tupí-Guaraní, um lugar delimitado seja no tempo ou no espaço.

(90) TG Tb *jawár-a sjé kó-pe s-ekó-w* /onça-ARG 1 roça-LOC.PUN 3-ser-TOP.OBL/ ‘a onça está na minha roça’

Esse é o locativo mais generalizado nas diversas línguas atuais, sendo em muitas o único remanescente. Ocorre em diversas famílias do tronco Tupí e pôde ser reconstruído para a protolíngua ancestral. Conservou-se também em Awetí como locativo puntual ou como posposição ‘em’, entretanto, como em muitas línguas Tupí-Guaraní, corresponde também a PTG **-upe* ‘DAT/LOC.DIR’. Note-se, contudo, que a ideia de direção e movimento referente ao locativo

direcional (PTG *-*upe*) corresponde a outra posposição, AW *-kɨtɨ* (cf. *jo-motó tsambít-kɨtɨ uʔɨp* /2.IMP.TR-dar Tsambít-POSP flecha/ 'dê a flecha a Tsambít')

(91) AW *ujá-pe mõj* /DEM-LOC cobra/ 'aí tem cobra'

(92) AW *e-ʔɨ̃ tsambít-pe* /3.INT-dizer Tsambít-POSP/ 'ele disse para Tsambít'

Também o Sateré-Mawé conservou o sufixo de caso locativo puntual, porém seu significado parece corresponder também a PTG *-*upe* 'DAT', embora essa língua tenha desenvolvido uma forma específica para locativo direcional. Ressalte-se que, de acordo com SUZUKI (1997: 99), esse sufixo locativo informa cumulativamente que o referente é visível e que sua localização é fixa (= puntual).

(93) MA *ɨʔɨ-pe ta-ʔat* /água-LOC 3-cair/ 'ele caiu na água'

(94) MA *to-ʔe te-tuisa-pe* /3-dizer 3.COR-chefe-POSP/ 'ele disse para seu chefe'

(95) MA *pira-pe a-re-to* /peixe-POSP 1-INTR-IR/ 'vou pelo peixe' (pescar)

Naturalmente, as formas relativas aos estágios intermediários são facilmente reconstruíveis como PMATG *-*pe* e PATG *-*pe*, no entanto cabe questionar sua significação exata, visto que em Sateré-Mawé e Awetí, assim como em diversas línguas Tupí-Guaraní, ocorre apenas essa forma para locativo/dativo, enquanto outras línguas Tupí-Guaraní apresentam morfemas casuais específicos. É possível que essa especialização semântica seja um desenvolvimento individual do PTG.

3.1.1.3.4 *– caso locativo difuso*

PMATG ***-p^{w}o** 'LOCATIVO.DIFUSO' : PATG ***-p^{w}o** : PTG ***-βo**: AW **-wo** : MA **-wo** 'LOCATIVO.DIRECIONAL'

Em oposição ao caso locativo puntual, o caso locativo difuso indica, nas línguas Tupí-Guaraní e em Awetí, um lugar não delimitado seja no tempo ou no espaço.

(96) TG Tb *kaʔá-βo jawár-a r-ekó-w* /mato-LOC.DIF onça-ARG LINK-ser-TOP.OBL/ 'onça vive no mato'

(97) AW *kojtã kaʔa-watu-wo o-upe-ju* /DEM.M mato-INTENS-LOC.DIF 3.SUJ-estar-CONT/ '(aqu)ele está no mato'

Quanto ao Sateré-Mawé, deve-se registrar que o morfema MA *-wo* indica tanto 'instrumento' ('com, por meio de': *kɨse=wo* 'com uma faca'; *ɨwɨho(p)=mo* 'com uma enxada'), quanto 'direção' e é, ainda, utilizado como morfema de finalidade[207]. Ainda que não se busque aqui definir se se trata efetivamente de caso 'intrumental/direcional' ou de posposição 'com, para', é interessante observar que termos emprestados da dêixis espacial são utilizados em Sateré-Mawé não apenas para indicar noção temporal, mas também noções com significado aspectual, como intenção ou finalidade (SUZUKI, 1997: 121).

(98) MA *a-ta-ʔat Ø-he-saika-(h)ap u-i-wa(t) no* /1.A-AT.I-pegar 3.IN-ATR.I-ser.forte-NOM 1.IN-ATR.II-RD.NOM RELT/ 'peguei a força dele para mim'[208]

(99) MA *e-r-iot pɨno meiko wo mere(p) mo* /2.A-MED-vir então aqui RELT rápido RELT/ 'vem então para cá rapidamente'

Por outro lado, o sistema dêitico extremamente detalhado do Sateré-Mawé opõe ao locativo puntual (cf. 3.1.1.3.3) um conjunto de três sufixos locativos difusos que, além de indicar a invisibilidade e a localização móvel (= difusa) do referente, enfatizam a proveniência, a direção ou a trajetória do mesmo (SUZUKI, 1997: 99). Os sufixos locativos difusos Sateré-Máwé são: *-wo* 'na direção de', *-pɨj* 'proveniente de' e *-pwo* 'na trajetória de' (*idem, ibidem*). Deve-se salientar, contudo, que de acordo com a autora, o sufixo MA *-pwo* enfatiza "a trajetória do objeto, (...) *ɲo-pwo*, isto é, 'pelo roçado'. *Pwo* parece ser a combinação dos termos *pe* e *wo*" (SUZUKI, 1997: 42), ao passo que o sufixo MA *-wo* enfatiza a direção.

[207]As descrições publicadas das línguas Awetí e Sateré-Mawé não determinam se essas formas relacionais são efetivamente casos gramaticais, posposições ou partículas. MONSERRAT (1976: 14) assinala que "quando usadas com nomes, sempre a eles pospostas, talvez ficassem melhor definidas como *casos* nominais do que como palavras dependentes, relacionais ou partículas" (grifo da autora). Quanto ao Sateré-Mawé, a gramática de GRAHAM (1995: 33) apresenta uma lista de "*post-positionals, locationals and relationals*", apresentando-os ao longo do texto ora como clíticos ora como partículas. Da mesma forma, FRANCESCHINI (1999) trata as posposições ora como sufixos ora como partículas independentes. Nenhum dos autores faz qualquer referência à possibilidade de serem casos gramaticais. Não sendo a revisão de descrições e análises sincrônicas o objetivo deste trabalho, mantenho a interpretação original dos autores nas glosas e restrinjo-me a verificar a ocorrência de cada morfema, avaliando a correspondência forma/função entre as diferentes famílias.

[208] Ocorre em Sateré-Mawé a nazalização da aproximante labial de acordo com o ambiente: w > m / _ p; w > n / _ t.

(100) MA *ku-i-pwo a-re-to* /GES.~~PES~~-DST-~~VIS~~-por 1-INTR-ir/ ‘vou (a esmo) lá’ (“vou percorrendo uma área lá longe na direção que estou apontando e que não dá pra ver daqui”)

(101) MA *pira t-ut mei-ko-wo* /peixe 3-vir DET-GST.1-~~VIS.~~DIR/ ‘o peixe veio pra cá’ (“para este lugar que estou apontando, aqui na minha área, não dá para ver bem, talvez esteja escondido”)

Dessa forma, e com base na análise fonológica apresentada no capítulo precedente (PT $**p^w$: PMATG $*p^w$: MA *w* : PATG $*p^w$: PTG $*\beta$: AW *w*), pode-se sugerir a ocorrência na protolíngua de um sufixo locativo difuso PMATG $*\text{-}p^w o$ e PATG $*\text{-}p^w o$. No desenvolvimento histórico diferenciado do Sateré-Mawé e estruturação do sistema dêitico em toda sua especificidade, ocorreu a especialização semântica da forma MA *-wo* como ‘locativo direcional’.

3.1.1.3.5 – *caso locativo situacional ou partitivo*

PTG ***-i** ‘LOCATIVO.SITUACIONAL’

O caso locativo situacional, segundo RODRIGUES (2001b: 108), indica a posição de alguma coisa ou alguém em relação a uma parte de outra ou, na definição de JENSEN (1999: 149), identifica uma parte de um todo. Esse sufixo casual ocorre apenas na família Tupí-Guaraní.

(102) TG Tb *sjé júr-i a-reko* /1 pescoço-LOC.SIT 1-ter/ ‘eu o tenho no pescoço’

(103) TG Tb *a-só sjé r-úβ-a pɨr-i* /1-ir 1 R[1]-pai-ARG proximidade-LOC.SIT/ ‘vou para a proximidade de meu pai’

3.1.1.4 – Sufixos modais

3.1.1.4.1 *– gerúndio*

PMATG ***-ap + *p^{w}o** ‘SUBORDINADOR’ : PATG ***-ap + *p^{w}o** : PTG ***-aβo ~ -ta ~ -a** ‘GERÚNDIO’ : AW **-aw ~ -taw** : MA **-hamo** ‘SUBORDINADOR.FINALIDADE’

De acordo com a definição de RODRIGUES (1953: 126), as orações de gerúndio têm sujeito correferente com o da oração principal e expressam simultaneidade, finalidade ou sequência. JENSEN (1999: 157) dá preferência à expressão *serial verb constructions*, em razão da terminologia em língua inglesa, embora, de acordo com a definição de CRYSTAL (2008: 434), nesse tipo de construção "*the syntactic relationship between the items is left unmarked*". De forma que os verbos têm o mesmo "argumento semântico", mas não há nem conjunção nem flexão para marcar nem coordenação nem subordinação (*idem, ibidem*). Ao passo que nas orações de gerúndio TG ocorre um sufixo que marca a forma não-finita do verbo, que está evidentemente subordinada ao verbo da oração principal:

(104) TG Tp *ã-ʃaók we-ɨɨtãp-a* /1-banhar-se 1.COR-nadar-SER.V/ 'vou banhar-me e nadar'

(105) TG AsT *a-sán we-porahái-ta* /1-vir 1.COR-dançar-GER/ 'vim para dançar'

(106) TG AsX *itá-Ø u-pɨɨk muité i-ma-má-ta* /pedra-ARG 3-pegar longe R^2-CAUS-pular-GER / 'pegou a pedra e jogou-a longe'

(107) TG Tb *a-jeʔeŋ wi-só-βo* /1-falar 1.COR-ir-GER/ 'vou falando'

Note-se que os verbos nas orações de gerúndio combinam-se ou com prefixos pessoais correferenciais ou com prefixos relacionais, que fazem referência ao objeto. Ressalte-se que, em línguas Tupí-Guaraní, orações de gerúndio formadas por predicados com núcleos nominais são marcadas com sufixo distinto: *-(r)amo*.

(108) TG Tp *ʃe-kaneʔó we-tɨɨʔã-ramõ* /1-cansado 1.COR-com.fome-SER.V/ 'estou cansado e com fome'

(109) TG AsT *a-sán wet-orɨw-eté-ramo* /1-vir 1.COR-alegre-INT-GER/ 'vim, estando alegre'

Esse sufixo é homônimo do sufixo que marca o caso translativo (cf. 3.1.1.3.2), bem como do chamado modo indicativo II ou circunstancial (cf. 3.1.1.4.2) de línguas Tupí-Guaraní (ex. (87)), sendo utilizado, em orações de gerúndio, apenas com predicados nominais. Deve-se ressaltar que o modo circunstancial, independente do tipo de predicado, utiliza flexão relacional. Como se verá adiante, esse modo é acionado sempre que ocorre a topicalização de uma expressão adverbial ou de orações de gerúndio ou subjuntivo.

No que diz respeito ao Awetí, vê-se nos exemplos a seguir que ocorre exatamente a mesma construção que em Tupí-Guaraní, com a presença de sufixo que marca a não-finitude do verbo e de prefixos correferenciais, no caso de verbos intransitivos, ou relacionais, fazendo referência ao objeto, no caso dos verbos transitivos.

(110) AW *a-to wian takujɨt Ø-kɨ̃j-taw* /1.SUJ-ir FUT.PROX jacupim R[1]-matar-GER/ 'irei matar jacupim'

(111) AW *o-ʔapar-eju o-tet-aw* /3.SUJ-estar.deitado-CONT R[3]-dormir-GER/ 'está deitado para dormir'

(112) AW *o-tó n-ekɨj-taw* /3.SUJ-ir R[2]-puxar-GER/ 'foi puxá-lo'

É importante ressaltar, em relação aos exemplos acima, bem como (113) abaixo, que os prefixos de contiguidade (R[1]), não-contiguidade (R[2]) e de terceria pessoa correferencial (R[3]) são aqui identificados dado o viés diacrônico da pesquisa. Do ponto de vista sincrônico, o objeto vem justaposto à forma não-finita do verbo em (110), e identificado pelo prefixo pessoal relativo de terceira pessoa em (112) (cf. MONSERRAT, 1976: 12), e o sujeito correferencial é identificado pelo prefixo pessoal relativo de terceira pessoa reflexiva em (111) e (113). Note-se que também em Awetí o gerúndio é utilizado para indicar sequência, embora não se tenha encontrado exemplos que indicassem simultaneidade.

(113) AW *o-tep ti o-to-aw Ø-aʔɨn nã-pot-ʔap-u ti n-aʔɨn* /3.SUJ-subir PART R[3]-ir-GER R[1]-COMPL R[2]-OBJ.GEN-cortar-NOM PART R[2]-COMPL/ 'ele subiu, foi e cortou'

Segundo hipótese de CABRAL & RODRIGUES (2005: 55), os dados de línguas Tupí-Guaraní e do Awetí indicam que o sufixo de gerúndio ter-se-ia desenvolvido em estágio PATG a partir de nominalizações por meio do sufixo nominalizador PATG **-ap* 'NOM.CIR' seguido do sufixo de caso locativo PATG **-p^{w}o* 'LOC.DIF'.

Quanto ao Sateré-Mawé, as orações que indicam finalidade são construídas com o sufixo subordinador MA *-hamo*, cujas fronteiras entre os morfemas são ainda claramente depreensíveis, como se viu anteriormente (cf. 3.1.1.3.4): MA *-hap* 'NOMINALIZADOR DE CIRCUNSTÂNCIA' + MA *-wo* 'SUFIXO LOCATIVO DIRECIONAL'.

(114) MA *teʔe-ru-we-ʔɨhop-sat-hamo raʔɨn Ø-tu-wat maues kape* /3.PL-INTR-REFL-folha.de.planta-pegar-FINAL ASP 3-INTR-ir.PL Maués POSP/ [209] 'eles foram para Maués para pegar o dinheiro deles'

(115) MA *u-i-mempɨt-ʔɨn Ø-ʔatu-muʔe-hamo woro-kɨʔesat en* /1.ABS-R-filho-COL R[1]-PL.GLOB-ensinar-FINAL 1⟶2-querer 2/ 'eu te quero para ensinar todos os meus filhos'

(116) MA *suri Ø-pohaŋ s-oʔo-kɨjʔat-hamo a-ri-ot mehin* /reumatismo R[1]-remédio R[1]-PL.PART-comprar-FINAL 1-INTR-vir senhor/ 'eu vim para comprar (algum) remédio para reumatismo, senhor'

Note-se, contudo, que não foram encontrados exemplos que demonstrassem com clareza absoluta que o subordinador de finalidade Mawé é usado exclusivamente em orações correferenciais. Por um lado, os exemplos são poucos e, por outro, orações como (114) deixa dúvidas quanto à correferencialidade, visto que o prefixo pessoal MA *teʔero-* é, de fato, amálgama da marca de terceira pessoa + plural + índice de voz média/intransitividade usado obrigatoriamente com verbos do conjunto de verbos "médios télicos" (cf. FRANCESCHINI, 1999:126) e não faz distinção entre terceira pessoa correferencial e não-correferencial. De qualquer forma, parece claro que as construções que expressam finalidade no Sateré-Mawé têm em comum com as orações de gerúndio das demais famílias "verbos nominalizados por meio do sufixo *-ap* e a combinação dos temas nominalizados com marcas absolutivas ou prefixos relacionais (no caso dos verbos transitivos)" (RODRIGUES & CABRAL, 2006: 19). Note-se, em relação à forma fonológica, que tanto em Awetí quanto em Proto-Tupí-Guaraní "consoantes supraglotais caem em fronteira de morfema quando seguidas de outra consoante" (CABRAL & RODRIGUES, 2005: 55), o que sugere que essa fosse já uma regra morfofonêmica do PATG. Dessa forma, PATG **-ap-p^{w}o* passou a **-ap^{w}o*, o que resultou em PTG **áβo* e em AW *-áwo*. Em Awetí, ocorreu ainda a assilabificação da vogal *o* em sílaba final átona (*idem, ibidem*), resultando no sufixo de gerúndio AW *-aw*. Em Sateré-Mawé, por outro lado, ocorre a nasalização do *glide* em fronteira de morfema quando seguido de consoante oclusiva (cf. nota 193), de forma que a

[209] As glosas dos exemplos (114), (115) e (116) são de minha autoria e refletem interpretação diacrônica, não demonstrando necessariamente a opinião dos autores consultados. (FRANCESCHINI, 1999; SIL, 1963b).

combinação de MA *-hap-wo* resulta em *-hamo*. Observe-se que em Sateré-Mawé a regra de queda da consoante final no encontro com outra em fronteira de morfema também está ativa.

Dessa forma, pode-se sugerir que a combinação do nominalizador de circunstância (PMATG **-ap*) com um sufixo locativo (PMATG **-p^{w}o*) para identificar orações subordinadas já ocorresse em estágio PMATG, tendo-se especializado em Sateré-Mawé como subordinador de finalidade e em PTG e Awetí como marca de gerúndio.

***3.1.1.4.2** – circunstancial ou indicativo II*

PTG ***-i ~ -w** 'CIRCUNSTANCIAL'

O modo circunstancial em PTG corresponde a construções em que ocorre a topicalização de uma oração subordinada ou de um complemento circunstancial e são referidas como *oblique-topicalized verb constructions* por JENSEN (1999: 156).

(117) TG AsT *kwesé pajé sjé suβán-i* /ontem pajé 1 chupar-OBL.TOP/ 'ontem o pajé me chupou (a doença)'

(118) TG AsT *koromõ sjé Ø-so-w* /logo 1 R^{1}-ir- CIRC / 'logo, eu vou'

(119) TG AsT *h-esá-páp-a i-há-j* /R^{2}-ver-completamente-GER R^{2}-ir-CIRC/ 'ele foi vendo tudo'

Esse sufixo ocorre somente com sujeito terceira pessoa em algumas línguas, como o Tupinambá, e com sujeito primeira e terceira pessoas em outras, como o Guaraní. Nunca com sujeito segunda pessoa (JENSEN, 1999: 156).

Não foram encontrados registros do sufixo circunstancial nos dados pesquisados nas línguas Awetí e Sateré-Mawé. Em Awetí, contudo, ocorre construção equivalente, em que o modo circunstancial é indicado pelo sufixo nominalizador AW *-tu* e não há marcação de sujeito, sendo este indicado pelo prefixos pessoais relativos. Note-se que os prefixos pessoais relativos (cf. MONSERRAT, 1976) correspondem aos prefixos da série inativa de BORELLA (2000) e equivalem aos prefixos objetivos dos verbos transitivos (MONSERRAT, 1976), ou seja, são marcas absolutivas.

(120) AW *koʔem i-to-tu* /amanhã 1.REL-ir-NOM/ 'amanhã vou' (lit. amanhã haverá minha ida)

(121) AW *o-tet-aw nã-to-tu* /3.COR-dormir-GER 3.REL-ir-NOM/ ‘para dormir ele foi’

(122) AW *ɨwɨ-katu-wo it-ekó-tu* /tempo-bom-SUB 1.REL-passear-NOM/ ‘quando/se fizer tempo bom, vou passear’

Já o Sateré-Mawé não apresenta nenhuma marca que possa ser entendida como modo circunstancial; a topicalização não vem acompanhada da nominalização do predicado e os verbos da oração principal, ao menos nos exemplos encontrados, ocorrem na forma intransitiva.

(123) MA *mejũ a-re-nuk taʔɨn* /agora 1.A-MED-comer COMPL/ ‘agora, já comi’

(124) MA *mekewat eʔatpe ti a-re-ɨat-nuŋ naʔɨn* /naquele dia ENF 1.A-MED-casa-fazer COMPL/ ‘naquele mesmo dia construí minha casa’

(125) MA *a-ti-ʔatu-kat kahu ha(p)-wɨj a-re-to* /1-TRAN-OBJ.UNI-procurar AUX NOM-LOC.PROC 1-INTR-ir/ ‘depois de procura-los, vou’

Em línguas Tupí-Guaraní também ocorre o sufixo circunstancial TG *-(r)amo* em orações topicalizadas com predicados nominais (cf. (87)). Não foram encontrados dados que indicassem a ocorrência dessa forma nas demais famílias.

3.1.1.4.3 – *subjuntivo*

PTG ***-VmV ~ -rVmV** ‘SUBJUNTIVO.I’ ∞ ***-ire ~ *-re** ‘SUBJUNTIVO.II’

De acordo com a definição de RODRIGUES & CABRAL (2005: 48), as orações de subjuntivo são orações dependentes que se distinguem formalmente por meio de sufixo modal e que expressam contemporaneidade e condição (‘quando/se’) – subjuntivo I – e sucessividade (‘depois que’) – subjuntivo II. JENSEN (1999: 157-158) refere-se a esse tipo de construção como orações subordinadas temporais. Note-se que a única diferença entre as construções ditas de gerúndio e as de subjuntivo de contemporaneidade e condição é a correferencialidade do sujeito: nas primeiras o sujeito da oração dependente é correferente com o da principal, e nas últimas, não. As orações de subjuntivo II, de sucessividade, podem ou não ter seu sujeito correferente com o da oração principal (RODRIGUES & CABRAL, 2005: 48). Assim como nas orações de

gerúndio, os verbos nas construções de subjuntivo combinam-se com as marcas absolutivas e com prefixos relacionais.

(126) TG As *í-ha-ramo oro-karo-póta* /1-ir-quando 13-comer-FUT/ ‘quando ele for, nós comeremos’

(127) TG Tb *a-jeʔéŋ né Ø-só-reme* /1-falar 2 R[1]-ir-SUBJ.I/ ‘eu falo enquanto tu vais’

(128) TG Tb *sjé Ø-ʔéw-re* /1 R[1]-arrotar-SUBJ.II/ ‘depois de eu arrotar’

Em Awetí as construções de subjuntivo de contemporaneidade e condição têm estrutura equivalente às da família Tupí-Guaraní, mas não utilizam os mesmos sufixos. Nessa língua, assim como nas orações de gerúndio, tem-se a nominalização dos verbos por meio de sufixo nominalizador AW *-tu* ‘NOM’ combinadas com o sufixo locativo AW *-(ɨ)wo*, chamado por MONSERRAT (1975: 3) de ‘subordinador’ ou de ‘circunstancial’ (MONSERRAT, 2007a: 4), dada a natureza adverbial dessa forma. No caso de orações com predicados nominais, ocorre apenas o sufixo locativo/subordinador.

(129) AW *e-tó-tu-wo motáŋ ʔú-aw ʔan e-majõ-ka* /2.REL-ir-NOM-SUB R[4].remédio comer-GER NEG 2.SUJ-morrer-NEG/ ‘se tu (fores e) tomares o remédio, não morres’

(130) AW *it-e-kát-ɨwo tút a-motó e-kɨtɨ̃* /1.REL-POS.ALI-coisa-SUB logo 1.SUJ-dar 2.OBJ-POSP/ ‘quando eu tiver coisa, darei para ti’

Note-se que em ambas as construções, seja com predicados com núcleo verbal ou nominal, a oração dependente vem marcada com formas absolutivas: série de prefixos pessoais relativos (cf. MONSERRAT, 1976: 11) marcando o sujeito e prefixo relacional, o objeto. Não foram encontrados exemplos com construções que indicam sucessividade nessa língua.

O Sateré-Mawé, por sua vez, não faz uso de sufixos de subjuntivo equivalentes aos do PTG nem aos do Awetí. Essa língua marca as orações temporais pela ocorrência da forma MA *turan* ‘quando’ em posição final na oração dependente (FRANCESCHINI, 1999: 185), os verbos, no entanto, utilizam igualmente marcas absolutivas.

(131) MA *u-i-potpa:p turan moi u-he-katuʔu* /1.IN-ATR.II-trabalhar quando cobra 1.IN-ATR.I-morder/ ‘quando fui trabalhar, fui mordido pela cobra’

(132) MA *i-i-popi:t kahato u-i-we-ntem u-i-ɨat-pɨj turan iaman* /3.IN-ATR.II-grosso muito 1.IN-ATR.II-REFL-sair 1.IN-ATR.II-casa-POSP quando chuva/ ‘a chuva estava muito grossa quando eu saí de casa’

Por outro lado, as orações subordinadas de sucessividade, bem como as que indicam sequência, com sujeito correferencial, fazem uso de construção semelhante à subordinada de finalidade, combinando o nominalizador de circunstância com sufixo locativo que indica procedência (MA *-hap* + *-pɨj* = *hawɨj* ‘desde, depois de, a partir de’).

(133) MA *to-i-peri to-i-kɨri ha(p)-wɨj to-i-anun waku* /3.COR-ATR.I-abrir.animal 3.COR-ATR.I-estripar NOM-desde 3.COR-MED-cozinhar bem/ ‘abriu-o e, depois de estripá-lo, cozinhou-o bem’

(134) MA *wa-ti-ʔɨp-pun kahu ha(p)-wɨj wa-ti-tek* /12.A-AT.I-pau-derrubar AUX NOM-desde 12.A-AT.I-cortar/ ‘depois de derrubarmos o tronco, o cortamos’

(135) MA *a-ti-ʔatu-kat kahu hawɨj a-re-to* /1-TRAN-PL.GLOB-procurar AUX SUCES 1-INTR-ir/ ‘depois de procurá-los, vou’

Observe-se, no entanto, que nas orações com o subordinador de sucessividade – com ou sem sujeito correferencial – os verbos não são marcados pela série absolutiva, como acontece nas orações subordinadas temporais com MA *turan* e nas orações subordinadas de finalidade com MA *-hamo*, mas pelas mesmas séries pronominais que ocorrem com verbos transitivos e intransitivos na oração principal.

Com relação à forma fonológica do sufixo subjuntivo PTG de contemporaneidade e condição e sua semelhança com a do caso translativo (cf. 3.1.1.3.2) e do modo circunstancial (cf. 3.1.1.4.2), parece dever-se à extensão do sufixo casual translativo de verbos descritivos para os demais temas verbais, resultando na especialização do sufixo como marca de temporalidade e condição nos casos em que não há correferencialidade dos sujeitos, conforme hipótese de RODRIGUES & CABRAL (2005: 52). Observe-se que a repetição dessa forma nas orações de gerúndio com predicados com núcleos nominais (cf. 3.1.1.4.1) reforça essa ideia. No que diz respeito ao Sateré-Mawé, parece claro que a correspondência de forma entre o subordinador de

finalidade e essa marca de gerúndio/subjuntivo Tupí-Guaraní (cf. RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 278) é apenas superficial.

3.1.1.4.4 *– imperativo*

PATG ***-Ø*** 'IMPERATIVO' : PTG ***-Ø*** : AW **-Ø** / MA **to ~ no ~ ro**

Em PTG não ocorre um morfema específico para a marcação do modo imperativo, sendo indentificado no verbo apenas o prefixo pessoal (2 ou 23) específico dos modos imperativo e gerúndio.

(136) PTG **e-kɨer-Ø* /2.IMP-dormir-IMP/ 'dorme'

(137) PTG **pe-kɨer-Ø* /23.IMP-dormir-IMP/ 'durmam'

(138) PTG **e-ts-enõj-Ø* /2.IMP-R[2]-chamar-IMP/ 'chama-o'

(139) PTG **pe-i-kuaβ-Ø* /2.IMP-R[2]-conhecer-IMP/ 'conheçam-no'

Da mesma forma, o Awetí tampouco apresenta um morfema imperativo, sendo esse modo identificado apenas pelos prefixos pessoais específicos. Diferentemente do PTG, no entanto, ocorrem prefixos pessoais diferentes para verbos transitivos e intransitivos (MONSERRAT, 1976: 5, 10).

(140) AW *i-tó* /2.IMP.INT-ir/ 'vai'; *i-atúk* /2.IMP.INT-banhar.se/ 'banha-te'

(141) AW *pej-tó* /23.IMP.INT-ir/ 'vão'; *pej-atúk* /23.IMP.INT-banhar.se/ 'banhem-se'

(142) AW *jo-t-ejõj akój* /2.IMP.TR-OBJ-chamar aquele/ 'chama aquele'

(143) AW *pej-katuká tsambít* /23.IMP.TR-pintar Tsambít/ 'pintem Tsambít'

(144) AW *i-momɨ̃je en* /1.OBJ-acordar 2/ 'acorda-me'

(145) AW *it-ejõj eʔpe* /1.OBJ-chamar 23/ 'chamem-me'

É interessante observar, ademais, que o Awetí apresenta uma forma de negação AW *kwat* 'IMP.NEG' exclusiva do modo imperativo, que vem anteposta ao verbo. Neste caso, no entanto, não são utilizados os prefixos pessoais imperativos.

(146) AW *i-tét* /2.IMP.INT-dormir/ ‘durma’

(147) AW *kwat e-tét-tu* /IMP.NEG 2.SUJ-dormir-NOM/ ‘não durma’

(148) AW *jo-mo-wiké oten-ap* /2.IMP.TR-CAUS-fechar porta-NOM.CIRC/ ‘feche a porta’

(149) AW *kwat e-mo-wiké oten-ap* /IMP.NEG 2.SUJ-CAUS-fechar porta-NOM.CIRC/ ‘não feche a porta’

Note-se que o Tupinambá possuía uma forma de negação exclusiva do imperativo, a partícula TG Tb *ʎumẽ* ‘IMP.NEG’, que vinha posposta ao verbo: *eján* ‘corra’; *eján ʎumẽ* ‘não corra’. Essa forma foi reconstruída para o PTG **-eme*, que se combina com o predicado no imperativo.

Já o Sateré-Mawé possui marcas de imperativo afirmativo – a partícula enfática *to ~ no ~ ro*[210] – e negativo – a forma descontínua *ɨt...teiʔo ~ neiʔo ~ reiʔo*. Essa língua não registra, contudo, prefixos pessoais específicos do modo imperativo.

(150) MA *e-re-o(t) ro* /2.A-MED-vir IMP/ ‘vem’

(151) MA *e-tu-nuŋ no* /2.A-AT.I-fazer IMP/ ‘faz isso’

(152) MA *e-re-apɨk to* /2.A-MED-sentar IMP/ ‘senta’

(153) MA *ɨt u-i-suk teiʔo* /NEG 1.IN-INV-espetar IMP.NEG/ ‘não me espeta’

(154) MA *ɨt e-t(o)-at reiʔo* /NEG 2.A-AT.I-pegar IMP.NEG/ ‘não pega isso/ele’

(155) MA *ɨt e-tu-nuŋ neiʔo* /NEG 2.A-AT.I-fazer IMP.NEG/ ‘não faz isso’

Observe-se que Awetí e PTG apresentam morfema zero como marca do modo imperativo, ao passo que Awetí e Sateré-Mawé partilham o uso da série inativa/objetiva de prefixos para marcar o objeto, de acordo com a hierarquia de pessoa, apresentando uma estrutura que não é equivalente à do PTG (cf. 3.1.1.1.1).

[210] Ocorre em Sateré-Mawé a mudança do modo de articulação da consoante coronal de acordo com o ambiente: t / p, k _ ; n / N _ ; r / V, t _ .

3.1.2 – CATEGORIAS INERENTES

De acordo com a definição de ANDERSON (1985b: 172), categorias inerentes são aquelas que refletem uma propriedade cujo domínio é a própria palavra flexionada, podendo contribuir para o significado da palavra. Dessa forma, salienta o autor, as categorias inerentes não são impostas pela posição estrutural ocupada pela palavra e não dependem das propriedades de outras palavras na estrutura. Incluem-se nas categorias inerentes, conforme a definição de ANDERSON (*op.cit.*: *idem*), os "conceitos derivacionais" (cf. SAPIR, 1921b: 102), que expressam modificações no conceito básico da palavra, embora apresentem ainda conteúdo lexical ANDERSON (1985b: 10).

3.1.2.1 - Prefixos derivativos

3.1.2.1.1 – nominalizador de objeto

PT ****mi-** 'NOM.OBJ' : PMATG ***mi-** : PATG ***(-e-)mi-** : PTG *-**mi-** ~ *-**emi-** : MA -**mi-** 'NOM.PACIENTE': AW (-**e**-)**mi-**

Conforme hipótese de RODRIGUES, CABRAL & CORRÊA-DA-SILVA (2006: 22), ocorreria em PT um processo de nominalização de temas transitivos por meio de um prefixo derivacional. A protoforma ***mi-* teria a função de manifestar o resultado do processo expresso pelo verbo ou o resultado deste em relação ao respectivo agente. Em línguas Tupí-Guaraní, assim como em Sateré-Mawé e em Awetí, o prefixo nominalizador de objeto pode combinar-se com formas cognatas do prefixo PT ***e(p)-* 'MED.POS' para mediar a posse de nomes não possuíveis (cf. 3.2.1). Ressalte-se que esse processo de nominalização evidencia na sintaxe o objeto do processo expresso pelo tema verbal ou seu resultado.

(156) TG Tb *ajẽté kó né r-ape-Ø aʔé né r-emi-ekár-a* /na.verdade este 2 R[1]-caminho-ARG esse 2 R[1]-NOM.OBJ-procurar-ARG/ 'na verdade, este é o teu caminho, esse é a tua coisa procurada'

(157) AW *kát e-mi-tsún-ju* /coisa 2.OBJ-NOM.PAC-cheirar-CONT/ 'o que (é a) coisa sendo cheirada por ti?'

(158) MA *torania a-ti-koi hi:t u-i-mi-kuap* /todo 1.A-AT.I-plantar pouco 1.IN-ATR.II-NOM.PAC-conhecer/ 'eu plantei todo o conhecido por mim'

3.1.2.1.2 – *causativo*

PT ****mo-** 'CAUSATIVO' : PMATG ***mo-** : PATG ***mo-** : PTG ***mo-** : MA **mo-** : AW **mo-**

De acordo com a descrição de JENSEN (1999: 158), a forma cognata do prefixo causativo PT ***mo-* ocorre em PTG combinando-se com verbos intransitivos, nomes e sufixos nominais para formar um verbo transitivo.

(159) TG Mb *mo-ʔé* /CAUS-dizer/ 'ensinar' (lit. 'fazer dizer')

(160) TG Mb *mo-akú* /CAUS-calor/ 'esquentar' (lit. 'tornar quente')

(161) TG Mb *mo-ʔí* /CAUS-DIM/ 'moer' (lit. 'tornar pequeno')

Da mesma forma, tanto em Awetí quanto em Sateré-Mawé as formas cognatas do prefixo causativo combinam-se com temas intransitivos e nominais para formar verbos transitivos.

(162) AW *i-mo-puke-tu it-ijãpi* /1.OBJ-CAUS-furar-NOM 1-orelha/ 'furei minha orelha'

(163) AW *wej-mo-to e-kɨtɨ uʔɨp* /3.SUJ-CAUS-ir 2-POSP flecha/ 'ele deu a flecha para ti' (lit. 'ele fez ir a flecha na tua direção')

(164) MA *u-i-mo-waku u-i-tɨ* /1.IN-ATR.II-CAUS-bom 1.IN-ATR.II-mãe/ 'minha mãe fez-me ficar bom'

(165) MA *a-ti-mo-ehainte u-i-mẽpɨt mohaŋ wo* /1.A-AT.I-CAUS-ter.saúde 1.IN-ATR.I-filho remédio INSTR/ 'curei meu filho com remédio' (lit. 'fiz meu filho ter saúde com remédio')

3.1.2.1.3 – *causativo-comitativo*

PT ****er^{j}e-/**er^{j}o-** 'CAUSATIVO-COMITATIVO': PMATG ***er^{j}e-** : PATG ***er^{j}o-** : PTG ***-ero-** : MA **-ere-** : AW **-ezo**

O prefixo causativo-comitativo ocorre nas diversas línguas TG, tendo sido reconstruído para o PTG **ero-*. Foi registrado no vocabulário Português-Awetí de MONSERRAT (2007: 3), embora não tenham sido encontrados exemplos nessa língua. Já em Sateré-Mawé esse prefixo não ocorre de forma produtiva. Os poucos exemplos encontrados parecem indicar que se trata de forma cristalizada na língua, sincronicamente inanalisável (RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 299), mas que atesta sua ocorrência em estágio anterior[211]. Formas lexicalizadas de verbos transitivos derivados com o prefixo causativo-comitativo a partir de temas intransitivos encontram-se nas três famílias em apreço: MA *ere-to* /CAUS.COM-ir/ 'levar' (lit. 'fazer ir consigo'), TG Tb *era-so*; MA *er-ut* /CAUS.COM-vir/ 'trazer' (lit. 'fazer vir consigo'), AW *ez(o)-ut*, TG Tb *er(o)-ur*. MONSERRAT (2007: 3) registra ainda o verbo AW *ez(o)-up* 'casar', que deve naturalmente ser cognato de TG Tb *er(o)-up* 'casar' (lit. 'fazer estar deitado consigo'). RODRIGUES & DIETRICH (1997: 300), por sua vez, registram em Sateré-Mawé a ocorrência do verbo MA *no-ʔẽ*, forma supletiva do verbo *tem* 'sair', que seria a contraparte de TG GA *-eno-hẽ* 'tirar' (cf. ex. 167).

(166) TG Wa *ero-ʔá* /CAUS.COM-cair/ 'cair e fazer alguém/algo cair consigo'

(167) TG GA *che r-eno-hẽ* /1 R[1]-CAUS.COM-sair/ 'tiraram-me' (lit. 'fizeram-me sair (de algo) com eles')

Apesar da escassez de dados, é possível sugerir a reconstrução do prefixo causativo-comitativo em estágios intermediários anteriores, dada a ocorrência de antigas formas lexicalizadas encontradas nas três famílias aqui analisadas: PMATG **er^{j}e-* e PATG **er^{j}o-*.

3.1.2.2 - Sufixos derivativos

3.1.2.2.1 – aumentativo

PT ****-atʃu** 'AUMENTATIVO': PMATG ***-watʃu** : PATG ***-watʃu** : PTG ***-watʃu** ~ ***-utʃu** : MA **-wato** : AW **-watu**

Todas as famílias aqui estudadas apresentam reflexos do sufixo aumentativo PT ***-atʃu*, o qual pode ser reconstruído para os estágios intermediários PMATG **-watʃu* e PATG **-watʃu*.

[211] Embora não se encontrem exemplos nos dados publicados, FRANCESCHINI (com.pes.) afirma que o prefixo causativo-comitativo é ainda produtivo na língua Sateré-Mawé, indicando que o participante sobre o qual se realiza o processo é também beneficiário do mesmo.

(168) TG Kp *takangɨr-uhu* /tocandira-AUM/ ‘tocandira grande’

(169) MA *urukut-wato* /coruja-AUM/ ‘corujão’

(170) AW *muʒak-watu* /gavião-AUM/ ‘gavião grande’

3.1.2.2.2 – *atenuativo*

PMATG ***-ʔi** : PATG ***-ʔi** : PTG ***-ʔi** ‘ATENUATIVO’: MA **-ʔi** / AW **-jɨt**

Embora o Sateré-Mawé apresente alguns itens lexicais com o sufixo atenuativo MA *-ʔi*, cognato do PTG **-ʔi*, o que indica que ele deve ter ocorrido em estágio anterior, sincronicamente ele parece ter sido substituído por outro, cujo registro varia entre os autores: MA *-hin* (cf. SIL, 1965) ou *-hit* (cf. SILVA, 2005). Por outro lado, o sufixo atenuativo AW *-jɨt* não parece ser cognato dos demais, sugerindo que essa língua substituiu a forma antiga pela atestada sincronicamente. Como os dados do Sateré-Mawé indicam a ocorrência do sufixo atenuativo em estágio anterior, pode-se sugerir a reconstrução da forma PMATG **-ʔi* e, com base nos dados do PTG, também para o PATG **-ʔi*, apesar da inexistência de forma cognata em Awetí.

(171) TG Kp *ʃimbo-ʔi* /timbó-ATEN/ ‘timbó pequeno’

(172) MA *-arɨ-ʔi* /avó-ATEN/ ‘esposa’

(173) AW *tawɨtu-jɨt* /panela-ATEN/ ‘panelinha’

3.1.2.2.3 – *negativo*

PATG ***-eʔɨm** : PTG ***-eʔɨm** ‘NEGATIVO’ : AW **-eʔɨ̃m**

O sufixo negativo **-eʔɨm* ocorre apenas em PTG e em Awetí e é característico das orações com predicados nominais. Em Tupinambá o sufixo negativo *-eʔɨm* produzia temas da mesma classe que a base à qual se unia. Observe-se que, nessa língua, nos modos gerúndio, circunstancial e subjuntivo (cf. 3.1.1.4.1, 3.1.1.4.2 e 3.1.1.4.3, respectivamente), a negação era feita pela derivação de tema negativo, por meio do sufixo *-eʔɨm* (RODRIGUES, 1981: 25-26). Também em Awetí as construções de subjuntivo, de caráter nominal e marcadas pelo sufixo

subordinador AW *-(ɨ)wo* (cf. MONSERRAT, 1975: 3), combinam-se com o sufixo negativo AW *-eʔɨ̃m*. Vê-se nos exemplos abaixo que também nessa língua esse sufixo negativo produz temas da mesma classe que a base.

Embora o sufixo negativo pareça ser inovação conjunta em estágio PATG – cuja protoforma pode ser reconstruída para o PATG **-eʔɨm* –, deve-se ressaltar a ocorrência em Mundurukú da negação MU *-ʔɨ̃m*, usada em construções subordinadas introduzidas por MU *pima* 'se' (cf. RODRIGUES & CABRAL, 2005: 37). De acordo com a descrição de GOMES (2006: 94), esse morfema ocorre tipicamente com nomes, mas pode também derivar temas verbais ou adverbiais a partir de bases da mesma classe.

Dessa forma, apesar de não ter sido reconstruído para o Proto-Tupí, pode-se sugerir que o sufixo negativo já ocorresse em estágio anterior, possivelmente antes do desmembramento do ramo oriental do tronco Tupí, e que o Sateré-Mawé em seu desenvolvimento histórico diferenciado distanciou-se das demais línguas estudadas.

(174) TG Tb *uβ-eʔɨm* /pai-NEG/ 'sem pai, órfão'; *a-jeʔeŋ-eʔɨm* /1-falar-NEG/ 'eu não falei'

(175) TG Tb *i-só-reme* /R^2-ir-SUBJ.II/ 'se ele for' / *i-só-eʔɨ-me* / R^2-ir-NEG-SUBJ.II/ 'se ele não for'

(176) AW *motáŋ ujá* /remédio DEM/ 'isso é remédio' / *motáŋ-eʔɨm ujá* /remédio-NEG DEM/ 'isso não é remédio'

(177) AW *e-tó-tu-wo motáŋ ʔú-aw ʔan e-majõ-ka* /2-ir-NOM-SUB remédio comer-GER NEG 2-morrer-NEG/ 'se tu tomares remédio, não morres' / *e-tó-eʔɨ̃m-ɨwo motáŋ ʔú-aw e-majõ tút* /2-ir-NEG-SUB remédio comer-GER 2-morrer logo/ 'se tu não tomares remédio, morre logo'

***3.1.2.2.4** – nominalizador de agente*

PT ****-at** 'NOM.AGENTE' : PMATG ***-at** : PATG ***-at** : PTG ***-ar** ~ **-tsar** ~ **-tar** : MA **-h-at** : AW **-at**

O sufixo nominalizador de agente ocorre em todas as três famílias analisadas, tendo sido reconstruído para o Proto-Tupí. Ocorre com verbos para indicar o agente da ação verbal e pode ser reconstruído para o PMATG *-*at* e para o PATG *-*at*.

(178) TG Wa *e-moʔé-ar* /1-ensinar-NOM.AG/ 'meu professor'

(179) MA *e-muʔe-hat* /2.IN-ensinar-NOM.AG/ 'teu professor'

(180) AW *tukɨt ʎu-at* /sal comer-NOM,.AG/ 'comedor de sal'

3.1.2.2.5 – nominalizador de circunstância e instrumento

PT ****-ap** 'NOM.CIRCUNSTÂNCIA' : PMATG ***-ap** : PATG ***-ap** : PTG ***-aβ** ~ **-tsaβ** ~ **-taβ**: MA **-h-ap** : AW **-ap**

Também o nominalizador de circunstância ocorre em todas as famílias em apreço e foi reconstruído para o Proto-Tupí. Em Sateré-Mawé, o nominalizador *-hap* é chamado de "nominalizador não-agentivo" por FRANCESCHINI (1999: 257). Pode ser reconstruído para os estágios intermediários PMATG *-*ap* e PATG *-*ap*.

(181) TG Gj *i-zuka-haw* /3-matar-NOM.CIRC/ 'circunstância da morte dele'

(182) AW *kɨj-tap* /matar-NOM.CIRC/ 'circunstância da morte'

(183) AW *t-owa-tup-ap* /R[4]-rosto-ver-NOM.CIRC/ 'espelho' (lit. lugar ou instrumento de ver rosto de gente)

(184) MA *e-muʔe-hap* /2.IN-ensinar-NOM.N-AG/ 'tua escola'

(185) MA *u-i-ket-hap* /1.IN-AT.II-DORMIR-NOM.N.AG/ 'meu dormir (sono) / meu lugar de dormir'

3.2 – MORFOSSINTAXE

Comumente, o estudo morfossintático parte do estabelecimento das diferentes classes de palavras da língua analisada e, sobretudo, da distinção entre duas categorias básicas: nome e

verbo. O intuito desta seção, contudo, não é a categorização lexical, mas buscar, a partir da interação entre morfologia e sintaxe, elucidar em alguma medida questões relativas ao desenvolvimento histórico das diferenças nos padrões de alinhamento entre orações independentes e dependentes das línguas estudadas.

Toca-se tangencialmente a distinção de categorias lexicais, na medida em que a diferenciação nome/verbo pode ser útil para elucidar problemas relativos ao padrão de alinhamento. Observe-se que, no âmbito desta pesquisa, toma-se por base uma classificação ao nível de temas que constituem bases dos paradigmas flexionais. Ressalte-se, ainda, que, de maneira geral, em línguas Tupí somente nomes, verbos e posposições são dotados de flexão. Apesar de partilharem inúmeras características comuns, tipicamente em línguas Tupí-Guaraní nomes e verbos distinguem-se morfologicamente pela combinação exclusiva dos verbos com prefixos pessoais usados para marcar o sujeito de verbos transitivos e intransitivos (A e S_a) em orações independentes e correferenciais (RODRIGUES, 2001b: 105). A classe de nomes compreende substantivos e adjetivos e não pode diferenciar-se da das posposições com base na morfologia, já que ambas admitem flexão relacional, mas somente com base nas relações que estabelecem com os termos do sintagma nominal ou pospositivo.

Apesar da simplicidade do critério morfológico para determinar a distinção entre as categorias lexicais nome e verbo, não ocorre nessas línguas uma superposição exata entre nome e argumento e verbo e predicado, ou seja, entre categoria lexical e categoria funcional ou sintática. A dupla oposição nome/verbo e argumento/predicado causa frequentemente problemas de categorização (SEKI, 2001: 41), visto que em línguas Tupí em geral e Tupí-Guaraní em particular nomes podem funcionar como predicado e verbos podem funcionar como argumento.

Se na família Tupí-Guaraní a organização sintática repousa diretamente sobre a distinção entre argumento e predicado por meio da marcação de caso argumentativo (RODRIGUES, 1996b: 65), o mesmo não acontece com as demais famílias em estudo (cf. 3.1.1.3.1), que não apresentam uma marca de caso para habilitar um tema nominal ou verbal como argumento. Sateré-Mawé e Awetí, entretanto, também distinguem os verbos morfologicamente pela flexão de pessoa para indicar o sujeito de verbos transitivos e intransitivos (A e S_a) em orações independentes. Ao contrário das línguas Tupí-Guaraní, no entanto, essas línguas não apresentam um conjunto específico de prefixos correferenciais, além da terceira pessoa correferencial.

De acordo com RODRIGUES (2001b: 105), as marcas pessoais utilizadas em orações independentes são de natureza nominativa, pois indicam tanto o sujeito S quanto o sujeito A. JENSEN (1990: 117), por sua vez, interpreta esse sistema de marcação como ativo-inativo. Em orações dependentes, contudo, o sistema de marcação dos argumentos segue um alinhamento absolutivo, com a identificação do objeto dos verbos transitivos e do sujeito dos intransitivos.

A diferença de visão entre os autores no que diz respeito ao alinhamento em orações independentes reflete as distintas formas de delimitar a classe dos verbos, em especial no que diz respeito aos verbos intransitivos. Este trabalho segue a definição de RODRIGUES (2001b: 105) apresentada acima e atém-se aos critérios morfológicos reiterados em RODRIGUES (2001a: 87) para distinguir "predicados intransitivos possessivos" com núcleos nominais e "predicados intransitivos ativos e estativos" com núcleos verbais.

+ flexão			- flexão
+ verbo	- verbo		partículas
temas verbais	temas posposicionais	temas nominais	

Quadro 5 – Distribuição de classes lexicais de línguas Tupí com base na morfologia

Dessa forma, o critério morfológico básico para diferenciar nomes e verbos é que os primeiros recebem flexão relacional, ao passo que os últimos recebem flexão de pessoa. O problema que instiga a pesquisa diacrônica e comparativa é a motivação para que predicados em orações subordinadas ditas de gerúndio e subjuntivo e nos casos circunstancial e translativo utilizem marcas relacionais e não verbais. Para abordar essas questões e buscar entender o desenvolvimento histórico das orações dependentes e as diferenças no padrão de alinhamento de orações independentes e dependentes faz-se necessário retomar aqui de maneira mais específica os dados apresentados na seção anterior com relação à flexão relacional, à flexão pessoal, bem como retomar a discussão referente a sufixos modais.

3.2.1 – FLEXÃO RELACIONAL

O processo morfossintático que consiste na marcação de dependência de um determinante em relação ao núcleo de uma construção sintática por meio de prefixos relacionais tem sido descrito para diferentes línguas do tronco Tupí, como o Mundurukú (GOMES, 2001), o Tuparí (ALVES, 2002), o Sateré-Mawé (RODRIGUES, 1990), bem como para todas as línguas da família Tupí-Guaraní (cf. CABRAL, 2001b). Da mesma forma, há registro de processo análogo nas línguas Karíb e do tronco Macro-Jê (RODRIGUES, 1990; 2001c). Esse processo de alta frequência e ampla ocorrência tem sido identificado na literatura linguística como flexão relacional e consiste num paradigma de dois a quatro prefixos, chamados relacionais (RODRIGUES, 1981), que ocorrem com nomes, verbos e posposições para indicar relações de dependência e contiguidade sintática entre um determinante e os núcleos por eles determinados. É a distribuição dos alomorfes dos prefixos relacionais que determina as duas classes paradigmáticas, I e II (cf. RODRIGUES, 1981), em que se dividem os temas flexionáveis nas línguas para as quais se registra flexão relacional. De acordo com CABRAL (2001b: 238), os dados das línguas Tupí-Guaraní sugerem que em estágio anterior comum a todas elas, os temas das classes I e II subdividiam-se em diversas subclasses. Essa autora destaca, ainda, que a presença de quatro prefixos relacionais em línguas de todos os ramos da família é indicativa de que os sistemas de relacionais com apenas dois ou três prefixos devem ser resultantes da redução de um sistema original mais complexo, ocorrida durante o desenvolvimento histórico dessas linguas particulares (*idem*: 239).

Baseando-se em dados de diversas línguas do tronco Tupí, CABRAL (2007) postulou a ocorrência em Proto-Tupí de um conjunto de quatro prefixos como expressão de um sistema de flexão relacional, sugerindo que também nessa protolíngua os temas estavam divididos em duas classes morfológicas de temas.

3.2.1.1 – Classes morfológicas de temas

Partindo das descrições da gramática do Tupinambá dos padres jesuítas José de Anchieta e Luís Figueira, que distinguem entre formas lexicais absolutas e relativas e permitem entender a alternância fonológica inicial das palavras dessa língua em termos de um paradigma flexional,

RODRIGUES (1953: 123) postulou inicialmente a ocorrência de duas classes de temas, I e II, e posteriormente (RODRIGUES, 1981: 7, 11) descreveu em detalhe o conjunto de quatro prefixos relacionais, definindo a função de cada um, seus alomorfes e especificando as classes e subclasses de acordo com a distribuição dos alomorfes. De acordo com a definição de RODRIGUES (1996: 58), os prefixos relacionais além de estabelecer a relação de dependência de um nome em relação ao núcleo de uma construção sintática, marcam ainda a contiguidade sintática do mesmo. Do ponto de vista diacrônico, a flexão relacional Tupí-Guaraní deve-se à necessidade de não violar o princípio, vigente já no Proto-Tupí, de que temas dependentes não podem ocorrer na sintaxe sem um determinante (CABRAL *et alii*, 2009: 2). Por razões pragmáticas, contudo, temas relativos podem ocorrer deslocados na oração, deixando vazia sua posição original: imediatamente à esquerda do determinante (*idem*, *ibidem*). CABRAL (2001b: 240-41) explica que as estruturas resultantes da flexão relacional têm em comum um núcleo flexionado pelo prefixo relacional, que: (i) exige a expressão sintática contígua do determinante (R^1); (ii) permite a expressão sintática do determinante fora do sintagma verbal (R^2); (iii) indica que o determinante é correferente com o sujeito da oração principal, o qual pode ou não estar presente no contexto oracional (R^3); e (iv) especifica que o determinante é génerico e humano e exclui a expressão sintática do mesmo (R^4).

Acrescente-se que o determinante de um nome é o seu possuidor (em uma relação genitiva de posse ou determinação), o de um verbo intransitivo é o seu sujeito, o de um verbo transitivo é o seu objeto e o de uma posposição é o seu objeto. Sistematizando as informações de RODRIGUES (1996: 58-60), tem-se a seguinte relação forma/função para os prefixos relacionais do Tupinambá:

R^1 – determinante contiguo:	*r-* ∞ *∅-*
R^2 – determinante não-contiguo:	*(ts- ~ jots-)* ∞ *t-* ∞ *(i- ~jo-)* ∞ *∅-*
R^3 – determinante correferencial:	*o-*
R^4 – determinante humano genérico:	*t-* ∞ *m-* ∞ *∅-* ∞ *(V → ∅-)*

A descrição do sistema de flexão relacional do Tupinambá tem orientado a descrição das diversas línguas Tupí-Guaraní, levando à constatação da presença de prefixos cognatos aos do Tupinambá nas diferentes línguas e à confirmação da existência de duas classes arbitrárias de temas de acordo com a distribução dos alomorfes dos prefixos relacionais de contiguidade, além

de uma terceira classe de temas de nomes não possuíveis que não se combinam com nenhum prefixo relacional.

Contudo, não existe consenso em relação à função desses prefixos. Embora estabeleça a ocorrência de duas classes arbitrárias de temas para o Proto-Tupí-Guaraní, JENSEN (1990) interpreta R[1] como *linking prefix* (*idem*: 121) e incorpora R[2] a um conjunto de marcadores pessoais independentes (*idem*: 120), identificando-o como prefixo de terceira pessoa, da mesma forma que R[3]. Essa autora entende o prefixo relacional R[1] como indicativo de uma estreita relação gramatical entre um nome/pronome e o morfema que o precede, relação essa que não seria expressa para os morfemas da classe I (JENSEN, 1999: 146).

Essa interpretação não altera na superfície a divisão em classes de temas, mas obscurece a relação de dependência e contiguidade entre o núcleo e o termo dependente, cuja importância tem sido realçada desde os séculos XVI e XVII nas primeiras gramáticas do Tupinambá, e perde de vista a distinção entre termos absolutos e relativos, reunindo como iguais os temas da classe I (relativos, cf. Tb *tĩ* 'nariz', *sjé Ø-tĩ* /1 R[1]-nariz/ 'meu nariz', *Ø-tĩ* /R[4]-nariz/ 'nariz de gente'; *poruβisáβ* 'chefe', *m-oruβisáβa* /R[4]-chefe/ 'chefe de gente', *moruβisáβ*! /VOC/ 'chefe!') e os da classe III (absolutos, cf. Tb *pirá* 'peixe', *pirá*! /VOC/ 'peixe!'). A relevância de estabelecer a existência de um paradigma flexional está justamente em reconhecer a diferença entre a expressão zero, portadora de significado, e a ausência de expressão de uma categoria (BYBEE, 1985: 27), sendo, neste caso, necessário considerar a expressão zero do prefixo relacional como uma das formas mutuamente exclusivas no âmbito do paradigma, sob pena de incorrer em análise reducionista.

Note-se, ainda, que em línguas Tupí-Guaraní são termos absolutos os dêiticos e os nomes não possuíveis (CABRAL, 2001b: 240), os quais não recebem prefixos relacionais e necessitam um mediador de posse indireta (PTG **e-*) para que possam funcionar como núcleo em construções genitivas (RODRIGUES, CABRAL & CORRÊA-DA-SILVA, 2006: 26). Esse é o caso, por exemplo, de diversas expressões genéricas que se especializaram em diversas línguas, provavelmente, resultado da frequente mediação em relações genitivas entre um determinante e um nome não possuível por meio da combinação do prefixo mencionado acima com o prefixo PTG **-mi-* 'NOM.OBJ' na derivação de nomes de objeto (cf. 3.1.2.1.1), como ocorre em Zo'é *-ebi-é* 'animal de criação' (< PTG **e-mi-ár* /MED.POS-NOM.OBJ-pegar/ 'coisa pegada por alguém')

em *e r-ebi-é tajahú* /1 R[1]-NOM.OBJ-pegar porcão/ ‘meu animal de criação o porcão’ (lit. o pegado por mim (o) porcão) (RODRIGUES, CABRAL & CORRÊA-DA-SILVA, 2006).

Observe-se, ademais, que outras línguas do tronco Tupí, como o Awetí, também fazem uso de nominalizações e do prefixo mediador de posse em construções genitivas para indicar a posse de nomes não possuíveis (cf. AW *n-emĩ-amõju* /3-NOM.OBJ-neta/ ‘neta dele’, *e-emĩ-amõju* /2-NOM.OBJ-neta/ ‘tua neta’; *n-emĩ-ját* /3-NOM.OBJ-presa/ ‘presa dele (peixe)’, *kaj-emĩ-ját* /2-NOM.OBJ-presa/ ‘tua presa (peixe)’). As evidências linguísticas para a reconstrução dos prefixos mediador de posse e nominalizador de objeto em Proto-Tupí são apresentadas e discutidas em detalhe em RODRIGUES, CABRAL & CORRÊA-DA-SILVA (2006). É interessante observar, além disso, que no Awetí, de acordo com a descrição de MONSERRAT (1976: 12), temas nominais alienáveis iniciados por consoante apresentam um prefixo AW *e-* (< PT ***e(p)-*) indicador de posse alienável (cf. *kɨte* ‘faca’, *it-e-kɨte* /1S-POS.ALI-faca/ ‘minha faca’) (cf. 3.1.1.1.1).

Por outro lado, a inclusão de R[2] no conjunto II de marcadores pessoais, composto de formas independentes com acento próprio (JENSEN, 1990: 120), não favorece o princípio da economia da análise e acarreta ainda a necessidade de acrescentar diversas formas de terceira pessoa, que é, de maneira geral, inexistente em línguas Tupí-Guaraní. O prefixo R[3], por sua vez, é facilmente assimilável às marcas pessoais, já que se trata de um marcador de sujeito de terceira pessoa correferencial, com o significado reflexivo de ‘seu próprio’, sendo naturalmente dissociado dos demais relacionais nas análises das distintas línguas Tupí-Guaraní; ao passo que o prefixo R[4] é rara vez mencionado na literatura como elemento morfológico, sendo mais comumente interpretado como parte da forma básica da palavra em sentido absoluto.

Sintetizando as informações apresentadas, e no entendimento de que é possível reconstruir um sistema de flexão relacional para o PTG com quatro prefixos, apresenta-se a seguir de forma sistemática a relação forma/função dos prefixos relacionais, de acordo com a definição original de RODRIGUES (1981: 7) e com base na proposta de CABRAL (2001b: 239):

	Classe I	Classe II	
Referência contexto gramatical	*∅-	*r- ~ *n-	Marcador de relação contígua – R[1]
	*i-	*ts- ~ *t-	Marcador de relação não contígua – R[2]
	*o-	*o-	Marcador de 3ª pessoa correferencial – R[3]
Contexto pragmático	*m-	*t-	Marcador de det. humano genérico – R[4]

Quadro 6 – Paradigma de prefixos relacionais reconstruído para o Proto-Tupí-Guaraní (PTG)

Fazem parte dessas duas classes temas nominais, verbais e posposicionais. Além dessas, há ainda em PTG uma terceira classe, III, composta por temas que não se combinam com nenhum desses prefixos e da qual fazem parte apenas temas nominais que se referem a nomes de plantas, nomes de animais e de fenônemos da natureza, tais como: **arar* 'arara', **ajuru* 'papagaio', **iβa-k* 'céu', **k^{w}ar* 'sol'. São esses os chamados nomes não possuíveis.

No que diz respeito ao Sateré-Mawé, RODRIGUES (1990: 5) apresenta as seguintes classes de temas com base na distribuição dos alomorfes:

Classe I	Classe II_1	Classe II_2	
∅-	*∅-*	*s-*	Marcador de relação contígua – R[1]
i-	*h-*	*h-*	Marcador de relação não-contígua – R[2]

Em realidade, o quadro apresenta-se um pouco mais complexo com diversos alomorfes para o prefixo R[1]. FRANCESCHINI (1999: 26) estabelece uma divisão em duas classes de acordo com os índices de relação que se combinam com os nomes para indicar posse alienável ou inalienável, sendo esta última dividida em três subclasses, conforme abaixo:

Nomes	Índice de relação
Alienável I	*-he-* ~ *-e-*
Inalienável II	*-i-* ~ *-Ø-*
II.1	*-h-* ~ *-s-*
II.2	*-h-* ~ *-ɲ-*

Como se viu anteriormente (cf. 3.1.1.1.1), no entanto, MA *e-* é cognato do prefixo mediador de posse alienável PT ***e(p)-* e o índice /ɲ/ é, em realidade, o morfema *-i-* realizado como *glide* nasal em ambiente nasal (cf. 2.2). Observe-se nos exemplos abaixo a distribuição dos diversos alomorfes dos prefixos marcadores de contiguidade e não-contiguidade em Sateré-Mawé[212]:

(186) MA *jose Ø-tɨ* /José R[1]-mãe/ 'mãe de José'

(187) MA *i-tɨ* /R[2]-mãe/ 'mãe dele'

(188) MA *kahi Ø-eha* /papagio R[1]-olho/ 'olho do papagaio'

(189) MA *h-eha* /R[2]-olho/ 'olho dele'

(190) MA *aware s-uwajpo* /cachorro R[1]-rabo/ 'rabo do cachorro'

(191) MA *h-uwaipo* /R[2]-rabo/ 'rabo dele'

(192) MA *muka i-ãj* /espingarda R[1]-dente/ 'espoleta' (lit.: dente de espingarda)

(193) MA *h-ãj* /R[2]-dente/ 'dente dele'

(194) MA *piʔã Ø-e-harɨ* /moça R[1]-MED.POS-avó/ 'avó da moça'

(195) MA *h-e-harɨ* /R[2]-MED.POS-avó/ 'avó dele'

Organizando os dados acima com base na distribuição dos alomorfes dos prefixos R[1] e R[2], conforme a análise inaugurada por RODRIGUES (1981), tem-se:

[212] As glosas dos exemplos de (186) a (195) retratam interpretação diacrônica de minha autoria e não refletem necessariamente a interpretação dos autores que registraram os dados (FRANCESCHINI, 1999; SIL, 1963a; 1963b; 1965).

	Classe	R^1	R^2
Inalienáveis	I	*Ø-*	*i-*
	II_1	*Ø-*	*h-*
	II_2	*s-*	*h-*
	II_3	*i-*	*h-*
Alienáveis	III	*Ø-(e-)*	*h-(e-)*

Quadro 7 – Distribuição dos prefixos marcadores de relação contígua e não-contígua em Sateré-Mawé (MA)

Note-se que nesta língua o sistema de flexão relacional parece muito mais amplo que em PTG, de sorte que todas as formas lexicais devem combinar-se com esses prefixos. Dessa maneira, nomes de plantas e animais, os chamados nomes não possuíveis, assim como os empréstimos, seja do português ou de outra língua indígena, são atribuídos à classe III. FRANCESCHINI (1999: 253) chama a atenção, entretanto, para o fato de que há uma analogia entre as diferentes classes de nomes e de verbos de estado:

> *Au niveau morphologique, la classe des noms inaliénables correspond à la classe de verbes d'état II, aussi bien les verbes d'état II que les noms inaliénables sont préfixés par l'indice attributif II -i- ~ -Ø- et par les indices personnels de la série inactive, en revanche, la classe des noms aliénables correspond à la classe des verbes d'état I, ces deux classes de lexèmes sont préfixés par l'indice attributif I -he- ~ -e- et par les indices personnels de la série active* (FRANCESCHINI, 1999: 253).

Percebe-se, pois, que a interpretação de FRANCESCHINI (*op. cit.*) leva em consideração o critério de posse alienável – seriam os temas da classe III – e posse inalienável – seriam os temas das classes I, II_1, II_2 e II_3 – dentre os quais se incluem os termos de parentesco e as partes do corpo. É interessante observar, entretanto, que há termos de parentesco que caem na classe III, tais como *miariru* 'neto', *harɨ* 'avó' e *nanɨ* 'genro', o que poderia sugerir que tenham sido adquiridos por empréstimo. Por outro lado, temas como *morɨʔa* 'flecha' e *moʔɨːt* 'flor' caem na

classe I, que seria de posse inalienável, ao passo que *ɨara* ‘canoa’ e *ko*[213] ‘tradição’ (no sentido de cultura Sateré-Mawé) estão na classe III, de posse alienável.

Também ocorre em Sateré-Mawé um prefixo reflexivo (MA *t(o)-*) que não parece ser cognato do prefixo relacional R[3] do PTG **o-* (cf. 3.1.1.1.3), mas que corresponde estrutural e funcionalmente a ele. Esse prefixo, contudo, apresenta variações, pelo menos em relação aos temas classificados na classe III.

(196) MA *jose Ø-tɨ Ø-ɨat* /José R[1]-mãe R[1]-casa/ ‘a casa da mãe de José’[214]

(197) MA *jose Ø-tɨ to-ɨat pe* /José R[1]-mãe R[3]-casa LOC.PUN/ ‘a mãe de José está em sua própria casa’

(198) MA *Ø-to-to to-ɨat kape* /3.A-MED-ir R[3]-casa POSP/ ‘ele foi para sua própria casa’

(199) MA *Ø-to-to i-ɨat kape* /3.A-MED-ir R[2]-casa POSP/ ‘ele foi para a casa de alguém’

(200) MA *harɨ Ø-to-to to-ko kape te-miariru wɨwo* /avó 3.A-MED-ir R[3]-roça POSP R[3]-neto com/ ‘a avó foi para sua roça com seu neto’

(201) MA *miʔɨ hawɨj sese to-i-kɨrɨ te-kumpa* /DEM depois verdade 3.COR-ATR.I-rir R[3]-compadre/ ‘depois então, alegrou-se de verdade com seu compadre’

Note-se que, nessa língua, esse prefixo vem sendo interpretado sincronicamente como marca de terceira pessoa reflexiva da série de prefixos pessoais possessivos (FRANCESCHINI, 1999) ou como marca de terceira pessoa correferencial (FRANCESCHINI, 2002; 2007), tendo estendido seu uso para a forma plural (*to+ʔatu* > *taʔatu* ‘3.PL.REFL’ ou ‘3.COR.PL’). Como se vê nos exemplos acima, esse prefixo (ou um prefixo homófono) também funciona como índice de voz média em verbos ativos, indicando que é no próprio agente que se processa a ação (FRANCESCHINI, 2007: 311).

[213] Observe-se a homofonia dos termos para roça e tradição, o primeiro pertencendo à classe I, cf. *u-i-ko* ‘minha roça’, *i-ko* ‘roça dele’, *ŋo* ‘roça’, e o segundo, à classe III, cf. *u-h-e-ko* ‘minha tradição’, *h-e-ko* ‘tradição dele’, *ko* ‘tradição’.

[214] As glosas referentes aos exemplos de (196) a (201) são minhas e configuram uma interpretação diacrônica das formas aqui analisadas como parte do sistema de flexão relacional, não refletindo necessariamente a opinião do autor/editor dos textos (SIL, 1963a; 1978; FRANCESCHINI & MAWÉ, 2007).

Quanto ao prefixo relacional R[4] (cf. 3.1.1.1.4), essa marca de determinante humano e genérico é indicado nas línguas Tupí-Guaraní por *m-* em temas começados por *p*, ao passo que em Sateré-Mawé ocorre a nasalização de temas nominais ou verbais começados pelas consoantes oclusivas *p*, *t* e *k*. E seu uso aqui não parece estar restrito ao significado de humano, mas apresenta-se mais generalizado, abrangendo as formas não possuídas, i. é, absolutas, dos temas nominais e verbais nominalizados.

Conforme FRANCESCHINI (1999: 29), as formas absolutas dos nomes nesta língua são formas simples, em algumas das quais ocorre a modificação na qualidade da consoante inicial: quando esta é oclusiva oral na forma possuída, realiza-se como sua oclusiva nasal homorgânica na forma absoluta (cf. *u-i-tɨ* 'minha mãe', *nɨ* 'mãe'; *u-i-po* 'minha mão', *mo* 'mão'; *u-i-ko* 'minha roça', *ŋo* 'roça'). Mas também alguns temas nominais começados por fricativa glotal /h/ modificam a qualidade da consoante inicial para *s* (cf. *u-h-et* 'meu nome', *set* 'nome'). Ainda de acordo com FRANCESCHINI (1999: 251), alguns verbos de estado apresentam a mesma morfologia dos temas nominais, como se vê nos exemplos abaixo:

(202) MA *u-i-kɨt* /1.IN-ATR.II-ser.gordo/ 'eu sou gordo'

(203) MA *ŋɨt* 'aquele que é gordo > obeso'

(204) MA *u-i-po:ro* /1.IN-ATR.II-ser.velho/ 'eu sou velho'

(205) MA *mo:ro* 'aquele que é velho > idoso'

(206) MA *u-i-taŋ* /1.IN-ATR.II-ser.grande/ 'eu sou grande'

(207) MA *naŋ* 'aquele que é grande > adulto' (planta, animal ou humano)

Também alguns verbos médios nominalizados por meio dos sufixos *hap-* 'NOM.CIRC' e *hat-* 'NOM.AG' apresentam essa mesma modificação da qualidade da consoante inicial, combinando-se, porém, os temas verbais sem a modificação com os prefixos possessivo e relacional, que vêm antepostos à base nominalizada quando em função genitiva (FRANCESCHINI, 1999: 271). Da mesma forma, dos temas nominais pode-se derivar verbos ativos por meio do prefixo causativo *mo-*, utilizando-se a forma possuída dos nomes inalienáveis (*idem*: 278).

(208) MA *ket* 'dormir', *ŋet-hap* 'lugar de dormir > casa', *ŋet-hat* 'aquele que dorme'

(209) MA *a-re-ket* ‘eu durmo’, *u-i-ket-hap* ‘meu sono/lugar onde eu durmo’

(210) MA *kenʔe* ‘assustar-se’, *ŋenʔe-hap* ‘medo’

(211) MA *a-re-kenʔe* /1.A-MED- assustar-se/ ‘eu me assusto’

(212) MA *Ø-tu-ut e-Ø-kenʔe-hap mo* /3.A-MED-vir 2.IN-ATR.II-assustar-se-NOM.CIRC FINAL/ ‘ele veio para te assustar’

(213) MA *mohɨːt* ‘flor’, *pohɨːt* ‘flor de...’

(214) MA *a-ti-mo-pohɨːt mi-koj* /1.A-AT.I-CAUS.I-flor NOM.OBJ-plantar/ ‘eu fiz a planta ter flores (lit. eu fiz florescer o plantado)’

(215) MA *morɨʔa* ‘flecha’, *porɨʔa* ‘flecha de...’

(216) MA *a-ti-mo-porɨʔa hirokat* /1.A-AT.I-CAUS.I-flecha criança/ ‘eu fiz a criança ter flecha’

Vê-se, pois, que, a partir de uma interpretação diacrônica, é possível entender todas essas mudanças das consoantes iniciais dos temas nominais e verbais para determinar a forma absoluta como parte do sistema de flexão relacional do Sateré-Mawé, conforme o quadro abaixo:

Classe	R^1	R^2	R^3	R^4
I	*Ø-*	*i-*	*t(o)-*	$C^{+ocl} > N$
II_1	*Ø-*	*h-*		*s-*
II_2	*s-*	*h-*		*s-*
II_3	*i-*	*h-*		*i-*
III	*Ø-(e-)*	*h-(e-)*	*t(e)-*	*Ø-*

Quadro 8 – Sistema de flexão relacional Sateré-Mawé (MA)

Percebe-se, assim, que há um claro paralelismo entre as classes I do Sateré-Mawé e I do PTG (cf. Tb *sɨ* ‘mãe’, MA *nɨ* ‘mãe de gente’, *tɨ* ‘mãe’; Tb *mo* ‘mão de gente’, *po* ‘mão’, MA *mo*

‘mão de gente’, *po* ‘mão’) e as classes II_1 e II_2 do Mawé e IIa e IIb do PTG (cf. Tb *tesa* ‘olho de gente’, *-esa* ‘olho’; MA *seha* ‘olho de gente’, *-eha* ‘olho’; Tb *taʔɨr* ‘filho de gente (em relação ao pai)’, *-aʔɨr* ‘filho de homem; MA *saʔɨru* ‘filho de gente (em relação ao pai), *-aʔɨru* ‘filho de homem’). Quadro detalhado com todas as subclasses propostas para o PTG com exemplos de temas de diversas línguas da família encontra-se em CABRAL (2001b: 239).

Em relação à classe II_3 do Sateré-Mawé não há ainda muita clareza, pois se trata de uma classe restrita, tendo sido encontrados apenas dois exemplos de temas nominais: *i-ãj* ‘dente de gente’, *-ãj* ‘dente’; *i-ũn* ‘fezes de gente’, *-ũn* ‘fezes’. Quanto à classe III do PTG, referente aos temas nominais não possuíveis, parece ser possível entendê-la como sendo equivalente à classe III do Sateré-Mawé. Nesta língua, no entanto, essa classe mostra-se ampliada para abrigar também os empréstimos de outras línguas. Da mesma forma, percebe-se que no Mawé o uso da flexão relacional mostra-se expandido para todas as formas léxicas.

Essa interpretação de caráter diacrônico da classe III talvez ofereça uma explicação para a presença nessa classe de temas como *ɨara* ‘canoa’ e *ko* ‘tradição’ e permita compreender a ocorrência de variantes como *u-i-warɨ* ~ *u-he-harɨ* ‘minha avó’, entendendo a primeira forma como decorrente do desenvolvimento histórico da língua a partir do Proto-Tupí (PT ***at^{ʔ}ɨ* ‘esposa’) e a segunda forma como um empréstimo de uma língua TG, que teria trazido consigo o prefixo *h-* como parte do tema. Cabe observar que, em seu dicionário, BRANDON & GRAHAM (1983) registram *warɨ* ‘esposa’, *harɨʔ* ‘esposa’ e *harɨ* ‘avó’. Entretanto, se o termo Mawé para avó for cognato de PTG **arɨj* ‘avó’ e não de **-atɨ* ‘esposa’ (cf. Capítulo II, 2.1.2, nota 181), então a causa da variação poderia não ser a origem distinta das duas formas, mas possivelmente a inclusão de um termo de parentesco tomado por empréstimo na classe I por analogia com os demais, como também poderia ser o caso de *u-i-miariru* ~ *u-he-miariru* ‘neto’. Vale notar a ocorrência dos termos *arɨa* ‘avó’ e *r-emiareru* ‘neto’ em Língua Geral Amazônica, língua falada nas missões jesuíticas com as quais os Mawé mantiveram contato desde pelo menos 1661 na missão do Tapajós e 1669 na missão de Tupinambarana. Ressalte-se, ainda, que os termos *arɨa* ‘avó materna’ e *t-emiarirõ* ‘neta/o’ foram registrados para o Tupinambá por Jean de Léry, Yves d’Évreux e Antônio Araújo nos primeiros tempos da colonização e é possível que os Mawé tenham mantido contato com falantes dos grupos Tupinambá que avançaram em direção ao rio Amazonas e terminaram conquistando a ilha de Tupinambarana no limiar da época histórica.

Finalmente, registre-se que, além dos mencionados acima, os outros poucos termos de parentesco encontrados que pertencem à classe III são: *u-he-aito* ‘meu marido’, *u-he-ɨkeʔet* ‘meu irmão sênior (de homem)’ e *u-he-ɨwɨt* ‘meu irmão júnior (de homem)’, em oposição a *u-i-kɨwɨt* ‘meu irmão sênior (da mulher)’. Com exceção do termo para marido, que é homófono do pronome pessoal de primeira pessoa plural inclusivo *aito*, todos os demais são compatíveis com o desenvolvimento histórico desta língua a partir do PT (cf. PT ***ɨke* ‘irmão sênior de homem’ : PTG **ɨke-ʔɨr* : MA *ʔɨke-ʔet*; PT ***ɨpʷɨt* ‘irmão júnior de homem’: PTG **-ɨβɨr* : MA *-ɨwɨt*, *ʔɨwɨt*; PT ***kɨpʷɨt* ‘irmão de mulher’: PTG **kɨβɨr* : MA *kɨwɨt*).

No que diz respeito ao Awetí, são registradas sincronicamente algumas distinções inovadoras em relação às demais línguas estudadas (cf. 3.1.1), como a diferença entre fala masculina e feminina nos pronomes pessoais de primeira e terceira pessoas singular, no pronome objeto de terceira pessoa, nos demonstrativos, alguns nomes e nos prefixos nominais (MONSERRAT, 1976: 15, nota 3), além da distinção sistemática entre as formas dos prefixos nominais em temas iniciados por vogal ou consoante (MONSERRAT, 1976: 4).

Como se viu anteriormente (cf. 3.1.1.1.1 e 3.1.1.1.2), é possível identificar, do ponto de vista diacrônico, evidências do sistema de flexão relacional conforme postulado para o Proto-Tupí. Deve-se considerar, contudo, a escassez de dados dessa língua e a restruturação do sistema para acomodar a distinção de gênero do falante[215].

(217) AW *nã-po* / *i-po* /R^2-mão/ ‘mão dele(a)’

(218) AW *nã-pepó / i-pepó* /R^2-asa/ ‘asa dele(a)’

(219) AW *n-up* / *t-up* /R^2-pai/ ‘pai dele(a)’

(220) AW *n-uwáj / t-uwáj* /R^2-rabo/ ‘rabo dele(a)’

(221) AW *kojtã n-atɨ* /DEM.M R^1-esposa/ ‘esposa daquele’

(222) AW *akoj Ø-atɨ* /DEM.F R^1-esposa/ ‘esposa daquele’

(223) AW *ʔɨp Ø-apo* /árvore R^1-raiz/ ‘raiz da árvore’

(224) AW *ajte Ø-uwɨk* /homem R^1-sangue/ ‘sangue do homem’

[215] As glosas dos exemplos de (217) a (229), do Awetí, refletem interpretação diacrônica de minha autoria e não correspondem necessariamente à interpretação dos autores pesquisados (MONSERRAT, 1976; 1977; 2000; 2001; 2007a).

Note-se que, sincronicamente, o prefixo aqui identificado em termos diacrônicos como 'R^2' é condicionado pelo fonema inicial (consoante ou vogal), bem como pelo gênero do falante (masculino ou feminino). No que diz respeito à terceira pessoa, contudo, é particularmente importante a referência pessoal do nome, como especifica MONSERRAT (1976: 11):

> *Nesse sentido, quando o nome, sintaticamente é um complemento verbal, há mais uma especificação pessoal relevante para a terceira pessoa, se ela é também o sujeito da oração (...) chamaremos a essa terceira pessoa relativa quando igual ao sujeito da oração, de terceira pessoa reflexiva (3ref).*

Essa marca de terceira pessoa reflexiva AW *o-* é equivalente em termos estruturais e funcionais ao prefixo reflexivo MA *t(o)-* e é seguramente forma cognata do prefixo que indica a terceira pessoa correferencial PTG **o-* '3.COR' (cf. 3.1.1.1.3).

(225) AW *o-po* /R^3-mão/ 'sua própria mão'

(226) AW *o-up* /R^3-pai/ 'seu próprio pai'

(227) AW *o-e-kɨte* /R^3-POS.ALI-faca/ 'sua própria faca'

Também são encontradas em Awetí evidências da ocorrência do prefixo absoluto, conforme mencionado anteriormente (cf. 3.1.1.1.4).

(228) AW *mo-kut-etsat* /R^4.mão-extremidade-enrolado/ 'anel' (lit. o que fica enrolado na extremidade de mão de gente)

(229) AW *t-owa-tup-ap* /R^4-rosto-ver-NOM.CIRC/ 'espelho' (lit. lugar ou instrumento de ver rosto de gente)

Assim, com base nos dados apresentados acima, percebe-se que o sistema de flexão relacional outrora existente em Awetí foi sincronicamente modificado de forma a incorporar o novo sistema de distinção de genêro, tornando opaca a antiga diferenciação entre as classes I e II, em especial no que se refere aos prefixos de contiguidade e não-contiguidade. Os demais prefixos podem ser mais facilmente identificados. Uma leitura diacrônica do sistema de flexão relacional da língua Awetí produziria *grosso modo* o quadro abaixo:

	Classe I	Classe II
R[1]	*∅-*	*n-* ~ *∅-*
R[2]	*nã-* ~ *i-*	*n-* ~ *t-*
R[3]	*o-*	*o-*
R[4]	*m-*	*t-*

Quadro 9 – Vestígios do sistema de flexão relacional em Awetí (AW)

3.2.2 – FLEXÃO PESSOAL

De maneira geral, a flexão pessoal em línguas Tupí é privativa dos verbos quando esses ocupam a posição de núcleo de predicado de orações independentes, sendo a distinção dos paradigmas flexionais em predicados independentes e dependentes a primeira diferenciação morfológica básica dos verbos nessas línguas. Outro fator importante é a distinção entre verbos transitivos e intransitivos, visto que os primeiros estão sujeitos à hierarquia referencial de pessoa, em que 1 > 2 > 3.

No que diz respeito às línguas Tupí-Guaraní especificamente, quando o sujeito é hierarquicamente superior e o objeto é de terceira pessoa, o sujeito vem marcado no verbo na primeira posição e o objeto, incorporado ao verbo, é evidenciado por flexão relacional de acordo com a classe morfológica de temas. Objetos de segunda pessoa singular ou plural recebem marcadores específicos (acusativos). No caso de objeto hierarquicamente inferior, o sujeito não vem marcado no verbo e a referência ao objeto, expresso por um nome ou pronome, ocorre por flexão relacional, de acordo com a divisão em classes de temas. Também peculiar às línguas Tupí-Guaraní é a ocorrência de uma série de prefixos pessoais correferenciais utilizados exclusivamente por verbos intransitivos em orações de gerúndio (cf. 3.1.1.2).

Em linhas gerais, a família Mawé apresenta situação análoga à Tupí-Guaraní, com um sistema de marcação de pessoa em orações independentes equivalente. No entanto, como se viu anteriormente (cf. 3.1.1.2), apenas parte dos prefixos pessoais do Sateré-Mawé parece

corresponder etimologicamente aos do PTG. A ocorrência de prefixos pessoais marcadores de objeto (acusativos) – "formas sagitais" (cf. FRANCESCHINI, 1999: 116) – correspondentes aos do PTG tanto na forma fonológica quanto em termos estruturais e funcionais destaca-se em meio à reorganização do sistema evidenciada na língua.

Deve-se realçar, ademais, que também no Sateré-Mawé a distinção entre verbos transitivos e intransitivos estrutura a organização dos paradigmas verbais, estando os verbos transitivos sujeitos à hierarquia referencial de pessoa (1 > 2 > 3), além de subordinados à orientação semântica: se o foco está no objeto ou no sujeito (cf. GRAHAM, GRAHAM & HARRISON, 1984), o que é interpretado por FRANCESCHINI (1999) como construção ativa e inativa. Note-se, contudo, que as formas que evidenciam o foco no objeto (série inativa) são marcas absolutivas utilizadas também em construções genitivas para indicar o determinante. As únicas marcas exclusivas dos verbos nesta língua são os prefixos verbais nominativos/acusativos, que fundamentam a distinção morfológica entre nomes e verbos.

O Awetí, por sua vez, encaixa-se na regra geral: apresenta um conjunto de prefixos privativo da classe dos verbos, quando esses ocupam o núcleo do predicado de orações independentes e a organização do sistema verbal repousa sobre a distinção entre verbos transitivos e intransitivos. Essa distinção, contudo, é bastante mais marcada nessa língua, visto ocorrerem, para algumas pessoas, prefixos específicos para identificar A e outros para identificar S_a. Da mesma forma que nas demais famílias, os verbos transitivos estão também sujeitos à hierarquia referencial de pessoa, sendo que MONSERRAT (1976: 6) introduz de forma específica a questão semântica da hierarquia pessoal:

> *os prefixos pessoais verbais indicam sempre a pessoa-foco do discurso, de forma que, se ela é o sujeito da oração, o prefixo pessoal será o subjetivo correspondente, e se é o objeto, o objetivo correspondente* (*idem, ibidem*).

Note-se que nesta língua não há uma série específica de prefixos correferenciais, mas quando "o foco é ao mesmo tempo sujeito e objeto da oração, o prefixo utilizado é o subjetivo correspondente, seguido do prefixo reflexivo *te*-" (*idem, ibidem*). BORELLA (2000) interpreta as séries de prefixos pessoais de verbos transitivos e intransitivos como ativa I e II e a série que MONSERRAT (1976: 10) chama de "estado", como série inativa. Registre-se que, de acordo com a análise de MONSERRAT (*idem, ibidem*), a classe de palavras dita de "estado" engloba "raízes nominais que passam a funcionar na posição de predicado". Ressalte-se, ainda, que os prefixos

que fazem referência ao objeto em foco no tema verbal ("prefixos objetivos") são marcas absolutivas que identificam também o determinante em contruções genitivas.

3.2.2.1 - Prefixos marcadores de pessoa

Com base na discussão acima e nos dados apresentados anteriormente (cf. 3.1.1.2.1 e 3.1.1.2.2) os prefixos marcadores de pessoa do Proto-Tupí-Guaraní podem ser representados conforme quadro abaixo:

	Nominativo (A e S)	Correferencial (S)	Acusativo (O)
1	**a-*	**wi-*	
12	**ti- / *ja-*	**jare-*	
13	**oro-*	**oro-*	
2	**ere-*	**e-*	**oro-*
23	**pe-*	**peje-*	**opo-*
3	**o-*	**o-*	

Quadro 10 – Prefixos pessoais reconstruídos para o Proto-Tupí-Guaraní (PTG)

Vale lembrar que esse é o único conjunto de prefixos pessoais nessa língua, visto que a flexão relacional é impessoal e faz referência à contiguidade sintática e à relação de dependência entre os termos do sintagma. O paradigma verbal PTG vem exemplificado em (77) e (78), porém é oportuno reiterar a ocorrência da hierarquia de pessoa com o objeto incorporado ao verbo transitivo (1 > 3), indicado pelo prefixo relacional de não-contiguidade (R^2), bem como exemplificar o caso inverso (3 > 1), indicado pelo prefixo de contiguidade (R^1):

(230) PTG **a-k^{j}er* /1-dormir/ 'durmo'

**a-i-kuaβ* /1-R^2-conhecer/ 'conheço-o'

**a-ts-enõj* /1-R^2-chamar/ 'chamo-o'

(231) TG Tb *sjé Ø-kuaβ* /1 R^1-conhecer/ 'conhecem-me'

sjé r-enõj /1 R[1]-chamar/ ‘chamam-me’

Note-se que, com sujeito primeira pessoa e objeto terceira pessoa, os prefixos verbais utilizados são nominativos, entretanto, quando o objeto é segunda pessoa e o sujeito é primeira pessoa, ocorrem prefixos acusativos:

(232) TG Tb *oro-ekár* /2.O-procurar/ ‘eu/nós te procuro/amos’

(233) TG Tb *opo-ekár* /23.O-procurar/ ‘eu/nós procuro/amos vocês’

É conveniente observar que o prefixo PTG **oro-* ‘2.O’ tem forma idêntica ao prefixo de primeira pessoa plural exclusivo marca de sujeito, mas não parece estar historicamente relacionada à marca nominativa ‘13’. As propostas de reconstrução histórica de ambas as marcas acusativas sugerem uma origem a partir da combinação de **a-* ‘1’ + **ere-* ‘2’, o que teria ocasionado a ruptura na hierarquia referencial de pessoa e as mudanças subsequentes (MONSERRAT & SOARES, 1983), ou diretamente a partir de protomorfemas PTG **oro-* e **opo-*, que marcariam já na protolíngua a relação 1/13.Sujeito > 2.Objeto e 1/13.S > 23.O (JENSEN, 1987), ou ainda a partir da combinação de marcas de sujeito proclíticas com o morfema **poro-* ‘objeto genérico humano’ (**a* ‘1’ + **poro-* ‘OBJ.GEN.HUM’ > **oro-*; **oro-* ‘13’ + **poro-* ‘OBJ.GEN.HUM’ > **opo-*) (CABRAL, 2001a).

Além disso, é interessante observar que em Proto-Tupí-Guaraní ocorre uma única forma ergativa para primeira pessoa plural inclusivo (**ti-*) em oposição à forma PTG **ja-*, usada exclusivamente com verbos intransitivos. Deve-se salientar, ademais, que das formas pessoais reconstruídas para o Proto-Tupí (PT ***o-* ‘1’, ***e-* ‘2’, ***or^{j}o-* ‘13’, ***or^{j}e-* ‘13’ e ***ej-* ‘23’), o PTG reteve apenas **e-* ‘2’, **oro-* ‘13’ e **ore-* ‘13’. Note-se que essas marcas PT são absolutivas na protolíngua, indicando S_a, S_o e O, mas o PTG parece ter identificado algumas dessas marcas exclusivamente com S_a, retendo **e-* ‘2’ e **oro-* ‘13’ no conjunto de prefixos correferenciais. Essa última forma também é usada para identificar A, no indicativo. O conjunto de protoformas absolutivas PT foi inteiramente substituído nessa família por pronomes absolutivos (cf. (231)), mantendo apenas a marca ***or^{j}e-* ‘13’ original.

	PT	PMATG	PATG	PTG
1				**tʃé*
13	***or^{j}e-*	**ore-*	**ore-*	**oré*
12				**jané*
2				**né*
23				**pé*

Quadro 11 – Desenvolvimento histórico das marcas absolutivas Tupí-Guaraní (TG)

No que diz respeito ao Sateré-Mawé, além da série de prefixos verbais, há também uma série de prefixos absolutivos (série inativa, na interpretação de FRANCESCHINI, 1999: 98), partilhada por verbos e nomes para indicar nos nomes o possuidor e nos verbos o foco no objeto. Essas formas são equivalentes em termos funcionais ao conjunto de pronomes absolutivos PTG usados com flexão relacional: TG Tb *sjé r-enõj* 'chamam-me', MA *u-h-enoj* 'ensinam-me'; TG Tb *sjé Ø-sɨ* 'minha mãe', MA *u-i-tɨ* 'minha mãe'. Note-se que a família Mawé reteve quase integralmente as protoformas absolutivas originais, no entanto, as formas cognatas de ***or^{j}o-* '13', ***e-* '2' e possivelmente ***ej-* '23' também fazem referência nessa língua ao sujeito de transitivos e intransitivos.

	Nominativo (A/S_a)	Acusativo (O)	Absolutivo (S_o/O)
1	*a-*		*u-*
12	*wa-*		*a-*
13	*uru-*		*uru-*
2	*e-*	*moro-*	*e-*
23	*ewe- / ewej-*	*moro-hoʔo-*	*e-*

Quadro 12 – Prefixos pessoais do Sateré-Mawé (MA)

Observe-se que, de acordo com a descrição de FRANCESCHINI (1999: 119), o prefixo referente à terceira pessoa apresenta várias formas, sendo *Ø-* para terceira pessoa singular e plural e *to-* e *taʔatu-* para terceira pessoa correferencial singular e plural, respectivamente. Os verbos "médios atélicos" (compatíveis com *re-* ~ *to-*) não fazem diferença entre terceira pessoa correferencial e não-correferencial, mas utilizam prefixos *Ø-* para singular e *teʔeru-* para plural (*idem, ibidem*). Deve-se reiterar que a inexistência de terceira pessoa é fato comum entre línguas Tupí e que a forma de terceira pessoa correferencial é análoga à das demais famílias em estudo, sendo interpretada aqui como parte do paradigma de flexão relacional (R^3). Vale salientar, contudo, que nesta língua o prefixo correferencial foi estendido para a forma plural, inexistente nas demais famílias, e combina-se também com verbos "ativos e médios télicos" (*idem, ibidem*), o que não ocorre nas outras famílias (cf. 3.1.1.1.3). Conforme mencionado anteriormente (cf. 3.2.1.1), morfema homófono é interpretado por FRANCESCHINI (2007: 311) como índice de voz média, indicando que a ação ocorre sobre o próprio agente. Note-se que marcas analisadas como "classificadores de radicais" (cf. GRAHAM, GRAHAM & HARRISON, 1984) ou "índices de relação" (FRANCESCHINI, 1999) são, de fato, decorrentes da expansão e reinterpretação do sistema de flexão relacional ocorrido em Sateré-Mawé; de forma que a extensão do uso de R^3 para indicar voz média seria compatível com a reorganização do paradigma verbal.

O paradigma de prefixos verbais vem exemplificado em (79), recupera-se aqui apenas um exemplo a ser contraposto com (230) acima e exemplifica-se o paradigma de prefixos absolutivos[216]:

(234) MA *a-re-ket* /1.N-INTR-dormir/ 'durmo'

a-ti-kuap /1.N-R^2-conhecer/ 'conheço(-o)'

a-h-enoj /1.N-R^2-ensinar/ 'ensino(-o)'

(235) MA 1 *u-i-kuap* /1.ABS-R-conhecer/ 'me conhecem'

2 *e-Ø-kuap* /2.ABS-R-conhecer/ 'te conhecem'

3 *Ø-i-kuap* /3.ABS-R-conhecer/ 'conhecem ele'

12 *a-i-kuap* /12.ABS-R-conhecer/ 'nos (incl.) conhecem'

[216] As glosas dos exemplos (234), (235) e (236) indicam interpretação diacrônica de minha autoria e não refletem a análise das fontes pesquisadas (GRAHAM, GRAHAM & HARRISON, 1984; FRANCESCHINI, 1999).

13 *uru-Ø-kuap* /13.ABS-R-conhecer/ ‘nos (excl.) conhecem’

23 *e-i-kuap* /23.ABS-R-conhecer/ ‘conhecem vocês’

33 *iʔatu-Ø-kuap* /33-R-conhecer/ ‘conhecem eles”

(236) MA 1 *u-h-enoj* /1.ABS-R-ensinar/ ‘me ensinam’

2 *u-Ø-enoj* /2.ABS-R-ensinar/ ‘te ensinam’

3 *Ø-h-enoj* /3.ABS-R-ensinar/ ‘ensinam ele’

12 *a-h-enoj* /12.ABS-R-ensinar/ ‘nos (incl.) ensinam’

13 *uru-Ø-enoj* /13.ABS-R-ensinar/ ‘nos (excl.) ensinam’

23 *e-h-enoj* /23.ABS-R-ensinar/ ‘ensinam vocês’

33 *iʔatu-Ø-enoj* /33.ABS-R-ensinar/ ‘ensinam eles’

Vale salientar também nesses exemplos o caráter híbrido do paradigma de flexão verbal em Sateré-Mawé. Em (235) e (236) acima, os prefixos MA *i-* e *h-*, e suas respectivas variantes (índices de voz ativa I e II, de acordo com FRANCESCHINI, 1999: 92), ou bem equivalem a R^1, tendo expandido seu uso por analogia a MA *ti-*, marcador de objeto genérico, ou equivalem a R^2, tendo estendido seu uso para indicar também um sujeito genérico em construções inativas/objeto em foco (cf. 3.1.1.1.2).

	PT	PMATG	Absolutivo
1	***o-*	**o-*	*u-*
12	?	?	*a-*
13	***or^{j}o-*	**oro-*	*uru-*
2	***e-*	**e-*	*e-*
23	***ej-*	**ej-*	*e-*

Quadro 13 – Desenvolvimento histórico das marcas absolutivas Sateré-Mawé (MA)

Quanto ao prefixo acusativo (*moro-* '1→2'), é interessante reiterar que, de acordo com a descrição de FRANCESCHINI (1999: 117, 173-174), essa forma sagital indica unicamente a relação de 1 > 2/23; a relação de 13 > 2/23 é tratada como se o objeto fosse de terceira pessoa e faz uso do prefixo marcador de primeira pessoa plural exclusivo *uru-* '13' e da construção ativa (*idem*: 117).

(237) MA *uru-i-sej hirokat* /13.A-AT.I-lavar criança/ 'nós lavamos a criança'

(238) MA *uru-to-we-ej* /13.A-MED-REFL-lavar/ 'nós nos lavamos'

(239) MA *moro-sej* /1→2-lavar/ 'eu te lavo'

(240) MA *moro-hoʔo-sej* /1→2-PL.PART-lavar/ 'eu lavo (alguns de) vocês'

Nos dois primeiros exemplos FRANCESCHINI (2007: 313) está enfatizando a diferença entre os usos da voz ativa (ex. (237)) e da voz média (ex. (238)) com a primeira pessoa do plural exclusivo, cujo significado literal seria 'eu me lavo e ele se lava'. Vale salientar, contudo, que o uso do prefixo reflexivo reduz a valência do tema verbal, que vem, portanto, marcado com *to-* ~ *re-*, como os demais verbos intransitivos. Por outro lado, as formas acusativas em (239) e (240) não se combinam com nenhum marcador sintático, o que normalmente não ocorre no sistema extremamente homogêneo do Sateré-Mawé e poderia ser indício de empréstimo. Por outro lado, como salienta CABRAL (2001a: 141):

> *Ainda com respeito a esse morfema [moro-], sua semelhança com o morfema -poro- Tupí-Guaraní, nas situações em que os temas como esse morfema são flexionados pelo relacional 'H(umano)', como em Tupinambá* moro-sém-a *(m-poro-sém-a H-genérico.humano-sair.CA) 'sair dos homens', sugere ou que ele tenha se desenvolvido a partir de uma antiga forma -poro-, ou que tenha sido emprestado de alguma língua Tupí-Guaraní.*

É oportuno mencionar que o morfema **-pot-* ocorre em todas as três famílias estudadas como marca de 'objeto genérico ± humano': PTG **-poro-* ~ *-por-* ~ *-po-* : MA *-pot-* : AW *-pot-*. A hipótese de CABRAL (2001a: 141) é de que esse morfema em estágio PMATG **-pot-* teria os traços [± humano, + genérico], cujo reflexo ter-se-ia especializado em algumas línguas Tupí-Guaraní como [+ genérico] e em outras, como [+ humano]. Em Sateré-Mawé teriam prevalecido os traços [+ humano, + genérico] e no Awetí, os traços [+ genérico (– humano)]. Essa hipótese,

contudo, reforça a ideia de que a forma MA *moro-* tenha sido adquirida por empréstimo de uma língua Tupí-Guaraní, haja vista a dificuldade de derivá-la da protoforma PMATG *-*pot*-[217].

Note-se que GRAHAM, GRAHAM & HARRISON (1984: 201) não registram esse prefixo, mas forma alternativa para indicar a ação de agente '1' ou '12' sobre paciente '2' ou '23'. Ao contrário do que se poderia supor, na forma registrada pelos autores ocorre o prefixo de primeira pessoa plural inclusivo, o que coloca em relevo questão semântica interessante, já que implica, de forma enigmática, a participação do paciente na ação que ocorre sobre ele mesmo: MA *wa-ro-kuap* (lit.) 'eu e tu te conhecemos'. Note-se que os autores não fazem menção à forma *uru-* '13' e parecem interpretar MA *aro-/waro-* como marcas indivisíveis para expressar a relação 1.SG/1.PL > 2, sem problematizar o significado de "primeira pessoa do plural" (*idem, ibidem*). Deve-se reiterar que o plural do objeto é formalizado pela combinação dessas formas com morfemas que indicam objeto plural universal ou parcial, da mesma forma que com a forma sagital registrada por FRANCESCHINI (1999: 117).

Também é interessante observar que, de acordo com o registro dos missionários do SIL, os prefixos pessoais *a-* '1' e *wa-* '12' não se combinam com os índices de voz ativa, mas com *ro-* ~ *r(e)-*. Nos exemplos a seguir, GRAHAM, GRAHAM & HARRISON (1984: 201-202) demonstram o uso dos diferentes prefixos do "conjunto 3" com os radicais das duas classes de temas (*aro* ~ *war(e)-* '1⟶2', *waro-* ~ *war(e)-* '12⟶2'). O artigo original não apresenta glosas, que foram aqui inseridas de acordo com a terminologia usada pelos autores.

(241) MA *a-ro-pɨ-sej* /1-?-pé-lavar/ 'eu mesmo lavo teus pés'

(242) MA *wa-ro-pɨ-sej* /12-?-pé-lavar/ 'nós mesmos (todos) lavamos teus pés'

(243) MA *a-ro-kuap* /1-?-conhecer/ 'eu te conheço'

(244) MA *a-ti-kuap* /1-CLAS-conhecer/ 'eu conheço (você, ele/s)' (*sic*)

(245) MA *wa-r(e)-enoj* /12-?-ensinar/ 'eu te ensino' (*sic*)

(246) MA *wa-h-enoj* /12-CLAS-ensinar/ 'nós ensinamos (ele)'

(247) MA *a-ro-woʔo-kuap* /1-?-OBJ.UNI-conhecer/ 'eu conheço todos vocês'

[217] Registre-se que, em posição final, PT ***t* : PMATG **t* : MA *t* : PATG *t* : AW *t* : PTG *r* (cf. Capítulo II).

(248) MA *wa-re-hoʔo-kuap* /12-?-OBJ.PAR-conhecer/ ‘eu conheço alguns de vocês’ (*sic*)

(249) MA *wa-re-hoʔo-enoj* /12-?-OBJ.PAR-ensinar/ ‘nós ensinamos alguns de vocês’

Ressalte-se, em primeiro lugar, a confusão introduzida pelos autores com relação ao uso indistinto do prefixo *wa-* ‘12’ para designar tanto a primeira pessoa do singular quanto a primeria pessoa do plural exclusivo (cf. 3.1.1.2.2), visto que o plural inclusivo (eu e tu) não poderia combinar-se com paciente ‘tu’. Em segundo lugar, é interessante observar que os prefixos intransitivos/voz média são *to-* ~ *re-* ~ *Ø-*, existindo uma forma *ro-* ~ *ru-* usada exclusivamente com o morfema *teʔe-* ‘33’ (cf. *teʔe-ru-we-noʔẽ* ‘eles saem’, *teʔe-ro-ket* ‘eles dormem’) (RODRIGUES & DIETRICH, 1997: 291). Se os prefixos utilizados nesses exemplos são os intransitivos/voz média, curiosamente, essa seria a variante empregada.

Observe-se que nos exemplos (241) e (242) o objeto vem incorporado ao verbo, o que poderia sugerir que o uso do prefixo *re-* ~ *to-* estivesse relacionado à redução da valência do verbo, tornando-o intransitivo. No entanto, a incorporação nominal em Sateré-Mawé não reduz a valência do verbo (FRANCESCHINI, com. pes.), como se observa em MA *a-ti-pɨ-sej hirokat* ‘eu lavo o pé da criança’. Por outro lado, nos exemplos (243) e (245) não ocorre incorporação do objeto, de forma que o prefixo *ro-* não estaria indicando intransitividade, mas seria equivalente ao prefixo acusativo PTG **oro-* ‘2.O’ e à “forma sagital” *moro-* ‘1→2’. Com efeito, essa estrutura é paralela à apresentada em (244) e (246), em que o prefixo *ti-* ~ *h-* faz referência ao objeto genérico, normalmente de terceira pessoa devido à hierarquia referencial de pessoa, apesar de GRAHAM, GRAHAM & HARRISON (1984: 178) indicarem, estranhamente, a possibilidade de ocorrer com objeto segunda pessoa singular além das terceiras pessoas singular e plural. Os exemplos (247), (248) e (249) indicam o uso dos prefixos *ro-* ~ *re-* com as formas de objeto/plural universal e parcial.

Apesar de algumas inconsistências na descrição dos autores missionários, esses dados sugerem a possibilidade de que ocorra em Sateré-Mawé um prefixo *ro-* cognato do PTG **oro-* ‘2.O’, i. é, uma forma que indica a ação de um sujeito primeira pessoa sobre um objeto segunda pessoa (1/13 > 2), que ocorre com sujeito *a-* ‘1’ e *wa-* ‘12’. A forma PTG **opo* ‘23.O’ não tem equivalente em Sateré-Mawé, que expressa a pluralidade do paciente por meio de morfemas

indicadores de objeto plural universal e partitivo. Ao contrário do prefixo *moro-* '1→2', no entanto, essas formas integram-se perfeitamente ao sistema diferenciado do Sateré-Mawé, inclusive na variação de forma entre as classes de tema. Vale salientar o paralelismo entre essas estruturas e as do PTG: MA *a-ro-kuap* /1-2.O-conhecer/ 'eu te conheço', PTG **(sjé) oro-kuaβ* /(1) 2.O-conhecer/ '(eu) te conheço'; MA *wa-ro-kuap* /12-2.O-conhecer/ 'nós te conhecemos', PTG **(oré) oro-kuaβ* /(13) 2.O-conhecer '(nós excl.) te conhecemos'. Quanto à forma fonológica, o prefixo *ro-* '2.O' seria homófono do prefixo intransitivo/voz média utilizado com o prefixo de terceira pessoa plural *teʔe-*.

Difícil de explicar, no entanto, é o uso do prefixo *wa-* '12' para indicar não apenas a relação 13 > 2, mas também a relação 1 > 2 com temas verbais da classe II_1 (classe H de acordo com a descrição de GRAHAM, GRAHAM & HARRISON, 1984). A descrição dos autores leva a crer que teria ocorrido o obscurecimento do sentido da forma aglutinada *wa+ro*, o que teria permitido sua expansão para as demais primeiras pessoas. Ressalte-se, contudo, que GRAHAM (1995: 35) introduz o "pronome *waro-*" com o significado de "*each other*", conforme os exemplos: MA *waro-kuap* '*we know each other personally*', *waro-kɨʔe* '*we care about each other'*. A autora não esclarece, e a tradução não ajuda a entender, qual a diferença entre essa construção e as que apresentam o prefixo recíproco *toʔo* (MA *wa-toʔo-kuap* /12.A-REC-conhecer/ 'nós (incl.) nos conhecemos mutuamente' (um ao outro)). A tradução oferecida por GRAHAM (*op.cit.*) em sua gramática sugere um valor aproximado ao de voz média para o morfema *ro-* – com aspecto semântico particular, porém facilmente assimilável às demais variantes do prefixo de voz média – e poderia justificar o uso do prefixo *wa-* '12' para enfocar uma "ação muito pessoal" (cf. GRAHAM, GRAHAM & HARRISON, 1984: 201), que foi enfatizada nos exemplos (241) e (242) pelo acréscimo da palavra "mesmo(s)" à tradução: 'eu mesmo lavo os teus pés', 'nós mesmos lavamos os teus pés'. Observe-se ainda que essa interpretação de GRAHAM (1995: 35) pode explicar também a ocorrência da construção ativa com o prefixo *uru-* '13', como enfatizado por FRANCESCHINI (1999: 117), para indicar uma ação de sujeito '13' sobre objeto '2'.

O fato é que, no presente, há pouca clareza em relação ao significado dessas formas que parecem concorrer com a forma sagital *moro-*. Ademais, se por um lado há indícios de que o morfema sagital tenha sido adquirido por empréstimo, não há hipótese plausível sobre a fonte histórica de *aro-* ~ *waro-*, que podem tanto ter tido um desenvolvimento comum com a forma

PTG **oro-* como ter sido motivadas por pressão analógica, tomando por base a forma Tupí-Guaraní.

Quanto ao Awetí, ocorre nessa língua uma organização peculiar dos prefixos marcadores de pessoa, pois metade do paradigma é formada por formas nominativas – idênticas para sujeitos A e S_a – e metade, por marcas diferenciadas para marcar sujeito A, de verbos transitivos, e S_a, de verbos intransitivos. De acordo com a análise de MONSERRAT (1976: 4), os prefixos verbais dividem-se em subjetivos – fazem referência ao sujeito da ação verbal – e objetivos – referem-se ao objeto da ação verbal – e nunca co-ocorrem na mesma oração (*idem*: 5).

Note-se que MONSERRAT (1976) descreve o uso de somente duas formas ergativas, *ti* '12' e *wej-* '3', em oposição a *kaj-* '12' e *o-* '3', e registra o uso do prefixo de *eñ-* '23' tanto para verbos intranstitivos como transitivos (cf. nota 203). Ao passo que as descrições mais recentes da língua Awetí (BORELLA, 2000; DRUDE, 2002) registram três formas ergativas: *ti* '12', *wej-* '3' e *pej(t)-* '23', reservando o uso de *eñ-* '23' como marca absolutiva, identificando sujeito de verbos intransitivos e objeto de transitivos. Saliente-se, ademais, que nessa língua as marcas de sujeito de verbos intransitivos são idênticas às de objeto, com exceção da primeira pessoa singular, AW *i(t)-* '1.OBJ'. É possível que essa marca seja cognata do PTG **wi-* '1.COR', usada para identificar o sujeito correferencial de verbos intransitivos (S_a), resultado de desenvolvimento comum em estágio PATG. É oportuno reiterar que não ocorrem marcas de objeto terceira pessoa (MONSERRAT, 1976: 8), o que se explica do ponto de vista diacrônico pela ênfase dada nesses casos às relações de dependência e contiguidade sintática do objeto em relação ao verbo (seu determinante). Essas relações são expressas por flexão relacional: (*nã- ~ n-) ~ (i- ~ t-)* 'R^2' e *o-* 'R^3'. Observe-se, ainda, que os prefixos objetivos são compartilhados com nomes, nos quais indicam o possuidor (seu determinante), sendo as marcas de terceira pessoa masculina/feminina e reflexiva interpretadas diacronicamente como parte da flexão relacional. Esses prefixos são interpretados sincronicamente como "prefixos pessoais relativos" (cf. MONSERRAT, 1976: 11) ou "prefixos de posse" (cf. BORELLA, 2000: 79). Convém ressaltar que esse mesmo conjunto de prefixos objetivos/relativos é usado com os chamados verbos estativos para indicar o sujeito S_o. Essa classe de palavras, definida por MONSERRAT (1976: 10) como "raízes nominais que passam a funcionar na posição de predicado", são aqui interpretadas como nomes. Conforme apontado anteriormente, a não coincidência entre categoria lexical – nome – e categoria sintática – predicado – não altera essa interpretação, que se fundamenta em critério morfológico. O uso de

morfologia aspecto-temporal com temas nominais caracteriza o emprego desses temas como predicado.

Assim como nas demais línguas, também é possível a incorporação do objeto ao verbo, diminuindo sua valência e tornando-o intransitivo, o que vem evidenciado pelo uso de prefixos pessoais específicos de verbos intransitivos (cf. AW *wej-ʎu nujã* /3.SUJ-comer carne/ 'ele comeu carne', *o-kat-ʎu* /3.SUJ-coisa-comer/ 'ele comeu').

	Transitivo (A)	Intransitivo (S_a)	Absolutivo (S_o/O)
1	*a(t)-*	*a(j)-*	*i(t)-*
12	*ti(t)-*	*kaj-*	*kaj-*
13	*oʐo(t)-*	*oʐo*	*oʐo-*
2	*e(t)-*	*e(j)-*	*e(j)-*
23	*pej(t)-*	*eñ-*	*eñ-*
3	*wej(t)*	*o-*	-

Quadro 14 – Prefixos pessoais do Awetí (AW)

O paradigma completo dos prefixos verbais vem exemplificado em (80). Abaixo se recupera apenas a primeira pessoa dos prefixos subjetivos como forma de ilustração e comparação com os dados das outras línguas, e apresenta-se o paradigma dos prefixos objetivos.

(250) AW *a-to* /1.SUJ-ir/ 'eu vou'

a-katuká /1.SUJ-pintar/ 'eu (o) pinto'

a-t-ẽtup /1.SUJ-ouvir/ 'eu (o) ouço'

(251) AW 1 *i-katuká* /1.OBJ-pintar/ 'me pintaram'

2 *e-katuká* /2.OBJ-pintar/ 'te pintaram'

12 *kaj-katuká* /12.OBJ-pintar/ 'nos (incl.) pintaram'

13 *oʐo-katuká* /13.OBJ-pintar/ ‘nos (excl.) pintaram’

23 *eɲ-katuká* /23.OBJ-pintar/ ‘pintaram vocês’

(252) AW 1 *i-t-ẽtup* /1.OBJ-ouvir/ ‘me ouviram’

2 *e-ẽtup* /2.OBJ-ouvir/ ‘te ouviram’

12 *kaj-ẽtup* /12.OBJ-ouvir/ ‘nos (incl.) ouviram’

13 *oʐo-ẽtup* /13.OBJ-ouvir/ ‘nos (excl.) ouviram’

23 *eɲ-ẽtup* /23.OBJ-ouvir/ ‘ouviram vocês’

	PT	PMATG	PATG	Absolutivo
1				*i(t)-*
12	?	?	?	*kaj-*
2	***or^{j}o-*	**oro-*	**oro-*	*oʐo-*
23	***e-*	**e-*	**e-*	*e(j)-*
3	***ej-*	**ej-*	**ej-*	*eɲ-*

Quadro 15 – Desenvolvimento histórico das marcas absolutivas Awetí (AW)

Conforme mencionado anteriormente (cf. 3.1.1.2.2), a hierarquia referencial de pessoa ocorre em Awetí pela identificação da pessoa-foco do discurso por meio dos prefixos pessoais (MONSERRAT, 1976: 6), não havendo nessa língua construção específica, paralela às tratadas acima para as demais línguas, para indicar o objeto de segunda pessoa dominado por sujeito de primeira. Deve-se registrar, contudo, que BORELLA (2000: 153) apresenta exemplos de primeira pessoa singular e plural agindo sobre segunda pessoa singular e plural, sem indicar, no entanto, se se trata de frases elicitadas ou se refletem simplesmente a possibilidade estrutural de ocorrerem tais frases:

(253) AW *a-tup én* /1SG-ver 2SG/ ‘eu te vi’

ti-tup én /1PI-ver 2SG/ ‘nós (incl.) te vimos’ (*sic*)

azoj-tup én /1PE-ver 2SG/ ‘nós (excl.) te vimos’

(254) AW *a-tup eʔpé* /1SG-ver 2PL/ ‘eu vi vocês’

ti-tup eʔpé /1PI-ver 2PL/ ‘nós (incl.) vimos vocês’ (*sic*)

azoj-tup eʔpé /1PE-ver 2PL/ ‘nós (excl.) vimos vocês’

MONSERRAT (1976: 7), ao contrário, registra os seguintes exemplos que reiteram que em Awetí a hierarquização das pessoas do discurso segue ordem decrescente de importância (1 > 2 > 3), de forma que a pessoa expressa no discurso é sempre o foco (MONSERRAT, 1976: 6):

(255) AW *ti-katuká ujá* /12.SUJ-pintar 3/ ‘nós (incl.) pintamos esse’

ti-t-ẽtup ujá /12.SUJ-ouvir 3/ ‘nós (incl.) ouvimos esse’

(256) AW *ozo-i-katuká én/eʔpé* /13.SUJ-pintar 2/23/ ‘nós (excl.) (te) pintamos (vocês)’

ozo-t-ẽtup én/eʔpé /13.SUJ-ouvir 2/23/ ‘nós (excl.) (te) ouvimos (vocês)’

(257) AW *kaj-katuká ujá* /12.OBJ-pintar 3/ ‘esse nos pintou’

kaj-ẽtup ujá /12.OBJ-ouvir 3/ ‘esse nos ouviu’

(258) AW *ozo-katuká én/eʔpé* /13.OBJ-pintar 2/23/ ‘tu/vocês nos (excl.) pintaste(aram)’

ozo-ẽtup én/eʔpé /13.OBJ-ouvir 2/23/ ‘tu/vocês nos (excl.) ouviste(ram)’

Uma vez especificados os paradigmas de flexão pessoal e relacional das três famílias analisadas com base em abordagem marcadamente histórica que norteia esta pesquisa, as glosas dos exemplos apresentados nas próximas seções passam a refletir, doravante, interpretação da autora de viés diacrônico.

3.2.3 – FLEXÃO MODAL

Normalmente, em línguas do tronco Tupí, ocorrem apenas dois modos em orações independentes: indicativo e imperativo. O modo indicativo é marcado por morfema zero e verbos transitivos e intransitivos combinam-se com as marcas pessoais apresentadas acima. O modo imperativo é marcado por morfema zero em Proto-Tupí-Guaraní e Awetí e indicado, em Sateré-Mawé, pelo morfema MA *to* ~ *no* ~ *ro* posposto ao verbo. Os prefixos pessoais específicos do modo imperativo, bem como as formas de negação foram tratados em 3.1.1.4.4.

No que diz respeito às orações dependentes, ocorrem três modos distintos em Proto-Tupí-Guaraní: gerúndio, circunstancial e subjuntivo. O modo gerúndio (3.1.1.4.1) é marcado pelos sufixos PTG **-aβo* ~ *-ta* ~ *-a*, o modo circunstancial (3.1.1.4.2), pelo sufixo PTG **-i* ~ *-w*, e o modo subjuntivo (3.1.1.4.3) vem marcado pelos sufixos PTG **-VmV* ~ *-rVmV* e PTG **-(i)re*. Em Awetí ocorrem também três tipos de orações dependentes: de gerúndio, identificadas pelo sufixo AW *-aw* ~ *-taw*; de subjuntivo, marcadas pelos sufixo nominalizador AW *-tu* em associação com o sufixo locativo AW *-wo*; e ainda construção paralela marcada pelos sufixos nominalizador AW *-ap* e indicador de futuro AW *-an*. O Sateré-Mawé, por sua vez, apresenta três tipos de orações dependendes: de finalidade, marcada pelo sufixo subordinador MA *-hamo*; de sucessividade, indicada pelo subordinador MA *-hawɨj*; e temporal, modificada pela expressão MA *turan***.** Apesar das diferenças superficiais encontradas entre as diferentes famílias, a característica marcante das orações dependentes é sua não associação com prefixos pessoais verbais marcadores de sujeito (série ativa), mas com prefixos relacionais e absolutivos (série inativa), e a identificação do sujeito e do objeto por meio de pronomes.

3.2.3.1 – Orações subordinadas que indicam finalidade

Como se viu anteriormente (cf. 3.1.1.4.1), as orações que expressam finalidade apresentam o mesmo tipo de construção nas três famílias em apreço. De acordo com a hipótese de CABRAL & RODRIGUES (2005: 55), esse tipo de construção ter-se-ia desenvolvido a partir da combinação do sufixo nominalizador **-ap* 'NOM.CIR' com o sufixo de caso locativo **-p^{w}o* 'LOC.DIF', o que parece ser confirmado pelo sufixo subordinador de finalidade Mawé (cf.

3.1.1.4.1). Embora, sobretudo no que tange às famílias Awetí e Tupí-Guaraní, a fronteira entre os dois morfemas tenha-se tornado opaca,

> *o material resultante mantém a natureza nominalizadora do antigo sufixo *-ap e a natureza adverbial do antigo sufixo *-βo, de modo que, (...) construções com essa forma não recebem prefixos de sujeito e acionam o modo indicativo II* (CABRAL & RODRIGUES, 2005: 56).

Nas famílias Tupí-Guaraní e Awetí, o modo circunstancial (indicativo II) apresenta sufixos específicos, ao passo que na família Mawé não há qualquer indicação desse modo verbal – como se observa nos exemplos a seguir –, o que poderia sugerir que a associação da natureza adverbial a um modo verbal determinado tenha-se desenvolvido posteriormente, a partir do estágio PATG.

(259) TG AsT *né r-ór-amo i-há-j* /2 R[1]-vir-COND R[2]-ir-CIRC/ 'se tu vieres, ele vai'

(260) AW *ɨwɨ-katu-wo it-ekó-tu* /tempo-bom-COND 1.ABS-passear-NOM/ 'quando/se fizer tempo bom, vou passear'

(261) MA *suri Ø-pohaŋ s-oʔo-kɨjʔat-hamo a-ri-ot mehin* /reumatismo R[1]-remédio R[1]-OBJ.PARC-comprar-FINAL 1.N-INTR-vir senhor/ 'eu vim para comprar (algum) remédio para reumatismo, senhor'

Embora a oração principal em Sateré-Mawé não apresente marcas que se possam correlacionar com a natureza adverbial do sufixo locativo[218], a oração subordinada é claramente uma nominalização sem marcas de sujeito, que faz uso de marcas absolutivas (série inativa/foco no objeto) e da flexão relacional.

(262) MA *mɨeʔɨm kwatru wɨwo u-i-poʔoro ti raʔɨn u-i-potpa:p-hamo* /três quatro com 1.ABS-R-enviar PART ASP 1.ABS-R-trabalhar-FINAL/ 'fui enviado com três ou quatro (pessoas) para trabalhar'

(263) MA *u-i-ɨwot u-h-entup meiju-pe motpa:p-hamo* /1.ABS-R-pai 1.ABS-R-pedir DEM-LOC R[4].trabalhar-FINAL/ 'meu pai pediu-me para trabalhar aqui'

---

[218] O único traço comum às orações com topicalização nos poucos exemplos encontrados foi a presença dos prefixos marcadores de voz média/intransitividade: *mɨeɨm h-ɨ-ʔok Ø-pori-ʔok pe turan aru a-re-we-watka-watka* /três R-rio-? R-curva-? LOC COND FUT 1.N-INTR-REFL-gritar-ITER/ 'quando eu chegar à terceira curva do rio eu vou gritar repetidamente'; *mesuwat watɨ uru-tu-we-ko-nuŋ hamwat* /neste mês 13-INTR-REFL-roça-fazer CERT/ 'neste mês faremos nossa roça'.

Em Awetí, além dessa construção com o sufixo AW *-aw*, ocorre ainda construção paralela, que também indica finalidade, formada pela combinação de sufixo nominalizador de circunstância AW *-ap* com marca de futuro AW *-an*, que se combina igualmente com marcas absolutivas (série inativa/relativa), o que corrobora a ideia de que ambas as construções de finalidade são efetivamente de natureza nominal, como se observa nos exemplos abaixo:

(264) AW *petiʔa a-mõj-ju i-pɨw-ap-an* /pequi 1.ABS-cozinhar-CONT R^2-mole-NOM-FUT/ 'estou cozinhando pequi para ele ficar mole'

(265) AW *a-ʐeʐut it-epit i-kɨʐɨ-ap-an* /1.ABS-trazer 1.ABS-roupa R^2-lavar-NOM-FUT/ 'eu trouxe minha roupa para lavá-la'

(266) AW *o-tó n-ekɨj-taw* /3.ABS-ir R^2-puxar-FINAL/ 'foi (para) puxá-lo'

A família Tupí-Guaraní, conforme já foi dito, enfatiza a correferencialidade do sujeito em orações subordinadas de finalidade e faz uso de marcas absolutivas e relacionais.

(267) TG AsT *a-sán we-porahái-ta* /1.N-vir 1.COR-dançar-FINAL/ 'vim (para) dançar'

Em suma, as orações subordinadas de finalidade construídas a partir da combinação de sufixo nominalizador de circunstância com sufixo locativo difuso podem ser reconstruídas para o PMATG **-ap* + **-p^{w}o*. A natureza nominal dessas construções permanece evidenciada nas línguas atuais pelo uso de marcas absolutivas e prefixos relacionais, embora a indicação da natureza adverbial por meio de sufixos específicos do modo circunstancial seja, possivelmente, inovação a partir do estágio PATG.

3.2.3.2 – Orações subordinadas que indicam contemporaneidade e condição

As famílias Awetí e Tupí-Guaraní apresentam construções equivalentes para as orações subordinadas temporais e de condição, embora não utilizem os mesmos sufixos. A família Tupí-Guaraní utiliza o sufixo PTG **-(r)eme ~ -(r)amo* 'SUBJ', que pode ter-se desenvolvido a partir da extensão do caso translativo dos descritivos para temas verbais (CABRAL & RODRIGUES, 2005: 52). Ao passo que a família Awetí utiliza o sufixo locativo AW *-(ɨ)wo* com temas nominais e,

assim como nas subordinadas de finalidade, combina os temas verbais com sufixo nominalizador, neste caso, AW *-tu*.

O Sateré-Mawé, por sua vez, faz uso de construção distinta da das demais famílias e indica as orações temporais pela partícula MA *turan* 'quando' em posição final na oração dependente. Embora a construção utilizada pela família Mawé não apresente vestígios de formas nominalizadas, ela partilha com as demais famílias a marcação dos verbos com formas absolutivas, o que pode sugerir que o Sateré-Mawé tenha substituído uma antiga construção de natureza nominal pela atual, guardando, no entanto, o padrão de alinhamento da protolíngua.

(268) TG AsT *né Ø-kató-eté-ramo a-sán ta né Ø-pɨ-ri* /2 R[1]-bom-INT-COND 1-vir IMIN 2 R[1]-junto.de/ 'quando tu estiveres bom, eu virei para junto de ti'

(269) AW *e-tó-tu-wo motáŋ Ø-ʔú-aw ʔan e-majõ-ka* /2.ABS-ir-NOM-COND R[4].remédio R[1]-ingerir-FINAL NEG 2.ABS-morrer-NEG/ 'se tu (fores e) tomares o remédio, não morres'

(270) MA *u-i-potpa:p turan moi u-he-katuʔu* /1.ABS-R-trabalhar COND cobra 1.ABS-R-morder/ 'quando fui trabalhar, fui mordido pela cobra'

Percebe-se pelos exemplos acima que, embora as construções subordinadas de contemporaneidade e condição sejam diferentes nas distintas famílias, elas têm em comum o padrão de alinhamento absolutivo. A construção do Awetí, o sufixo claramente correlacionável a estruturas nominais do Tupí-Guaraní, bem como o uso de marcas absolutiva e relacionais reforçam a ideia de que sejam derivadas de antigas construções nominais PMATG.

3.2.3.3 – Orações subordinadas que indicam sucessividade

As orações subordinadas de sucessividade são distintas nas famílias estudadas. Em Tupí-Guaraní ocorre o sufixo PTG **-(i)re* 'SUBJ.II' e os temas verbais combinam-se com formas absolutivas, de maneira que não há marcação de sujeito no verbo.

Quanto ao Awetí, haja vista a escassez de dados dessa língua, não foram encontrados exemplos desse tipo de oração subordinada. Já o Sateré-Mawé faz uso de construção que combina o nominalizador de circunstância MA *-hap* com sufixo locativo que indica procedência

MA *-pɨj*, originando a forma MA *hawɨj* ‘desde, depois de, a partir de’. Note-se que não há muita clareza se os subordinadores Mawé (*-hamo* e *-hawɨj*) sejam efetivamente sufixos, clíticos ou partículas independentes, como parece ser o caso de MA *turan*. Deve-se ressaltar, contudo, que apesar da natureza nominal desse subordinador, os verbos não são marcados pela série absolutiva.

(271) TG Tb *mamõ pe judeus jané Ø-jár-a r-era-só-w i-pɨsɨk-iré* /onde INTER judeus 12 R[1]-senhor-ARG R[1]-COM-ir-CIRC R[2]-pegar-SUCES/ ‘aonde os judeus levaram nosso senhor depois de pegá-lo?’

(272) MA *wa-ti-ʔɨp-pun kahu hawɨj wa-ti-tek* /12.N-R-pau-derrubar AUX SUCES 12.N-R-cortar/ ‘depois de derrubarmos o tronco, o cortamos’

Observe-se que o fato de que as orações com o subordinador de sucessividade MA *-hawɨj* não utilizem a série inativa de prefixos pessoais (marcas absolutivas) pode indicar que se trata de um desenvolvimento posterior na história da língua, talvez a partir do estabelecimento de seu rico sistema dêitico e da reanálise do sistema de flexão relacional, possivelmente por analogia com o subordinador MA *-hamo*. De qualquer forma, seguramente trata-se de inovação surgida após seu desmembramento do sub-ramo Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní.

3.2.4 – CODIFICAÇÃO DOS ARGUMENTOS

Um traço comum às línguas do ramo oriental – excetuando-se o Jurúna que apresenta um padrão de alinhamento nominativo/acusativo – é o de marcarem com as mesmas formas pronominais os determinantes de nomes, posposições e verbos transitivos (o objeto) e, em orações dependentes, também o dos verbos intransitivos (RODRIGUES & CABRAL, 2006: 13-14). Esse padrão absolutivo de alinhamento caracteriza as orações dependentes das famílias Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní, em oposição ao padrão nominativo das orações independentes.

Conforme os dados apresentados acima, as orações subordinadas de finalidade e de contemporaneidade e condição das três famílias analisadas resultaram da combinação de temas nominalizados combinados com morfologia de caso locativo ou posposição de natureza adverbial. Essas antigas combinações sofreram um processo de fusão que permitiu a reanálise

das formas [verbo + nominalizador + sufixo casual/posposição] em [nome + subordinador], levando à gramaticalização da nova estrutura (cf. RODRIGUES & CABRAL, 2004: 13), que manteve, no entanto, características de morfologia nominal – prefixos absolutivos – e adverbial – modo circunstancial.

Em Sateré-Mawé, língua em que não ocorre o modo circunstancial, as combinações [verbo + nominalizador + sufixo casual/posposição] ainda são segmentáveis, embora a combinação com o sufixo locativo de procedência (MA *-pɨj*) não resulte em estrutura que se combine com prefixos absolutivos. Essa situação específica do Sateré-Mawé pode sugerir que apenas as combinações herdadas de estágios anteriores de desenvolvimento tenham passado por processo de fusão e reanálise, sendo as mais recentes talvez consideradas como parte do vasto sistema dêitico Mawé, que faz uso extensivo de termos emprestados da dêixis espacial para a dêixis temporal como forma de localizar temporalmente os enunciados (cf. *saʔawɨj* 'antes', *hawɨj* 'depois') (SUZUKI, 1977). Por outro lado, as orações subordinadas de contemporaneidade e condição, marcadas por expressão de natureza adverbial MA *turan* 'quando', reforçam a ideia de que temas verbais combinados com morfemas de caso locativo ou com posposições sejam a origem dos predicados ditos de gerúndio e de subjuntivo.

A família Awetí, por sua vez, utiliza esse tipo de construção formada a partir da combinação de nominalizadores com morfema de caso locativo tanto para as orações subordinadas de finalidade (AW *-ap* + *-wo*) quanto de contemporaneidade e condição (AW *-tu* + *-wo*), além de apresentar uma forma paralela de orações de finalidade pela combinação do mesmo sufixo nominalizador com sufixo de futuro (AW *-ap* + *-an*). Ao passo que a família Tupí-Guaraní parece ter expandido o uso do sufixo de caso translativo de nomes descritivos para temas verbais, especializando-se posteriormente como subordinador de contemporaneidade e condição. Quanto ao sufixo subordinador de sucessividade (PTG **-(r)ire*), é possível que se tenha desenvolvido a partir de posposição, uma vez que em língua conservadora como o Tupinambá a forma cognata desse sufixo guarda ainda seu acento (cf. RODRIGUES & CABRAL, 2004: 10).

Os dados das línguas em análise parecem confirmar a hipótese de RODRIGUES & CABRAL (2006: 27) de que o padrão de alinhamento absolutivo das orações dependentes das famílias Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní tem sua origem no uso de marcas absolutivas em sintagmas

posposicionais e sintagmas nominais flexionados por morfologia casual, que tinham por complemento ou por núcleo, respectivamente, nomes ou verbos nominalizados.

É exatamente a distinção entre línguas com padrão de alinhamento absolutivo ou nomitativo que serviu de base para a primeira divisão do tronco Tupí em dois ramos: Ocidental e Oriental (CABRAL, 2002: 5). As cinco famílias localizadas na região Guaporé/Aripuanã partilham um padrão de alinhamento absolutivo na codificação dos argumentos internos dos verbos transitivos e intransitivos, são elas Arikém, Tuparí, Ramaráma, Puroborá e Mondé, e constituem o ramo ocidental. Ao passo que as demais famílias, Tupí-Guaraní, Awetí, Mawé, Mundurukú e Jurúna, que constituem o ramo oriental e distribuem-se largamente para leste, apresentam padrões mais divergentes (*idem, ibidem*).

As línguas do ramo ocidental seriam mais conservadoras, mantendo o padrão de alinhamento absolutivo original, ao passo que as do ramo oriental teriam desenvolvido diversos processos de cisões a partir do sistema original "durante o processo de desmembramento do tronco Tupí em sucessivos movimentos migratórios rumo a leste" (RODRIGUES & CABRAL, 2004: 1). O Mundurukú teria sofrido uma mudança moderada, o Jurúna teria substituído o sistema absolutivo por um nomitanivo e as famílias Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní teriam sofrido diversos tipos de cisões (CABRAL, 2002: 6). O Mawé desenvolveu um sistema claramente nominativo/absolutivo; ao passo que Awetí e Tupí-Guaraní desenvolveram sistemas tripartidos: o Awetí apresenta um sistema transitivo/intransitivo/absolutivo, enquanto o Proto-Tupí-Guaraní, um sistema nominativo/correferencial/absolutivo.

<table>
<tr><th></th><th>A</th><th>S_a</th><th>S_o</th><th>O</th></tr>
<tr><td>PT</td><td>Ergativo</td><td colspan="3">Absolutivo</td></tr>
<tr><td>MA</td><td colspan="2">Nominativo</td><td colspan="2">Absolutivo</td></tr>
<tr><td>AW</td><td>Transitivo</td><td>Intransitivo</td><td colspan="2">Absolutivo</td></tr>
<tr><td>PTG</td><td>Nominativo</td><td>Correferencial</td><td colspan="2">Absolutivo</td></tr>
</table>

Quadro 16 – Sistema de alinhamento das diferentes famílias linguísticas

À Guisa de Conclusão

"A classificação é um desiderato essencial em todos os estudos científicos, (...) como forma de colocar ordem, de sistematizar o caos de informações heterogêneas e confusas"

Mattoso Câmara Jr.[219]

A motivação inicial deste projeto em linguística pré-histórica foi avaliar as afinidades e as relações linguísticas entre as famílias Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní, integrantes do tronco Tupí, a partir de uma perspectiva histórico-comparativa, com o intuito de propiciar uma melhor compreensão não apenas da história dessas línguas, mas do processo histórico de diferenciação das línguas no âmbito desse tronco linguístico.

Este estudo procurou, por meio da identificação de correspondências fonológicas, lexicais, semânticas, morfológicas e morfossintáticas sistemáticas entre as línguas Sateré-Mawé, Awetí e Proto-Tupí-Guaraní, avaliar as semelhanças e diferenças entre elas, assim como as possibilidades de empréstimos e mudança por contato. O compartilhamento de mudanças ou preservações por mais de uma família linguística pode ser mera coincidência ou pode ser indicativo de herança comum, de forma que os traços compartilhados oferecem indícios que permitem elucidar em alguma medida o desenvolvimento do tronco e das famílias em questão.

As correspondências encontradas nos diferentes subsistemas das famílias analisadas sugerem efetivamente a ocorrência de estágios intermediários de desenvolvimento a partir do Proto-Tupí, e a análise diacrônica da fonologia ofereceu indícios para determinar uma cronologia relativa de desmembramento do sub-ramo Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní a partir da separação da família Mawé. Também foi possível apresentar proposta de reconstrução do inventário hipotético

[219] CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. 1979. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras.* 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

de fonemas dos estágios intermediários Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní (PMATG) e Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (PATG).

Os dados apresentados demonstraram que a cisão de PT ***e* e subsequente fusão com PT ***o* diante de consoantes labializadas é comum a todas as cinco famílias do ramo oriental do tronco Tupí. O Sateré-Mawé, no entanto, singulariza-se por apresentar indícios, juntamente com o Mundurukú, de estágio anterior em que se mantinha PT $**e$ /_$**p^wV$, sugerindo que o arredondamento manteve-se restrito às situações em que ***e* ocorria diante de $**C^w\#$ até o estágio PMATG. Somente após o desmembramento do Sateré-Mawé desse sub-ramo, é que o PATG estendeu o arredondamento da vogal por assimilação da labialidade da consoante seguinte para $**e$ /_$**C^wV$. Por outro lado, o conservadorismo do sistema vocálico tanto do Tupí-Guaraní, quanto do Awetí e do Sateré-Mawé, com seis vogais orais e seis nasais, é indicativo do desmembramento tardio dessas três famílias, ao passo que a ocorrência de graus distintos de duração vocálica em Sateré-Mawé particulariza essa língua em relação às demais, aproximando-a de outras línguas Tupí.

O Sateré-Mawé também diverge das demais famílias em questão pela mudança de PT $**w > h$ /_ *V* alta arredondada e de $**t > *j > h$ /_*V* alta não-arredondada, ao passo que PT ***w* mudou para ***j* no PATG e, posteriormente, para *t* em Awetí. O Mawé também se particulariza pela mudança de PT $**k^j$ em *k*, enquanto o PTG mantém $*k^j$ e o Awetí, após separação do PTG, mudou-o em *t* diante de vogal anterior. O Mawé apresenta ainda temas em que ocorre a assimilação da vogal não-alta na sequência *aʔẽ* > *aʔã*, o que não ocorre nem em Awetí, nem em PTG.

O processo de desglotalização das oclusivas também deve ter-se iniciado no estágio PMATG, sendo as oclusivas labializadas as primeiras a perderem o traço glotal ($**p^{wʔ} > *p^w$ e $**k^{wʔ} > *k^w$); da mesma forma, $**p^ʔ$ também deve ter-se desglotalizado neste estágio, fundindo-se com ***p*. Ainda mais sugestivo é o fato de que o PTG e o Awetí fundiram os reflexos dos protofonemas ***ts* e $**ts^ʔ$ e ***tʃ* e $**tʃ^ʔ$, primeiramente em ***ts* e ***tʃ* e, posteriormente, o Awetí mudou todos os dois em *t*, enquanto o Mawé fundiu os reflexos dos protofonemas ***ts* e ***tʃ* em *t* e $**ts^ʔ$, $**tʃ^ʔ$ e $**t^ʔ$ em *h*. Note-se que $**t^ʔ$ e as africadas glotalizadas devem ter-se desglotalizado após o desmembramento do Mawé, em estágio PATG, com a fusão dos

protofonemas *ts*ˀ e *ts e *tʃˀ e *tʃ, visto que o Sateré-Mawé é a única das línguas consideradas que apresenta consoantes fricativas como reflexo.

Há também indícios lexicais e semânticos que reforçam a ideia de um subagrupamento PMATG, como a inexistência nas demais famílias do tronco Tupí de cognatos de termos como, por exemplo, PT ***katu* 'bom', PT ***ekʷen* 'porta' e PT ***ɨpʷa-* 'alto'. Ressalte-se, por outro lado, que este último item lexical apresenta mudança de significado de alto → céu apenas nas famílias Tupí-Guaraní e Awetí. Da mesma forma, apenas essas duas famílias compartilham o deslocamento semântico muco → nariz e vermelho → amarelo. É especialmente sugestivo de inovação conjunta em estágio PATG o fato de PTG e AW partilharem um novo termo para vermelho: PTG **piraŋ* e AW *pilaŋ*, além de parecerem ser as únicas famílias do tronco que possuem termos diferenciados para 'casca' e 'pele'.

Ainda no âmbito do léxico, também é indicativo de desenvolvimento histórico diferenciado do Sateré-Mawé o termo para cabelo (*asap*), que parece corresponder à lexicalização da construção sintática: *a s-ap* /cabeça R[1]-pelo/ 'pelo da cabeça'; ao passo que em Awetí e PTG ocorreu a lexicalização da composição: PTG **ʔa-aβ*, AW *ʔa-ap* /cabeça-pelo/ 'pelo da cabeça'.

No que diz respeito à morfologia, note-se, em relação ao prefixo marcador de terceira pessoa correferencial (R[3]), que Awetí e Tupí-Guaraní distinguem-se do Sateré-Mawé, bem como das demais línguas Tupí, que retiveram PT ***t(e)-* '3.COR' (> PMATG **t(e)-* > MA *t(o)-*), enquanto os prefixos AW *o-* e PTG **o-* são uma inovação conjunta em estágio PATG. Também é sugestivo o fato de que Awetí e PTG apresentem uma forma ergativa comum para o plural inclusivo dos verbos transitivos, diferentemente do Sateré-Mawé que não distingue transitividade/intransitividade nos prefixos pessoais verbais. Além disso, também há indícios de que a marca de sujeito de verbos intransitivos AW *i(t)-* '1.OBJ' seja cognata do PTG **wi-* '1.COR', usada para identificar o sujeito correferencial de verbos intransitivos, resultado de desenvolvimento comum em estágio PATG.

Por outro lado, as orações subordinadas de finalidade, construídas a partir da combinação de sufixo nominalizador de circunstância com sufixo locativo difuso, podem ser reconstruídas para o PMATG (**-ap* + **-pʷo*), tendo-se desenvolvido como marca de gerúndio no estágio

PATG e especializando-se em Sateré-Mawé como subordinador de finalidade. A natureza nominal dessas construções permanece evidenciada nas línguas atuais pelo uso de marcas absolutivas e prefixos relacionais, embora a indicação da natureza adverbial por meio de sufixos específicos do modo circunstancial seja inovação a partir do estágio PATG.

Do ponto de vista da estrutura, observe-se que as construções subordinadas de contemporaneidade e condição são diferentes nas três famílias, no entanto, elas têm em comum o padrão de alinhamento absolutivo. A construção do Awetí, cujo sufixo é claramente correlacionável a estruturas nominais do Tupí-Guaraní, bem como o uso de marcas absolutivas e relacionais reforçam a ideia de que sejam derivadas de antigas construções nominais PMATG. Em Sateré-Mawé, língua em que não ocorre o modo circunstancial, as combinações [verbo + nominalizador + sufixo casual/posposição] ainda são segmentáveis, embora a combinação com o sufixo locativo de procedência – indicativa de construção subordinada de sucessividade – não resulte em estrutura que se combine com prefixos absolutivos. Essa situação específica do Sateré-Mawé pode sugerir que apenas as combinações herdadas de estágios anteriores de desenvolvimento tenham passado por processo de fusão e reanálise, sendo as mais recentes talvez consideradas como parte do vasto sistema dêitico Mawé, que faz uso extensivo de termos emprestados da dêixis espacial para a dêixis temporal como forma de localizar temporalmente os enunciados. Por outro lado, as orações subordinadas de contemporaneidade e condição, marcadas por expressão de natureza adverbial, reforçam a ideia de que temas verbais combinados com morfemas de caso locativo ou com posposições sejam a origem dos predicados ditos de gerúndio e de subjuntivo.

Vê-se, pois, que as três famílias estudadas apresentaram mudanças no sistema de alinhamento original, a partir do qual o Mawé desenvolveu um sistema claramente nominativo/absolutivo, ao passo que Awetí e Tupí-Guaraní desenvolveram sistemas tripartidos: o Awetí apresenta um sistema transitivo/intransitivo/absolutivo, enquanto o Proto-Tupí-Guaraní, um sistema nominativo/correferencial/absolutivo.

O método histórico-comparativo, utilizado neste estudo, permitiu reconstruir uma sequência de inovações linguísticas que levaram ao desmembramento sucessivo das famílias analisadas. Tradicionalmente, o modelo arbóreo é utilizado para mapear genealogias de famílias linguísticas, de forma que se possa representar de maneira esquemática as relações internas de

famílias descendentes de um ancestral comum. O modelo de representação arbórea indica eventos de separação de línguas causados, principalmente, pelo isolamento social e geográfico das comunidades falantes da protolíngua. Com base no exposto acima, sugere-se a representação arbórea a seguir para o processo de desmembramento das famílias estudadas a partir do Proto-Tupí:

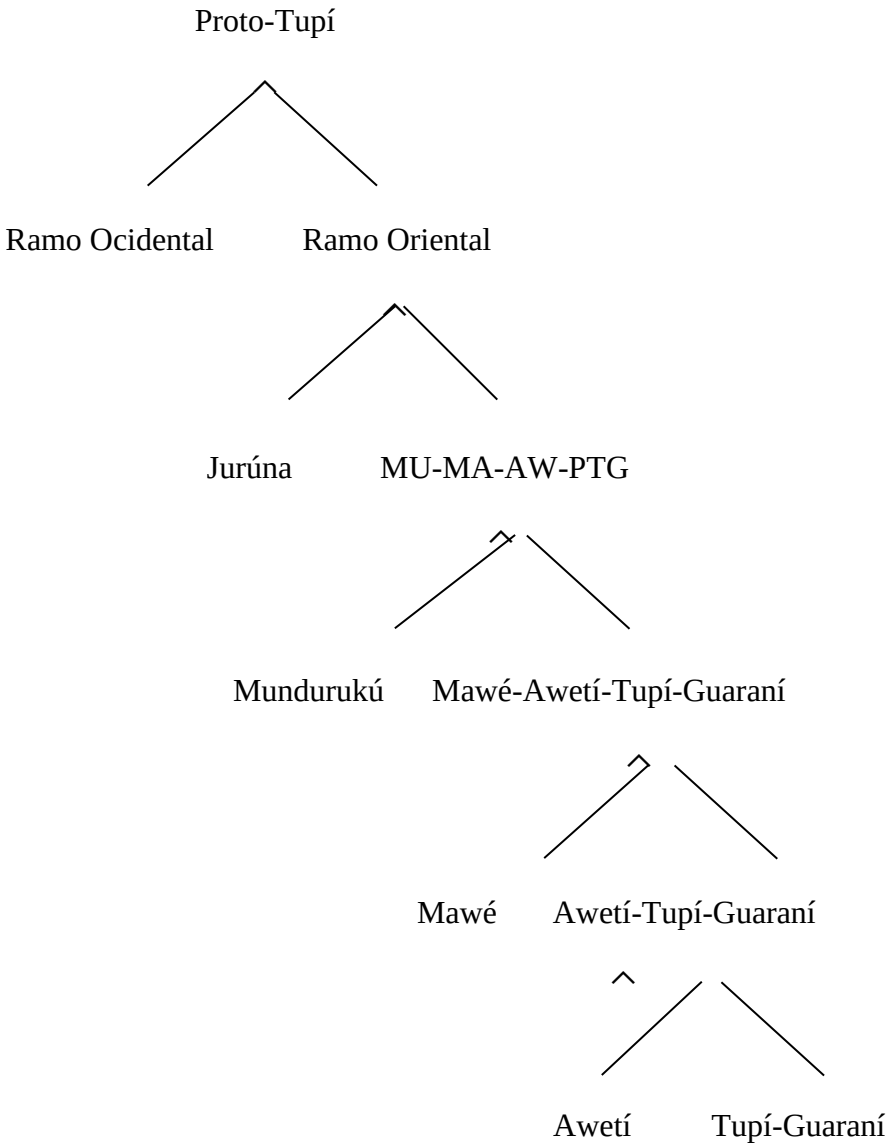

Figura 5 – Representação arbórea das relações internas do Ramo Oriental do Tronco Tupí

PARTE II:

ETNO-HISTÓRIA

"Mientras más etnohistoria sabemos, más claramente emergen 'su' historia y 'nuestra' historia como parte de la misma historia"

Eric Wolf*

Capítulo IV

Paleontologia Linguística

"Language is a guide to social reality"

Edward Sapir[220]

Este capítulo parte do pressuposto de que a análise do léxico de uma protolíngua pode fornecer informações que permitem dar a conhecer uma comunidade em suas diferentes dimensões: social, cultural, étnica, geográfica, ecológica, etc. Além de uma breve discussão a respeito da viabilidade da paleontologia linguística como metodologia de trabalho, apresenta-se, a seguir, uma reconstrução parcial da sociedade e da cultura Tupí ancestrais, com base no léxico reconstruído para o Proto-Tupí e suas formas cognatas em Proto-Tupí-Guaraní, Sateré-Mawé e Awetí.

* WOLF, Eric R. 2000. *Europa y la gente sin historia*, 2 ed. Argentina: Fondo de Cultura Económica.

[220] SAPIR, Edward. 1985[1929]. The status of linguistics as a science. In: MANDELBAUM, D. G. (ed.), *Edward Sapir, Selected Writings in Language, Culture and Personality*, pp. 160-166, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.

4.1 – O MUNDO A PARTIR DO LÉXICO[221]

"O mundo de uma comunidade pode ser analisado por meio do estudo da língua falada por seus membros?" Ilia PEJROS (1997: 149) lançou a questão há mais de uma década, mas a resposta permanece uma possibilidade teórica. As informações relativas ao mundo de uma comunidade atual ou pré-histórica repousam majoritariamente no léxico partilhado por seus membros, de forma que, teoricamente, seria possível conhecer e descrever esse mundo a partir da análise do léxico da língua.

No que diz respeito a protolínguas, não é possível ter acesso a um léxico amplo e detalhado, pois não se pode pretender reconstruir integralmente uma língua ancestral. Como se viu anteriormente, o princípio fundamental da linguística pré-histórica é a possibilidade de reduzir variações sincrônicas entre línguas a invariantes mais remotos, mediante a reconstrução comparativa, para fazer emergir estágios linguísticos pré-históricos (HOCK, 1991: 532). As críticas metodológicas argumentam que, ao "reduzir-se variações a invariantes", não apenas elimina-se a possibilidade de evidenciar diferenças dialetais comumente presentes em línguas naturais, mas também se deixa de considerar a obsolescência tanto de itens gramaticais quanto lexicais que podem atingir formas relacionadas de maneira independente (*idem*: 569).

Evidentemente, há restrições ao tipo de realidade que se pode recuperar por meio da reconstrução de uma protolíngua, porém somente a reconstrução comparativa permite encontrar indícios que levem a postular a diversificação dialetal no contexto da protolíngua. De qualquer forma, a variação é condição necessária à diversificação linguística, de maneira que algum valor de realidade deve ser creditado aos itens reconstruídos da protolíngua como expressão de parte da realidade histórica ancestral, em momento determinado do passado. A análise do léxico de uma protolíngua pode fornecer, assim, informações que permitem conhecer diversas dimensões - ecológica, étnica e cultural - de uma determinada comunidade (PEJROS, 1997: 151). Esse exercício, no entanto, é limitado à quantidade de dados que se podem reconstruir.

[221] CORRÊA-DA-SILVA (2010), este capítulo é parte de artigo apresentado no GT de Línguas Indígenas durante o XXIII Encontro Nacional da ANPOLL, em 2008, posteriormente aceito para publicação nos Anais do Grupo de Trabalho, a cargo da Revista de Estudos Linguísticos, Minas Gerais, com o título "Etnolinguística e Etno-História Tupí: desfragmentando o olhar" (no prelo).

O uso da reconstrução linguística para a coleta de informações relativas à sociedade e à cultura pré-históricas e, até mesmo, de fatos ecológicos e geográficos é chamado de paleontologia linguística.

SAUSSURE (1996[1916]: 262) considera o celtista Adolphe Pictet o primeiro pesquisador a fazer uso da paleontologia linguística (cf. nota 4). Em seu estudo sobre *As origens indo-europeias*, Pictet buscou "encontrar nos testemunhos fornecidos pelas línguas indo-europeias, os traços fundamentais da civilização dos 'árias'", dando a conhecer, por meio do léxico, a cultura material, a vida social, a família, as instituições, a fauna e a flora, e tentando determinar, com base nas inferências geográficas e ecológicas, o local de origem do grupo em questão. Saussure demonstrou, no entanto, dose de ceticismo com relação à quantidade de "ensinamentos" desse tipo que a língua poderia efetivamente oferecer, ponderando que a ausência de uma palavra não evidencia necessariamente o desconhecimento da coisa por ela significada (*idem*: 263) e remetendo à questão da obsolescência e dos empréstimos. O autor reconheceu, contudo, que, "nos limites indicados, a língua é um documento histórico" (SAUSSURE, 1996[1916]: 262) e ressaltou que, em geral, a "unidade étnica basta para explicar a comunidade linguística".

Muito embora estudos de áreas multilíngues tenham demonstrado que "homogeneidade cultural não significa [necessariamente] homogeneidade linguística" (SORENSEN JR., 1974[1967]: 154)[222] e mesmo a centralidade da noção de cultura tenha sido problematizada, cedendo lugar a noções como identidade étnica e etnicidade, em particular a partir dos estudos de Fredrik BARTH (1976[1969])[223], a ideia central de que "a língua é um documento histórico" (SAUSSURE, *op.cit.*) continua válida em sua totalidade. A noção de língua como um atributo externo à etnia (cf. CARNEIRO DA CUNHA, 1986), que pode ser usado emblematicamente como sinal diacrítico ou

[222] A área de estudo de Arthur SORENSEN JR. (1974[1967]) pode ser definida *grosso modo* pela bacia do rio Uaupés e corresponde aproximadamente à área em que a língua Tukáno é tida como língua franca: "*the homogeneous area of the central Northwest Amazon has been circumscribed, perhaps somewhat artificially, as the area characterized by multilingualism as a culture trait. Within it there is no one language that is father-language to all, nor is there any one language that is mother-language to everyone. What is father-language to some is mother-language to others and an unknown language to still others, all people who bear the same culture*" (*op.cit.*: 154).

[223] O livro organizado por BARTH (1976[1969]) reúne diversos estudos sobre as fronteiras dos grupos étnicos e forjam uma mudança de perspectiva ao enfatizar a autoidentificação como aspecto crítico definidor de um grupo étnico: "*cuando se les define como grupos adscriptivos y exclusivos, la naturaleza de la continuidad de las unidades étnicas es evidente: depende de la conservación de un límite. Los aspectos culturales que señalan este límite pueden cambiar, del mismo modo que se pueden transformar las características culturales de los miembros; más aún, la misma forma de organización del grupo puede cambiar; no obstante, el hecho de que subsista la dicotomía entre miembros y extraños nos permite investigar también la forma y el contenido culturales que se modifican*" (*op.cit.*: 7).

traço distintivo frente a outras etnias, ao invés de traço cultural definidor de um grupo étnico, pode colocar em questão a unicidade língua/cultura/etnia e evidenciar as dificuldades de relacionar cultura material com língua, mas não invalida a reconstrução de uma realidade social a partir do léxico.

No que diz respeito às línguas analisadas neste estudo, o léxico Proto-Tupí reconstruído até o momento não é extenso e apresenta cobertura lexical reduzida. Ainda assim, apesar da limitação dos dados, é possível fazer inferências com relação à cultura e à sociedade Tupí anteriores à invasão europeia e reconstruir, mesmo que de maneira parcial e incompleta, algo da realidade cultural e social dessa comunidade, por meio de uma narrativa linguística, i. é baseada nas línguas indígenas. Vale ressaltar que a ênfase, aqui, foi dada aos itens lexicais registrados para o Sateré-Mawé e o Awetí e que puderam ser reconstruídos para o Proto-Tupí-Guaraní, uma vez que esta pesquisa busca compreender a realidade pré-histórica em que se deu o desmembramento do sub-ramo Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní.

Como se verá abaixo, o léxico reconstruído para o Proto-Tupí inclui palavras consideradas básicas, ou seja, aquelas palavras que são supostamente pouco influenciáveis pela mudança cultural e que, por isso mesmo, devem manter-se relativamente inalteradas no decorrer do tempo (RODRIGUES, 1964: 99); palavras referentes ao meio ambiente, como nomes de plantas e animais; além de diversas outras que transmitem conceitos culturais. O léxico utilizado nesta pesquisa é apresentado na íntegra no Anexo II e contém aproximadamente 250 itens, divididos da seguinte forma: (i) 30 itens relativos ao corpo humano; (ii) 39 itens referentes à natureza; (iii) 11 nomes de plantas; (iv) 27 nomes de animais; (v) 21 termos relativos à cultura; (vi) 14 termos de parentesco; (vii) 70 verbos; (viii) 17 nomes de qualidades; e (ix) 20 palavras gramaticais, tais como prefixos e sufixos, posposições e demonstrativos.

4.2 – RECONSTRUÇÃO DA REALIDADE PRÉ-HISTÓRICA

Poucas são as pesquisas que recorrem à paleontologia linguística para reconstruir a realidade pré-histórica dos grupos Tupí. No entanto, RODRIGUES (1988; 2007b) já avançava a ideia da presença da agricultura entre os falantes de Proto-Tupí, com a reconstrução de termos

para plantas cultivadas e semicultivadas, além de verbos referentes a práticas culturais e nomes de instrumentos que estão direta ou indiretamente relacionados à agricultura:

PT ****wetʲɨk** ‘batata doce’: PTG ***jetɨk** : AW **tezɨk**

PT ****awa, awaj** ‘cará’ : MA **awaj-ʔa**

PT ****mani** ‘mandioca’ : PTG ***mani** : AW **mani** : MA **mani**

PT ****kurua** ‘planta cucurbitácea’ : PTG ***kurua**

PT ****pe** ‘fumo’ : PTG ***pe-tɨm** : AW **pe**

PT ****ɨʔa** ‘cabaça’ : PTG ***ɨʔa** : AW **ɨʔa**

PT ****tiŋ** ‘timbó’ : PTG ***tiŋ**

PT ****ʧɨt** ‘cavador’ : PTG ***ʧɨr** : AW **tɨt** : MA **tɨt-ʔi**

PT ****wɨ ‘**machado’ : PTG ***jɨ** : AW **kɨ** : MA **ɨ-wɨ-kap**

PT ****ᵑko ‘**roça’ : PTG ***ko** : AW **ko** : MA **ko ~ ŋo**

PT ****koj** ‘cavar’ : PTG ***ɨβɨ-koj** ‘terra-cavar’ : MA **koj** ‘plantar’

PT ****ʧek**^{w} ‘socar, pisar’ : PTG ***ʧok** : MA **tok**

PT ****eʔe** ‘ralar’ : PTG ***-eʔe** : AW **-eʔe**

Cabe notar que o termo para ‘fumo’ em PTG **pe-tɨm* /fumo-plantar/ é um composto que significa literalmente ‘fumo cultivado’ (cf. PTG **tɨm* : AW *tɨm* ‘plantar’), o que sugere que essa planta, ainda que não fosse domesticada em estágio Proto-Tupí, tenha passado a ser cultivada em algum momento entre o desmembramento inicial nos ramos oriental e ocidental e o estágio PATG, com a introdução do verbo específico para ‘plantar’, tendo o Sateré-Mawé retido a forma ancestral MA *koj* ‘plantar’ (< PT ***koj* ‘cavar’).

Quanto ao cultivo da mandioca e, possivelmente, a prática de ralar o tubérculo para produção da farinha, que constitui a base da alimentação de inúmeros grupos Tupí atuais, é provável que já estivessem presentes em estágio Proto-Tupí, como atestam a retenção do nome da planta (PT ***mani* ‘mandioca’) em todas as famílias, bem como a preservação do verbo ‘ralar’ (PT ***eʔe* ‘ralar’).

Da mesma forma, conforme demonstra RODRIGUES (2007b), foi possível reconstruir termos que atestam o trançado de cestos e a tecelagem de redes de dormir, bem como a presença de cerâmica. É importante salientar que a produção de cordame, trançado e tecidos é "um dos gêneros artísticos indígenas mais variados e copiosos", que se utiliza de matéria prima abundante e diversificada na forma de folhas, palmas, cipós, talas e fibras para confeccionar cestos, peneiras, abanos e esteiras, e tecer faixas, tipoias e redes (RIBEIRO, 1987: 37).

PT ****ɨrʲu** 'cesta' : PTG ***ɨru** : MA **hɨt**

PT ****ɨtʃɨpo** 'cipó' : PTG ***ɨtʃɨpo** : AW **ɨtɨpo** : MA **ɨrɨpo**

PT ****tʃˀam** 'corda' : PTG ***tʃam** : AW **tam**

PT ****epʷ** 'folha' : PTG ***-oβ** : AW **-op** : MA **-op**

PT ****ẽri** 'rede de dormir' : PTG ***inĩ** : AW **inĩ :** MA **ĩni**

PT ****tˀup** 'barro' : PTG ***tu-juk** (< ***juk** 'podre') 'lama'

PT ****waʔẽuʔum** 'barro para cerâmica' : PTG ***jauʔum** : AW **taʔum**

PT ****waʔẽ** 'vasilha de barro' : PTG ***jaʔẽ** : AW **taʔẽ** : MA **waʔã**

Tradicionalmente, a visão da arqueologia brasileira é a de que cerâmica e agricultura estão intimamente relacionadas (PROUS, 1999: 345), de forma que a presença de determinados utensílios cerâmicos tende a ser interpretada como evidência de cultivo já desenvolvido (TENÓRIO, 1999: 262). Essa mesma linha de pensamento não reconhece a produção de cerâmica no contexto amazônico em período tão remoto quanto o proposto pela linguística para o início do desmembramento do tronco Tupí[224], razão pela qual não considera a possibilidade de cultivo entre os Proto-Tupí (MEGGERS & EVANS, 1973: 57). Contudo, como explica CORRÊA-DA-SILVA (2010), a adoção de premissas e práticas pós-processualistas[225], pelos arqueólogos nacionais,

[224] Com base em estudos léxico-estatísticos e por analogia com situações semelhantes em outros ambientes, RODRIGUES (1964: 103) indica uma idade de cerca de 5 mil anos AP para o Proto-Tupí. URBAN (1998[1992]: 89) admite uma idade de 3.000 a 5.000 anos AP baseando-se em indicações glotocronológicas e, aparentemente, em Rodrigues (1986); ao passo que STORTO (2005: 70) sugere 4.500 anos AP, mas não especifica com base em que dados.

[225] A Arqueologia Pós-Processualista surgiu como crítica aos métodos e práticas arqueológicos Processualistas (cf. nota 29), anteriores aos anos 1980, e caracteriza-se pelo ecletismo, geralmente associada ao pós-modernismo e pós-estruturalismo, está em sintonia com as recentes transformações em diversas áreas do conhecimento, desde a Arquitetura até a Crítica Literária, e seu *corpus* teórico define-se, segundo FUNARI (1995: 5), pela "abertura ao debate e à diversidade, devendo conceber uma multiplicidade nem sempre compatível de abordagens".

veio oferecer outras possibilidades interpretativas, não apenas para a ocorrência de cerâmica dissociada de indícios de práticas agrícolas, mas também para compreender estágios diferenciados de introdução, experimentação e intensificação do cultivo[226]. Além disso, o avanço da pesquisa arqueológica tem levado a crer que a cerâmica pode ter-se desenvolvido primeiramente na Amazônia, uma vez que é de lá que provém a cerâmica hoje considerada a mais antiga das Américas, com datações de até 7.500 anos A.P. (ROOSEVELT, 1995[227] *apud* GASPAR & IMAZIO, 1999: 249-50).

Dessa forma, os dados linguísticos relativos aos Proto-Tupí, que indicam a presença tanto de cerâmica quanto de práticas agrícolas na Amazônia em tempos remotos, oferecem a possibilidade de ampliar o diálogo entre as duas ciências, ainda que não permitam que se façam quaisquer inferências quanto ao estágio de desenvolvimento dessas práticas, ou seja, se se trata de agricultura incipiente associada à coleta, de uma fase de experimentação de manejo ou de agricultura intensiva (CORRÊA-DA-SILVA, 2010).

Por outra parte, entre os nomes de animais que puderam ser reconstruídos para a protolíngua ancestral, percebe-se a importância relativa das aves, visto que representam nove dos vinte e sete nomes reconstruídos. A manutenção de nomes de diversas aves poderia ser indicativa da atribuição de grande valor à fruição artística, por meio da arte plumária – "a mais alta e refinada das suas criações" [indígenas] (RIBEIRO, 1987: 54) – mais do que da necessidade imperativa de saciar a fome. Dentre as diversas artes indígenas, a plumária é a única que não tem fim utilitário, estando destinada exclusivamente à busca da beleza e da perfeição, reflexo exclusivo de preocupação estética. Essa característica é ainda mais marcante entre os grupos Tupí do que entre outros grupos, como, por exemplo, os Boróro, em que a "arte plumária está associada a padrões de conduta humana, funcionando como código transmissor de mensagem sobre diferenciação social" (DORTA, 1987: 227). Grupos Tupí, como Mundurukú e Ka'apór, produzem peças plumárias delicadas sobre faixas de tecido. É interessante ressaltar que, no que diz respeito aos povos Tupí, como Ka'apór, Tembé, Sateré-Mawé e Mundurukú, dentre as aves

[226] De acordo com MILLER (com.pes.), é possível a ocorrência de horizontes cerâmicos dissociados de indícios de agricultura, quanto de ocorrências de terra preta arqueológica – indicativo seguro de agricultura – sem a presença de cerâmica.

[227] ROOSEVELT, Anna C. 1995. Early pottery in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity. In: BARNETT, W. K. & HOOPES, J. W., *The Emmergence of Pottery: technology and innovation in ancient societies*, pp. 115-131. Washinton, DC: Smithsonian Institution Press.

mais comumente utilizadas para a produção de arte plumária encontram-se as araras de diversas cores, o mutum, o papagaio e o tucano, termos reconstruídos para a língua ancestral.

PT ****anu** ‘anu-preto’: PTG ***anu** : MA **aju**

PT ****karu** ‘arara’ : MA **karu** ‘a. amarela’

PT ****arat** ‘arara’ : PTG ***arar** : AW **arar-an** ‘a. azul’

PT ****waku** ‘jacu’ : PTG ***jaku** : AW **taku**

PT ****mɨtũ** ‘mutum’ : PTG ***mɨtũ** : AW **mɨtu** : MA **mɨjũ**

PT ****awuru** ‘papagaio’ : PTG ***Ajuru** : MA **ahut**

PT ****ɨpekj** ‘pato’ : PTG ***ɨpek** : AW **ɨpek** : MA **ɨpeka** (> LGA)

PT ****tukan** ‘tucano’ : PTG ***tukan** : AW **tukan** : MA **jũkan**

PT ****urup^{wʔ}u** ‘urubu’: PTG ***uruβu** : AW **ɨzɨwu** : MA **uruwu**

PT ****pepʔo** ‘asa, pena da asa’ : PTG ***pepo** : AW **pepo** : MA **pepo**

Entre os nomes de animais reconstruídos para a protolíngua, encontram-se também alguns parasitas do ser humano que já afligiam os Proto-Tupí na Amazônia ocidental (RODRIGUES, 2005c: 94), além de insetos que afetavam essas comunidades há cerca de 5.000 anos A.P.

PT ****kʔut** ‘berne’ : PTG ***ʔur** : MA **ʔut**

PT ****tuŋ** ‘bicho de pé’ : PTG ***tuŋ** : AW **tuŋ** : MA **jũŋ**

PT ****^{ŋ}kɨp** ‘piolho’ : PTG ***kɨβ** : AW **ʔa-kɨp** ‘cabeça-piolho’ : MA **ŋɨp**

PT ****piʔũ** ‘pium’ : PTG ***piʔũ** : AW **piʔũ** : MA **upiũ**

PT ****watjiʔũ** ‘mosquito’ : PTG ***jatiʔũ** : AW **tazɨʔũ** : MA **watiʔũ**

PT ****^{ŋ}kupʔi** ‘cupim’ : PTG ***kupi-ʔi** : AW **kupi-ʔa** : MA **ŋupi-ʔa**

PT ****akeke** ‘esp. de formiga’ : PTG ***akeke**

Ademais, embora apenas um nome de peixe tenha sido reconstruído – provavelmente pelo desconhecimento de pesquisadores de campo de termos relativos à flora e à fauna ou pela

dificuldade de coligir esse tipo de vocabulário –, foi possível reconstruir o termo para armadilha de pesca composta de cercado de esteiras, o covo.

PT ****paku** ‘pacu’ : PTG ***paku** : AW **paku** : MA **paku**

PT ****wekẽʔa** ‘covo’: PTG ***jekeʔa**

LARAIA (1995: 53) descreve os Tupinambá pelas seguintes características culturais, que os distinguem dos demais grupos indígenas, ao mesmo tempo em que os aproximam e incluem entre os diversos grupos Tupí: o uso de rede de dormir, a utilização do arco e da flecha como armas de guerra, o cultivo intensivo da mandioca e a prática da antropofagia. Além disso, FERNANDES (1989: 60-61) apresenta a aldeia Tupinambá, com base nos cronistas quinhentistas e seiscentistas, como sendo formada por malocas distribuídas de forma a deixar uma área quadrangular no centro, o terreiro, onde acontecia parte importante da vida social. O mesmo autor (*idem*: 293) discute a importância da figura do pajé como homem respeitado, temido e poderoso.

Quanto aos itens lexicais referentes a conceitos culturais, puderam ser reconstruídos para o Proto-Tupí alguns que fazem referência à casa, à aldeia e à praça da aldeia, assim como à flecha, importante não apenas como arma de guerra, mas também como instrumento para caça e pesca, da mesma forma que a armadilha de pesca e o timbó, utilizado para entorpecer os peixes.

PT ****ek^{w}** ‘casa’ : PTG ***ok** : AW **ok** : MA **ok** ‘ninho, teto’

PT ****ek^{w}en** ‘porta’ : PTG ***oken** : AW **oten-ap** : MA **oken-ʔɨpɨ**

PT ****t^{ʔ}ap** ‘teto’: PTG ***taβ** ‘aldeia’; **tapɨj** ‘abrigo’ : AW **tapɨj** ‘cobertura’

PT ****t^{ʔ}app^{w}et** ‘aldeia abandonada’ : PTG **taper**

PT ****ek^{w}at** ‘praça da aldeia’: PTG ***okar**

PT ****ek^{wʔ}ɨp** ‘flecha’: PTG ***uʔɨβ** : AW **uʔɨp**

PT ****tiŋ** ‘timbó’ : PTG ***tiŋ**

PT ****wekẽʔa** ‘covo’: PTG ***jekeʔa**

Essas evidências linguísticas, por si sós, indicam que é preciso rever as descrições tradicionais referentes aos grupos Tupí anteriores ao contato com o europeu[228]. Nem mesmo em um estágio de desenvolvimento tão antigo quanto o Proto-Tupí, as comunidades falantes da protolíngua podem ser resumidas a pequenos bandos de caçadores-coletores que viviam em acampamentos isolados, uma vez que foi possível reconstruir para o Proto-Tupí termos que sugerem que tais grupos ancestrais já viviam em aldeias grandes o suficiente para que fosse possível demarcar uma praça em seu interior.

Vão no mesmo sentido os termos que se referem aos utensílios e à prática da agricultura, ao cultivo da roça e, em especial, à utilização da mandioca na alimentação como farinha, conforme visto acima, que indicam que a floresta tropical permitiu o desenvolvimento de um complexo adaptativo caracterizado por sistema de subsistência capaz de ensejar o crescimento da população. Os dados linguísticos vão de encontro à visão, herdeira da arqueologia processualista e da ecologia cultural de viés difusionista[229], de uma ocupação pré-histórica amazônica prejudicada pelo meio ambiente pobre em recursos.

Da mesma forma, o uso e produção de cerâmica, de trançado e cordame, da rede para dormir e possivelmente da arte plumária sugerem desenvolvimento cultural mais complexo, com ocupação de prolongada duração, dispensando tempo necessário à produção de artesanato para uso quotidiano, mas também de artefatos especiais, de valor simbólico, relacionados diretamente com a vida ritual e cerimonial.

Também indicativo da importância da vida ritual e cerimonial é o termo para 'xamã', que pôde ser reconstruído com evidências das outras famílias linguísticas Tupí que não as consideradas neste estudo. Além disso, foi possível reconstruir ainda o termo para 'remédio', estreitamente relacionado aos rituais de cura – pajelança –, que são parte integrante do trabalho do xamã.

Percebe-se, portanto, que não apenas a organização da aldeia, mas todos aqueles traços culturais considerados característicos dos povos Tupí já estariam presentes nas protocomunidades ancestrais, cuja cultura afirmava-se na adaptação à floresta, de onde extraíam não apenas seu sustento, mas o conjunto de sua concepção de mundo.

---

[228] Ver discussão na Introdução, item 0.4.
[229] Ver nota 29, Introdução.

PT ****mani** ‘mandioca’ : PTG ***mani** : AW **mani** : MA **mani**

PT **ʧɨt ‘cavador’ : PTG ***ʧɨr** : AW **tɨt** : MA **tɨt-ʔi**

PT ****koj** ‘cavar’ : PTG ***ɨβɨ-koj** ‘terra-cavar’ : MA **koj** ‘plantar’

PT ****ŋko ‘**roça’ : PTG ***ko** : AW **ko** : MA **ko ~ ŋo**

PT ****wɨ ‘**machado’ : PTG ***jɨ** : AW **kɨ** : MA **ɨ-wɨ-kap**

PT ****waʔẽ** ‘vasilha de barro’ : PTG ***jaʔẽ** : AW **taʔẽ** : MA **waʔã**

PT ****ẽri** ‘rede de dormir’ : PTG ***inĩ** : AW **inĩ :** MA **ĩni**

PT ****wamu/wamuã** ‘pajé’

PT ****potʔaŋ** ‘remédio’ : PTG ***potsaŋ** : AW **potaŋ** : MA **pohaŋ**

Com relação à nomenclatura de parentesco Tupí, alguns termos puderam ser reconstruídos, indicando certo de grau de complexidade do protossistema, embora não se possa inferir se esse era tão complexo quanto o sistema de parentesco Tupinambá descrito por FERNANDES (1989: 168-82). Além de termos usuais, como avô, marido, esposa, pai e mãe, também foram reconstruídos outros que indicam distinções de acordo com o sexo e uma hierarquia entre irmãos mais novos e mais velhos. Contudo, não foi possível, até o momento, reconstruir nenhum termo que permitisse compreender de forma efetiva o significado de parentes afins e consanguíneos do ponto de vista nativo.

PT ****amõj** ‘avô’ : PTG ***amõj** : AW **amũj, amõj** : MA **amũ** ‘tio’, **amũ-pot** (< **pot** ‘velho’) ‘sogro’

PT ****atʔɨ** ‘esposa’ : PTG ***-atɨ** : AW **-atɨ** : MA **-arɨ** ‘avó’, **-arɨʔɨ** ‘esposa’

PT ****men** ‘marido’ : PTG ***men** : AW **men**

PT ****ʧɨ** ‘mãe’ : PTG ***ʧɨ** : AW **tɨ** : MA **tɨ ~ nɨ**

PT ****-up** ‘pai’ : PTG ***-uβ** ‘pai’ : AW **up**

PT ****aɨʧe** ‘homem’ : PTG ***-aɨʧe** ‘homem, parente do mesmo grupo de uma mulher’ : AW **aɨte**

PT ****aʔɨt** ‘filho de homem’ : PTG ***-aʔɨr** : AW **-aʔɨt** : MA **-aʔɨr-u**

PT ****me^{m}pɨt** ‘filho(a) de mulher’ : PTG ***memɨr** : AW **mẽpɨt** : MA **mẽpɨt**

PT ****tʃɨʔɨt** ‘irmã da mãe’ : PTG ***tʃɨʔɨr**

PT ****kɨpʔɨʔɨt** ‘irmã júnior de mulher’ : PTG ***kɨpɨʔɨr**

PT ****ɨket** ‘irmã sênior da mulher’ : PTG ***-ɨker**

PT ****kɨpʷɨt** ‘irmão de mulher’ : PTG ***kɨβɨr** : AW **kɨwɨt** : MA **kɨwɨt**

PT ****ɨpʷɨt** ‘irmão júnior do homem’ : PTG ***-ɨβɨr** : AW **-ɨwɨt** : MA **-ɨwɨt, ʔɨwɨt**

PT ****ɨke** ‘irmão sênior do homem’ : PTG ***ɨke-ʔɨr** : AW ***ɨti-ʔɨt-** : MA **ʔɨke-ʔet**

De qualquer forma, ainda que se pudesse reconstruir uma lista de termos tão extensa quanto a apresentada por FERNANDES (1989), é provável que a descrição da estrutura social Tupí resultante unicamente da interpretação dos termos fosse equivocada, visto que, de acordo com LARAIA (1971: 5), ao desconhecer a regra de descendência, não é possível entender a estrutura de parentesco pela ótica indígena, ficando-se restrito ao caráter genealógico do sistema. Para esse autor, somente a partir de dados referentes às regras de residência, descendência e matrimônio preferencial é que seria possível compreender a terminologia de parentesco da perspectiva indígena e, a partir daí, descrever o sistema de relações. No caso de uma comunidade já extinta, em que se conta unicamente com a reconstrução hipotética da protolíngua, tal exercício de interpretação do protossistema não poderia dissociar-se da etnografia comparada dos grupos atuais.

O que se pode sugerir, com base nas evidências linguísticas elencadas acima, é que as comunidades Tupí pré-históricas eram bastante mais complexas do que se pensava até recentemente. A paleontologia linguística indica que os Proto-Tupí, há cerca de talvez 5.000 anos A.P., viviam em aldeias de tamanho médio, talvez dispersas, porém mantendo laços e comunicação constantes, mantinham um sistema produtivo caracterizado pela cultura da mandioca, a caça e a pesca com flecha, covo e timbó. Esses grupos sedentários, de agricultura possivelmente incipiente, em que prevalecia o cultivo de raízes sobre o de sementes, produziam artesanato de cordame e trançado, redes de dormir, utensílios cerâmicos e, provavelmente, dedicavam-se à elaboração de delicada arte plumária.

Pode-se ainda imaginar, a partir da terminologia de parentesco, que faziam distinções sociais de acordo com o sexo e hierarquizavam os grupos de acordo com a idade. A vida social dos grupos desenrolava-se, provavelmente, no terreiro localizado no centro da aldeia, entre as

diversas casas, e a vida espiritual era regida pelo xamã, que realizava rituais de cura e aplicava remédios, talvez mesmo para sarar feridas causadas pelo berne e pelo bicho-de-pé, que infestavam os caminhos que percorriam entre a aldeia e a roça ou na floresta, em busca de mel ou de larvas. Nos momentos de ócio, em que não estavam banhando-se no rio, é possível que demonstrassem seu afeto catando os piolhos de seus familiares. Possuíam sistema de subsistência, suficiente para suprir as calorias necessárias, para manter a estabilidade e permitir o crescimento dos grupos e expansão da população, o que pode ter contribuído para a primeira cisão em dois ramos: ocidental e oriental.

A pesquisa arqueológica recente indica quadro semelhante para as várzeas na região amazônica a partir de 5.000 A.P. (ROOSEVELT, 1998[1992]: 65), quando surgem os mais antigos complexos de cerâmicas decoradas de maneira elaborada. Esses complexos cerâmicos, chamados "formativos", associam-se a antigas culturas de aldeias de agricultores sedentários, "que parecem representar o estabelecimento generalizado nas terras baixas de aldeias de horticultores de raízes" (*idem, ibidem*). Tradicionalmente, a pesquisa arqueológica tem associado tais horizontes formativos aos povos de língua Aruák, enquanto os horizontes policrômicos são relacionados aos grupos Tupí. No presente, o estilo policrômico é compartilhado por diversos povos de diferentes grupos linguísticos, de forma que o mais provável é que os estilos de horizontes "abranjam populações multiétnicas, estando ligados a processos sócio-políticos e econômicos mais complexos do que a mera invasão e migração em massa" (ROOSEVELT, 1998[1992]: 73). De qualquer maneira, vale lembrar a presença de cerâmica corrugada e/ou pintada com mais de 5.000 anos A.P. na região do Alto Ji-Paraná (MILLER, 2009: 100).

O surgimento desse novo modo de vida – horticultor sedentário – parece ter gerado a proliferação dos assentamentos e aumentado a comunicação entre as regiões, tendo aparecido, nas terras baixas, horizontes arqueológicos suprarregionais. Esse estilo de vida, contudo, teria desaparecido por volta de 3.000 anos A.P., "com o surgimento do cultivo intensivo de plantas de sementes, com a expansão das populações humanas e com o desenvolvimento das culturas complexas" (ROOSEVELT, 1998[1992]: 70).

De acordo com as evidências arqueológicas, os pontos de contato entre o estilo de vida dos grupos indígenas atuais e os pré-históricos não implica continuidade. "A cultura dos índios dos dias atuais representa um modo de vida arcaico que voltou a ser importante devido aos

deslocamentos e perdas demográficas ocorridas durante a conquista europeia" (*idem, ibidem*). O presente trabalho não tem como elucidar se a datação indicada acima para o desenvolvimento de culturas complexas, com o aumento da população e a substituição do estilo de vida nas várzeas amazônicas, coincide com o desmembramento do sub-ramo Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní. De todo modo, vale registrar a ocorrência do termo para 'milho' nas três famílias linguísticas em estudo – MA *awati* : AW *awati* : PTG *aβati* –, o qual não é partilhado com as demais famílias do tronco Tupí e, segundo hipótese de RODRIGUES (2003: 397), pode ser resultante de empréstimo de língua Karíb. O contato com grupos agricultores de sementes nas regiões das várzeas dos rios, que propiciaria o empréstimo do termo para 'milho', poderia ter ocorrido em estágio Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní, resultando em herança comum às três famílias, ou em estágio Proto-Awetí-Tupí-Guaraní, tendo entrado no Sateré-Mawé por empréstimo da Língua Geral Amazônica (LGA *awatí*, cf. MELLO, 1967). Nesse caso, a data de aproximadamente 3.000 anos A.P. poderia ser atribuída a um dos dois estágios intermediários, PMATG ou PATG.

Capítulo V

Da História à Etno-História:

A História Indígena como História Cultural

"Historians seek literary quality in their writings, while anthropologists are primarily concerned with science in their statements"

Robert Carmack[230]

Este capítulo apresenta breve revisão da etno-história, disciplina que se forja na fronteira entre a história e a antropologia. Discutem-se seu desenvolvimento como método de pesquisa, os esforços de definição de seu escopo e objeto, bem como os questionamentos diversos levantados pelos pesquisadores. Faz-se breve exposição sobre os diferentes processos de síntese entre os diversos campos de estudo implicados, avaliando-se sumariamente as mudanças ocorridas no interior de cada um deles, as quais levaram ao apagamento dos limites e fronteiras dos saberes. São também apresentados diferentes métodos e técnicas, bem como abordagens e pressupostos do conjunto de disciplinas privilegiadas pela etno-história. De modo suplementar, faz-se referência ao desenvolvimento da disciplina no Brasil, às sínteses propostas e suas relações com a história cultural e a história indígena.

[230] CARMACK, Robert M. 1972. Ethnohistory: a review of its development, definitions, methods and aims. *Annual Review of Anthropology*, 1: 227-246.

5.1 – UMA DISCIPLINA NA FRONTEIRA

Segundo consta, o termo 'etno-história' foi empregado pela primeira vez em 1909, por Clark Wissler[231], antropólogo e arqueólogo norte-americano, ao escrever a introdução de uma série de estudos arqueológicos, referindo-se à metodologia de pesquisa que mesclava o uso de "dados culturais incorporados em narrativas históricas" com o emprego de dados arqueológicos, com o objetivo de "reconstruir a cultura pré-histórica" (BAERRIES, 1961: 49). O uso marcadamente antropológico dessa metodologia específica para descrição ampla da cultura de um grupo indígena é creditado a Alanson Skinner, conforme relato de escavação arqueológica em Staten Island (*idem*: 51) registrado nessa mesma publicação.

Desde seu nascimento, no entanto, o termo aparece cercado de contradições: na citada publicação de 1909, pesquisadores de orientação mais historiográfica valorizavam a combinação de documentos históricos com evidências arqueológicas unicamente para identificar sítios mencionados em registros escritos (BAERRIES, 1961: 51). Outros problemas da disciplina em gestação derivaram, desde o primeiro uso do termo, do tipo de registro documental utilizado. De acordo com KRECH (1991: 347), "*for Wissler, 'ethnohistorical' was evidently a synonym for documentary; that documents were produced by non-natives was implied*". Dessa perspectiva, tradição oral, lendas, mitos e memória indígena eram completamente desconsiderados pela pesquisa etno-histórica.

Deve-se salientar que não é surpreendente a estreita ligação da metodologia etno-histórica com a arqueologia, pois, como explica STURTEVANT (1966: 9), uma das raízes da etno-história é a chamada "perspectiva histórica direta" da arqueologia norte-americana, que preconizava o uso de evidências históricas para identificação de sítios arqueológicos e combinava "dados etnográficos, históricos e arqueológicos para produzir etnografias históricas de períodos arqueológicos recentes, a partir dos quais é possível traçar as mudanças no sentido inverso [*upstreaming*], avançando para sítios mais antigos".

Nancy LURIE (1961: 79) afirmou que a etno-história é tão antiga quanto a própria etnologia, visto que, desde o século XIX, registros documentais vinham sendo usados para ajudar

[231] WISSLER, Clark. 1909 (ed.). The Indians of Greater New York and the Lower Hudson. *Anthropological Papers*, 3, New York: American Museum of Natural History.

a interpretar dados etnográficos e arqueológicos. Em realidade, a reconstrução do passado histórico pelo uso combinado de evidência material e documentos históricos era componente integral da prática colonial na Índia sob ocupação britânica (TRAUTMANN & SINOPOLI, 2002: 492). Desde os tempos de Sir William Jones à frente da *Asiatic Society*, nas últimas décadas do século XVIII,

> *various kinds of written records provided a frame through which the archaeological data could be understood and, importantly, placed in a temporal framework* (TRAUTMANN & SINOPOLI, 2002: 499).

É importante ressaltar, no entanto, que na região sul asiática de então a arqueologia era eminentemente histórica, sendo desconsideradas as evidências de ocupação pré-histórica do território. A tradicional relação entre história e letramento – e a consequente vinculação da etno-história a grupos pré-letrados – evidencia-se também no desenvolvimento diferenciado da arqueologia europeia, que evoluiu no âmbito da história, comumente ligada à história da arte, enquanto nos Estados Unidos surgiu como parte da antropologia. Também em seu desenvolvimento nos países latino-americanos, mesmo em países como México ou Peru, que abrigaram grandes impérios indígenas, as populações autóctones foram objeto da etno-história, ao passo que a história foi reservada para não-índios.

Na década de 1930, formou-se em Viena grupo de pesquisadores filiados à escola de História Cultural Africana que advogava por uma perspectiva etno-histórica e insistia na criação de modelos históricos a partir do uso de material etnográfico coletado em seus próprios trabalhos de campo na África. O movimento, encabeçado por Fritz Röck, emergiu como reação à escola vienense de Etnologia Cultural Histórica, mas perdeu força pela incapacidade de contornar problemas teóricos, terminando por reintegrar-se ao subgrupo de etnografia histórica (WERNHART, 1987: 7).

No contexto norte-americano, entre 1910 e 1930, poucos antropólogos fizeram uso da perspectiva histórica direta para reconstruir o passado de grupos indígenas, como foi o caso de John R. SWANTON[232] (1922; 1946), em relação aos grupos Creek e outros povos indígenas do

[232] SWANTON, John Reed. 1922. *Early History of the Creek Indians and their Neighbors*. Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology, Bulletin 73, Washington: Government Printing Office. / ___. 1946. *The Indians of the Southeastern United States.* Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology, Bulletin 137, Washington: Government Printing Office.

sudoeste americano, ou de Frank G. SPECK[233] (1928), no que se refere aos grupos do nordeste dos Estados Unidos. Para tanto, basearam-se em seus próprios trabalhos de campo entre tais grupos indígenas e fizeram uso extensivo de documentos históricos.

É, contudo, apenas nos anos 1940 que aparecem os primeiros exemplos mais evidentes de pesquisa etno-histórica sistemática, reunidos em volume de estudos dedicado a John Swanton e organizado pela *Smithsonian Institution*. Três desses estudos, em particular, adotaram a abordagem etnológica que seria formalizada a partir dos anos 1950: o de William Fenton[234], que usou documentos dos séculos XVII e XVIII para localizar o território e traçar rotas de migrações de grupos iroqueses; o de William Strong[235], que demonstrou que os documentos históricos podem ser empregados de forma conjugada com dados arqueológicos para fornecer, do presente ao passado, um registro contínuo de sítios particulares; e o de Julian Steward[236], que combinou ecologia, história, arqueologia e etnografia para explicar processos culturais e estruturais. É significativo que a abordagem preconizada por Steward, que veio a ser o editor e a força motriz do incontornável *Handbook of South American Indians*, é até hoje a adotada pela *American Society for Ethnohistory*, segundo a qual "*the ethnohistorical method, as it has come to be known, involves developing histories informed by ethnography, linguistics, archaeology, and ecology*" (ASE).

Apesar desses avanços pontuais, o emprego de dados etno-históricos significava essencialmente, pelo menos até meados do século passado, o recurso à documentação histórica disponível no estudo das populações nativas (KRECH, 1991: 347). Note-se que, em 1955, o periódico norte-americano *Ethnohistory* – fundado um ano antes – definia a pesquisa etno-histórica como "história documental de povos primitivos, em especial os indígenas [norte-] americanos" (*idem, ibidem*). Embora tenha surgido no âmbito da arqueologia, o grande desenvolvimento da etno-história deu-se como parte da antropologia, notadamente nos estudos

[233] SPECK, Frank G. 1928. Territorial Subdivisions and Boundaries of the Wampanoag, Massachusetts and Nauset Indians. *Indians Notes and Monographs*, 44. New York: Museum of the American Indian, Haye Foundation.
[234] FENTON, William N. 1940. Problems Arising From the Historic Northeastern Position of the Iroquois. In: SMITHSONIAN INSTITUTION, *Essays in Historical Anthropology of North American* in Honor of John R. Swanton. Smithsonian Miscellaneous Collections, 100: 159-251. Washington: Smithsonian Institution.
[235] STRONG, William D. 1940. From History to Pre-History in the Northern Great Plains. In: SMITHSONIAN INSTITUTION, *Essays in Historical Anthropology of North American* in Honor of John R. Swanton. Smithsonian Miscellaneous Collections, 100: 353-394. Washington: Smithsonian Institution.
[236] STEWARD, Julian H. 1940. Native Cultures of the Intermontane (Great Basin) Area. In: SMITHSONIAN INSTITUTION, *Essays in Historical Anthropology of North American* in Honor of John R. Swanton. Smithsonian Miscellaneous Collections, 100: 445-502. Washington: Smithsonian Institution.

do processo de "aculturação", em que se tornou patente a necessidade de entender as mudanças ocorridas nas culturas nativas em decorrência do contato com os europeus (TRIGGER, 1982: 4). Nessa perspectiva, pouca importância era dada à cultura nativa anterior ao contato, uma vez que se considerava que, em estado original, essas culturas eram estáveis e imutáveis. A própria arqueologia pré-histórica, supostamente orientada por perspectiva histórica, atribuía as mudanças a migrações que levavam culturas estáticas de uma região para outra (*idem, ibidem*). Como explica LURIE (1961: 80), "o etnólogo etno-historiador não 'descobriu' as evidências documentais nem os métodos de pesquisa histórica", mas foi somente a partir da segunda metade do século XX que começou a descobrir a historiografia.

Vale lembrar que, no caso dos Estados Unidos, o interesse pela história indígena foi promovido pela promulgação do *Indian Claims Act*, em 1946, quando antropólogos, historiadores e advogados foram contratados pelos grupos indígenas para apresentar subsídios aos seus pedidos de indenização por terras cedidas por tratados. A exigência, por parte do sistema judiciário, de documentação escrita para fins de comprovação dos direitos à terra, levou ao desenvolvimento de extensas pesquisas ecológicas, cartográficas, iconográficas e de fontes documentais coloniais. Os pesquisadores envolvidos nesses processos vieram a reconhecer a validade de questões diacrônicas, no caso dos antropólogos, e de questões etnológicas que poderiam ser evidenciadas pela documentação histórica, no caso dos historiadores. A pesquisa antropológica desenvolvida nesse contexto levou à fundação da *American Society for Ethnohistory*, em 1954, e, finalmente, à compilação e publicação do material relativo aos processos, que se arrastaram por cerca de vinte anos (JONES, 1994: 107-108).

Se, por um lado, o acúmulo de dados etnográficos, históricos e arqueológicos contribuiu para a compreensão dos processos internos de mudança inerentes aos grupos indígenas, oferecendo nova perspectiva para os estudos etno-históricos, por outro, o surgimento de novos Estados a partir dos movimentos de descolonização de meados do século XX proporcionou grande avanço na pesquisa em novas regiões, notadamente a África e o Pacífico. Os anos 1960 testemunharam, assim, o surgimento do *Journal of African History*, dedicado a campos diversos, desde estudos baseados em dados provenientes da linguística histórica – como, por exemplo, o

de Jan Vansina[237] sobre a expansão das línguas Bantu –, até artigos sobre história econômica ou arqueologia.

Na região do Pacífico, por sua vez, a etno-história desenvolveu-se a partir da década de 1970, como coadjuvante dos estudos etnológicos e arqueológicos (SPORES, 1980: 578). Mais recentemente, etno-historiadores da região passaram também a fazer uso da tradição oral e tem adotado abordagens diversas, buscando novas sínteses com a arqueologia, a linguística e a genética. A criação do *Journal of Pacific History* marcou a determinação de explorar o passado da região a partir de diferentes perspectivas.

O desenvolvimento da etno-história não se deu, contudo, de forma idêntica nas distintas regiões. No caso da América Latina, em especial na região andina e na América Central, a abundante coleção de documentos históricos resultantes da conquista e ocupação espanhola, que recobrem período de 400 anos, aliada ao grande interesse demonstrado desde a conquista pelo impressionante *corpus* epigráfico nativo, levou à apreciação e ao uso extensivo de fontes documentais, tanto em estudos sincrônicos quanto diacrônicos, por pesquisadores de diferentes formações: antropólogos, historiadores, arqueólogos ou linguistas (SPORES, 1980: 577). Nas terras baixas sul-americanas, por sua vez, a experiência foi distinta. Não apenas a contribuição portuguesa[238] à documentação histórica foi comparativamente menos copiosa que a espanhola, como também a tradição acadêmica, eivada de preconceitos/pré-conceitos em relação às culturas indígenas ali encontradas, levaram a que se desconsiderasse enfaticamente a possibilidade de uma história indígena anterior à conquista[239], tal como ocorrera nos Estados Unidos.

No que diz respeito ao Brasil, ainda que autores marcantes da etnologia brasileira, como Alfred Métraux e Florestan Fernandes, tenham proporcionado uma base inegável ao que se poderia chamar de metodologia etno-histórica, ao fazerem uso de abundante documentação histórica dos séculos XVI e XVII em seus estudos sobre grupos Tupí-Guaraní, foi somente a partir dos anos 1970 que questionamentos históricos começaram a ter mais visibilidade na

---

[237] VANSINA, Jan. 1995. New Linguistic Evidence and 'The Bantu Expansion'. *The Journal of African History*, 36: 173-195. Cambridge University Press.

[238] A título de ilustração, no que diz respeito ao registro das línguas nativas, por exemplo, enquanto os portugueses publicaram duas gramáticas no período de 1550-1650 (além de uma gramática e um vocabulário que nunca foram publicados e terminaram por desaparecer), os espanhóis publicaram sete gramáticas e três vocabulários no mesmo período apenas no Peru (RODRIGUES, 1998b).

[239] CARNEIRO DA CUNHA (1998[1992]: 22), resume todo o preconceito engendrado pela própria ciência em uma frase: "Durante quase cinco séculos, os índios foram pensados como seres efêmeros, em transição: transição para a cristandade, a civilização, a assimilação, o desaparecimento".

antropologia, como forma de dar sustentação às reivindicações territoriais indígenas com base em direitos históricos. Tal processo aqui foi semelhante ao ocorrido nos anos 1940-1950 nos Estados Unidos, quando da promulgação do *Indian Claims Act*, mencionado anteriormente.

A influência de autores como Jan Vansina[240], historiador africanista que estabeleceu bases para a crítica das fontes aplicada à tradição oral (CARMACK, 1971: 234), e de trabalhos seminais de antropólogos como Marshal Sahlins[241], que faz uma análise estrutural da história havaiana e considera a história culturalmente ordenada; Renato Rosaldo[242], que descreve a consciência histórica dos Ilongot, grupo indígena das Filipinas, a partir de suas próprias concepções do passado; e ainda Richard Price[243], que analisa o pensamento histórico dos Saramaka, grupo nativo do Suriname (KRECH, 1991: 362), fez-se notar no mundo todo, inclusive no Brasil, onde se formou grupo de pesquisa em história indígena e indigenismo, coordenado por Manuela Carneiro da Cunha, então professora da Universidade de São Paulo. O esforço conjunto de antropólogos, historiadores, arqueólogos e linguistas, ao longo das últimas duas décadas, levou ao desenvolvimento do que se veio a chamar de "nova história indígena" do Brasil (MONTEIRO, 2001: 5), cujos primeiros frutos surgiram nos anos 1990[244]. Note-se que, no meio antropológico brasileiro, etno-história tem sido entendida de forma mais restritiva, em "seu sentido próprio de autoconcepções da história forjadas pelas próprias sociedades indígenas" (VIVEIROS DE CASTRO & CARNEIRO DA CUNHA, 1993: 12).

---

[240] VANSINA, Jan. 1961. *De la tradition orale: essai de méthode historique.* Annalen Menselijke wetenschappen, 36, Tervuren [1965. *Oral Tradition: a study in historical methodology.* Chicago: Aldine. / 1968. *La tradición oral*. Barcelona: Editorial Labor]. Esta obra, consagrada como pioneira no estudo de etno-história, nunca foi traduzida para o português. A principal expressão do autor no contexto brasileiro é o capítulo do livro organizado pela Unesco, que integra projeto iniciado em 1964, em oito volumes, sobre a história do continente africano: VANSINA, Jan. 1980. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO (ed.), *História Geral da África*, Metodologia e Pré-História da África, 1: 157-179. São Paulo: Ática/Unesco.

[241] SAHLINS (2008) e SAHLINS (1990a).

[242] ROSALDO, Renato. 1980. *Ilongot Headhunting, 1873-1974: a study in society and history*. Stanford: Stanford Univ. Press.

[243] PRICE, Richard. 1983. *First-Time: the historical vision of an Afro-American people.* Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press.

[244] A obra que permanece como a principal referência na área é: CARNEIRO DA CUNHA (1998[1992]). O grupo de estudo organizado por Manuela Carneiro da Cunha na USP transformou-se no Núcleo de História Indígena e Indigenismo (NHII), responsável por importantes publicações, entre as quais: VIVEIROS DE CASTRO & CARNEIRO DA CUNHA (1993) / MEIRA, Márcio (org.). 1993. *O Livro das Canoas, documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: FAPESP/NHII-USP. / MONTEIRO, John M. (org.). 1994. *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros*. São Paulo: FAPESP/NHII-USP.

Embora o título de etno-historiador tenha sido adotado, desde os tempos de Wissler, por pesquisadores que estudavam a história de povos que não possuem documentação histórica (JONES, 1994: 107), o campo da etno-história ainda reclamava definição no início dos anos 1970, quando ora era considerada como método, ora como técnica, ou mesmo como um "meio para combinar os aspectos generalizantes da etnologia com a crítica cuidadosa das fontes e o interesse pelo sequenciamento temporal da história" (CARMACK, 1971: 230). De todo modo, a caminho de tornar-se uma disciplina, o que havia começado como metodologia de pesquisa teve de revisar e ampliar seus métodos para abranger outras fontes, em especial as não-documentais (JONES, 1994: 108).

Desdobramentos recentes da etno-história, não apenas em sua vertente norte-americana, apresentam como característica fundamental considerável ecletismo metodológico, visto que combinam a análise de documentos históricos – que incorporaram, nas últimas décadas, a tradição oral – com evidências etnográficas, linguísticas, ecológicas e arqueológicas, entre outras, o que resulta em reconstrução bastante mais ampla do passado em comparação com a reconstrução histórica.

A multidisciplinaridade, no entanto, não parece ter resolvido a 'crise interna' da disciplina. Questões de diversa ordem foram levantadas por diferentes autores em momentos distintos: etno-história é o uso especial de fontes documentais ou o uso de fontes documentais no estudo de grupos especiais? (LURIE, 1961: 78); etno-história refere-se ao método ou a seu produto? (KRECH, 1991: 348); o que constitui, de fato, a etno-história, a reconstrução da história de povos ágrafos ou a percepção nativa do passado e do que constitui um evento? (*idem*: 349). Além dos problemas relativos à definição do escopo ou do objeto da disciplina, preocupações com questões teórico-metodológicas permanecem recorrentes: "*It can make no claims to special techniques independent of history, and it has no theory independent of other theories in cultural anthropology*" (AXTELL, 1978: 114). Muitas dessas questões derivam seja das diversas sínteses propostas, seja das diferentes formações dos pesquisadores: antropólogos tendem a abordar documentos históricos como notas de campo, "demonstrando ingenuidade em relação aos métodos da história", ao passo que historiadores tendem a tratar documentos históricos como as únicas fontes de informação disponíveis (TRIGGER, 1982: 5). Os preconceitos e desconfianças mútuas entre disciplinas povoaram o fazer etno-histórico e terminaram gerando vertentes diferenciadas nas várias regiões.

Se, nos Estados Unidos, a antropologia e a história acabaram por aproximar-se, com o reconhecimento das técnicas e métodos da história como indispensáveis à prática etno-histórica (TRIGGER, 1986: 257-258), na região do Pacífico, a contribuição entre etno-historiadores e arqueólogos tem demonstrado a importância da correta avaliação de dados arqueológicos, de maneira a incorporá-los à pesquisa (*idem*: 260). Na América Central, o uso combinado de tradição oral e arqueologia, bem como o domínio do vasto acervo epigráfico e pictográfico, levaram ao desenvolvimento de estudos comparados e de sínteses importantes para a compreensão da pré-história da região (*idem, ibidem*). O uso abundante da tradição oral e de dados linguísticos também se tem revelado esclarecedor no caso da África (*idem*: 261), ao passo que, no Pacífico, a síntese entre arqueologia e linguística tem-se mostrado extremamente profícua. Neste último caso, a inclusão da genética nas pesquisas levou ao paroxismo do entusiasmo:

> *With this added diversity of approach, it can be predicted that the current unfortunate distinction between prehistory and history should lessen or even disappear. (...) The result should be the study of the broad outlines of a human history which allows for a complexity in the past that is so evident in the present* (BLENCH, 1997: 15).

Ainda que muitas dessas questões permaneçam em aberto, a pesquisa etno-histórica tem avançado e desbravado novas fronteiras, o que se tem refletido em aumento significativo da produção científica. Em parte, isso se deve ao acúmulo de dados das diferentes disciplinas, embora tal explicação não seja suficiente. Há que se levar em consideração o que MARCUS & FISCHER (2000: 27) chamaram, na virada do século, de "crise de representação nas ciências humanas", que afetou desde o direito e a arquitetura até a antropologia e a literatura, caracterizando-se pelo rechaço não apenas de ideias, mas também de paradigmas de escolas de pensamento anteriores. Esse fenômeno esteve marcado de um lado pelo abandono de teorias universais e, de outro, pela fluidez de métodos e ideias entre disciplinas – o que fora antevisto por GEERTZ (1980) como "*blurred genres*". Esse momento de crise de paradigmas não deixou de ser visto como extremamente fecundo, "*en que cada proyecto particular de investigación y de escritura etnográficas es potencialmente un experimento*" (MARCUS & FISCHER, 2000: 12). Nesse contexto, também a arqueologia enfrentou desafio de definição da disciplina, que muitos consideravam como "método especial e conjunto de técnicas para coletar e analisar um tipo específico de dados, i. é, artefatos" (CARMACK, 1971: 230). A antropologia, por seu turno,

questionou as convenções de gênero do "realismo etnográfico" e a prática mesma da escritura da etnografia:

> *Uno de los aspectos esenciales de la experimentación estriba en plantearse problemas filosóficos o de explicación sociológica o histórica diferentes de los que los etnógrafos están acostumbrados a abordar, y emplear, directa o indirectamente, el material etnográfico propio para tratar esos problemas de la manera más creativa posible* (MARCUS & FISCHER, 2000: 79, nota 10).

No caso da história, a 'crise interna' da disciplina vinha desde, pelo menos, o ano de 1929, quando foram formuladas as críticas de Marc Bloch, Lucien Febvre e, posteriormente, Fernand Braudel, à centralidade do "evento" na história factual (FOGELSON, 1989: 135).

Quanto à etno-história propriamente dita, seu campo permaneceu dividido, com respostas distintas aos dilemas apontados anteriormente: de um lado, narrativas históricas puramente factuais sobre um grupo indígena; de outro, etnografias históricas que tentam elucidar as concepções nativas de história ou de historiografia. Enquanto alguns a definem como antropologia com dimensão histórica, outros a concebem como história com dimensão antropológica. Para muitos, somente uma historiografia reflexiva é etno-história; outros chegam a afirmar que não há etno-história.

É assim que obras magistrais tão díspares como *Europa y la Gente sin História*, de Eric Wolf, e *Negara*, de Clifford Geertz, podem ser consideradas etno-históricas, embora ambos autores situem a si próprios fora desse campo:

> *(...) este tipo de trabajo etnohistórico – trabajo que requiere una combinación inusual de competencia arqueológica, antropológico-cultural, ecológica, histórica y lingüística –, que podría realmente sancionar o desautorizar esta opinión, simplemente no se ha hecho* GEERTZ (2000: 160, nota 97).

> *Estos hechos afloran claramente en los trabajos de antropólogos e historiadores que se han especializado en lo que ha venido a llamarse etnohistoria. Quizás a la "etnohistoria" se le dio ese nombre para separarla de la historia "verdadera", que es el estudio de los supuestamente civilizados* (WOLF, 2000: 33-34).

A presente pesquisa compartilha a visão de LURIE (1961: 79), segundo a qual etno-história "*involves a special use of documents and can be applied beyond special, 'exotic' peoples although such utilization is not often made*". Documento, aqui, é tomado em seu sentido mais

amplo, de testemunho[245], e pode ser tanto uma datação radiocarbônica ou um protofonema reconstruído quanto uma carta de um padre jesuíta do século XVI ou uma etnografia de determinado grupo atual. Da perspectiva adotada neste trabalho, a etno-história é antes uma metodologia do que uma disciplina autônoma, de maneira que seu produto pode ser tanto uma etnografia histórica quanto uma narrativa histórica[246]. Este estudo filia-se à concepção de TRIGGER (1982: 9), quando ressalta a não-autonomia da disciplina, que combina métodos próprios da história, da antropologia e da arqueologia. Não se endossa aqui, no entanto, o entendimento de TRIGGER (1986: 261) de que o interesse do etno-historiador estaria confinado ao período histórico, ou seja nos processos de mudança causados pelo contato entre indígenas e europeus, relegando o estudo da pré-história à arqueologia e à linguística histórica.

Este estudo parte do pressuposto de que a história faz-se de mudanças, mas também de continuidades, e de que há múltiplos tempos na história: o tempo cronológico linear, informado por concepções europeias de uma filosofia da história, ao lado de outras temporalidades, cíclicas ou não, de durações variáveis. Entende, ainda, que, à luz da necessidade de apreender as "percepções e motivações dos povos nativos envolvidos" (TRIGGER, 1986: 261) no processo histórico analisado, não se pode aceitar a divisão arbitrária entre pré-história e história. Se a história canônica da América começa há quinhentos anos, com a conquista, a história da América indígena estende-se por dezenas de milhares de anos. Nas palavras de Manuela CARNEIRO DA CUNHA (1998[1992]: 11), "na realidade, a história está onipresente", e a chegada dos europeus não marca o início da história, mas apenas o momento em que ocorreu a conexão entre "dois mundos em um [único] sistema: o sistema global em que agora habitamos todos juntos" (WOLF, 1996: 2604).

No âmbito desta pesquisa, não se adota a visão mais restritiva da etno-história, que considera o termo como cognato das etnociências, validando somente estudos que descrevem a

---

[245] De acordo com a definição do Dicionário Aulete Digital, "documento: s.m. 1 – qualquer produto de uma sociedade considerado como testemunho de uma época. (...) 4 – qualquer objeto que tenha valor documental (desenhos, escritos, gravações, filmes, etc.) que sirvam para comprovar algum acontecimento, fato, algo que foi dito etc." (CALDAS AULETE [s.d.]).

[246] Aproveitando-me da reabilitação do termo 'narrativa histórica' no campo da história, utilizo-o aqui sem, no entanto, filiar-me à escola factual, faço-o na medida em que entendo todo texto histórico como narrativo, não pela crença ingênua e acrítica nos fatos, mas pelo caráter necessariamente literário do empreendimento histórico: "tenho plena consciência de que nunca escrevi outra coisa a não ser ficções (...) não pretendo chegar ao ponto de afirmar que as ficções estão além da verdade [*hors verité*]. Parece-me ser possível produzir uma obra de ficção dentro da verdade" (Michel FOUCAULT *apud* HUNT, 1995: 11).

percepção nativa de história ou historiografia (KRECH, 1991: 365). Esse tipo de abordagem é aqui considerado apenas como um dos gêneros etno-históricos possíveis, produto de pesquisas em antropologia histórica que fazem uso de métodos etno-históricos, as quais têm sido desenvolvidas eminentemente por etnólogos na forma de etnografia histórica. A aceitação dessa definição reducionista levantaria problemas metodológicos para este trabalho e poderia colocar em questão o próprio termo 'etnolinguística'[247], que é aqui utilizado como sinônimo de linguística antropológica, campo devotado ao estudo linguístico com foco na descrição e documentação de línguas indígenas, mas que não se propõe a representar a visão nativa de sua própria língua. Embora a perspectiva adotada possa ir de encontro à concepção corrente da etnologia brasileira com respeito à etno-história, conforme mencionado anteriormente, seu uso aqui também pode ser explicado, em certa medida, pela própria síntese proposta neste estudo, que parte da linguística (pré-)histórica em direção à (pré-)história, campo em que a "autoconcepção da história forjada pelas diferentes sociedades indígenas" (VIVEIROS DE CASTRO & CARNEIRO DA CUNHA, 1993) é impossível de ser investigada.

Nesse sentido, o paralelo que este trabalho traça entre 'etnolinguística' e 'etno-história' limita-se ao uso qualificado de linguística e história, que são as áreas em que efetivamente se desenvolvem os capítulos referentes a cada seção, e faz alusão ao objeto da pesquisa, qual seja, aquilo que se mantém constante ao transpor as pontes que ligam uma ciência à outra: a(s) comunidade(s) linguística(s). Note-se que comunidade linguística, no presente contexto, não é sinônimo de grupo étnico, embora os dois conceitos estejam intimamente relacionados. Por um lado, o componente de dinamicidade presente em conceitos como etnia, etnicidade e grupo étnico, entendidos a partir de uma perspectiva relacional desde os estudos de BARTH (1976[1969]), impõe-se de forma categórica, o que inviabiliza seu uso nesta pesquisa, tendo em vista a impossibilidade de retraçar as categorias de adscrição e identificação – ou mesmo os limites – de grupos extintos. De outra parte, é sabido que a composição de uma comunidade de língua é tão fluida quanto sua definição enquanto conceito linguístico, assim como não se pode precisar o papel que desempenha na constituição dos povos descendentes. Em vista disso, toma-

[247] Vale registrar que existe, no contexto de estudos sociolinguísticos, outra vertente também chamada por vezes de etnolinguística, cujo foco principal é a interação entre linguagem e prática social, o que, segundo Dell Hymes, é chamado de etnografia da comunicação. Tal acepção é sinônima de antropologia linguística, campo que se dedica ao estudo da antropologia com métodos linguísticos, investigando identidades sociais, ideologias e construção e uso social de narrativas em línguas dominantes.

se, neste estudo, comunidade de língua como referência a uma entidade social, que pode apresentar variações de grau e extensão, seguindo-se o conselho de ROSS (1997: 214) no sentido de "*to stop attempting to define 'speech community' linguistically*". Consciente de que a cultura configura-se antes como resultado do que como característica primária e formadora de um grupo étnico (cf. BARTH, 1976[1969]: 4), renuncia-se, aqui, a qualquer pretensão antropológica, e adota-se uma noção de etnia muito próxima à do senso comum, focalizando naquilo que lhe é externo e muito frequentemente usado como marca diacrítica: a protolíngua comum.

A ideia de permanência da(s) comunidade(s) no tempo apoia-se, portanto, em noções como origem comum, ancestralidade e herança cultural, uma vez que a própria língua – ponto de partida deste empreendimento – esfacela-se em dezenas de línguas no presente. Esse posicionamento, contudo, faz sobressaírem as incongruências que permeiam a etno-história, que já foi considerada por alguns como história escrita de forma "polissilábica" (cf. TRIGGER, 1982), o que leva a concordar com KRECH (1991: 365) quando afirma que "tanto história antropológica quanto antropologia histórica são bons substitutos para etno-história, sem estigmas ou falta de lógica".

Este estudo fundamenta-se, ademais, no pressuposto de que as mais variadas disciplinas – história, antropologia, linguística, arqueologia, etc. – podem fazer uso de métodos etno-históricos em suas pesquisas históricas. As sínteses serão as mais variadas possíveis e os resultados serão igualmente diferenciados, em função da abordagem privilegiada, configurando diversas histórias possíveis ou, em outros termos, uma história no plural. O objetivo final de uma pesquisa desse tipo é a compreensão da história humana em sua complexidade. O conceito de história humana, aqui adotado, abarca, a um só tempo, todas as dimensões históricas – pré-história, proto-história e história – como parte do mesmo registro histórico.

5.2 – SÍNTESES POSSÍVEIS

5.2.1 – *A HISTÓRIA E SUAS FRONTEIRAS*

> *En la historia de las ideas suele haber un movimiento circular, un regreso con perspectivas novedosas a cuestiones examinadas con anterioridad, olvidadas o momentáneamente resueltas, que después se vuelven a plantear en el intento de solucionar dilemas contemporáneos inabordables. Sin embargo, es más apropiado imaginar esa historia como una espiral y no como un círculo. El conocimiento no es mera repetición, sino que es acumulativo* (MARCUS & FISCHER, 2000: 30).

Em 1929, Lucien Febvre e Marc Bloch, questionam veementemente a centralidade do evento no fazer historiográfico e voltam-se para a história anônima e abstrata já pensada por Auguste Comte[248] (FOGELSON, 1989: 135). Nesse empreendimento, buscam inspiração na escola sociológica francesa de Émile Durkheim, que sustentava que:

> *a história só pode ser considerada uma ciência desde que se eleve acima do individual – e é verdade que, então, deixa de ser ela mesma para tornar-se um ramo da sociologia* (DURKHEIM[249], 1903 apud DOSSE, 1994: 26).

Com a fundação da revista dos *Annales*, o projeto dos dois historiadores de acabar com as divisões entre disciplinas e afirmar a união das ciências humanas aconteceria, no entanto, por meio da própria disciplina histórica. A partir do que veio a chamar-se de *sociological turn* da história, estabeleceram-se as bases do movimento que Jacques Le Goff chamaria, posteriormente, de *nouvelle histoire* (LE GOFF, 1995). Dessa forma, longe de uma ciência que segue métodos estritamente definidos dentro do domínio do visível, do dado, do documento, sem buscar relações de causalidade, e ancorada no estreito território dos fatos políticos – visão historicista da escola metódica[250] –, os questionamentos do presente passaram a orientar o trabalho do historiador (DOSSE, 1994: 40).

---

[248] TEGGART (1941 *apud* FOGELSON, 1989: 135), resume a visão histórica de Comte nos seguintes termos: "*history, in order to be scientific, must be abstract; in order to pass from the concrete to the abstract state it must be cleared of all particular circumstances, and ideally, even of the names of men and of peoples*" [TEGGART, Frederick J. 1941. *Theory and Process of History*. Berkeley/ Los Angeles: University of California Press].

[249] DURKHEIM, Émile. 1903. *L'Année Sociologique*, 6: 124-125.

[250] Grupo de historiadores da segunda metade do século XIX que se reúnem em torno da *Revue Historique*, lançada por Gabriel Monod, em 1876. Essa escola, também chamada de 'positivista', pretende fundar uma ciência positiva

Com essa mudança de perspectiva, novas perguntas impõem-se, o campo da história amplia-se e o interesse do historiador volta-se para outros horizontes: a natureza, a paisagem, a população, a demografia, as trocas, os costumes, etc. Assim "*se constitue une anthropologie matérielle et se définit le concept de la matérialité historique*" (BARRET-KRIEGEL, 1973 : 1446). Ao rejeitar o evento em favor da materialidade histórica – em outras palavras, ao trocar o político pelo econômico – a primeira geração dos *Annales* abre espaço para o tempo da longa duração, que é o que melhor corresponde ao ritmo da evolução da materialidade histórica. Segundo DOSSE (1994: 54), este último conceito assume posição central naquele momento e acarreta a ampliação das fontes do historiador para além dos documentos escritos. É nas outras ciências humanas que o pesquisador encontrará novas fontes, aprenderá novos métodos e integrará novos conceitos. É assim que a história multidisciplinar dos *Annales* incluirá a demografia, a geografia, a estatística, a linguística, a psicologia, a arqueologia, a sociologia e a economia.

Talvez a principal ruptura introduzida pelos *Annales* tenha sido, no entanto, a ideia desenvolvida por Fernand Braudel de que o tempo histórico avança em diferentes velocidades. Em sua obra monumental *O Mediterrâneo*, publicada em 1949, o autor decompõe a história em planos sobrepostos com tempos distintos: o tempo geográfico – história quase imóvel do homem na sua relação com o meio que o rodeia; o tempo social – história dos grupos e agrupamentos caracterizada por um ritmo lento; e o tempo individual – história tradicional dos eventos, que não está no nível do homem, mas do indivíduo (BRAUDEL, 1983: 25). Posteriormente, em artigo-manifesto, BRAUDEL (1958) substituiu a "história quase imóvel" pela "*longue durée*", introduzindo, assim, o conceito da longa duração, que será crucial para o desenvolvimento das diversas vertentes históricas que derivaram da criação dos *Annales*, ainda que o próprio autor tenha sido avesso a vários desses desenvolvimentos e tenha priorizado energicamente a história econômica. Além disso, Braudel introduziu o estruturalismo de Lévi-Strauss em sua teoria histórica, relacionando a longa duração com a estrutura:

> *Par structure, les observateurs du social entendent une organisation, une cohérence, des rapports assez fixes entre réalités et masses sociales. Pour nous, historiens, une structure est sans doute assamblage, architecture, mais plus encore une réalité que le temps use mal et véhicule très longuement.*

---

em oposição ao subjetivismo; estabelece métodos rígidos e, em especial, a crítica interna das fontes, afastando-se de toda teoria filosófica. O livro *Introdução aos Estudos Históricos*, de Charles Langlois e Charles Seignobos, de 1898, manual para estudantes de história, configura-se como o texto-manifesto da escola metódica e estabelece: "a história nada mais é do que o trabalho dos documentos".

> *Certaines structures, à vivre longtemps, deviennent des éléments stables d'une infinité des générations: elles encombrent l'histoire, en gênent, donc en commandent l'écoulement* (BRAUDEL, 1958 : 731).

Ao empreender esse movimento, Braudel privilegiou os invariantes e tornou ilusória a noção de evento, reverteu o tempo linear e, como o estruturalismo de Lévi-Strauss, colocou em seu lugar um tempo em que passado, presente e futuro já não se distinguem e reproduzem-se sem descontinuidade (DOSSE, 1994: 120). Garantiu, assim, à história, o papel de articuladora das ciências humanas e o lugar, por excelência, da longa duração. Entretanto, para garantir a vitória da história sobre a antropologia na arena onde as ciências sociais disputavam lugar, objeto, espaço e limites, a história tornar-se-ia, com o tempo, antropológica.

Outro conceito importante, introduzido pela primeira geração dos *Annales* e que seria mais tarde retomado no âmbito da história das mentalidades, foi o de "*outillage mental*", termo traduzido seja por 'utensilagem/aparelhagem mental', seja por 'instrumental intelectual'. Tal conceito, lançado por Lucien Febvre nos anos 1930, esteve na origem da psicologia histórica e inaugurou o estudo das sensibilidades e da vida afetiva. A obra pioneira da história das mentalidades é, contudo, anterior à revista e ao próprio conceito: *Os Reis Taumaturgos* de Marc Bloch[251], publicado em 1924, descrito pelo autor como história das representações coletivas – termo emprestado de Durkheim – ou das representações mentais (BURKE, 1991: 132). Crucial, no entanto, para a concepção da história das mentalidades pela terceira geração de 'analistas', a partir do final dos anos 1960, foi o conceito da longa duração braudeliana: "*les cadres mentaux, aussi, sont prisons de la longue durée*" (BRAUDEL, 1958: 731). Assim, as mentalidades foram concebidas pelos 'analistas' como "estruturas de crenças e comportamentos que mudam muito lentamente, tendendo, por vezes, à inércia e à estagnação" (VAINFAS, 1997: 134). O que distingue a história das mentalidades das demais, segundo GINZBURG (1987: 31), são "as sobrevivências, os arcaísmos, a afetividade, a irracionalidade, que delimitam seu campo específico".

O desenvolvimento de uma história alternativa, mais abrangente do que a dos acontecimentos políticos, não ocorreu apenas na França e tem, em realidade, uma ancestralidade

[251] BLOCH, Marc. 1924. *Les Rois Thaumaturges*. Paris: Gallimard. [1993. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Cia. das Letras.]

bastante longa (BURKE, 1992:19). Em 1860, o historiador suíço Jacob Burckhardt[252] publicou estudo sobre a renascença italiana que se concentrava na história cultural e descrevia mais tendências do que acontecimentos (*idem*: 18). Com efeito, a história cultural não é uma descoberta do século XX, e tem suas raízes na *Kulturgeschichte* praticada na Alemanha há mais de 200 anos. No final do século XVIII, também na Alemanha, desenvolveu-se, ainda, o interesse pelo estudo da "cultura popular", ficando, no entanto, essa perspectiva histórica a cargo de folcloristas e antropólogos até a década de 1960, quando historiadores passaram a interessar-se pelos excluídos, as pessoas comuns que haviam sido deixadas de lado pela história tradicional, assim como pelo enfoque cultural que a história política e depois econômica havia negligenciado. Foi então que a cultura popular passou a ser objeto de uma "história vista de baixo", o que representou uma convergência entre as pesquisas realizadas na França e nos países de língua inglesa, para não mencionar a Itália, que tem em Carlo Ginzburg um dos principais expoentes dessa prática histórica.

Também nos Estados Unidos desenvolveu-se, desde princípios do século XX, movimento chamado *The New History*, encabeçado por James Harvey Robinson, que argumentava que a história deveria servir como instrumento para resolver problemas contemporâneos, concentrar-se na vida do homem comum e unir-se às demais ciências sociais. Robinson publicou, em 1912, coletânea de ensaios[253], que reuniu suas ideias e manteve-se como a obra mais representativa do movimento, que apregoava a apropriação pela nova história de todas as descobertas feitas "por antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos" (BURKE, 1992: 18). Embora a *new history* não tenha sido muito frutífera, serviu para disseminar cursos de "civilização", mais do que cultura, que perduraram nas universidades norte-americanas até meados do século XX. Do mesmo modo, assentou raízes que propiciaram a acolhida entusiástica da *nouvelle histoire* quando essa se tornou um movimento reconhecido mundialmente, nos anos 1970 e 1980, envolvendo historiadores desde o Japão e a Índia até as Américas.

---

[252] BURCKHARDT, Jacob. 1860. *Die Kultur der Renaissance in Italien*. Wien: Phaidon-Verlag. [1991. *A Cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Cia. das Letras.]

[253] ROBINSON, James H. 1912. *The New History: essays illustrating the modern historical outlook.* New York: Macmillan.

Observe-se que não apenas historiadores contribuíram para a consolidação da história cultural, mas também sociólogos, como Max Weber[254], que buscou explicações culturais para fenômenos econômicos, ou Norbert Elias[255] que, em obra dedicada à sociedade de corte e o surgimento da etiqueta, estudou os modos à mesa para mostrar o desenvolvimento gradual do controle sobre as emoções na Europa moderna. O trabalho de Elias apoia-se em obra clássica da história cultural, *O Outono da Idade Média*, do historiador holandês Johan Huizinga[256], que se dedicou a retratar padrões de cultura, ou seja, descrever os pensamentos e sentimentos, costumes e religiosidades de uma época e a forma como eram incorporados na literatura e na arte (BURKE, 2008: 19-20). De grande influência na história cultural alemã foi Aby Warburg[257], autor não acadêmico que escreveu uma série de ensaios sobre o Renascimento italiano, evitando o que chamava de "polícia de fronteira" nos limites entre as disciplinas. A importância de Warburg, além de seus ensaios e de suas técnicas inovadoras, que incluíam o uso da iconografia como fonte histórica, deriva da criação de grupo de pesquisadores que reuniu em torno de sua biblioteca em Hamburg, que viria a tornar-se o Instituto Warburg, entre os quais se contavam filósofos e historiadores da arte (BURKE, 2008: 23).

Nos países de língua inglesa, tradições historiográficas distintas também se firmavam, ainda que nem sempre no âmbito dos departamentos de história. Na Grã-Bretanha dos anos 1930, surgiu uma história intelectual e cultural a partir da literatura, representada pelo livro de Basil Willey[258], de 1934, que reunia estudos sobre o "pensamento" dos seiscentos, concebido como panorama geral para a literatura. Também representativo foi o livro de George Young[259], amador das artes e da história, que retratou, em 1936, a era vitoriana. Para além da história das ideias, é interessante ressaltar que uma das poucas obras explicitamente de história cultural publicadas na

---

[254] WEBER, Max. 1904-1905. Die Protestantische Ethik und der Geist der Kapitalismus. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1: 1-54; 2: 1-110. [2004. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras.]

[255] ELIAS, Norbert. 1939. *Über den Prozess der Zivilisation. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen.* 2 vols. Basel: Haus zum Falken. [1994-1995. *O Processo Civilizador*. 2 vols. Rio de Janeiro: Zahar.]

[256] HUIZINGA, Johan. 1919. *Herfsttij der Middeleeuwen*. Hilversum: Van Gelderen. [2010. *O Outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify.]

[257] WARBURG, Aby M. 1932. *Gesammelte Schriften. Die Erneuerung der heidnischen Antike. Kulturwissenschaftliche Beiträge zur Geschichte der europäischen Renaissance*, Leipzig: B.G. Teubner Verlag. [1999. *The renewal of pagan antiquity: contributions to the cultural history of the European Renaissance*. Los Angeles: Getty Research Institute for the History of Art and the Humanities.] [2007. *El renacimiento del paganismo: Aportaciones a La Historia Cultural del Renacimiento Europeo*. Madrid: Alianza Editorial.]

[258] WILLEY, Basil. 1934. *The Seventeenth-Century Background, the thought of the age in relation to religion and poetry.* London: Chatto & Windus.

[259] YOUNG, George M. 1936. *Victorian England: portrait of an age.* London: Oxford University Press.

Grã-Bretanha, na primeira metade do século XX, foi a obra monumental de um bioquímico, Joseph Needham[260] (BURKE, 2008: 25-26). O projeto de Needham, elaborado na década de 1930, teve o primeiro volume de uma série de sete publicado somente em 1954. A coleção, que foi realizada com o apoio de colaboradores internacionais, continuou a ser publicada mesmo após a morte de seu idealizador, em 1995, sob orientação do *Needham Research Institute*. Constata-se, assim, que o alargamento das fronteiras da história foi também impulsionado por pesquisadores de outras formações – ou sem formação acadêmica – que propiciaram sínteses diferentes a partir de instrumentais teóricos diversos, tendo sempre a história como objetivo final.

Quando Edward Thompson, em 1963, no prefácio de uma das principais obras de história inglesa, afirmou que estava "procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual 'obsoleto' (...) da enorme condescendência da posteridade" (THOMPSON[261], 1963 *apud* SHARPE, 1992: 41), assentavam-se as bases do que ele mesmo veio a chamar mais tarde de "*history from below*"[262]. A história vista desse novo ângulo, conforme proposta de Thompson, não se limitava apenas a problematizar a reconstrução da experiência de um grupo de pessoas 'comuns' – pois "eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não" –, mas considerava também "a necessidade de tentar compreender o povo no passado, distante no tempo, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência" (SHARPE, 1992: 42).

O italiano Carlo Ginzburg, ao discutir os problemas metodológicos e conceituais da reconstrução da cultura de classes populares, afirma que somente por meio do conceito antropológico de "cultura primitiva" é que foi possível reconhecer que "aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como 'camadas inferiores dos povos civilizados' possuíam cultura" (GINZBURG, 1987: 17). Ao contrário dos antropólogos, contudo, os historiadores têm a desvantagem de que a cultura das classes subalternas sempre foi – e ainda é – predominantemente oral, o que levanta o problema de como abordar a "cultura produzida pelas classes populares" do passado (*idem, ibidem*). Essa micro-história – versão italiana da história das mentalidades praticada pelos franceses – apoiou-se na prospecção da cultura material, impondo-a sobre os outros níveis da sociedade. Como lembra DOSSE (1994: 175), para Ginzburg,

[260] NEEDHAM, Joseph. 1954. *Science and Civilization in China.* Vol 1: Introductory Orientations. London: Cambridge University Press.
[261] THOMPSON, Edward. 1963. *The Making of the English Working Class*. London: Victor Gollancz.
[262] THOMPSON, Edward. 1966. The History from Below. *The Times Literary Supplement*, 7/4/1966, p. 279-280.

“a micro-história é a ciência do vivido”, estando circunscrita, portanto, “ao domínio da etno-história” (*idem, ibidem*). Em termos metodológicos, segundo explica BENATTE (2007: 4), os registros históricos são, assim, equiparados ao trabalho de campo antropológico, e é a partir deles que se realiza amplo inventário etno-histórico do *modus vivendi* da aldeia, do herege, das bruxas, etc.

A maior expressão dessa história etnográfica foi encarnada pelo francês Emmanuel Le Roy Ladurie[263] – historiador da terceira geração dos *Annales* –, cujo *Montaillou*, de 1975, permanece como marco da história das mentalidades, transformando-se mesmo em *best seller*. Também nesta obra emblemática foi a ancoragem da historiografia no campo etnológico que permitiu a descrição analítica minuciosa e a interpretação do universo sociocultural de uma pequena aldeia isolada do passado (BENATTE, 2007: 3). O estudo pretendia ser uma “monografia de aldeia” e, de fato, a inspiração etnográfica foi determinante da metodologia: “a vida cotidiana do povoado, no plano das realidades materiais e das representações coletivas, é esquadrinhada de alto a baixo como uma verdadeira sociedade tribal” (BENATTE, 2007: 6). A escrita passou a assumir a forma de uma descrição mais próxima da descrição densa da antropologia interpretativa do que da narrativa histórica clássica, já que é primordialmente não-factual. A investida etnográfica da história – o chamado *cultural turn* – caracterizou-se pela transposição dos limites artificiais impostos às disciplinas e pela determinação de fazer com que as pessoas comuns falassem sobre sua própria experiência e concepção do mundo – o que os antropólogos chamam “ponto de vista nativo” –, tratando o passado como se fosse um país estrangeiro (BENATTE, 2007: 7). É nessa mesma perspectiva que se inscreve a disposição de Robert DARNTON (1984: 3) de “desvelar a cosmologia” de pessoas comuns do passado:

> *This book investigates the ways of thinking in 18th century France. It attempts to show not merely what people thought but how they thought – how they construed the world, invested it with meaning, and infused it with emotion. Instead of following the high road of intellectual history, the inquiry leads into the unmapped territory known in France as* l’histoire des mentalités. *This genre has not received a name in English, but it might simply be called cultural history; for it treats our own civilization in the same way that anthropologists study alien cultures. It is history in the ethnographic grain. (...) Where the historian of ideas traces the filiation of formal thought from philosopher to philosopher, the ethnographic historian studies the way ordinary people made sense of the world* (DARNTON, 1984: 3).

[263] LE ROY LADURIE, Emmanuel. 1975. *Montaillou, village occitan, de 1294 a 1324*. Paris: Gallimard.

Em suma, como destaca LE GOFF[264] (1980 *apud* FERREIRA NETO, 1997: 326), "a contribuição imediata que a etnologia traz para a história é, sem dúvida, a promoção da civilização (cultura) material", que incorpora técnicas, alimentos, vestuário, etc. ao *corpus* documental do historiador, abordagem que abre caminho para a arqueologia e a iconografia, incorpora o estudo das festas, mitos, símbolos, e valoriza a historiografia não-escrita, os usos e os costumes, assim como as tradições orais. Passo derradeiro que permite cruzar a fronteira para a pré-história.

5.2.2 – *AS VOZES DA PRÉ-HISTÓRIA*[265]

A crônica completa do desenvolvimento humano, diz TRIGGER (1973: 4), implica a complementaridade entre a história e a pré-história. Esta última, no entanto, por localizar-se além dos confins da história (escrita) e, portanto, fora do alcance dos registros documentais, termina por resumir-se aos registros não-intencionais. Para o estudo dos períodos mais antigos, segundo o mesmo autor, o pré-historiador somente tem à disposição evidências arqueológicas e de antropologia física, cujas tipologias distribuídas em sequências estratigráficas podem ser correlacionadas com as sequências geológicas e paleontológicas. No caso de períodos mais recentes, no entanto, o pré-historiador pode recorrer a evidências linguísticas e etnológicas, além dos diversos tipos de textos da tradição oral, tais como lendas, mitos, relatos históricos e memórias. Não é difícil, portanto, entender o caráter primordialmente multidisciplinar da arqueologia, que trata de dar voz aos dados e vestígios, conferindo um discurso à pré-história. Restrita à cultura material – ela mesma produto cultural –, a arqueologia pode terminar confinada à descrição desses monumentos/artefatos e a interpretações de natureza exclusivamente tecnológica, como, de fato, aconteceu a partir do pós-guerra na arqueologia norte-americana, que teve influência marcante no desenvolvimento da disciplina no Brasil. Outra abordagem possível, contudo, é aquela que entende que o anonimato incontornável da pré-história pode ser proveitoso

[264] LE GOFF, Jacques. 1980. Para uma Antropologia Histórica. In: *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente.* Lisboa: Estampa.

[265] CORRÊA-DA-SILVA & CARVALHO (2009), a pesquisa relativa à integração linguística/genética consta de artigo inédito desenvolvido em conjunto com Fernando Órphão de Carvalho e apresentado no GT de Línguas Indígenas no VI Congresso Internacional da ABRALIN, em 2009, com o título "Para entender a pré-história Tupí: em busca de uma correlação entre genética e linguística".

para a escrita da história, uma vez que possibilita revelar o "conteúdo impessoal de seu pensamento, (...) o que César e o último soldado de suas legiões (...) têm em comum" (LE GOFF, 1976).

Para além do uso da metodologia etno-histórica, discutida anteriormente, a reconstrução histórica por meio da correlação de dados linguísticos e arqueológicos possui longo percurso, sobretudo nos estudos indo-europeístas, com a atribuição de tradições arqueológicas a línguas ou famílias linguísticas específicas (EHRET, 1976: 5). Visto que as mudanças linguísticas são, em grande medida, condicionadas pelas circunstâncias sócio-históricas de seus falantes, inferências diversas podem ser feitas a partir das informações linguísticas:

i. existência histórica da comunidade falante de uma protolíngua;

ii. reconstrução da cultura a partir do léxico;

iii. localização da comunidade ancestral com base no léxico; e

iv. localização da comunidade ancestral com base em evidências distribucionais.

Os três primeiros tipos de inferências a partir de dados linguísticos foram utilizados principalmente nos estudos indo-europeístas, ao passo que o último foi empregado, sobretudo, nos estudos de línguas indígenas americanas. Segundo EHRET (1976: 9-14), outras inferências mais complexas são feitas no caso do estudo das línguas africanas:

v. mudanças na categorização semântica como indícios de mudança cultural (evidência que, junto com a reconstrução interna, pode sugerir mudanças internas significativas, indicadas por ambiguidades e sobreposições semânticas em taxonomias);

vi. identificação de cadeias de dialetos.

Também é possível fazer inferências históricas a partir da identificação de empréstimos linguísticos e do tipo de empréstimo:

vii. identificação de situações de contato interétnico;

viii. localização de comunidades a partir da determinação de situações de contato interétnico;

ix. identificação de línguas extintas pelo estudo de empréstimos remanescentes;

x. identificação do tipo e da natureza do contato interétnico a partir não apenas da frequência de empréstimos, mas, sobretudo, do tipo de empréstimo[266];

xi. identificação de conteúdo específico de interferência cultural;

xii. identificação de difusão de ideias e coisas.

xiii. estabelecimento de uma cronologia relativa das mudanças linguísticas e, quando possível, uma cronologia relativa dos acontecimentos históricos correlatos.

Em outras regiões, sobretudo na Rússia, desenvolveu-se metodologia multidisciplinar para solucionar problemas de etnogênese, entendida no contexto russo como resultado de processo de contato interétnico e intercultural (SHNIRELMAN, 1997: 158). Estabeleceu-se, com o tempo, consenso de que os estudos de etnogênese deveriam basear-se em metodologia multidisciplinar que englobasse a arqueologia, a paleoantropologia e a linguística (pré-)histórica, o que resultou no desenvolvimento da *linguoarchaeology*, a partir dos anos 1980, cujo intuito principal é "melhorar os procedimentos metodológicos na coordenação de dados linguísticos e arqueológicos" (*idem*: 159).

Evidentemente, há limitações nas possíveis correlações entre dados arqueológicos e linguísticos, uma vez que a reconstrução linguística normalmente atinge termos genéricos, em especial no que diz respeito à fauna e à flora, além de defasagens, por exemplo, em relação a termos relacionados à agricultura, que não podem indicar o estágio de desenvolvimento ou o tipo de uso do solo. Por outro lado, SHNIRELMAN (1997: 163) ressalta a importância de ter clareza quanto ao fato de que o tipo de entidade "linguocultural" que se pode reconstruir a partir da correlação de dados linguísticos e arqueológicos é uma comunidade e não um grupo étnico, visto que, embora partilhando língua e cultura comuns, as protocomunidades:

> *Never identified themselves with one another, and never perceived themselves as a common body, at least in operational terms. Their composition was fluid and played a variety of roles in the formation of later peoples* (SHNIRELMAN, 1997: 164).

Ainda de acordo com o autor (*idem*: 160-161), os objetivos da metodologia russa são:

i. localizar o centro de origem de uma entidade linguística no tempo e no espaço;

[266] Para uma apreciação das implicações históricas da mudança linguística induzida pelo contato, ver THOMASON & KAUFMANN (1991[1988]); uma escala de empréstimo que indica a relação frequência/tipo de empréstimo é apresentada nas páginas 74-75.

ii. descrever aspectos socioculturais da forma mais completa possível;

iii. estudar as relações culturais externas, a fim de localizar entidades linguísticas adjacentes;

iv. discutir questões relacionadas à desintegração da entidade linguística em estudo (causa e efeito, tempo e espaço, rotas de migração, etc.).

O relacionamento entre linguística e arqueologia não tem sido sempre pacífico, inclusive por motivos sociais e políticos que não cabe aprofundar aqui, o que em parte explica o fato de que a reconstrução da pré-história a partir de dados linguísticos tem sido ocupação marginal entre os linguistas (CORRÊA-DA-SILVA, 2006: 204). É verdade também que o próprio desenvolvimento interno da arqueologia dificultou, em certa medida, a interação das duas disciplinas, além de ter prejudicado o uso de metodologia etno-histórica, sobretudo no que diz respeito às Américas, em decorrência da predominância da arqueologia processualista[267]:

> *Yet there is little general awareness of the value of combining the study of archaeology data with that of historical linguistics, oral traditions, historical ethnography and historical records although it is clear that many archaeological problems can be resolved in this way (...) the resistance seems to come from the view, widely held by processual archaeologists, that their discipline must be based as exclusively as possible on the study of material culture* (TRIGGER, 1989: 356).

Além dos usos diferenciados nos estudos africanistas e do desenvolvimento metodológico russo, é a região do Pacífico que tem demonstrado, mais recentemente, as possibilidades e vantagens de combinar abordagens linguísticas e arqueológicas em estudos amplamente multidisciplinares, como demonstram os quatro volumes da coleção *Archaeology and Language*[268]. Apesar de algumas dificuldades comparativas na correlação de dados de disciplinas distintas e das críticas que a síntese linguística/arqueologia recebeu em seu desenvolvimento inicial, sobretudo em decorrência da frequência de processos de mudança de língua, a Oceania permanece, segundo BLENCH (1997: 14), como o grande laboratório das novas sínteses, visto que

[267] Ver Capítulo I, nota 29.

[268] BLENCH, Roger & SPRIGGS, Matthew (eds.). 1997. *Archaeology and Language I: theoretical and methodological orientations.* One World Archaeology, 27. London: Routledge. / ___. 1998. *Archaeology and Language II: archaeological data and linguistic hypothesis*. One World Archaeology, 29. London: Routledge. / ___. 1999. *Archaeology and Language III: artefacts, languages and texts*. One World Archaeology, 34. London: Routledge. / ___. 1999. *Archaeology and Language IV: language change and cultural transformation*. One World Archaeology, 35. London: Routledge.

ali ocorreu a expansão de populações para territórios desabitados, o que permitiria um melhor controle dos parâmetros de movimento e contato populacional.

Dentre os desdobramentos mais recentes da reconstrução multidisciplinar na pré-história, ressalte-se a introdução da genética, em especial da análise do mtDNA, aclamada como a "nova síntese" (BLENCH, 1997: 13). É preciso, contudo, entender os possíveis significados de uma correlação entre os agrupamentos linguísticos e genéticos. NETTLE & HARRISS (2003: 332) consideram duas possíveis interpretações: (i) as afiliações genéticas e linguísticas seriam reflexos diferentes dos mesmos eventos sócio-históricos; ou (ii) as afiliações genéticas e linguísticas evoluem separadamente, mas são condicionadas pelos mesmos fatores, sendo a geografia o principal deles. A colonização da América seria um exemplo da primeira interpretação, em que se considera uma correlação profunda entre a evolução linguística e a genética, o que colocaria o Brasil no mesmo contexto 'laboratorial' reivindicado para a Oceania. Dessa perspectiva, os grupos fundadores teriam migrado para uma nova região desabitada onde teria tido lugar tanto a reprodução biológica quanto a linguística. Também seria possível entender movimentos de dispersão demográfica, assumindo uma forte ligação entre transmissão linguística e genética.

A segunda interpretação baseia-se no pressuposto de que a cisão de uma comunidade, com consequente isolamento e perda de comunicação e intercâmbio migratório, acarreta mudanças linguísticas e genéticas não-coincidentes nas novas comunidades, gerando inevitável diferenciação tanto na língua quanto no estoque genético. Note-se, contudo, que a geografia é um fator importante para os dois modelos, já que ambos estão sujeitos aos efeitos do isolamento e da distância. Entretanto ao interpretar de forma mais fluida as relações entre inovações linguísticas e mutações genéticas, admite-se que elas podem ser causadas em diferentes momentos e por eventos históricos distintos (CORRÊA-DA-SILVA & CARVALHO, 2009: 2).

Independentemente de considerar-se uma correlação forte ou fraca entre linguística e genética, a hipótese fundamental, de acordo com CAVALLI-SFORZA (1997: 7723), é que o maior ou menor grau de diferenciação, i. é, a distância linguística e/ou genética, é uma função do tempo decorrido entre o início do processo de diferenciação e o momento da observação e possui correlação com a distância geográfica. Assume-se, portanto, que os processos de diferenciação, tanto os linguísticos como os genéticos, sejam um reflexo da sequência de eventos históricos ocorridos e estejam refletidos em alguma medida na geografia.

Em geral, a busca por coincidências entre as informações geográficas, linguísticas e genéticas envolve a comparação e a procura de associações entre matrizes que têm como entradas valores de distâncias, para os três domínios, entre as populações sob análise (cf. CHEN, SOKAL & RUHLEN, 1995). À exceção dos valores menos problemáticos de distâncias geográficas, diversas considerações a respeito das distâncias genéticas e linguísticas são cruciais para a interpretação de estudos desta natureza. Ambas as ciências baseiam seus modelos de diferenciação em cisões e desmembramentos de populações e fazem uso de representações arbóreas, desconsiderando, contudo, os casos de convergência linguística, como as mudanças induzidas por contato. Como lembra DIXON[269] (1997 *apud* NETTLE & HARRISS, 2003), as línguas são mais sujeitas à influência areal.

Por outro lado, é importante ressaltar que nem a linguística nem a genética, ao contrário da arqueologia, possuem métodos de datação absoluta. As duas disciplinas empregam métodos indiretos que permitem estimar a data de desmembramento de populações, assumindo que a taxa de mudança é constante.

No que diz respeito à linguística, conforme discutido em capítulos anteriores, dois tipos de distâncias linguísticas são, em geral, utilizados: (i) porcentagem de cognatos compartilhados (léxico-estatística) e (ii) distâncias glotocronológicas. O primeiro visa a avaliar, em termos numéricos, a porcentagem de cognatos das línguas/famílias analisadas, com o fim de determinar a distância relativa de parentesco genético entre elas; o segundo é uma ferramenta para avaliar a taxa de mudança do vocabulário básico das línguas, assumindo que essa mudança seja constante e gradual em todas as línguas e culturas. A glotocronologia permite estimar a profundidade temporal de uma protolíngua, como datação relativa e hipótese de trabalho apenas, a partir do pressuposto de que existe correlação entre a porcentagem de cognatos no vocabulário básico e o tempo de diferenciação das línguas.

Quanto à genética, no estudo de polimorfismos[270] de DNA, usam-se estimativas das taxas de mutação (número de mudanças por unidade de tempo) de porções específicas do genoma e

[269] DIXON, R.W.M. (1997) *The Rise and Fall of Languages.* Cambridge (UK): Cambridge University Press.

[270] Polimorfismo refere-se à presença, em uma população, de mais de uma forma de um gene ou proteína. Os marcadores genéticos clássicos, como tipos sanguíneos e hemoglobinas, têm sido estudados intensamente em populações nativas americanas, ainda que não permitam traçar com segurança a origem e rotas migratórias ancestrais. O uso de marcadores polimórficos de linhagens cromossômicas, como o DNA mitocondrial e o

assume-se que tais taxas de mutação são constantes dentro das linhagens evolutivas sob estudo. Tais modelos dão origem aos chamados *relógios moleculares.*

Os resultados da pesquisa de NETTLE & HARRISS (2003) indicam que a correlação entre distâncias genéticas e parentesco linguístico é possível apenas em determinadas circunstâncias: é necessário que a dispersão dêmica/linguística seja recente e significativa e que o entrecruzamento posterior não seja importante ao ponto de apagar a assinatura genética. A noção de *dispersão dêmica* refere-se a um modelo particular de dispersão demográfica, característico de situações em que uma população fundadora encontra uma grande área não-habitada e recursos suficientes para promover um crescimento populacional significativo. É o modelo que mais claramente aproxima a situação evolucionária subjacente aos modelos arbóreos de dispersão, i. é, sucessivas cisões e relativo isolamento das linhagens resultantes (cf. HEWLETT, SILVESTRI & GUGLIELMINO, 2002; CAVALLI-SFORZA, MENOZZI & PIAZZA, 1993).

Devido à necessidade de controlar os parâmetros correlacionáveis e tendo em vista os problemas colocados pela genética, a busca de uma correlação entre genética e linguística somente é possível a partir de abordagem amplamente interdisciplinar. Se a linguística pré-histórica, apoiada na etnologia, na etno-história e na arqueologia, pode lançar uma luz sobre o emaranhado de dados genéticos, o contrário também é verdadeiro, visto que a genética pode ajudar a desvelar momentos obscuros da história das línguas e, consequentemente, de seus falantes.

5.2.3 – *HISTÓRIA E PRÉ-HISTÓRIA NAS TERRAS DO BRASIL*

No Brasil, a correlação entre dados linguísticos, arqueológicos e genéticos está ainda em sua infância, o que se deve, em certa medida, ao fato de que apenas mais recentemente tem-se a acumulação de dados linguísticos suficientes para permitir o desenvolvimento de estudos histórico-comparativos mais amplos. Ademais, também a pesquisa arqueológica é ainda limitada no país, em especial na região amazônica, que impõe constrangimentos à pesquisa e às escavações de grandes áreas, não existindo datações para diversas zonas já escavadas. Quanto

---

cromossomo Y humano, enseja análise mais detalhada dos movimentos migratórios que originaram as populações americanas atuais (cf. SANTOS, 2008).

aos estudos genéticos, apesar do grande impulso a partir da década de 1980[271], com a inclusão de dados relativos às populações indígenas com base na classificação linguística, faltam ainda informações genéticas sistemáticas para a grande maioria dos grupos falantes de línguas Tupí, para mencionar apenas questões relevantes no contexto desta pesquisa.

No caso brasileiro, a exemplo do que ocorreu em outros lugares do mundo, verificou-se que o principal problema encontrado para a síntese linguística/genética é o fato de que se observa uma boa correlação entre dados genéticos e linguísticos com respeito aos nós mais altos do cladograma, que representam períodos mais remotos da (pré-)história, sem que isso se repita nos níveis mais baixos, que representariam relacionamento genético entre famílias linguísticas ou, mesmo, no interior de uma mesma família. Dessa forma, verifica-se o suporte genético à proposta de RODRIGUES (1985; 1990; 2000a) de um relacionamento genético remoto entre Tupí e Karíb e, ainda mais recuado no tempo, com Macro-Jê (SALZANO *et al.*, 2005), o que indica boa correlação linguística/genética nos níveis mais altos do cladograma. Por outro lado, nos níveis mais baixos, tem-se uma distância genética entre o par Wayampí (TG – subgrupo VIII) e Parakanã (TG – subgrupo IV) maior do que a encontrada entre os pares de uma matriz composta por Tirió (Karíb) e Kayapó (Jê).

Contudo, ao lidar com estudos desta natureza, deve-se ter o cuidado de evitar interpretar-se a concordância com representações derivadas de informação genética como evidência conclusiva, contra ou a favor de hipóteses de relacionamento linguístico. Inferências definitivas somente estariam justificadas na medida em que a transmissão (ou 'estrutura de herança') dos dois sistemas fosse igual, dependendo, portanto, de suposições acerca dos processos e relações históricas entre as populações envolvidas, que dificilmente podem ser testadas de forma independente por cada disciplina. Em vista disso, no desenvolvimento de análises filogenéticas

[271] Exemplos da atividade nessa área, no período, são os estudos genéticos do grupo de Francisco Salzano, dentre os quais se destacam: BLACK, F. *et al.*1983. Failure of Linguistic Relationships to Predict Genetic Distances Between the Waiãpi and Other Tribes of Lower Amazonia. *American Journal of Physical Anthropology*, 60: 327-335. / BLACK *et al.*1988. Genetic variation within the Tupi linguistic group: new data on three Amazonian tribes. *Annals of Human Biology*,15 (5): 337-351. / CALLEGARI-JACQUES *et al.* 1994. Further blood genetic studies on Amazonian diversity. Data from four Indian groups. *Annals of Human Biology*, 21 (5): 465-481. / SALZANO *et al.* 1985. Demography and genetics of the Sateré-Mawé and their bearing on the differentiation of the tupi tribes of South America. *Journal of Human Evolution*, 14 (7): 647-655.

para dados de distância genética sobre frequências de marcadores clássicos, CAVALLI-SFORZA, MENOZZI & PIAZZA (1994) concluem que, ainda que os principais nós do cladograma apresentem uma boa correlação genética/linguística, a reconstrução da história genética dos índios sul-americanos é muito difícil.

Pesquisas que tratam de avaliar as possibilidades de correlação entre modelos linguísticos e genéticos com o intuito de elucidar processos de deslocamentos e expansão de populações são ainda novidade no Brasil, onde esse tipo de inferência histórica tem ainda espaço marginal na academia, ainda mais para linguistas que para geneticistas. Como contribuição para alterar esse panorama, CORRÊA-DA-SILVA & CARVALHO (2009) pretenderam avaliar a possibilidade de correlação entre dados genéticos e linguísticos no âmbito do tronco Tupí, com base tanto no entendimento de que os deslocamentos pré-históricos Tupí, a partir de um centro de origem, configuram amplo processo de expansão e consequente dominação de vasto território dentro e fora da região amazônica, quanto na consideração das complexas relações interétnicas engendradas no processo (cf. NOELLI, 1996).

No que diz respeito à correlação de dados arqueológicos e linguísticos, a questão relativa ao centro de origem e dispersão dos grupos Tupí – e/ou especificamente Tupí-Guaraní – tem sido discutida desde o século XIX e foi retomada por NOELLI (1996; 1998), que reavivou o debate, ao colocar em relação os modelos linguístico e arqueológico de dispersão dos grupos falantes de línguas Tupí. Essa problemática tem propiciado alguma associação entre linguistas e arqueólogos, do que são exemplos o artigo de MELLO & KNEIP (2006), em que se combinam argumentos das duas disciplinas, e o trabalho recente de MILLER (2009), que dialoga diretamente com pesquisas linguísticas de RODRIGUES (1958a; 1958b; 1964; 1986; 1988; 2010b). Além desses exemplos, são escassos os estudos linguísticos que transcendem os limites da linguística histórica e dedicam-se à reconstrução da (pré-)história e de aspectos socioculturais de protocomunidades ou, ainda, a questões históricas, tais como a localização do centro de origem e de rotas de dispersão a partir da linguística: CORRÊA-DA-SILVA (1997; 2000; 2005; 2006; 2010); RODRIGUES (1988; 2000b; 2005c; 2007b; 2010b); e URBAN (1998[1992]). Merecem registro, ainda, os estudos multidisciplinares desenvolvidos no contexto alto-xinguano, os quais têm estabelecido possibilidades de relações internas entre diversas formas de acesso à história

(arqueologia, documentos, etnografia), e que se encontram reunidos na coletânea organizada por Bruna Franchetto e Michael Heckenberger[272].

No domínio antropológico, também se manifestou no contexto brasileiro o desenvolvimento de uma antropologia histórica atenta às manifestações locais de transformações históricas, com o objetivo de "reconsiderar formas indígenas de pensar e fazer história – um regime de historicidades próprio" (SCHWARCZ, 2005: 130). Nesse sentido, a antropologia debruçou-se sobre os dois lados do contato, primeiramente repensando o encontro com o conquistador europeu e a representação do nativo como elemento passivo de sua própria história e, em seguida, repensando a história do nativo em seus próprios termos (*idem, ibidem*). Conforme explica Serge Gruzinski, em entrevista à Maria Regina Celestino de Almeida, ao tratar do desenvolvimento da etno-história no México:

> *hoje a linha de demarcação [entre etno-história e história] já não se impõe pela hegemonia da história dos brancos, mas pela preocupação dos historiadores de privilegiar as vozes dos índios, ou seja, uma história que seria totalmente enfocada não só sobre o protagonismo dos índios, mas também sobre as fontes escritas de origem indígena* (GRUZINSKI, 2007: 197).

Tal produção etno-histórica da antropologia[273] baseia-se no pressuposto de que o resultado do contato entre culturas não é a imposição de esquemas culturais de uma sobre a outra, que passivamente o absorve – uma tradição destruída por outra imutável –, mas a influência recíproca de uma sobre a outra, conforme hipótese já levantada por Bakhtin[274] ao tratar da inter-relação entre a cultura de classes subalternas e a cultura dominante (cf. GINZBURG, 1987: 24). O processo de desviar o olhar do colonizador para o colonizado, que "buscou dimensionar, documentar e interpretar a experiência das populações nativas sob o domínio

---

[272] FRANCHETTO & HECKENBERGER (2001).

[273] Aos artigos mencionados anteriormente, acrescentam-se ainda: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1986. Vingança e temporalidade: os Tupinambás. *Anuário Antropológico*, 85: 57-78. / ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida R. (orgs.). 2002. *Pacificando o branco. Cosmologias do contato no Norte Amazônico*. São Paulo: Unesp. / AMOROSO, Marta. 2004. Conquista do paladar: os Kaingang e os Guarani para além das cidadelas cristãs. *Anuário Antropológico*. Brasília: UnB. / PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 2000. Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil, *Actas*, Congresso Internacional Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários, 1: 147-164. Lisboa: GTMECDP. / GALLOIS, Dominique. 1994. Mairi revisitada: a reintegração da fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi. São Paulo: FAPESP/NHII-USP. / ___. 2004. Sociedades indígenas e suas fronteiras na região sudeste das Guianas, NHII-USP [ms].

[274] BAKHTIN, Mikhail. 1941. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Em sua tese de doutorado, que se tornou um clássico, Bakhtin rechaça a norma e a rigidez de padrões e estilos literários, reivindicando a ambivalência, o discurso carnavalesco, amplo, polifónico e dialógico, e insistindo numa interpretação participativa, integradora, diversa e múltipla da obra literária, em oposição à retórica clássica unidirecional.

espanhol" (MONTEIRO, 2001: 2), já estava em curso na historiografia latino-americana desde a década de 1970.

No Brasil, só muito recentemente as populações indígenas ganharam espaço na historiografia e, mesmo assim, em proporções menores do que em outras regiões da América. Como sugere MONTEIRO (*op.cit.*), isso se explica, em grande medida, pela exclusão do indígena no pensamento brasileiro desde a institucionalização da historiografia no Brasil no Segundo Império. A pretensa inacessibilidade da história indígena, fora já formulada por MARTIUS (1844: 385) em termos dramáticos:

> *(...) o triste e penível quadro, que nos offerece o actual Indígena Brasileiro, não é senão o* ***residuum de uma muito antiga posto que perdida história*** (MARTIUS, 1844: 385) (grifos do autor).

Esta postura, aliada à ideia generalizada da extinção iminente da população nativa – "a raça americana caminha rapidamente para um desapparecimento inevitável" (MARTIUS, 1904[1867]: 535) –, levou à resistência dos historiadores a tratar do tema, que terminou relegado ao interesse puramente antropológico. Impregnado desse pessimismo, o grande historiador do Império, Visconde de Porto Seguro, não apenas vaticinou que "de tais povos na infância não há história: há só etnografia (VARNHAGEN[275], 1980[1854] *apud* MONTEIRO, 2001: 2), como também decretou enormes restrições à empreitada etnográfica:

> *O pouco que possuímos sobre tal assumpto não procede de que os escriptores antigos e modernos se hajam esquecido de occupar-se dos desgraçados indígenas: paginas e paginas lhes dedicam muitas, e sem embargo a sciencia ethnographica, a historia das raças, não adiantou com ellas um passo* (VARNHAGEN, 1849: 366).

Seria preciso esperar mais de um século para reverter esse quadro. A nova vertente de estudos historiográficos[276], que se desenvolveu nas últimas décadas, levou à aproximação crescente entre historiadores e antropólogos, ensejando pesquisas interdisciplinares que valorizam as atuações dos índios como variáveis importantes para a compreensão dos processos

---

[275] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, 1980[1854-57]. *História Geral do Brasil*, 7 ed., 5 vols., São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia.

[276] Merecem destaque, dentre os trabalhos representativos dessa nova vertente historiográfica: MONTEIRO (2001) / MONTEIRO, John Manuel. 1994. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras. / WRIGHT, Robin (org.). 1999. *Transformando os deuses. Os múltiplos sentidos da conversão entre os índios do Brasil*. Campinas: Unicamp. / RAMINELLI, Ronald. 1996. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar. / VAINFAS, Ronaldo. 1993. A heresia do trópico, santidades ameríndias no Brasil colonial. Niterói: UFF.

históricos nos quais estão inseridos. A partir de novas proposições teóricas, questionaram-se antigas dicotomias – índio puro/índio aculturado; estruturas culturais/processos históricos; aculturação/resistência – e retomaram-se, com olhar renovado, conceitos como cultura e etnicidade (ALMEIDA, 2007: 1). É certo que, no esforço de "estudar os índios em chave histórica" (SOUZA, 1996: 8), a 'nova história indígena' brasileira filia-se a uma grande tradição nacional de história cultural, herdeira de Sérgio Buarque de Holanda, e vale-se do rico manancial de estudos antropológicos, recentes e já clássicos, como os de Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha. Essa nova abordagem historiográfica caracteriza-se essencialmente pela multidisciplinaridade, que amplia a descrição histórica com o aporte de matérias e conteúdos distintos, trazidos por diferentes disciplinas, com o intuito de dar conta da enorme riqueza e diversidade que caracterizam a história indígena[277].

Dessa perspectiva, os grupos indígenas passaram, no pensamento brasileiro, de "povos sem história e sem futuro" (MONTEIRO, 2001: 3), ora vítimas passivas ora selvagens rebeldes, a agentes sociais impulsionados por interesses próprios, que visavam à sobrevivência diante de situações desestruturadoras e recorriam a múltiplas estratégias que incluíam rearticulações culturais e identitárias, continuamente transformadas na interação com outros grupos étnicos e sociais. Mais do que o reconhecimento da capacidade de agência social do indígena, os novos estudos conferiram voz aos grupos indígenas brasileiros, agora reconhecidos em suas temporalidades e historicidades próprias. Fazendo um paralelo com as palavras de SAHLINS (2008: 125), "as pessoas agem face a circunstâncias de acordo com seus próprios pressupostos culturais, as categorias socialmente dadas de pessoas e coisas".

Nesse contexto, o que sobressai já não é mais a fronteira, mas o encontro da história e da antropologia em terras obscuras e ilhas remotas que vêm contribuir de formas singulares e notáveis para a compreensão da história, fazendo "explodir o conceito de história pela experiência antropológica da cultura" (SAHLINS, 1990a: 94). O complemento dessa proposição é encarnado pela história plural e em letra minúscula praticada pelos 'analistas'. Conforme

[277] Emblemática dessa escola é a obra *História dos Índios no Brasil*, organizada por Manuela Carneiro da Cunha, cuja primeira parte é dedicada à identificação das diversas fontes da história indígena: antropologia física, genética, arqueologia, coleções etnográficas e, vale notar, linguística. Da mesma forma, o livro *Os Povos do Alto-Xingu, história e cultura*, organizado por Bruna Franchetto e Michael Heckenberger, colige estudos arqueológicos, etno-históricos, linguísticos, bioantropológicos e iconográficos, ao lado de etnografias no sentido tradicional.

afirmava Pierre Nora, ao descrever em 1971, a nova série que deveria editar junto à editora Gallimard, intitulada "*La bibliotèque des histoires*": "*nous vivons l'éclatement de l'histoire*".

Para efeitos desta pesquisa, é interessante sublinhar que SAHLINS (1990a: 180), ao afirmar que a persistência da estrutura através do tempo é histórica e, sobretudo, que existe estrutura *na* história e *enquanto* história, rearticula princípio saussureano fundamental (SAUSSURE, 1996[1916]: 89) relativo à mudança linguística:

> *o que predomina na mudança é a persistência da substância antiga (...)*
> *o princípio da mudança se baseia no princípio da continuidade.*

Embora esse princípio antecipe a ideia central da teoria de mudança linguística de WEINREICH, LABOV & HERZOG (2006[1968]: 37), segundo a qual a língua permanece a mesma, mas adquire uma forma diferente, Saussure considera que a dimensão diacrônica da língua – substituição de um elemento por outro no tempo, um evento – não constitui um sistema (SAUSSURE, 1996[1916]: 116), dado que é heterogênea. Daí decorre que o objeto do estudo sincrônico deve ser homogêneo, identificando-se homogeneidade com estruturalidade.

A perspectiva histórica postulada por WEINREICH, LABOV & HERZOG (2006[1968]: 126) considera que fatores linguísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística. Essa abordagem introduz a variável como um elemento estrutural, de maneira que a língua, entendida como heterogênea e estruturada, encaixa-se no contexto mais amplo da comunidade de fala, de tal modo que variações sociais e geográficas são elementos intrínsecos da estrutura (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006[1968]: 123). É essa abordagem histórica, ancorada na sociolinguística, que propicia aqui a passagem da linguística rumo à história e permite entender a permanência da comunidade no tempo, pois fundamenta-se no princípio de que uma comunidade real transforma-se no curso do tempo, de tal modo que tanto a língua como a comunidade permanecem a mesma, mas ambas adquirem forma diferente.

Antes de reivindicar estatuto de 'antropologia histórica', 'história antropológica' ou quaisquer outras combinações possíveis, trata-se aqui de definir "esse espaço em branco de onde falo" (FOUCAULT, 1995: 20). Este estudo filia-se a uma tradição histórica que encontra, nas "histórias quase imóveis ao olhar", a lentidão necessária para abarcar a mudança linguística e suas "rupturas específicas, (...) o corte que só a ela pertence" (*idem*: 3). Volta-se, assim, para as ciências vizinhas, buscando, na multidisciplinaridade, formas de preencher lacunas e substanciar

hipóteses, e, na interdisciplinaridade, um olhar mais aguçado para apreender um outro em outro tempo, com o intuito de contar uma outra história. Uma história indígena que é, antes que nada, uma história da cultura brasileira a partir das línguas indígenas.

Capítulo VI

Reconstruindo a História

"There is in fact no sure way of tracing the history and migrations of the early inhabitants of the world except by means of their languages"

J.W. Donaldson[278]

Este capítulo apresenta proposta de reconstrução histórica, a partir das informações aportadas pela análise linguística diacrônica apresentada nos capítulos anteriores e em seu cruzamento com dados de outras áreas do conhecimento, a saber: antropologia, arqueologia, genética e história. Toma por base, para tanto, a reconstrução da cultura e da sociedade fornecida pela paleontologia linguística, bem como os registros históricos produzidos por cronistas e agentes da colonização – membros das diferentes ordens religiosas e representantes do governo – e adota metodologia etno-histórica, que se apoia no estudo da tradição oral, de mitos e lendas, assim como na documentação etnográfica acerca dos povos considerados. Num primeiro momento, empreende-se percurso do passado ao presente – *downstreaming* –, em que se relata a história dos grupos atuais a partir do contato com os conquistadores/colonizadores, quando passaram a fazer parte da história ocidental. Posteriormente, efetua-se movimento inverso, do presente ao passado – *upstreaming* –, como forma de buscar reconstruir a trajetória das comunidades falantes das protolínguas consideradas, a partir dos vestígios, dos arcaísmos e das sobrevivências que se mantiveram no decorrer do tempo, cujos testemunhos encontram-se no solo, no corpo, na língua, na organização social e na representação simbólica.

[278] DONALDSON, John William. 1839. *The New Cratylus*. Cambridge: Deighton.

6.1 – DO PASSADO AO PRESENTE

6.1.1 – *SATERÉ-MAWÉ*

> *Os antigos tudo brabo, zangado com civilizado maltratar filho da terra. Agora não. Acabou essa coisa, aí civilizado já entrou, e aí acabou tudo.*
>
> *Quem primeiro descobriu essa Maués foi índio. Aí ficou então só já nome. Acaba e só já fica nome. Maués.*
>
> *Civilizados até já mora no meio nosso. Mas agora vai sair. Aqui tem limite no papel, assim como Brasil com estrangeiro. Marau pra lá tudo do índio, onde nós mora já.*
>
> *Maués já ficou. Deu certo. Ficou só já nome. Quando a gente olha lá em Maués, tudo essa gente lá, pensar que é civilizado, mas quando! É tudo misturado, é índio mesmo. É tudo Mawé. A moda, pensar que é civilizado, mas quando! É motorista, pescador, tudo misturado. Quando indiarada vai lá, eles chamam:*
>
> *- Ei, índio! Ei, índio! Ei, Mawé!*
>
> *Mas quando já! Eles que são Mawé. E são mesmo. Nasceu filho de Mawé, mesmo, nome da cidade é Maué, mas não, diz não ser. Eles é que são mesmo.*
>
> *Tudo por aqui é Mawé, desde o tempo dos antigos. Parintins, Itaituba, tudo por aqui é Mawé. Tá tudo porção aqui no cabeceira. Aqui Mawé mesmo. Por aí tudo misturado.*
>
> *Esse é o história. Pronto. Pode mostrar pro cidade.*
>
> (Narrativa de Colombo Sateré-Mawé, Rio Marau, 1981, in: LORENZ, 1992: 14-15).

De acordo com a história oral, a área compreendida entre os rios Tapajós, a leste, Madeira a oeste, as ilhas Tupinambaranas, ao norte, e as cabeceiras do rio Tapajós, ao sul, na divisa dos atuais estados do Amazonas e do Pará, é ocupada pelos Sateré-Mawé desde tempos imemoriais. Seus ancestrais habitavam preferencialmente as regiões mais centrais da floresta, próximas às nascentes dos rios, em região de floresta densa e pedregosa, lugar onde viviam seus heróis míticos e encontravam-se todas as plantas e animais que lhes eram úteis (PEREIRA, 1954: 13). A esse território ancestral mítico, chamam *nu sokenʔe*: “onde as pedras falam” (LORENZ, 1992: 16).

Conforme descrição do contexto ambiental realizada por MANO (1996: 17-19), o vasto território tradicionalmente ocupado por esse grupo indígena compreende distintas feições

geomorfológicas, modeladas por sedimentos terciários (locais onde o terreno eleva-se e distancia-se dos rios e viceja a Floresta Tropical de Terra Firme) e quaternários (locais de sedimentos aluvionais em que se estende a Floresta Tropical de Várzea). O curso médio do rio Amazonas, entre os rios Tapajós e Madeira, e o baixo curso de seus afluentes secundários – rios Canumã, Abacaxis, Maué-Assú e Andirá – constituem ambiente denominado de várzea baixa, em termos geomorfológicos, uma várzea de inundação caracterizada pelo solo rico em nutrientes e alta biomassa de peixe (*idem, ibidem*). Os altos cursos e cabeceiras desses rios são, ao contrário, ambientes caracterizados pelos campos e terras firmes. Essas diferenças caracterizam o território Mawé como zona de transição entre os dois principais ambientes da floresta tropical, a várzea e a terra firme (MANO, 1996: 115).

Nunes PEREIRA (1954: 12) assinala a preferência dos antepassados desse grupo indígena pelas chamadas "*terras pretas* como centro das suas atividades agrícolas, dentre elas sobressaindo o plantio do guaraná e a transformação das suas sementes numa bebida nacional" (grifo do autor). As terras pretas são, em realidade, solos antrópicos que se enquadram no conceito de "transformação de paisagens" que, segundo BALLÉ (2009: 1), pressupõe "um fator humano envolvido nos distúrbios e diversidade nos mais variados hábitats". A gênese das terras pretas é creditada à "atividade humana relacionada a assentamentos e práticas agrícolas de indígenas pré-colombianos" (KÄMPF *et al*., 2009: 2), tendo os sítios das chamadas terras pretas arqueológicas sido datados de 2.000 a 4.900 anos A.P. (*idem, ibidem*). Conforme observam os autores, esses solos antrópicos constituem-se em evidência de assentamentos permanentes ou semipermanentes pré-históricos, extensos e populosos, que deveriam estar associados a lavouras permanentes ou semipermanentes, e registram a dinâmica da ocupação humana em período pré-histórico tardio (*idem, ibidem*).

É interessante observar que o território ancestral dos Sateré-Mawé registra ocorrências de terras pretas, como se observa na figura abaixo, indicando a extensa profundidade temporal de ocupação humana na região. Evidências provenientes de sítio arqueológico na região de Santarém, próximo à foz do rio Tapajós, estabelecem horizonte de 5.000 a 7.000 anos A.P. para o componente cerâmico do sambaqui, cujo uso culinário foi constatado por resíduos de cinza no exterior dos vasos. Os sedimentos lacustres associados ao sambaqui apresentaram datações entre 8.000 e 10.000 anos A.P.. A cerâmica do sambaqui Taperinha é a mais antiga da América, tendo

sido datada meticulosamente, contabilizando 12 datações radiocarbônica e uma por termoluminescência (ROOSEVELT, 1998[1992]: 63).

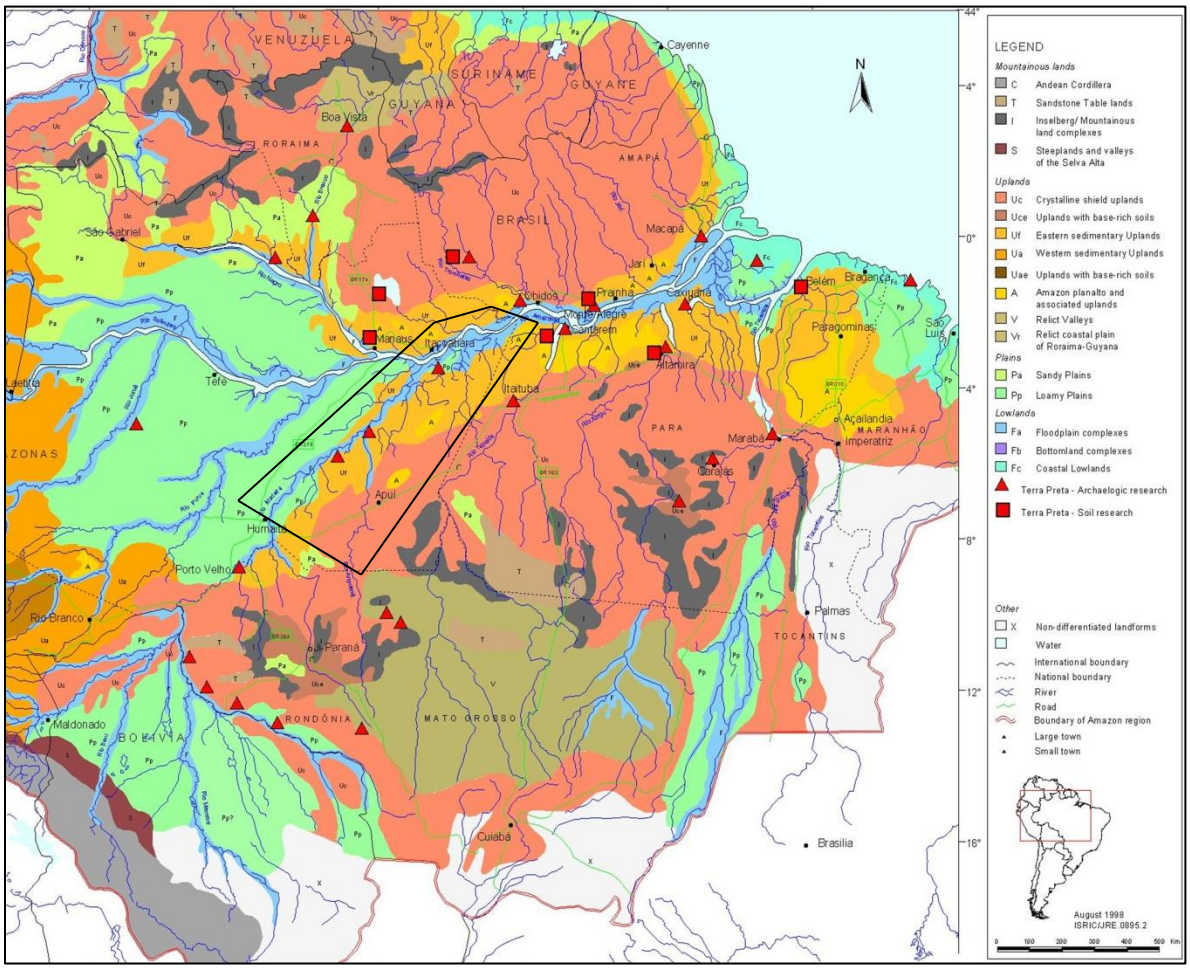

Figura 6 – Presença de terra preta arqueológica no território ancestral Sateré-Mawé (adaptado de KERN *et al*., 2009)

Além do sambaqui Taperinha, que apresenta 6,5 metros de profundidade e diversos hectares de área, há também outros sambaquis do período Arcaico nas proximidades de Santarém, como Paracatuba e outros em torno do lago Grande de Vila Franca, a oeste da foz do Tapajós (ROOSEVELT, 1998[1992]: 63-64). Note-se a presença de terra preta na região de Itaituba (PA), vila fundada em 1823 com a presença de Mawé, sobre sítio de antiga ocupação do grupo, às margens do Tapajós, onde 400 deles foram estabelecer-se em 1828 (NIMUENDAJÚ, 1948b: 246). São também dignos de registro outros sítios de terra preta arqueológica ao longo do rio

Madeira, sendo o primeiro próximo ao rio Canumã, outro na confluência do Aripuanã com o Madeira, e o último ainda mais ao sul da área.

A presença de sambaquis cerâmicos e de sítios de terra preta arqueológica em locais posteriormente ocupados pelos Sateré-Mawé sugere que a dinâmica cultural da chamada área Madeira-Tapajós tem sua gênese em período bastante antigo. Como indica MANO (1996: 28),

> *embora não se conheça sua matriz formadora, os testemunhos materiais permitem concluir uma ocupação de longa profundidade temporal por populações que desenvolveram um eficiente aproveitamento dos recursos do ambiente por sucessivas gerações*.

A esses horizontes de povoamentos antigos e de longa duração, constituídos por grupos horticultores de raízes, caçadores, pescadores e coletores, sobrepuseram-se outros mais recentes que foram documentados pelos cronistas da conquista e colonização do interior amazônico. As descrições dos primeiros cronistas indicam que as populações indígenas estavam densamente assentadas ao longo das margens e das várzeas dos rios principais e também de seus afluentes secundários. Há testemunhos diretos do grande número de aldeias, da alta densidade populacional e das extensas flotilhas de guerra, e também indiretos, como a grande variedade de etnônimos registrados pelos diversos cronistas.

> *Começamos a navegar, sem que os índios nos deixassem de seguir e dar combate, porque destas aldeias se tinham reunido mais de 130 canoas, nas quais havia mais de 8.000 índios e por terra era incontável a gente que aparecia* (Gaspar de Carvajal, in: CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 43).

> *Não só o rio das Amazonas está tão povoado de gente, mas também os rios que nele desaguam, pelos quais navegou o dito piloto três e quatro dias, e disse que cada rio é um reino muito povoado e o rio grande um mundo inteiro, maior que o até agora descoberto em toda a América. De modo que tem por certo que são mais os índios destes rios que todo o resto das Índias descoberto; porque as províncias são sem conta e o interior da terra está tão povoado como as margens* (Alonso de Rojas, in: CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 108).

Como salienta MENÉNDEZ (1998[1992]: 281), os diversos etnônimos são "a chave para a compreensão mais precisa da configuração etnográfica do território" relativo à área Madeira-Tapajós, apesar da grande dificuldade de estabelecer, com alguma segurança, a relação entre etnônimos e grupo étnico, visto que muitas vezes fazem referência a grupos locais que integram grupos sociais mais amplos. É interessante, antes de passar às informações oferecidas pelos registros documentais dos séculos XVI e XVII, avaliar as condições de produção e o tipo

discursivo dos três primeiros relatos aqui utilizados, que já foram, em outras ocasiões, desconsiderados por demasiado fantasiosos.

Os cronistas em tela são o dominicano Gaspar de Carvajal[279], que acompanhou e relatou a expedição de Francisco de Orellana, de 1541 a 1542, desde Quito até o oceano Atlântico; o jesuíta Alonso de Rojas[280], suposto[281] narrador da viagem de fuga da missão entre os Encabelados, no rio Napo, dos franciscanos Andrés de Toledo e Domingos de Brieva, em 1637; e o jesuíta Cristobal de Acuña[282], encarregado de acompanhar a viagem de volta de Quito a Belém de Pedro Teixeira, em 1639. Os três textos não são, a rigor, nem crônicas nem narrativas, mas fazem parte das "relações" dos descobrimentos do rio Amazonas. Conforme especifica MARTINS (2007: 41), as relações "distinguem-se das cartas e das crônicas tanto em seu aspecto pragmático quanto organizativo", pois tinham o sentido de "informe ou narração de algo que ocorreu", tendo algumas o significado mais estreito de "relato ou informe solicitado pela Coroa". Nesse sentido estrito, apenas a narrativa de Acuña poderia ser considerada uma relação, pois o padre jesuíta fora encarregado de produzir, para o Real Conselho das Índias na Espanha, relatório completo de sua viagem, tendo "particular cuidado em descrever com a maior clareza possível, a distância em léguas, províncias, povoações de índios, rios e lugares específicos que há desde o lugar de embarque até a referida cidade e porto do Pará, (...) como testemunho ocular" (MARTINS, 2007: 38-39). O relato de Carvajal, ao contrário, foi iniciativa do próprio dominicano, possivelmente para "isentar Orellana da acusação de não ter cumprido acordo com Gonçalo Pizarro", como forma de conferir ao relato "garantia de veracidade" (*idem*: 42). Já a terceira narrativa não se enquadra nas características das relações, embora adote esse nome e forma. De fato, Rojas, a quem se atribui a autoria do texto, não participou da viagem, não sendo, portanto, testemunha ocular dos fatos que relata. Como estratégia narrativa, no entanto, a escolha do gênero pode estar relacionada ao "caráter estratégico que imprimiu em várias de suas observações", informando, descrevendo, comentando e acrescentando suas próprias reflexões de maneira comprometida com o valor de verdade.

---

[279] CARVAJAL, Gaspar de. 1542. *Descobrimento do rio de Orellana.* In: CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA (1941).
[280] ROJAS, Alonso de. 1639. *Descobrimento do rio das Amazonas e suas dilatadas províncias.* In: CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA (1941).
[281] Conforme informa, no prefácio, Melo-Leitão, tradutor e anotador da edição dos *Descobrimentos* para a coleção Brasiliana, "com uma série de argumentos de valor, Marcos Jimenez de la Espada [explorador e escritor espanhol, 1831-1898] a atribui [a narrativa] ao jesuíta Padre Alonso de Rojas" (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 9).
[282] ACUÑA, Cristobal de. 1641. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas.* In: CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA (1941).

O próprio gênero narrativo, vale lembrar, implicava a certificação do conteúdo e constituía garantia de verdade (MARTINS, 2007: 42). Seu uso inscrevia esse tipo de discurso em marco oficial e documental, e atendia, portanto, aos imperativos da conquista, fornecendo informações sobre povos e terras conquistados. Os textos aqui abordados inscrevem-se, também, no contexto das disputas pelo domínio territorial entre as Coroas de Portugal e Espanha – mesmo no período em que ambas estiveram unificadas –, com a urgência de demarcação dos limites entre os dois impérios, bem como das disputas entre as diferentes ordens religiosas[283], que buscavam assegurar, pela legitimação de determinado projeto colonizador, um campo de atuação missionária.

Nesse contexto, a narrativa de Carvajal relata a primeira expedição a percorrer todo o rio Amazonas, desde as nascentes até a foz, e constitui relato das vicissitudes por que passaram Orellana e seus homens durante a viagem: a fome, as hostilidades dos diversos grupos indígenas, as mortes dos companheiros de viagem, os ferimentos e doenças. De fato, não registra muitas informações sobre os grupos indígenas, tratando constantemente de justificar, pela ênfase dos infortúnios sofridos pelo grupo, o descumprimento do acordo entre Orellana e Pizarro, de que o primeiro regressaria para ajudar os demais após obtenção de víveres. Deve-se salientar, contudo, a importância dessa única narrativa do século XVI, que permite avaliar a importante densidade da população que habitava as várzeas do Amazonas em grandes aldeias, por vezes, muito próximas umas das outras, capazes de mobilizar milhares de guerreiros, apresentando algumas visível estratificação social evidenciada pela liderança de senhores poderosos. Registra, ainda, a articulação social entre diferentes povoados, interligados por caminhos "largos como estradas reais" (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 48), delimitados por carreiras laterais de árvores frutíferas, e, sobretudo, ressalta a hostilidade dos indígenas que lhes acompanhavam pelo rio, atacando-os constantemente de suas canoas. Em relação à área Madeira-Tapajós, Carvajal menciona o uso de flechas envenenadas e grande quantidade de milho que recolheram em determinada aldeia para seu sustento, fazendo, muito provavelmente, referência aos Tapajó.

O texto de Rojas foi escrito um século após o de Carvajal, apesar de que tenha sido publicado apenas em 1880 e 1889, o que sugere que haja recebido "escassa atenção" (MARTINS,

[283] A *viagem dos leigos*, como ficou conhecida a fuga dos franciscanos do rio Napo, deu origem à acirrada disputa entre a ordem seráfica e a dos jesuítas pelo mérito do descobrimento do rio Amazonas, gerando a publicação de duas relações do descobrimento (1641), pelos franciscanos, e do novo descobrimento (1643), pelos inacianos, na tentativa de estabelecer a primazia na conquista espiritual da região (cf. CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 99, nota 10).

2007: 37). O autor preocupa-se em inventariar de forma detalhada todo o espaço entre Belém e Quito, enumera as fortificações portuguesas, relata vulnerabilidades, indica possibilidades de aproveitamento das regiões pela Coroa espanhola e oferece informações sobre diversos grupos indígenas, reiterando a grande densidade da população e o número de aldeias nas várzeas dos rios principais e secundários. Em comentário de especial interesse para esta pesquisa, faz referência às flechas envenenadas dos Tapajós e considera que "muitas destas nações, senão a maioria, são caribes" (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 114). Por outro lado, discorda frontalmente do relato de Carvajal no que diz respeito ao tratamento recebido e interação com os índios:

> *Os índios nunca atacavam os espanhóis no rio nem fora dele, e se alguma vez saltavam em terra os soldados e entravam pelos montes cerca de uma légua a descobrir a terra, iam adiante índios amigos, aos quais atacavam os da terra, mas em chegando os soldados, fugiam os inimigos e depois, chamados, vinham de paz e ofereciam sustento com liberalidade* (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 115).

A disparidade dos relatos poderia indicar que o século que os separa ensinou aos nativos da região amazônica a melhor forma de conviver com o europeu, ou sugerir que as hostilidades descritas por Carvajal foram exageradas para melhor justificar as ações de Orellana em relação a Pizarro. Ou ambas as coisas.

A narrativa de Acuña, por seu turno, inscreve-se claramente na disputa entre as ordens seráfica e inaciana, buscando estabelecer a primazia dos jesuítas na conversão das almas amazônicas, bem como no descobrimento do grande rio. Ao mesmo tempo, declara abertamente sua convicção no controle espanhol sobre o "grandioso Rio das Amazonas" e não poupa os portugueses das piores críticas no que se refere ao apresamento e à escravização dos indígenas:

> *E quem (...) poderá patrocinar tão grandiosa empresa, da qual depende a conversão de infinitas almas, o engrandecimento da Real Coroa, e a defesa e guarda de todos os tesouros do Perú?* (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 127).

> *Não parou aqui a crueldade dos Portuguêses, que, como ia envolta na cubiça de escravos, não ficava satisfeita até ver-se senhora deles. Ameaçavam os Indios encuralados e tímidos, aterrorizando-os com crueldades novas, para que ofereçam escravos, assegurando-lhes que, com isso, não só ficariam livres mas seus amigos e carregados de ferramentas e panos de algodão que lhes dariam por eles* (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 273).

Acuña é o primeiro a apontar de forma mais detalhada os grupos indígenas e suas línguas – "pois na extensão de quasi quatro mil léguas de contorno, encerra mais de cento e cincoenta nações de línguas diferentes" (*idem*: 128). O autor registra oito nações do rio Madeira e, a partir da foz do Madeira "correndo pelo das Amazonas abaixo", lista nove grupos (CARVAJAL, ROJAS E ACUÑA, 1941: 260), dos quais pelo menos dois têm sido relacionados aos Mawé: Guaranaguacas e Maraguás. A maior parte das informações etnográficas que fornece Acuña[284], contudo, referem-se aos Tapajó e aos Tupinambá. É curioso salientar que esses dois etnônimos são os únicos que coincidem nos relatos de Acuña e Maurício de Heriarte[285], que também acompanhou Pedro Teixeira em sua expedição ao Peru, em 1637. Ambos os autores ressaltam o intenso contato desses dois grupos com seus vizinhos ao sul do Amazonas, os primeiros ao longo da margem esquerda do rio Tapajós e os últimos na região intermediária entre os rios Tapajós e Madeira, desde as ilhas Tupinambaranas até o rio Mamuru, a leste (MENÉNDEZ, 1998[1992]: 281-282). De acordo com o autor (*idem*: 295, nota 2), "excluídos os Abacaxis, Maraguás, Cariatós e Guayazis, a maior parte dos outros nomes desaparecem dos registros da região".

LEITE (1945: 392) refere-se a cinco aldeias que constituíam, cada uma delas, uma grande aldeia que continha "mais de vinte, porquanto cada roça daqueles principais era uma boa Aldeia de vassalos". Essas eram formadas, segundo MENÉNDEZ (1998[1992]: 282), por parcialidades da "nação dos Irurizes". BETTENDORF[286] (1910[1698]: 36-37) lista seis reduções para a região da confluência do rio Madeira com o Amazonas, estabelecidas a partir de 1660, que abrigavam principalmente Tupinambaranas, Andirazes, Curiatós, Maraguazes, Abacaxis e Irurizes. Desses grupos, os Andirá e os Maraguá têm sido relacionados aos Mawé. De acordo com a crônica de BETTENDORF (1910[1698]), a aldeia de Tupinambarana, depois de várias mudanças de lugar, deu origem à cidade de Parintins (AM), enquanto os índios denominados Tupinambarana mudaram-se, pela última vez, em 1737, para o rio Tapajós, onde foram estabelecer a Aldeia de Santo Inácio, que, em 1758, foi elevada à vila de Boim (LEITE, 1945: 364, 386). A aldeia dos Abacaxis,

[284] Os grupos listados por Acuña ocupando a região entre os rios Madeira e Tapajós, em 1639, são: Maraguás, Quimaús, Buraís, Punouys, Oregatús, Guayazis, Zapucayas, Uruburingas, Guaranaguacas, Aperas, Mutayus e Tupinambás (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941).

[285] Os grupos registrados por Heriarte, em 1639, ocupando a Província dos Tapajós, são: Tapajós, Maratus, Caguanas e Ororucuzos. Os que ocupavam a Província dos Tupinambaranas, segundo o autor, são: Tapinambaranas, Aratus, Apacuitaras, Yaras, Goduis e Cariatós (MANO, 1996: 268).

[286] Os grupos listados por Bettendorf para a região Madeira-Tapajós, em 1669, são: Ururucus, Carossirazes, Quaxinazes, Patuaranas, Tupinambaranas, Maraguazes, Andirazes, Curiatós, Abacaxis, Irurizes, Parapixanas, Aripuanãs, Onicorés e Tororises (BETTENDORF, 1910[1698]).

na confluência do rio Canumã com o rio Madeira, foi fundada em 1696, com 500 índios. Dois anos depois, foi dividida em duas aldeias, sendo a segunda chamada de Aldeia de Canumã, que, em 1730, contava com 425 índios. Após algumas mudanças, a Aldeia dos Abacaxis – possivelmente integrada por mais de um aldeamento – foi elevada à vila com o nome de Serpa, muito embora o nome que sobreviveu tenha sido o de Itaquatiara, denominação escolhida para a nova sede da aldeia pelos índios Abacaxis (LEITE, 1945: 388-389).

O Pe. Samuel Fritz[287] localiza em seu mapa, impresso em 1691 e reimpresso em 1707, a maior parte dos grupos referidos por Bettendorf e ainda outros que seriam posteriormente aldeados (MENÉNDEZ, 1998[1992]: 282). Note-se que o mapa de Fritz registra, pela primeira vez, os Mawé (Mabués), os Sapupé e Igapuitaryia, ocupando antigo território dos Tapajós, o que indica o declínio destes últimos como povo dominante na região no final daquele século. Também os Tupinambá já estavam em franco declínio em 1690, visto que não aparecem no mapa de Samuel Fritz, que os registra como "antigos moradores" da ilha de Tupinambarana, então ocupada pelos Guayazis (MENÉNDEZ, 1998[1992]: 295, nota 4).

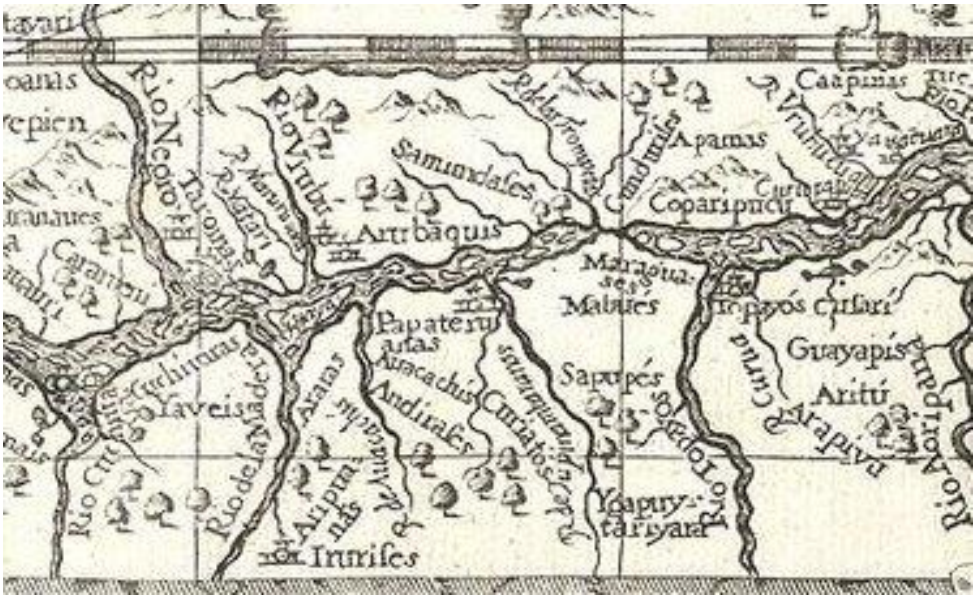

Figura 7 – Detalhe do mapa de Samuel Fritz, de 1707, com a localização de grupos indígenas na região entre os rios Madeira e Tapajós.

[287] A imagem completa do mapa de Samuel Fritz, de 1707, encontra-se no Anexo I, p. 401.

MENÉNDEZ (1998[1992]: 282) chama a atenção para o fato de que a região sofreu, até meados do século XVII, um processo de expansão dos Tapajó e dos Tupinhambá, o que acarretou o contato, a vassalagem, a escravidão e a movimentação dos diversos grupos que ocupavam a região Madeira-Tapajós, com a subsequente retração desses dois grupos como resultado do intenso contato com os não-índios. A Aldeia dos Tapajós, em 1661, abrigava "seis tribos diversas"; em 1678, continha "quatro nações principais das línguas 'Aretuses, Arapiunses e Tapiruenses ou Serranos'" (*idem*: 360); em 1698, o Pe. Manuel Rebelo "vinha para restaurar e aumentar a Aldeia, que de 'populosíssima' que era, 'se tem destruído pela muita cobiça dos moradores brancos do Estado'" (LEITE, 1945: 361). Pe. Rebelo foi feliz em seu empreendimento de restabelecer a Aldeia que, em 1719, contava com mais de "35 mil cristãos" de diversos grupos, dentre os quais os Tapajós, Arapiuns e Corarienses, sendo, em 1758, elevada à vila com o nome de Santarém. Tal processo, no entanto, parece ter ocorrido com a substituição das populações antigas pelos novos índios descidos, conforme a prática vigente nos aldeamentos.

Os Tupinambá ou Tupinambarana têm uma história que se liga antes ao Estado do Brasil que à região Madeira-Tapajós propriamente dita. De acordo com Acuña (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 261), os Tupinambá ocupavam a ilha de Tupinambarana para a qual teriam vindo em movimento de fuga a partir de Pernambuco, onde teriam sido derrotados e subjugados pelos portugueses. Toda a população de 84 aldeias teria alcançado o Peru – "nas nascentes do rio Madeira" – de onde teriam partido, descendo o rio, para instalarem-se na grande ilha localizada na confluência desse rio com o Amazonas. O grupo ter-se-ia dividido pelo caminho, ficando algumas parcialidades em regiões sob domínio espanhol. Acrescenta, ainda, o cronista, que os Tupinambá devastaram, submeteram ou desalojaram diversas nações contra as quais guerrearam, tendo dominado a região intermediária entre o rio Madeira e o Tapajós, conforme referido acima. MÉTRAUX (1927: 23-24) considera que a migração Tupinambá deve ter ocorrido em algum momento entre 1530, ano em que Duarte Coelho tomou posse da Capitania de Pernambuco, e 1612, visto que Yves d'Evreux, que esteve no norte do país entre 1613 e 1614, obteve informações de um Tupinambá que teria ido ao Pará visitar parentes que seriam "*habitant[s] des dernières terres de la Nation de Topinambos*" (*idem, ibidem*). Como também sugere o autor (MÉTRAUX, 1948: 99), os Tupinambá teriam já declinado em 1690, quando os Guayazis ocupavam a ilha, e os Araras e os Papateruanas, a margem sul do Amazonas.

O século XVIII apresenta quadro distinto para a região, com o surgimento de novos etnônimos nos registros históricos e o desaparecimento da maioria dos registrados no século anterior. Em 1714, o jesuíta Bartolomeu Rodrigues[288] lista, em carta ao Pe. Jacinto de Carvalho, mais de 80 grupos na região entre os rios Madeira-Tapajós, dos quais a grande maioria são nomes novos e outros reaparecem em novas regiões, indicando a ocorrência de deslocamentos e movimentações. Há casos de nomes conhecidos desde o século anterior, como Abacaxis, que são registrados pelo inaciano como "antigos Chichirinins", sugerindo que não fosse o mesmo grupo (MENÉNDEZ, 1998[1992]: 283). A enumeração do jesuíta dá ideia clara da grande população que ocupava a região intermediária entre os dois grandes rios no século XVIII, mas a grande maioria dos etnônimos não é registrada pelas fontes posteriores.

Vale notar que Pe. Rodrigues registra a presença dos Maraguá, já mencionados por Acuña em 1639, "no sertão do rio Guarinamã" (LEITE, 1945: 394), e faz menção ao rio dos Magués, atual Maués, etnônimo que fora mencionado pela primeira vez por Fritz (cf. Figura 7). Registra também os Guaranaguat, também mencionados por Acuña, localizando-os no rio Andirá. MANO (1996: 36) entende que esse grupo é o mesmo identificado por Nunes PEREIRA (1954: 65) como o clã Mawé denominado Uaraná. Rodrigues localiza, ainda, junto ao rio Maué, os Sapopé, também registrados por Fritz, que pode fazer referência a alguma comunidade Mawé, visto que a bebida tradicional, produzida a partir do guaraná, chama-se *sapo*. Ressalte-se, ainda, que esse grupo é sempre localizado próximo aos Mawé ou dentro dos limites de seu território (MANO, 1996: 35). Possivelmente relacionados aos Mawé, também são os Andirá, aldeados desde 1669, conforme informações registradas por BETTENDORF (1910[1698]: 36, 498, 605, 675), que descreve a produção e consumo da bebida feita com a fruta do guaraná por esse grupo indígena. NIMUENDAJÚ (1948b: 245) considera que tanto os Maraguá quanto os Andirá sejam subdivisões dos Mawé.

[288] Pe. Bartolomeu Rodrigues (1714) lista os seguintes grupos para o território Mawé: Rio Guarinhamã – Maraguaz; Rio dos Maguês – Neutus, Aitoria, Aneuguat, Opptia, Moguiria, Aigobiria, Sapopes, Periquitos, Pencoraria, Mocaioria, Apanaria, Soparirana, Monçau, Paramoria, Surridia, Ubucoaras, Sapium; Rio Andirá – Unania, Guaranjaguat, Abuaturia, Uipiria, Kiaoiat, Acaioania, Purapoiguat, Abucoat, Jacareoat, Pyragoat, Pyriria, Avueteria, Uematre; Rio Mariacoã ou Acuriató – Mariarõi, Abucaoania, Moriciri, Janhagoa, Sacorimatia, Itixingoania, Mokriutre, Arixaroi, Muraat, Mateupu, Ocpiporia, Içuaioat; Rio Guamuru – Maniquera, Abiaria; Aldeia dos Andirases – Amoria, Acaiunia; Aldeia dos Tupinambaranas – Arerutus, Comandis, Ubucoaras, Andirases, Puraioania, Japucuitabijaras, Capiurematia, Mujuaria, Monçau, Sapopes (LEITE, 1945).

Os Sateré-Mawé são responsáveis pela domesticação da trepadeira silvestre conhecida como guaranazeiro, bem como pelo desenvolvimento do processo de beneficiamento do guaraná e produção da bebida quotidiana, ritual e religiosa (LORENZ, 1992: 12-13). "É exatamente como inventores da cultura do guaraná que os Sateré-Mawé se veem, autoimagem justificada no nível da ideologia por meio do mito de origem, segundo o qual eles seriam os Filhos do Guaraná" (*idem*: 39). Essa informação é importante não apenas porque relaciona os atuais Mawé a antigos etnônimos registrados ao longo dos séculos, mas também pelo fato de essa planta ser nativa dos atuais municípios de Maués e Parintins, tendo sido introduzida em outras regiões apenas muito recentemente (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2003). Note-se que existem duas variedades dessa planta da família das Sapindáceas: *Paullinia cupana* H.B.K. *typica*, encontrada nas bacias fluviais do Alto Orinoco e Alto Rio Negro, que não possui as mesmas propriedades estimulantes e medicinais que o guaraná brasileiro, e *Paullinia cupana* var. *sorbilis* (Mart.) Duck (PEIXOTO, 2000: 429), encontrada na região tradicionalmente ocupada pelos Sateré-Mawé. É importante registrar que os Mawé, assim como os Andirá descritos por BETTENDORF (1910[1698]: 36), utilizam-se de uma pedra para ralar o bastão de guaraná e produzir a bebida, ao contrário dos não-índios, que fazem uso da "língua do peixe pirarucu para obter igual efeito" (PEREIRA, 1954: 31).

As informações coligidas pelo jesuíta João DANIEL (1976), em meados dos setecentos, contribuem para elucidar o complexo contexto etnográfico da região ocupada pelos atuais Sateré-Mawé. O missionário afirma que a área entre os rios Canumã, Abacaxis e Maués estava ocupada por grupos "muito aparentados", possivelmente subdivisões do mesmo grupo, e acrescenta que os Maraguá habitavam esta região ao final do século XVII. Estes últimos, porém, desaparecem dos documentos históricos no século XVIII, tendo ressurgido no século XXI entre os Sateré-Mawé, como se verá adiante (CIMI, 2007: 14).

Segundo afirma PEREIRA (1954: 24), baseando-se em diversas fontes históricas, os Mawé são "povo essencialmente pacífico", tendo sido reduzidos e aldeados desde 1669. Contudo, em 1692, o Governo declarou guerra justa contra eles (Maraguá), por terem matado "some White men"; em 1762, grupo (Maguê) integrado à missão de Santo Inácio matou seu diretor; em 1769, o governador Ataíde Teive proibiu todo comércio com o grupo (Maguê) por terem atacado e assassinado mercadores brancos; e, em 1823, registra-se outro conflito sangrento entre esses índios e não-índios (NIMUENDAJÚ, 1948b: 245-246). Como pondera PEREIRA (1954: 33-34),

> *Os dados históricos que mostram os* Maués *e os* Andirás*, submetidos e humildes, nas missões fundadas no rio Andirá ou no Maué-Assú, em 1698, também não podem ser interpretados como absolutamente correspondentes à verdadeira atitude psicológica dêsses índios, visto que muitos anos depois do desaparecimento, o fato de conservarem capelas e santos à maneira católica não exprime mais do que uma acomodação inteligente para subsistir, à sombra dos padres e da Igreja Católica, aos efeitos da* ***justa guerra*** *que o governo lhes impusera por massacres cometidos nas comunidades brancas* (grifo do autor).

O fato é que, se o contato com esse grupo foi constante e intenso desde o século XVII por meio das reduções, do comércio do guaraná, do trabalho escravo ou livre em fazendas ou propriedades missioneiras, a partir do século XVIII o contato com a sociedade nacional tornou-se ainda mais intenso, com muitos Mawé indo viver nas cidades que se foram estabelecendo na região a partir dos antigos aldeamentos missioneiros. O século XIX registra a participação desse grupo indígena, ao lado de Mundurukú e Mura, na Cabanagem, lutando junto aos cabanos[289]. A participação Mawé na revolução foi significativa: o ataque a Luzéa foi liderado pelo 'cacique' Mawé Manuel Marques, e o 'cacique' Crispim de Leão liderou as ofensivas às vilas de Tupinambarana e Andirá. É importante ressaltar, no contexto etnográfico da região, que os Mura e os Mawé foram praticamente extintos durante a revolução, que durou de 1835 a 1840[290], tendo morrido aproximadamente 40% da população da Província[291]. Ainda assim, NIMUENDAJÚ (1948b: 246) contabiliza 507 Mawé na Aldeia dos Andirá, em 1849; 570, em 1851; e 665, em 1852. Em 1862, segundo o autor, contavam-se quatro aldeias Mawé na região do rio Tapajós, onde viviam 3667 índios, três das quais foram completamente destruídas por seringueiros provenientes de Itaituba (PA), que passaram a dominar toda a região, no início do século XX (*idem, ibidem*). Segundo hipótese de PEREIRA (1954: 35), o posicionamento político e a participação ativa dos Mawé, em 1916, no conflito armado decorrente do processo de demarcação da divisa entre os estados do Amazonas e do Pará, a favor do Amazonas, representou uma forma de represália aos ataques às aldeias.

---

[289] A Cabanagem foi um movimento revolucionário de caráter popular que contou com a participação de índios, mestiços, negros e representantes das classes médias, que se insurgiram contra a elite política, tomando temporariamente o governo da Província.

[290] O ano de 1835 refere-se ao início da luta armada, representado pelo assalto a Belém, em 7 de janeiro de 1835, com a derrubada do presidente da Província e a posse do primeiro presidente cabano, Félix Antônio Malcher. Contudo, há autores que consideram para esse movimento o período compreendido entre 1820 e 1840, pois se tratou de um momento histórico potencialmente rico em inovação na condução da política e propício à instauração de uma nova ordem social, que já se gestava muito antes do início da luta armada (FRAXE, 2004: 107).

[291] Em números absolutos, fala-se de um total entre 30 e 40 mil pessoas (FRAXE, 2004: 108).

A história de contato desse povo indígena tem continuidade na política do governo federal de promoção da integração à sociedade nacional, a partir da segunda década do século XX, com o estabelecimento do posto indígena do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, posteriormente, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que levou à criação da figura do "capitão", agente intermediário entre a comunidade e o órgão federal, com a função de garantir o cumprimento das determinações governamentais, bem como a implementação de projetos econômicos, como a produção agrícola de acordo com modelos locais de pequenos produtores (ALVAREZ, 2004: 8). De acordo com o autor, outra consequência da presença do Estado foi a distribuição da população indígena ao longo dos rios, seguindo o costume da população cabocla, o que facilitou o contato com a sociedade nacional e intensificou, nos últimos quarenta anos, a migração para a cidade de Manaus, onde hoje vivem mais de 500 Mawé, e para as áreas urbanas mais próximas da terra indígena, onde vivem atualmente aproximadamente mil membros da comunidade Mawé.

A partir da década de 1970, o contato com a sociedade nacional foi moldado pelos grandes projetos desenvolvimentistas da região amazônica: construção de estradas e de hidrelétricas e exploração de minérios e de petróleo. Os Sateré-Mawé debutaram no movimento social indígena com a exitosa luta contra a construção de rodovia que dividiria a Terra Indígena. A mobilização do grupo fortaleceu os *tuxaua*, líderes tradicionais que, com o apoio e mediação da FUNAI, enfrentaram políticos locais e regionais, bem como desbarataram os projetos de comercialização de terras descobertos pela imprensa (ALVAREZ, 2004: 9). No início dos anos 1980, seria a prospecção de petróleo por empresa francesa que levaria os Mawé a mobilizarem-se uma vez mais. Para representar o grupo nas esferas locais e regionais, mas, sobretudo, em nível nacional e internacional, os *tuxaua* indicaram membro da comunidade com experiência de vida na cidade de Manaus, fluente em português, designando, dessa forma, "capitão" que servisse, pela primeira vez, aos interesses do grupo e escapando à mediação da agência governamental (*idem*: 10). A forte mobilização do grupo e o êxito na luta contra os grandes projetos de desenvolvimento nacional precipitaram a demarcação das terras indígenas e, sobretudo, como enfatiza ALVAREZ (*op.cit.*), levaram ao fim do monopólio da FUNAI como representante político do grupo.

A experiência política adquirida e as conexões com o movimento indígena nacional – que se desenvolveu por intermédio da Igreja Católica, com a criação do Conselho Indígena

Missionário, CIMI, em 1972, e a organização de assembleias interétnicas a partir de 1974 – levaram ao processo de organização política formal dos Sateré-Mawé. Nos anos 1990, o grupo estruturou diversas organizações indígenas, incorporando mecanismos que permitem lidar com as instituições nacionais e internacionais, o que promoveu o surgimento de novas lideranças e representantes. Essas organizações têm por objeto as demandas assistenciais, em especial com respeito à saúde e à educação, e comerciais, buscando financiamento para projetos e a colocação de seus produtos no mercado. O Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) elaborou programas de desenvolvimento econômico com agências não-governamentais nacionais e transnacionais, obtendo acesso direto ao mercado europeu para a comercialização do guaraná e promovendo projetos de pesquisa e desenvolvimento da produção de mel de abelha, ambos por intermédio de empresas europeias. A Organização dos Professores, por seu turno, obteve apoio da UNICEF para projeto de promoção e revitalização da língua e da cultura Sateré-Mawé.

Também o contato continuado das comunidades com os parentes que vivem na cidade foi particularmente importante para o desenvolvimento de lideranças locais, uma vez que a experiência no mundo do branco propiciou os meios para fazer a mediação entre os dois mundos. Alguns desses líderes lançaram-se com sucesso na política regional nas eleições para representantes municipais, tanto do poder Legislativo como do Executivo. O grupo deteve, até 2008, a direção da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a qual representa 75 organizações indígenas. Nas eleições de outubro de 2008, Mecias Sateré foi eleito prefeito de Barrerinhas, no Amazonas, com a promessa de campanha de trabalhar pela extensão das políticas diferenciadas às populações caboclas. Jecinaldo Sateré-Mawé, ex-diretor da COIAB, assumiu a recém-criada Secretaria de Estado para os Povos Indígenas, do Amazonas, em 2009, cargo do qual se desligou para concorrer a Deputado Estadual em outubro de 2010.

Com base nas informações elencadas, entende-se que o complexo quadro etnográfico da região Madeira-Tapajós foi fortemente influenciado pela conquista europeia, tendo ocorrido processo de substituição de uns grupos indígenas por outros com o desaparecimento dos primeiros em consequência do intenso contato com não-índios, estabelecido desde o século XVI com o avanço dos primeiros espanhóis pelos rios amazônicos. Os dados existentes sugerem, contudo, que o contexto etnográfico não era menos complexo no período anterior à conquista, sendo toda a região das várzeas dos grandes rios densamente habitada por povos que viviam em grandes aldeias, interligadas por largos caminhos, e cujo sustento baseava-se na agricultura

intensiva de tubérculos e de sementes, como o milho, e na caça e pesca abundantes. Tais sociedades tinham complexa estratificação social, eram governadas por poderosos senhores e sacerdotes especializados, encarregados da vida espiritual, senhoreavam suas terras com grandes flotilhas de guerreiros e submetiam vizinhos menos poderosos pela cobrança de tributos na forma de milho e outros produtos. Como assinala MENÉNDEZ (1984/1985: 272), o quadro etnográfico da área Madeira-Tapajós no final do século XIX foi resultado dos "contínuos movimentos tribais que já eram realizados quando as frentes de ocupação começaram a atuar na área", decorrentes dos contatos interétnicos produzidos pelo intercâmbio, confronto e, provavelmente, expansões e migrações.

Pelo que se pode depreender dos registros históricos, a grande maioria desses grupos seria de língua Karíb ou Aruák, enquanto os grupos Tupí – com exceção, talvez, dos Tupinambá que dominaram extensa região da Bacia Amazônica entre meados dos séculos XVI e XVII – deveriam estar localizados, possivelmente, nos altos cursos dos rios secundários, embrenhados nas matas de terras firmes próximas às cabeceiras desses rios, como se verá adiante. Os Mawé, como outros grupos Tupí, parecem ter passado a ocupar as várzeas desses rios, como Canumã, Maués e Abacaxis, depois que os grupos dominantes foram exterminados ou assimilados, seja por outros grupos indígenas – como os Tupinambá – seja pelo contato com o não-índio e suas práticas de vassalagem: razias, descimentos, alistamentos forçados e escravização, sem deixar de mencionar, naturalmente, a contaminação por doenças até então desconhecidas.

6.1.2 – *AWETÍ*

Antes mesmo das expedições de Karl von den Steinen nas últimas décadas dos oitocentos, os bandeirantes já haviam alcançado as cabeceiras do Xingu entre 1720 e 1770[292], tendo começado o processo de desestabilização do "sistema regional" pelos violentos ataques em busca de escravos e pela proliferação de doenças (HECKENBERGER, 2001: 43). Ao que tudo indica, os antepassados dos Awetí movimentaram-se em direção ao atual Parque do Xingu em

[292] FRANCHETTO (2001: 153, nota 8) registra que as primeiras expedições de bandeirantes para o rio Araguaia ocorreram entre 1680 e 1690. Entre 1740 e 1760, caçadores de índios entraram no Xingu em busca de escravos, alcançando as cabeceiras do rio Buriti por volta de 1770.

algum momento entre 1600 e 1750 (*idem*: 39), quando começaram a intensificar-se os contatos com os europeus na região central do Brasil. É lícito imaginar que os antepassados deste e de outros grupos Tupí, que buscaram refúgio na Bacia do Xingu, estavam reagindo às expedições em busca de ouro e de escravos ao sul da Amazônia, bem como à conquista e à colonização da Bacia do Amazonas.

Resultados de pesquisa arqueológica e etnoarqueológica recentes indicam que, por volta do ano 1400, o padrão de ocupação inicial do curso superior do rio Xingu e seus afluentes foi profundamente alterado, com a construção de grandes aldeias fortificadas pelos antepassados dos grupos Aruák e Karíb, que passaram a dominar a região (HECKENBERGER, 2000: 38), indicando período de grande perturbação e conflitos. Esse padrão, contudo, seria logo afetado pelo contato com o europeu, entre 1500 e 1600, resultando no despovoamento e na disrupção dos sistemas sociopolíticos macrorregionais que se formavam. A chamada "fase Xinguana" (c. 1750-1884) representa o período de consolidação cultural, em que se dá a fusão das diversas culturas, logo após o período de contato com as bandeiras. O contato com a sociedade nacional somente viria a ocorrer novamente a partir de 1884, com as expedições etnográficas (*op.cit.*: 43).

De acordo com a cronologia proposta por HECKENBERGER (2001: 39-40), as primeiras incursões Tupí para a região do Alto Xingu teriam iniciado ainda no século XVII, possivelmente com o avanço dos antepassados dos Kamayurá, que teriam vindo do norte (cf. MENEZES BASTOS[293], 1989 *apud* FRANCHETTO, 2001: 121). De acordo com a pesquisa etno-histórica de MENEZES BASTOS (*op.cit.*), os antepassados dos Kamayurá migraram de duas regiões distintas – dos interflúvios Tapajós-Xingu e Xingu-Araguaia – em decorrência tanto da expansão das fazendas de gado em Goiás, quanto dos enfrentamentos com expedições de busca de escravo e com outros grupos indígenas, como os Jurúna. É interessante observar que as monções, desencadeadas a partir de 1648 com a expedição de Raposo Tavares[294], que tiveram por objetivo

[293] MENEZES BASTOS, Rafael José. 1989. A festa da Jaguatirica: uma partitura crítico-interpretativa. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

[294] A última expedição de Antônio Raposo Tavares, chamada a 'Bandeira do Limite', iniciou-se em 1648 e estendeu-se até os limites do Peru. O explorador partiu de São Paulo, descendo o rio Tietê até o Mato Grosso do Sul, onde destruiu as Missões do Itatim; de lá, seguiu pelo rio Paraguai até o Peru, desceu pelo rio Guaporé, passou ao rio Madeira e ao Amazonas, aportou em Belém e, a partir dali, voltou para São Paulo, aonde chegaria em 1651. A rota Guaporé-Madeira-Amazonas estabeleceu-se como uma das rotas das monções que abasteceriam os exploradores e escoariam a produção das minas de ouro no interior do Mato Grosso e de Goiás.

desbravar e integrar o centro-oeste do país, atingiram diretamente tanto os rios que banham o Pantanal Mato-Grossense como a Bacia Amazônica.

Segundo MENEZES BASTOS (1989 *apud* FRANCHETTO, 2001: 121), na segunda metade do século XVIII, diversas comunidades de língua Tupí teriam sido atingidas pelas frentes expansionistas, incluindo movimentos de outros grupos indígenas para conquista de novos territórios, e levadas a refugiar-se na região dos rios formadores do Xingu, onde teriam sido identificados genericamente pelos Aruák como *kamayula* 'mortos no jirau', em referência à antropofagia Tupí. É interessante salientar que o autor identifica a sobrevivência desses grupos originários não apenas na tradição oral Kamayurá, mas também na variação dialetal que registrou entre os Kamayurá, que se autodesignam *apɨap* 'homem, gente', identificando com base nas variedades linguísticas atuais descendentes de Arupatsí, Karayáya, Ka'atýp e Anumaniá. Note-se que, segundo a tradição oral Awetí, este grupo descenderia de aliança entre os Anumaniá e os antigos Awetí (COELHO DE SOUZA & DRUDE, 2006).

Na história oral Kamayurá, há registro de narrativa de guerra contra uma aliança Anumaniá-Wyrawát. Segundo consta, os Anumaniá seriam os antepassados dos Awetí e os Wyrawát seriam grupo com língua semelhante ao Kamayurá, mas muito parecido com os Awetí. Por outro lado, a tradição oral Awetí registra que os Anumaniá-Awetí e seus aliados – Wyrawát e Bakairí (grupo Karíb) – conquistaram seu território atual pela guerra, o que sugere que a união dos dois grupos tenha sido anterior ao estabelecimento na região próxima ao lago Tafununu. O mesmo evento também é registrado pela história oral Kuikúro, que assegura que a chegada dos Awetí ocorreu quando seus ancestrais Karíb ainda viviam na região desse lago (COELHO DE SOUZA & DRUDE, 2006). De acordo com HECKENBERGER (2000: 52), os grupos Karíb que ocupavam a região do lago deslocaram-se para oeste entre 1740 e 1770, provavelmente em decorrência da hostilidade de outros grupos indígenas. Vale acrescentar que a tradição oral Kuikúro, segundo FRANCHETTO (2001: 153, nota 8), registra a presença Kamayurá na região do lago Tafununu na mesma época em que os Karíb ocupavam a região a leste do rio Kuluene, i. é, em meados dos setecentos. A autora registra, ainda, a hipótese de Heckenberger de que os Kamayurá teriam começado a ocupar os formadores do Xingu por volta de 1740. Pode-se sintetizar esquematicamente as relações entre o mosaico de povos Tupí, identificados pela pesquisa etno-histórica e pela tradição oral, em dois blocos distintos: (i) Arupatsí, Karayáya, Ka'atýp, Apyáp –antepassados dos Kamayurá; e (ii) Anumaniá, Wyrawát, Awetí – antepassados

dos Awetí. Deve-se salientar, contudo, que as alianças entre os grupos parecem ter sido caracterizadas por conflitos e rearranjos e novas alianças, ao menos temporárias, também com grupos Karíb ou Aruák. Segundo consta, os Awetí e os Anumaniá, aliados aos Bakairí (Karíb), depois de várias investidas, teriam, finalmente, invadido a região pelo rio Kurisevo, atacando indistintamente todos os grupos (VILLAS-BOAS & VILLAS-BOAS, 1970: 25). Os Arupatsí, aliados aos Ikpéng (Karíb), teriam dominado o rio Ronuro e, posteriormente, teriam sido massacrados pelos Apyáp e seus aliados Tupí; seus remanescentes teriam sido acolhidos por seus inimigos Tupí (FRANCHETTO, 2001: 122). Os Awetí, outrora envolvidos em conflitos com os Yawalapití, foram encontrados por von den Steinen ligados a seus remanescentes por alianças matrimoniais. Em suma, a história oral dos diferentes grupos alto-xinguanos sugere que os Awetí tenham dominado por meio da guerra o território que ora ocupam, em período anterior ao ano 1750, tendo sido posteriormente incorporados ao sistema alto-xinguano de trocas e alianças.

No entanto, o registro histórico da existência de um grupo indígena identificado como Awetí teria de esperar a expedição do etnólogo alemão, em 1884. O encontro direto do grupo com o etnólogo, contudo, só se daria na expedição seguinte, em 1887, quando von den Steinen pôde confirmar a localização da aldeia Awetí, indicada pelo chefe Suyá três anos antes, próxima à confluência dos rios Kuluene e Kurisevo. Foi no período compreendido entre as bandeiras, em meados do século XVIII, e as expedições etnográficas do final dos oitocentos – mais provavelmente entre 1750 e 1800 – que se deu o processo de transformação e amalgamação do sistema cultural regional, plural e multilíngue (HECKENBERGER, 2001: 53). No entender do autor, e com base em estudos arqueológicos, etnoarqueológicos e etno-históricos, foi no curso de algumas gerações que os grupos migrantes – entre eles o Awetí – foram aculturados à sociedade xinguana. Aos Awetí, coube abandonar o *ethos* guerreiro e belicoso para "virar gente" (COELHO DE SOUZA, 2001) e poderem ser incorporados ao sistema cultural alto-xinguano.

Segundo relatou STEINEN (1940: 192), a aldeia Awetí pode ser considerada como o "ponto central da navegação pelos canais" que estabelecem a ligação entre os diversos grupos que habitam a região, por meio de intrincada rede de canais, lagunas e remansos. O autor especula que o próprio termo *awetí*, forma empregada pelos vizinhos para referirem-se ao

grupo[295], esteja relacionado com a forma adjetiva Guaraní *apité* 'que está no centro, no meio' (*idem, ibidem*), fazendo alusão à situação estratégia da aldeia, que apresentava grande movimentação de pessoas de diversas etnias, espécie de ponto de encontro e local de troca de informações e notícias (*op.cit.*: 141). A localização da aldeia, somada ao tráfego intenso de pessoas e informações, sugere que os Awetí desempenhavam papel relevante no sistema alto-xinguano de trocas de informações e bens, antes do intenso processo de depopulação ocorrido ao longo do século XX. Na década de 1920, a expedição liderada pelo Cap. Vicente Vasconcelos encontrou-os no mesmo local identificado por von den Steinen em aldeia com seis casas elípticas que abrigava uma população de cerca de 80 pessoas. Esta população chegou a pouco mais de vinte indivíduos na década de 1950, o que contribuiu fortemente para a situação de relativo isolamento que marcou a posição do grupo na política intertribal na segunda metade do século passado (COELHO DE SOUZA & DRUDE, 2006).

No final do século XIX, sempre de acordo com STEINEN (1940: 143), havia apenas uma aldeia Awetí e, muito próxima a ela, "duas casas em que moravam homens Awetí e mulheres Yawalapití", os quais, aparentemente, consideravam-se uma nova aldeia com nova identidade, visto que se autodenominavam Arawití, nome que "já tinha o inteiro valor de uma designação de tribu". É significativo que o chefe Suyá, que traçara na areia o mapa da nascente do Xingu com a localização das aldeias para von den Steinen, em 1884, tenha desenhado a 'aldeia Arawití' ao lado da aldeia Awetí. Embora não se tenha notícia, atualmente, de grupo com essa denominação, o episódio é sugestivo da atitude dos grupos alto-xinguanos em relação à ruptura, instalação e acomodação de aldeias e grupos.

No presente, existem duas aldeias Awetí localizadas à margem direita do rio Tuatuari, na mesma região onde foram primeiramente contatados pelas expedições de etnólogos alemães, entre falantes de língua Aruák – a oeste e sul – e Karíb – a leste. Evidências arqueológicas e história oral coincidem em localizar as antigas aldeias do grupo em área restrita ao longo do rio Tuatuari, onde George Zarur, que desenvolveu pesquisa etnográfica na área na década de 1970, identificou seis sítios antigos. A aldeia nova começou a constituir-se em 2002, alguns quilômetros ao norte da aldeia matriz, a partir do estabelecimento de uma família extensa vinda

[295] Os Awetí autodenominam-se *awɨtɨ-ʒa*, possivelmente de *aɨté* 'homem' e *-ʒa* 'PL', tendo o termo *awetí* sido utilizado, primeiramente, para designar um dos grupos Tupí que se fundiram, dando origem aos atuais Awetí (COELHO DE SOUZA & DRUDE, 2006).

da aldeia matriz e de pessoas vindas de outras aldeias (COELHO DE SOUZA & DRUDE, 2006). Os autores, no entanto, não fazem qualquer referência à antiga 'aldeia Arawití', identificada por von den Steinen, não sendo possível precisar se teria sido incorporada à aldeia matriz ou desaparecido.

Em síntese, pode-se dizer que os Awetí pouco a pouco recuperam posição mais ativa no âmbito das complexas relações entre os grupos alto-xinguanos, de forma coerente com sua própria história no contexto de formação do sistema regional, mas também anterior a ele, conformando alianças, separando e reunindo grupos, acolhendo remanescentes, configurando alianças ora flutuantes ora estáveis e convivendo de forma mais ou menos pacífica com seus vizinhos Aruák e Karíb. Sua história recente confunde-se com a da formação do sistema alto-xinguano e está intimamente relacionada à conquista e à colonização da parte sul da Amazônia, no centro-oeste do país.

6.1.3 – *PROTO-TUPÍ-GUARANÍ*

Os povos falantes de línguas Tupí-Guaraní ocupavam, no século XVI, toda a costa oriental do Brasil, a Bacia do Paraná/Paraguai, bem como a região sul da Amazônia. A chegada dos europeus provocou profunda disrupção desses grupos, não apenas no litoral, mas também no interior do subcontinente, forçando-os a uma movimentação que os faria ocupar, em tempos atuais, todo o território nacional e, além de suas fronteiras, o norte da Argentina, o Paraguai, a Bolívia e a Guiana Francesa. Pela extensa área que ocupavam no momento em que se deu a ocupação europeia, no entanto, não se pode imaginar que não tivessem ocorrido grandes movimentações em períodos mais remotos. A busca do local de onde teriam irradiado os primeiros falantes de línguas Tupí-Guaraní vem despertando o interesse de pesquisadores desde a primeira metade do século XIX, intrigados pela impressionante dispersão geográfica registrada desde a conquista.

De forma esquemática, pode-se dizer que coexistem atualmente duas propostas de centros de origem e, consequentemente, dois modelos explicativos da expansão dos povos Tupí-Guaraní. O modelo arqueológico, baseado na dispersão cerâmica, considera como local de origem a

confluência dos rios Madeira e Amazonas, de onde teriam partido dois grupos: os (Proto-) Tupinambá, expandindo-se em sentido leste até a foz do Amazonas e, de lá, em sentido sul pelo litoral; e os (Proto-)Guaraní, subindo o rio Madeira a oeste, interiorizando-se na Amazônia e descendo rumo ao sul até o rio da Prata (LATHRAP, 1970; BROCHADO, 1984 *apud* NOELLI, 1996: 17). O modelo linguístico, por outro lado, sugere um deslocamento a partir da região do rio Arinos, com o desmembramento inicial das línguas meridionais em direção sul até a Bacia do Paraguai, enquanto os falantes das línguas amazônicas ter-se-iam expandido para o leste[296] (RODRIGUES, 2000b). Entre as línguas meridionais, o Proto-Guaraní ter-se-ia distanciado das demais, permanecendo mais tempo na região original, enquanto o Proto-Tupínambá ter-se-ia separado da língua ancestral do Sirionó e do Guaráyo já fora da região amazônica. As línguas amazônicas parecem ter-se dividido em três grupos: um deles foi dar origem às línguas do subconjunto VIII; outro foi formar o subconjunto VII; e o grupo restante ter-se-ia dividido, com o tempo, nas línguas que compõem os subconjuntos IV, V e VI (RODRIGUES & CABRAL, 2002: 335).

Há, ainda, uma hipótese alternativa, que tenta conciliar os dois modelos anteriores, levando em consideração dados recentes, e que introduz uma série de movimentos de fluxo e refluxo (MELLO & KNEIP, 2006). Os autores deslocam a área de origem Tupí-Guaraní para o leste amazônico, entre o Tapajós e o Araguaia, levando em consideração a localização do maior número de línguas da família. Esse modelo incorpora indícios de empréstimo de um ancestral Karíb para o Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 2000b), considerando uma rota de dispersão Karíb no sentido norte-sul, a partir de um centro de origem no maciço guianense, como indicam evidências recentes (cf. MEIRA, 2007), além da rota de migração Tupinambá no sentido norte-sul de BROCHADO (1984). Note-se, contudo, que, se há restrições do ponto de vista da arqueologia para essa proposta – dada a falta de evidências arqueológicas e datações na Amazônia central (CORRÊA & SAMIA, 2008: 411) – também há evidências históricas de que a ocupação Tupinambá do Maranhão e do Pará deveu-se a migrações ocorridas depois da conquista europeia (MÉTRAUX, 1927: 6) a partir do litoral nordestino. MÉTRAUX (1927: 7) identifica, com base nas crônicas d'Abbeville, uma primeira migração de grupos Caeté de Pernambuco, que ocupavam a região entre os rios São Francisco e Paraíba, provavelmente entre

[296] A distinção entre línguas meridionais e amazônicas foi introduzida por DIETRICH (1990).

1560 e 1580. É possível que os Caeté fossem, e assim o supõe MÉTRAUX (1927: 9), os índios Caités/Caytés mencionados por SOARES DE SOUZA (1851):

> *Esse gentio [Pitagoares] senhorêa esta costa do rio Grande até o Parahiba, onde confinaram antigamente com outro gentio, que chamam os Caytés, que são seus contrários e se faziam cruelíssima guerra uns aos outros, e se fazem agora pelas bandas do sertão onde agora vivem os Caytés (...) fallam a mesma língua dos Tupinambás e Caytés; tem os mesmos costumes e gentilidades, o que declaramos adiante no título dos Tupinambás* (SOARES DE SOUZA, 1851: 30-31).

> *(...) lhe fez guerra, maltratando e captivando n'este gentio, que é o que se chama Caité, que o fez despejar a costa toda, como esta o é hoje em dia, e afastar mais de cincoenta léguas pelo sertão* (*idem*: 34).

Também os Potiguara teriam migrado para o Maranhão, a partir de Pernambuco, em 1609, de acordo com os cronistas franceses Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux (cf. MÉTRAUX, 1927: 15). Essa migração teria tido cunho religioso e, depois de muitos enfrentamentos e incidentes, os sobreviventes teriam sido levados, finalmente, para São Luís do Maranhão pelos franceses. Além dessas, ocorreu ainda a grande migração dos Tupinambá, que ocuparam a ilha de Tupinambarana, no Pará, conforme o relato de Acuña (CARVAJAL, ROJAS & ACUÑA, 1941: 261), provavelmente entre 1530 e 1612 (cf. MÉTRAUX, 1927: 23-24), após as guerras contra as populações indígenas perpetradas por Duarte Coelho, como consta do *Tratado Descritivo* de SOARES DE SOUZA (*op.cit.*). Assim, de um lado, não há indicações arqueológicas da presença remota de grupos Tupinambá na Bacia Amazônica e na chamada costa leste-oeste, e de outro, tampouco há indícios linguísticos que sugiram que os Proto-Tupinambá ter-se-iam deslocado do sul da Amazônia, em sentido norte, para o curso médio do rio Amazonas e de lá, em sentido leste, até o Maranhão e, finalmente, para o sul pelo litoral.

Embora MELLO & KNEIP (2006) tenham introduzido uma série de dados recentes, a análise linguística baseia-se exclusivamente em evidências lexicais, o que os levou a desconsiderar a oposição entre línguas meridionais e amazônicas (cf. DIETRICH, 1990; RODRIGUES, 2000b). Tal distinção, no entanto, é crucial e remete a uma primeira divisão dos grupos falantes dessas línguas e ao desenvolvimento de uma história diferenciada para cada sub-ramo. Ao retomar a perspectiva linguística em maior detalhe, entende-se que o sub-ramo meridional ter-se-ia dividido, primeiramente, em dois grupos que avançaram em sentido sul: os antepassados dos falantes das línguas dos futuros subconjuntos II e III (línguas TG da Bolívia e o

grupo Tupí/Tupinambá) teriam dado início ao processo de divisão e ocupação do território, ao passo que os antepassados das línguas do futuro subconjunto I (grupo Guaraní) teriam permanecido algum tempo ainda na região amazônica. A "dupla afinidade de [subconjunto] II já havia sido percebida muito claramente pelos missionários do século XVII [c. 1633]" (RODRIGUES, 2000b: 1600); o subconjunto II refere-se às línguas Tupí-Guaraní bolivianas: Chiriguáno, Sirióno, Guaráyo, Pausérna e Yúki. De acordo com informações linguísticas mais recentes, o Chiriguáno faria parte originalmente do grupo Guaraní (subconjunto I), que se teria deslocado da região a leste de Rondônia, em sentido sul, para as Bacias do Paraná/Paraguai e do Prata após a partida do conjunto II-III. Em algum momento, entre os séculos XV e XVI, essa língua ter-se-ia separado das demais línguas do grupo Guaraní para integrar o futuro conjunto boliviano (DIETRICH, 2007: 216). Ainda de acordo com a hipótese de DIETRICH (*op.cit.*), o subconjunto II – grupo boliviano – começou a ser formado, primeiramente, pela separação do Guaráyo, que iria estabelecer-se a oeste do rio Guaporé. O grupo falante de um ancestral do Yúki-Sirióno deve ter entrado em contato com falantes de Sateré-Mawé, no rio Madeira, para depois voltar a dirigir-se em sentido sul, para o oeste do rio Guaporé, indo estabelecer-se nas proximidades das demais línguas TG bolivianas, onde terminaram por desenvolver traços linguísticos comuns, durante, possivelmente, mais de mil anos de contato areal (DIETRICH, 2007: 216). O subconjunto III – grupo Tupí/Tupinambá – também teria apresentado algum movimento de fluxo e refluxo. Em sua marcha para o sul, depois de separados do subconjunto II, os Proto-Tupinambá ter-se-iam separado dos Proto-Tupí (antepassados dos Tupí de São Vicente, sem nenhuma referência à língua ancestral do tronco Tupí como um todo), que mantiveram ainda, por certo tempo, contato com falantes das línguas do subconjunto II, e teriam infletido em sentido leste, indo para a costa do Rio de Janeiro e, de lá, para o norte. Finalmente, também os Proto-Tupí teriam seguido em sentido leste, indo estabelecer-se no litoral paulista. Os antepassados do subconjunto I – grupo Guaraní – estenderam seus domínios pela Bacia do Prata e, de lá, para o litoral, chegando à costa de Santa Catarina (RODRIGUES, 2000b).

Em relação às línguas do ramo amazônico ou setentrional, a grande maioria delas encontrava-se, no momento dos primeiros contatos com o europeu, no interflúvio entre o Xingu e o Tocantins, com exceção do subconjunto IV – grupo Tenetehára –, cujos primeiros registros históricos datam de 1615 no rio Pindaré (SCHRÖDER, 2002). Dado que não há estudos históricos de síntese das relações entre as línguas que constituem esse ramo Tupí-Guaraní, e que o interesse

desta pesquisa restringe-se à protolíngua ancestral da família como um todo, apresentar-se-á de maneira bastante resumida algumas considerações históricas que podem ser relevantes para a localização das línguas abrangidas por este estudo e para a compreensão das possíveis relações não apenas entre as línguas, mas também entre os povos que as falavam.

Embora a interpretação da representação arbórea do desmembramento de línguas a partir de protolínguas não seja sempre evidente, pois tende a eliminar as diferenças entre cisão e diferenciação linguística e deixa de fora quaisquer informações relativas à convergência linguística (cf. ROSS, 1997: 212), o esquema arbóreo apresentado por RODRIGUES & CABRAL (2002: 335) trata de suprir essas faltas não apenas pelo rearranjo das linhas, mas também pelo quadro explicativo que o acompanha, de forma que se pode deduzir informações relevantes como a diferenciação do Ka'apór em relação aos demais membros do subconjunto VIII – marcado em separado dentro do grupo – em função dos claros sinais de convergência registrados na língua decorrentes do contato com língua do subconjunto III, a Língua Geral Amazônica (CORRÊA-DA-SILVA, 1997; 2005). Da mesma forma, as linhas intermediárias que representam o desmembramento dos subconjuntos II e III, bem como IV, V e VI, parecem indicar antes caso de diferenciação linguística – i. é, afastamento (geográfico e social) gradual de um ou mais grupo(s) de falantes – do que cisão de línguas, que, em geral, refere-se a um evento único de divisão de um grupo de falantes. O que interessa reter aqui é que essas diferenças são dadas pelas distintas formas de interação social entre os falantes, bem como com falantes de outras línguas, pois são também fortemente influenciadas pelo contato e podem resultar em influências areais ou mudança linguística.

Assim, compreende-se que, após a primeira separação em dois ramos, o ramo setentrional deve ter começado a deslocar-se primeiramente para o norte: as línguas do subconjunto VI mantiveram-se muito próximas do ponto original de dispersão Tupí-Guaraní, no rio Arinos. Note-se que a região ao leste de Rondônia é considerada por SCHLEICHER (1998: 321) como uma *relic area* ou, em outros termos, região conservadora em relação às demais, que se manteve afastada da influência de áreas transmissoras de inovações. Os primeiros registros históricos dos falantes das línguas desse subconjunto são de 1750 e localizam grupos do conjunto Kawahíb no Alto Juruena, próximos aos Apiaká (PEGGION, 2002), que ocupavam o Baixo Arinos, em 1746 (TEMPESTA, 2009), e posteriormente no Alto Tapajós; os Júma foram localizados no rio Purus (PEGGION, *op.cit.*), o que sugere movimento de fuga, em sentido oeste, condizente com a história

de massacres, perseguições e quase genocídio do grupo, do qual resta apenas um grupo familiar. Os Kayabí foram localizados, primeiramente, na região entre o Arinos e o Teles Pires por Francis Castelnau, em 1844 (SENRA, 1999).

Os antepassados do subconjunto VII devem ter continuado em sentido norte, se não descendo o Tapajós – cujo baixo curso era dominado por grupos Tapajó – ocupando o interflúvio entre esse rio e o Xingu. Segundo a tradição oral, foi dessa área que os antepassados dos Kamayurá partiram em direção sul, atravessando o Xingu e ocupando também o interflúvio entre este rio e o Araguaia, enfrentando e compondo alianças com diversos grupos até chegarem, por volta de 1740, nos formadores do Xingu. O subconjunto VIII dirigiu-se também para a Bacia do Xingu, ocupando o interflúvio entre os rios Xingu e Tocantins: os Wayampí, que migraram do Baixo Xingu para o norte, cruzando o Amazonas, a partir de 1736 (GILLIN, 1948; GRENAND, 1982); os Emérillon, que provavelmente fizeram o mesmo caminho que os Wayampí na mesma época e, talvez, constituíssem divisão desse grupo (GILLIN, 1948); os Zo'é, que também migraram para o norte da região amazônica, possivelmente pelo rio Paru e, depois, seguiram em sentido oeste (CABRAL, 1995/1996: 61); os Guajá, cujo registro mais antigo é de 1774 no Baixo Tocantins (NIMUENDAJÚ, 1948d: 135); os Takunyapé, que ocupavam a margem direita do baixo Xingu e cujo primeiro contato com Jesuítas deu-se nos anos de 1662-1663 (NIMUENDAJÚ, 1932: 543; 1987); e, por fim, os Ka'apór, que talvez ocupassem, pelo menos desde o século XVIII, a região entre o Xingu e o Anapu, afluente do rio Pará (CORRÊA-DA-SILVA, 1997: 92; 2005: 17).

Os falantes das línguas do subconjunto V parecem ter-se refugiado nos rios menores, como o Bacajá, afluente da margem oriental do Xingu, onde seriam encontrados, no século XIX; os Asuriní do Xingu e os Araweté; os Anambé foram encontrados, em 1884, entre o alto Pacajá e Jacundá, na margem ocidental do Tocantins (RICARDO, 1985); e os Amanayé estavam localizados no baixo Tocantins (NIMUENDAJÚ, 1987; RICARDO, 1985). Os falantes das línguas do subconjunto IV também ocupavam o interflúvio Xingu-Tocantins: os Tapirapé localizavam-se nos baixos cursos do Xingu e do Tocantins até o século XVII (TORAL, 2004); os Avá-Canoeiros foram registrados ao longo do Tocantins e seus afluentes no início do século XIX, e os Asuriní do Tocantins somente foram contatados no século XX; os Turiwára são registrados a partir do século XVIII no Baixo Tapajós (NIMUENDAJÚ, 1948e: 193; RICARDO, 1985); os Tenetehára foram ocupar as terras a leste do Tocantins, chegando ao rio Pindaré; e os Tembé, integrantes do

grupo Tenetehára, dirigiram-se em sentido oeste, para o rio Gurupí, em meados do século XIX. A região entre os rios Tocantins e Mearim pode ser considerada como uma área linguística, onde se desenvolveram inovações linguísticas e culturais comuns, e cuja ocupação por grupos integrantes de vários subconjuntos Tupí-Guaraní é atestada desde o princípio do século XVII. Registra-se, para essa área, movimento contínuo das populações Tupí-Guaraní do Baixo Tocantins para os rios Pindaré e Mearim e, daí, para os rios Moju e Capim (CABRAL, *et. al.*, 2007: 360). Um dos fatores que deve ter contribuído para dispersar os grupos Tupí-Guaraní do Baixo Xingu e intensificar sua movimentação em sentido leste foi a invasão dos Tupinambá no Baixo Amazonas e seus tributários, na segunda metade do século XVI (*idem*: 358).

De fato, a presença dos beligerantes Tupinambá deve ter influído fortemente para o redesenho do mapa etnográfico do Médio e Baixo Amazonas, bem como da região entre Belém e São Luís. Note-se que os Guajajára (Tenetehára) podem ter sido primeiramente contatados pelos franceses já em 1615 (SCHRÖDER, 2002), ao passo que a cidade de Belém foi fundada em 1616, sobre antiga aldeia Tupinambá. Não tardou muito, contudo, para que os jesuítas chegassem à região do Baixo Amazonas, em 1636 (BALÉE, 1988: 156), e dessem início ao trabalho de missionação dos grupos indígenas da região. Em 1655, tem início período de intensa atividade missionária jesuíta na Amazônia e, em cinco anos, "são estabelecidas 42 aldeias na boca do Amazonas, para onde desceram 200 mil índios, trazidos de praticamente todos os tributários do grande rio" (CORDEIRO, 1993: 23). Introduz-se, assim, novo elemento no palco das movimentações de grupos indígenas amazônicos a partir do século XVII: a constante presença europeia e as diversas formas de contato que serão introduzidas – desde epidemias até casamentos com não-índios – que vão intensificar o já complexo contexto etnográfico regional pela substituição de populações dizimadas por grupos oriundos de outras regiões e pelas diferentes formas de inserção dos grupos indígenas ao novo sistema colonial que se instalava.

Não cabe aqui avançar na história da colonização da Província do Maranhão e do Grão-Pará, mas, ao contrário, insistir na modificação do cenário etnográfico causada a partir da intrusão dos Tupinambá na região amazônica, evento que atinge diretamente, dentre os grupos aqui tratados, pelo menos os falantes de línguas Tupí-Guaraní e da família Mawé. Como se viu anteriormente, os Tupinambá que povoaram o Maranhão e o Pará, assim como os que se estabeleceram nas Ilhas Tupinambaranas, eram oriundos do Brasil. FERNANDES (1989: 43), que concorda essencialmente com a interpretação de MÉTRAUX (1927; 1928), considera que o

movimento migratório Tupinambá ocorreu em ondas sucessivas a partir de 1562, primeiramente para o interior e, depois, em sentido norte, rumo à costa leste-oeste e à foz do Amazonas. Fizeram parte desse movimento, principalmente, grupos Caeté e Tupinambá e, possivelmente, outros grupos como os Potiguara, vindos de Pernambuco e da Bahia, confederados contra o inimigo comum: o invasor português. Já estabelecidos, os diferentes grupos continuaram, em grande parte, solidários nas novas terras conquistadas aos grupos locais derrotados. A fixação de grupos Tupinambá nas Ilhas Tupinambaranas parece ter ocorrido mais ou menos ao mesmo tempo, possivelmente a partir de 1600 e, em 1639, dominavam vasto território, deslocando-se dentro de área que alcançava até o rio Negro. Os Tupinambá mantinham relações belicosas com os povoadores primitivos da região, com os quais estabeleceram relação de vassalagem e dos quais cobravam tributos, tendo-os submetido não apenas pela guerra, mas também por alianças matrimoniais (FERNANDES, 1989: 51)[297].

Deve-se ressaltar que os diferentes grupos Tupinambá que povoaram a região amazônica eram, originalmente, inimigos e possuíam em comum apenas o "equipamento cultural e o nome, com o qual os designavam os franceses e portugueses" (FERNANDES, 1989: 44). A qualidade de inimigos oferece a possibilidade de convivência de forma mais ou menos continuada como prisioneiros de guerra, com a presença de mulheres de grupos contrários tomadas como concubinas. Associados, os diversos grupos estabeleceram-se em regiões vizinhas, dominando vasta área da costa e do interior, do Baixo e Médio Amazonas e dos baixos cursos de alguns dos principais afluentes do grande rio; subjugaram as populações locais, tomando prisioneiros e concubinas e, finalmente, estabelecendo relações pela via do parentesco, por meio de alianças matrimoniais. Mantiveram, ainda, o monopólio das relações com os não-índios, pela experiência adquirida com o contato com o europeu na costa brasileira e pelo domínio da língua Tupinambá e, posteriormente, Língua Geral Amazônica, que partilhavam com missionários e 'brasileiros'. Seu *ethos* guerreiro tornou-os peça importante nas 'tropas de resgate' organizadas pelo colonizador para capturar escravos. Estabeleceram, no entanto, relações flexíveis e assumiram identidades étnicas mutantes ao sabor do contexto. Ora aliados, ora inimigos, uniram-se a franceses no ataque a portugueses, e a portugueses no ataque a outros indígenas, uniram-se a

[297] Para apreciação detalhada da distribuição espacial dos Tupinambá entre os séculos XVI e XVII, ver FERNANDES (1989[1948]: 25-53); para a constituição da "matriz" Tupinambá dos índios cristãos na Amazônia portuguesa de 1653 a 1769, ver CARVALHO JR. (2005).

outros indígenas no ataque a portugueses, e a portugueses no ataque a indígenas outrora aliados. Como salienta CARVALHO JR. (2005: 133):

> *Afirmar que os grupos de Tupinambá habitavam praticamente todo o estado do Maranhão e compartilhavam um substrato cultural comum não significa necessariamente dizer que cultivavam algum tipo de união que fosse além de situações circunstanciais. Assim, a diversidade política entre esses grupos era muito maior e muito mais constante do que sua unidade cultural. Por outro lado, esta mesma cultura compartilhada era a que permitia circunstancialmente arranjos políticos e militares e, posteriormente, permitiu a constituição de uma base simbólica comum através da qual o novo personagem indígena colonial se constituiu, ultrapassando os vínculos antes apenas circunscritos aos grupos indígenas do tronco Tupi.*

Essa fluidez das relações e as práticas de contato por meio da guerra e da incorporação de outras etnias por meio de alianças matrimoniais, que caracterizou o povoamento do Maranhão e do Pará, parecem ser os traços fundamentais que moldaram as relações de grupos Tupí-Guaraní com outros grupos em período anterior ao contato com o europeu. Nas palavras de CARVALHO JR. (2005: 128), "a relação destes povos com a 'alteridade' sempre se caracterizou pelo processo de assimilação."

Os etnólogos descrevem o "idioma" dos povos amazônicos como "uma metafísica da predação", quer dizer "os índios enfatizam a transformação ontológica da diferença" ao valorizar o exterior na busca de elementos capazes de interagir na sua vida cotidiana, de forma que "o outro é tão fundamental que exterminá-lo implicaria um prejuízo para si próprio". No caso dos Tupinambá, o que é mais valorizado no exterior é o inimigo (OSWARD, 2008: 217), que, em determinadas circunstâncias, como se viu acima, pode ser também um aliado. Dessa perspectiva, é possível entender não apenas a importância da guerra na sociedade Tupinambá, mas apreendê-la "como parte da ordem da criação e da produção" e não da "reprodução social", e compreendê-la como uma forma de "abertura para o alheio, o alhures, o além (...), um modo de fabricação do futuro" (CARNEIRO DA CUNHA & VIVEIROS DE CASTRO, 1985: 205). Essa abertura para o outro constitui, com efeito, a principal dinâmica desse grupo indígena.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, FAUSTO (1998[1992]: 387) entende que o xamanismo/profetismo Tupinambá permitia ao xamã "gerenciar relações com o exterior da sociedade", de forma que principais e pajés não estariam em uma relação de oposição – como

são normalmente descritos tanto pela etnografia quanto pela historiografia –, mas de complementaridade no gerenciamento das relações com a alteridade.

É partindo, portanto, do pressuposto de que existe certa continuidade "na lógica do funcionamento dessas sociedades" (FAUSTO, 1998[1992]: 381) nos períodos anterior e posterior à conquista, que estudos baseados em abordagem etno-histórica lançam mão de conceitos como o de "não-elementaridade"[298] (cf. FAUSTO, 1998[1992]) ou da distinção entre "estruturas performativas" e "prescritivas" (cf. SAHLINS, 1990a), para lançar luzes sobre a organização social tanto de grupos Guaraní quanto Tupinambá anteriores à conquista, para além da fragmentação dos registros históricos quinhentistas. Essa perspectiva pode ajudar a compreender, em certa medida, quem eram e como viviam as comunidades que, num passado remoto, falavam o Proto-Tupí-Guaraní.

Por este prisma, pode-se compreender, como argumenta FAUSTO (1998[1992]: 390), a 'fluidez' do comportamento Tupinambá como o "caráter performativo da estrutura: em vez de exorcizar o evento, faz dele uma variável estrutural, preservando sempre um resíduo de incerteza". Acrescenta, ainda, o autor, que "esse intervalo, esse 'resíduo de incerteza' é justamente o espaço do político na sociedade Tupinambá". É, também, responsável pela ambiguidade que caracteriza a estrutura social Tupinambá, ambiguidade esta que, por ser constitutiva da estrutura, não precisa ser resolvida; para ser compreendida, no entanto, requer que a dimensão simbólica seja entendida como formadora da práxis (SEEGER, DA MATTA & VIVEIROS DE CASTRO[299], 1979: 10 *apud* OSWARD, 2008: 242, nota 20).

No que diz respeito aos Guaraní, MELIÀ (1988 *apud* MONTEIRO, 1998[1992]: 482) reintroduziu a tradução do Pe. Ruiz de Montoya da expressão que veio a ser interpretada nos séculos XIX e XX como 'terra sem mal' e que nos séculos XVI e XVII era entendida como 'solo intacto, não edificado' – em outras palavras, terra virgem – remetendo à dinâmica de ocupação territorial Guaraní, bem como às mudanças nos padrões de ocupação e deslocamentos impostos pela conquista e pela colonização. Nesse sentido, para além das utopias, é a espacialidade,

[298] Por não-elementar, o autor entende que "a estrutura dessas sociedades não pode ser descrita por um conjunto de regras mecânicas, dadas *a priori*, pois o evento é uma variável estrutural, não um elemento externo à estrutura" (FAUSTO, 1998[1992]: 394, nota 2).

[299] SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1979. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, Antropologia, número 32.

associada à tradição, o que constitui um dos principais eixos do 'modo de ser' (*tekó*) Guaraní (MELIÀ *op.cit.*, *apud* MONTEIRO, *op.cit.*: 482).

De acordo com estudos etnoarqueológicos e etnoambientais, a chave da compreensão dos povos Guaraní anteriores à conquista, em sua especificidade sociocultural, reside na questão da territorialidade (cf. NOELLI, 1993; 1996; 1998; BERTHO, 2005), tendo sido identificada ruptura significativa a partir da conquista e expansão da colonização ao sul do continente. Entende-se, dessa forma, que a distinção substancial que existe entre o movimento de dispersão tratado anteriormente e a expansão Tupí/Tupinambá, pela costa, e Guaraní, pelas Bacias do Paraná/Paraguai e do Prata, reside essencialmente no fato de que, em oposição ao 'êxodo' registrado no século XVI, o movimento expansionista deveu-se ao aumento demográfico na organização dos chamados cacicados amazônicos (BERTHO, 2005: 32). Dados arqueológicos relativos a diversas áreas Guaraní denotam ocupação contínua por mais de 1.500 anos (cf. NOELLI[300], 2004 *apud* BERTHO, *op.cit.*), sugerindo avanço lento e gradual que indica "uma relação de sedentarismo nos espaços territoriais de domínio" em decorrência do manejo agroflorestal, da guerra de conquista de espaços territoriais e de sua manutenção (*idem, ibidem*).

> *A lógica guarani de ocupação do espaço e do uso dos recursos naturais, que se caracterizava pelo movimento da circularidade em espaços territoriais de domínio relativamente contínuos, e o movimento da expansão pela procura (e disputa) de ecossistemas em sua máxima capacidade de fertilidade dos solos, começou a ser alterada pela Conquista. Da expansão/manutenção para a dispersão em ritmo mais acelerado, paulatinamente passando a encontrar barreiras que os impediam de exercer plenamente seu modo de ser tradicional em termos etno-ambientais* (BERTHO, 2005: 37).

É assim que arqueologia e etno-história acionam a outra face do modelo de historicidades de SAHLINS (1990a: 11 *et seq*), recorrendo ao conceito de prescritividade – tradição – e à dinâmica territorial Guaraní, caracterizada pela expansão territorial e manutenção de novos territórios por meio da guerra e da antropofagia (NOELLI, 1993: 3), para entender a ruptura na dimensão espacial do *tekó*[301].

---

[300] NOELLI, Francisco Silva. 2004. La distribuición geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraníes. In: SAEZ, Oscar Calavia (Coord.), *Monográfico: a persistência Guarani*. Revista de Indias, 64 (230): 7-34. Madrid, Espanha.

[301] A situação de ruptura da dimensão espacial Guaraní com a conquista e colonização foi capturada de forma emblemática na expressão que dá título à dissertação de mestrado de Francisco NOELLI (1993): "sem *tekohá* não há *tekó*" (sem 'aldeia' não há 'modo de ser').

Note-se, porém, como lembra OSWARD (2008: 231), que "a reprodução não significa estrito senso uma repetição, mas uma ideia de permanência, de longa duração, de coisas que são familiares, de retorno". Como sugere MONTEIRO (1998[1992]: 480), talvez grande parte das diferenças entre Tupinambá e Guaraní seja apenas uma questão de abordagem: enquanto os estudos Tupí centraram-se na guerra, as etnografias Guaraní enfatizaram a religião.

Ao reintroduzir questões linguísticas que podem ser esclarecedoras com respeito às historicidades Tupí-Guaraní, é digno de nota o fato de que tanto os Tupinambá da costa quanto os Guaraní assimilaram os europeus recém-chegados aos *karaíba* (Tb) / *karaí* (GA), termo originalmente aplicado aos grandes xamãs que se deslocavam de aldeia em aldeia realizando curas e profetizando, o que introduz uma nota de reprodução e permanência – prescritividade – comum a ambos os grupos. De outra parte, como lembra MONTEIRO (1998[1992]: 482), a ação dos *karaíba / karaí* pregava, em ambos os casos, a abolição do trabalho, da vida cotidiana, enfim, a destruição da ordem existente, trazendo assim um quê de transformação – performatividade – que era, contudo, necessária justamente para preservar a identidade, o 'modo de ser' dessas sociedades indígenas. Nas palavras de CARNEIRO DA CUNHA & VIVEIROS DE CASTRO (1985: 196),

> *Os profetas seriam assim não tanto revolucionários quanto fundamentalistas, contestatários apenas na medida em que todo fundamentalista o é.*

É dessa perspectiva que as ideias de SAHLINS (1990a: 50) fazem sentido para a história Tupí-Guaraní anterior à conquista:

> *Enquanto a categoria dada é reavaliada no curso da referência histórica, as relações entre as categorias também mudam: a estrutura é transformada.*

É no mundo que as categorias culturais adquirem novos valores e são, desse modo, alteradas. A estrutura é transformada quando as relações entre as categorias mudam. Entretanto, a transformação de uma cultura é também um modo de sua reprodução (SAHLINS, 1990a: 174).

Outro exemplo significativo, ainda no âmbito da língua, que reflete a "abertura para o alheio, o alhures e o além" (CARNEIRO DA CUNHA & VIVEIROS DE CASTRO, 1985: 205), é o desenvolvimento das línguas gerais nas situações sócio-históricas específicas de contato com o europeu, as quais foram comuns tanto aos Tupí e Tupinambá da costa quanto aos Guaraní, nos

primeiros séculos da conquista[302]. O surgimento das línguas gerais está intrinsecamente relacionado à conquista e à colonização europeia, empresa realizada predominantemente por homens sobre enorme população indígena socialmente predisposta a alianças matrimoniais com estrangeiros. O rápido surgimento de uma população mestiça foi decorrente não apenas de alianças matrimoniais, mas também da escravidão de mulheres e crianças indígenas e da prática generalizada do concubinato. Ainda que os filhos mestiços desses relacionamentos fossem considerados brasileiros, sua língua materna era a indígena. Com o tempo, da mesma forma como ocorreu com o uso do termo *karaíba / karaí*, que é ainda hoje utilizado para fazer referência ao não-índio, ficou demonstrado com clareza na transformação da língua indígena em língua geral que:

> *Embora os homens não estivessem plenamente conscientes da mudança, os antigos nomes que ainda permaneciam em todas as bocas tinham lentamente adquirido conotações muito distantes do seu sentido original* (BLOCH[303], 1966: 90 *apud* SAHLINS, 1990a: 51).

Como afirmavam WEINREICH, LABOV & HERZOG (2006[1968]: 37) a respeito da mudança linguística, apesar de que tanto a língua como a comunidade permaneçam a mesma, ambas adquirem forma diferente. Os autores frisam, com base em abrangentes estudos empíricos, que é a estrutura da comunidade, tanto quanto os indivíduos que ocupam várias posições funcionais na estrutura, que exibirá mudanças. Em muitos casos, será difícil estabelecer que a comunidade e a língua são as mesmas, pois as mudanças podem ser tão rápidas que não é fácil afirmar que os novos membros são os herdeiros simultâneos da mesma língua e da mesma comunidade.

6.2 – DO PRESENTE AO PASSADO

Em 2002, com o projeto "De volta às origens", os Maraguá ressurgiam do processo de invisibilidade em que submergiram devido à ferrenha represália aos cabanos empreendida pelo governo da Província do Grão-Pará (CIMI, 2007: 14). Os que não se renderam e renegaram sua identidade indígena a partir de 1860, foram forçados a desaparecer no anonimato. Muitos foram

[302] Para uma apreciação detalhada do surgimento das línguas gerais sul-americanas e as situações *sui generis* de contato que se produziram nos primeiros anos da conquista e colonização, ver RODRIGUES (1996a).
[303] BLOCH, Marc. 1966. *French Rural History*. Berkeley: University of California Press.

incorporados aos Sateré-Mawé, de cujo seio emergiram, a partir de 2005, para reivindicar identidade, terras e reconhecimento (*idem, ibidem*). Dizem-se originários do rio Mamuru, limite oriental do antigo território Tupinambá, e do rio Maracoã, território que dividiam com os Arapium e os Sateré-Mawé. Reconhecem sua origem Aruák e falam a Língua Geral Amazônica, sem dúvida aprendida em alguma das seis reduções jesuíticas localizadas na confluência dos rios Madeira e Amazonas, fundadas a partir de 1660 (BETTENDORF, 1910[1698]). Excelentes ceramistas, herdeiros da cultura tapajônica, possuem em suas aldeias lamparinas antigas de cerâmica (CIMI, 2008: 27).

Embora sempre referidos como relacionados aos Mawé, os Maraguá aparecem na literatura em 1639, entre os diversos grupos listados por Acuña entre o Tapajós e o Madeira. É apenas em 1691 que surge a primeira referência aos Mawé (Mabués), no mapa de Samuel Fritz, ocupando o mesmo território, localizados imediatamente ao sul dos Maraguá. Se o ressurgimento dos Maraguá esclarece sua origem – considerando que sejam efetivamente descendentes dos grupos registrados com esse nome no século XVII – também coloca por terra a ideia de NIMUENDAJÚ (1948b: 245) de que eram, junto com os Andirá, subdivisões dos Mawé. Parece, por outro lado, reforçar a hipótese de que os Mawé seriam um povo 'tupinizado'.

MANO (1996: 42) encontra na cosmologia Sateré-Mawé expressões de que os mesmos seriam constituídos por "diferentes grupos que sofreram um processo de tupinização e que por fim acabaram se organizando em torno de normas e instituições comuns". O relato mítico sobre a *História da Pedra ou da Aliança entre os Mawé* (PEREIRA, 1954: 92) aponta, na interpretação de MANO (*op.cit.*), a exogamia interna dos diferentes grupos como o eixo da união:

> *(...) Depois disso, perdoando-se entre si, os Maués resolveram jogar a pedra fora, para que nunca mais nenhum deles brigasse. E foi essa pedra que* Uaçiri *levou para o céu, pois, se a deixasse na terra, os Maués estariam sempre brigando entre si. Desde então foram os Maués casando-se dentro da própria tribo* (MANO, 1996: 42).

Ainda que se admita que o mito pode ser efetivamente indicativo de que o grupo tenha sido conformado pela incorporação de outros grupos, como, de fato, o caso Maraguá deixa patente, não há nisso razão para supor um processo de 'tupinização', em especial porque é preciso ter em mente o fato extremamente significativo de que se trata de um grupo Tupí.

Também FIGUEROA (1997) defende que os Mawé são um povo mestiço, formado por matriz Tupinambá sobre substrato de diferentes grupos locais não identificados. Os argumentos linguísticos da autora para sustentar a hipótese de que os Mawé seriam produto de processo de 'tupinização' referem-se à diferença que estabelecem entre a língua Sateré-Mawé atual, que também chamam 'gíria', a Língua Geral Amazônica e o que chamam de Sateré antigo, que seria a língua utilizada nos cantos rituais. O Sateré antigo seria caracterizado pelo estilo indireto e uso abundante de metáforas, o que teria levado ao surgimento de especialistas na transmissão e interpretação da tradição cultural do grupo. No entanto, como explica SIDOROVA (2000: 95), "los análisis del lenguaje ritual a menudo destacan su formalidad, el carácter metafórico, así como la presencia elevada de palabras raras 'sin sentido'". Em exercício de análise linguística do canto *Origem da Tocandira*, com o intuito de cotejar o significado literal do canto com a tradução publicada por PEREIRA (1954: 57-58) e a exegese dos Sateré-Mawé a partir do mito, de acordo com a análise de ALVAREZ (2005: 9 *et seq*), verificou-se que a maior dificuldade de compreensão da canção reside antes na inconsistência do registro que no uso de palavras 'raras' (cf. CORRÊA-DA-SILVA, 2009c).

Por outro lado, é extremamente comum que os grupos indígenas refiram-se à sua própria língua como 'gíria', em oposição ao português[304]. Além disso, FIGUEROA (1997) parece não considerar o fato de que a Língua Geral Amazônica foi a língua da conquista e da colonização de toda a Bacia Amazônica nos séculos XVII e XVIII e continua sendo falada ainda na região, mesmo em zonas urbanas[305]. Como se viu anteriormente, havia seis missões jesuíticas na confluência entre os rios Madeira e Amazonas e, pelo menos desde 1691, os Mawé estavam sujeitos à evangelização. O fato de que os anciãos Mawé possam ainda falar a Língua Geral Amazônica é uma indicação da presença do grupo nas reduções e de sua importância no processo de colonização da região, ainda que como revoltosos e revolucionários. Conforme apresentado nos capítulos precedentes, do ponto de vista linguístico, não há dúvidas de que a língua Sateré-Mawé descende geneticamente do Proto-Tupí, embora apresente empréstimos da Língua Geral Amazônica, que reforçam as outras evidências de presença do grupo nas reduções e como participantes ativos no sistema colonial.

---

[304] Fato registrado durante meu próprio trabalho de campo entre os Ka'apór, em 1996 e 1997.

[305] Vale lembrar que a Língua Geral Amazônica ou Nhengatú, o Tukáno e o Baniwa foram declaradas línguas oficiais, ao lado do português, no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, pela lei 145/2002, aprovada em 22/11/2002, de acordo com a proposta do vereador indígena Camico Baniwa.

Outras indicações do processo de 'tupinização', na visão de FIGUEROA (1997), seria a divisão do grupo em *ɨwania* (clãs), cuja tradução nativa seria 'nação'. Como explica ALVAREZ (2005: 3), de acordo com o "senso comum antropológico", os grupos Tupí não estariam divididos em clãs, não obstante, a etnografia registra divisões clânicas para os Mundurukú, os Makuráp (Tuparí) e os Suruí (Mondé). LARAIA (1995: 184) apresenta elementos para afirmar a existência de grupos de descendência unilinear entre os povos Tupi. No caso dos Sateré-Mawé, encontra-se uma divisão em clãs levada a sua mínima expressão; ela orienta os casamentos exogâmicos e serve para classificar os diferentes "tipos de gente" (ALVAREZ, 2005: 3).

Finalmente, a dualidade entre a porção guerreira e a do diálogo, que se expressa no *porantiŋ*, objeto sagrado dos Mawé, que se assemelha a uma clava de guerra, na descrição de ALVAREZ (2005: 3), ou a um remo de madeira, conforme PEREIRA (1954: 76), seria mais uma evidência de 'tupinização'. O *porantiŋ* possui um leque de atributos: é, ao mesmo tempo, a arma do herói cultural e objeto sagrado, espécie de "legislador social" (LORENZ, 1992: 15), além de servir de suporte para as pinturas de relatos míticos e histórias de origem, de um lado, e histórias de guerra, do outro. PEREIRA (1954: 80) considera os desenhos do *porantiŋ* como uma escrita ideográfica que representa ciclos de lendas que deveriam ser lidos durante os rituais, mas já não há ninguém que saiba ler essas histórias. Todos esses fatores reunidos levaram FIGUEROA (1997: 367) a interpretar esse dualismo – face da guerra/face do diálogo – representada pelo *porantiŋ* como uma indicação da oposição entre Tupí/substrato profundo, que a autora relaciona aos heróis míticos femininos, sugerindo origem em sociedade matrilinear, do que ALVAREZ (2006: 14) discorda.

MANO (1996: 49), por sua vez, relaciona a presença dessa peça etnográfica, entre os Mawé, às relações históricas que devem ter possuído com grupos Karíb a noroeste da área Madeira-Tapajós, da mesma forma que a presença da zarabatana e do uso do pó narcótico paricá, costume compartilhado, segundo PEREIRA (1954: 28), com seus vizinhos Mura, com os quais certamente mantiveram contato, pelo menos nos eventos relacionados à Cabanagem, a que ambos os grupos aderiram, junto com os Mundurukú. SUSNIK[306] (1975: 87 *apud* MENÉNDEZ 1984/1985: 281) considera, por sua vez, que tanto o mito de origem quanto o 'remo mágico' seriam evidências de influência Aruák.

[306] SUSNIK, Branislava. 1975. *Dispersión Tupi-Guarani Pré-Histórica*. Asunción, Paraguay: Museo Etnográfico Andrés Barbero.

Impõe-se, contudo, refletir mais detalhadamente sobre esse processo de 'tupinização', ideia que foi tão cara a etnólogos e historiadores, em especial a partir do Segundo Império, que viam nos Tupinambá da costa o paradigma do bom selvagem que se entregou pacificamente à aculturação, um índio temporalmente distante, transformado, a caminho da civilização – ou, ainda melhor, morto – e que reaparece, de tempos em tempos, reintroduzindo confusões há muito desfeitas pelos critérios de classificação genética utilizados pela linguística. Faz-se necessário, antes que nada, desfazer-se de noções que refletem a divisão ultrapassada de línguas Tupí 'puras' e 'impuras', tais como:

> *vizinhos de grupos* ***genuinamente*** *Tupí, como os atuais Kawahiwa (...) os Mawé repartem com outro de seus vizinhos: os Mundurukú, o título de grupos étnicos mistos, fato que exatamente se reflete na presença entre eles de elementos culturais diferentes do padrão Tupí-Guaraní* (MANO, 1996: 43) (grifo meu).

> *(...) na categoria de falantes de uma "língua não Tupí-Guaraní do tronco Tupí (Rodrigues, 1982: 12). Ou em outros termos, mas que dizem o mesmo, embora incorporada ao Proto-Tupí, a língua Mawé* ***difere, por incorporação de outros elementos do Tupí-Guaraní*** *falado por exemplo pelos antigos Tupinambá* (*idem*: 44) (grifos meus).

> *Posto isto, pode-se efetivamente dizer agora que os Mawé se classificam melhor na categoria de* ***grupo Tupí impuro ou mesclado****. E o resultado do mestiçamento que deu origem a essa formação pode ser igualmente verificado nos estudos da cultura material desse grupo que, assim como a língua, assinalam também a presença de elementos muito bem diferenciados* (*idem*: 45) (grifos meus).

O historiador CARVALHO JR. (2005: 124-125) salienta a necessidade de "ter cuidado ao utilizar o termo tupi", pois "há e provavelmente já havia [no século XVII] uma unidade cosmológica entre as diversas gradações étnicas que compunham este tronco linguístico". O autor (*op.cit.*: 145) argumenta que os Tupinambá, ao submeter e dominar os grupos que habitavam a área Madeira-Tapajós, estabeleceram processo de 'tupinização' da região com a adoção, por parte dos antigos grupos, do sistema referencial cultural e linguístico de base Tupí, levando a um movimento de redefinição identitária. Nos séculos posteriores, esse processo tomaria proporções diferentes, pois já não havia incorporação de outros povos da floresta ao seu modo de vida e tradição cultural, mas uma "base tupi colonial", em parte fruto da assimilação dos Tupinambá aos núcleos coloniais. Ainda assim, o autor também chama de 'tupinização' o processo de constituição de 'índios cristãos', em que os antigos Tupinambá tornaram-se

intermediários culturais entre o novo mundo e as antigas tradições dos diversos grupos da região. Deve-se enfatizar, contudo, que esse segundo processo de 'tupinização' é decorrente da colonização e evangelização da região e, portanto, desenvolvido pelo Estado e pela Igreja, e não pelos Tupinambá.

Observe-se, entretanto, que em nenhum momento CARVALHO JR. (2005) questiona as consequências do contato com outros povos Tupí ou se isso levaria a formas distintas de interação: em que direção ocorreria a 'tupinização'? Tampouco MANO (1996) e FIGUEROA (1997) consideraram a possibilidade de outros processos resultantes do encontro dos Tupinambá com povos Tupí com os quais compartilhavam um sistema referencial e simbólico. Como se verá adiante, o contato com os Mawé pode ter levado ao desaparecimento dos Tupinambá pela imposição da língua Sateré-Mawé, até mesmo no imaginário local em que um grupo denominado em decorrência de suas semelhanças com os Tupinambá – os Tupinambarana – cedeu lugar nos registros históricos aos diversos etnônimos das subdivisões Mawé.

É importante distinguir os dois momentos de contato com os Tupinambá e enfatizar que quando esse grupo, na segunda metade do século XVI, fugiu da dominação portuguesa na costa, deu início ao movimento de dispersão pelo interior, durante o qual dominou e incorporou outros grupos indígenas a seu modo de vida e tradição cultural por meio de alianças matrimoniais. Ainda que esse movimento tenha sido motivado pela violência do contato com os portugueses, a expansão e anexação de novos territórios pela guerra, a dominação e incorporação de novos povos submetidos eram parte do *ethos* guerreiro Tupinambá e não simples reações à "presença determinante do estrangeiro" (SAHLINS, 1990b: 98).

Ao descerem o rio Madeira para instalar-se nas ilhas do rio Amazonas ao norte da área Madeira-Tapajós, os Tupinambá encontraram diversos povos, que dominavam o território e empreendiam guerras contra seus inimigos tradicionais. Ali viviam grupos Aruák e Karíb, mas também se encontravam na região os Mundurukú e os Parintintin, ambos povos Tupí e inimigos tradicionais dos Sateré-Mawé, além de outros. Certamente ocorreram combates com grupos Tupí, que podem ter sido assimilados, dada a coocorrência dos termos Tupinambá e Tupinambarana[307] nas fontes históricas. Embora MÉTRAUX (1927) utilize os termos como

[307] *Tupinamba-ran-a* [tupinambá-falso/parecido.com-ARG] 'falsos/parecidos com Tupinambá' (ARG = caso argumentativo).

sinônimos para designar o mesmo grupo indígena, João DANIEL (1976(1): 268) afirma que são grupos diferentes, embora semelhantes, e refere-se à língua como "muito parenta (...) senão é a mesma com alguma corrupção de lingoa pela comunicação de outras nações". MENÉNDEZ (1984/1985: 275) registra que os Sapopé, Motuarí, Suarirana, Urupá, Periquitos, Comandí, além de outros grupos, parecem integrar o grupo denominado Tupinambarana. O autor ressalta, ainda, que com exceção dos Sapopé, os demais grupos mencionados somente aparecem na literatura no século XVIII, como ocupantes da "calha do rio Maués" e sujeitos à intensa ação missionária. Os três últimos grupos podem estar relacionados aos Mundurukú, pois há referências à tatuagem facial com tinta preta, prática muito semelhante à deste grupo indígena.

De outra parte, FRANCESCHINI (1999: 10) acredita que os Tupinambarana fossem um grupo Tupí que já vivia na região e que se teria integrado aos Tupinambá, etnônimo que desaparece dos registros históricos a partir do final do século XVII, época que coincide com o surgimento do etnônimo Mawé. A autora sugere que os Mawé talvez fizessem parte dos grupos denominados Tupinambarana, visto que eram o único grupo seguramente Tupí registrado nessa região ao final do século XVII. De fato, é possível que os aguerridos Mawé não se tivessem deixado dominar com facilidade pelos Tupinambá e que uma forma de resistência tenha sido a imposição da língua aos filhos nascidos de casamentos interétnicos. De qualquer forma, o que é certo é que os Tupinambá não conseguiram impor sua língua, que desapareceu na nova população que se gestava.

Conforme indica FRANCESCHINI (1999: 10, nota 4), a história oral Mawé registra que um grupo indígena recém-chegado a seu território teria tentado impor a nova língua, mas os Mawé recusaram-se a aprender a língua estrangeira e terminaram impondo a sua língua ao dominador. Embora não se possa precisar o momento histórico desse evento, o fato significativo a ser registrado, como ressalta a autora, é a atitude linguística Sateré-Mawé. Note-se que a resistência linguística é condizente com a "atitude psicológica" desse grupo indígena, que recorreu a esse tipo de reação em outros momentos de sua história. Essa foi, por exemplo, uma das formas de resistência à dominação luso-brasileira que se impuseram, proibindo suas mulheres de aprender o português (PEREIRA, 1954: 34), atitude linguística que resultou no baixo índice de bilinguismo registrado entre as mulheres Mawé ainda nos dias de hoje.

Ainda que esse episódio da história Tupinambá tenha-se constituído por processo mundial iniciado pela expansão europeia (cf. WOLF, 2000), as relações interétnicas decorrentes do contato que deve ter ocorrido entre esse grupo e os Sateré-Mawé foram estabelecidas de acordo com a lógica tradicional de ambos os grupos: submeter e incorporar – o que poderia ocorrer de diversas maneiras, como escravos, como cunhados, como esposas ou como comida. Considerar este processo nativo de incorporação como 'tupinização' e enquadrá-lo na mesma categoria daquele desenvolvido nos séculos posteriores por intermédio do Estado e da Igreja não deixa de ser uma forma de atualização da ideologia de dissolver em uma brasilidade homogênea as diferenças culturais (RAMOS, 1997: 9). Ainda sob o signo da aculturação, os Sateré-Mawé são pensados como grupo "híbrido" (cf. FRIEDMAN, 1999; 2000), duas vezes vítimas de 'tupinização'.

Ao contrário, o primeiro contato com os Tupinambá, longe de transformar os Mawé em povo híbrido, colocou em relação dialógica modelos culturais compartilhados e enquadrou o encontro na mesma lógica tradicional de dominação e incorporação, comum a esses e outros grupos Tupí. Os Mawé, no entanto, diferenciavam-se dos Tupinambá por uma atitude de resistência linguística, que lhes permitiu sobreviver aos seus opositores como grupo individualizado, embora não homogêneo. Em vez de terem sido 'tupinizados', os Mawé – ainda que dominados e incorporados aos Tupinambá, seja como escravos, como vassalos ou como aliados – impuseram-se pela língua e sobreviveram ao tempo. Os Tupinambá foram extintos ou simplesmente cristianizados, abrindo mão de sua identidade étnica. Já os Tupinambarana desapareceram dos registros, cedendo lugar aos Mawé, que continuaram incorporando inimigos e aliados e que terminaram por abrigar os Maraguá, povo Aruák, na periferia do novo sistema.

O segundo contato já não se deu com Tupinambá, mas com representantes da sociedade colonial em gestação, processo que gerou um universo múltiplo de novas identidades étnicas, que se distribuíam em muitos níveis, desde as mais integradas ao modelo colonial até as intratáveis (CARVALHO JR., 2005: 146). Antes de significarem a destruição dos grupos integrados ao novo sistema colonial, a incorporação de padrões de comportamento induzidos pelo processo de evangelização europeu tornou-se prática necessária à sobrevivência desses grupos. Os que se mantinham à margem do sistema – os não-integrados – ofereciam a si mesmos, e aos que assim o quisessem, uma possibilidade diferente de agir e sobreviver no novo universo colonial (*idem*: 147). Os Sateré-Mawé optaram por todas as formas de ação, colocando-se ora como integrados,

ora como não-integrados. Estabelecidos fisicamente dentro do sistema – como índios missioneiros ou escravos, ou ainda como índios tapuios, vivendo nos núcleos urbanos e comercializando guaraná –, ainda que simbolicamente na periferia do sistema, mantendo os laços que os conectavam com a floresta, o território, os outros clãs ou com outros grupos indígenas, os quais incorporavam ou aos quais se uniam ao sabor das circunstâncias.

Desse modo, somente seria possível aceitar a ideia de 'tupinização' dos Sateré-Mawé no sentido de que esse grupo fazia parte da nova sociedade colonial, que se desenvolveu na região amazônica a partir de uma base Tupinambá, decorrente da incorporação, aos núcleos e aldeias coloniais, da primeira geração de escravos Tupinambá, que se tornaram "intermediários culturais entre o novo mundo colonial e as antigas tradições dos vários grupos indígenas da região" (CARVALHO JR., 2005: 146). Não se deve perder de vista o fato de que este foi um processo desenvolvido pelo Estado e pela Igreja, razão pela qual não pode ser compreendido como processo de dominação de um grupo indígena sobre outro. A dinâmica desse processo é similar à que ocorreu com a língua Tupinambá, que na sociedade cabocla que se formava, foi-se transformando na Língua Geral Amazônica. Desta perspectiva, como língua de contato, veículo inicialmente de evangelização e finalmente de civilização de indígenas de qualquer etnia, a Língua Geral Amazônica seria o equivalente linguístico do intermediário cultural (CORRÊA-DA-SILVA, 2009c: 4).

A falta de congruência entre os dados genéticos relativos a povos Tupí – e, especificamente, Tupí-Guaraní – e os dados linguísticos pode também ser resultante da forma tradicional pela qual esses grupos incorporavam povos inimigos, subordinando-os por meio de alianças matrimoniais. Como foi visto no Capítulo V, a correlação entre distâncias genéticas e parentesco linguístico somente é possível quando há dispersão dêmica/linguística recente e significativa e quando o entrecruzamento posterior não é importante ao ponto de apagar a assinatura genética, conforme indicam as pesquisas de NETTLE & HARRISS (2003). Ainda que esse modelo corresponda ao processo de povoamento da América – rápida expansão, com sucessivas cisões, e relativo isolamento das linhagens resultantes (cf. KITCHEN, MIYAMOTO & MULLIGAN, 2008) –, tal situação não parece adequar-se à expansão típica de grupos Tupí, marcada por intenso entrecruzamento com os povos dominados. Embora não existam estudos genéticos sistemáticos para todos os grupos de línguas Tupí, pesquisas realizadas por CAVALLI-SFORZA; MENOZZI & PIAZZA (1994) indicam maior proximidade genética entre os Sateré-Mawé e

os Tikúna, grupo de língua isolada presente na bacia do rio Solimões, do que entre aqueles e os grupos Tupí-Guaraní analisados. Lamentavelmente, a inexistência de amostras de marcadores genéticos de todas as comunidades não permite que se avalie, do ponto de vista da genética, o relacionamento entre as famílias linguísticas pertencentes ao tronco Tupí.

No período que se estende de 1500 a 1600, as relações entre os grupos que habitavam a região Madeira-Tapajós eram intensas, cultivando inimigos, colecionando cabeças, recebendo e cedendo mulheres, incorporando remanescentes ou desgarrados, sendo também constantes as movimentações de grupos. Não resta dúvida de que os Sateré-Mawé mantiveram contato com os povos Karíb e Aruák que os circundavam e dominavam vastas regiões. Também estiveram em contato com outros grupos Tupí, como os Mundurukú, inimigos ancestrais, que se apropriaram de vastas porções do território tradicional Mawé. O avanço Tupinambá pelo rio Madeira e pela bacia do Amazonas foi mais um evento, entre tantos que se desconhecem, que teria servido para dinamizar essas relações e intensificar os deslocamentos. Tal movimentação atingiu diretamente diversos grupos Tupí-Guaraní que ocupavam as bacias dos rios Xingu e Tocantins, bem como a área de interflúvio, forçando-os a dispersar-se mesmo antes da chegada do não-índio, chegando os Tenetehára ao rio Pindaré. Em regiões mais distantes, entre os rios Arinos e Teles Pires (ou São Manuel), os Awetí talvez já estivessem movimentando-se em direção aos rios formadores do Xingu, tendo chegado à região entre os rios Kuluene e Kurisevo, provavelmente, até meados dos setecentos (HECKENBERGER, 2001: 39).

As evidências arqueológicas indicam que os Aruák devem ter sido os primeiros a ocupar o Alto-Xingu, havendo ocorrido, em seguida, aumento da população e expansão do grupo pelo interior da bacia, no que parece ter sido o "ponto terminal a leste de uma expansão que se originou a oeste no fim do primeiro milênio d.C. (c. 800-900) (HECKENBERGER, 2001: 38-39). Povos Aruák também deviam habitar as várzeas dos grandes afluentes do Amazonas, visto que os Tapajó ocupavam a bacia do rio homônimo – assumindo que os Maraguá, que se dizem herdeiros da cultura tapajônica, sejam efetivamente Aruák –, cujo raio de influência na margem esquerda do rio, segundo dados arqueológicos, atingia 180 km^2 (MENÉNDEZ, 1998[1992]: 295, nota 1). Em ambas as regiões, os Aruák eram vizinhos de grupos Karíb.

É lícito imaginar, com base na análise linguística apresentada na primeira parte deste trabalho, que, muito antes do século XVI, os Awetí já estivessem estabelecidos como

comunidade linguística independente, embora pudessem manter ainda contatos esporádicos com falantes de línguas Tupí-Guaraní, com os quais partilham o mesmo equipamento cultural e adaptativo, o mesmo *ethos* guerreiro e a mesma lógica de dominação e incorporação de outros grupos, inimigos ou aliados, como deixa patente a história oral do grupo e de seus vizinhos no Alto Xingu. Vale lembrar que, para dominar e ocupar a região que atualmente habitam no Alto Xingu, os Awetí uniram-se a outros povos Tupí – os Anumaniá – e possivelmente Tupí-Guaraní – os Wyrapát –, além dos Bakairí, grupo Karíb com o qual mantiveram estreito relacionamento amistoso até a partida deste último da região (cf. COELHO DE SOUZA & DRUDE, 2006). É possível que os Anumaniá fossem, em termos linguísticos, geneticamente muito próximos dos Awetí, falantes de língua da mesma família, que os acompanharam no deslocamento para leste, até o rio Kurisevo, via de acesso à região alto-xinguana.

Antes de dividirem-se em duas comunidades linguísticas – Awetí e Anumaniá –, conforme indicam os dados arrolados nos Capítulos II e III, os Awetí mantinham laços estreitos com os falantes de Proto-Tupí-Guaraní, dos quais foram, aos poucos, distanciando-se geográfica e socialmente. Nesse período remoto, deviam ocupar a região do Alto Juruena e, já naquele momento, as relações com grupos Karíb parecem ter sido constantes e amistosas, como sugerem os empréstimos Karíb partilhados pelo Awetí e pelas línguas Tupí-Guaraní[308]: nomes de plantas, animais e alguns objetos culturais (RODRIGUES, 2000b; 2003). Segundo a escala de empréstimos elaborada por THOMASON & KAUFMAN (1991: 74), o empréstimo de vocabulário é característico de contato casual, com a ocorrência de apenas poucos bilíngues entre os falantes da língua alvo, e resulta no empréstimo de vocabulário não-básico, em especial palavras de conteúdo que apresentam significado lexical, ou seja, palavras de classe aberta. Note-se que, neste caso específico, a língua alvo deve ter sido o Proto-Awetí-Tupí-Guaraní, visto que ambas as famílias Awetí e Tupí-Guaraní compartem os empréstimos e que, dentre os vocábulos emprestados, "a maioria excede o comprimento médio das raízes Tupí-Guaraní (que são regularmente mono e dissilábicas) e que não podem ser analisadas como consistindo de mais de um morfema Tupí-Guaraní" (RODRIGUES, 2003: 397, nota 8).

É possível que o Sateré-Mawé compartilhe alguns empréstimos de línguas Karíb com as demais famílias em tela, ainda que isso não implique necessariamente que o contato tenha

[308] Alguns exemplos de empréstimos Karíb em Tupinambá (TG) e Awetí (AW) são: Tb *aβatí* 'milho', AW *awati*, Gl *awasi*; Tb *urapar* 'arco', GA *wɨrapara*, AW *ɨzapat*, In *urapa*, Gl *ulaba*; Tb *jawar* 'onça', AW *tawat*, Hk *awar-ko*.

ocorrido em estágio Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní. Os termos para ‘cutia’ (PT **akutʔi ‘cutia’: PTG *akuti : MA akuri : AW akuri-it (?)) e para ‘milho’ (PTG *aβati : MA awati : AW awati), ambos candidatos a empréstimos Karíb, são também registrados em Mawé. Embora reconstruído de forma tentativa para o PT, formas cognatas do termo para ‘cutia’ ocorrem apenas nessas três famílias e no Xipáya (JU Xi *kuði*), o que poderia sugerir que o contato com povos Karíb e o consequente empréstimo lexical tenham ocorrido de forma independente, pelo menos nas famílias Mawé e Jurúna. Por outro lado, a mudança de PT **tʔ em MA *r* acompanha a mudança ocorrida em ‘esposa’ (PT **atʔɨ ‘esposa’ : PTG *-atɨ : MA -arɨ ‘avó’, -arɨ-ʔi ‘esposa’ : AW -atɨ), o que poderia ser indicativo de desenvolvimento a partir da protolíngua, ainda que, como mencionado anteriormente (cf. nota 181), o termo Mawé para ‘esposa’ possa ser cognato de PTG *arɨj ‘avó’. Ao contrário do termo para ‘milho’, que, conforme foi visto no Capítulo IV, pode ser empréstimo da LGA para o Mawé (LGA *awatí*), ‘avó’ teria sido muito provavelmente emprestado do Tupinambá, uma vez que a forma em LGA (*arɨja*) mantém o sufixo *-a* ‘ARG’.

Se o contato com grupos falantes de línguas Karíb coincide, *grosso modo*, com o desenvolvimento das culturas complexas na região amazônica (c. 3.000 anos A.P.), caracterizadas, entre outros aspectos, pela agricultura intensiva de sementes – como parece sugerir o empréstimo do termo para ‘milho’ –, é mais provável que esse encontro tenha-se dado após o desmembramento do Mawé do sub-ramo Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní, uma vez que os dados arqueológicos indicam que a dispersão da família Tupí-Guaraní deve ter ocorrido numa escala de 3.000 a 2.000 anos, chegando ao litoral sul e sudeste há cerca de 1.000 anos (BERTHO, 2005: 31). Note-se, contudo, que dados recentes de MILLER (2009: 64-67) indicam a ocorrência de cerâmica com traços tipo Tupiguarani há partir de 3.900 anos A.P.

As evidências linguísticas não permitem determinar quanto tempo as comunidades falantes de Proto-Awetí-Tupí-Guaraní ocuparam a região do Alto Juruena ou quanto tempo levaram para separar-se em dois ramos distintos que vieram a conformar as famílias linguísticas Awetí e Tupí-Guaraní. A pesquisa arqueológica, ao contrário, indica o estabelecimento de uma área central de “definição cultural Tupi(nambá)” (DIAS[309], 1994: 121-126 *apud* MORAES, 2007: 12), entre os rios Paranapanema (SP) e Guaratiba (RJ), por volta do ano 600 d.C.. É interessante

[309] DIAS, Adriana Schmidt. 1994. Repensando a Tradição Umbu através de um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

observar que o estudo de DIAS (*op.cit.*) corrobora o modelo linguístico de dispersão Tupí-Guaraní, ao não encontrar evidências para a expansão da Subtradição Pintada (relacionada aos grupos Tupí/Tupinambá) no sentido norte-sul, uma vez que as datações mais antigas encontram-se no sudeste. Por outro lado, o mesmo estudo dá sustentação à ideia subjacente ao modelo arqueológico de dispersão Tupí-Guaraní, segundo o qual o atual estado de São Paulo seria ou o foco de dispersão, ou o ponto de convergência dos dois conjuntos: Subtradição Corrugada ou Guaraní e Subtradição Pintada ou Tupinambá.

Ao recuar ainda mais no tempo, somente as evidências linguísticas, apresentadas e amplamente discutidas na primeira parte deste trabalho, sustentam a ocorrência de comunidades falantes de Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní. Dessa perspectiva, o mais provável, como se viu acima, é que as comunidades Mawé tenham partido da região do Alto Juruena antes de as comunidades Proto-Awetí-Tupí-Guaraní terem estabelecido contato com povos falantes de línguas Karíb. A hipótese sustentada aqui é a de que essas comunidades não teriam rumado em sentido norte, diretamente para a Bacia do Tapajós, mas teriam ocupado primeiramente as cabeceiras dos rios formadores do rio Madeira, dadas a presença de grupos Aruák e Karíb na região das várzeas dos grandes rios e a preferência pelas regiões do "centro" da floresta, próximas às nascentes dos rios (LORENZ, 1992: 22). É nessas regiões de caça abundante, de estreitos igarapés com corredeiras e água fria, que se encontram os 'filhos do guaraná', planta cujos cultivo e beneficiamento particularizam esse grupo indígena. O avanço para as regiões das várzeas e, em especial, para o norte da área Madeira-Tapajós, deve ter sido motivado, entre outras razões, pelo deslocamento ou extinção dos grupos autóctones, em decorrência de confrontos como os causados pela intrusão Tupinambá.

A reconstrução histórica aventada nesta pesquisa pressupõe uma densidade populacional relativamente alta para as protocomunidades. As motivações para o desmembramento das protocomunidades Mawé podem ter sido a pressão demográfica ou quaisquer outros motivos sócio-políticos que tenham acarretado o fracionamento de aldeias. Também é possível que a necessidade de novas terras haja levado os grupos falantes de Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní a expandirem-se, em razão de premências relativas ao manejo agroflorestal. A ideia subjacente a esse modelo de fracionamento de comunidades – e decorrente desmembramento de línguas – é o distanciamento geográfico das protocomunidades falantes da mesma língua, com a subsequente diminuição da interação social necessária à manutenção da mesma. Naturalmente, tal processo de

separação é sempre uma função do tempo decorrido, ainda que seja, também, influenciado por diversos fatores internos e externos, os quais podem acelerar o processo de mudança linguística ou amenizar seus efeitos de forma considerável.

É possível considerar, ainda, que os diversos etnônimos registrados pela história como referentes ao mesmo grupo indicassem, igualmente, variações dialetais, de forma que se pode imaginar que os Andirá – ou os Sapopé ou os Guaranaguá, todos possíveis integrantes de uma unidade maior – falassem uma variedade de Mawé, a qual teria desaparecido com o extermínio do grupo ou se diluído na variedade atual da língua, após o rápido declínio populacional e as vicissitudes da história. Do mesmo modo, pode-se sugerir que os Anumaniá falassem uma língua irmã do Awetí, a qual pode ter sido exterminada juntamente com seus falantes – massacrados em visita aos Trumái – ou simplesmente incorporada às variações dialetais do Awetí, em conjunto com as mulheres e os velhos poupados do massacre (cf. VILLAS-BOAS & VILLAS-BOAS, 1970: 32). O fato é que, se muitas línguas – e suas respectivas comunidades de falantes – desapareceram sem deixar rastro, outras tantas sobreviveram, guardando as marcas que permitiram a presente reconstrução histórica. Afinal de contas, como assevera COSERIU (1990: 49), "todos os aspectos dos fatos linguísticos, e todas as relações em que esses se encontram e que os determinam, confluem na história".

Considerações Finais

"Algo dado? Não, algo construído pelo historiador (...) Algo inventado e construído, com ajuda de hipóteses e conjecturas, por um trabalho dedicado e apaixonante"

Lucien Febvre[310]

O propósito inicial desta pesquisa foi a análise das afinidades e das relações linguísticas entre as famílias Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní, integrantes do tronco Tupí, com o intuito de identificar correlações sócio-históricas para as ocorrências linguísticas. O ponto de partida foram os dados linguísticos, mas subsidiariamente foram também utilizados documentos históricos, dados arqueológicos, estudos etnográficos e etno-históricos, além de informações genéticas. Ao objetivo primeiro de decifrar a história das últimas famílias linguísticas a serem reconhecidas como tal no âmbito do tronco Tupí, uniu-se a intenção de elucidar parte das relações históricas entre os povos autóctones do Brasil.

O alcance histórico da análise diacrônica comparativa da fonologia, da morfologia e da morfossintaxe das famílias Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní, desenvolvida nos primeiros capítulos, vai além de fundamentar a ocorrência de dois estágios intermediários entre o Proto-Tupí e as línguas atuais, a saber: Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní e Proto-Awetí-Tupí-Guaraní. A análise linguística apresentada na Parte I deste trabalho reforça também a tese de que o centro de origem e dispersão do tronco Tupí seria a região entre os rios Guaporé e Aripuanã, onde se teria dado a primeira divisão em dois ramos – atestada nas línguas atuais pela mudança do padrão de alinhamento original – e de onde teriam partido, em sentido leste, os primeiros grupos falantes da protolíngua que deu origem às cinco famílias do ramo oriental: Jurúna, Mundurukú, Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní.

[310] FEBVRE, Lucien. 1953. *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Colin.

Os dados analisados permitiram inferir que, após a separação do Jurúna e do Mundurukú, teve início o processo de desmembramento do sub-ramo Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní a partir da separação da família Mawé e, posteriormente, da família Awetí. Finalmente, os falantes do Proto-Tupí-Guaraní teriam dado início ao significativo processo de cisão e diferenciação de línguas, expandindo-se largamente pelos afluentes do rio Amazonas e pelas Bacias do Paraná, do Paraguai e do Prata, bem como pela costa brasileira, atingindo novamente a Bacia Amazônica, após a conquista europeia.

Enquanto os capítulos dedicados ao estudo da língua indicaram esse percurso, provavelmente a partir do Alto Juruena, o estudo etno-histórico demonstrou que a conquista dos territórios atuais das comunidades Mawé, Awetí e dos falantes das línguas derivadas do Proto-Tupí-Guaraní não se deu sem conflito. As evidências etno-históricas sugerem a conquista de territórios por meio da guerra e da submissão das populações locais, incorporadas, muito provavelmente, pela absorção de mulheres e seus filhos ao grupo. A natureza dinâmica do contato entre os diferentes grupos, em períodos remotos, é sugerida quer pela documentação histórica e etnográfica, quer pela história oral, e constitui-se em evidência do processo de expansão das protocomunidades que, partindo dos cursos superiores dos rios secundários, foram paulatinamente ocupando as várzeas dos grandes rios, com a derrocada e eventual desaparecimento das populações autóctones. Tal situação foi intensificada pela intrusão Tupinambá na Bacia do Amazonas e pela posterior colonização, que afetou indiscriminadamente todos os grupos em questão.

Pode-se, assim, sugerir que as protocomunidades falantes de Mawé, de Awetí e de Proto-Tupí-Guaraní compartilhavam o mesmo equipamento cultural e adaptativo que lhes possibilitou desenvolver aproveitamento eficiente e adequado dos recursos ambientais por incontáveis gerações. Seu *ethos* belicoso permitiu que se expandissem e ocupassem territórios pela guerra, desalojando antigos habitantes, ou incorporando-os às comunidades por meio de alianças mais ou menos estáveis. Tais grupos inimigos podem ter sido comunidades falantes de línguas Tupí ou de línguas das famílias Aruák e Karíb. A interação com o outro não estava pautada pela compreensão da língua, tampouco as lealdades e alianças eram dadas *a priori* pelo parentesco linguístico ou genético. Não é apropriado referir-se a grupos Tupí ‘puros’ ou ‘impuros’ ou tomar uma comunidade específica como paradigma de ‘tupinidade’ em detrimento das outras. Trata-se, em realidade, de grupos genuinamente Tupí, que incorporaram, ao longo de uma história

milenar, grandes contingentes de aliados e inimigos, porções de uma alteridade sem a qual não existe possibilidade de futuro.

* * *

Referências Bibliográficas

ALLEMÃO, Francisco Freire

1882. Questões propostas sobre alguns vocábulos da língua geral braziliana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brazileiro*, 45(2): 351-362. Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de

2007. Apresentação. Os índios na história: abordagens interdisciplinares. *Revista Tempo*, 23: 1-4.

ALVAREZ, Gabriel O.

2004. Política Sateré-Mawé: do movimento social à política local. *Série Antropologia*, 366. Brasília: Universidade de Brasília.

2005. O Ritual da Tocandira entre os Sateré-Mawé: aspectos simbólicos do *Waumat*. *Série Antropologia*, 369. Brasília: Universidade de Brasília.

2006. Pós-Dravidiano: parentesco e ritual. Sistema de Parentesco e Rituais de Afinabilidade entre os Sateré-Mawé. *Série Antropologia*, 403. Brasília: Universidade de Brasília.

2009. Pós-Dravidiano Sateré-Mawé: parentesco e rituais de afinabilidade. Brasília: Universidade de Brasília. [ms]

ALVES, Márcia Angelina

2002. Teorias, Métodos, Técnicas e Avanços na Arqueologia Brasileira. *Canindé*, Xingó, 2: 9-51.

ALVES, Poliana Maria

2002. Flexão Relacional em Tuparí e Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 269-73. Belém: Editora Universidade Federal do Pará.

ANCHIETA, José de

1595. *Arte de Grammática da Língoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/anchieta-1595-arte

ANDERSON, Stephen R.

1985a. Typological distinctions in word formation. In: SHOPEN, Timothy (ed.), *Language Typology and Syntactic Description. Grammatical categories and the lexicon*, III: 3-56. New York: Cambridge University Press.

1985b. Inflectional Morphology. . In: SHOPEN, Timothy (ed.), *Language Typology and Syntactic Description. Grammatical categories and the lexicon,* III: 150-202. New York: Cambridge University Press.

ARAGON, Carolina Coelho

2008. Fonologia e aspectos morfológicos e sintáticos da língua Akuntsú. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.

ARAGON, Carolina Coelho & CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara

2005. A posição do Akuntsú na família linguística Tuparí. *Anais*, V Congresso Internacional da ABRALIN, fevereiro/2005, pp. 1533-1539, Brasília: Universidade de Brasília.

ASE – AMERICAN SOCIETY FOR ETHNOHISTORY

About the American Society for Ethnohistory, Introduction. In: *Homepage* institucional da Associação. Disponível em: http://www.ethnohistory.org/sections/about_ase/index.html

AXTELL, James

1978. The ethnohistory of early America: a review essay. *The William and Mary Quarterly*, Third Series, 35(1): 110-144.

BAERRIES, David A.

1961. The ethnohistoric approach and archaeology. *Ethnohistory*, 8 (1): 49-77. Duke University Press. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/480348

BALDI, Philip

1990. Introduction. In: BALDI, Philip (ed.), *Linguistic Change and Reconstruction Methodology*, Trends in Linguistics, Studies and Monographs, 45: 1-16. Berlin/Nova York: Mouton de Gruyter.

BALÉE, William

1988. The Ka'apor Indian Wars of Lower Amazonia, ca. 1825-1928. In: RANDOLPH, R.R.; SCHNEIDER, D.M. & DIAZ, M.N. (eds.), *Dialectics and Gender.* Boulder: Westview.

1994. *Footprints of the Forest: Ka'apor ethnobotany – the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people.* New York: Columbia University Press.

2009. Culturas de distúrbio e diversidade em substratos amazônicos. In: TEIXEIRA W.; KERN, D.C.; MADARI, B.C.; LIMA H.N. & WOODS, W.I. (eds.), *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas.* CD-Book. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental. Foi utilizada versão preliminar, disponível em: http://www.cpaa.embrapa.br/servicos/RefCruz/arquivos/

BARRET-KRIEGEL, Blandine

1973. Histoire et politique, ou l'histoire sciences des effets. *Annales: Économie, Société et Civilizations*, 6: 1437-1462.

BARROS, M. Cândida Dumont Mendes

1990. Uma visão romântica da língua Tupí. *Amerindia*, 15: 85-94. Paris: CELIA.

2003. A relação entre manuscritos e impressões em Tupí como forma de estudo da política linguística jesuítica no século XVIII na Amazônia. *Revista Letras*, 61: 125-152, Curitiba: Editora Universidade Federal do Paraná.

2006. Alguns dicionários Tupí setecentistas da Amazônia. In: BARROS, Cândida & LESSA, Antônio (orgs.), *Dicionário da Língua Geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado, anno de 1771, cidade do Pará.* CD-ROM, Belém: Editora Universidade Federal do Pará.

BARTH, Fredrik (ed.)

1976[1969]. *Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales*. México: Fondo de Cultura Económica.

BENATTE, Antônio Paulo

2007. História e Antropologia no Campo da Nova História. *História em Reflexão*, 1 (1): 1-25. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados.

BERTHO, Ângela Maria de Moraes

2005. Os Índios Guaraní da Serra do Tabuleiro e a Conservação da Naturaza. Uma perspectiva etnoambiental. Tese de Doutorado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

BETTENDORF, João Felipe

1910[1698]. Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 72. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BEZERRA, A. J. C.; BEZERRA, R. F. A. & DI DIO, L. J. A.

2000. Brasil 500 anos. Nomenclatura anatômica de um jesuíta no tempo do descobrimento. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 46(2): 186-190.

BLENCH, Roger

1997. General Introduction. In: BLENCH. R. & SPRIGGS, M. (eds.), *Archaeology and Language I: Theoretical and Methodological Orientations*, pp. 1-17. London: Routledge.

BLENCH, Roger & SPRIGGS, Matthew

1999. General Introduction. In: BLENCH, R. & SPRIGGS, M. (eds.), *Archaeology and Language IV: Language Change and Cultural Transformation*, pp. 1-20. London: Routledge.

BLOCH, Marc

1929. Un centre d'études en développement: l'Institut pour l'Étude comparative des Civilisations, à Oslo. *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 2(5): 83-85.

BOAS, Franz

1920. The Classification of American Languages. In: BOAS, F. 1982. *Race, Language and Culture*, pp. 211-18. Chicago/London: University of Chicago Press.

1929. Classification of American Indian Languages. In: BOAS, F. 1982. *Race, Language and Culture*, pp. 219-231. Chicago/London: University of Chicago Press.

BORELLA, Cristina de Cássia

2000. Aspectos mofossintáticos da língua Awetí (Tupí). Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.

BOWEN, Emanuel

1747. A New and Accurate Map of Peru, and the Country of the Amazones. Drawn from the most Authentick French Maps &c and Regulated by Astronomical Observations. Londres: William Innys [*et al*]. Escala: 1:10.000.000. David Ramsay Historical Map Collection. Disponível em: http://www.davidrumsey.com/

BOWERN, Claire L.

2006. Punctuated Equilibrium and Language Change. In: BROWN, Keith (ed.) *Encyclopedia of Language and Linguistics*, Historical and Comparative Linguistics Section, 2 ed. Elsevier. Disponível em: http://www.ruf.rice.edu/~bowern/Mypapers/Punceq.pdf

BRANDON, Frank & GRAHAM, Albert

1983. Dicionário Bilíngue Sateré-Português, Português-Sateré. Versão Preliminar 2. Campinas: Unicamp. [ms]

BRAUDEL, Fernand

1958. Histoire et Science Sociale: la longue durée. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 13 (4): 725 – 753.

1983. O Mediterrêneo e o Mundo Mediterrâneo, vol. 1. São Paulo: Martins Fontes.

BRINTON, Daniel G.

1891. *The American Race. A Linguistic Classification and Ethnographic Description of the Native Tribes of North and South America*. New York: Hodges.

BURKE, Peter

1991. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista - UNESP.

1992. Abertura: a nova história, se passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.), *A Escrita da História: novas perspectivas*, pp. 7-38. São Paulo: Edusp.

2008. *O que é História Cultural?* 2ª ed, Rio de Janeiro: Zahar.

BYBEE, Joan L.

1985. *Morphology: A study of the relation between meaning and form.* Philadelphia: Benjamins.

CABRAL, Alfredo do Valle

1880. Bibliographia das obras tanto impressas como manuscriptas relativas à língua tupi ou guarani também chamada língua geral do Brazil. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 8: 145- 214. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara

1995. Contact-Induced Change in Western Amazon: the Non-Genetic Origin of the Kokáma Language. Tese de Doutorado, University of Pittsburgh.

1995/1996. Algumas Evidências Linguísticas de Parentesco Genético do Zo'e com as Línguas Tupí-Guaraní. *Moara*, 4: 47-76. Belém: Universidade Federal do Pará.

1998. A propósito das oclusivas sonoras do Jo'é. *Moara*, 9: 53-71. Belém: Universidade Federal do Pará.

2001a. O Desenvolvimento da Marca de Objeto de Segunda Pessoa Plural em Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Estudos sobre Línguas Indígenas*, 1: 117-46. Belém: Universidade Federal do Pará.

2001b. Flexão Relacional na Família Tupí-Guaraní. *Boletim ABRALIN*, 25: 233-62.

2001c. Observações sobre a História do Morfema *-a* da Família Tupí-Guaraní. In: QUEIXALOS, Francesc (resp.), *Des Noms et des Verbes en Tupí-Guaraní : État de la Question.* Studies in Native America Linguistics, 37: 133-62. München : LINCOM Europa.

2002. Natureza e Direções das Mudanças de Alinhamento Ocorridas no Tronco Tupí. In: QUEIXALÓS, F. (org.). *Ergatividade na Amazônia*, 1: 5-7. Paris: Centre d'études des langues indigènes d'Amérique (CNRS, IRD): Brasília: Laboratório de Línguas Indígenas (UnB).

2007. Fundamentando a Reconstrução de Prefixos Relacionais para o Proto-Tupí. *Caderno de Resumos*, pp. 438-39, V Congresso Internacional da ABRALIN, Belo Horizonte, MG.

CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara & CARREIRA, Genne Eunice da S.

2002a. Partes do Corpo Humano em Tupí-Guaraní – a Cabeça. In: CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 309-314. Belém: Universidade Federal do Pará.

2002b. Expressão de caso em Tembé. *Revista Científica da UFPA*, Vol 3. Disponível em: http://www.ufpa.br/rcientifica/ed_anteriores/pdf/ed_03_gesc.pdf

CABRAL, Ana Suelly A. C.; CORRÊA-DA SILVA, B. C.; MAGALHÃES, Marina M. S.; JULIÃO, Risoleta;

2007. Linguistic diffusion in the Tocantins-Mearim area. In: RODRIGUES, Aryon & CABRAL, Ana Suelly (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, 1: 357-374. Campinas: Curt Nimuendajú.

CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara & MAGALHÃES, Marina Maria Silva

2004. Contribuição aos Estudos Comparativos da Família Tupí-Guaraní: As Línguas do Subconjunto VIII. *Atas do II Encontro Nacional do Grupo de Estudos da Linguagem do Centro-Oeste: Integração Linguística, Ética e Social*, 1: 62-68. Brasília: Instituto de Letras/Universidade de Brasília. Disponível em: www.unb.br/gelco

CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara & RODRIGUES, Aryon Dall'Igna

2002. Pronomes e Marcas Pessoais em Línguas do Tronco Tupí. In: CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 138. Belém: Universidade Federal do Pará.

2005. O Desenvolvimento do Gerúndio e do Subjuntivo em Tupí-Guaraní. In: RODRIGUES, Aryon & CABRAL, Ana Suelly (orgs.), *Novos Estudos sobre Línguas Indígenas*, pp. 47-58. Brasília: Universidade de Brasília.

CABRAL, Ana Suelly A. C.; RODRIGUES, Aryon D. & CORRÊA-DA-SILVA, Beatriz Carretta

2006. Tupí-Guaraní e Karíb: resultados de contatos lingüísticos pré-históricos e históricos ao norte do rio Amazonas. IV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares (ABECS), 18-20/out/2006, Goiânia: Universidade Federal de Goiás. [ms]

CABRAL, Ana Suelly A. C.; RODRIGUES, Aryon D. & CORRÊA-DA-SILVA, Beatriz Carretta; FRANCESCHINI, Dulce

2009. Reconstruindo estágios anteriores de línguas Tupí Orientais. VI Congresso Internacional da ABRALIN, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. [ms]

CABRAL, Ana Suelly A. C & SOLANO, Eliete de Jesus B.

2006. Mais Fundamentos para a Hipótese de Proximidade Genética do Araweté com Línguas do Sub-Ramo V da Família Tupí-Guaraní. *Estudos da Lingua(gem)*, 4(2): 41-65. Vitória da Conquista.

CALDAS AULETE, Francisco

[s.d.] *Aulete Digital: Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa.* Lexicon Editora Digital Ltda. *Software* desenvolvido por M.G.B. Informática Ltda.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso

1977. *Princípios de Linguística Geral*: *como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa.* 5 ed., Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora.

1979. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras.* 3 ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

CAMPBELL, Lyle & POSER, William J.

1991. Methods for establishing relationships among languages: a historical survey with object lessons for today's practice. [ms]

2008. *Language Classification. History and Method*. Cambridge: Cambridge University Press.

CARMACK, Robert M.

1971. Ethnohistory: a review of its development, definitions, methods and aims. *Annual Review of Anthropology*, 1: 227-246.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela

1986. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo/Brasília: Brasiliense/Universidade de Brasília.

1998[1992]. Introdução a uma história indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.), *História dos Índios no Brasil*, 2 ed., pp. 9-24, São Paulo: Companhia das Letras/Sec. Municipal de Cultura/FAPESP.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo

1985. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, 71(1) : 191-208.

CARVAJAL, Gaspar de; ROJAS, Alonso de & ACUÑA, Cristobal de

1941. *Descobrimentos do rio das Amazonas*. Traduzidos e anotados por C. de Melo-Leitão. Coleção Brasiliana, série 2, vol 203. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional.

CARVALHO JR., Almir Diniz

2005. Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). Tese de Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca

1997. Genes, Peoples and Languages. *Proceedings of the National Academy of Sciences, USA*, 94: 7719–7724.

CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca; MENOZZI, Paolo & PIAZZA, Alberto

1993. Demic Expansions and Human Evolution. *Science*, 259: 639-46.

1994. *The History and Geography of Human Genes.* Princeton: Princeton University Press.

CHAMBERLAIN, Alexander Francis

1913. Linguistic Stocks of South American Indians, with Distribution Map. *American Anthropologist*, 15: 236-47.

CHEN, Jiangtian; SOKAL, Robert R. & RUHLEN, Merritt

1995. Worldwide Analysis of Genetic and Linguistic Relationships of Human Populations. *Human Biology* 67 (4): 595-612.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

2007. A redescoberta da identidade Maraguá. *Porantim*, 299: 14. Brasília.

2008. O povo Maraguá. *Mensageiro*, 167: 25-27. Belém.

COELHO DE SOUZA, Marcela

2001. Virando gente: notas a uma história Awetí. In: FRANCHETTO, B. & HECKENBERGER, M. (orgs.), *Os Povos do Alto Xingu. História e Cultura*, pp. 360-402. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COELHO DE SOUZA, Marcela & DRUDE, Sebastian

2006. Awetí. In: RICARDO, Fany P. (coord.), *Povos Indígenas do Brasil*, desenvolvido pelo Instituto Socioambiental – ISA, 1997-2009. Apresenta informações sobre os povos e a temática indígena. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/aweti

CORDEIRO, Enio

1993. Política Indigenista Brasileira e Promoção Internacional dos Direitos das Populações Indígenas. Tese de CAE – Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.

CORRÊA, Ângelo Alves & SAMIA, Danielle Gomes

2008. Cronologia da Tradição Arqueológica Tupiguarani. *FUMDHAMentos*, 7: 405-416.

CORRÊA-DA-SILVA, Beatriz Carretta

1997. Urubú-Ka'apór – Da Gramática à História: A Trajetória de um Povo. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.

2000. Hipóteses sobre a História Linguística Ka'apór. *Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Linguística e XIV Instituto Lingüístico*, Florianópolis: ABRALIN. CD-Rom.

2002. A codificação dos argumentos em Ka'apor: sincronia e diacronia. *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 343-351. Belém: Universidade Federal do Pará.

2005. Urubu-Ka'apor – From Grammar to History: the course of a people. Workshop em Linguística Histórica e Línguas em Contato, Universidade de Brasília, DF, de 12 a 14 de out/2005. [ms]

2006. Linguistics as a source to ethnohistory: on the use of linguistic data as a tool to prehistorical research – a Brazilian example. In: *Acts of the XIV Congress of the U.I.S.P.P. Liège, Belgium, set/2001, Section 17: American Prehistory*. BAR International Series 1524, pp. 203-209. Oxford: Archaeopress.

2007. Mais Fundamentos para a Hipótese de Rodrigues (1984/1985) de um Proto-Awetí-Tupí-Guaraní. In: RODRIGUES, Aryon & CABRAL, Ana Suelly (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, 1: 219-240. Campinas: Curt Nimuendajú.

2009a. Sateré-Mawé: conciencia indígena e identidad étnica. Buenos Aires: FLACSO. [ms]

2009b. Da sincronia à diacronia: alguns processos morfofonêmicos em Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní. VI Congresso Internacional da ABRALIN, Joao Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. [ms]

2009c. El *Waumat*: ¿quien cuenta el canto, cuenta el cuento? Buenos Aires: FLACSO. [ms]

2010. Etnolinguística e Etno-História Tupí: desfragmentando o olhar. *Revista Estudos da Linguagem*, 18(1). [no prelo]

CORRÊA-DA-SILVA, Beatriz Carretta & CARVALHO, Fernando Órphão

2009. Para entender a pré-história Tupí: em busca de uma correlação entre genética e linguística. VI Congresso Internacional da ABRALIN, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. [ms]

COSERIU, Eugenio

1990. Fundamentos e tarefas da sócio e da etnolinguística. In: MELLO, Linalda A. (org.), *Sociedade, cultura e língua: ensaios de sócio e etnolinguística*, pp. 28-49. João Pessoa: Shorin.

COSTA, Angione

1934. *Introdução à Arqueologia Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

COSTA, Consuelo de Paiva Godinho

2007. Apyngwa rupigwa: nasalização em Nhandewa-Guaraní. Tese de Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

COUDREAU, Henri A.

1897. *Voyage au Tapajoz*. Paris: A. Lahure.

CRUZ, Aline & CHRISTINO, Beatriz

2005. O Contato Lingüístico para Martius (1794-1868), Steinen (1855-1929) e Ehrenreich (1855-1914). *Papia*, 15: 102-110.

CRYSTALL , David

2008. *A dictionary of linguistics and phonetics.* 6 ed, Oxford: Blackwell.

CUNHA, Péricles

1987. Análise fonêmica preliminar da língua Guajá. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

DANIEL, João

1976. Tesouro Descoberto no rio Amazonas. *Anais da Biblioteca Nacional*, 95 (1-2), 1975, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

DARNTON, Robert

1984. *The Great Cat Massacre, and other episodes in French cultural history.* New York: Vintage Books.

DE GOEJE, Claudius H.

1909. Études Linguistiques Caraïbes. *Verhandlingen der Koninklijke Akademie van Wetenschappen te Amsterdam*, Afdeelling Letterkunde, nieuwe reeks, deel IL, 2: 1-274.

DERBYSHIRE, Desmond

1994. Clause subordination and nominalization in Tupí-Guaranian and Cariban languages. In: PASTOR, Ignacio Prado (ed.), *Revista Latinoamericana de Estudios Etnolingüísticos*, 8:179-199. Issue title: Linguística Tupí-Guaraní/Caribe: Estudios presentados en el 47th Congreso Internacional de Americanistas, 7-11 de julio de 1991, Nueva Orleans.

DIAS, A. Gonçalves

1867. Brasil e Oceania. *Revistra Trimensal do Instituto Histórico, Geográphico e Ethnográphico do Brasil*, 30(2): 5-192/237-396. Rio de Janeiro.

DIETRICH, Wolf

1990. More Evidence for an Internal Classification of Tupí-Guaraní Languages. *Indiana* Supplement 12, Berlin: Gebr. Mann Verlag.

2000. El Problema de la Categoría del Adjetivo en las Lenguas Tupí-Guaraníes. In: VAN DER VOORT, Hein & VAN DE KERKE, Simon, *Ensayos sobre lenguas indígenas de tierras bajas de Sudamérica. Contribuciones al 49° Congreso Internacional de Americanistas en Quito 1997*, pp. 255-263, Leiden: CNWS.

2001. Categorías Lexicais nas Lenguas Tupí-Guaraní (visão comparativa). In: QUEIXALOS, Francesc (resp.), *Des Noms et des Verbes en Tupí-Guaraní : État de la Question.* Studies in Native America Linguistics, 37: 21-38. München : LINCOM Europa.

2002. A importancia da gramática do Siriôno do padre Anselmo Schermair para a linguística comparativa Tupí-Guaraní. *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 358-373. Belém: Universidade Federal do Pará.

2003. Formas de la negación en las lenguas tupí-guaraníes de Bolivia. *Thule – Rivista Italiana di Studi Americanistici*, 14/15 : 233-250.

2007. A Posição do Yúki dentro do Conjunto das Línguas Tupí-Guaraní Bolivianas. In: RODRIGUES, Aryon & CABRAL, Ana Suelly (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, 1: 205-18, Campinas: Curt Nimuendajú.

DOBSON, Rose

1988. Aspectos da língua Kayabí. *Série Linguística*, 12. Brasília: Summer Institute of Linguistics.

DOOLEY, Robert A.

1984. Nasalização na língua Guaraní. Estudos sobre línguas Tupí do Brasil, *Série Linguística*, 11: 7-36. Brasília: Summer Institute of Linguistics.

DORTA, Sônia Ferraro

1987. Plumária Boróro. In: RIBEIRO, D. (ed.) *Suma Etnológica Brasileira*, 3: 227-238. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*.

DOSSE, François

1994. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História.* 2 reimp. São Paulo: Ensaio / Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

DRUDE, Sebastian

2002. Fala masculina e feminina em Awetí. In: CABRAL, A.S. & RODRIGUES, A.D. (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História*. *Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, pp. 177–190, Belém: Universidade Federal do Pará.

2006. On the position of the Awetí language in the Tupí family. In: DIETRICH, W. & SYMEONIDIS, H. (eds.), *Guaraní y 'Mawetí-Tupí-Guaraní': estudios históricos y descriptivos sobre una familia linguística de América del Sur*, pp. 11-45, Berlim: LIT-Verlag.

2009a. Nasal harmony in Awetí: a declarative account. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, Edição Especial, 3: 1-26.

2009b. Nasal harmony in Awetí and the 'Mawetí-Guaraní' Family (Tupí). *Amerindia 32*: 239-268. Paris: CELIA.

DRUDE, Sebastian; REITER, Sabine (researcher); LIEB, Hans-Heinrich (project director)

2006. Awetí Documentation. *A Documentation of the Awetí Language and Aspects of the Awetí Culture*. Website and Digital Archive, by DRUDE, Sebastian With the assistance of Waranaku AWETÍ, Awajatu AWETÍ, Yakumin AWETÍ, Tawyjat AWETÍ, Parawajru AWETÍ, SU Xiaoquin, Eva-Maria RÖßLER, and others. Berlin /Belém /Nijmegen. Project overview: http://www.mpi.nl/DOBES/projects/aweti

EHRET, Christopher

1976. Linguistic Evidence and its Correlation with Archaeology. *World Archaeology*, 8(1): 5-18.

EMMERICH, Charlotte & MONSERRAT, Ruth

1972. Sobre a Fonologia da Língua Awetí (Tupí). *Boletim do Museu Nacional*, Antropologia, 25: 1-18. Rio de Janeiro.

FARGETTI, Cristina Martins

2009. Nasalidade na língua Jurúna. *Amerindia 32*: 269-282. Paris: CELIA.

FAUSTO, Carlos

1998[1992]. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico e conhecimento etno-histórico. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.), *História dos Índios no Brasil*, 2 ed., pp. 381-396, São Paulo: Companhia das Letras/Sec. Municipal de Cultura/FAPESP.

FERNANDES, Florestan

1989. *A organização social dos Tupinambá*. Brasília: Universidade de Brasília - UnB.

FERREIRA, Lúcio Menezes

2006. Ciência Nômade: o IHBG e as Viagens Científicas no Brasil Imperial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 13(2): 271-92. Rio de Janeiro.

FERREIRA NETO, Edgard

1997. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.), *Domínios da História: ensaios de história e metodologia*, pp. 313-328. Rio de Janeiro: Campus.

FIGUEROA, Alba L. Giraldo

1997. Guerriers de l´écriture et comerçants du monde enchanté: histoire, identité et traitement du mal chez les Sateré-Mawé (Amazonie centrale, Brésil). Tese de Doutorado. Paris: Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales.

FOGELSON, Raymond D.

1989. The ethnohistory of events and nonevents. *Ethnohistory*, 36(2): 133-147. Duke University Press. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/482275

FORTESCUE, Michael D.

1998. *Language Relations Across Bering Strait: Reappraising the Archaeological and Linguistic Evidence.* Open Linguistics Series, London/New York: Cassel.

FOUCAULT, Michel

1995. *A Arqueologia do Saber*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo

1999. La Langue Sateré-Mawé: Description et Analyse Morphosyntaxique. Tese de Doutorado, Paris: Universidade Paris VII – Denis Diderot.

2002. A Voz Inversa em Sateré-Mawé. In: RODRIGUES, A. & CABRAL, A.S. (orgs.) *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História*. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas, 1: 222-233, Belém: Universidade Federal do Pará - UFPA.

2005. Demonstrativos em Satére-Mawé (Tupí). In: RODRIGUES, A. & CABRAL, A.S. (orgs.), *Novos Estudos sobre Línguas Indígenas*, pp. 59-68. Brasília: Universidade de Brasília - UnB.

2007. Valores da Voz Média em Sateré-Mawé. In: RODRIGUES, A. & CABRAL, A.S. (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, 1: 309-316, Campinas: Curt Nimuendajú.

2008. A orientação e o aspecto verbal em Sateré-Mawé. XXIII Encontro Nacional da ANPOLL. Goiânia: Universidade Federal de Goiás - UFG. [ms]

2009a. As Posposições em Sateré-Mawé (Tupí). *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, Edição Especial, 3: 1-15.

2009b. Incorporação do Objeto em Sateré-Mawé. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 1 (2): 235-246.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo & SATERÉ-MAWÉ (Orgs.)

2005. *Sateré-Mawé pusu ãgkukãg.* Manaus: Universidade Federal do Amazonas.

2007. *Wahemeikowo Tuerūt Aheko*. 1. ed., v. 1, Barcelona, Espanha: Càtedra Unesco de Llengües i Educació.

FRANCHETTO, Bruna

2001. Línguas e histórias no Alto Xingu. In: FRANCHETTO, B. & HECKENBERGER, M. (orgs.), *Os Povos do Alto Xingu. História e Cultura*. pp. 111-156. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto

2004. *Cultura cabocla-ribeirinha: lendas, mitos e transculturalidade*. São Paulo: Annablume.

FRIEDMAN, Jonathan

1999. Indigenous Struggles and the Discrete Charm of the Bourgeoisie. *Journal of the World-Systems Research*, V (2): 391-411.

2000. Globalization, Class and Culture in Global Systems. *Journal of the World-Systems Research*, VI (3): 636-656. Special Issue.

FRITZ, Samuel

1707. El gran rio Marañon o Amazonas con la Mission de la Compañia de Iesus. Quito, Equador. 1 mapa, 31 x 39 cm. Disponível em: http://www.wdl.org/

FUNARI, Pedro Paulo Abreu

1995. A Hermenêutica das Ciências Humanas: a História e a teoria e práxis arqueológicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 10: 3-9.

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

2010. Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena – SIASI. Demografia dos Povos Indígenas. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/internet/desai/sistemaSiasiDemografiaIndigena.asp

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

2003. Guaraná. Pesquisa Escolar Fundaj. Última atualização: 2007. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=267&Itemid=186

GABAS JR., Nilson

2000. Internal Classification of the Ramarama Family, Tupí Stock. In: VAN DER VOORT, Hein & VAN DE KERKE, Simon (orgs.), *Indigenous Languages of lowland South America*, Indigenous Languages of Latin America, 1: 71-82. Leiden: Universidade de Leiden.

GALÚCIO, Ana Vilacy

2002. O Prefixo i- em Tupí: Morfema Antipassivo vs. Marcador Pronominal Incorporado. In: CABRAL, A.S. & RODRIGUES, A. (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 274-87, Belém: Universidade Federal do Pará.

GALVÃO, Eduardo

1979[1959]. Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959. In: GALVÃO, Eduardo, *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*, pp. 193-228, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GASPAR, Maria Dulce & IMAZIO, Maura

1999. Os Pescadores-Coletores-Caçadores do Litoral Norte Brasileiro. In: TENÓRIO, M.C. (Org.), *Pré-História da Terra Brasilis*, pp. 247-256, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GARCIA, Rodolfo

1938. Explicação. Nota introdutória ao texto de Charles F. Hartt 1929[1872], Notas sobre a língua geral ou tupí moderno do Amazonas. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 51: 305-306, 1929. Rio de Janeiro.

GEERTZ, Clifford

1980. Blurred Genres: the refiguration of social thought. *The American Scholar*, 49 (2): 165-179.

2000. *Negara: el Estado-teatro en el Bali del siglo XIX*. Barcelona: Paidós.

GILDEA, Spike

1994. The Proto-Cariban and Tupi-Guarani Object Nominalizing Prefix. In: PASTOR, Ignacio Prado (ed.), *Revista Latinoamericana de Estudios Etnolingüísticos*, 8: 163-177. Issue title: Linguística Tupí-Guaraní/Caribe: Estudios presentados en el 47th Congreso Internacional de Americanistas, 7-11 de julio de 1991, Nueva Orleans.

2002. Pré-Proto-Tupí-Guaraní Main Clause Person-Marking. In: CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 315-326, Belém: Universidade Federal do Pará.

GILLIN, John

1948. Tribes of the Guianas. In: J. H. STEWARD (ed.), *Handbook of South American Indians*, Bulletin 143, vol. 3, pp. 799-869, Bureau of American Ethnology Washington: Government Printing Office.

GIMENES, Luciana

2004. As palavras e as coisas: dicionários indígenas. *Boletim* 7: 137-146. São Paulo: CEDOCH-CL/Universidade de São Paulo.

GINZBURG, Carlo

1987. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.* São Paulo: Cia. das Letras.

GOMES, Dioney Moreira

2001. Identificando a Flexão Relacional em Mundurukú. *Boletim ABRALIN*, 25: 263-284.

2002. Paralelismos Morfossintáticos entre Mundurukú e Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 234-42, Belém: Universidade Federal do Pará.

2006. Estudo morfológico e sintático da língua Mundurukú (Tupí). Tese de Doutorado, Brasília: Universidade de Brasília.

GRAHAM, Sue

1964. Sateré verb and Pronoun Chart. Ling 301 B, Brasília: Summer Institute of Linguistics. [ms]

1995. Sateré-Mawé Pedagogical Grammar. *Arquivo Linguístico* 210. Brasília: Summer Institute of Linguistics.

GRAHAM, Albert & GRAHAM, Sue

1967. Sateré-Maué Phonemic Statement. SIL – Brazil, Technical Studies Department. [ms]

GRAHAM, Albert; GRAHAM, Sue & HARRISON, Carl H.

1984. Prefixos pessoais e numerais da língua Sateré-Mawé. *Série Linguística*, 11: 175-205. Brasília: Summer Institute of Linguistics.

GRANNIER RODRIGUES, Danielle Marcelle

1999. *Fonologia do Guaraní Antigo.* Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas.

GREENBERG, Joseph H.

1987. *Language in the Americas*. Stanford: Stanford University Press.

1996. In Defense of Amerind. *International Journal of American Linguistics,* 62(2):131-164.

GREENBERG, Joseph H. & RUHLEN, M.

1992. Linguistic origins of Native Americans. *Scientific American,* 267(5):94-99.

GREENBERG, Joseph H.; TURNER, Christy G. & ZEGURA, Steven L.

1986. The settlement of the Americas: A comparison of the linguistic, dental, and genetic evidence, *Current Anthropology*, 27: 477-497.

GRENAND, Pierre

1982. *Ainsi Parlaient nos Ancêtres.* Travaux et Documents de l'ORSTOM, n. 148. Paris: ORSTOM.

GRUZINSKI, Serge

2007. História dos índios na América: abordagens interdisciplinares e comparativas. *Revista Tempo*, 23: 197-198. Entrevista concedida pelo Diretor de Estudos da *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, França, à Maria Regina Celestino de Almeida. Paris, 26 de maio de 2006.

GUÉRIOS, R. F. Mansur

1935. Novos rumos da tupinologia. *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*. Curitiba, 1(2): 172-185.

1947. Palavras prévias. In: MENSE, Hugo, Língua Mundurucú: vocabulários especiais – vocabulário Apalaí, Wuiabói e Maué. *Arquivos do Museu Paranaense*, 6(3): 107-148. pp. 107-109. Curitiba: Impressora Paranaense.

HARTT, Charles Frederick

1929. Notas sobre a língua geral ou tupí moderno do Amazonas. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 51: 304-390. Rio de Janeiro.

HECKENBERGER, Michael J.

2001. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na *longue durée*, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, B. & HECKENBERGER, M. (orgs.), *Os Povos do Alto Xingu. História e Cultura*. pp. 21-62. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

HECKENBERGER, Michael J.; NEVES, Eduardo G. & PETERSEN, James B.

1998. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupí na Amazônia Central. *Revista de Antropologia*, 41(1): 69-96.

HEWLETT, Barry S.; SILVESTRI, Annalisa de & GUGLIELMINO, Rosalba

2002. Semes and Genes in Africa. *Current Anthropology*, 43 (2): 313-321.

HOCK, Hans Henrich

1991. *Principles of Historical Linguistics*, 2 ed., Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

HÜLLEN, Werner

2001. Reflections on Language in the Renassaince. In: HASPELMATH, Martin (ed.), *Language Typology and Language Universals: an international handbook*, 1: 210-222, Berlin/New York: de Gruyter.

HUNT, Lynn

1995. *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes.

JENSEN, Cheryl

1987. Object-prefix incorporation in Proto-Tupí-Guaraní verbs. *Language Sciences*, 9(1): 45-55.

1990a. *O Desenvolvimento Histórico da Língua Wayampí*. 2ª edição, Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

1990b. Cross-referencing Changes in Some Tupí-Guaraní Languages. In: PAYNE, D. (ed.), *Amazonian Linguistics*, pp. 117-158, Austin: University of Texas Press.

1998a. The Use of Coreferential and Reflexive Markers. *Journal of Amazonian Linguistics*, 1(2): 1-49, Pittsburgh.

1998b. Comparative Study: Tupí-Guaraní. In: D. Derbyshire & G. K. Pullum (eds.), *Handbook of Amazonian Languages*, 4, Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

1999. Tupí-Guaraní. In: DIXON, Robert & AIKHENVALD, Alexandra (eds.), *The Amazonian Languages*, pp. 125-164, Cambridge: Cambridge University Press.

JONES, Kristine L.

1994. Comparative ethnohistory and the southern cone. *Latin American Research Review*, 29(1): 107-118.

KÄMPF, Nestor; WOODS, William I.; KERN, Dirse C. & CUNHA, Tony J.

2009. Classificação das Terras Pretas de Índio e outros solos antrópicos antigos. In: TEIXEIRA W.; KERN, D.C.; MADARI, B.C.; LIMA H.N. & WOODS, W.I. (eds.) *As Terras Pretas de Índio*

da Amazônia: Sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. CD-Book. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental. Foi utilizada versão preliminar, disponível em: http://www.cpaa.embrapa.br/servicos/RefCruz/arquivos/

KAUFMAN, Terrence

1990. Language History in South America: What We Know and How to Know More. In: PAYNE, D. L. (ed.), *Amazonia Linguistics – Studies in Lowland South American Languages*, pp. 13-67, Austin: University of Texas Press.

KERN, Dirse C.; KÄMPF, Nestor; WOODS, William I.; DENEVAN, William M.; COSTA, Marcondes L. & FRAZÃO, Francisco Juvenal L.

2009. Evolução do conhecimento em Terra Preta de Índio. In: TEIXEIRA W.; KERN, D.C.; MADARI, B.C.; LIMA H.N. & WOODS, W.I. (eds.) *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas.* CD-Book. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental. Foi utilizada versão preliminar, disponível em: http://www.cpaa.embrapa.br/servicos/RefCruz/arquivos/

KESSLER, Brett & LEHTONEN, Annukka

2006. Multilateral Comparison and Significance Testing of the Indo-Uralic Question. In: FORSTER, Peter & RENFREW, Colin (eds.), *Phylogenetic Methods and the Prehistory of Languages.* Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research.

KEY, Mary Ritchie

1991. A Resumé of Comparative Studies in South American Indian Languages. In: KEY, Mary R. (ed.), *Language Change in South American Indian Languages*, pp. 4-19, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

KITCHEN, Andrew; MIYAMOTO, Michael M. & MULLIGAN, Connie J.

2008. A three-stage colonization model for the peopling of the Americas. PLoS ONE 3(2): e1596.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor

1932. Wörterlisten "Tupy", Maué und Puruborá. *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, 24(1) : 31-50.

2005[1909-10]. Dois anos entre os Indígenas. Viagens ao Noroeste do Brasil (1903-1905). Manaus: Dom Bosco/Universidade Federal do Amazonas.

KODAMA, Kaori

2007. O Tupí e o Sabiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em *Brasil e Oceania. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 4, ano 4, n° 3: 1-14.

KRECH, Sheppard

1991. The state of ethnohistory. *Annual Review of Anthropology*, 20: 345-375.

KROEBER, Alfred L.

1925. *Handbook of the Indians of California*. Bureau of American Ethnology, Washington, D.C.

KROEBER, Alfred L. & DIXON, Roland

1913a. New Linguistic Families in California. *American Anthropologist*, 15: 647-55.

1913b. Relationship of the Indian Languages of California. *Science*, 37: 225.

1919. Linguistic Families of California. Berkeley: University of California Press.

LABOV, William

1994. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors.* Language in Society. Oxford/Cambridge: Blackwell.

LARAIA, Roque de Barros

1971. A estrutura do parentesco Tupí. *Estudos sobre Línguas e Culturas Tupí*, pp. 172-212. Brasília: Summer Institute of Linguistics.

1995. *Los Indios de Brasil.* Colección Pueblos y Lenguas Indígenas, 2, 2 ed. Quito, Ecuador: ABYA-YALA.

LE GOFF, Jacques

1976. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (orgs.), *História: novos objetos*, pp. 68-83. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

1995. A História Nova. In: LE GOFF, Jacques, *A História Nova.* 3ª ed., pp. 26-67, São Paulo: Martins Fontes.

LEITE, Serafim

1945. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo 3. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

LEITE, Yonne

1982. A classificação do Tapirapé na família Tupí-Guaraní. *Ensaios de Lingüística*, pp. 125-132. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

2007. A Hipótese Tupí-Karíb: uma apresentação. *Caderno de Resumos*, pp. 25-26, V Congresso Internacional da ABRALIN, Belo Horizonte, MG.

LEMLE, Miriam

1971. Internal Classification of the Tupí-Guaraní Linguistic Family. In: BENDOR-SAMUEL, D. (ed.), *Tupí Studies I*, Norman, Oklahoma: Summer Institute of Linguistics.

LEROI-GOURHAN, André

1983. *Os Caçadores da Pré-História.* Lisboa: Edições 70.

LÉRY, Jean de

1578. *Histoire d'vn voyage fait en la terre du Brésil, avtrement dite Amerique*. La Rochelle: Antoine Chuppin. Disponível em: http://purl.pt/136

LORENZ, Sônia da Silva

1992. *Sateré-Mawé, os Filhos do Guaraná*. Coleção Projetos. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI.

2000. Sateré-Mawé. In: RICARDO, Fany P. (coord.), *Povos Indígenas do Brasil*, desenvolvido pelo Instituto Socioambiental – ISA, 1997-2009. Apresenta informações sobre os povos e a temática indígena. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/satere-mawe

LOUKOTKA, Čestmir

1929. Le Setá, un nouveau dialecte tupi. *Journal de la Société des Américanistes*, 21(2): 373-398.

1968. *Classification of South American Indian Languages.* Reference Series, vol. 7. Los Angeles: University of California/Latin American Centre.

LUNT, Horace G.

1973. Remarks on Nasality: the case of Guarani. In: ANDERSON, S.R. & KIPARSKY, P. (eds.), *A Festschrift for Morris Halle*, pp. 131-139. New York: Holt, Rinehart & Winston.

LURIE, Nancy O.

1961. Ethnohistory: an ethnological point of view. *Ethnohistory*, 8(1): 78-92. Duke University Press. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/480349

MALLORY, James P.

1997. The Homelands of the Indo-European. In: BLENCH, R. & SPRIGGS, M. (eds.), *Archaeology and Language I: Theoretical and Methodological Orientations*, pp. 93-121, London: Routledge.

MANO, Marcel

1996. Etno-história e Adaptação Mawé: Uma contribuição para a etnografia Tupi da área Madeira-Tapajós. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP - Ciência Social.

MARCGRAVIUS, Georgius (MARCGRAVE, George)

1648. Historiae rerum naturalium Brasiliae. In: MARCGRAVE, George & PISO, Willem. *Historia Naturalis Brasiliae... in qua non tantumplantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*, (Organizado por Joannes de Laet) pp. 1-283. Lugdunum Batavorum/Amstelodami: Franciscus Hackium/Lud. Elzevirium.

MARCUS, George & Michael FISCHER

2000. *La Antropología como Crítica Cultural. Un Momento Experimental en las Ciencias Humanas*. Buenos Aires: Amorrortu.

MARTINS, Maria Cristina Bohn

2007. Descobrir e redescobrir o grande rio das Amazonas. As *Relaciones* de Carvajal (1542), Alonso de Rojas SJ (1639) e Christóbal de Acuña SJ (1641). *Revista de História*, 156: 31-57.

MARTINS, Valteir

2005. Reconstrução Fonológica do Proto-Maku Oriental. Tese de Doutorado. Vrije Universiteit Amsterdam. Utrecht: LOT.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von

1844. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro*, Rio de Janeiro, 6: 381-403.

1867a. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas, zumal Brasiliens*. Vol. 1, zur Ethnographie. Leipzig: Friedrich Fleicher.

1867b. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas, zumal Brasiliens*. Vol. 2, zur Sprachenkunde. Leipzig: Friedrich Fleicher.

1895. Carta do Dr. Carlos F. de Martius contendo observações sobre botânica, vocábulos Tupis e origem das tribus americanas. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográphico Brazileiro*, tomo 58, parte I, vol. 91, p. 59-68.

1904[1867]. O passado e o futuro do homem americano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 9: 534-562.

MASON, John Alden

1950. The languages of South American Indians. In: STEWARD, J.H. (ed.), *Handbook of South American Indians*, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, vol. 6, pp. 157-317, Washington, DC.

MCQUOWN, Norman

1955. The Indigenous Languages of Latin America. *American Anthropologist*, New Series, 57(3): 501-570.

MEGGERS, Betty J. & EVANS, Clifford

1973. A reconstituição da pré-história amazônica: algumas considerações teóricas. *Publicações Avulsas*, Belém, 20: 51-69.

MEILLET, Antoine

1926. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*, v. 1, Paris: Klincksieck.

MEIRA, Sérgio

2006a. Mawé Stative Verbs and Predicate Possession. In: DIETRICH, Wolf (ed.) *Guaraní y "Mawetí-Guaraní": estudios históricos y descriptivos sobre una familia lingüística de América del Sur*, pp. 46-68, Berlin: LIT Verlag.

2006b. Stative verbs vs. nouns in Sateré-Mawé and the Tupian family. In: ROWICKA, Grazyna J. & CARLIN, Eithne B.. (Orgs.). *What's in a verb? Studies in the verbal morphology of the languages of the Americas*, pp. 189-214, Utrecht: LOT,

2007. Relações Tupí-Karíb: Estado Atual da Questão. *Caderno de Resumos*, p. 26, V Congresso Internacional da ABRALIN, Belo Horizonte, MG.

MELATTI, Júlio Cezar

1993. *Índios do Brasil*. 7ª ed. São Paulo/Brasília: Hucitec/Universidade de Brasília - UnB.

MELIÀ, Bartolomé

1992. La *lengua Guaraní del Paraguay: historia, sociedad y literatura*. Madrid: Mapfre.

MELLO, Antônio Augusto Souza

2000. Estudo Histórico da Família Linguística Tupí-Guaraní: Aspectos Fonológicos e Lexicais. Tese de Doutorado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

2002. Evidências Fonológicas e Lexicais para o Subagrupamento Interno da Família Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 338-42, Belém: Universidade Federal do Pará.

MELLO, Antônio Augusto Souza & KNEIP, Andreas

2006. Evidências lingüísticas que apontam para a origem dos povos Tupi-Guarani no leste amazônico. Congresso Internacional De Americanistas, 52, Sevilha. [ms]

MELLO, Octaviano

1967. Dicionário Tupi (Nheengatu) Português e Vice-Versa. São Paulo: Editor Folco Masucci.

MENÉNDEZ, Miguel

1984/1985. Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira. *Revista de Antropologia*, 27/28: 271-286.

1998[1992]. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.), *História dos Índios no Brasil*, 2 ed., pp. 281-296, São Paulo: Companhia das Letras/Sec. Municipal de Cultura/FAPESP.

METRAUX, Alfred

1927. Les migrations historiques des Tupí-Guaraní. *Journal de la Société des Américanistes*, 19: 1-45.

1928. *La civilization matérielle des tribus Tupí-Guaraní*. Paris : Librairie Orientaliste Paul Geuthner.

1948. The Tupinamba. In: STEWARD, J. (ed.) *Handbook of South American Indians*, Bulletin 143, vol. 3, pp. 95-133, Bureau of American Ethnology. Washington: Smithsonian Institution.

1950. Curt Nimuendajú (1883-1946). *Journal de la Société des Américanistes*, 39(1) : 250-251.

MILLER, Eurico T.

2009. A cultura cerâmica do tronco Tupí no alto Ji-Paraná, Rondônia – Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 1(1): 35-136. Brasília: LALI/Universidade de Brasília.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini

1975. A negação em Awetí. [ms]

1976. Prefixos pessoais em Awetí. *Lingüística III*, Rio de Janeiro: Museu Nacional.

1977. A nasalização em Awetí. 29ª Reunião Anual da SBPC, São Paulo. [ms]

2000. Características lexicais e morfológicas da fala masculina e femina na língua Awetí. [ms]

2001. Vocabulário e Frases Awetí-Português (com proposta ortográfica). In: MONSERRAT, R. & PEREIRA DA SILVA, E. (Orgs.) *Vocabulário e Frases em Jamandí-Português (com proposta ortográfica) e Vocabulário de Frases em Awetí-Português (com proposta ortográfica)* , vol. 1, pp. 29-45, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul.

2002a. Sobre a fonologia da língua Awetí (Tupí). In: MONSERRAT, R. (Org.), *Coletânea de Trabalhos sobre Línguas Indígenas e Outras Questões de Política Linguística e Educação Indígena*, vol. 1, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul.

2002b. Línguas Tupí e Ergatividade. In: CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: pp. 191-202, Belém: Universidade Federal do Pará.

2007a. Vocabulário Português-Awetí. [ms]

2007b. Explorando o Grau de Parentesco Genético entre o Awetí e o Proto-Tupí-Guaraní: Evidências Morfossintáticas. *Caderno de Resumos*, pp. 439-40, V Congresso Internacional da ABRALIN, Belo Horizonte, MG.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini & SOARES, Marília Facó

1983. Hierarquia referencial em línguas Tupí. *Ensaios de Linguística: Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*, ano 5, 9: 164-187. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

MONTEIRO, John Manuel

1998[1992]. Os Guaraní e a História do Brasil Meridional, séculos XVI e XVII. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.), *História dos Índios no Brasil*, 2 ed., pp. 475-498, São Paulo: Companhia das Letras/Sec. Municipal de Cultura/FAPESP.

2000. Traduzindo tradições: gramáticas, vocabulários e catecismos em línguas nativas na América portuguesa. In: *Os índios, nós*, pp. 36-45, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia,

2001. Tupís, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e de Indigenismo. Tese de Livre-Docência, Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

MOORE, Deny

2005. Classificação interna da família linguística Mondé. *Estudos Linguísticos*, 34: 515-520.

MORAES, Camila Azevedo

2007. Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefatual. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

MOTA, Lúcio Tadeu

2006. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e as Populações Indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889). *Diálogos*, 10(1): 117-142.

MÜLLER, Friedrich Max

1869. *Lectures on the Science of Language.* 2 edição, New York: Scribner.

NASCIMENTO, Ana Paula Lion M.

2008. Estudo Fonético e Fonológico da Língua Guajá. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.

NETTLE, Daniel & HARRISS, Louise

2003. Genetic and Linguistic Affinities between Human Populations in Eurasia and West Africa. *Human Biology*, 75 (3): 331-344.

NICHOLS, Johanna

1992. *Linguistic Diversity in Time and Space*. Chicago: University of Chicago Press.

NIMUENDAJÚ, Curt

1924. Os índios Parintintin do rio Madeira. *Journal de la Société des Américanistes*, 16(1): 201-278.

1929. Zur Sprache der Maué-Indianer. *Journal de la Société des Américanistes*, 21(1): 131-140.

1930. Zur sprache der Kuruaya-Indianer. *Journal de la Societé des Américanistes*, 22(2): 317-45.

1932. Idiomas Indígenas del Brasil. *Revista del Instituto de Etnología*, 2: 543-547, Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán.

1948a. Tribes of the Lower and Middle Xingu River. In: STEWARD, J. (ed.) *Handbook of South American Indians*, Bulletin 143, 3: 213-243, Bureau of American Ethnology. Washington: Smithsonian Institution.

1948b. The Maué and Arapium. In: STEWARD, J. (ed.) *Handbook of South American Indians*, Bulletin 143, 3: 245-254, Bureau of American Ethnology. Washington: Smithsonian Institution.

1948c. The Cawahib, Parintintin and their neighbours. In: STEWARD, J. H. (ed.), *Handbook of South American Indians*, Bulletin 143, 3: 283-320, Bureau of American Ethnology, Washington: Government Printing Office.

1948d. The Guajá. In: STEWARD, J. H. (ed.), *Handbook of South American Indians*, Bulletin 143, 3: 135-136, Bureau of American Ethnology, Washington: Government Printing Office.

1948e. The Turiwara and Aruã. In: STEWARD, J. H. (ed.), *Handbook of South American Indians*, Bulletin 143, 3: 193-198, Bureau of American Ethnology, Washington: Government Printing Office.

1987. *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes*. 2a. impressão, Rio de Janeiro: IBGE/PRÓ-MEMÓRIA.

NOELLI, Francisco S.

1993. Sem Tekohá não há Tekó. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guaraní e sua aplicação a uma área de domíno no delta do rio Jacuí/RS.

Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

1996. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupí. *Revista de Antropologia* 39(2):7-56. São Paulo.

1998. The Tupí: explaining origin and expansion in terms of archaeology and of historical linguistics. *Antiquity*, 72(277): 648-663.

OSWARD, Christina

2008. Villegagnon & Cook: Tupinambá e Havaiano. *História*, 27(1): 213-245.

PÁDUA, Alexandre Jorge

2007. A Posição da Língua Apiaká na Família Tupí-Guaraní. *Caderno de Resumos*, p. 462, V Congresso Internacional da ABRALIN, Belo Horizonte, MG.

PAYNE, Doris L.

1994. The Tupí-Guaraní Inverse. In: FOX, B. & HOPPER, P.J. (eds.), *Voice: Form and Function*. Typological Studies in Language, vol. 27, pp. 314-341, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.

PEDRO II

1850. Extracto das actas das sessões do Instituto do primeiro trimestre de 1850, 213ª sessão, de 16 de fevereiro de 1850, com a presença de S.M. o Imperador. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro*, 13: 128-135.

PEDROSA, Tatiana de Lima

2008. Arqueologia e Interpretação: a criação de dois modelos arqueológicos para a Amazônia. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PUC/RS.

PEGGION, Edmundo Antônio

2002. Juma. In: RICARDO, Fany P. (coord.), *Povos Indígenas do Brasil*, desenvolvido pelo Instituto Socioambiental – ISA, 1997-2009. Apresenta informações sobre os povos e a temática indígena. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/juma/638

PEIXOTO, Aristeu Mendes

2000. *Enciclopédia Agrícola Brasileira*, vol. 3 E-H. São Paulo: Universidade de São Paulo.

PEJROS, Ilia

1997. Are Correlations between Archaeological and Linguistic Reconstructions Possible? In: BLENCH, R. & SPRIGGS, M. (eds.), *Archaeology and Language I: Theoretical and Methodological Orientations*, pp. 149-57, London: Routledge.

PENDLETON, Ryan Lawrence

2003. Pre-Nagpra Native American Burial Policy and its Implication on Cultural and Linguistic Classification. Dissertação de Mestrado, Florida State University.

PEREIRA, Nunes

1954. *Os Índios Mawé*. Rio de Janeiro: Editora Organização Simões.

PESEZ, Jean-Marie

1995. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova.* 3ª ed., pp. 180-215, São Paulo: Martins Fontes.

PETERSON, Tyler & PICANÇO, Gessiane

2007. Dynamic correspondences: an object-oriented approach to tracking sound reconstructions. *Procceedings*, 9th Meeting of the ACL Special Interest Group in Computational Morphology and Phonology, pp. 126-133, Jun/2007, Prague: Association for Computational Linguistics

PICANÇO, Gessiane

2009a. Consoantes Parcialmente Nasalizadas em Tupi. *Caderno de Resumos*, II Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários da Amazônia, 2009, Belém.

2009b. Nasal Allophones Across Tupian Languages. *Actes*, Workshop Nasal 2009, Montpellier.

PIGAFETTA, Antonio

1956. *Relazione del primer viaggio intorno al mondo (1519-1522).* Istituto editoriale italiano, collana Viaggi Esplorazioni scoperte, a cura di Camillo Manfroni. Disponível em: http://www.liberliber.it/biblioteca/p/pigafetta/relazione_del_primo_viaggio_intorno_al_mondo/pdf/relazi_p.pdf

POSER, William J. & CAMPBELL, Lyle

1992. Indo-European Practice and Historical Methodology. *Proceedings of the Eighteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, pp. 214-236.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

2009. Coordenação de Fany P. Ricardo. Enciclopédia desenvolvida pelo Instituto Socioambiental – ISA, 1997-2009. Apresenta informações sobre os povos e a temática indígena. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt

POWELL, John Wesley

1891. Indian Linguistic Families of America, North of Mexico. *Seventh annual report, Bureau of American Ethnology*, 1-142. Washington: Government Printing Office.

PROUS, André

1999. Agricultores de Minas Gerais. In: TENÓRIO. M. C. (Org.) *Pré-História da Terra Brasilis*, pp: 345-58. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

QUEIXALOS, Francesc

2001. Le Tupí-Guaraní en Chantier. In: QUEIXALOS, Francesc (resp.), *Des Noms et des Verbes en Tupí-Guaraní: État de la Question.* Studies in Native America Linguistics, 37: 1-20. München: LINCOM Europa.

2006. The Primacy and Fate of Predicativity in Tupí-Guaraní. In: LOIS, Ximena & VAPNARSKY, Valentina (eds.), *Lexical Categories and Root Classes in Amerindian Languages*, pp. 249-287, Bern: Lang.

RAMOS, Alcida Rita

1997. Convivência Interétnica no Brasil. Os Índios e a Nação Brasileira. *Série Antropologia*, 221. Brasília: Universidade de Brasília.

RASK, Rasmus & THALBITZER, William

1922. The Aleutian languages compared with Greenlandic: a manuscript by Rasmus Rask, dating from 1820, now in the Royal Library at Copenhagen. *International Journal of American Linguistics*, 2: 40–57.

RIBEIRO, Darcy

1987. Arte índia. In: RIBEIRO, D. (ed.) *Suma Etnológica Brasileira*, 3: 29-64. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*.

RICARDO, Carlos Alberto (Org.)

1985. *Povos Indígenas no Brasil.* Vol. 8: Sudeste do Pará/Tocantins, São Paulo: CEDI.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna

1944. Um Aspecto da Evolução Fonética na Família Tupí-Guaraní. *Revista Filológica*, 29: 74-77, Rio de Janeiro.

1945. Fonética histórica Tupí-Guaraní: diferenças fonéticas entre o Tupí e o Guaraní. *Archivos do Museu Paraense*, 4: 333-354, Curitiba.

1953. Morfologia do Verbo Tupí. *Letras*, 1: 121-152.

1955. As línguas "impuras" da família Tupí-Guaraní. *Atas do XXXI Congresso Internacional de Americanistas* (org. por Herbert Baldus), pp. 1055-1071. São Paulo.

1958a. Classification of Tupí-Guaraní. *International Journal of American Linguistics*, 24(3): 231-234.

1958b. Die Klassifikation des Tupí-Sprachstammes. *Proceedings of the 32nd International Congress of Americanists* (ed. by Jens Yde), pp. 679-684.

1964. A Classificação do Tronco Lingüístico Tupí. *Revista de Antropologia*, 12: 99-104. São Paulo.

1967. Grupos Lingüísticos da Amazônia. *Anais* do Simpósio sobre a Biota Amazônica, 2: 29-39.

1969. Linguas Sul-Americanas. *Simposio de México*. México: UNAM.

1970. Línguas Ameríndias. *Grande Enciclopédia Delta-Larousse*, pp. 4034-4036. Rio de Janeiro: Delta.

1974. Linguistic Groups of Amazônia. In: LYONS, Patrícia (ed.), *Native South Americans: Ethnology of the least known continent*, pp. 51-58, Boston: Little, Brown.

1980. Tupinambá e Mundurukú: Evidências Fonológicas e Lexicais de Parentesco Genético. *Estudos Lingüísticos*, Araraquara, 3: 194-209.

1981. A Estrutura do Tupinambá. [ms]

1984/1985. Relações Internas na Família Linguística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia*, 27/28: 33-53.

1985. Evidence for Tupi-Cariban Relationships. In: KLEIN, H. & STARK, L. (eds.), *South American Indian languages: Retrospect and Prospect*, pp. 371-404, Austin: University of Texas Press.

1986. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.* São Paulo: Edições Loyola.

1988. Proto-Tupí Evidence for Agriculture. I Conferência Internacional de Etnobiologia, Belém. [ms]

1990. Grammatical Affinities among Tupí, Karíb and Macro-Jê. Universidade de Brasília. [ms]

1994a. The Grammatical Structure of Classical Tupí. [ms]

1994b. Nominales Tempus in Tupinamba. Universidade de Münster, Alemanha. [ms]

1995a. Glottalized Stops in Proto-Tupí. Society for the Study of Indigenouos Languages of the Americas. Albuquerque. [ms]

1995b. Historical Comparison of the Tupí-Guaraní Languages. Universidade de Leiden, Holanda. [ms]

1996a. As Línguas Gerais Sul-Americanas. *Papia*, 4(2): 6-18.

1996b. Argumento e Predicado em Tupinambá. *Boletim ABRALIN*, 19: 57-66.

1998a. Dois exercícios de etimologia Tupí: 'esposa' e 'boca'. *Moara, Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras UFPA*, 9: 33-51. Belém: Universidade Federal do Pará.

1998b. O Conceito de Língua Indígena no Brasil, I: Os Primeiros Cem Anos (1550-1650) na Costa Leste. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 1: 59-78. Campinas: Pontes.

1999. Tupí. In: DIXON, Robert & AIKHENVALD, Alexandra (eds.), *The Amazonian Languages*, pp. 107-124, Cambridge: Cambridge University Press.

2000a. "Ge-Pano-Carib" x "Jê-Tupí-Karíb": sobre relaciones lingüísticas prehistóricas en Sudamérica. *Actas del I Congreso de Lenguas Indígenas de Sudamérica* (Luis Miranda, ed.), tomo I, Lima, Universidad Ricardo Palma.

2000b. Hipótese Sobre as Migrações dos Três Subconjuntos Meridionais da Família Tupí-Guaraní. *Anais do II Congresso da Associação Nacional de Linguística e XIV Instituto Lingüístico*, pp. 1596-1605, Florianópolis: ABRALIN. CD-Rom.

2000c. Breve História da Língua dos Índios Vistos por Cabral. *Universa*, 8: 541-552. Brasília: Universidade Católica de Brasília.

2001a. Alguns problemas em torno da categoria lexical verbo em línguas Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suelly. & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Estudos sobre Línguas Indígenas*, 1: 87-100. Belém: Universidade Federal do Pará.

2001b. Sobre a natureza do caso argumentativo. In: QUEIXALOS, Francesc (resp.), *Des Noms et des Verbes en Tupí-Guaraní: État de la Question.* Studies in Native America Linguistics, 37: 103-114. München: LINCOM Europa.

2001c. Flexão Relacional no Tronco Linguístico Macro-Jê. *Boletim ABRALIN*, 25: 219-231.

2002. Correspondências lexicais e fonológicas entre Tupí-Guaraní e Tuparí. In: CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 289-297, Belém: Editora Universidade Federal do Pará.

2003. Evidências de relações Tupí-Karíb. In: ALBANO, E. *et al* (orgs.) *Saudades da Língua*. 1: 393-410, Campinas: Mercado de Letras.

2005a. As Vogais do Proto-Tupí. In: RODRIGUES, Aryon & CABRAL, Ana Suelly (orgs.), *Novos Estudos sobre Línguas Indígenas*, pp. 35-46, Brasília: Editora UnB.

2005b. A Reconstruction of Proto-Tupí Phonology. Workshop em Linguística Histórica e Línguas em Contato, Brasília. [ms]

2005c. Evidências linguísticas da antiguidade do piolho e de outros parasitas do homem na Amazônia. *Revista de Estudos e Pesquisas*, 2(2): 89-97, Brasília: FUNAI.

2007a. As Consoantes do Proto-Tupí. In: RODRIGUES, Aryon & CABRAL, Ana Suelly (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, 1: 167-204, Campinas: Curt Nimuendajú.

2007b. Agricultura Tupí Pré-Histórica na Amazônia. *Caderno de Resumos*, p. 453, V Congresso Internacional da ABRALIN, Belo Horizonte, MG.

2007c. Novas Considerações sobre Relações Linguísticas Tupí-Karíb. *Caderno de Resumos*, p. 25, V Congresso Internacional da ABRALIN, Belo Horizonte, MG.

2010a. Evolução e expansão das variedades Tupí no Brasil. O Tupí, o Tupinambá e o Português do Brasil. [no prelo].

2010b. Linguistic reconstruction of elements of prehistoric Tupí culture. Leiden: Leiden Universiteit. [no prelo].

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. & CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara

2002. Revendo a classificação da família Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 327-342, Belém: Editora UFPA.

2004. Sobre o Desenvolvimento de Padrões Absolutivos em Famílias Orientais do Tronco Tupí. In: QUEIXALOS, Francesc (org.), *Ergatividade na Amazônia*, 2: 69-81, Brasília: Laboratório de Línguas Indígenas.

2005. The Alignment System of Proto-Tupí and the Typological Changes Along its Diversification: a Contribution to the Study of ergativity in Amazonia. III Encontro sobre Ergatividade na Amazônia, CNRS, Paris. [ms]

2006. Investigando a origem e o desenvolvimento de orações dependentes nas famílias do tronco linguístico Tupí. *Revista ABRALIN*, 5(1/2): 11-32.

2009. Explorando a hipótese de Rodrigues sobre possíveis conexões genéticas Tupí e Macro-Jê. In: AMADO, Rosana de Sá. (Org.), *VI Macro-Jê*, São Paulo: Universidade de São Paulo. [no prelo]

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suelly A. C.; CORRÊA-DA-SILVA, Beatriz C.

2006. Evidências Lingüísticas para a Reconstrução de um Nominalizador de Objeto **-*mi*- em Proto-Tupí. *Estudos da Lingua(gem)*, 4(2): 21-39. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suelly A. C.; CORRÊA-DA-SILVA, Beatriz C.; FRANCESCHINI, Dulce

2009. Reconstruindo estágios anteriores de alinhamento de línguas Tupí Orientais. VI Congresso Internacional da ABRALIN, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. [ms]

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. & DIETRICH, Wolf

1997. On The Linguistic Relationship Between Mawé and Tupí-Guaraní. *Diachronica*, XIV (2): 265-304.

RODRIGUES, João Paulo

2008. Tupifilia Internacional: tupí, cientistas e viajantes no século XIX. In: LIMA, Ivana Stolze & CARMO, Laura do (Orgs.), *História social da língua nacional*, p. 327-351, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.

ROSS, Malcom

1997. Social Network and Kinds of Speech-Community Event. In: BLENCH, R. & SPRIGGS, M. (eds.), *Archaeology and Language I: Theoretical and Methodological Orientations*, pp. 207-61, London: Routledge.

ROOSEVELT, Anna C.

1998[1992]. Arqueologia Amazônica. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.), *História dos Índios no Brasil*, 2 ed., pp. 53-86, São Paulo: Companhia das Letras/Sec. Municipal de Cultura/FAPESP.

SAHLINS, Marshall

1990a. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

1990b. Cosmologías del Capitalismo: el sector trans-pacífico del sistema mundial. *Cuadernos de Antropología Social*, 2 (2): 95-107.

2008. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima

2002. Subordinação em Línguas da Família Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suelly & RODRIGUES, Aryon (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1: 418-24, Belém: Editora Universidade Federal do Pará.

2007. Foricidade e marcação de pessoa em línguas da família Tupí-Guaraní. In: RODRIGUES, Aryon & CABRAL, Ana Suelly (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, 1: 417-426, Campinas: Curt Nimuendajú.

SALMASIUS, Claudius

1643. *De Hellenistica commentarius, controversiam de lingua Hellenistica decidens et plenissime pertractans originem et dialectos Graecae linguae*. Lugd[uni] Batavor[um]: ex officina Elsevirorum.

SALZANO, Francisco M.; HUTZ, Maria Helena; SALAMONI, Sabrina P.; ROHR, Paula & CALLEGARI-JACQUES, Sidia Maria

2005. Genetic Support for Proposed Patterns of Relationship among Lowland South American Languages. *Current Anthropology*, 46, Suplemento, pp. 121-29.

SANABRIA, Lino Trinidad

1997. Evolución Histórica del Idioma Guaraní. Universidad Nacional del Este, Ciudad del Este, Paraguai. [ms] Disponível em: http://www.datamex.com.py/guarani/marandeko/trinidad_evolucion_historica_del_idioma_guarani.html

SANTOS, Fabrício R.

2008. O Povoamento das Américas através do Estudo da Ancestralidade Paterna. *FUMDHAMentos*, 7: 192-203. São Raimundo Nonato (PI): FMHA.

SAPIR, Edward

1913. Southern Paiute and Nahuatl: a study in Uto-Aztecan. *Journal de la Société des Américanistes*, part 1, 10(2): 379-425.

1919. Southern Paiute and Nahuatl: a study in Uto-Aztecan. *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, part 2, 11(1): 433-488.

1916. Time Perspective in Aboriginal American Culture: a Study in Method. In: MANDELBAUM, D. G. (ed.). 1985. *Edward Sapir, Selected Writings in Language, Culture and Personality*, pp. 389-462, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.

1921a. A Bird's Eye View of American Languages North of Mexico. *Science*, 54: 225.

1921b. Language. An introduction to the study of speech. New York: Harcourt Brace.

1931. The Concept of Phonetic Law as Testes in Primitive Languages by Leonard Bloomfield. In: MANDELBAUM, D. G. (ed.). 1985. *Edward Sapir, Selected Writings in Language, Culture and Personality*, pp. 73-82, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.

1936. Internal Linguistic Evidence Suggestive of the Northern Origin of the Navaho. In: MANDELBAUM, D. G. (ed.). 1985. *Edward Sapir, Selected Writings in Language, Culture and Personality*, pp. 213-24, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.

SAUSSURE, Ferdinand de

1996[1916]. Curso de Linguística Geral. 19° edição. São Paulo: Cultrix.

SCHAAN, Denise Pahl

2007. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Ciências Humanas, 2(1): 77-89.

SCHADEN, Egon.

1974. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guaraní*. São Paulo: EPU/EDUSP.

SCHLEICHER, Charles Owen

1998. Comparative and Internal Reconstruction of the Tupi-Guarani Language Family. Ph.D. Dissertation, Madison: University of Wisconsin.

SCHMIDT, Max

1942. *Estudos de Etnologia Brasileira. Peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos.* Brasiliana, série 5, vol. 2, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz

2005. Questões de Fronteira: sobre uma antropologia da história. *Novos Estudos*, 72: 119-135.

SCHRÖDER, Peter

2002. Guajajára. In: RICARDO, Fany P. (coord.), *Povos Indígenas do Brasil*, desenvolvido pelo Instituto Socioambiental – ISA, 1997-2009. Apresenta informações sobre os povos e a temática indígena. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guajajara/539

SENA, Raylene Rodrigues de & TEIXEIRA, Pery

2006. Movimentos Migratórios da População Sateré-Mawé – Povo Indígena da Amazônia Brasileira. Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, XV, Caxambú, MG, 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_413.pdf

SENRA, Klinton

1999. Kayabí. In: RICARDO, Fany P. (coord.), *Povos Indígenas do Brasil*, desenvolvido pelo Instituto Socioambiental – ISA, 1997-2009. Apresenta informações sobre os povos e a temática indígena. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaiabi/271

SEKI, Lucy

2001. Classes de palavras e categorias sintático-funcionais em Kamaiurá. In: Queixalós, Francesc (resp.), *Des Noms et des Verbes en Tupí-Guaraní: État de la Question.* Studies in Native America Linguistics, 37: 40-66. München: LINCOM Europa.

SEKI, Lucy & BRANDON, Frank

2007. Uma Reconstrução Parcial do Sistema Interrogativo Tupí. In: RODRIGUES, Aryon & CABRAL, Ana Suelly (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, 1: 259-76, Campinas: Curt Nimuendajú.

SHARPE, Jim

1992. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.), *A Escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Univesidade Estadual Paulista.

SHNIRELMAN, Victor

1997. Linguoarchaeology: goals, advances and limits. In: BLENCH. R. & SPRIGGS, M. (eds.), *Archaeology and Language I: Theoretical and Methodological Orientations*, pp. 158-165. London: Routledge.

SIDOROVA, Ksenia

2000. Lenguaje ritual. Los usos de la comunicación verbal en los contextos rituales y ceremoniales. *Alteridades*, 10(20): 93-103.

SIL – SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS

1963a. *Aimu'e hap 1*. *Cartilha Sateré-Mawé*. Rio de Janeiro: SPI.

1963b. *Aimu'e hap 2*. *Cartilha Sateré-Mawé*. Rio de Janeiro: SPI.

1965. *Aiwemu'e hap 3*. *Cartilha Sateré-Mawé.* Rio de Janeiro: CNPI.

1978. *Livro de Frases. Sateré-Mawé/Português*. Brasília: SIL.

SILVA, Raynice G. Pereira da

2005. Estudo Fonológico da Língua Sateré-Mawé. Dissertação de Mestrado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

2006. Considerações sobre o Acento em Sateré-Mawé. *Estudos Linguísticos*, 35: 1621-1630.

2007a. Esboço Sociolinguístico Sateré-Mawé. *Tellus*, 7(13): 73-101.

2007b. Estudo Morfossintático da Língua Sateré-Mawé. *Anais do Seta*, 1: 435-440.

SJOBERG, Andrée; SJOBERG, Gideon; SWADESH, Morris; SREEKANTAIYA, T. N.

1956. Problems in Glottochronology. *American Anthropologist*, New Series, 58(2): 296-308.

SOARES, Marília Facó & LEITE, Yonne

1991. Vowel shift in the Tupí-Guaraní language family: a typological approach. In: KEY, Mary R. (ed.), *Language Change in South American Indian Languages*, pp. 36-53, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

SOARES DE SOUZA, Gabriel

1851. Tratado descriptivo do Brazil em 1587. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, vol. 14, p. 13-365.

SORENSEN JR., Arthur P.

1974[1967]. Multilingualism in the Northwest Amazon. In: LYON, Patricia, *Native South American. Ethnology of the Least Known Continent.* Boston/Toronto: Little, Brown & Cia.

SOUZA, Laura de Mello e

1996. Prefácio. In: RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar.

SPORES, Ronald

1980. New world ethnohistory and archaeology, 1970-1980. *Annual Review of Anthropology*, 9: 575-603.

STADEN, Hans

1930[1557]. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira. Disponível em: http://purl.pt/151

STEINEN, Karl von den

1940. *Entre os Aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Departamento de Cultura.

1942. *O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu*. Série Extra, Biblioteca Pedagógica Brasileira – Brasiliana, vol.3. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

STORTO, Luciana

2005. Caso e Concordância em Línguas Tupí. *Estudos Linguísticos*, 34: 59-72.

STORTO, Luciana & VANDER VELDEN, Felipe Ferreira

2005. Karitiana: língua e educação escolar. In: RICARDO, Fany P. (coord.), *Povos Indígenas do Brasil*, desenvolvido pelo Instituto Socioambiental – ISA, 1997-2009. Apresenta informações sobre os povos e a temática indígena. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karitiana/391

STURTEVANT, William C.

1966. Anthropology, history and ethnohistory. *Ethnohistory*, 13(1/2): 1-51. Duke University Press. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/480777

STUTZ, Erani

2004. Diversidade Linguística: registro e representação no Brasil, primeira metade do século XVII. *Boletim* 7: 169-194. São Paulo: CEDOC-IL/USP.

SUZUKI, Márcia dos Santos

1997. "Ou Isto ou Aquilo?" Um Estudo sobre o Sistema Dêitico da Língua Sateré-Mawé. Dissertação de Mestrado, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

SWADESH, Morris

1953. Archaeological and Linguistic Chronology of Indo-European Groups. *American Anthropologist*, New Series, 55(3): 349-352.

1955b. Toward Greater Accuracy in Lexicostatistics Dating. *International Journal of American Linguistics*, 21(2): 121-137.

1993[1959]. The Mesh Principle in Comparative Linguistics. *Antropological Linguistics*. A Retrospective of the Journal Anthropological Linguistics: Selected Papers, 1959-1985, 35(1/4): 38-45.

SWADESH, Morris; QUIMBY, George; COLLINS, Henry; HAURY, Emil; EKHOLM, Gordon; EGGAN, Fred

1954. Time Depths of American Linguistic Groupings and Comments. Symposium. *American Anthropologist*, New Series, 56(3): 361-377.

TEIXEIRA, Pery

2004. Estudo Demográfico da População Sateré-Mawé residente em Terras Indígenas e em Áreas Urbanas. Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, XIV, Caxambú, MG, 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_782.pdf

TEMPESTA, Giovana Acácia

2009. Apiaká. In: RICARDO, Fany P. (coord.), *Povos Indígenas do Brasil*, desenvolvido pelo Instituto Socioambiental – ISA, 1997-2009. Apresenta informações sobre os povos e a temática indígena. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/apiaka/54

TENÓRIO, Maria Cristina

1999. Coleta, Processamento e Início da Domesticação de Plantas no Brasil. In: TENÓRIO, M. C. (Org.), *Pré-História da Terra Brasilis*, pp. 259-271. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro.

THEVET, André

1557. *Les Singularitez de la France Antarctique, autrement nommée Amerique:& de plusiers Terres & Isles decouuerte de nostre temps*. Paris: les heritiers de Maurice de la Porte, au Clos Bruneau, à l'enseigne S. Claude. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813719/or813719.pdf

THIEME, Inge

1993. Karl von den Steinen: vida e obra. In: COELHO, Vera Penteado (org.), *Karl von den Steinen: um século de Antropologia no Xingu*, cap. 1, pp. 36-108. São Paulo: EDUSP.

THOMASON, Sara Grey & KAUFMAN, Terrence

1991. Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics. 2 ed. Berkeley/Oxford: University of California Press.

TORAL, André

2004. Tapirapé. In: RICARDO, Fany P. (coord.), *Povos Indígenas do Brasil*, desenvolvido pelo Instituto Socioambiental – ISA, 1997-2009. Apresenta informações sobre os povos e a temática indígena. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapirape/1008

TRAUTMANN, Thomas R. & SINOPOLI, Carla M.

2002. In the beginning was the word: excavating the relations between history and archaeology in South Asia. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 45 (4): 492-523.

TRIGGER, Bruce G.

1973. *Além da História: os métodos da pré-história.* São Paulo: EDUSP.

1982. Ethnohistory: problems and prospects. *Ethnohistory*, 29 (1): 1-19. Duke University Press. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/481006

1986. Ethnohistory: the unfinished edifice. *Ethnohistory*, 33 (3): 253-267. Duke University Press. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/481814

1989. *A History of Archaeological Thought.* Cambridge: Cambridge University Press.

URBAN, Greg

1998[1992]. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.), *História dos Índios no Brasil*, 2 ed., pp. 87-102, São Paulo: Companhia das Letras/Sec. Municipal de Cultura/FAPESP.

VAINFAS, Ronaldo

1997. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.), *Domínios da História: ensaios de história e metodologia*, pp. 127-162. Rio de Janeiro: Campus.

VAN HAL, Toon; SWIGGERS, Pierre & ISEBAERT, Lambert

2008. De Tuin der Talen ('Hortus linguarum'): taalkennis en taalkunde tijdens de Renaissance in de Lage Landen. Disponível em: http://tuin-der-talen.wik.is/

VAN WAYENBURG, Bruno

2004. Marcus van Boxhorn: Uitvinder van de Europese Oertaal. In: *Mare di libri*, 32. Disponível em: http://www.leidenuniv.nl/mare/2004/32/libri13.html

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de

1849. Ethnographia indígena, línguas, emigrações, e archeologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográphico Brazileiro*, vol. 12, t. 5, série 2, p. 366-376.

VIEIRA, Márcia Damaso

2007. A Negação Sentencial em Línguas da Família Tupí-Guaraní. In: RODRIGUES, Aryon & CABRAL, Ana Suelly (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, 1: 277-90, Campinas: Curt Nimuendajú.

VILLAS BOAS, Cláudio & VILLAS BOAS, Orlando

1970. *Xingu: os índios, seus mitos*. Porto Alegre: Kuarup.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela

1993. Introdução. In: VIVEIROS DE CASTRO, E. & CARNEIRO DA CUNHA, M. (orgs.), *Amazônia: Etnologia e História Indígena.* São Paulo: NHII/FAPESP.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I.

2006[1968]. *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística.* Coleção Lingua(gem) 18, São Paulo: Parábola Editorial.

WERNHART, Karl R.

1987. *Ethnohistory in Vienna*. Gottingen: Edition Herodot.

WILBERT, Johannes (ed.)

1968. Preface. In: LOUKOTKA, Čestmir, *Classification of South American Indian Languages*. Reference Series, 7: 7-23, Los Angeles: University of California/Latin American Centre.

WILLEY, Gordon

1949. Ceramics. In: STEWARD (ed.), *Handbook of South American Indians*, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, 5: 139-204, Washington, D.C.

WOLF, Eric R.

1996. Unforeseen Americas: the making of New World societies in anthropological perspective. *Proceedings of the National Academy of Sciences, USA*, 93: 2603-2607.

2000. *Europa y la gente sin historia*, 2 ed. Argentina: Fondo de Cultura Económica.

Anexo I

Figura 8 – "A New and Accurate Map of Peru, and the Country of the Amazones", Emanuel Bowen, 1747, Londres

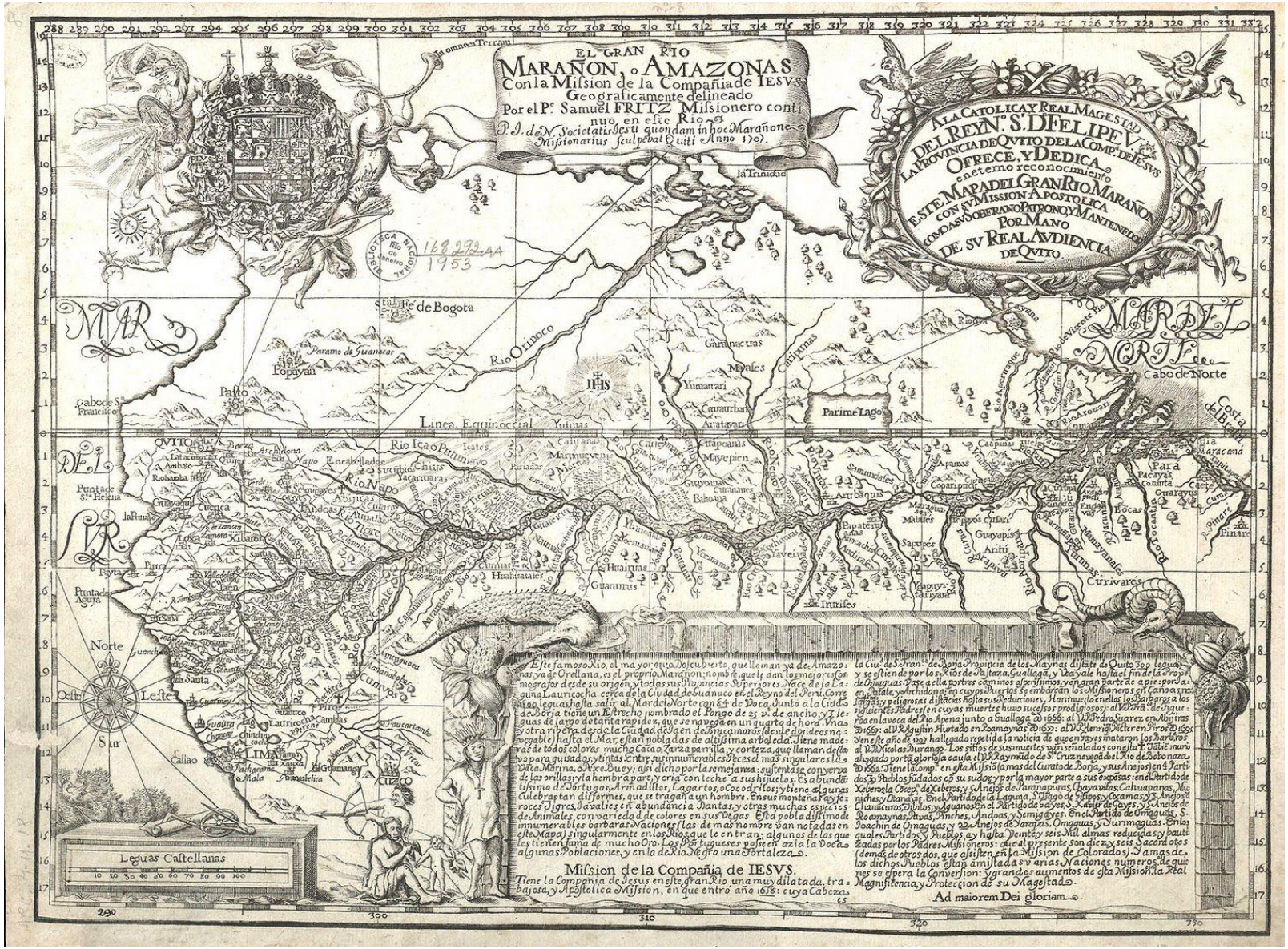

Figura 9 – "El gran rio Marañon o Amazonas con la Mission de la Compañía de Iesus, Samuel Fritz, 1707, Quito

Anexo II

	PORT	PT	PTG	AW	MA
1	artelho	**pɨtʃ^{ʔ}ã	*pɨtʃã	pɨtã	pɨhã
2	boca	**en	*en (*en-tɨ ‘líquido da b., saliva’; *en-pe ‘pele da b., lábio’)	-	-
3	cabeça	**ʔa	*ʔa; *a-kaŋ ‘osso da c.’	ʔa-put	ʔa-kaŋ
4	cabelo, pena	**ap	*-aβ, *ʔaβ (< *ʔa-aβ) ‘cabelo da cabeça’	-ap, ʔap ‘cabelo da cabeça’	-ap
5	calcanhar	**pɨt^{ʔ}a	*pɨta	pɨta-, ʔa-pɨta	pɨʔa-susa (pɨa-zuza)
6	cérebro	**apɨtɨm	*apɨt-uʔum (influência de *uʔum ‘polpa, medula’		ʔamɨ̃tɨm
7	dente humano	**tãj	*tãj	tãj	jãj
8	ferida	**perep	*pereβ	pezep	-
9	fígado	**pɨʔa	*pɨʔa	-	pɨʔa
10	gordura	**k^{j}ap	*kaβ	kap	kap
11	língua	**k^{j}ũ	*ku	-e-ku	-ẽ-ku (< **en-k^{j}ũ ‘boca-língua’)
12	mão humana (cf. **po)	**^{m}po	*mo	-	mo
13	muco	**t^{ʔ}ĩ	*ɾĩ ‘nariz’	ɾĩ ‘nariz’	hĩ ‘muco’
14	nariz	**a^{m}pɨ̃j	*apɨ̃j ‘ponta do n.’	ʔapɨ̃j	ʔãpɨ
15	nuca	**atoʔa	atoʔa	-	-
16	olho	**etʃ^{ʔ}a	*-etʃa	-eta	-eha
17	orelha	**apɨ	*apɨ-tʃa ‘ouvido’ apɨ-saka ‘escutar’	-	-
18	osso	**kaŋ	*kaŋ	kaŋ	kaŋ

19	pé humano (cf. **pɨ)	**^{m}pɨ	*mɨ	mɨ	mɨ
20	peito	**potiʔa	*potiʔa	poz̥iʔa ‘coração’	potiʔa
21	pele	**pit	*pir	pit	piit ‘corpo’
22	perna	**k^{ʔ}ɨp	*ʔɨβ ‘coxa’	-up ‘coxa’	ʔup ‘coxa’
23	pescoço	**wut	*jur	i-tur-ʔɨp	hut-ʔɨp
24	púbis	**ako	*-ako ‘virilha’; *ako-ap ‘pelos pubianos’	-	-
25	pus	**pew	*pew	-	piop (< pew + hop ‘vermelho’ ?)
26	rosto	**ep^{w}a	*-oβa	-owa	-ewa
27	saliva	**entɨ (< en-tɨ ‘boca-líquido)	*enɨ	-	ẽtɨ-hɨ
28	seio	**^{ŋ}kam	*kam	kam	nam
29	sêmen	**k^{ʔ}ɨt	*a-ʔɨr ‘sêmen, filho do pai, pequeno’	-	-a-ʔɨr-u ‘filho do pai’
30	urina	**t^{ʔ}ɨ	*tɨ	tɨ	sɨ

	PORT	PT	PTG	AW	MA
31	água	**ʔɨ	*ʔɨ	ʔɨ	ʔɨ
32	água na natureza	**tɨ	*tɨ	-	hɨ ‘rio’
33	árvore	**k^{ʔ}ɨp	*ʔɨβ	ʔɨp	ʔɨp
34	asa, pena da asa	**pep^{ʔ}o	*pepo	pepo	pepo
35	barro	**t^{ʔ}up	*tu-juk (*juk ‘podre’)‘lama’	-	-
36	barro para cerâmica	**waʔẽuʔum	*jauʔum	taʔum	-
37	buraco	**k^{w}at	*k^{w}ar	kwat	-
38	casca, pele	**ape	**ape ‘casco’	-	-
39	casca	**pe	*pe	pe	pe ‘pele, escama’
40	caminho (cf. **^{m}pe)	**pe, **ape	*pe, *-ape	pe	-
41	centro	**apɨt	*apɨr ‘ponta’	-	pɨtʔat

42	chão	**k^{ʔ}ɨj	*ʔɨj	-	ʔɨj
43	chuva	**aman	*aman	aman	aman
44	coisa	**kat	*kar- in *kaʔru (kar-+ʔu) ‘comer (coisas)’	kat ‘coisa, o que?’; kat-ʔu ‘comer (coisas)’	kat ‘coisa, o que?’
45	concha	**witã	*itã	kɨtã	-
46	dia	**ʔat	*ʔar	-	ʔat
47	espinho	**wu	* ju	-	hu
48	flor	**pot^{ʔ}ɨt; **k^{ʔ}ɨp pot^{ʔ}ɨt ‘flor de planta’	*potɨr; *ʔɨβotɨr	potɨt	pohɨt
49	folha	**ep^{w}	*-oβ	-op	-op
50	fruta	**ʔa	*ʔa	ʔa	-a
51	fumaça	**t^{ʔ}iŋ	*tiŋ ‘fumaça; branco’	tiŋ	hiŋ
52	galho	**akã	*akã	akã	-
53	lua	**watɨ	*jatʃɨ	tatɨ	watɨ
54	mão (cf. **^{m}po)	**po	*po	po	po
55	mel, abelha	**ewɨt	*eir	ekɨt	ewɨt
56	ovo	**-upiʔa	*-upiʔa	upiʔa	-upiʔa
57	pé (cf. **^{m}pɨ)	**pɨ	*pɨ	pɨ	pɨ
58	pedaço	**atʃɨk	*atʃɨk	-	-
59	pedra	**wita	*ita	kɨta	-
60	rabo	**uwaj	-uwaj	-uwaj	-uwajpo
61	resina	**tʃɨk	*ʔɨ-tʃɨk (< *ʔɨβ ‘árvore’ + * tʃɨk)		ʔɨ- tʃɨŋ-he
62	rio	**itʃ^{ʔ}ɨ	*tɨ	tɨ	ihɨ
63	sal	**kɨt, **jukɨt	jukɨr	tukɨt	ukɨt (< *wukɨt)
64	sol	**^{ŋ}k^{w}at	*k^{w}ar	kwat	-
65	superfície, face	**ape	*ape	-	-
66	terra	**ɨp^{w}ɨ	*ɨβɨ	ɨβ-ete	
67	tronco	**k^{ʔ}ɨp^{ʔ}ɨ	*ʔɨpɨ ‘parte inferior do tronco’	-	ɨpi-a
68	tubérculo	**ʔek^{w}	*ʔok	ʔok	ʔok

69	vento	**ɨp^{w}ɨt^{ʔ}u	*ɨβɨtu	ɨwɨt	ɨwɨt ‘ventar’

	PORT	PT	PTG	AW	MA
70	batata doce	**wet^{j}ɨk	*jetɨk	tezɨk	-
71	cabaça	**ɨʔa	*ɨʔa	ɨʔa	-
72	cará	**awa, awai	-	-	awai-ʔa
73	cipó	**ɨtʃɨpo	*ɨtʃɨpo	ɨtɨpo	ɨrɨpo
74	fumo	**pe	*pe-tɨm	pe	-
75	mandioca	**mani	*mani	mani	mani
76	planta cucurbitá-cea	**kurua	*kurua	-	-
77	taquara	**kɨtʃe	*kɨtʃe ‘faca’	kɨte ‘faca’	-
78	timbó	**tiŋ	*tiŋ	-	-
79	urucu	**ɨr^{j}uku	*uruku		
80	vagem	**ek^{w}pe	*ope ‘vagem, pálpebra’	-	-

	PORT	PT	PTG	AW	MA
81	anu-preto	**anu	*anu	-	aju
82	arara	**karu	-	-	karu ‘a. amarela’
83	arara	**arat	*arar	arar-an ‘a. azul’	-
84	berne	**k^{ʔ}ut	*ʔur	-	ʔut
85	besouro	**enem	*enem	enem-ut	-
86	bicho de pé	**tuŋ	*tuŋ	tuŋ	jũŋ
87	cobra	**moj	*moj	mõj	moj
88	cupim	**^{ŋ}kup^{ʔ}i	*kupi-ʔi	kupi-ʔa	ŋupi-ʔa
89	cutia	**akut^{ʔ}i	*akuti	akuri-jɨt	akuɾi
90	esp. de formiga	**akeke	*akeke	-	-
91	jacu	**waku	*jaku	taku	-
92	larva	**atʃek^{w}	*asok ‘larva em frutas e carnes’	-	-
93	larva, lagarta	**tʃek^{w}	*tʃok	-	-

94	mosquito	**wat^{j}iʔũ	*jatiʔũ	tazɨʔũ	watiʔũ
95	mutum	**mɨtũ	*mɨtũ	mɨtũ	mɨjũ
96	pacu	**paku	*paku	paku	paku
97	papagaio	**awuru	*ajuru	-	ahut
98	pato	**ɨpek^{j}	*ɨpek	ɨpek	ɨpeka (> LGA)
99	piolho	**^{ŋ}kɨp	*kɨβ	ʔa-kɨp ‘cabeça-piolho’	ŋɨp
100	pium	**piʔũ	*piʔũ	piʔũ	upiũ
101	preguiça	**aʔɨ	*aʔɨ	-	
102	porco espinho	**k^{w}anu	*kwanu	-	kwandu
103	tatu	**t^{ʔ}a(j)t^{ʔ}u	*tatu	tatu	sahu
104	tucano	**tukan	*tukan	tukan	jũkan
105	urubu	**urup^{wʔ}u	*uruβu	ɨzɨwu	uruwu
106	veado	**ɨčɨ	*čɨ-waču (-waču aument.)	ɨtɨ-wapat ‘veado campeiro’	ɨtɨ
107	vespa	**^{ŋ}kap	*kaβ	kap	ŋap

	PORT	PT	PTG	AW	MA
108	aldeia abandonada	**t^{ʔ}app^{w}et	taper	-	-
109	caminho de gente (cf. **pe)	**^{m}pe	-	me	-
110	casa	**ek^{w}	*ok	ok	ok ‘ninho, teto’
111	cavador	**tʃɨt	*tʃɨr	tɨt	tɨt-ʔi
112	cesta	**ɨr^{j}u	*ɨru	-	hɨt
113	corda	**tʃ^{ʔ}am	*tʃam	tam	-
114	covo	**wekẽʔa	*jekeʔa	-	-
115	dono	**iwat	*jar	itat	-
116	flecha	**ek^{wʔ}ɨp	*uʔɨβ	uʔɨp	-
117	fogo	**at^{j}a	*-ata	-azɨa	arja
118	fonte, porto	**wãj	*jãj	-	wã
119	lugar de estar	**-upap	*-upaβ; ʔɨupaβ ‘jazida de água, i. é	upap	-

	deitado		lagoa’		
120	machado	**wɨ	*jɨ	kɨ	ɨ-wɨ-kap
121	nome	**et	*-er	-et	-et
122	paga, recompensa	**epɨ	*epɨ ‘paga’	epɨ	-
123	porta	**ek^{w}en	*oken	oten-ap	oken-ʔɨpɨ
124	praça da aldeia	**ek^{w}at	*okar	-	-
125	rede de dormir	**ẽri	*ini	inĩ	ĩni
126	remédio	**pot^{ʔ}aŋ	*potsaŋ	potaŋ	pohaŋ
127	roça	**^{ŋ}ko	*ko	ko	ko ~ ŋo
128	teto	**t^{ʔ}ap	*taβ ‘aldeia’; tapɨj ‘abrigo’	tapɨj ‘cobertura’	-
129	vasilha de barro	**waɾẽ	*jaɾẽ	taɾẽ	waɾã

	PORT	PT	PTG	AW	MA
130	avô	**amõj	*amõj	amũj, amõj	amũ ‘tio, amũpot ‘sogro’
131	esposa	**at^{ʔ}ɨ	*-atɨ	-atɨ	-arɨ ‘avó’, -aɾɨʔi ‘esposa’
132	filho de homem	**aɾɨt	*-aɾɨr	-aɾɨt	-aɾɨr-u
133	filho(a) de mulher	**me^{m}pɨt	*memɨr	mẽpɨt	mẽpɨt
134	homem	**aɨtʃe	*-aɨtʃe ‘homem, parente do mesmo grupo de uma mulher	aɨte	-
135	irmã da mãe	**tʃɨʔɨt	*tʃɨʔɨr	-	-
136	irmã júnior de mulher	**kɨp^{ʔ}ɨʔɨt	*kɨpɨʔɨr	-	-
137	irmã sênior da mulher’	**ɨket	*-ɨker	-	-
138	irmão de mulher	**kɨp^{w}ɨt	*kɨβɨr	kɨwɨt	kɨwɨt
139	irmão júnior do	**ɨp^{w}ɨt	*-ɨβɨr	-ɨwɨt	-ɨwɨt, ʔɨwɨt

	homem				
140	irmão sênior do homem	**ɨke	*ɨke-ʔɨr	*ɨti-ʔɨt-	ʔɨke-ʔet
141	marido	**men	*men	men	-
142	mãe	**tʃɨ	*tʃɨ	tɨ	tɨ ~ nɨ
143	pai	**-up	*tuβ ‘pai de gente’	up	-

	PORT	PT	PTG	AW	MA
144	alimentar	**poj	*poj	poj	poj
145	amarrar, enrolar	**man	*man	man	
146	aparecer	**ep^{w}apok^{ʔ}	*oβapo	-	
147	apoiar	**kok	*kok	-	-
148	assar	**tʃɨt	*-e-tʃɨr ‘assar’ mi-tʃɨr ‘assado’	e-tɨt	
149	atirar e acertar	**api	*api		apiŋ ‘atirar’
150	atirar, derrubar	**ejtɨk	*-ejtɨk ~ -itɨk	iʐɨk	
151	banhar-se	**atsuk^{ʔ}	*jatsuk	atuk	atuk
152	cair, nascer	**k^{ʔ}at	*ʔar	ʔat	ʔat
153	cavar	**koj	*ɨβɨ-koj ‘terra-cavar’	-	koj ‘plantar’
154	chegar	**tʃɨk	*tʃɨk		
155	chegar	**ats^{ʔ}em	*w-atsem	toatem, ʔatem ‘aparecer’	-
156	chorar	**wak	tak	-	wak
157	cobrir	**atsoʔi	*atsoʔi	-	-
158	comer, beber	**k^{ʔ}u	*ʔu	ʔu	ʔu
159	correr	**wan	*jan	tan	-
160	cozinhar	**mõj	*mõj (em *mi-mõj ‘cozido’)	mõj	-
161	cozinhar, assar	**wɨp	*jɨβ ‘estar cozido’	-	wɨp ‘assado’
162	dar	**um	-	-	um
163	dar	**meʔeŋ	*meʔeŋ	miʔiŋ ‘contar,	-

				narrar’	
164	dar nome	**er-ʔok	*-eʔrok	-	etʔok
165	debulhar	**ɨkɨ	*ɨkɨ	-	-
166	deixar	**wat	*ejar	itat	jat
167	dormir	**kʲet	*kʲer	tet	ket
168	entrar	**ekʲe	*ejkʲe ~ -jkʲe	ece	eke
169	envolver	**aman	*aman ‘cercar’	-	-
170	erguer	**-upit	*upir; jupir ‘subir’	-upit; teupit ‘erguer-se’	upit ‘guardar’
171	esfregar	**kɨtɨk	*kɨtɨk	kɨʐɨ ‘lavar’	-
172	estar pl.	**kup	*kuβ	-	kup
173	estar deitado	**-up ~ wup	*-uβ ~ juβ	up	-
174	estar em movimento	**eko	*eko ‘estar em movimento, viver’	eko ‘andar, passar’	eko ‘modo de vida’
175	estar em pé	**ʔam	*ʔam	ʔam	ʔam ‘levantar-se, subir’
176	estar sentado	**in	*in ~ -en	-	in- ~ i
177	falar	**weʔeŋ	*jeʔeŋ	tiʔiŋ	weʔeŋ ‘estar sábio’
178	fazer, dizer	**kˀe	*ʔe ~ ʔi	ʔe, ʔi ‘dizer’	ʔe
179	grudar	**moŋ	*moŋ	-	moŋ
180	ir	**tso	*tso	to	to
181	ir pl.	**wat	-	-	wat
182	lavar	**ej	*ej		ej ‘lavar pessoas’ w-ej (< *we-ej) ‘tomar banho’
183	morder	**tʃukˀu	*tʃuʔu	tuʔu	eka-tuʔu
184	morrer	**eʔõ	*-eʔõ	-	-
185	morrer pl.	**pap	*paβ	pap ‘acabar’	pap
186	olhar	**maʔẽ	*maʔẽ	maʔẽ	-
187	ouvir	**eⁿtup	*-enuβ	-ẽtup	wan-ẽtup
188	passar	**kʷap	*kʷaβ	kwap	(kosap)
189	pegar	**at	*ar ~ jar		at ‘pegar, segurar’
190	pegar, segurar	**pɨtsɨk	*pɨtsɨk	pɨtɨk	pɨtɨk
191	perder-se	**opat	*-opar	t-opat	-
192	picar	**pi	*pi	pi	we-pi

	(inseto)				‘fazer-se picar’
193	pôr, juntar	**nuŋ	*noŋ ~ roŋ ~ ruŋ	juŋ	nuŋ ‘fazer’
194	pôr junto, encestar	**waŋ	*jaŋ	-	waŋ
195	procurar	**kat	*e-kar	i-kat	kat
196	pular	**pot	*por; *mo^{m}por ‘atirar’ (< caus)	pot	-
197	puxar	**ekɨj	*ekɨj	ekɨj	ekɨj
198	quebrar, furar	**kutuk	*kutuk ‘furar’		
199	queimar	**pɨk^{ʔ}	*-apɨ	-apɨ	apɨk ‘queimar’; -apɨ ‘fumar’
200	ralar	*eʔe	*-eʔe	-eʔe	-
201	respirar	**pɨt^{ʔ}u	*pɨtu	-	pɨhu
202	sair	**čem	*čem	tem	tem
203	sentar	**ap^{ʔ}ɨk	*apɨk ‘sentar’, apɨk-áβ ‘banco’	apɨk	apɨk
204	socar, pisar	**tʃek^{w}	*tʃok	-	tok
205	ter vergonha	**tĩ	tĩ	-	ti
206	tirar	**ʔok	*ʔok	ʔok	ʔok ‘desenterrar’
207	tu dizes, fazes	**er^{j}e	*ere	-	ere
208	urinar	**karuk	Tb karuk, GA k^{w}aruk	kaluk	-
209	ver	**tsup	*tsuβ ‘visitar, achar’	tup	
210	vingar-se	**epɨk	*epɨk	-	wepɨk
211	vir	**-ut ~ **wut	**-ur ~ jur	-ut ~ jut	ot
212	vomitar	**ẽk^{ʔ}en	*w-eʔen	-eʔen	eʔen
213	voltar	**jep^{w}ɨt	*jeβɨr	-	-

	PORT	PT	PTG	AW	MA
214	alto	**ɨp^{w}a-	*ɨβa-te ‘alto’*ɨβa-k ‘céu’	ɨwa-pit ‘céu’	ɨwa-j ‘sobre’ ɨwa-iti ‘alto’

215	amargo	**r^{j}op	*roβ	lop	nop
216	antigo	**p^{w}et	*p^{w}er	put	pot-ʔi ‘estar velho’
217	assado	**kaʔẽ	*kaʔe		kãʔã
218	bom	**kat^{ʔ}u	*katu	katu	kahu ‘bom, bonito’
219	dor	**atʃɨ	*-atʃɨ	-atɨ	atɨ
220	fome	**tʃɨʔat	GA tɨʔa-βor ‘falta, carestia’	-	sɨʔat ‘ter fome’
221	gordo	**^{ŋ}kɨt	*kɨra	kɨra	ŋkɨt
222	gostoso	**eʔẽ	*-eʔẽ ‘doce, salgado’	d-eʔe	s-eʔe ‘salgado’
223	grosso	**ats^{ʔ}aŋ	*atsaŋ ‘baixo e grosso’	-	-
224	imaturo, verde	**kɨt	*kɨr	kɨt ‘verde, azul’	kɨt-ʔi ‘jovem; verde esbranquiçado’
225	novo	**pakup	-	-	pakup
226	pendente	**paj	*paj	-	paj ‘luva de penas’; paj-at ‘macho’ (‘o que tem uma coisa pendente’)
227	pesado	**potsɨj	*potsɨj	potɨj	potɨj
228	podre	**rem, nem	*rem, nem ‘fedido’	jem	nem
229	seco	**^{ŋ}kaŋ	*kaŋ	-	ŋaŋ
230	vermelho	**wup	*juβ ‘amarelo’	tup ‘amarelo’	hup

	PORT	PT	PTG	AW	MA
231	aqui	**k^{j}e	*k^{j}e	-	
232	dentro de	**pɨpe	*pɨpe	(pɨwo)	-
233	posposição	**etse	*-etse ‘sobre, a respeito de’	ete ‘id.’	-ete ‘em, contra’
234	posp. locativa	**upi	*-upi ‘por, através de’	-	upi ‘em, ao longo de’
235	sobre	**tsotʃe	*tsotʃe	-	tote
236	marcador relação	**ts-	*ts-	t-	

237	não contígua marcador de relação	**i-	*i-	i-	i-
238	não contígua nom. de agente	**-at	*-ar ~ -car ~ -tar	-at	-hat
239	nom.circuns-tância	**-ap	*-aβ	-ap	-h-ap
240	nom. de objeto	**mi-	*(e)mi-	(e)mi-	mi- ‘nom. de paciente’
241	prefixo causativo	**mo-	*mo-	mo-	mo-
242	prefixo causativo-comitativo	**er^{j}e-/er^{j}o-	*ero-	ezo-	ere-
243	prefixo reflexivo	**we-	*je-	te-	we-
244	sufixo aumentativo	**-atʃu	*-watʃu ~ -utʃu	-watu	-wato
245	sufixo locativo	**-pe	*-pe	-pe	-pe
246	sufixo negativo	**-eʔɨm	*-eʔɨm	-eʔɨm	-
247	1	**o-	-	-	u-
248	12	**k^{ʔ}i-	Tb i-	-	-
249	2	**e-	*e-	e-	e-
250	nós excl.	**or^{j}e/**or^{j}o	*ore, *oro-	ozo	uru-
251	tu	**en	*en-e	-	en

Anexo III

Apresenta-se a seguir lista bibliográfica de fontes para estudos Tupí que, longe de pretender representar o estado da arte da 'tupinologia' – pesquisa que ultrapassa amplamente escopo e objetivos deste estudo – visa meramente elencar de maneira sistemática as obras referidas na historiografia dos estudos Tupí apresentada no Capítulo I, acrescentando outras poucas como forma de revisão da bibliografia, especialmente de cunho linguístico, e de reunir informações históricas dispersas na literatura especializada. Quatro trabalhos forneceram subsídios valiosos para a organização desta bibliografia, a saber: RODRIGUES (2000c), em relação aos manuscritos do século XVI; BARROS (2003) e (2006), em referência ao século XVIII; e a bibliografia oferecida por Alfredo do Valle CABRAL (1880), que cobre o período que se estende do século XVI ao XIX. Pela relativa facilidade da pesquisa, as obras publicadas no século XX não são elencadas aqui.

FONTES PARA ESTUDOS TUPÍ

ADAM, Lucien. 1896. *Matériaux pour servir à l'établissement d'une grammaire comparée des dialectes de la famille Tupi*. Paris: Librairie-Éditeur J. Maisonneuve.

ALLEMÃO, Francisco Freire. 1882. Questões propostas sobre alguns vocábulos da língua geral braziliana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brazileiro*, 45(2): 351-362. Rio de Janeiro.

ANCHIETA, José de. 1595. *Arte de Grammática da Língoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz.

– 1874. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil, novamente dada à luz por Julio Platzmann*. Leipzig: B. G. Teubner.

– PLATZMANN, Julius (ed.). 1874. *Grammatica der Brasilianischen Sprache, mit Zugrundelegung des Anchieta, herausgegeben von Julius Platzmann.* Leipzig: B. G. Teubner.

– PLATZMANN, Julius (ed.). 1876. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil, feita pelo p. Joseph Anchieta. Publicada por Julio Platzmann*. Edição facsimilaria stereotypa. Leipzig:B. G. Teubner.

– 1990[1595]. *Arte de gramática da língua mas usada na costa do Brasil.* Edição facsimilar. Obras completas, vol. 11, São Paulo: Loyola.

[Pe. Anchieta publicou ainda poemas, teatro de textos líricos em língua Tupí que foram reunidos nas obras completas editadas pelas edições Loyola:]

– ANCHIETA, José de. 1977. *Teatro de Anchieta*. Obras completas, 3° vol. São Paulo: Loyola.

– ANCHIETA, José de. 1984. *Lírica portuguesa e Tupí.* Obras completas, 5° vol., I. São Paulo: Loyola.

ANÔNIMO. [17??]. *Diccionario da Lingua Brazilica.* Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms 94. [s.d.] [ms]

ANÔNIMO. [17??]. *Prosódia. Diccionario da lingua fallada por indios do Brasil.* Academia de Ciências de Lisboa – M.A. n. 569. [s.d.] [ms]

ANÔNIMO. [17??]. *Vocabulario na língua do Brasil*. Biblioteca Nacional de Lisboa – cód. 3143. [s.d.] [ms]

ANÔNIMO. [1724?]. *Manuale ad usum Patrum Societatis Jesu qui in reductionibus paraquariae versantur ex rituali romano ac toletano, anno domini MDCCXXI. Superiorum permissu*. Laurenti: Typis PP. Societatis Jesu. [manual em latim e Guaraní]

ANÔNIMO. 1750. *Grammatica da lingua geral do Brazil. Com hum diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita lingua.* Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms 69. [ms]

ANÔNIMO. 1771. *Diccionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado. Escrito na Cidade do Pará.* Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms 81. [ms]

– BARROS, M. Cândida Dumont Mendes & LESSA, Antônio (orgs.). 2006. *Diccionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado. Escrito na Cidade do Pará. Anno de 1771*. Ms da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, transcrição paleográfica e notas, CD-ROM, Belém: Editora UFPA.

ARAGONA, Alonso de. 1979[ca.1627]. Breve introducción para aprender la lengua Guaraní por el P. Alonso de Aragona. Presentación, edición y notas por Bartomeu Melià, s.j., *Amerindia*, 4: 23-61. París.

ARAÚJO, Antônio de S.J. 1618. *Catecismo na língua Brasílica no qual se contem a summa da Doctrina Cristãa. Com tudo o que pertence aos mysterios de nossa Sancta Fé & bõs custumes. Composto a modo de dialogos por Padres Doctos e bons lingoasda Companhia*

de Jesu. Agora nouamente concertado, ordenado & accrescentado pello Padre Antonio d'Araujo, theologo & lingoa da Mesma Companhia. Lisboa: Pedro Crasbeeck.

– 1952. *Catecismo na língua brasílica*. Rio de Janeiro: Olímpica. Facsímile da edição de 1618.

ARAÚJO, Antônio de. 1686. *Catecismo Brasílico da Doutrina Christãa, com o cerimonial dos Sacramentos & mais actos Parochiaes. Composto por Padres Doutos da Companhia de Jesus, Aperfeiçoado, e dado a luz pelo Padre Antônio de Araújo da Mesma Companhia. Emendado nesta segunda impressão pelo Bertholameu de Leam da Mesma Companhia.* Lisboa: Miguel Deslandes.

AYROSA, Plínio (ed.). 1937. *Os Nomes das Partes do Corpo Humano pella lingua do Brasil de Pero de Castilho* [1613]. Organização e notas de Plínio Ayrosa. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.

AYROSA, Plínio (ed.). 1937. O caderno da lingua ou vocabulário portuguez-tupi de Frei João de Arronches [1739]. Notas e commentarios à margem de um manuscripto do século XVIII. *Revista do Museu Paulista*, t. 21.

AYROSA, Plínio (ed.). 1938. *Vocabulário na língua Brasílica*. Ms português-tupí do século XVII, coordenado e prefaciado por Plínio Ayrosa. São Paulo: Departamento de Cultura. [autoria atribuída ao Pe. Leonardo do Vale]

– DRUMMOND, Carlos (ed.). 1952/1953. Vocabulário na Língua Brasílica. 2a edição revista e confrontada com o Ms. Fg., 3144 da Biblioteca Nacional de Lisboa. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, n° 137, 1º vol. (A-H)/ n° 138, 2º vol. (I-Z) (Etnografia e Tupi-Guarani 23/24). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

AYROSA, Plínio. 1943. *Apontamentos para a bibliografia da língua tupi-guaraní*. São Paulo: Cruz do Sul.

AYROSA, Plínio (ed.). 1950. Orações e diálogos da doutrina cristã na língua brasílica. Mss do século XVIII. *Boletim de Etnografia e Língua Tupi-guarani*, n. 17, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

AYROSA, Plínio (ed.). 1951. Vocabulário português-brasílico. Mss do século XVIII transcritos e ordenados por Plínio Ayrosa. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, n. 135 (Etnografia e Tupi-Guarani 21). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

AYROSA, Plínio (ed.). 1952. Catecismos vários. I : El Tesoro de la doctrina Christiana en lengua guaraní. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, n. 155 (Etnografia e Tupi-Guarani 24). São Paulo: Faculdade Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

AYROSA, Plínio (ed.) 1953. Catecismos vários. II : Doctrina Christiana en lengua guarani por el padre Gaspar de Astete. Fac-símile editado por Plínio Ayrosa. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, n. 67 (Etnografia e Tupi-Guarani 27). São Paulo: Faculdade Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

BARZENA, Alphonsus. 1590. *Lexica et proecepta grammatica, item liber confessionis et precum, in quinque Indorum liguis, quarum usus per Americam australem, nempe puquinica, tenocotica, catamareana, guaranica, natixana, sive mogaznana (mogana)*. Peruviae.

BERNAL, Joseph. 1800. *Catecismo de doctrina cristiana en guarani y castellano. Para uso de los curas doctrineros de Indios de las naciones guaranies de las Provincias del Paraguay, Pueblos de Misiones del Uruguay y Parana, Santa Cruz de la Sierra, naciones de Chiquitos, Mataguayos, y Provincias de San Pablo de los Portuguezes, é instruccion de los mismos Pueblos.* Buenos Ayres: Real Imprenta de los Niños Expósitos.

BETTENDORF, João Felipe. 1687. *Compêndio da Doutrina Christãa na Língua Portugesa e Brasílica*. Lisboa: Miguel Deslandes.

- BETTENDORF, João Felipe. [s.d.] *Doutrina christãa em lingua geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão composta pelo P. Philippe Bettendorf, trauduzida em lingua g[eral] irregular e vulgar usada nesses tempos*. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. [ms]
- VELLOSO, José Mariano da Conceição (ed.). 1800. *Compêndio da doutrina christãa na língua portuguesa e brasílica. Composto pelo Pe. João Felipe Bettendorf, antigo missionário do Brasil, e reimpresso de ordem de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, por J.M.C.V.* Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.

CABRAL, J. F. Dias. 1876. Ensaio sobre a significação de alguns termos da lingua tupy conservados na geographia das Alagoas. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*, 8: 202-206.

CAZAL, Manuel Ayres de. 1817. *Corografia Brazilica*. 2 vols. Rio de Janeiro: Impressão Regia.

CORUJA, Antonio Alves Pereira. 1852. Collecção de vocabulos e frases usados na provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul do Brazil. *Revista Trimensal do Instituto Histórico do Brazil*, tomo 15, pp.210-140. [Contém vocábulos guaraní]

- 1856. *Collecção de vocabulos e frases usados na provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul do Brazil*. Londres: Trübner & Co.
- [1861?]. *Collecção de vocabulos e frases usados na provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. Moderna.

COUDREAU, Henri A. 1897. *Voyage au Tapajoz, 28 juillet 1895 - 7 janvier 1896*. Paris: A. Lahure.

COUDREAU, Henri A. 1897. *Voyage au Xingu, 30 mai 1896 - 26 octobre 1896*. Paris: A. Lahure.

COUTO DE MAGALHÃES. 1876. *O Selvagem.* Rio de Janeiro: Typographia da Reforma.

- 1913. *O Selvagem.* Rio de Janeiro: Editora Livraria Magalhães.
- 1975. *O Selvagem*. Coleção Reconquista do Brasil, vol. 16, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP.

DALBY, David & HAIR, P. E. H. 1967. "Le langaige du Bresil": a tupy vocabulary of the 1540s. *Transactions of the Phylological Society*, 1966, Oxford, pp. 42-66. [Comentários e notas sobre léxico contido no Ms fr. 24269 da Biblioteca Nacional de Paris, f. 51, r°-54-r°, compilado pelo capitão Jehan Lamy]

DEMERSAY, Alfred. 1854. Fragments d'un voyage au Paraguay executé par ordre du gouvernement. *Bulletin de la Societé de Geographie de Paris*, tomo 7, 4° série, pp. 5-31. Paris: Societé de Géographie.

DEMERSAY, Alfred. 1859. Recherches philologiques sur la langue guaranie. *Bulletin de la Societé de Geographie de Paris*, tomo 18, pp. 105-115. Paris: Societé de Géographie.

D'ÉVREUX, Yves. 1615. Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613-1614. Leipzig/Paris: A. Franck.

– 1864. Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613-1614. Leipzig/Paris: A. Franck.

– 1874. Viagem ao norte do Brasil feita durante os anos 1613-1614. Tradução de César Augusto Marques. Maranhão: Frias.

DIAS, Gonçalves. 1854. Vocabulario da lingua geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográphico do Brazil*, tomo 17, pp. 553-576.

DIAS, Gonçalves. 1858. *Diccionario da lingua tupy chamada lingua geral dos índios do Brasil*. Leipzig: F.A. Brockhaus.

DOBRIZHOFFER, Martinus. 1780. Sprachproben aus Paraguay. In: MURR, Christoph Gottlieb von (ed.), *Journal zur Kunstgeschichte und zur Allgemeinen Litteratur*, v. 9, pp. 96-106. Nuernberg.

DOBRIZHOFFER, Martinus. 1784. *Historia de Abiponibus equestri, bellicosa que Paraquarae Natione*. 3 vols. Viena: Kurzbeck.

– 1822. *An account of the Abipones, an equestrian people of the Paraguay*. Tradução de John Murray. 3 vols. Londres.

– 1874. *Geschichte der Abiponen*. Tradução Prof. Kreil. 3 vols. Wien.

ECKART, Anselm. 1778. Specimen Linguae Brasilicae Vulgaris. In: MURR, Christoph Gottlieb von (ed.), *Journal zur Kunstgeschichte und zur Allgemeinen Litteratur*, v. 17, n. 2, pp. 195-213. Nuernberg.

– ROSA, Maria Carlota. 1994. Um exemplo de descrição pedagógica no século XVIII: o *Specimen linguae brasilicae vulgaris* e a tradição jesuítica de ensino de segunda língua. *Terceira Margem. Revista da Pós-graduação em Letras da UFRJ*, 2(2): 181-189. Rio de Janeiro

EHRENREICH, Paul. 1892. Divisão e distribuição das tribos do Brasil segundo o estado atual dos nossos conhecimentos. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, 8 (1): 31-35, Rio de Janeiro.

FARIA, Francisco Raimundo Corrêa de. 1858. *Compêndio da língua brazilica para uso dos que a ella se queiram dedicar*. Elaborado, compilado e offerecido ao exmo. e rvmo. Sr. D. Jozé Affonso de Moraes Torres, bispo resignatario desta província, por F.R.C.F., coronel reformado do exército, lente da respectiva cadeira no Seminario episcopal por mercê imperial. Pará: Typ. de Santos e Filhos.

FIGUEIRA, Luís. 1621. *Arte da língua Brasílica.* Lisboa: Manuel da Silua.

– 1687. *Arte de Grammática da Língua Brasílica.* Lisboa: Miguel Deslandes.

– VELLOSO, Pe. José Mariano da Conceição (ed.).1795. *Arte de grammática da língua do Brasil.* Lisboa: Patriarcal.

– GUIMARÃES, João Joaquim da Silva (ed.). 1852. *Grammatica da lingua geral dos indios do Brasil*. Bahia: Manoel Feliciano Sepúlveda.

– PLATZMANN, Julio (ed.). 1878. *Grammatica da lingua do Brasil composta pelo p. Luis Figueira.* Fac-simile da edição de 1687. Leipzig: B. G. Teubner.

– ALLAIN, Emilio (ed.). 1880. *Arte de grammatica da lingua brasilica do padre Luis Figueira, theologo da Cia. de Jesus*, Lisboa, Miguel Deslandes, 1687. Rio de Janeiro: Lombaerts & C.

FRANÇA, Ernesto Ferreira. 1859. *Chrestomathia da língua brazilica*. Leipzig: F. A. Brockhaus.

GAY, João Pedro (ed.). 1863. Versiculos em guarany, que os indios de Missões costumam cantar na Semana Santa, e que narram varios padecimentos de Christo em sua Paixão, traduzidos ao portuguez. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico da Provincia de Sâo Pedro*, anno 4, vol 4, n. 1, pp: 18 e 19. Porto Alegre.

GUIMARÃES, José da Silva. 1844. Memoria sobre os usos, costumes e linguagem dos Appiacás, e descobrimento de novas minas na província do Mato Grosso. *Revista Trimensal do Instituto Histórico do Brazil*, tomo 6, pp. 297-317.

HARTT, Charles Frederick. 1872. Notes on the lingoa geral or modern tupi of the Amazonas. *Transactions of the American Phylological Association*, New York.

– 1929. Notas sobre a língua geral ou tupí moderno do Amazonas. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 51: 304-390.

INSAURRALDE, Joseph. 1759-1760. *Ara poru aguĩyey haba: conico, quatia poromboe ha marângâtu*. Madrid: Joachin Ibarra.

JEHAN, L. F. 1858. *Dictionnaire de linguistique et de Philologie Comparée ou Traitée Complet d'Idiomographie*. Paris: Imprimerie Migne.

LAET, Joanne de. 1633. *Novvs Orbis, seu descriptionis Indiae Occidentalis*. Lugdunum Batavorum: Elsevirios.

– 1640. *L'histoire du nouveau monde ou descriptions des Indes Occidentales*. Leiden: Elsevier.

LAET, Joanne de. 1643. *Notae ad dissertationem Hvgonis Grotti De Origine Gentium Americanarum*. Parisiis: Viduam Gvilielmi Pele.

– 1643. *Notae ad dissertationem Hvgonis Grotti De Origine Gentium Americanarum*. Amsterlodami: Lud. Elsevirium.

LATHAM, Robert G. 1862. *Elements of Comparative Philology*. London: Walton and Maberly.

LEPRIEUR, M. 1834. Voyage dans la Guyane Central. *Bulletin de la Société de Géographie*, 2a. ser., n. 1, pp. 201-29. Paris: Société de Géographie.

LERY, Jean de. 1578. *Histoire d'vn voyage fait en la terre du Brésil, avtrement dite Amerique*. La Rochelle: Antoine Chuppin.

– 1877. *La langue Tupy*, par Paul Gaffarel. *Revue de Linguistique*. Paris: Maisonneuve et C./Orléans: G. Jacob. [O diálogo tupinambá de Léry, precedido de uma introdução de Gaffarel]

– 1975. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil.* Présentation et notes par Jean Claude Morisot. Genève: Librarie Droz.

– 1992. *Histoire d'un voyage fait en la Ierre du Brésil -1557,* (édition de 1578). Montpellier: Presses du Languedoc / Max Chaleil Éditeur.

– 1961. *Viagem à Terra do Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Milliet; segundo a edição de Paul Gaffarel com o colóquio na língua brasílica e notas tupinológicas de Plínio Ayrosa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

– 1980. *Viagem à Tetra do Brasil.* Tradução e notas de Sérgio Milliet; bibliografia Paul Gaffarel com o colóquio na língua brasílica e notas tupinológicas de Plínio Ayrosa. Coleção Reconquista do Brasil, vol. 10, São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia.

LUCCOCK, John. 1820. *Notes on Rio de Janeiro, and southern parts of Brazil; taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818*. London: Samuel Leigh.

MACEDO SOARES, Antonio Joaquim de. 1880. *Declaracion de la doctrina cristiana. Manuscrito guarani traduzido e annoctado por A.J. de Macedo Soares. Precedido de uma carta do tradutor ao illmo. Exmo. Sr. Senador Candido Mendes de Almeida*. Rio de Janeiro: Typographia Universal.

– 1880. Declaración de la doctrina cristiana. Manuscrito guarani traduzido e annoctado por A.J. de Macedo Soares. Precedido de uma carta do tradutor ao illmo. Exmo. Sr. Senador Candido Mendes de Almeida. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro*, tomo 43, parte 1, pp. 165-190.

MARCGRAVIUS, Georgius. 1648. Historiae rerum naturalium Brasiliae. In: MARCGRAVE, George & PISO, Willem. *Historia Naturalis Brasiliae... in qua non tantumplantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur,* pp. 1-283. Lugdunum Batavorum/Amstelodami: Franciscus Hackium/Lud. Elzevirium. [Organizado por Joannes de Laet]

– MARCGRAVE, George. 1942[1648] *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

– OGILBY, John. 1671. *America: being the latest and most accurate description of the New World.* London. [O capítulo *The languages of the Brasilians* é uma tradução do capítulo 8 de Marcgrave, com dicionário e gramática (de Anchieta)]

– RELANDUS, Hadrianus. 1706-1708. *Dissertationum Miscellanearum*. Trajecti ad Rhenum: G. Broedelet. [Republica o vocabulário de Manuel de Moraes em MARCGRAVIUS (1648), apresenta notas gramaticais de ANCHIETA (1595) e excertos do diálogo de Jean de LÉRY (1578) a partir da tradução latina editada por Theodoro de Bry em 1590]

MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von. 1858. Ueber die Pflanzen-Namen in der Tupy-Sprache. Separatdruck aus dem *Bulletin der K. Bayer. Akad. d. W*, n. 1-6. München: J.G.Weiss Universitätsbuchdrucker.

MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von. 1863. *Glossaria Linguarum Brasiliensium. Glossarios de diversas lingoas e dialectos que fallao os indios no Imperio do Brasil. Wörtersammlung brasilianischer Sprachen*. Erlangen, Druck von Junge & Sohn.

MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von. 1867a. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas, zumal Brasiliens*. Vol. 1, zur Ethnographie. Leipzig: Friedrich Fleicher.

MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von. 1867b. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas, zumal Brasiliens*. Vol. 2, zur Sprachenkunde. Leipzig: Friedrich Fleicher. [Esta segunda parte inclui o *Wörtersammlung brasilianischer Sprachen. Glossaria Linguarum Brasiliensium. Glossarios de diversas lingoas e dialectos que fallao os indios no Imperio do Brasil*, de 1863]

MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von. 1895[1861]. Carta do Dr. Carlos F. de Martius contendo observações sobre botânica, vocábulos Tupis e origem das tribus americanas. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográphico Brazileiro*, tomo 58, parte I, vol. 91, p. 59-68.

MONTANUS, Arnoldus. 1671. *De nieuwe en onbekende weereld: of beschryving van America en t'Zuid-land.* Amsterdam: Jacob van Meurs.

– 1673. *Die Unbekante Neue-Welt, oder Beschreibung des Welt-teils America, und des Sud-Landes.* Tradução de Olivier Drapper. Amsterdam: Jacob van Meurs.

MONTOYA, Antonio Ruiz. 1639. *Tesoro de la Lengua Guaraní*. Madrid: Juan Sanchez.

– PLATZMANN, Julio (ed.). 1876. *Tesoro de la lengva gvarani, por Antonio Ruiz de Montoya, publicada nuevamente sin alteración alguna por Jvlio Platzmann.* Leipzig: B. G. Teubner (Imprenta W. Drugulin). [edição fac-simile]

MONTOYA, Antonio Ruiz. 1640. *Arte y Vocabulario de la Lengua Guaraní*, Madrid: Juan Sanchez.

– RESTIVO, Paulo (ed.). 1724. *Arte de la lengua Guarani por el P. Antonio Ruiz de Montoya*. Pueblo de Santa Maria la Mayor.

– PLATZMANN, Julio (ed.). 1876. *Arte y Vocabulario de la lengva gvarani, por Antonio Ruiz de Montoya, publicada nuevamente sin alteración alguna por Julio Platzmann.* Leipzig: B. G. Teubner (Imprenta W. Drugulin). [Impressão fac-simile da arte, vocabulário e catecismo]

– VARNHAGEN, Francisco Adolfo (ed.). 1876. *Arte de la lengua guarani, o más bien tupi, por el p. Antonio Ruiz de Montoya.* I. Vocabulário español-guarani (ó tupi). II. Tesoro guarani (ó tupi)-español. Nueva edicion más correcta y esmerada que la primera, y con las voces indias en tipo diferente. Viena/Paris: Faesy y Frick/Maisonneuve y Cia. [Arte, vocabulário e tesouro]

– MONTOYA, Antonio Ruiz de. 1994[1640]. *Arte y Bocabvlario de la lengua guarani*. Edição facsimilar, estudo e transcrição de Silvio M. Luizzi. Madrid: Ediciones de Cultura Hispânica/Agencia Española de Cooperación Internacional.

MONTOYA, Antonio Ruiz. 1648. *Catecismo de la Lengua Guaraní*. Madrid: Diego Diaz de la Carrera. [Reimpressão fac-símile por PLATZMANN, Julio (ed.) (1876), acima]

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. 1869. *Notícia sobre a provincia do Mato Grosso*. São Paulo: Henrique Schroeder.

NIEREMBERG, ? . 1705. *De la diferencia entre lo temporal y el eterno. Crisol de desengaños. Por el P. Nieremberg, traducido al guarani por el P. José Serrano.* En las Doctrinas del Paraguay.

NIEUHOF, Joan. 1682. *Gedenkwaerdige zee en lantreize door de voornaemste landschappen van West en Oostindien.* 2 vols., 1 folio. Amsterdam: Weduwe Jacob van Meurs.

– NIEUHOF, Joan. 1981[1682]. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.

NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida. 1876. Apontamentos sobre o abañeênga (também chamado guarani ou tupi ou lingua geral dos Brasis). *Ensaios da Sciencia*, Primeiro Opúsculo: prolegomeno, orthographia e prosodia, metaplasmos, adevertência com extratos de Laet. Rio de Janeiro: Typographia Central.

NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida. 1876. Apontamentos sobre o abañeênga (também chamado guarani ou tupi ou lingua geral dos Brasis). *Ensaios da Sciencia*, Segundo Opúsculo: o diálogo de Lery. Rio de Janeiro: Typographia Central.

NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida. 1877. Etymologias Brazilicas. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, 2: 201-204/404-406.

NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida. 1879. Esbôço grammatical do abáñeê ou lingua guarani chamada também no Brazil lingua tupi ou lingua geral, propriamente abañeênga. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, 6: 1-90.

NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida. 1879. Abâ reta y caray eỹ baecue Tupã upe ynemboaguiye uca hague Pay de la Comp[a]. de Ihs poromboeramo ara cae P. Antonio Ruiz Icaray eỹ bae mongetaĭpĭ hare oiquatia Caray ñeê rupi ỹma cara mbohe hae Pay ambuae Ogueroba Aba ñeê rupi año 1733 pĭpe S. Nicolas pe. Ad mojorem Dei gloriam. [Primeira catechese dos indios selvagens feita pelos padres da Companhia de Jesus, originalmente escripta en hispanhol (en lingua europea) pelo padre Antonio Ruiz antigo instructor do gentio e depois vertida em abañeênga (em lingua indigena) por outro padre. 1733. S. Nicalao. Ad mojorem Dei gloriam.] *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, 6.

NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida. 1880. Apontamentos sobre o abañeênga (também chamado guarani ou tupi ou lingua geral dos Brasis). Ñande ruba ou a Oração dominical em abâñeênga. *Ensaios da Sciencia*, fasc. III: 81-155. Rio de Janeiro: Typographia Central.

NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida. 1880. Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo traductor da "Conquista Espiritual" do padre Antonio Ruiz de Montoya. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, 7.

PASSOS, José Alexandre. 1876. Observações sobre a língua tupy. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*, 8: 199-202.

PIGAFETTA, Antonio. 1956[1800]. *Relazione del primer viaggio intorno al mondo (1519-1522).* Istituto editoriale italiano, collana Viaggi Esplorazioni scoperte, a cura di Camillo Manfroni.

PLATZMANN, Julio. 1871. *Amerikanisch-asiatische Etymologien via Behring-Strasse "from the East to the West"*. Leipzig: B.G. Teubner.

PRAZERES [Maranhão], Frei Francisco de Nossa Senhora dos. 1846. Collecção de etymologias brazilicas, por Francisco dos Prazeres Maranhão, membro correspondente do Instituto. *Revista Trimensal do Instituto Historico do Brazil*, tomo 8, pp. 69-80.

PRAZERES [Maranhão], Frei Francisco de Nossa Senhora dos. 1891. Poranduba Maranhense ou Relação histórica da provincia do Maranhão em que se dá notícia dos sucessos mais célebres que n'ella tem acontecido desde o seu descobrimento até o anno de 1820, como também das suas principais produções naturais, etc, com uma mapa da mesma província e um dicionario abreviado da língua geral do Brazil. *Revista Trimensa do Instistuto Histórico e Geográphico Brazileiro*, vol. 54, parte 1, pp. 4-277.

– AYROSA, Plínio (ed.). 1934. Dicionário Portuguez-Brasiliano e Brasiliano-Portuguez de Frei Onofre. Prefácio e notas por Plínio Ayrosa. São Paulo: *Separata da Revista do Museu Paulista*, vol. 18. [De acordo com BARROS (2006: 2, nota 6) o dicionário de autoria de Frei Onofre é o que foi publicado pelo Frei Prazeres em 1891]

RELANDUS, Hadrianus. 1706-1708. *Dissertationum Miscellanearum.* Trajecti ad Rhenum: G. Broedelet.

RUBIM, Braz da Costa. 1853. Vocabulario brazileiro para servir de complemento aos diccionarios da língua portugueza. Rio de Janeiro: Dous de Dezembro de Paula Brito.

SEIXAS, Manuel Justiniano. [s.d.]. Vocabulario da língua indígena geral para uso do Seminário episcopal do Pará. Pará: Mattos & Cia.

SOUZA, Bernardino de. 1875. *Comissão do Madeira, Pará e Amazonas*. 2° parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von. 1823-1831. *Reise in Brasilien*. 3 tomos. München.

STADEN, Hans. 1557. *Warhaftige [und] Beschreibung eyner Landtschafft der wilden, nacketen, grimmigen Menschfresser Leuthen in der Newenwelt America gelegen*. Marburg: Andres Kolben.

– 1837. *Véritable histoire et description d'un pays habité par des hommes sauvages, nus, féroces et anthropophages: situé dans le Nouveau monde nommé Amérique, avant et depuis la naissance de Jésus-Christ, jusqu'à l'année dernière*. Paris: Arthur Bertrand.

– 1930. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira.

– 1974. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo.

– AGUIAR, Luiz Antônio, 2009[1992]. Hans Staden: viagens e aventuras no Brasil. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos.

STEINEN, Karl von den. 1886. *Durch Central-Brasilien: Expedition zur erforschung des Schingú im jahre 1884*. Leipzig: Brockhaus.

– 1942[1886]. *O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu*. Série Extra, Biblioteca Pedagógica Brasileira – Brasiliana, vol.3. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

STEINEN, Karl von den. 1894. *Unter Den Naturvölkern Zentral-Brasiliens: Reiseschilderung Und Ergebnisse Der Zweiten Schingú-Expedition, 1887-1888.* Berlin: Hoefer & Vohsen.

– 1940[1894]. *Entre os Aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Departamento de Cultura.

SYMPSON, Pedro Luiz. 1877. *Grammatica da lingua brazilica geral, fallada pelos aborígenes das provincias do Pará e do Amazonas*. Manaos: Typ. do Comércio do Amazonas.

THEVET, André. 1557. *Les Singularitez de la France Antarctique, autrement nommée Amerique:& de plusiers Terres & Isles decouuerte de nostre temps*. Paris: les heritiers de Maurice de la Porte, au Clos Bruneau, à l'enseigne S. Claude.

– 1997. *Le Brésil d'André Thevet - Les Singularités de la France Antarctique (1557).* Édition intégrale établie, présentée et annotée par Frank Lestringant, Paris: Éditions Chandeigne.

– 1944. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, Série Brasiliana, vol. 219, São Paulo: Cia. Editora Nacional.

– 1978. *As singularidades da França Antárica*. Coleção Reconquista do Brasil, vol. 45. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP.

THEVET, André. 1575. *La Cosmographie universelle illustree de diverses figures des choses plus remarquables veves par l'auteur, et incogneves de noz anciens [et] modernes*. Paris.

– 2009. *A Cosmografia Universal de André Thevet, Cosmógrafo do Rei.* Coleção Franceses no Brasil, vol. 2, Rio de Janeiro: Batel.

TOCANTINS, Antonio Manuel Gonçalves. 1877. Estudos sobre a tribu mundurucú. *Revista Trimensal do Instituto Historico do Brazil*, tomo 40, 2° parte, pp. 73-161.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. 1876. *L'origine touranienne des américains tupi-caribes et des anciens égyptiens montrée principalement par la philologie comparée*: *traces d'une ancienne migration en Amérique (invasion du Brésil par les tupis, etc ?) effectué a travers l'Atlantique plusieurs siècles avant notre ère.* Viena: Faesy & Frick.

VELAZQUEZ, Pe. 1642. *Diccionario guarani para el uso de las Misiones*.

VELLOSO, Pe. José Mariano da Conceição (ed.). 1795. *Dicionario portuguez e brasiliano, obra necessaria aos ministros do altar, que emprehenderem a conversão de tantos milhares de almas que ainda se achão dispersas pelos vastos certões do Brasil, sem o lume da fé, e baptismo.* [Ms anônimo, 1751] Primeira parte. Lisoba: Patriarcal.

– GUIMARÃES, João Joaquim da Silva (ed.). 1854. *Diccionario da lingua geral dos indios do Brasil, reimpresso e aumentado com diversos vocábulos e offerecido à sua magestade imperial por J.J.S. Guimarães*. Bahia: Camillo de Lellis Masson & Cia. [reimpressão de VELLOSO (1795) acrescido dos vocabulários das seguintes línguas: língua principal dos índios do Pará, língua das nações botocuda, camacam civilizada, camacam mongoyos, mocom, malali, patachó, tupinambá, dos tamoios, tupiniquins, das tribus jupuróca, quató, machakalis, mandacarú, mucury, diversas outras tribus e dialetos da aldea de S. Pedro e de Almeida]

– BARÃO DE ANTONINA. 1856. Vocabulário dos indios Cayuás. Manuscrito offerecido pelo sócio exmo. Sr. Barão de Antonina. *Revistra Trimensal do Instituto Historico do Brazil*, tomo 19, pp. 448-476.

– AYROSA, Plínio (ed.). 1934. *Diccionario portuguez-brasiliano e brasiliano-portuguez. Reimpressão integral da edição de 1795, seguida da 2° parte, até hoje inédita, ordenada e prefaciada por Plínio Ayrosa*. São Paulo: Official do Estado. [A 2° parte, brasiliano-português, foi iniciada por Pe. Velloso, que a deixou incompleta (CABRAL, 1880: 156)]

YAPUGUAI, Nicolas. 1724. *Explicación de el Catechismo en la lengua guarani por N. Yapuguai. Con direccion del Padre Paulo Restivo, de la Compañia de Jesus*. Pueblo de Santa Maria la Mayor.

– VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. 1876. História da Paixão de Cristo e taboas de parentesco em lingua tupi, por Nicolas Yapuguai, com uma resenha dos impressos acerca da dita língua, por Adolpho de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. Viena: Faesy & Frick (Imprimérie Impériale et Royale de l'Estat). [Excerto da *Explicación del catechismo* de N. Yapuguai]

YAPUGUAI, Nicolas. 1727. *Sermones y exemplos en la lengua guarani por N. Yapuguai. Con direccion de un religioso de la Compañia de Jesus*. Pueblo de San Francisco Xavier. [CABRAL (1880: 165) afirma que Nicolas Yapuguai é um pseudônimo do Pe. Restivo, que não seria o diretor, mas o autor desta e outras obras em Guaraní]

Este arquivo, fornecido pela autora, está disponível para download no endereço
http://www.etnolinguistica.org/tese:correa-da-silva_2011